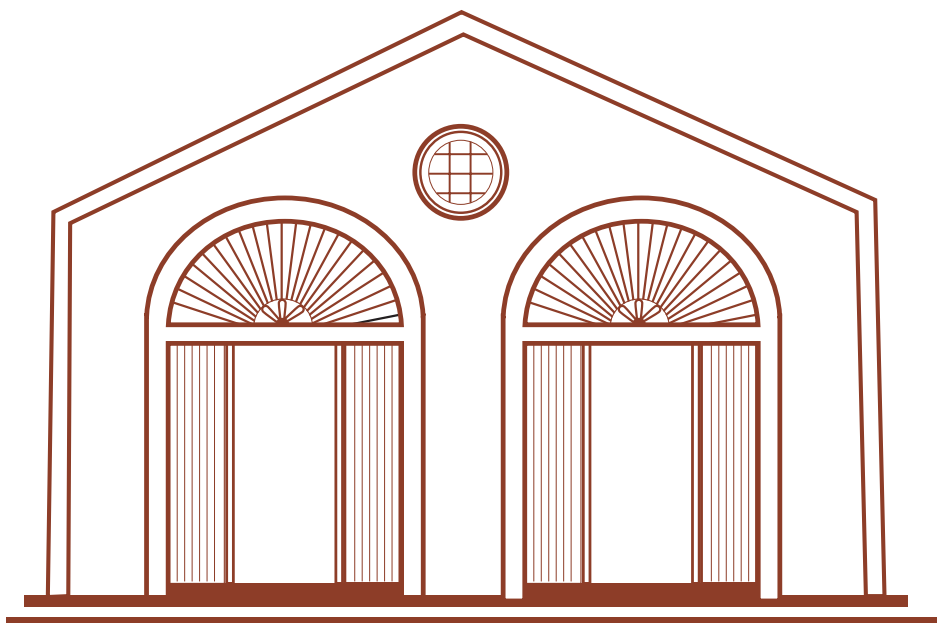
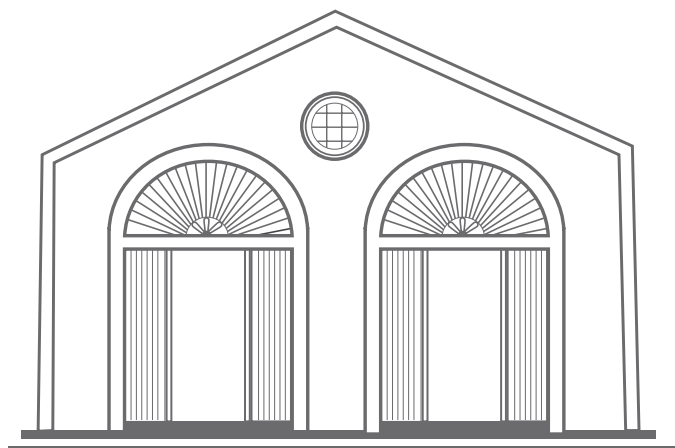


GOVERNO DE ALAGOAS
GABINETE CIVIL



Revista do
**Arquivo
Público
de Alagoas**

2

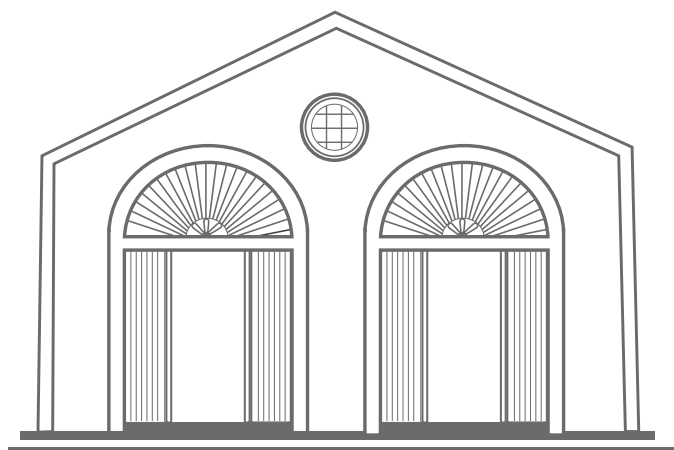


Revista do
**Arquivo
Público
de Alagoas**

2

ISSN 0571-1258

GOVERNO DE ALAGOAS
GABINETE CIVIL



Revista do
**Arquivo
Público
de Alagoas**

2

Maceió
Dezembro de 2012

TEOTONIO BRANDÃO VILELA FILHO

Governador do Estado de Alagoas

JOSÉ THOMAZ DA SILVA NONÔ NETTO

Vice-Governador do Estado de Alagoas

ÁLVARO ANTÔNIO MELO MACHADO

Secretário-Chefe do Gabinete Civil

MARCOS ANTÔNIO RODRIGUES VASCONCELOS FILHO

Diretor do Arquivo Público de Alagoas

EDITOR

Marcos Antônio Rodrigues Vasconcelos Filho

REVISORES

Jacob Lebensztayn, Marcos Antônio Rodrigues Vasconcelos Filho e Mychelle de Melo Araujo

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Antônio Melo Machado

Celina Vargas do Amaral Peixoto

Ieda Lebensztayn

Jaime Antunes da Silva

Marcos Antônio Rodrigues Vasconcelos Filho

EQUIPE DO ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS

Allana Lopes Pereira

Elizia Maria da Silva Querino

Emília Cristina Sampaio Batista

Érica Mônica de Souza Batista

Givanilda Maria de Barros

Héllen Carla Pereira Cruz

Jaiênia Reis Mello

José Afrânio Santos da Silva

Lídia Barbosa Lopes

Luzia Cristiane dos Santos Silva

Márcia Donila Gabriel Soares

Marcos Antônio Rodrigues Vasconcelos Filho

Maria Dalva da Silva

Mychelle de Melo Araujo

Vivian Ribeiro de Carvalho

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS (APA)

Fundado em 30 de dezembro de 1961

Rua Sá e Albuquerque, s/nº • Jaraguá

Maceió, Alagoas • 57.022-180

[82] 3315-7879 / 2181

contato@arquivopublico.al.gov.br

www.arquivopublico.al.gov.br

Projeto Gráfico, Capa e Diagramação

Carlos Fabiano Costa Barros

Impressão e Acabamento

Imprensa Oficial Graciliano Ramos

Catálogo na fonte

Departamento de Tratamento Técnico da Imprensa Oficial Graciliano Ramos

Revista do Arquivo Público de Alagoas / Arquivo Público de Alagoas. – Ano 2, n. 2
(dez. 2012) - . – Maceió : [Arquivo Público de Alagoas], 2012- .

Anual.

“O primeiro número da Revista do Arquivo Público de Alagoas foi lançado em 1963”.

ISSN 0571-1258.

1. História de Alagoas – Periódicos. 2. Memória de Alagoas – Periódicos.
Arquivo Público de Alagoas.

CDU: 61(051)

Impresso no Brasil

Sumário

Apresentação	9
<i>Álvaro Antônio Melo Machado</i>	
Editorial: jubileu de ouro de um periódico	17
Entrevista	19
<i>Celina Vargas do Amaral Peixoto</i>	
Arquitetura oficial de Alagoas na Gestão Osman Loureiro, 1934-1940	25
<i>Aline de Figueirôa Silva, Augusto Bernardes Castro, Denis Antônio de Mendonça Bernardes e Rosane Piccolo Loretto</i>	
Carlos Moliterno e o pão do espírito	47
<i>Carlos Alberto Moliterno</i>	
Trezentos anos da Justiça em Alagoas	57
<i>Claudemiro Avelino de Souza</i>	
Murici amada	91
<i>Diógenes Tenório Júnior</i>	
Religião e poder: a crise do <i>impeachment</i> e a morte do franciscano ..	99
<i>Douglas Apratto Tenório</i>	
Manifesto Sururu	119
<i>Edson Bezerra</i>	
Bráulio x Brayner: a pena e a espada	127
<i>Etevaldo Amorim</i>	
A gravura “Antiga matriz de Maceió” e a narrativa da Maceió colonial	153
<i>Fátima de Mello Barreto Campello</i>	
A África revelada por Arnon de Mello	167
<i>Fernando A. Gomes de Andrade</i>	

Lições arquivadas: jornalismo, política e literatura em Alagoas	189
<i>Francisco Alberto Sales</i>	
Jayme Miranda, um revolucionário brasileiro	207
<i>Geraldo de Majella</i>	
Paulo Gracindo, meu pai	223
<i>Epaminondas Xavier Gracindo (Paulo Gracindo Júnior)</i>	
Valdemar Cavalcanti: menino impossível, menino pelado	227
<i>Ieda Lebensztayn</i>	
O viçosense Octavio Brandão e sua brasilidade	249
<i>J. R. Guedes de Oliveira</i>	
Jayme de Altavila, meu pai	267
<i>Jayme Lustosa de Altavila</i>	
Ê lá ê, ê lá ê, boiada, ou... A vaquejada, as suas músicas, e a reinterpretação desses cantares!	293
<i>José Maria Tenório Rocha</i>	
Professor Estácio de Lima	313
<i>Lamartine de Andrade Lima</i>	
Uma mulher alagoana e “retada”: Maria Theresa de Medeiros Pacheco (1928-2010)	321
<i>Sabrina Guerra Guimarães</i>	
<i>Lina Maria Brandão de Aras</i>	
Pensamento social de Alagoas: efemérides e esparsas reflexões	337
<i>Luitgarde Cavalcanti Barros</i>	
Fallas provinciaes: sua relevância para a pesquisa em Alagoas	357
<i>Luiz Nogueira Barros</i>	
Os estudos históricos e os arquivos em Alagoas	361
<i>Moacir Medeiros de Sant’Ana</i>	

Notas sobre a gestão documental no início da República em Alagoas (1892-1913)	379
<i>Oswaldo Maciel</i>	
De onde vem Graciliano	399
<i>Pedro Motta Lima</i>	
Movimento estudantil x ditadura militar: uma opressão que não cala o grito por liberdade	403
<i>Samara Joycy Timoteo Cerqueira</i>	
Colaboradores deste número	415

Apresentação

Álvaro Antônio Melo Machado*

Quando o Governador **Teotônio Vilela Filho**, em 2007, assumiu os destinos da nossa Alagoas e fui instado ao desafio de atuar como Secretário-Chefe do Gabinete Civil, vi nessa missão a possibilidade de dedicar um olhar mais atento ao Arquivo Público de Alagoas, o nosso APA, até porque sempre dediquei um interesse particular às questões que envolvem a memória e a história de Alagoas. Uma primeira medida que propus, de imediato aprovada pelo governador, foi integrar o APA à estrutura administrativa do Gabinete Civil, dentro da perspectiva de otimizar ações e processos essenciais ao resgate e à manutenção do órgão, mais especialmente para concretizar um reconhecimento, ainda incipiente, da importância desse órgão, depositário que é de um inestimável acervo que retrata a vida do nosso Estado, a cultura, a história, a educação da nossa sociedade.

E tem sido uma luta sem trégua, diuturna. Temos alcançado vitórias, relevantes conquistas que avalio, inclusive, como fundamentais para que, hoje, tenhamos em mãos esta edição de número dois da **Revista do Arquivo Público de Alagoas**. Tenho clareza de que a pertinácia, a ousadia e a coragem do meu caro amigo **Marcos Antônio Rodrigues Vasconcelos Filho**, diretor do APA, nos fez avançar significativamente. Ao lado da sua equipe e de colaboradores, Marcos Vasconcelos Filho, com seu talento e seu compromisso social, tem conseguido superar desafios contumazes.

Alguns fatos importantes marcaram a trajetória do nosso APA, após sua vinculação ao Gabinete Civil. Um deles foi a mudança da sede do Arquivo, antes instalado precariamente nas dependências do sobrado que serviu de residência ao Barão de Jaraguá, onde também funcionava a Biblioteca Pública Estadual. A transferência para um prédio no bairro de Jaraguá, além de ter sido fruto de uma parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em Alagoas, traz um simbolismo incrível por ser esse bairro o ponto de onde emergiu o desenvolvimento da nossa Capital. Essas instalações permitem que o valioso acervo possa repousar em espaço

* Secretário-Chefe do Gabinete Civil do Governo de Alagoas

mais condizente, e a busca por deixá-lo plenamente de acordo com todas as modernas exigências da arquivologia tem sido tenaz.

Outro fato foi o resgate da credibilidade do APA que possibilitou, por exemplo, a doação, ao Arquivo, de documentos do acervo do extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), formados por textos, fichas pessoais e fotografias, referentes ao período 1941 a 1980, que estavam sob a guarda da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Do mesmo modo, o Arquivo Público do Rio de Janeiro fez a doação de documentos de Alagoas enviados à sede do DOPS naquela cidade. Pessoas físicas também doaram seus arquivos pessoais para conservação e guarda da instituição. Em tudo isso, tivemos o suporte do projeto nacional “Memórias Reveladas”, coordenado pelo Arquivo Nacional, que colocou à disposição da sociedade os arquivos de órgãos de segurança da ditadura militar, quando muitos brasileiros foram presos, torturados e mortos, alvos da censura e da violação dos direitos políticos. A documentação, inclusive, remonta aos tempos da ditadura da era Vargas, envolvendo fotografias, textos e informações pessoais.

Ainda em razão da conquista dessa credibilidade, o APA foi convidado a participar de eventos públicos, como a exposição temática itinerante na cidade de Marechal Deodoro, em meio às comemorações do aniversário da República, quando houve um destaque para a amostra do jornal *O liberal*, que noticiou o fim do Império e uma reprodução da certidão de nascimento de Deodoro. Este fato se reproduziria dois anos depois.

Na V Bienal Internacional do Livro de Alagoas, em outubro de 2011, o APA apresentou um calendário cronológico da história do Arquivo, uma hemeroteca, fotos e documentos selecionados, incluindo a apresentação dos originais dos famosos “Relatórios” da gestão do então prefeito de Palmeira dos Índios, Graciliano Ramos. Mais recentemente, o APA foi responsável por expor reproduções de todas as edições das constituições de Alagoas, na solenidade de lançamento da terceira edição da nossa constituição estadual, devidamente atualizada.

E surge agora o segundo número da revista do APA. Uma primorosa publicação, exuberante em produções que trazem, para nosso júbilo, a assinatura de respeitáveis representantes da plêiade intelectual das nossas Alagoas e convidados ilustres de outras regiões do nosso país. São escritos que nos conduzem a incríveis viagens, traduzidos em relatos, depoimentos e registros impregnados de história, mas, também e especialmente, de uma grande emoção.

Alguns textos nos falam da importância do APA e da arquivologia. Como a entrevista da insígniesocióloga e arquivista **Celina Vargas do Amaral Peixoto**, com a qual nos deparamos logo de início, que nos brinda magistralmente com informações sobre arquivos e arquivos públicos, referindo de modo particular ao esforço que vem sendo empreendido aqui em nosso Estado para darmos uma identidade ao nosso APA, dentro de bases que destaco de uma de suas falas:

os arquivos, além de instâncias que historicamente passam pela formação dos estados modernos desde o século XVI, não se restringiriam, na sua conceituação, a princípios fechados de técnicas e de regras [...] mas também caminham de acordo com cada realidade administrativa e o meio cultural em que se inserem.

Luiz Nogueira Barros, no seu texto intitulado as “Fallas provinciaes”, destaca essas “fallas” como “documentos de extrema importância” pelo que representam para o estudo desse período (1835-1930), considerando que “nelas estão todas as anotações sobre as atividades dos presidentes de província e dos governadores”, ressaltando, do mesmo modo, o trabalho que vem sendo feito para colocar esse rico acervo à disposição de pesquisadores.

Já **Oswaldo Maciel** nos apresenta em seu artigo “Notas sobre a gestão documental no início da República em Alagoas” uma contribuição “para um melhor entendimento acerca da vida arquivística de parte do acervo que está depositado no APA”, dentro da perspectiva de “começar a mapear a história da estrutura administrativa pública do estado de Alagoas”.

Como homenagem mais do que significativa, a Revista dois do APA nos brinda com a republicação de texto do professor **Moacir Medeiros de Sant’Ana**, por muitos anos diretor do nosso Arquivo Público, que versa sobre “Os estudos históricos e os arquivos em Alagoas”.

Os artigos trazidos pela Revista homenageiam personalidades alagoanas que aqui ou lá fora marcaram a história de Alagoas e do Brasil em diferentes campos. São textos que nos revelam fatos da vida e da obra desses homens e mulheres ilustres, impregnados de respeito por suas lutas e conquistas, carregados de emoção, muitas vezes, mas também de afeto como no caso do filho que evoca seu pai.

É exemplo o texto de **Carlos Alberto Moliterno**, que traz à nossa presença o seu pai Carlos Moliterno, poeta e alagoano, contando-nos da

sua vida, da família e de amigos, do seu cotidiano. Revela-nos hábitos e ritos dessa reconhecida figura que tanto engrandece o cenário intelectual de nossa querida Alagoas. Outro filho que fala do seu pai é **Epaminondas Xavier Gracindo**, mais conhecido como **Gracindo Júnior**, num relato emocionado da trajetória de Paulo Gracindo, ator conhecido e reconhecido, e de suas atitudes e reações, especialmente quando este filho fez sua opção pela carreira de ator. Encontros, desencontros e reencontros até que o pai conseguiu ver no filho “a mesma atração por uma profissão ainda não reconhecida, mas aberta para aqueles que sonham e arriscam”. E **Jayme Lustosa de Altavila** nos fala sobre Jayme de Altavila pai, em um texto primoroso que nos leva, sob o olhar do menino, por cantos pitorescos da nossa Maceió: “Para chegar até a escola, caminhava por entre sítios, onde ouvia e via os pássaros beliscando as frutas e cantando”. Mescla situações das diversas fases com fatos da nossa história, com curiosidades do cotidiano de então, inclusive com aspectos da organização e estruturação de uma cidade que se construía como tal: “Maceió era um pequeno burgo querendo crescer. Era uma cidade linda, porque a natureza a favoreceu. [...] Era assim Maceió, enfeitando o menino de sete anos [...]”. O menino depois professor, jornalista, poeta. Criador da Academia Alagoana de Letras e das bases da nossa primeira Faculdade de Direito.

Seguindo na linha de personalidades das Alagoas, imergimos na cultura do continente africano pelas mãos do político Arnon de Mello. E o texto de **Fernando Gomes** nos diz que “conhecer para reconhecer, eis a máxima dos epistemologistas, que nos impulsiona a, por meio da trajetória literária, explicar as atitudes do homem público”, ressaltando, assim, a participação do político em “ações para conferir liberdade religiosa aos cultos afro-brasileiros em Alagoas”.

Geraldo de Majella, outro de nossos importantes historiadores, nos apresenta um relato da vida do alagoano Jayme Miranda (1926-1975), a quem ele chama de “revolucionário brasileiro”. Destaca no seu escrito a luta desse jornalista pela construção do PCB em Alagoas e em outros estados brasileiros, a clandestinidade, a perseguição pelas forças da repressão, até seu sequestro e sua ainda persistente condição de “desaparecido político”.

Já **Ieda Lebensztayn** focaliza Valdemar Cavalcanti, um dos “meninos impossíveis” amigos de Graciliano Ramos. Sobre o trabalho desse intelectual alagoano a autora revela “equilíbrio entre correção formal e coloquialismo, sinceridade e clareza na formulação e transmissão de ideias”, acrescentando ainda a sua preocupação “em refletir a partir dos estereótipos atribuídos ao brasileiro, questionando-os” e problematizando “agudamente a identidade do país”.

J. R. Guedes de Oliveira nos brinda com fatos da vida de outra grande figura alagoana: Octavio Brandão (1896-1980). Em seu texto revela “dar o devido crédito histórico a esse viçosense, pela sua grandeza de espírito, pela sua luta tenaz e pelo seu grande amor a Alagoas”, que se destacou, também, na “preservação do nosso meio ambiente, quando, então, nem possuíamos os dispositivos que há hoje”. Ao fazer o registro dos vinte e seis anos da sua morte o autor afirma que Brandão, o “caboclo do nordeste”, é “figura polêmica – cheio de brasilidade que a muitos, lamentavelmente, ainda falta”.

Lamartine de Andrade Lima revela um pouco da personalidade do Mestre Estácio, como os alunos chamavam o nosso grande professor Estácio de Lima (1897-1984). Ele estudou, graduou-se e exerceu sua profissão na Bahia, sendo também professor das faculdades de Medicina e de Direito. “Foi um formador de professores”, diz o autor, e “habitou-se a participar da vida acadêmica lado a lado com os seus discípulos”. Seu principal campo de ensino foi o Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues, administrado por ele por quatro décadas.

Ainda nesse campo da Medicina Legal, **Sabrina Guerra Guimarães** e **Lina Maria Brandão** nos brindam com a trajetória da médica alagoana Maria Theresa de Medeiros Pacheco (1928-2010), uma referência nesse campo, discípula do mestre Estácio. Foi da maior relevância a sua contribuição nas questões que envolviam “as mulheres e a violência contra elas” e a sua luta “para conseguir burlar o discurso androcêntrico e sobressair na carreira ganhando notoriamente o respeito de todos.”

Ainda na linha das personalidades, a Revista nos traz uma republicação do texto de **Pedro Motta Lima**, datado de 1952, com o título “De onde vem Graciliano”, escrito pouco antes da morte do Mestre Graça, representando uma homenagem aos 120 anos do nascimento de Graciliano e 115 anos do também alagoano Pedro Motta.

Fatos históricos que mesclam violência, poder e política são abordados no artigo de **Etevaldo Amorim**, filho dileto da nossa Pão de Açúcar, que nos leva de volta ao contexto histórico das Alagoas, trazendo episódios do poder constituído que resultaram no assassinato de Bráulio Cavalcante (1887-1912), um jovem e primoroso intelectual que teve sua vida ceifada em circunstâncias não muito diferentes das vivenciadas em outros momentos da história política alagoana.

Com **Douglas Apratto Tenório** mergulhamos num universo em que se mesclam aspectos complexos, delicados e intrigantes da nossa cultura: religião, poder, política e violência. O historiador, tomando como foco o *impeach-*

ment do governador Muniz Falcão, em 1957, pontua que “a tragédia da Assembleia”, desencadeadora de uma série de atos de violência que alcançaram por vezes famílias inteiras, representou, na verdade, “ecos de tiros disparados três anos antes na vila São Francisco” e que tiraram a vida de Antônio Fernandes de Amorim, o Beato de Quebrangulo: “um líder messiânico que atraía milhares de fiéis, cujo prestígio aumentava a cada dia”, o que o fazia alvo de disputa pelos chefes políticos. O texto nos estimula a olhar a nossa história política e a refletir sobre o nosso presente, a partir do significado das crises para a vida de uma sociedade: “Às vezes um fato atípico, violento, emerge, como o exacerbamento de tensões que engolfam grupos e arrastam a coletividade para um drama político e social cujas dimensões seus autores jamais imaginariam”.

Nas reflexões de **Luitgarde Cavalcanti Barros**, que nos chegam a partir de cinco referências de memória, literatura e história oral, temos a abordagem de efemérides que marcaram a vida de Alagoas e dos alagoanos, e que foram alvo ou mereceriam ter sido objeto de especial comemoração no ano de 2012. A autora nos fala dos feitos, venturas e aventuras de Octavio Brandão, Nise da Silveira, Arthur Ramos, dentre outros, e nos remete à “Quebra dos xangôs de Alagoas”, ao romance *Fábrica da Pedra*, de Pedro Motta Lima, à teoria do “afeto catalisador” da nossa querida Nise.

Em **Samara Joycy Timoteo Cerqueira**, além de pontuação especial do nosso APA no que respeita ao seu resguardo da memória alagoana durante a ditadura militar, encontramos um pouco da história do movimento estudantil e da capacidade de organização dos estudantes, e sua pertinácia em termos de reivindicações e lutas em pleno domínio da ditadura militar, ressaltando particularmente a União Nacional dos Estudantes (UNE), como a estrutura organizativa que representava marcadamente o segmento.

Olhando a história de maneira mais específica, temos o artigo de **Claudemiro Avelino de Souza**, que trata da atuação da Justiça alagoana desde os “primórdios da nossa colonização”, quando “vigoravam as emanações das cartas de doação e forais” e havia uma “estrutura incipiente da então vida judiciária da capitania”. O autor estabelece no seu texto “um veio cronológico que revela, de forma tênue, o decorrer da justiça em Alagoas nos últimos três séculos”, chegando aos dias atuais com fatos e atos que comemoram o tricentenário do judiciário alagoano.

Já **Francisco Alberto Salles**, ilustre batalhador da sua vintenária Fundação Casa do Penedo, ao tratar de “jornalismo, política e literatura em Alagoas”, nos conduz pelos caminhos da história do jornal e do jornalismo, mais especificamente nas terras alagoanas e particularmente em Penedo.

Como não poderia deixar de ser, cita o *Iris alagoense*, o nosso primeiro jornal, e foca na imprensa penedense que no final do século XIX era a “mais pulsante da província”.

Fátima de Mello Barreto Campello nos coloca em novo contato com a nossa história fazendo interpretações e especulações sobre a criação da nossa Capital, a partir da análise de uma gravura da antiga matriz pertencente ao acervo do APA, afirmando em seu texto que “a essa gravura adere hoje uma aura de relíquia e a ela se atribui o estatuto de ser o único testemunho de a Maceió colonial ter existido”.

Ainda no contexto de uma visão sobre o nosso espaço urbano, **Aline de Figueiredo Silva** e colegas, dentre os quais quero homenagear o grande mestre alagoano Denis Bernardes (*in memoriam*), que muito nos honra com seu último artigo produzido em vida, nos convidam a um passeio pela arquitetura de grupos escolares, num relato que, certamente, para muitos dos leitores será cheio de significados, como uma visita ao passado, nos primeiros anos da vida escolar em várias das nossas cidades. Os autores vinculam arquitetura, gestão e história política do Brasil e de Alagoas durante o governo Osman Loureiro.

Mas a Revista dois do APA nos presenteia ainda mais, trazendo em suas páginas a emoção da poesia e da arte.

Em **Diógenes Tenório Júnior** encontramos uma verdadeira declaração de amor à sua cidade natal. Num texto carregado de paixão ele nos fala da sua Murici “indefinível nos seus contrastes, pecados e santidades, risos e lágrimas, passado e futuro”. Conta-nos minúcias das festas, da religiosidade, de personagens, mas também das mazelas, a exemplo das cheias: “quando sabíamos que estava chovendo muito lá pras bandas de Garanhuns, era certo que o Mundaú transbordaria em Murici”.

Na letra de **Edson Bezerra** nos deliciamos com um olhar sobre o que é próprio das Alagoas. Um olhar poético, mas real: “O Manifesto Sururu não quer apostar nem pousar em outras imagens. O que ele procura é exercitar olhos e sentidos por sobre (e dentre) antigas e permanentes imagens das coisas alagoanas [...]”.

E um pedaço do mundo da música vem de **José Maria Tenório Rocha**, que nos fala da cantoria de vaqueiros, dos homens simples que misturam suas vidas, seu trabalho, seus amores com o cantar. Um cantar que, como afirma o autor, carrega em si “os valores mais prezados do homem do campo” e “expressa todas as aspirações daqueles fortes e abnegados seres que se entregam às fainas dos trabalhos duros com o gado bovino”.

Não quis, certamente, com essa minha síntese, frustrar o prazer e a satisfação da leitura, mas, a partir de pedacinhos das maravilhas aqui contidas, sinalizar o alumbramento que será mergulhar nesse conjunto volumoso da Revista dois do APA. O conteúdo aqui disponibilizado, em sua essência, nos remete à presença concreta da história alagoana, traduzindo especialmente a relevância da importância e da necessidade da nossa arquivologia, da guarda e difusão de documentos que fizeram e fazem parte da nossa vida e da nossa trajetória, somando-se à riqueza textual imagens primorosas, em sua maioria de acervo dos próprios autores, colocando-as acessíveis a um grande público.

Esta edição representa um grande presente do Governo de Alagoas à sociedade alagoana, sabedores que somos do quanto é útil e proveitoso disseminar informação qualificada. Distribuí-la na forma impressa, a despeito do avanço da tecnologia e da multiplicidade de mídias à nossa disposição é considerar que há ainda no impresso um sabor especial, uma sedução e, mais ainda, uma contundente provocação para a leitura e a consulta.

Editorial: jubileu de ouro de um periódico

Marcos Antônio R. Vasconcelos Filho*

Ressurge logo durante as comemorações do jubileu de ouro do Arquivo Público de Alagoas (APA), fundado no penúltimo dia do ano de 1961, a sua *Revista*.

O primeiro número saíra exatos cinquenta anos atrás. Há meio século, portanto, estava unigênita, já quase a se transformar em raridade bibliográfica e a viver um tanto esmaecida pelo tempo e pouca visibilidade da instituição. A então Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura editou-a em dezembro de 1962, ainda sob a direção de seu primeiro gestor, o professor Moacir Medeiros de Sant’Ana (1932-), e apresentou-a de público no ano seguinte.

Suas 286 páginas traziam artigos originais de pesquisadores alagoanos como Abelardo Duarte (“Labatutnas Alagoas”), Monsenhor Cícero de Vasconcelos (“Grandjean de Montigny: autor da planta da catedral”), Elói [Loureiro] Brandão Sá (“Sobre a criação da Vila Nova da Assembleia”), Félix Lima Júnior (“Três igrejas maceioenses”), L. [Luiz] Lavenère e Moacir Medeiros de Sant’Ana (“A fotografia em Maceió: 1858-1918”), Renan Falcão (“Contribuição para a história da medicina em Alagoas”), Théo [Vilela] Brandão (“Um brasão de armas e uma bandeira para as Alagoas”), Werther [Vilela] Brandão (“Ancianidade de Santa Luzia do Norte”), além de transcrições de Pedro Paulino da Fonseca (“Fundação das Alagoas”) e Wenceslau de Almeida (“Município de Viçosa; sua instituição”), introitos e noticiário.

É certo que se pretendeu em 1965 o lançamento de seu número seguinte, a de 2, dedicada exclusivamente a “assuntos maceioenses” justo quando das comemorações do sesquicentenário do município de Maceió, mas apenas se difundiram em separata no ano de 1966 os opúsculos de Guiomar Alcides de Castro, *Dois músicos de outrora*: para a história da música em Maceió, e de Moacir Medeiros de Sant’Ana,

* Diretor do Arquivo Público de Alagoas (APA)

Benedito Silva e sua época: contribuição à biografia do esquecido compositor maceioense, na justificativa de escassez de colaboradores locais especializados.

Em 2011, chegou-se a organizar novamente um segundo número da *Revista* pelo professor e historiador Osvaldo Batista Acioly Maciel, já sob a direção de seu segundo gestor, professor Geraldo da Silva Filho (1944-); composta por oito artigos, a ideia não se concretizou ainda uma vez.

A concepção desta *Revista* obedeceu a nortes plurais, que abrangessem desde o ensaio ao artigo científico, todavia que versassem, impreterivelmente, sobre história alagoana ou arquivística (preferiríamos o termo “arquivologia”), conforme suas diretrizes de autoria.

Para este número, contamos com a colaboração de estudantes de graduação a pós-doutores, a partir de convite especial do editor. Os autores estão todos detalhados ao final da revista e seus artigos passaram por sugestões de edição tanto ortográficas, quanto técnicas, sem menção ao acréscimo, pelo editor, de muitas das ilustrações e referências dispostas ao correr de cada texto.

Agradecemos aqui o empenho de toda a equipe do Arquivo Público de Alagoas, bem como aos nossos revisores, professor Jacob Lebensztayn e Mychelle de Melo Araujo, e ao nosso distinto Conselho Editorial, composto pelos ilustres Secretário-Chefe Álvaro Machado e doutores Ieda Lebensztayn, Celina Vargas do Amaral Peixoto e Jaime Antunes da Silva, estes dois últimos respectivamente ex-diretora-executiva da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ex-diretora-geral do Arquivo Nacional e atual diretor-geral da mesma instituição.

Esta edição é dedicada a três amigos do Arquivo Público de Alagoas: professores Moacir Medeiros de Sant’Ana, Denis Antônio de Mendonça Bernardes (*in memoriam*) e Francisco Reynaldo Amorim de Barros.

Ao longo desta caminhada, permaneceremos inabaláveis sob o propósito de concretização do plano que norteia as iniciativas pela vitalização de nossa instituição.

Entrevista

Celina Vargas do Amaral Peixoto _____

Celina Vargas do Amaral Peixoto é um nome bastante conhecido por aqueles que se dedicam à pesquisa no Brasil. Não simplesmente por sua ascendência genealógica remontar ao avô Getúlio Vargas (1882-1954), ao pai Ernani do Amaral Peixoto (1905-1989) ou à mãe Alzira Vargas do Amaral Peixoto (1914-1992), todos dotados de sensibilidade em preservar os seus próprios documentos para a reconstrução da memória nacional.

Celina, por sua experiência, soube aliar formação sociológica a uma carreira reconhecida de administradora à frente de relevantes instituições, como exemplo maior o Arquivo Nacional, do qual foi diretora-geral, quando então se fez responsável com sua equipe pela primeira fase de sua efetiva modernização e conquista de uma nova sede, e a Fundação Getúlio Vargas, onde pensou, criou e dirigiu o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), além de ter sido, posteriormente, diretora-executiva da FGV. Abaixo, a íntegra da entrevista exclusiva por ela concedida à *Revista do Arquivo Público de Alagoas*.

Revista do Arquivo Público de Alagoas: Professora Celina, é uma satisfação para o Arquivo Público de Alagoas contar com sua participação quando reedita a sua revista justamente meio século após seu aparecimento. O APA, que também comemora cinquenta anos, é um dos maiores acervos da memória alagoana e vai caminhando para a consolidação da “idade permanente”, para usar expressão técnica corrente entre os arquivistas. Como a senhora, com sua experiência arquivística, vê este momento de revitalização da instituição?

Celina Vargas do Amaral Peixoto: Muito me alegrou a notícia de que o Arquivo Público de Alagoas está a merecer maiores atenções por parte do governo do Estado, em especial do Gabinete Civil, ao qual está vinculado. Quando diretora do Arquivo Nacional, visitei Maceió e conheci então as instalações do APA e as dificuldades vividas ao longo de décadas. Imagino, portanto, a tarefa que cabe à gestão neste momento.

Recordo um comentário que de uma feita me fez o arquivista húngaro, Charles Kecskeméti (1920-2001), então secretário-executivo do Conselho In-

ternacional de Arquivos, cuja sede ficava em Paris, e que foi, inclusive, consultor importante no Processo de Modernização Institucional do Arquivo Nacional do Brasil: Kecskeméti afirmava que, depois dos documentos europeus, os do Brasil teriam a segunda maior importância para a preservação da memória do Ocidente por sua ligação com os países ibéricos, por ter o rei de Portugal governado daqui as suas colônias e por ter sido o próprio país, insolitamente, um Império. A pontuação é relevante, ao mesmo tempo que sugestiva, uma vez que implica o aumento da responsabilidade dos gestores de arquivos públicos em nosso país, embora alimente novas forças para um planejamento e um trabalho continuados em que o local se insira numa dimensão internacional.

É preciso que o gestor, dotado destas forças de compreensão, esteja ciente de uma administração impressa sob o ritmo da coragem e, obviamente, do apoio imprescindível dos governos para concretizar a sua missão.

Revista do Arquivo Público de Alagoas: Em 1987, entre outras iniciativas à frente do Arquivo Nacional, sua equipe fez publicar um *Guia preliminar dos arquivos estaduais*, para o qual foram consultadas 26 instituições. Por meio deste mapeamento, soube-se um pouco sobre cada qual destes órgãos arquivísticos. Estas instituições ainda buscam se ajustar às normas técnicas propostas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Como se deu esta experiência que completa 25 anos?

Celina Vargas do Amaral Peixoto: É óbvio que quando dirigi o Arquivo Nacional eu possuía um maior embasamento do que hoje sobre a situação de cada arquivo em nosso país. Naquele momento, enviamos questionários a todos os arquivos estaduais, obtendo então 23 respostas sobre sua história, suas condições de funcionamento, suas publicações e seu acervo. Foi um documento relevante, pois pudemos apresentar, em perspectiva, além de informações de ordem geral, os tipos de documentos discriminados por datação, tipologia e instrumentos de pesquisa e como andavam os órgãos partícipes.

Entre estes, estava o Arquivo Público de Alagoas, à época dirigido pelo professor Moacir Medeiros de Sant'Ana, que nos remeteu detalhes do APA, como localização, contato, ato de criação, horário de atendimento ao usuário (7h30 às 18h), condições para sua admissão, existência de salas de consulta, inexistência de atendimento por correspondência e de permuta interinstitucional, reprodução documental por datilografia ou fotocópia, biblioteca auxiliar sobre arquivologia, biblioteconomia, história administrativa, história

alagoana, história do Brasil e obras de referência, além de restrição a boa parte dos documentos. Soube recentemente, aliás, que na atual administração tais documentos têm sido disponibilizados para consulta à medida que passem a compor o inventário da instituição.

À época, foram-nos remetidos também os assuntos pertinentes ao acervo, como códices (manuscritos, datilografados, impressos e desenhos) das secretarias do Governo (1819-1892), do Interior (1892-1931) e da Fazenda (1892-1931), as primeiras desmembradas há muito tempo em novos escalões de Governo. Cabe ressaltar, por fim, que no quesito “Tipos de publicação”, não sei o porquê, não nos informaram sobre a própria *Revista do Arquivo Público de Alagoas* e outras publicações oficiais promovidas pelo Arquivo através de coleções dirigidas pelo mesmo Moacir Sant’Ana.

Revista do Arquivo Público de Alagoas: O historiador e arquivista americano, que visitou o Brasil em 1960 a convite do próprio Arquivo Nacional, T. R. Schellenberg (1903-1970), num de seus clássicos, que é o *Manual de arquivos*, republicado pelo Arquivo Público da Bahia, dissertava sobre os “princípios de arranjo de arquivos” por continentes como a Europa e a América do Norte. Em 1983, a senhora publicou um artigo na *Revista do Arquivo Público de Pernambuco* sob o título “Arquivos públicos em regiões tropicais”, no qual aliou à técnica arquivística sua formação sociológica, valendo-se das sugestões do conceito de “tropicalismo” do escritor, antropólogo e sociólogo pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987). É preciso ainda adaptar a técnica ao meio?

Celina Vargas do Amaral Peixoto: Como socióloga, reconheço a contribuição fundamental de Gilberto Freyre para a compreensão cultural do Brasil. Naquela época, início dos anos 80, quando Gilberto ainda vivia, estive no Recife, onde participei de um seminário sobre “Trópico e cultura”. Dirigia então o Arquivo Estadual o saudoso poeta e prosador pernambucano Mauro Mota (1911-1984) e foi meu comentador o historiador e arquiteto alagoano José Luiz Mota Menezes.

Deste seminário também me recordo da participação, entre outros, do documentalista Edson Nery da Fonseca, hoje especialista na obra de Gilberto, do jurista, escritor e ex-presidente da Academia Brasileira de Letras, Marcos Vinícios Vilaça, do antropólogo e médico Waldemar Valente (1908-1992), do jurista Lourival Vilanova, do jurista e sociólogo Raymundo Faoro (1925-2003), autor, aliás, de um clássico do pensamento social brasileiro, *Os donos do poder* (1958), do antropólogo e médico René Ribeiro (1914-1990) e da escrito-

ra Rachel de Queiroz (1910-2003), esta que, inclusive, morou em Maceió nos anos 30, num momento de efervescência cultural de Alagoas.

Defendi então, multidisciplinarmente e de base em algumas sugestões freyrianas, que os arquivos, além de instâncias que historicamente passam pela formação dos estados modernos desde o século XVI, não se restringiriam, na sua conceituação, a princípios fechados de técnica e de regras sobre as quais o CONARQ é orientador central, mas também caminham de acordo com cada realidade administrativa e o meio cultural em que se inserem. Daí que certa dimensão, diríamos, “geográfica” deve ser levada em conta se quisermos conferir funcionalidade aos arquivos do país.

Eu mesma afirmara naquela ocasião, permita-me ler aqui:

Aos arquivos públicos de uma nação cabe a preservação de todo o patrimônio documental de seu povo. [...] Já temos hoje conhecimento suficiente (nos países de região tropical) de que esta solução é de elevado custo e que envolve técnicas sofisticadas de implantação, operação e manutenção. Aqui está talvez o grande desafio dos arquivos públicos e privados das regiões tropicais: como adaptar a teoria, a técnica e a prática da conservação de documentos adquirida nos países mais desenvolvidos, localizados em regiões temperadas, com as dificuldades provenientes do clima tropical? [...] a conservação de documentos em países tropicais é muito mais do que uma questão científica: é um desafio científico. Um desafio que só poderá ser enfrentado numa ação multidisciplinar, onde se conjuguem esforços de especialistas de arquivo, restauração, arquitetura, engenharia, química, microbiologia e outros.

Revista do Arquivo Público de Alagoas: Neste mesmo artigo, a senhora enumera que “todo arquivo público deve estar apto a: (1) recolher a documentação produzida pelo poder público, quer na esfera federal, quer nas estadual e municipal; (2) armazenar e conservar em condições adequadas a documentação recolhida; (3) processar a informação relativa ao acervo documental sob sua guarda; e (4) contribuir para a integração da rede do Sistema Nacional, estadual ou municipal de arquivos”. Dentro da realidade histórica e administrativa atual dos arquivos no país, qual destes quatro pontos a senhora crê mais relevante?

Celina Vargas do Amaral Peixoto: É uma pergunta um pouco complexa de ser respondida. O ponto 1 é fundamental, mas só pode ser posto em atividade quando o órgão já possui condições mínimas de estruturação para novas recepções. De mesma sorte, o ponto 4 só se executará com funcionalidade se estas condições permitirem operacionalidade quanto à missão dos arquivos, enquanto órgãos centrais em seus respectivos estados, de acordo com a legislação arquivística de cada unidade federativa integrada ao Conselho Nacional.

No entanto, eu escolheria os pontos 2 e 3. O ponto 2 porque é necessária uma mínima condição de armazenamento para a salvaguarda e o próprio mapeamento dos acervos. Ou seja, já se vê que, sem o ponto 2, torna-se difícil também processar o ponto 3, uma vez que este último, caso promovido, é que dará acesso por parte dos pesquisadores às fontes de que disponha cada arquivo público. Resumindo: sem arranjo espacial (ponto 2) não se promove o arranjo conteudístico (ponto 3).

De maneira que, fôssemos optar entre os quatro pontos, ficaríamos com a missão primordial de cada arquivo público: não somente administrativa e legalmente comprobatório, mas também instituição de pesquisa, para que se atenda aos consultantes nas suas demandas.

Revista do Arquivo Público de Alagoas: A senhora dirigiu dois trabalhos arquivísticos, o Arquivo Nacional, que se dedica prioritariamente à documentação produzida pela administração pública federal, e o CPDOC, que se vem dedicando, sobretudo, à guarda, conservação e pesquisa de documentos produzidos pela elite política nacional. Quando nos últimos anos temos visto ser cada vez mais enfocada a questão do patrimônio histórico em nosso país, as conceituações “público” e “privado” já estão mais bem definidas atualmente?

Celina Vargas do Amaral Peixoto: Antigamente, considerava-se “público” só o estatal; o “privado” estaria na competência da sociedade. Nos últimos tempos, porém, houve uma grande evolução em relação a este conceito: nem tudo o que pode ser considerado “público” pertence, necessariamente, só à esfera estatal. As parcerias públicas e privadas, o trabalho das organizações não governamentais que tratam de questões da sociedade e que poderiam estar entre as tarefas de um governo hoje fazem parte de uma visão diferenciada, entre o que é “público” e o que é “privado”.

Consideremos: quando começamos a trabalhar nos arquivos de Getúlio Vargas, sabíamos que não se tratava de mais um arquivo familiar, isto é,

“privado”. Estávamos conscientes de que este acervo não poderia pertencer só à família Vargas, embora tivéssemos arcado sempre com os custos da sua manutenção, guarda e preservação. Tínhamos a percepção de que Getúlio pertencia a algo maior, ao público, ao povo a quem ele dedicou o seu sacrifício. Isto significa que em 1973, na ocasião em que o CPDOC foi criado, já possuíamos uma concepção atualizada desta questão.

Esclareço que existem no CPDOC/FGV, ainda a serem estudadas, as cartas de meu avô para minha mãe Alzira Vargas do Amaral Peixoto, datadas do período em que ele esteve fora da presidência, entre o final do Estado Novo e sua eleição de retorno em 1950. Sou consciente de que, com o tempo, também precisamos revelá-las, tornando-as “públicas”, como o fizemos na organização do diário de Getúlio, que ele começou a escrever justamente no primeiro dia da revolução de 30.

No que respeita ao Arquivo Nacional, a instituição adquiriu uma visão mais moderna, que não é simplesmente um lugar de cartórios, depósito de papel velho, mas sim a de um assessoramento da Presidência da República, dos ministérios e do governo de um modo geral e, além e principalmente, acesso à documentação pública com transparência para o cidadão, que tem direito a estas informações produzidas.

É preciso dizer que o “público” às vezes pode ser mais expressivo que o “privado”, pois aqueles que designamos comumente de “anônimos”, os coadjuvantes ao longo da história, as pessoas que guardam em sua casa ricas coleções privadas, tudo isto também retrata a vida cotidiana através de álbuns de famílias ou manuscritos domésticos e correspondências que são produzidos ao longo de gerações que envolvem o cidadão comum também. Penso que devemos olhar, sim, as fontes históricas dos “anônimos”, da população, do que se passa no cotidiano da sociedade.

Por fim, há também a memória do espaço, do locus, do prédio, da arquitetura; das tradições orais dos povos que pouco escrevem e documentam e outras formas de tecnologia, como os dispositivos eletrônicos e virtuais. Existe, logo se vê, uma dimensão mais ampla de preservação patrimonial e, nesse caso, precisamos ampliar, também, a nossa preocupação, tornando-a mais abrangente. É fundamental, assim, nos ocuparmos da história do índio, do negro, das populações marginalizadas. Neste sentido, houve uma recuperação? Não sei, não conheço tanto para opinar, mas precisamos sempre melhorar. É importante pensar, portanto, e de maneira mais profunda, na preservação da nossa identidade cultural como um todo.

Arquitetura oficial de Alagoas na Gestão Osman Loureiro, 1934-1940

*Aline de Figueirôa Silva, Augusto Bernardes Castro,
Denis Antônio de Mendonça Bernardes e Rosane Piccolo Loretto*

Resumo: O artigo discute a arquitetura oficial na gestão do governador Osman Loureiro de Farias, baseado na publicação *Documentário de uma administração 1934-1940*, sob a voga do programa desenvolvimentista brasileiro e da renovação dos padrões estéticos e construtivos, destacando-se 29 grupos escolares construídos em 27 municípios alagoanos¹.

História, política e arquitetura: uma aproximação em Alagoas dos anos 1930

A revolução de 1930 trouxe mudanças políticas, culturais, sociais e econômicas que atingiram todo o território nacional. No plano político, os governadores dos estados foram depostos e substituídos por interventores nomeados pelo governo provisório, chefiado por Getúlio Vargas. Em Alagoas não foi diferente. Em 12 de outubro de 1930, o governador Álvaro Paes foi substituído por um interventor nomeado por Juarez Távora. Após uma série de interventores, com passagens mais ou menos longas pelo cargo, assumiu o governo Osman Loureiro de Farias (1895-1979), cuja administração foi marcada por diversas obras públicas, registradas na publicação “Documentário de uma administração, 1934-1940”.² É sobre este material, de grande significado para a história da arquitetura oficial de Alagoas, que se baseia o presente artigo.

Em mais de seis anos de governo, Osman Loureiro empreendeu um vasto programa de obras pelo território alagoano, enfrentando entraves de ordem política, econômica e social, como o Cangaço, o déficit orçamen-

¹ Este texto, em versão anterior, foi apresentado ao 1º Seminário Arquitetura e Documentação, ocorrido em 2008, em Belo Horizonte.

² Devemos o conhecimento deste álbum ao advogado alagoano Waldemar Bernardes de Melo, a quem registramos nossos agradecimentos.

Nº	Município [Nome atual]	Edificação	Função
01	Água Branca	Grupo Escolar	Educação
02	Anadia	Grupo Escolar	Educação
03	Arapiraca	Grupo Escolar	Educação
04	Colégio [Porto Real do Colégio]	Grupo Escolar	Educação
05	Coruripe	Grupo Escolar	Educação
06	Floriano Peixoto ou Marechal Floriano [Piranhas]	Grupo Escolar	Educação
07	Igreja Nova	Grupo Escolar	Educação
08	Limoeiro [Limoeiro de Anadia]	Grupo Escolar	Educação
09	Maceió	Grupo Escolar	Educação
10	Maceió	Grupo Escolar do Poço	Educação
11	Maceió	Grupo Escolar de Ponta Grossa	Educação
12	Maragogi	Grupo Escolar	Educação
13	Marechal Deodoro	Grupo Escolar	Educação
14	Mata Grande	Grupo Escolar	Educação
15	Murici	Grupo Escolar	Educação
16	Palmeira dos Índios	Grupo Escolar	Educação
17	Pão de Açúcar	Grupo Escolar	Educação
18	Penedo	Grupo Escolar	Educação
19	Piaçabuçu	Grupo Escolar	Educação
20	Porto Calvo	Grupo Escolar	Educação
21	Porto de Pedras	Grupo Escolar	Educação
22	Quebrangulo	Grupo Escolar	Educação
23	Rio Largo	Grupo Escolar	Educação
24	Santana do Ipanema	Grupo Escolar	Educação
25	São José da Laje	Grupo Escolar	Educação
26	São Miguel dos Campos	Grupo Escolar	Educação
27	Traipu	Grupo Escolar	Educação
28	União [União dos Palmares]	Grupo Escolar	Educação
29	Viçosa	Grupo Escolar	Educação
30	Maceió	Instituto de Educação	Educação
31	Maceió	Escola de Farmácia e Odontologia	Educação
32	Maceió	Centro de Saúde	Saúde
33	Maceió	Hospital de Crianças	Saúde
34	Maceió	Mercado	Comércio
35	Maceió	Prédio das Diretorias	Administração Pública
36	Maceió	Projeto do Palácio da Justiça	Administração Pública

Quadro 1: Edificações construídas na gestão Osman Loureiro (1934-1940). **Fonte:** Os autores.

tário e as secas de 1936 e 1937. Sua gestão seguiu a orientação de várias administrações contemporâneas com ênfase na educação primária e superior, construindo grupos escolares e institutos de formação profissional, centros de saúde e outras edificações públicas, como em Pernambuco,



Figura 1: Mapa das edificações construídas na gestão Osman Loureiro (1934-1940).

Fonte: Os autores.

Pará, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Osman Loureiro priorizou a recuperação econômica, social e infraestrutural do Sertão, através do combate ao Cangaço, dos investimentos nas rodovias, dos incentivos agrícolas e da interiorização da educação. Foram realizadas 46 obras em pelo menos trinta municípios, na capital Maceió, no litoral norte e sul, no agreste, no sertão, na região da mata e do baixo São Francisco, entre dez estradas de rodagem e 36 edificações (Quadro 1 e Figura 1), sendo 29 grupos escolares, duas escolas de formação superior, um hospital infantil, um centro de saúde e mais três edificações de caráter cívico ou comercial.

O governo prestava assistência técnica, financeira e operacional através da orientação profissional, disponibilização de recursos e cessão de máquinas de construção e veículos para o transporte de material. A arquitetura oficial alagoana vertia alguns princípios racionalistas do Movimento Moderno através da utilização de novos elementos de composição, em paulatino abandono aos traços arquitetônicos neoclássicos e ecléticos, e da padronização de soluções, que viabilizava a repetição de projetos em diversos municípios num curto espaço de tempo. Tal orientação primava pela eficiência econômica e reduzia a dependência de mão de obra especializada.

Foram priorizados os grupos escolares por sua ocorrência predominante, totalizando 29 exemplares, cerca de 63% do conjunto das

obras e 80% das edificações, e por sua dispersão no território, ao longo de 27 municípios (Quadro 2). Segundo o IBGE, o território alagoano atualmente divide-se em três mesorregiões, treze microrregiões e 102 municípios. É notável a distribuição territorial dos 29 grupos escolares, localizados em doze das treze microrregiões do estado, sendo três em Maceió e 26 em outros 26 municípios.

As 29 construções analisadas refletem um momento de renovação da arquitetura, segundo quatro tipos, ainda que tenham utilizado algumas soluções projetuais tradicionais, como cobertas em estrutura de madeira e telhas cerâmicas e muros e embasamentos filiados à linguagem clássica. Por um lado, esta uniformidade estilística e programática foi utilizada como um meio de otimização de recursos técnicos e financeiros durante a implementação de equipamentos assistencialistas em diferentes regiões do estado. E, por outro, valeu-se da tipificação arquitetônica para firmar uma imagem condizente com os novos ideais governamentais.

Mesorregião	Microrregião	Municípios	Nº do Grupo Escolar
Agreste Alagoano	Arapiraca	<u>Arapiraca</u> <u>Campo Grande</u> <u>Coité do Noia</u> <u>Craibas</u> <u>Feira Grande</u> <u>Girau do Ponciano</u> <u>Lagoa da Canoa</u> <u>Limoeiro de Anadia</u> <u>São Sebastião</u> <u>Taquarana</u>	(03) (08)
	Palmeira dos Índios	<u>Belém</u> <u>Cacimbinhas</u> <u>Estrela de Alagoas</u> <u>Igaci</u> <u>Maribondo</u> <u>Mar Vermelho</u> <u>Minador do Negrão</u> <u>Palmeira dos Índios</u> <u>Paulo Jacinto</u> <u>Quebrangulo</u> <u>Tanque d'Árca</u>	 (16) (22)
	Traipu	<u>Traipu</u> <u>Olho d'Água Grande</u> <u>São Brás</u>	 (27)
	Litoral Norte Alagoano	<u>Maragogi</u> <u>Japaratinga</u> <u>Porto de Pedras</u> <u>São Miguel dos Milagres</u> <u>Passo de Camaragibe</u>	(12) (21)
	Maceió	<u>Barra de Santo Antônio</u> <u>Barra de São Miguel</u> <u>Coqueiro Seco</u> <u>Maceió</u> <u>Marechal Deodoro</u> <u>Paripueira</u> <u>Pilar</u> <u>Rio Largo</u> <u>Santa Luzia do Norte</u> <u>Satuba</u>	 (09, 10, 11) (13) (23)
	Mata Alagoana	<u>Colônia de Leopoldina</u> <u>Novo Lino</u> <u>Campestre</u> <u>Jundiá</u> <u>Jacuípe</u> <u>Porto Calvo</u> <u>Matriz de Camaragibe</u>	 (20)

Mesorregião	Microrregião	Municípios	Nº do Grupo Escolar
Leste Alagoano		Joaquim Gomes Branquinha Flexeiras São Luís do Quitunde Messias Murici Capela Cajueiro Atalaia	(15)
	Penedo	Feliz Deserto Piaçabuçu Penedo Igreja Nova Porto Real do Colégio	(19) (18) (07) (04)
	São Miguel dos Campos	Boca da Mata Jequiá da Praia Anadia Campo Alegre Junqueiro Teotônio Vilela São Miguel dos Campos Roteiro Coruripe	(02) (26) (05)
	Serrana dos Quilombos	São José da Laje Ibateguara União dos Palmares Santana do Mundaú Chã Preta Viçosa Pindoba	(25) (28) (29)
Sertão Alagoano	Alagoana do Sertão do São Francisco	Delmiro Gouveia Olho d'Água do Casado Piranhas	(06)
	Batalha	Olho d'Água das Flores Oliveira Monteirópolis Jacaré dos Homens Belo Monte Batalha Jaramataia Major Isidoro	
	Santana do Ipanema	Pão de Açúcar São José da tapera Senador Rui Palmeira Maravilha Ouro Branco Poço das Trincheiras Santana do Ipanema Carneiros Palestina Dois Riachos	(17) (24)
	Serrana do Sertão Alagoano	Pariconha Água Branca Mata Grande Canapi Inhapi	(01) (14)
03	13	102	29

Quadro 2: Grupos escolares construídos na gestão Osman Loureiro (1934-1940) e sua distribuição geográfica, segundo a atual divisão político-administrativa do IBGE. **Fonte:** Os autores.

O contexto histórico brasileiro

O movimento armado que, sob a direção de Getúlio Vargas, depôs o presidente Washington Luís e impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes iniciou um novo ciclo na história do Brasil. Suscitou, desde sua eclosão, uma vasta literatura e continua objeto de diversas interpretações, notadamente sobre seu alcance revolucionário,

sua composição de classe e o grau de ruptura com a Primeira República (1889-1930).³

Qualquer que seja a interpretação dada à Revolução de 1930, é impossível não reconhecer mudanças na ordem político-institucional brasileira. Mudanças que representaram um efetivo rompimento com características anteriores, muitas das quais ainda presentes. A mais importante e fundamental, da qual tudo foi uma consequência, foi a redefinição do papel do Estado e de suas relações com a sociedade. Ao Estado Liberal da Primeira República, cuja expressão maior, mas não única, está consagrada na Constituição de 1891,⁴ sucedeu um Estado que assumiu como missão e projeto uma ampla intervenção nas mais diversas instâncias da vida da sociedade brasileira. Esta ação diferenciada do Estado nos vários aspectos da vida nacional evidencia-se na criação de diversas instituições estatais que atuaram real e concretamente na implantação de novos padrões de gestão pública e direção da sociedade (Quadro 3). Segundo Ianni:

Assim, nos anos de 1930-1945, o governo federal criou comissões, conselhos, departamentos, institutos, companhias, fundações e formulou planos. Além disso, promulgou leis e decretos. E incentivou a realização de debates, em nível oficial e oficioso, sobre os problemas econômicos, financeiros, administrativos, educacionais, tecnológicos e outros. As medidas adotadas pelo governo alcançaram praticamente todas as esferas da sociedade nacional. Tratava-se de estudar, coordenar, proteger, disciplinar, reorientar e incentivar as atividades produtivas em geral. Ou seja, tratava-se de formalizar, em novos níveis, as condições de intercâmbio e funcionamento das forças produtivas no mercado brasileiro... Nesse contexto, a Revolução

³ A terminologia política pós-30 foi, naturalmente, criada pelos vencedores. Ao denominar o período 1889-1930 como *República Velha* e ao intitular de *Revolução* o movimento vitorioso em outubro de 1930 e, posteriormente, de *Estado Novo*, o golpe vitorioso em 1937, os novos senhores da política realizavam uma desqualificação do período anterior e fundavam sua própria legitimidade como agentes de uma nova era da história brasileira. Mas, independentemente desta interessada operação linguística e de suas limitações, o pós-30 trouxe inequívocas rupturas.

⁴ A Constituição de 1891 trouxera importantes mudanças políticas em relação à Constituição do Império (1824), notadamente no plano político, ao instituir a eleição direta para as diversas autoridades republicanas, reduzir a idade mínima para ser eleitor e abolir o voto censitário. Outra importante mudança foi a laicização do Estado, com a adoção do casamento civil, a ampliação da liberdade religiosa, a secularização dos cemitérios. Mas continuou alijando as mulheres da vida política e foi omissa quanto à questão social.

de 1930 e as inovações nos anos posteriores provocaram a reformulação dos ideais e padrões de tipo capitalista.⁵

Planejamento, intervenção direta nas atividades econômicas, assumindo, inclusive, funções produtivas, como a implantação de siderurgia e da Fábrica Nacional de Motores, ampliação da ação do Estado na educação e na saúde, com a criação de ministério próprio para estes setores, incorporação do saber técnico às decisões das diversas áreas da administração pública, coleta mais sistemática de dados estatísticos e territoriais, através da criação do IBGE e do Conselho Nacional de Geografia, elaboração de planos especiais de desenvolvimento rodoviário, reconhecimento da questão social, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e a edição do conjunto de leis conhecidas como Consolidação das Leis do Trabalho. Eis algumas das mais significativas mudanças gradativamente implantadas e consolidadas em consequência do movimento que pôs fim ao ciclo político 1889-1930.⁶

O ciclo da história política brasileira iniciado em outubro de 1930 encerrou-se em novembro de 1945, quando Getúlio Vargas foi deposto e o país voltou à institucionalidade democrática, com a convocação de uma Assembleia Constituinte (1946), a volta da existência legal dos partidos políticos,⁷ a restauração da tripartição dos poderes republicanos, a liberdade de expressão e o voto direto para a escolha do presidente da República, governadores e prefeitos.⁸ Este ciclo político durou quinze anos, mas conheceu períodos institucionalmente diferenciados, que importa referir para situar o lugar nele ocupado pela administração Osman Loureiro de Farias (1934-1940).

Um primeiro momento foi o chamado Governo Provisório, quando Getúlio Vargas governou com todos os poderes, reunindo em sua pessoa tanto o poder executivo, quanto o poder legislativo. Esta fase sofre uma

⁵ Ianni, O. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, pp. 22-3.

⁶ A Constituição de 1934, embora tenha tido uma vigência política muito curta, constitui um marco fundamental na institucionalização dos novos princípios da administração pública acima referidos, na redefinição da ação do Estado, rompendo com o liberalismo anterior da Constituição de 1891, e na consagração dos direitos sociais que desde o século XIX eram as principais bandeiras das lutas dos trabalhadores assalariados, notadamente os operários. Direitos como o salário mínimo, jornada de oito horas diárias, repouso semanal, previdência, licença maternidade, entre diversos outros, foram, então, pela primeira vez inscritos em uma constituição brasileira. Seus elementos fundamentais foram incorporados aos sucessivos documentos constitucionais, como a Constituição de 1937 e a de 1946.

⁷ Uma restrição, contudo, à ampla existência dos partidos políticos, aconteceu em 7 de maio de 1947, com o cancelamento do registro do Partido Comunista Brasileiro, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral.

⁸ Os prefeitos das capitais e dos municípios com estações de água e portuários continuaram a ser nomeados até 1955.

Ano	Instituições criadas no pós-30
1930	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
1931	Conselho Nacional do Café Instituto do Cacau da Bahia
1932	Ministério de Educação e Saúde Pública
1933	Departamento Nacional do Café Instituto do Açúcar e do Alcool
1934	Conselho Federal do Comércio Exterior Instituto Nacional de Estatística Código de Minas Código de Águas Plano Geral de Viação Nacional Instituto de Biologia Animal
1937	Conselho Brasileiro de Geografia Conselho Técnico de Economia e Finanças
1938	Conselho Nacional do Petróleo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) Instituto Nacional do Mate Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
1939	Plano de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa
1940	Comissão de Defesa da Economia Nacional Instituto Nacional do Sal Fábrica Nacional de Motores
1941	Companhia Siderúrgica Nacional Instituto Nacional do Pinho
1942	Missão Cooke Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)
1943	Coordenação de Mobilização Econômica Companhia Nacional de Álcalis Fundação Brasil Central Usina Siderúrgica de Volta Redonda Consolidação das Leis do Trabalho Serviço Social da Indústria (SESI) Plano de Obras e Equipamentos Primeiro Congresso Brasileiro de Economia
1944	Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial Serviço de Expansão do Trigo
1945	Conferência de Teresópolis Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) Decreto-Lei Nº 7.666, sobre atos contrários à ordem moral e econômica

Quadro 3: Instituições, empresas, conselhos e regulamentações criadas pelo Estado em 1930-1945. **Fonte:** Ianni (1971, p. 22-23).

mudança em 1933, com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, e encerra-se em 1934, com a promulgação de uma nova constituição. Vargas continuou no poder como presidente eleito pela Assembleia Nacional Constituinte. Nos estados da federação, os interventores deveriam ser substituídos por governadores eleitos pelas respectivas Assembleias Estaduais e, em seguida, tanto o presidente da República quanto os governadores seriam eleitos pelo voto direto.

Mas, em 1937, utilizando a justificativa da ameaça da tomada do poder pelos comunistas, que parecia real, devido à Intentona Comunista (1935), Getúlio Vargas rompe com a legalidade republicana e, com o apoio dos principais chefes militares, instaura o Estado Novo, com poderes ditatoriais, censura à imprensa, fim da vida partidária, fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Estaduais e das Câmaras de Vereadores. Os poderes locais voltam a ser escolhidos e nomeados pelo poder central e a federação é apenas uma ficção consti-

tucional. No conjunto, três elementos devem ser referidos como parte das transformações políticas, administrativas e culturais da sociedade brasileira no pós-30.

O primeiro diz respeito a uma importante renovação, ainda que parcial, dos quadros políticos e administrativos. Todos os governadores dos estados, cujos mandatos provinham das eleições realizadas antes de 1930, foram depostos e muitos chegaram a deixar o Brasil, somente regressando tempos depois. A Assembleia Nacional, as Assembleias Estaduais e as Câmaras Municipais foram dissolvidas. Prefeitos foram destituídos de seus cargos e um número expressivo de funcionários públicos, civis e militares foi afastado de suas funções. Isto permitiu a emergência de uma nova camada dirigente, civil e militar, cuja legitimidade provinha, agora, da nomeação do poder central, do Governo Provisório chefiado por Getúlio Vargas. O exemplo mais significativo da ascensão dos novos quadros políticos foi o dos tenentes, muitos vivendo na clandestinidade e com prisão decretada. Com a vitória de outubro de 1930, passaram a desempenhar importantes funções no aparelho do Estado, ora como interventores, ora como ministros ou dirigentes de instituições estatais.

O segundo elemento diz respeito a uma nova estratégia da presença do Estado no território nacional, que rompeu radicalmente com o estaduismo da Primeira República, expresso na chamada política dos governadores, e passou a atuar sobre um recorte regionalizado do território. Importa mencionar que data de 1940 a primeira divisão regional oficial do Brasil, com a elaboração do primeiro mapa que lhe consagrou.⁹ No plano cultural, esta regionalização da ação estatal tem seu contraponto com a emergência do regionalismo literário e sociológico, cujos marcos são as obras de Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, José Américo de Almeida, Gilberto Freyre, Jorge de Lima e Djacir Menezes.

Um terceiro elemento que caracterizou as transformações da ação do Estado no período 1930-1945 foi a existência de um projeto de nação, baseado no desenvolvimento da indústria e capitalismo nacionais, no reconhecimento dos direitos sociais dos trabalhadores urbanos, na expansão dos serviços de educação e saúde. Em todos estes aspectos, o período apresentou realizações que não têm similar com tudo o que havia sido feito desde a Independência e a criação do Estado Nacional, em 1822.

⁹ BERNARDES, D. M. Notas sobre a formação social do Nordeste. *Revista Lua Nova*, n. 71, São Paulo, pp. 41-79, 2007.

O contexto histórico alagoano

A crise do poder oligárquico que levou ao fim da Primeira República manifestou-se, de alguma maneira, sob uma base espacial, quando o Rio Grande do Sul e a Paraíba não aceitaram o pacto eleitoral imposto por Washington Luís e apresentaram a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa para presidente e vice, respectivamente. O desfecho da crise é por demais conhecido e não cabe retomar aqui o relato dos acontecimentos. Nos estados do Nordeste, desde o final dos anos 1920, crescia a insatisfação com o poder central e seus aliados locais. A ideia de uma ruptura revolucionária com a ordem política e institucional da Primeira República passou a estar presente de maneira cada vez mais intensa nesta região.

No dia 3 de outubro, inicia-se o movimento armado no Recife. No dia 5 já não há mais resistência. Desde o dia anterior, o então governador Estácio Coimbra havia abandonado o palácio do governo. As notícias de Pernambuco chegaram rapidamente a Maceió e tornaram cada vez mais insustentável a resistência do governador Álvaro Paes. No dia 9 do mesmo mês, este deixou o governo.¹⁰ Juarez Távora, que saíra da clandestinidade e participara da ruptura armada no Recife, chegou a Maceió no dia 14. Principal chefe militar do movimento no Norte, coube-lhe fazer a primeira nomeação das novas autoridades que substituíram aquelas que até então estavam no poder.

No entanto, a nova ordem institucional e burocrática não se estabilizou de imediato. Somente a partir de 1935 ocorrerá tal estabilização,¹¹ isto no tocante à direção da administração pública em Alagoas, pois no plano dos embates políticos, estes foram extremamente acirrados até novembro de 1937, quando Getúlio Vargas, com o apoio das Forças Armadas, dá o golpe que instaura o Estado Novo e encerra a breve fase democrática retomada em 1933 e cujo resultado foi a Constituição de 1934. Portanto, a administração Osman Loureiro de Farias, à frente do governo de Alagoas, conheceu três

¹⁰ Neste mesmo dia um avião sobrevoou Maceió soltando uma proclamação assinada por Juarez Távora, como *Chefe da Revolução do Norte do Brasil*, conclamando a população a aderir a ela e apelando ao governo para poupar “a família alagoana de dias de desespero e de luto” (CARVALHO, C. P. de *Formação histórica de Alagoas*. Maceió: Grafitec, 1982, p. 284).

¹¹ Aqui indicamos apenas a sucessão de interventores que substituíram o governador Álvaro Paes (1928-1930), todos com passagens mais ou menos efêmeras pelo poder, até o período de governo Osman Loureiro de Farias: 1930-1931, Hermilo de Freitas Melo; 1931, tenente-coronel Luiz de França Albuquerque; 1931-1932, capitão Tasso de Oliveira Tinoco; 1932-1933, tenente-coronel Luiz de França Albuquerque; 1933-1934, capitão Francisco Afonso de Carvalho; 1934, capitão Temístocles Vieira de Azevedo; 1934-1935, Osman Loureiro de Farias, 1935, Edgar de Góes Monteiro; 1935, major Benedito Augusto da Silva; 1935-1937, Osman Loureiro de Farias, como governador eleito pela Assembleia Estadual; 1937-1940, Osman Loureiro de Farias, como interventor nomeado por Getúlio Vargas, em seguida à implantação do Estado Novo (Albuquerque, I. L. de. *Notas sobre a história de Alagoas*. Maceió: Sergasa, 1989, pp. 164-8).

períodos: o primeiro, de 1º de maio de 1934 a 26 de março de 1935, como interventor; o segundo, de 27 de maio de 1935 a novembro de 1937, como governador eleito pela Assembleia Estadual; e o terceiro, de novembro de 1937 a 31 de outubro de 1940, como interventor.

A administração Osman Loureiro de Farias, 1934-1940

Alagoano de Maceió, Osman Loureiro de Farias (1895-1979) formou-se em Direito em 1915 pela Faculdade de Direito do Recife. Foi professor de Direito Penal na Faculdade de Direito de Alagoas, promotor público em Maceió, autor de livros sobre Economia e Direito, cronista, poeta, proprietário da Usina Camaragibe e intelectual com larga produção. Em 1955, publicou “A reforma penal do Brasil”.

Sua administração à frente do estado de Alagoas foi marcada por grande dinamismo e muitas realizações, notadamente no campo da educação e da saúde. Embora empresário vinculado à agroindústria açucareira, sua ação administrativa voltou-se também para outras atividades produtivas rurais, como a pecuária, a cultura algodoeira e a produção de alimentos. Implantou o posto de zootecnia em Palmeira dos Índios, criou a Diretoria de Agricultura (1936), promoveu a distribuição de sementes, de implementos agrícolas, de reprodutores bovinos de “raça”. Através do Serviço de Assistência Municipal, buscou incorporar a ação das prefeituras do interior às ações do governo estadual. Em sua gestão, foi construído o Porto de Jaraguá, iniciativa do interventor Tasso de Oliveira Tinoco, no sentido de um porto moderno e aparelhado para o comércio de importação e exportação e atracação de navios de passageiros. A construção do porto de Maceió e a abertura de estradas em vários pontos do território do estado visavam a favorecer a atividade produtiva agrícola, facilitando as comunicações, baixando o custo do transporte e favorecendo a exportação.

Foi ainda durante sua administração que a polícia alagoana derrotou o lendário chefe do cangaço, Lampião, exterminando quase todos os que o acompanhavam, inclusive sua companheira, Maria Bonita. As cabeças de Lampião, Maria Bonita e dos principais cangaceiros foram triunfalmente expostas em Maceió antes de seguirem para a Bahia, onde ficaram expostas por muitos anos.

As decisões administrativas não se passavam apenas no campo neutro de decisões técnicas. Até o golpe de novembro de 1937, que instaurou o Estado Novo (1937-1945), foi intensa a luta política, ideológica e cultural.

Luta que se expressava através de organizações partidárias ou suprapartidárias, mas também de indivíduos.

Por uma série de fatores, a Maceió dos anos 30 reunia intelectuais locais e egressos de outros estados, muitos em início de carreira, mas que se firmariam com obras que os consagrariam na história cultural do Brasil: Graciliano Ramos, Aurélio Buarque de Holanda, Alberto Passos Guimarães, Valdemar Cavalcanti, Jorge de Lima, Rachel de Queiroz, Aloísio Branco, Carlos Paurílio, Manuel Diegues Júnior, Mário Brandão, Raul Lima, Théo Brandão, José Auto, José Lins do Rego, Santa Rosa. Foi no período de 1930 a 1936 que Graciliano Ramos escreveu os romances *Cahetés* (publicado em 1933), *S. Bernardo* (publicado em 1934) e *Angústia* (publicado em 1936).

O escritor teria, aliás, uma participação direta na renovação do ensino público em Alagoas entre os anos de 1933 e 1936. Em janeiro de 1933, foi nomeado diretor da Instrução Pública do Estado pelo interventor capitão Francisco Afonso de Carvalho. Foi mantido no cargo por Osman Loureiro até 1936, quando, após o levante comunista de 1935, suspeito de simpatias pró-comunistas, foi preso. O relato do clima de suspeição em torno de sua pessoa, de sua prisão e da isenção de Osman Loureiro, cuja intenção teria sido poupá-lo, foi feito pelo próprio Graciliano Ramos, anos depois, em *Memórias do cárcere*.¹²

A arquitetura oficial dos grupos escolares de Alagoas

A arquitetura brasileira tem sido tema de debates e fóruns específicos e eventos e redes de pesquisa dedicados à produção da cidade, que incluem a relação entre urbanismo e poder público. Alguns trabalhos têm sido realizados sobre a produção arquitetônica remanescente da Era Vargas e, particularmente, durante a vigência do Estado Novo, como os equipamentos de infraestrutura escolar e hospitalar construídos por alguns interventores. No caso do Nordeste, são poucos os trabalhos dedicados à modernidade arquitetônica no estado de Alagoas. No geral, dados ou artigos sobre a produção arquitetônica alagoana não comparecem na produção científica especializada no âmbito nacional ou regional. As obras arquitetônicas ora analisadas dizem respeito aos dois últimos períodos da gestão Osman Loureiro, que, embora distintos institucionalmente, formam um conjunto coeso pela continuidade de sua administração.

¹² RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere* (1953). 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 1975, pp. 38-48.

A principal fonte deste trabalho é o álbum “Documentário de uma administração 1934-1940”, composto de texto, fotografias e um projeto arquitetônico (a planta de fachada, não executada, do palácio da Justiça, cujo modelo e linhas arquitetônicas diferem inteiramente de todas as obras edificadas na gestão Osman Loureiro. O álbum não contém notas tipográficas, mas se supõe que foi impresso em Maceió em 1940. Na parte inferior da capa a expressão Lit. Esperança indica a abreviatura de Litografia Esperança. O Documentário não tem suas páginas numeradas, mas traz a justificativa de sua edição: “Este álbum serve para documentar uma obra de governo e foi mandado imprimir pelos amigos do interventor Osman Loureiro, representados pela comissão abaixo”. Seguem os nomes dos membros da referida comissão, entre os quais gente do empresariado alagoano, usineiros, industriais e provavelmente alguns agentes da alta burocracia de Alagoas: Mário Leão, Antonio Machado, Alfredo de Maya, Gustavo Paiva, Tercio Wanderley, Carlos Nogueira, Homero Galvão, Luiz Calheiros, Ezequiel Pereira, Manoel Afonso Viana, Virgílio Cabral, Dionysio Sobrinho.

O álbum contém retratos de Getúlio Vargas e de Osman Loureiro de Farias e fotografias das obras por ele realizadas. A Educação foi a área na qual a atuação de Osman Loureiro deixou o maior número de obras, superando tudo o que havia sido feito durante todas as gestões anteriores, desde a Independência. Antes de sua administração existiam alguns grupos escolares em Maceió e nos municípios de Capela, São Luís do Quitunde, Passo de Camaragibe e Leopoldina. Quanto às características formais dos 29 grupos escolares, podem ser feitas algumas inferências sobre a linguagem geral desta produção arquitetônica.

Primeiramente, no conjunto das obras analisadas nota-se a passagem de traços formais de uma linguagem arquitetônica clássica para a moderna. Esta atitude pôde ser apreendida por meio dos seguintes elementos: (1) implantação no terreno, (2) organização do programa arquitetônico, expressa na marcação volumétrica das funções, (3) redefinição dos eixos de simetria de todo o edifício, (4) simplificação ou exclusão de ornatos, (5) predominância na adoção de aberturas horizontais, (6) utilização de elementos de composição, como varandas e marquises, (7) uso de platibandas encobrindo os beirais e cumeeiras dos telhados e (8) adoção de tubulação de águas pluviais como elementos de composição estética. Ainda que nem todos os grupos escolares possuam os oito elementos, a recorrência dos mesmos permite a verificação de uma renovação da linguagem arquitetônica vigente no Brasil neste momento.

Em segundo lugar, a construção dos grupos se deu por meio da reprodução de quatro tipos específicos, nos quais os oito elementos referidos geraram

de abertura de quatro janelas em verga reta que seguem esta mesma direção e estão dispostas simetricamente. Seu acesso principal é central e está bem marcado pela presença da porta, único elemento vertical da fachada, e por uma larga marquise acima desta. Detalhe para a presença da vegetação à frente do edifício que acompanha e acentua a simetria da edificação.



Figura 3: Grupos escolares de Água Branca, Colégio, Igreja Nova, Limoeiro, Maceió/Ponta Grossa, Maragogi, Mata Grande, Piaçabuçu, Porto Calvo, Porto de Pedras, Traipu. **Fonte:** Documentário de uma administração (1934/1940); montagem dos autores.

Os grupos escolares do Tipo 2 (Figura 4) estão implantados em terrenos planos, mas apresentam algumas pequenas variações em relação à locação no lote, como a presença de recuos e jardins, e existência de muros (Anadia, Arapiraca, Coruripe, Maceió/Poço e União). Os grupos escolares de Quebrangulo e Viçosa parecem estar diretamente ligados ao passeio público, implantados no limite do paramento.

Todas as edificações têm diretrizes horizontais, reforçadas pela sequência de abertura de janelas em verga reta nesta direção. O acesso principal é marcado pela presença da porta, único elemento vertical da composição, encimada por uma marquise no bloco à direita, que se encontra avançado em relação ao plano geral da edificação. Percebe-se, claramente, a diferenciação volumétrica, que corresponde à diferenciação entre a função de cada um desses blocos em planta baixa. Ou seja, provavelmente, o bloco avançado à direita deve abrigar entrada, recepção e funções administrativas, como direção e secretaria, enquanto o bloco recuado à esquerda sugere um conjunto de salas de aula.

Uma janela única em formato de escotilha e os caracteres tipográficos são traços típicos da arquitetura oficial (equipamentos de instrução primária,

saúde), de recreação (cinemas, teatros, clubes) e de comunicação (agências de correios e telégrafos) realizada no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. Detalhe para a presença de canos de escoamento de águas pluviais aparentes na fachada, como elementos de composição e marcação do ritmo da edificação.



Figura 4: Grupos escolares de Anadia, Arapiraca, Coruripe, Maceió/Poço, Quebrangulo, União e Viçosa.
Fonte: Documentário de uma administração (1934/1940); montagem dos autores.

Os grupos escolares classificados como Tipo 3 (Figura 5) estão implantados em terrenos planos ou levemente acidentados, em função da topografia de cada localidade, porém construídos no paramento e ligados ao passeio público. A edificação tem diretrizes horizontais, reforçadas pela sequência de janelas em verga reta encimadas por marquises. O acesso principal encontra-se em um bloco avançado em relação ao corpo da edificação, marcado por uma porta e duas janelas verticais, à semelhança de seteiras. Nota-se a tubulação de escoamento de águas pluviais aparente na fachada, expressiva no Grupo Escolar de Floriano Peixoto. Destaca-se a utilização de elementos verticais nesta área da fachada, que terminaram por criar um pórtico de acesso central, de diretrizes verticais, escalonadas e ascendentes, característico da arquitetura soviética do início do século XX.

Em relação ao Tipo 4 (Figura 6), o Grupo Escolar de Maceió está implantado em um terreno plano, ao passo que os grupos escolares de Penedo, Rio Largo e São Miguel de Campos estão implantados em áreas com leve declive ou planas e no paramento, portanto, diretamente ligados ao passeio público. A fachada do grupo de Maceió é predominantemente horizontal, recortada e simétrica, diferente das demais até então observadas. Nesta face está o acesso e encontram-se dez janelas e uma porta dupla, todas em verga reta e encimadas por marquises descontínuas. No bloco central encontra-se o ponto mais alto da platibanda, que reaparece na lateral da edificação, acompanhando seu canto arredondado, visto também em Rio Largo e São Miguel de Campos.



Figura 5: Grupos escolares de Floriano Peixoto, Marechal Deodoro, Murici, Palmeira dos Índios, Pão de Açúcar, Santana do Ipanema e São José da Laje. **Fonte:** Documentário de uma Administração (1934/1940); montagem dos autores.

Nos grupos de Penedo, Rio Largo e São Miguel de Campos a fachada apresenta-se predominantemente horizontal. Em Penedo, tal horizontalidade se configura, sobremaneira, pela sequência de janelas, utilização de esquadrias basculantes, marcação das áreas de cheios e vazios e composição base-corpo-coroamento. As marquises corridas acompanhando as janelas ou sobre as portas de acesso são elementos presentes nos grupos, à exceção do caso de Penedo, onde comparecem uma marquise alinhada sobre a varanda central e uma escadaria, dinamizando sua volumetria. No Grupo de São Miguel de Campos, reaparecem frisos verticais, escalonados e ascendentes, formando um pequeno pórtico de entrada, que remetem às edificações do Tipo 3. Detalhe para a presença de canos de escoamento de águas pluviais aparentes na fachada.

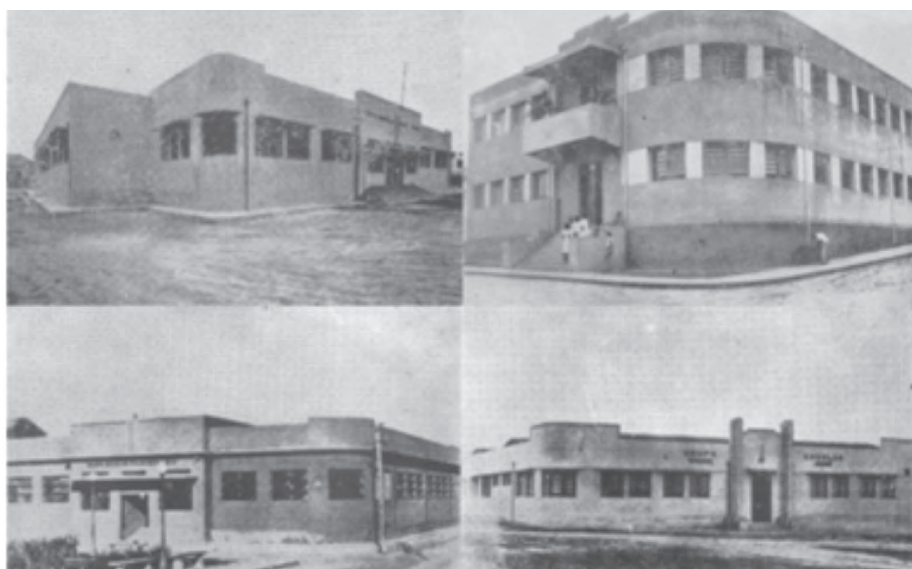


Figura 6: Grupos escolares de Maceió, Penedo, Rio Largo e São Miguel de Campos. **Fonte:** Documentário de uma Administração (1934/1940); montagem dos autores.

Considerações finais

O processo de implantação de 29 grupos escolares no estado de Alagoas pautou-se na relação entre a contenção de custos e o cumprimento de metas num curto espaço de tempo de cinco anos, no segundo e no terceiro períodos da gestão Osman Loureiro, alinhada ao novo programa desenvolvimentista brasileiro. As fotos das edificações da década de trinta do século passado deixam perceber que muitas delas foram construídas em áreas de pouca ou nenhuma ocupação. É de supor que esses grupos escolares funcionaram como vetor de atração de outras construções em seu entorno e consequente expansão urbana.

Este projeto de expansão governamental acabou por gerar exemplares arquitetônicos, que, até então, não têm sido devidamente explorados pela historiografia. A produção alagoana esteve ausente, ao que parece, dos principais fóruns dedicados à arquitetura moderna e à história da cidade e do urbanismo. Portanto, não tem sido examinada sob aspectos técnicos e construtivos, nem à luz da intervenção pública na produção da cidade, segundo as abordagens da história da arquitetura, da história urbana ou da história política.

Faltam, contudo, documentação iconográfica e dados complementares, necessários ao aprofundamento da análise arquitetônica, principalmente quanto aos aspectos espaciais e estruturais. Ainda precisam ser mais bem investigadas as relações político-administrativas entre o estado e os municípios quanto às responsabilidades na expansão dos serviços de educação, com a criação de classes e a nomeação de professores, e seu reatamento na infraestrutura dos grupos escolares e institutos de formação superior.

Também merece apreciação mais detida a relação entre o crescimento populacional, a demanda efetiva por educação e a intervenção do Poder Público sobre a sociedade alagoana. E, por fim, os elos entre os princípios da “Escola Nova” e da “Nova Arquitetura”, isto é, a associação entre novos educadores e arquitetos, entre a reforma da educação e seu reatamento na arquitetura escolar, por um lado, incutindo novos hábitos de higiene e cultura e, por outro, ocasionando transformações programáticas e pragmáticas na arquitetura oficial alagoana. Restam ainda especulações sobre possíveis reverberações da experiência pioneira de Pernambuco através da diretoria de Arquitetura e Construção, chefiada pelo arquiteto Luiz Nunes, que pode mesmo ter chegado a influenciar a criação de um departamento análogo no vizinho estado de Alagoas.

Referências:

- ABREU A. A. de; BELOCH, I.; LAMARRÃO S. T. de N.; LATTMAN-WELTMAN, F. (Org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- ALAGOAS, GOVERNO DO ESTADO. *Alagoas, o grande avanço*. Rio de Janeiro: Governo de Alagoas: Produção e Arte Edição, 1971.
- _____. *Guia dos municípios*. Maceió: Governo de Alagoas, 1998.
- ALBUQUERQUE, I. L. de. *Notas sobre a história de Alagoas*. Maceió: SERGASA, 1989.
- ANAISdo 5º Seminário Docomomo Brasil. São Carlos: USP, 2003. 1 CD-ROM.
- ANAISdo 6º Seminário Docomomo Brasil. Niterói: UFF, 2005. 1 CD-ROM.
- ANAISdo 7º Seminário Docomomo Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 1 CD-ROM.
- ANAISdo 7º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Salvador: UFBA, 2002. 1 CD-ROM.
- ANAISdo 8º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro: UFF, 2004. 1 CD-ROM.
- ANAISdo 9º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Paulo: USP, 2006. 1 CD-ROM.
- ANAISdo 3º Seminário Docomomo Norte e Nordeste. João Pessoa: UFPB, 2009. 1 CD-ROM.
- ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem do Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- _____. *O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste*. Recife: Sudene, 1979.
- BALTAR, A. B. Luiz Nunes. In: XAVIER, A. (Org.). *Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, pp. 356-9.
- BERNARDES, D. M. Notas sobre a formação social do Nordeste. *Revista Lua Nova*, n. 71, São Paulo, pp. 41-79, 2007.
- BRANDÃO, M. *História de Alagoas*. Maceió: Serviços Gráficos de Alagoas, 1981.
- CAMISASSA, M. M. dos S. *A produção intelectual brasileira nos seminários nacionais do DOCOMOMO(1995-2001) e a Preservação dos exemplares da Arquitetura Moderna Brasileira*. 2003. Disponível em <http://www.docomomo.org.br>. Acesso em: 20 maio 2008.
- CARDOSO, Á. *Álbum ilustrado do Estado de Alagoas*. [s.l.]: República dos Estados Unidos do Brasil, 1908.

- CARDOZO, J. *Dois episódios da História da Arquitetura Moderna Brasileira*. Módulo, n. 4, pp. 32-35, jul. 1963.
- CARVALHO, C. P. de. *Formação histórica de Alagoas*. Maceió: Grafitex, 1982.
- CASTRO, J. de. *Geografia da fome: O dilema brasileiro – pão ou aço*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- COSTA, C. *Alagoas em 1931*. Maceió: Imprensa Oficial, 1932.
- DOCUMENTÁRIO de uma administração: 1934/1940, Maceió-Alagoas. Maceió: Litografia Esperança, 1940.
- DOM PEDRO II. *Diário da viagem ao Norte do Brasil*. Bahia: Universidade da Bahia, 1959.
- FAUSTO, B. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- FRAMPTON, K. *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- GARDNER, G. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade, 1975.
- IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, Volume XIX– Sergipe/ Alagoas. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.
- LIMA, J. F. C. de. *História da estatística em Alagoas*. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1962. (Série Estudos Alagoanos, XIV).
- LIMA SOBRINHO, B. *A verdade sobre a revolução de outubro-1930*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- LINDOSO, D. *Formação de Alagoas Boreal*. Maceió: Catavento, 2000.
- MARROQUIM, Ad. *Terra das Alagoas*. Roma: Roma Editori Maglione & Strini. Succ. E.sches, MCMXXII. Edição Fac-Similar. Brasil: 2000.
- MEDEIROS, A. L.; HIRST, M. (Org.). *Bibliografia histórica: 1930-1945*. Brasília: Editora da UnB, 1982.
- MORAES, D. de. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- MORAES, T. *Resumo histórico antropológico do Estado de Alagoas*. Maceió: Imprensa Oficial, 1960.
- MOREIRA, F. D. (Org.). *Arquitetura moderna no Norte e Nordeste do Brasil: universalidade e diversidade*. Recife: FASA, 2007.
- NASLAVSKY, G. *Estudo do protorracionalismo no Recife*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Recife: UFPE, 1992.

- NUNES, L. Uma diretoria de arquitetura. In: XAVIER, A. (Org.). *Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, pp. 255-9.
- RAMOS, G. *Memórias do cárcere*(1953). 8. ed. Rio de Janeiro: Record: 1975.
- RETTO, A.; BOIFAVA; B. *Entrevista com Donatella Calabi*. 2003. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/entrevista/calabi/calabi.asp>. Acesso em: 21 abri. 2007.
- SALGUEIRO, H. A. (Org.). *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos*. São Paulo: Edusp, 2001.
- SEGAWA, H. *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1999.
- SILVA, M. A. *Arquitetura moderna: a atitude alagoana, 1950-1964*. Maceió: Segasa, 1991.
- VAZ, R. de C. A. *Luiz Nunes: Raízes brasileiras da arquitetura moderna*. FAU, pp. 63-72, dez-jan. 1994.

Carlos Moliterno e o pão do espírito

Carlos Alberto Moliterno

Resumo: Ao mesclar visões do cotidiano doméstico com impressões sobre as amizades do pai – poeta Carlos Moliterno –, a intenção é apresentar aspectos da vida do escritor menos conhecidos pelas novas gerações, seu amor aos livros e alguns costumes e hábitos da sociedade local em meados do século xx. Revelar, enfim, uma face mais humana e íntima do poeta autor de *A ilha*.

Introdução

Este trabalho foi exposto originalmente no dia 9 de setembro de 2010, como parte da atividade *Conversando sobre literatura e ciência: conversando com Carlos Alberto Moliterno sobre o poeta Carlos Moliterno*, do Projeto: *Ciência e tecnologia em Alagoas: notas sobre literatura e seus vínculos, ano II (2010-2011)*, financiado pela FAPAL/CNPq.

Voltado para os alunos do Ensino Médio de escolas públicas de Alagoas, a coordenação do projeto esteve a cargo da Prof.^a Dr.^a Lenilda Austilino, Diretora de Políticas de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação do estado de



Figura 1: Carlos Moliterno aos vinte anos, em Maceió (1932). **Fonte:** Acervo do autor.

Alagoas (SECTI-AL). E os bolsistas receberam a orientação acadêmica da Prof.^a Dr.^a Izabel Brandão, pesquisadora do CNPq.

A proposta então apresentada era discorrer sobre a vida e a obra do escritor e jornalista Carlos Moliterno de um ponto de vista menos convencional, diferenciado, a partir das memórias de infância e adolescência do filho do poeta alagoano. E, como se verá ao correr destas linhas, é do contato com a biblioteca – e seus diversos habitantes – que surgem as primeiras e mais fortes impressões do menino a respeito do pai literato. Que era, para além do mais, um bibliófilo apaixonado.

O projeto resultou em uma exposição itinerante que percorreu os seguintes municípios alagoanos: Maceió, Penedo, Pão de Açúcar, Piranhas e Delmiro Gouveia; além de Canindé do São Francisco, em Sergipe, sendo vista por um público estimado em quinze mil pessoas.

Abrangendo um período que vai de princípios dos anos sessenta ao final da década seguinte, o trabalho, agora revisto e recompilado, não tem maiores pretensões do que ser uma pequena homenagem ao centenário de nascimento de Carlos Moliterno, esse descendente de imigrantes italianos, que veio à luz em uma casa modesta do Alto do Jacutinga, para cumprir, em sua terra natal, um destino inteiramente voltado ao ofício da Cultura e das Letras.

Um velhinho jovial



Figura 2: Carlos Moliterno e Anilda Leão, durante lançamento da terceira edição de *A ilha*, em 1997, ao lado de jovens estudantes. Fonte: Acervo do autor.

Para melhor ilustrar este trabalho, pensei em munir-me de depoimentos de amigos de Carlos Moliterno, que são muitos os que foram colecionados por ele mesmo, ou por sua mulher, a também jornalista e escritora Anilda Leão, durante mais de cinquenta anos de uma intensa vida literária. E que ressaltam, dos variados pontos de vista de pessoas com quem manteve relacionamento ao longo da vida, o seu modo de ser como homem de letras plenamente integrado no movimento cultural de sua cidade e de seu estado.

Logo desisti de pôr a mão naquele papelório precariamente organizado após o seu falecimento, pois corria o risco de perder o fio da meada ao não dispor do tempo necessário à empreitada de tal envergadura. Mas também por não ser este o foco desta exposição, já que o mote proposto foi o do olhar do filho sobre o escritor e homem de letras, a partir de um ponto de vista mais íntimo, menos formal, despidido de qualquer artificialismo. Não me abstenho, entretanto, de ceder à tentação, e transcrevo as palavras cheias de humor de um grande e velho amigo, a respeito da personalidade de Carlos Moliterno:

Mas será que é necessário mesmo apresentar o poeta Carlos Moliterno ao público alagoano?

Quem não conhece essa figura sempre afável, sempre camaradeira, sempre dado com todo o mundo, apesar de todas as agruras e amarguras que tem passado em sua vida? Quem não conhece esse velhinho chocho, de cara de maracujá de gaveta e cabelos de cor duvidosa, mas que é ainda, pelo menos no espírito, mais jovem, mais moço do que muito rapaz da geração do 'rock-and-roll' e dos 'beatniks' [sic]?¹

Palavras de Théo Brandão, nosso folclorista maior, ao prefaciá-lhe o livro *Notas sobre a poesia moderna em Alagoas*. E vão sempre por essa linha as apreciações dos amigos e conhecidos: afável, jovial, bem-humorado, apesar da cara de maracujá-de-gaveta. Expressão, aliás, contestada por sua mulher, que nunca perdoou a irreverência do compadre Théo Brandão. Esse bom humor, porém, tinha seus limites. Quando contrariado em suas convicções, “aí então tornava-se ríspido, teimoso e impertinente”. [sic]²

¹ MOLITERNO, Carlos. *Notas sobre poesia moderna em Alagoas*. Maceió: Imprensa Oficial, 1965, p. 10.

² LEÃO, Anilda. *Eu em trânsito*. Maceió: Gráfica Graciliano Ramos, 2003, p. 116.

Essa face intolerante e irascível, porém, raramente se mostrava fora dos muros de casa. Na velha rua Goiás, era referência até para os mais moços, pois muitos dos filhos da prolífica vizinhança – a maioria na faixa dos quinze a dezoito anos, o assediavam, aí pelos anos 1960-1970, em busca de livros ou revistas de atualidades, arte e cinema. Sobretudo os referentes à Sétima Arte, pela qual teve paixão a vida toda, e de que possuía coleções completas das revistas *Cinelândia* e *Filmelândia*, além de algumas estrangeiras. Muitos vinham atrás também de um cigarrinho, que raramente negava. Agora, emprestar livro, isso sim era um drama!

Homem simples, nunca despendeu tempo com futilidades. Orgulhava-se da origem pobre e de ter conseguido subir na vida, como se diz, por méritos próprios e com muito trabalho. Sua formação intelectual fora autodidata, quase que inteiramente forjada no jornalismo militante, no batente do comércio e na convivência com os amigos letrados. Cursara regularmente o antigo primário, quando se viu obrigado a deixar a escola regular para contribuir no sustento das irmãs menores. Mas essa formação foi cultivada, sobretudo, por meio das leituras que garimpava nos alfarrábios ou sebos da cidade.

Por seus próprios meios, e com a ajuda de um professor particular, adquiriu os saberes necessários a quem quer que almejasse um balcão de loja, ao tempo em que contribuía para o orçamento doméstico trabalhando como aprendiz do ofício de alfaiate. Datam dessa época os primeiros esforços literários, tendo realizado na juventude até uma tentativa de romance, coisa pouco sabida ainda hoje.

Carlos Moliterno viveu intensamente os últimos anos, e era sempre muito festejado onde quer que chegasse. Sentia-se plenamente realizado. Aos oitenta ainda era produtivo e curioso. Porém, diante da decadência física, se afastou progressivamente da maioria dos compromissos culturais que foram parte de sua vida. Mas seguiu dando, até o último ano, o expediente vespertino na Academia Alagoana de Letras – que considerava a sua segunda casa –, recebendo a juventude interessada em literatura e arte. Até muito depois de sua morte, venho tendo a oportunidade de receber vários depoimentos sobre essa sua faceta, vindos de pessoas dos mais variados estratos sociais e com os mais diversos interesses artísticos.

O pão do espírito

Lembrança sempre viva em minha memória é a do antigo gabinete de trabalho, em cujas paredes se apoiavam prateleiras revestidas de verniz

escuro até o teto, repletas de livros e publicações. Entre os quais podiam ser vistos objetos que gostava de colecionar, contando, para isso, com a indispensável ajuda dos amigos e clientes: cinzeiros, lápis e caixas de fósforo de propaganda; flâmulas, calendários etc. Até velhos clichês de jornal! E moedas, muitas ainda do Império, que guardava num caixote de madeira. Além de cédulas, mais antigas ou mais recentes, por certo testemunhas vivas da desvalorização do nosso dinheiro durante muitas décadas.

Havia no ar um cheiro característico, que misturava o do tabaco e o provindo dos milhares de páginas, velhas e novas, dos livros que se amontoavam numa hierarquia só muito depois por mim compreendida e respeitada. Sobre a escrivaninha, a Olivetti Studio 44, usada exaustivamente, seja para escrever artigos ou editoriais nos jornais locais, seja para um discurso que teria de fazer em alguma solenidade. Ou mesmo para alinhavar alguns versos do livro que preparava no momento. Olivetti que eu, de início, só me atrevia a explorar na sua ausência.

Nem sei o que mais me atraía àquele espaço quase sagrado onde eu, ainda muito pequeno, só podia reinar quando o dono se ausentava: se as centenas de livros e publicações, que eram mundos a descobrir; as atraentes quinquilharias por ele amealhadas ao longo da vida, ou o cheiro ativo e adocicado do tabaco que impregnava o ambiente. Sim, no meio de todas aquelas publicações havia uma coisa muito especial para o menino. Um grande livro, capa dura de cor grená em alto-relevo, trazendo gravado abaixo do título o meu nome completo em letras prateadas: uma pequena enciclopédia ilustrada. Em seu bojo, assuntos que iam da técnica à arte, da ciência à história, conteúdos que com grande curiosidade passei a explorar antes mesmo de ser alfabetizado.

Embora a propalada jovialidade de Carlos Moliterno, é relevante lembrar que quando nasci meu pai já ultrapassara os quarenta anos. Quando Theo Brandão escreveu o prefácio para o seu segundo livro – *Notas sobre poesia moderna em Alagoas* –, ele já adentrara os cinquenta. Era homem de



Figura 3: Lançamento de *Notas sobre poesia moderna em Alagoas* (1965), vendo-se, entre outros, Teotônio Vilela, Jayme de Altavila, José Maria de Melo e Luiz Tojal. **Fonte:** Acervo do autor.

meia-idade. Em plena capacidade intelectual, curioso e inquieto. Espírito gregário – como, aliás, costumam ser os italianos em geral e seus descendentes, – valorizava a companhia dos confrades da Academia e do Instituto Histórico, sendo, por toda vida, dos mais assíduos às reuniões dessas duas agremiações culturais.

Mas também era adepto das reuniões informais, com amigos ou vizinhos quando, entre um grogue e outro, acompanhado das castanhas e azeitonas de praxe, se discutiam amenidades do cotidiano da terrinha e se contavam pilhérias, em meio a gargalhadas retumbantes. Reuniões que raramente ultrapassavam as dez, onze, da noite. A hora de deitar era sagrada, mas só dormia depois de ler, na cama, trechos de um ou mais livros, entre os tantos que acumulava na mesa de cabeceira.

Amigos, hábitos e ritos

Não guardei dele lembranças muito nítidas da primeira infância. Meu pai estava sempre muito ocupado nas diversas atividades que precisava desenvolver para o sustento da família e ainda sacrificava alguns períodos de folga para trabalhar em seu gabinete. Uma



Figura 4: Carlos Moliterno, Arnaldo Jambo, Aurélio Buarque de Holanda e Théo Brandão, no gabinete deste último, em sua casa em Maceió, à Avenida Tomaz Espíndola, em 1956. **Fonte:** Acervo do autor.

das impressões mais marcantes, durante os anos de meninice, era ver sair para o trabalho aquele homem que parecia não parar em casa. Sempre pontualmente e dentro de um terno bem cortado. Ou chegando para o almoço, antes do qual passava uma boa meia hora isolado, a reler ou corrigir escritos, a folhear livros em busca do texto que lhe interessava no momento. Depois, um banho, o almoço, e já saía de novo, para retornar depois das seis da tarde. Quando, mais uma vez, o gabinete era o primeiro refúgio antes do jantar frugal, como de costume naquele lar de hábitos morigerados, cuja economia doméstica era mantida sob um rígido controle pela dona da casa.

Uma exceção eram os fins de semana. Aos sábados pela manhã ia ao centro da cidade – ao comércio como se diz –, para diversos contatos que culminavam com uma conversa entre amigos e intelectuais na drogaria Globo, dos amigos Wherter e Elói Brandão, na rua do Comércio. Reunia-se ali, já no final do expediente matinal, uma selecionada clientela que era generosamente acolhida no escritório dos anfitriões com acepipes e beberagens os mais diversos.³ Lá pelo meio dia e meia, retornava com um saco de pão, um pacote de remédios, os jornais todos da cidade e às vezes algum do sul do país. Além das revistas semanais: *Manchete*, *Cruzeiro*, *Fatos e Fotos*, *A Cigarra*. E também com o que era mais aguardado pelas crianças da casa: os gibis e os fascículos das diversas coleções vendidas em bancas de jornal, novidade na época, aí pelos meados dos anos 60.

Então, à mesa do almoço, entravam todos em guerra contra um bando de siris de coral, outro tanto de sururu de capote e carapebas bem fritinhas, como gostava. Após o que, enquanto a mulher se recolhia ao sono habitual de toda tarde, transplantava-se à casa dos vizinhos Laura e José Pinto de Barros para os bate-papos irreverentes e propiciadores dos bons humores digestivos. E as gargalhadas então transpunham o muro e chegavam aos ouvidos das crianças, na casa agora silenciada, enquanto corríamos os olhos ávidos pelas páginas das revistas trazidas pelo pai no início daquela tarde. Era o ritual dos sábados.

Domingo era diferente. Passava-os geralmente em casa de algum amigo. Destes, dois mereceram-lhe uma habitualidade ao longo de décadas: Théo Brandão, de quem se tornara compadre com o nascimento de minha irmã mais nova, e Osvaldo Vilela. Este era irmão do velho Teotônio e de d. Avelar Brandão, então Arcebispo Primaz do Brasil, que teria uma forte participação política nos acontecimentos da época pós-64. E que, às vezes, também aparecia por lá, quando vinha a Maceió, ao lado de uma das irmãs religiosas que morava em Salvador. Osvaldo, que adorava receber os amigos em casa, junto com Dedê, sua mulher, era médico da família para os problemas do sistema digestivo e primo do dr. Théo.

Na casa de Dedê e Osvaldo, as festas não tinham hora para terminar. E muitas viravam farras homéricas, indo até o raiar do dia! Claro que nessas ocasiões, meus pais há muito já haviam se recolhido ao seu sono pontual. Para,

³ O antigo escritório da drogaria Globo, talhado em madeira de lei com fechamentos em painéis de vidro, foi desmontado, anos depois, e teria ido para um museu de farmácia do sul do país. Ou, de acordo com outra fonte, estaria, lamentavelmente, a servir de pasto a cupins em algum depósito aqui mesmo em Maceió.

não raras vezes, serem acordados ao alvorecer do dia seguinte, por aquela turba alegre e ruidosa. E ao som de cânticos meio desentoados dos reisados da Viçosa, se verem intimados a dar o café da manhã aos amigos pândegos, irreverentes e bêbedos.

Já a casa de veraneio do velho folclorista, no sítio Jatiúca, era frequentada pela intelectualidade e artistas da época. Homem afável e aberto às diversas manifestações culturais, o anfitrião recebia amigos e convidados para um programa dominical que consistia em banhos de mar na praia então deserta e coqueirais a perder de vista. Seguidos de conversas sobre arte, literatura e folclore, regadas a uísque com água de coco tirada na hora, culminando com o almoço administrado com competência e apuro por d. Élide, mulher do folclorista.

A construção, um bangalô cercado de alpendres, janelas e portas pintadas de verde-escuro sobre o branco das paredes, ficava no centro de um sítio de coqueiros, à beira de um mar calmo e limpo, o ar cheirando fortemente a sargaços. Os móveis da sala única eram lavrados rusticamente em troncos abatidos da palmácea que então revestia todo o litoral norte de Maceió, dos Sete Coqueiros a Ipioca. Móveis desenhados pelo dono, por onde se espalhavam livros e objetos trazidos pelo casal de viagens pelo Brasil ou exterior. Na varanda, redes e cadeiras-diretor, com assentos de lona. À direita ficava a mesa onde, após o almoço de frutos do mar servido à americana, era entronizado um afamado doce de coco, de um sabor nunca igualado para mim. E certamente para tantos quantos tiveram a ocasião de saboreá-lo.

Ocasionalmente, Vera, uma das filhas do casal, dedilhava uma bossa-nova ao violão e muitos cantavam. Quando havia lua cheia, faziam-se serenatas. *A noite do meu bem*, de Dolores Duran, era a música que Carlos Moliterno mais apreciava e insistentemente pedia. Além de *Chão de estrelas*, de Orestes Barbosa e Silvio Caldas, cuja letra, ele dizia, era motivo de dor de cotovelo em todos os poetas do Brasil.

Casa e sítio não mais existem, deram lugar a um desses edifícios de nome estrangeirado da orla marítima. Mas aquele nome com que Théo Brandão o batizara fixou-se no topônimo que hoje apelida todo um trecho de águas tranquilas e tão poluídas de nossas praias urbanas. E que, segundo Paulino Santiago, nos seus *Estudos de etimologia alagoana*, deriva de y-ati-ucá, o que finca a tromba, o carrapato, na língua dos primeiros frequentadores daquelas praias.⁴

⁴ SANTIAGO, Paulino. Estudos de etimologia alagoana. Maceió: Edufal, 1980, p. 23.

À guisa de conclusão



Figura 5: Aspecto parcial da biblioteca de Carlos Moliterno. **Fonte:** Acervo do autor.

Metódico, com suas manias e hábitos há muito arraigados, meu pai, apesar de todos os males trazidos pela idade avançada, envelheceu com sabedoria e a tranquilidade possível diante da doença. Para isso também contribuía a dedicação integral da mulher, com quem durante quarenta e cinco anos compartilhara a existência. Convivência essa nem sempre pacífica ou isenta de conflitos, dado o temperamento sensível de ambos.

Embora não professasse nenhuma religião, era supersticioso, porém sem exagero. Trazia consigo, na carteira porta-cédula, uma medalhinha dessas com imagem de santo onde se lia algo como: “Em caso de necessidade, por favor, chame um padre”. Um cuidado da mãe, talvez, que conservou por muito tempo.

Não brincava com o azar. Dizia não ter medo de morrer, mas ressaltando: “Eu não quero é morrer!”.⁵ Uma vez, ao avistar certa planta no jardim de minha casa, perguntou-me o que era e quando lhe respondi ser um pinhão bravo e que as pessoas acreditavam ter o poder de afastar as más energias do ambiente, disse logo à mulher: “Anilda, temos de plantar um desses lá em casa”. Outra de suas manias era deixar os sapatos sempre arrumados e perfilados.

Mas foi o amor pela escrita, mais notadamente pelos livros, que amava de uma maneira quase física, o traço mais marcante da personalidade de Carlos Moliterno. Um livro, para ele, não era um objeto qualquer, contido

⁵ LEÃO, Anilda. *Eu em trânsito*. Maceió: Gráfica Graciliano Ramos, 2003, pp. 116-7.

dentro de uma encadernação mais ou menos elaborada. Em sua apreciação de qualquer objeto impresso participavam também os outros sentidos – além da visão –, como o tato e o olfato. Sentia verdadeiro prazer em manipulá-los, observar os detalhes da capa e da impressão, o tipo de letra, a costura que une as páginas, o corte perfeito. E, penso eu, o próprio cheiro do papel e da tinta usados em sua impressão.

Hoje, quando se fala no desaparecimento do livro impresso, tal como o conhecemos desde Gutemberg, meu pai certamente se insurgiria contra a ideia; essa seria uma perspectiva absolutamente inadmissível para ele.

Referências:

- LEÃO, Anilda. *Eu em trânsito*. Maceió: Gráfica Graciliano Ramos, 2003.
- MOLITERNO, Carlos. *Notas sobre poesia moderna em Alagoas*. Maceió: Imprensa Oficial, 1965.
- SANTIAGO, Paulino. *Estudos de etimologia alagoana*. Maceió: Edufal, 1980.

Trezentos anos da Justiça em Alagoas

Claudemiro Avelino de Souza

A sistemática e o modelo de atuação da Justiça em terras alagoanas, no Brasil colonial, não destoam doutros rincões pátrios, quando dos primórdios da nossa colonização. Nessa fase embrionária vigoravam as emanções das cartas de doação e forais, que eram administrados, particularmente, pelos senhores capitães ou donatários, e isso lhes conferia poderes para criar e prover suas glebas com o lugar de tabelião do público e judicial, senda esta a estrutura incipiente da então vida judiciária da capitania. Posteriormente, com a chegada dos governadores gerais, que tinham a missão de disseminar o poder régio, o modelo administrativo-judiciário que passou a vigor fora aquele importado da Corte portuguesa, dando nova feição à administração da sua justiça, em geral, com respaldo nas ordenações do Reino, o que perdurou também quando das atuações dos vice-reis, mormente sob a orientação das ordenações filipinas, leis compiladas e instituídas a partir de 1603.

Ressalte-se a previsível carência de homens letrados desse período para incrementar a vida judiciária nas comarcas, termos e distritos. Aqueles que se propunham a esse mister, no mais das vezes eram desprovidos de formação jurídica, a exemplo dos juízes ordinários, os quais relegavam o ordenamento português vigente para priorizar o uso dos costumes e tradições. Práticas que desatendiam aos mais caros interesses dos habitantes e jurisdicionados, envoltos nos impulsos e anseios sociopolíticos, econômicos e religiosos típicos daquela fase de expansão colonizadora, e os arbítrios dos juízes ordinários se estenderam por todo o período colonial.

A título ilustrativo da condição insipiente dos senhores juízes ordinários e para dar prova do seu desatendimento às leis, pois faziam uso do direito costumeiro, reproduz-se, abaixo, peça judicial em texto fidedigno, abordando sobre crime de estupro, e a atuação do julgador.

SENTENÇA da Comarca de Penedo: Termo de Traipu/AL, que até 1870 era denominada Vila do Porto da Folha.

O adjunto de promotor público, representando contra o cabra Manoel Duda, porque no dia 11 do mês de San-

t'Ana, quando a mulher do Xico Bento ia para a fonte, já perto dela, o supracitado cabra, que estava de tocaia em uma moita de mato, sahiu dela de supetão e fez proposta à dita mulher por quem queria para a coisa que não se pode trazer a lume, e como ella se recusasse o dito cabra abrafolou-se dela, deitou-a no chão, deixando as encomendas dela de fora e ao Deus dará. Elle não conseguiu matrimônio porque ella gritou e veio em amparo dela Nocreto Correia e Noberto Barbosa, que prenderam o cujo em flagrante.

Dizem as leises que duas testemunhas que assistam a qualquer naufrágio do sucesso fazem prova. Considero que o cabra Manoel Duda agrediu a mulher de Xico Bento para conxambrar com ela e fazer chumbregâncias, coisas que só o marido dela competia conxambrar, porque eram casados pelo regime da Santa Igreja Cathólica Romana; Que o cabra Manoel Duda é um suplicante deboxado que nunca soube respeitar as famílias de suas vizinhas, tanto que quiz também fazer conxambranas com a Quitéria e a Clarinha, moças donzellas; Que Manoel Duda é um sujeito perigoso e que se não tiver uma cousa que atenue a perigância dele, amanha está metendo medo até nos homens. CONDENO o cabra Manoel Duda pelo malifício que fez à mulher de Xico Bento a ser CAPADO, capadura que deverá ser feita a maceite. A execução desta peça deverá ser feita na cadeia desta Villa. Nomeo carrasco o carcereiro.

Cumpra-se e apregue-se editais nos lugares públicos.

Porto da Folha, em 13 de Outubro de 1833

Juiz Ordinário Pasquinha.

Criada a comarca das Alagoas, foi José da Cunha Soares o primeiro com formação jurídica, especificamente, designado e nomeado para ali exercer ofício de magistratura profissional. Tendo feito sua Leitura de Bacharéis em 1691, o que hoje equivale ao Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, na Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra. Veio ao Brasil portando Carta Régia, e após chancela do então governador da capitania de Pernambuco, rumou para a parte sul da capitania, desembarcando na então Villa de

Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, hoje cidade de Marechal Deodoro, acompanhado de sua equipe de trabalho, tendo se apresentado aos senhores membros da Câmara. Impende ressaltar que os integrantes da Casa da Câmara variavam a titulação daquele órgão colegiado, que recebia, a depender da situação, diversas nomenclaturas, como: “Mesa de Vereação”, “Concelho da Vila”, “Conselho da Câmara”, e nas vilas de maior porte recebiam, ainda, a denominação de “Conselho do Senado”. Daí se encontrarem, nos manuscritos ainda existentes nos nossos arquivos, designações como oficiais da câmara, vereadores, camaristas, conselheiros ou senadores.

Como era costume, diante dos camaristas foi lavrado o termo de posse do ouvidor, onde é possível ver as denominações que recebia a Casa da Câmara. Após a posse, o ouvidor prestou o compromisso de seu cargo, consoante termo de vereação, abaixo:

Aos nove dias do mês de maio de mil sete centos e doze annos, nesta villa de Santa Maria Magdalena d’Alagoas do Sul, em o paço do Conselho dela, estando em Câmara formada os vereadores do dito Conselho juiz presidente (ilegível) Antonio Lopes da Fonseca e o capitam Matheus de Siqueira e por anuência do Vereador João Gomes Calheiro, foi chamado Manoel de Carvalho Monteiro, Vereador que tem servido neste senado, e o Procurador Ten. Manoel Cardoso Paes, e logo em presenças dos ditos senadores appareceu o Dr. Ouvidor Geral José da Cunha Soares e apresentando a sua Carta Patente em que lhe fez El Rei Nosso Senhor que Deus guarde mercê da occupação de Ouvidor Geral desta Capitania, com jurisdicção na Villa de Porto Calvo e Rio de S. Francisco para se lhe dar a posse, o que logo pelos ditos senadores lhe foi dada a posse nas costas da dita Carta, a qual consta fica registrada em o Livro de Registros deste Senado com o auto de posse e mais despachos conthendo nas costas da dita carta, e outros apresentou declaração porque S. Majestade lhe fez mercê de Provedor dos defuntos e ausentes e designação nas costas da qual está Auto de Posse e juramento dado pelo Senhor Governador desta Capitania de Pernambuco, e que tudo ficou registrado nos livros desta comarca. E eu Francisco de Albuquerque de Mello, Escrivam da comarca o escrevi.

Esse assento decorre da lavra do escrivão Francisco de Albuquerque de Mello, no Livro de Registro n. 4, da Casa da Câmara da Villa de Santa Maria Magdalena d'Alagoas do Sul, atestando a posse em 9 de maio de 1712 do primeiro ouvidor geral, José da Cunha Soares.

Destaque-se que toda a extensão do território meridional da capitania de Pernambuco, que compreende hoje a área do estado de Alagoas, dividia-se, no máximo, em três áreas jurisdicionais: a cabeça da comarca das Alagoas (Mal. Deodoro), somada aos vastos territórios do termo da Vila do Penedo (que compreendia todas as localidades margeadas pelo rio São Francisco) e se estendiam até onde se formam, hoje, os sertões alagoanos, e pela Vila do Porto Calvo, representada por toda a área que hoje forma os municípios da região norte de Alagoas.

José da Cunha Soares acumulou o cargo de ouvidor geral com o de provedor de defuntos e ausentes, passando a ter jurisdição sobre todo o território da comarca das Alagoas.

De logo, o ouvidor teve de enfrentar as deficiências estruturais típicas de uma longínqua comarca, então dotada de recursos mínimos para gerir as crescentes demandas judiciárias. A distância entre a comarca das Alagoas e Olinda, somada às dificuldades de deslocamento entre esses territórios emperravam o envio de autos judiciais e limitavam as comunicações entre essas unidades administrativas da capitania de Pernambuco. Além disso, muitos eram os prejuízos gerados pela má condução das atividades da justiça decorrente da limitação técnica dos juizes ordinários que concentravam a administração judiciária nas vilas e povoados. Tudo reclamava urgente intervenção capaz de minimizar tais entraves; a chegada do ouvidor veio dar nova feição à vida da comarca.

Os problemas encontrados pelo ouvidor também foram aqueles que fundamentaram os pedidos do governador de Pernambuco Francisco de Castro Morais, que culminaram na criação da comarca das Alagoas em 9 de junho de 1706. Sua nomeação remonta a 6 de fevereiro de 1711, e sua posse, de 9 de maio de 1712, tendo a Vila das Alagoas se mantido como “cabeça da comarca” (lugar onde se estabelecia a sede da comarca, por ser a residência do ouvidor). Todavia, há indícios de que o ouvidor tenha se estabelecido um pouco antes na vila do Penedo, quando o governador de Pernambuco era o bispo d. Manoel Alves da Costa, já que nas Informações Gerais da capitania de Pernambuco, há assentos que dão conta de que, em 26 de julho de 1711, o mesmo já estava em pleno exercício de suas funções. Outra fonte que reforça essa hipótese é o requerimento feito pelos cama-

ristas da Vila das Alagoas, esboçando argumentos sobre a inconveniência de se estabelecer residência do ouvidor na Vila do Rio de São Francisco, “vistas as distâncias”. Por fim, considera-se a Ordem Régia de 08 de agosto de 1710 que criou os lugares de ouvidor geral nas vilas do Rio de São Francisco, das Alagoas e do Porto Calvo, a qual se refere à Vila do Penedo de modo exultante, qual seja: “[...] por ser a cabeça da correição, e principal residência na Vila do Rio de São Francisco”, “[...] onde é mais precisa a administração da justiça, e por estar mais metida no sertão[...]”. Dados importantes carecem de ser perquiridos, para que se esclareça, adequadamente, essa possível estada do ouvidor para fins de residência no Penedo, antes de tomar posse na comarca das Alagoas, em 9 de maio de 1712, consoante ficou delineado no termo de vereação.

Nesse longo lapso temporal compreendido ente 1712 e 1833 houve a atuação de 22 ouvidores, por vezes alguns foram substituídos, interinamente, por juiz ordinário, conforme segue:

Nº	NOME E DADOS DOS OUVIDORES	PROVISÃO E ATUAÇÃO
1	JOSÉ DA CUNHA SOARES – Leitura de Bacharéis em 1691 na Universidade de Coimbra. Posse em 9/5/1712, na comarca das Alagoas.	Atuação de 1712-1715. Provisão no cargo de ouvidor em 6/02/1711.
2	JOÃO VILELA DO AMARAL – Leitura de Bacharéis em 1705 na Universidade de Coimbra. Posse em 21/06/1717, na comarca das Alagoas.	Atuação de 1715-1718. Provisão no cargo de ouvidor em 11/3/1716.
3	JUIZ ORDINÁRIO (Ocupou o cargo de ouvidor)	Atuação de 1718-1723.
4	MANUEL DE ALMEIDA MATOSO – Leitura de Bacharéis em 1719 na Universidade de Coimbra. Posse em 7/2/1722, na comarca das Alagoas.	Atuação de 1723-1725. Provisão no cargo de ouvidor em 22/05/1720.
5	CARLOS PEREIRA PINTO – Leitura de Bacharéis em 1714 na Universidade de Coimbra. Posse em 19/07/1725, na comarca das Alagoas.	Atuação de 1725-1729. Provisão no cargo de ouvidor em 26/02/1725.
6	JUIZ ORDINÁRIO (Ocupou o cargo de ouvidor)	Atuação de 1729-1730.
7	ANTÔNIO REBELLO LEITE – Leitura de Bacharéis em 1720 na Universidade de Coimbra. Posse em 13/08/1729, na comarca das Alagoas.	Atuação de 1730 - 1734. Provisão no cargo de ouvidor em 13/01/1729.
8	JOÃO GOMES DA SILVA AYALLA* – Leitura de Bacharéis em (...) na Universidade de Coimbra. Posse em 26/06/1734, na comarca das Alagoas. *Ano da leitura não identificado.	Atuação de 1734-1739. Provisão no cargo de ouvidor em 15/3/1734.
9	JOSÉ G REGÓRIO RIBEIRO – Leitura de Bacharéis em 1731 na Universidade de Coimbra. Posse em 13/08/1739, na comarca das Alagoas.	Atuação de 1739-1745. Provisão no cargo de ouvidor 14/04/1739.
10	JOAQUIM ALVES MUNIZ – Formação e Leitura de Bacharéis*. Posse em 10/09/1744, na comarca das Alagoas. * Não identificadas.	Atuação de 1745-1748. Provisão no cargo de ouvidor em 6/3/1744.
11	ANTÔNIO JOSÉ PEREIRA BARROZO* – Leitura de Bacharéis em 1748 (?) na Universidade de Coimbra. *Há vários homônimos.	Atuação de 1849-1855. Provisão no cargo de ouvidor em 2/12/1748.

13	FRANCISCO MANOEL* Leitura de Bacharéis em 1766 (?) na Universidade de Coimbra. *Há vários homônimos.	- Atuação de 1766-1770.
14	DIOGO SOARES TANGIL Leitura de Bacharéis em 1764 na Universidade de Coimbra.	- Atuação de 1772-1776.
15	FRANCISCO NUNES DA COSTA - Leitura de Bacharéis em 1768 na Universidade de Coimbra.	Atuação de 1777-1779.
16	JOSÉ DE MENDONÇA DE MATTOS MOREIRA - Leitura dos Bacharéis em 1772 na Universidade de Coimbra.	Atuação de 1779-1798.
17	MANOEL JOAQUIM PEREIRA DE MATTOS CASTELO - BRANCO - Leitura de Bacharéis em 1787 na Universidade de Coimbra.	Atuação de 1798-1803.
18	JOSÉ DOS SANTOS PINHEIRO DE MATTOS - Leitura de Bacharéis em 1785 na Universidade de Coimbra.	Atuação de 1803-1807.
19	JOAQUIM JOSÉ DE CASTRO - Leitura de Bacharéis em 1780 na Universidade de Coimbra	Atuação de 1807-1810.
20	ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA BATALHA - Leitura de Bacharéis em 1802 na Universidade de Coimbra.	Atuação de 1810-1819.
21	JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA BRAKAMY - Leitura de Bacharéis em 1803 na Universidade de Coimbra.	Atuação de 1819-1822.
22	RODRIGO DE SOUZA DA SILVA PONTES - Formação e Leitura de Bacharéis* em (?) na Universidade de Coimbra. *Ano não identificado.	Atuação de 1822-1825.
23	JOSÉ EMYGIO DOS SANTOS TOURINHO - Matriculou-se na Universidade de Coimbra* em 08/11/1816, formou-se em 19/06/1821. *Leitura de Bacharéis não identificada.	Atuação de 1826-1831.
24	MANOEL MESSIAS DE LEÃO - Leitura de Bacharéis em 1824 na Universidade de Coimbra.	Atuação de 1832-1833. Provisão no cargo de ouvidor em 15/04/1831.

No dealbar do século XVIII, já era visível o crescimento da vida comercial nessa parte meridional da capitania, onde nesse momento, já se trabalhava com metas de produção e comércio, e a efervescência dos colonizadores e invasores há muito fez longe sua fama de terras de riquezas, o que a levou ser importante entreposto na rota comercial. Nesse período, já existiam pelo menos 47 engenhos nessa região alagoana, segundo registros que noticiam haver o então governador Duarte Sodré Pereira comunicado ao rei sobre as arrecadações alfandegárias hauridas pela produção de bens e serviços, o que sobremaneira intensificava a dinâmica socioeconômica vigente, e estimulava as demandas judiciais naquela pulsante capitania pernambucana. Realce-se que a Justiça dessa época nas vilas das Alagoas ainda se fazia representar tão só pelos juizes ordinários, à exceção da “cabeça da comarca” que, além dos juizes ordinários, passou a dispor de ouvidor, cujo comando devia ser exercido nos moldes estabelecidos pelos Regimentos e pelas Or-

denações Filipinas, estas determinavam que a Casa da Câmara deveria ser composta por seis membros, eleitos dentre os chamados “homens bons”, assim considerados os indivíduos de prestígio social e/ou econômico e, não raro, por homens da igreja. Eram empossados dois na função de juizes ordinários, três como vereadores e um procurador. Era comum também a figura do juiz de órfãos, que quase sempre era acumulada por um dos camaristas. Havia outras funções vinculadas à Casa da Câmara e Cadeia, para viabilização da administração da vila ou comarca, a exemplo dos escrivães do cível e do crime, almotacés, alcaides, distribuidor, contador, carcereiro, inquiridores afora outros.

A propósito, segundo Bluteau, o termo *vereador* provém da expressão “vareador”, em decorrência do uso obrigatório da vara branca pelo juiz de fora, e da vara vermelha, pelo juiz ordinário, as quais continham insígnias da Coroa. Há também a versão de se originar do verbo *verear*, que indica verificar ou vigiar a boa polícia da terra, reger e cuidar do bem público. Pode-se afirmar que as atuais câmaras de vereadores têm origem nos remotos modelos das Casas das Câmaras coloniais.

É interessante destacar que essas regras de composição e ação dos ditos camaristas (Oficiais da



Figura 1: Casa da Câmara e cadeia da então Vila de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, reformada em 1850. **Fonte:** Acervo do autor.



Figura 2: Casa da Câmara e cadeia da então Vila de Penedo, concluída em 1782. **Fonte:** Acervo do autor.

Câmara) e doutras funções e atividades típicas da administração do Brasil colonial, nem sempre eram seguidas e/ou exercidas à risca, de modo a estabelecer um padrão, inclusive, pela incidência de acúmulo dessas funções, hoje somente executadas, especificamente, por cada um dos três poderes da república. As características físicas, geográficas e econômicas atreladas à variação do quantitativo e qualitativo de recursos humanos próprios de cada região ditavam, no mais das vezes, como se estabeleceriam as regras, de tal sorte que era possível encontrar nas diversas vilas modelos de atuação que entravam em descompasso com as leis. Fato mais grave e que muito preocupou El'Rei foi o modo vezeiro dos juizes ordinários que, desprovidos de formação jurídica, atuavam, julgavam e aplicavam as penalidades segundo os costumes e a tradição, por vezes remontando aos preceitos embutidos nos antigos Forais elaborados pelos capitães donatários, que os produziam ao arrepio do comando da Coroa, apesar dos esforços para exercer eficazmente a sua política centralizadora. O ouvidor era obrigado, na forma das ordenações, a promover correições periódicas nos termos judiciários e vilas da comarca.

Como demonstrativo do exercício da vontade da Corte para manter controle sobre a vida na colônia transcreve-se, adiante, trecho do texto de uma correição promovida no termo judiciário da vila do Penedo, pelo 15º ouvidor Manoel Joaquim Pereira de Mattos Castello-Branco, no dia 8 de novembro de 1800 que, na ocasião, exercia as funções de corregedor. Como segue:

Anno do Nascimento de N.S. Jesus Christo de mil oito centos, aos oito dias do mês de Novembro do dito anno nesta Villa do Penedo da comarca das Alagoas em casa da camara onde forão presentes os officiaes da câmara e Povo desta mesma Villa, e o desembargador e ouvidor geral e corregedor de comarca Manoel Joaquim Pereira de Mattos Castelo Branco: audiência geral e as perguntas seguintes Perguntou o dito ministro de quem era esta villa, responderão que era de sua Alteza Real Fidelíssima. Perguntou se avia alguma pessoa poderosa que impessa a Jurisdição Real, responderão que não. Perguntou se avia padrões na câmara, responderão que sim. Perguntou se os Juizes Almotaçes cumprião o seo regimento subscrevendo em todas determinações da câmara, responderão que sim. Perguntou se a cadeia está segura e capaz de receber os prezos respondeo que sim. Perguntou se há cofres de Orphãos e se este está em boa guarda,

responderão que sim. Perguntou mais se o escrivão da câmara toma as contas ao Procurador perante a câmara, responderão que sim. Nesta data determinou que os officiaes da câmara mandem logo fazer pelo rendimento deste um cofre com três chaves para n'elle se conservarem todos os títulos e documentos que constituem o patrimônio da mesma dos quaes se fará exame exato e enventário que se conservará dentro do mesmo cofre, entre este se guardará com especial cuidado o original do auto de medição das terras do Conselho desta villa feito aos 15 dias do mez de dezembro do anno de 1662, e como este se acha já um pouco deteriorado e seja preciso uma demarcação determina ele Ministro que se copiará em ambos os livros de notas dos Tabelliães desta Villa e nos livros de registro desta comarca e que se tirarão duas publicas formas que juntas com o mesmo titulo se guardará com toda vigilância no arquivo desta câmara E que o escrivão da mesma câmara fosse obrigado debaixo de pena de suspensão, a dar conta do dito documento todas as vezes que pela câmara lhe fosse pedido [...]

Como visto, considerando a vastidão territorial do Brasil, era por demais difícil falar em homogeneidade da atuação dos incipientes mecanismos da justiça colonial, apesar dos esforços dos corregedores gerais, corregedores de comarca e provedores, que se esmeravam para manter o controle sobre os atos administrativos, impondo o uso adequado das legislações vigentes, sobremaneira as Ordenações Filipinas e Alvarás Régios. Muitos são os registros de abusos e arbitrariedades praticados pelos homens da Câmara, preocupação constante Del'Rei, conhecedor das diversas reclamações a título de requerimentos vários de moradores das vilas de Alagoas, Penedo e Porto Calvo, dirigidos à Coroa para o conhecido e respeitado Conselho Ultramarino, acerca de desmandos administrativos de toda ordem, além de outras petições.

Exemplos têm-se, nos pleitos, para a criação, nas vilas existentes, de lugar de *juiz de fora* ou *fora a parte*, assim denominados porque lhes era proibido atuar no seu local de origem ou residência fixa, eram proibidos de casar com mulheres de sua área de jurisdição, exceto sob autorização, possuíam formação jurídica, e uma vez assumidas suas funções, desbancavam a atuação dos juizes ordinários, passando a representar a justiça onde atuavam e não houvesse ouvidor. Era imposto ao juiz de fora uma judicatura técnica baseada

no direito escrito e nas Ordenações do Reino, por serem formados em leis ou cânones. Regramento que se transportou para o Brasil, com a chegada do primeiro juiz de fora se deu por volta de 1696, designado para a Bahia, e traduzia o interesse, por parte da Coroa, de concentrar e difundir poder político, para melhor defender suas possessões na colônia. Esse modelo de magistratura passou a ser disseminado no Brasil, e diferia da atividade do juiz ordinário, por várias razões. O juiz ordinário era obrigado a ser casado, exceto se membro da igreja, não possuía formação jurídica, tinha que ser morador da vila, tinha mandato

anual e era eleito. Seu poder de alçada ficava bem aquém do poder do juiz de fora, este nomeado pelo rei ou sob seu consentimento. Ambos eram obrigados ao uso solene da vara, que servia para distinguir e conferir dignidade e autoridade a sua figura de magistrado, caso fossem avistados sem aquela insígnia. Por fim, o juiz de fora tinha mandato trienal, enquanto o juiz ordinário apenas de um ano. Destaque-se por oportuno que a atual terminologia “vara”, utilizada para designar as unidades de trabalho dos juízes, provém da popularização desse verbete pelo uso de bastão, por esses magistrados coloniais, que continham símbolos da Coroa portuguesa, regra emanada das ordenações filipinas, que identificava o juiz de fora pelo uso obrigatório da vara branca, e o juiz ordinário pelo uso da vara vermelha, tanto no foro quanto nas ruas, estando a pé ou a cavalo, sob pena de multa de quinhentos réis.

Em terras alagoanas há registros de atuação de alguns juízes dessa modalidade de magistratura, os chamados *juízes de fora*. Na comarca de Penedo atuaram, pelo menos seis, fato que decorre do alvará datado de 15 de dezembro de 1815 que criou o lugar de juiz de fora, para Penedo; nas outras



Figura 3: Varas vermelha e branca, respectivamente dos juízes de fora e ordinário. **Fonte:** Acervo do autor.

vilas ainda são desconhecidos registros que evidenciem a atuação desses magistrados. Porém, em Penedo, essa função foi efetivamente exercida a partir da posse, em 24 de julho de 1818, do primeiro juiz de fora, doutor Luiz Antônio Barbosa de Oliveira, primo da avó do jurista Rui Barbosa, e pai do Conselheiro do Império, Albino José Barbosa de Oliveira, autor da famosa obra *Memórias de um magistrado do Império*.

Seguiram-se na Vila do Penedo, outros cinco juízes de fora:

- Segundo juiz de fora de Penedo: doutor Caetano Maria Lopes Gama – nomeado por Decreto, em abril de 1821;
- Terceiro juiz de fora de Penedo: doutor Gustavo Adolfo D’Aguilar Pantoja – nomeado em Decreto de 13/01/1823, posse em 7 de setembro e exercício em 17 de outubro de 1823;
- Quarto juiz de fora de Penedo: doutor Antônio Ignácio de Azevedo – nomeado em Decreto de 19 de outubro de 1824, exercício em 19 de outubro de 1825;
- Quinto juiz de fora de Penedo: doutor Francisco José Coelho Neto – exercício em 18 de abril de 1827;
- Sexto juiz de fora de Penedo: doutor Firmino Antônio de Sousa – posse em 14 de maio de 1830.

Nas vacâncias, os juízes de fora da Vila do Penedo, interinamente, respondiam pelo cargo de ouvidor da comarca das Alagoas, também há registros dessas substituições terem sido feitas por juiz ordinário.

Essas modalidades de magistratura foram extintas pelo Código do Processo Criminal do Império de 1832, e, no ano seguinte, Penedo, já elevada à condição de comarca, dava posse ao seu primeiro juiz de direito, o baiano Firmino Antonio de Sousa, formado pela Universidade de Coimbra em 1825.

Excetuando-se Penedo, ao que se sabe até o momento, raríssimos foram os magistrados dessa modalidade que atuaram em território alagoano. Alguns, durante rápidas substituições, na comarca de Porto Calvo. Desconhece-se essa titularidade, por exemplo, na chamada cabeça da comarca (hoje Mal. Deodoro), certamente pelo fato de o ouvidor geral ali se estabelecer e residir, evitando-se, com isso, maiores gastos da Corte portuguesa que, à época, remunerava o ouvidor com 300\$000 réis (trezentos mil réis) de ordenado por ano. Ademais são desconhecidos Alvarás criando-se essa modalidade de magistratura para as vilas das Alagoas e Porto Calvo, em que pese

haver registros pugnando pela criação de lugar de juiz de fora para aquelas localidades.

A vida judiciária no Brasil Colônia sofreu um brusco impacto positivo quando, em decorrência dos movimentos políticos envolvendo países da Europa, com realce à crise de Portugal e França, forçaram, em 1808, a vinda da família real para o Brasil. Essa transferência da Corte redimensionou a administração da justiça, que passou a dispor da Casa da Suplicação que, há muito, já funcionava em Lisboa como terceira instância, montada sobre o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, que remonta a 1751. Muitas foram as mudanças havidas, destaque-se a elevação do Brasil à condição de Reino Unido, com realce para as atuações na política econômica empreendidas por d. João, episódios que, aos poucos, revolucionaram todos os segmentos da vida brasileira. Há que se registrar as inquietações que campeavam pelas províncias, comarcas e vilas, que tiveram seguimento acelerado após a volta da família real, quando já brotavam sentimentos de nacionalidade que culminaram com a proclamação da nossa independência, e posterior abdicação de d. Pedro I.

Remonta àquele começo de século a emancipação política de Alagoas, quando se separou politicamente de Pernambuco, via Decreto Real de 16/09/1817, da lavra do príncipe regente d. João, que em represália aos revolucionários pernambucanos de 1817, expediu Alvará Régio, em prol da então comarca de Alagoas, desmembrando-a da capitania de Pernambuco, como segue:

Convindo muito bem ao regimen deste Reino do Brasil e à prosperidade a que me proponho elevá-lo, que a Província das Alagoas seja desmembrada da Capitania de Pernambuco e tenha um governo próprio, que desveladamente se empregue na aplicação dos meios mais convenientes para dela se conseguirem as vantagens que o seu território e situação podem oferecer em benefício geral do Estado, e em particular dos seus habitantes, e da minha real fazenda; Sou servido isentá-la absolutamente da sujeição, em que até agora estive do governo de Pernambuco, erigindo-a em capitania, com um governo independente, que a reja na forma praticada nas mais capitanias independentes, com faculdade de conceder sesmarias, segundo as minhas reais ordens, dando conta

de tudo diretamente pela secretaria de Estado competente; e atendendo ao boas qualidades e mais parte, que concorrem na pessoa de Sebastião Francisco de Mello, hei por bem nomeá-lo governador dela, para servir por tempo de três anos, e o mais que decorrer enquanto não lhe der sucessor. Palácio do Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1817.

Naquela ocasião, administrava a comarca das Alagoas, Antonio José Ferreira Batalha, o “ouvidor Batalha” que, pela sua atuação em prol das questões políticas encetadas em defesa dos interesses da Coroa portuguesa, chegou a determinar a autonomia da comarca, opondo-se tenazmente à Revolução iniciada no Recife em 1817, pelo que angariou a simpatia do príncipe regente d. João, que o promoveu a desembargador, e o integrou à junta governativa da recente província das Alagoas, no cargo de juiz dos feitos da Fazenda, além de lhe conferir a comenda da Ordem de Cristo. Ainda condecorados foram outros apoiadores, como o coronel de milícias do Penedo José Gomes Ribeiro, e seu filho Antonio Luis Dantas de Barros Leite, então com quinze anos, que depois se tornaria o primeiro juiz de direito de Maceió, sendo nomeado em 5 de outubro de 1833, aposentando-se como desembargador do Tribunal da Relação da Corte.

Somente nos idos de 1833 é que foram criadas outras comarcas, no dito território hoje alagoano, aumentando-se para quatro, sendo mantida a comarca de Alagoas, porém, com jurisdição territorial reduzida, em razão da criação da comarca de Penedo, da comarca de Atalaia e da comarca de Maceió. Fato curioso, o termo judiciário de Porto Calvo não ter sido elevado à condição de comarca nesse mesmo momento. O que é possível de ser explicado analisando-se alguns dos fatores como: a concentração de terras nas mãos de latifundiários, dispersão populacional, a instabilidade político-social na região de Jacuípe, que se mostrava de difícil controle e, dentre outros, a pecha de “terra de traidor”, assim rotulada em decorrência da histórica atuação de Calabar e, por fim, a intensa interação da parte norte da província com áreas hoje de Pernambuco. Some-se a tudo a visão gestora do então presidente da província, Antonio Pinto Chichorro da Gama, que, além de ser português, era magistrado de profissão, formado pela Universidade de Coimbra em 1825.

A criação de novas jurisdições na comarca das Alagoas decorreu do advento da Lei de 29 de novembro de 1832, que promulgou o Código

do Processo Criminal do Império e autorizou os presidentes de província a viabilizarem novas divisões administrativo-judiciárias, quando, então, aquele presidente presidiu a sessão extraordinária do Conselho do Governo da Província das Alagoas, instalada em 22 de abril de 1833, na qual foi deliberado acerca da divisão da província em quatro comarcas. Nessa ocasião a jurisdição deixou de ser una, perdendo a comarca das Alagoas a primazia jurisdicional sobre os respectivos territórios das novéis comarcas de Penedo, Atalaia e Maceió, sendo estas as quatro primeiras comarcas a serem administradas por magistrados com título de juiz de direito.

O novo ordenamento previa, em seus artigos 3º, 4º, 5º e 6º, dentre outros disciplinamentos que, a cada presidente das províncias em Conselho, caberia fazer a divisão administrativa da justiça em distritos de paz, sob comando do juiz de paz; em termos ou julgados, sob comando do juiz municipal e promotor de justiça e em novas comarcas, sob comando do juiz de direito, devendo, em cada divisão, funcionar os respectivos escrivães e oficiais de justiça. Ficou determinado, ainda, que em cada distrito de paz existiriam tantos inspetores quantos fossem os quarteirões, assim como também autorizou a criação do Conselho de Jurados. Por sua vez, o art. 8º do mesmo diploma processual determinou a extinção das funções judiciárias de ouvidores, juízes de fora e juízes ordinários.

A denominação *juiz de direito* apareceu, oficialmente, pela primeira vez na legislação brasileira, com o advento da Carta Constitucional de 1824, e mantida no Código do Processo Criminal de 1832. Essa legislação autorizava a ampliação da estrutura judiciária com vistas à criação de novas comarcas.

Em decorrência dessa lei, foram nomeados os primeiros juízes de direito para as comarcas, sendo nomeado para Maceió o bel. Antonio Luís Dantas de Barros Leite; para a comarca de Alagoas do Sul, hoje comarca de Marechal Deodoro, o bel. Francisco Joaquim Gomes Ribeiro, valendo ressaltar que, antes de esse magistrado assumir a sua função de Direito, estivera respondendo interinamente pela comarca das Alagoas o último dos ouvidores bel. Manuel Messias de Leão.

Quanto à comarca de Penedo é interessante notar que o bel. Firmino Antonio de Sousa, baiano e formado em Portugal, tornou-se seu primeiro juiz de direito e, naquela fase de transição administrativa da vida judiciária alagoana, era o próprio Firmino Antonio de Sousa o magistrado que ali julgava na condição de sexto e último juiz de fora do

então termo judiciário da vila do Penedo; e quanto à comarca de Atalaia, fora seu primeiro juiz de direito, o bacharel Antonio Joaquim Monteiro Sampaio. Curioso é o fato de que os quatro primeiros juizes de direito em Alagoas eram aparentados entre si: o juiz de direito de Maceió, Antonio Luís Dantas de Barros Leite, era irmão do juiz de direito de Alagoas, Francisco Joaquim Gomes Ribeiro, e estes eram cunhados dos juizes de direito de Penedo, bel. Firmino Antonio de Sousa, este casado com Maria Benedita Gomes de Souza, e do juiz de direito de Atalaia, Antonio Joaquim Monteiro Sampaio, este casado com Tereza Felícia Gomes Sampaio, irmãs entre si, e, por sua vez, irmãs dos juizes de Maceió e de Alagoas (Mal. Deodoro).

Dessa forma, passa a existir um grupo familiar descendente da tradicional família alagoana “Gomes Ribeiro”, da linhagem do coronel das ordenanças do Corpo da Guarda da vila do Penedo José Gomes Ribeiro. Esse grupo concentrou direta e estritamente a vida judiciária na então província das Alagoas. E, em razão da hegemonia judiciária gerada a partir dessa concentração de poder – fato ocorrido no momento em que se pretendia formar a primeira Assembleia Legislativa Provincial de Alagoas, de acordo com o Ato Adicional da Constituição Imperial – Lei de 14 de agosto de 1834, cuja situação motivou os membros daquela família, inclusive os juizes de direito, a entrarem na disputa das vagas que comporiam aquela Assembleia. À época não era proibido a um membro do judiciário pleitear vaga no legislativo, pois ainda estava em desuso o princípio da incompatibilidade absoluta em razão do cargo, daí os magistrados poderiam candidatar-se, e, uma vez eleitos, afastar-se-iam de suas funções judicantes para ocupar os respectivos cargos a que foram eleitos. Lembrando, ainda, que do mesmo modo poderiam se afastar para assumir cargos típicos do executivo, como presidente de província e de chefatura de polícia, quando convocados.

Sendo a família “Gomes Ribeiro” originária de importante clã de Penedo e por ter monopólio sobre a justiça, pois tinha representação nas quatro comarcas, logo entrou no foco doutros candidatos que também pretendiam disputar vagas na primeira legislatura da Assembleia Legislativa Provincial das Alagoas, marcada para o dia 13 de outubro de 1834, disso decorrendo acirrada disputa e intriga naquelas eleições.

Desse pleito, para composição da primeira Assembleia provincial, participaram os quatro primeiros juizes de direito da província, além de outros aparentados da família “Gomes Ribeiro”, sendo eleitos três dos

juízes, e derrotados o juiz de Atalaia e o tenente-coronel José Gomes da Rocha, este casado com uma das irmãs daqueles juízes. Foram derrotados pelos candidatos apoiados pelo vigário José Vicente de Macedo, da freguesia de Atalaia, líder político há pouco eleito para deputado geral, legislatura 1834/1837. Sucede que, dias após aquelas eleições, o vigário foi assassinado quando tentava deixar sua paróquia fugindo das pressões, encetadas em razão das latentes disputas políticas, crime ocorrido no dia 25 de novembro de 1834.

Todavia, após protestos de, pelo menos, sete câmaras municipais, restou anulado o pleito de 1834, para escolhas dos deputados provinciais, tendo sido providenciadas novas eleições, somente realizadas em 1835, e desta feita todos os quatro juízes e seus aparentados saíram vitoriosos.

Dentre os acusados pelo assassinato do vigário Macedo, estava sob suspeita de ser um dos mandantes o juiz de direito de Atalaia, Antonio Joaquim Monteiro Sampaio que, pronunciado, não escapou ao processo e nem de ser julgado, em que pese ter sido absolvido num primeiro júri. Todavia, um dentre os acusados da autoria material foi condenado à prisão perpétua, e com degredo para a prisão da ilha de Fernando Noronha.

Essas dissensões restaram por envolver o comando do então presidente da província Rodrigo de Souza da Silva Pontes, que se opunha aos magistrados e seus parentes, em razão das conturbadas eleições de 1834, e a consequente morte do vigário Macedo, afora suspeitas de participação de membros daquela família (Gomes Ribeiro) na prática de contrabando de escravos. Silva Pontes, que já teria sido ouvidor nas Alagoas de 1822/1825, objetivando a manutenção da ordem e o restabelecimento da imagem da justiça, interveio a ponto de conseguir, finalmente, remanejar todos os juízes da província das Alagoas. Começou transferindo o juiz da comarca de Atalaia, Antonio Joaquim Monteiro Sampaio, para a comarca de Mato Grosso; o juiz da comarca de Alagoas, Francisco Joaquim Gomes Ribeiro, para a comarca de Penedo; e o de Penedo, para a comarca de Goiás, decisão efetivada no dia 16 de novembro de 1836. Na sequência, designou interinamente para as comarcas vagas de Alagoas e Atalaia, em 27 de fevereiro de 1837, os bacharéis José Cândido Pontes Visgueiro e José Tavares Bastos (pai do tribuno Tavares Bastos), respectivamente. E para concluir as mudanças, viabilizou também junto ao ministro do Império as transferências do juiz Francisco Joaquim Gomes Ribeiro,

que há nove meses havia sido transferido da comarca de Alagoas para a comarca de Penedo, indo o mesmo para a comarca do Baixo Amazonas e, por fim, o juiz da comarca de Maceió, Antonio Luiz Dantas de Barros Leite, que foi transferido para a comarca do Alto Amazonas, os dois últimos mediante Decreto Imperial de 29 de agosto de 1837. Esclareça-se que os deslocamentos de juízes para comarcas longínquas eram plenamente possíveis, porque típica na monarquia ser una e indivisível a sua soberania, além da política de centralização e o domínio absoluto do rei sobre todas as províncias, e sobre os nomeados para as funções públicas, todos demissíveis *ad nutum*. Ademais, na época inexistia qualquer preceito legal de inamovibilidade de magistrados, garantia constitucional inerente aos dias atuais.

Pertinente esclarecer que diferem os nomes de família dos dois irmãos juízes das comarcas de Maceió e das Alagoas, pelo fato de Antonio Luiz Dantas de Barros Leite haver sido batizado com o patronímico do seu avô materno, de modo que, apesar de não assinar Gomes Ribeiro, era um legítimo representante daquela família, pois era filho de José Gomes Ribeiro, e sobrinho de Manuel Gomes Ribeiro Junior, portanto primo paterno de Manoel Gomes Ribeiro, o “barão de Traipu”, um dos mais representativos líderes daquele clã.

O juiz de direito bel. Francisco Joaquim Gomes Ribeiro – formou-se na primeira turma da Academia de Direito de Olinda no ano de 1832, juntamente com seu irmão, o também juiz de direito, bacharel Antonio Luís Dantas Barros Leite, sendo estes os dois primeiros alagoanos com formação jurídica em território brasileiro, e ambos chegaram a exercer cargo de ministro em Tribunais Superiores. Estivera também matriculado na primeira turma da Academia de Olinda, o alagoano Joaquim Serapião de Carvalho, que somente se formou na turma de 1835.

Esses alagoanos, ao saírem de sua cidade para se graduarem em terras pernambucanas, representavam o anseio da sociedade daquela época, pois é cediça a escassez de homens letrados desde os primórdios da colonização. Na fase pós-independência cabia ao Brasil cada vez mais desvincular-se de lusas cabeças pensantes, para melhor gerir os seus destinos políticos, isentos de qualquer sujeição portuguesa. Condição imprescindível para consolidar a sua independência, e para tanto carecia de arcabouço institucional, o que somente era possível através de homens letrados, e a formação em ciências jurídicas e sociais garantiriam campo fértil à consolidação daqueles ideais politico-nacionalistas.

Essa carência educacional somente foi minorada pela providencial atitude do conselheiro José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro visconde de S. Leopoldo, ao encampar a luta para implantação dos cursos jurídicos no Brasil, pois já em 1823 a ideia fora apresentada na Assembleia Constituinte. E precisou contar com o beneplácito de Pedro I que, através da Carta de Lei de 11 de agosto de 1827, criou em definitivo aqueles “Cursos de Sciencias Jurídicas e Sociaes”, sendo instalado o de São Paulo com aula inaugural em 1º de março de 1828, e o de Olinda, com início em 15 de maio daquele mesmo ano, ali permanecendo até mudar-se em 1854 para a cidade do Recife. Fato por demais marcante e importante para os brasileiros que se privaram das humilhações e vexames por que passavam quando iam cursar ciência jurídica em Portugal, pois os patrícios ainda se ressentiam, enormemente, e relutavam em aceitar o Brasil como nação independente, ante a perda da alvissareira colônia por séculos explorada nas suas riquezas.

O advento do bacharelismo estabeleceu-se como lenitivo para minorar aos poucos a crise instalada pela falta de recursos humanos devidamente preparados para as funções administrativas da fase inicial do Brasil Império, mormente para suprir carências nos cargos da magistratura, do parlamento, e funções afetas ao poder executivo, e não menos pelas disseminações de ideias de justiça e liberdade tão em voga naquela fase.

É fato que somente ocorreram a essas duas instituições de ensino superior das ciências do direito, aqueles que detinham poder econômico privilegiado, a exemplo dos filhos de barões, latifundiários, comerciantes e outros aquinhoados. Na ótica da Coroa, a salutar proliferação de bacharéis serviria também para garantir o seu poder centralizador. Na prática, com as academias em pleno funcionamento, criaram-se dois caldeirões borbulhantes de ideias e ideais que se espalharam Brasil afora, potencializando a vida cultural e das letras, que em poucas décadas foram capazes de gerir a política e a administração do país, a ponto de contribuírem decisivamente para fazer circular ideias capazes de promover a instalação de um novo sistema político – a República.

Nas Alagoas, constata-se facilmente que, após a criação do curso jurídico de Olinda em 1827, houve uma corrida de jovens representantes das famílias detentoras de prestígio social em busca do diploma de bacharel, pois era certa a sua absorção no crescente mercado de trabalho que se expandiu por todo o período oitocentista. Segue a lista de alagoanos desde a primeira turma de 1832 a 1930, vejamos:

Alagoanos formados pela Faculdade de Direito de Olinda/ Recife

1832 - Antonio Luiz Dantas de Barros Leite	1850 - José Próspero Jehovah da Silva Carotá
1832 - Francisco Joaquim Gomes Ribeiro	1852 - Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti
1834 - Manoel Sobral Pinto	1852 - Francisco Leite da Costa Belém
1835 - Francisco Rodrigues da Silva Mello	1853 - Carlos Augusto da Silveira Lobo
1835 - Joaquim Serapião de Carvalho	1853 - Francisco Gomes Velloso de Aluquerque Lins
1835 - Joao Lins Vieira Cansação de Sinimbu	1854 - Aureliano de Nobrega Vasconcellos
1835 - Matheus Casado de Araujo Lima	1854 - Hermelindo Accioly de Barros
1836 - José Francisco da Silva Amaral	1855 - Gastão Ferreira de Gouveia Pimentel
1836 - José Tavares Bastos	1857 - Felipe de Mello Vasconcellos
1837 - Antonio Ribeiro de Moura Junior	1857 - José de Mendonça Rego Barros
1837 - Ignacio de Barros Vieira Cajueiro	1858 - Joaquim Feijó de Albuquerque Lins
1838 - Antonio Buarque de Gusmão	1858 - José Antonio de Mendonça Junior
1839 - Antonio José Moraes da Costa	1859 - Firmino Antonio de Souza Junior
1839 - Francisco Borges Buarque	1859 - Olympio Marcelino da Silva
1839 - Manoel Joaquim de Mendonça Castello Branco	1860 - Anacleto de Jesus Maria Brandão Filho
1841 - Antonio Buarque de Lima	1860 - Antonio Diniz Moreira de Mendonça
1842 - Candido José de Moura	1860 - Jacintho Paes Moreira de Mendonça
1843 - Bernardo Antonio de Mendonça Castello Branco	1860 - José Torquato de Araújo Barros
1843 - Jacinto Paes de Mendonça Castello Branco	1861 - João da Silva Rego de Mello Filho
1844 - Ignácio José de Mendonça Uchoa	1861 - Vicente de Paula Cascaes Telles
1844 - Lourenço Accioly Wanderley Canavarro	1861 - Euthichio Carlos de Carvalho Gama
1846 - José Angelo Marcio da Silva	1861 - Francisco Ildefonso Ribeiro de Menezes
1847 - Espiridião Eloy de Barros Pimentel	1862 - Temístocles Belino Pinho
1848 - Pedro Antonio da Costa Moreira	1862 - Luíz Barreto Correia de Menezes
1849 - José Casado Accioly Lima	1862 - Theóphilo Fernandes dos Santos
1849 - Luíz Laurindo Paes E Lima	1862 - Manoel Januário Bezerra Montenegro
1849 - Ricardo Pereira da Rosa Lins	1862 - Francisco Antonio F. Pinheiro Junior
1849 - Rozendo César de Góes Junior	1863 - Manoel Joaquim dos Santos Patury
1850 - Félix da Costa Moraes Junior	
1850 - Manoel Cesár Bezerra de Góes	

1863 - Machado Lemos	1872 - José Zeferino de Mendonça Uchoa
1863 - Olympio Eusébio de Arrouxellas Galvão	1872 - Manoel Duarte Ferreira Ferro
1863 - Antonio Pereira Camelo	1872 - Manoel Ribeiro Barretto de Menezes
1864 - Barnabé Elias da Rocha Calheiros	1872 - Ulysses Sigismundo de Araujo Batinga
1864 - Epiphânio Verres Domingues da Silva	1873 - Antonio Martins de Miranda
1864 - Joaquim Guennes da Silva Mello	1873 - Bernardo Lindolpho de Mendonça
1864 - Virgílio Peixoto de Araújo Palmeira	1873 - Eduardo Jayme Gomes de Araujo
1865 - Livino Vieira de Macedo Lima	1873 - Francisco Pedro da Costa Moreira
1866 - Joaquim Pontes de Miranda	1873 - Jovino Antero de Cerqueira Maia
1866 - Joaquim Jonas Bezerra Montenegro	1873 - João Maria Carneiro de Albuquerque
1866 - João Lopes de Aguiar Silva Muritiba	1873 - Manoel Do Nascimento Pontes
1867 - Antonio José de Carvalho	1873 - Thomáz Francisco Do Rego Muniz
1867 - Cícero Anatólio Vieira Do Brasil	1873 - Thomáz Coelho de Gusmão
1867 - Eduardo Augusto de Aguiar Belo	1874 - José de Barros Albuquerque Lins
1867 - Floriano José de Miranda	1874 - Thomáz Acióly de Gusmão Wanderley
1867 - Júlio César de Mendonça Uchoa	1875 - Ambrosiocavalcanti de Gusmão Lira
1867 - Manoel Fernandes de Araújo Jorge	1875 - Manoel Pinto Damaso
1868 - Antonio Antero Alves Monteiro	1875 - Rodrigo Correia de Araújo
1868 - Aurélio Numeriano Pontes da Silveira	1876 - Bernardino Antonio de Mendonça Sobrinho
1868 - João Baptista de Aguiar Bello	1876 - João Joaquim de Freitas Henriques
1868 - José Januário Pereira de Carvalho	1876 - Manoel Octaviano Guedes Nogueira
1868 - Luíz Antonio Moreira de Mendonça	1876 - Salvador Elias da Rosa E Silva
1869 - Cândido José de Moura Junior	1877 - Manoel Balthazar Pereira Diegues Junior
1869 - Ernesto Alvim da Silva	1877 - Manoel Joaquim de Albuquerque Lins
1869 - Luíz Monteiro de Amorim Lima	1878 - Esperidião Tenório de Albuquerque
1869 - Manoel de Messias Gusmão Lira	1878 - Jacintho D'assunção Paes de Mendonça
1870 - Affonso José de Mendonça Uchôa	1879 - Francisco de Assis
1870 - Aureliano Antônio Ribeiro E Silva	1879 - Francisco de Paula Bittencourt
1870 - Misael da Silveira Amaral	1879 - Francisco de Albuquerque Aguiar
1871 - José Felipe de Gusmão Uchoa	1879 - Felisberto Elisio Bezerra Montenegro
1871 - Octávio Affonso de Mello	
1872 - Antonio Elias de Aguiar	
1872 - Benigno Marinho Lins Sicopira	
1872 - Francisco de Paula Leite E Oitica	
1872 - Francisco José da Silva Porto	

- | | |
|---|--|
| 1880 - Antonio Serapiao de Carvalho | 1884 - Joaquim Ayres da Silva Costa Junior |
| 1880 - Antonio de Melo Ferreira Santiago | 1884 - Joaquim Cavalcanti Leal de Barros |
| 1880 - Antonio Quintella Correia | 1884 - Manoel Eugênio da Silva Carvalho |
| 1880 - Benardino Maranhão | 1884 - Manoel Raymundo da Fonseca |
| 1880 - José da Rocha Cavalcanti | 1884 - Sócrates de Moraes Cabral |
| 1880 - Julião Tenório de Albuquerque | 1885 - Alarico Catunda |
| 1880 - Lauro Castello Branco E Silva | 1885 - Antonio Teixeira de Aguiar |
| 1880 - Manoel Aureliano de Gusmão | 1885 - Cyridião Durval |
| 1881 - José Emygdio Gonçalves Lima | 1885 - Euclides Vieira Malta |
| 1881 - Nicoláo Tolentino da Costa Junior | 1885 - Feliciano da Silva Taboca |
| 1882 - Antéro Soriano Ribeiro | 1885 - Florentino de Araujo Jorge |
| 1882 - Deocleciano Augusto Ribeiro da Silva | 1885 - Helvécio de Carvalho Gomes Guimarães |
| 1882 - Francisco Lins Ayque de Meira | 1885 - Jeronymo Accioly de Gusmão Lins |
| 1882 - Izaias Belino dos Santos Arruda | 1885 - Joaquim Paulo Vieira Malta |
| 1882 - José Manoel de Araujo Junior | 1885 - Ladisláo Pereira da Costa |
| 1882 - Rodrigo Adolpho de Araújo Jorge | 1885 - Luíz Emílio Paes Lima |
| 1883 - Artur Eloy de Barros Pimentel | 1885 - Luíz Eugênio da Silveira Leite |
| 1883 - Antonio Augusto de Araújo Jorge | 1885 - Luíz Mesquita |
| 1883 - Antonio Tolentino da Costa | 1885 - Manoel Leopóldino Pereira Netto |
| 1883 - Francisco Rufino Reis Lima | 1885 - Pedro Valeriano Cavalcanti dos Reis |
| 1883 - Hermínio Augusto Moreira Lemos | 1885 - Silvério Tertuliano de Almeida Lins |
| 1883 - José Antonio de Oliveira Mendonça | 1885 - Tibúrcio Tavares |
| 1883 - José Bernardo de Arrouxelas Galvão Filho | 1886 - Alfredo Alves de Carvalho |
| 1883 - Manoel Antonio Supardo | 1886 - Francisco Antonio Duarte |
| 1883 - Miguel de Novaes Mello | 1886 - José Ferrão de Gusmão Lima |
| 1883 - Plínio de Mendonça Uchôa | 1886 - José Valetim Do Monte |
| 1884 - Antonio Eustórquio de Oliveira e Silva | 1886 - Miguel Soares Palmeira |
| 1884 - Affonso Viriato de Medeiros | 1886 - Octaviano Rodrigues de Carvalho |
| 1884 - Ambrósio Cavalcanti de Mello | 1887 - Antonio Wencesláo de Omena |
| 1884 - Carlos Augusto Guimaraes Passos | 1887 - Espiridião de Barros Albuquerque Lins |
| 1884 - Francisco de Assis Araújo | 1887 - Gonçalo Marinho de Albuquerque Lima |
| 1884 - Francisco de Sousa | 1887 - José Antonio de Magalhães Bastos |
| 1884 - José Calheiros de Mello | 1887 - José Guilherme da Silva Monte |
| 1884 - José Hilário da Costa César | 1887 - José Paulino de Albuquerque Sarmento |
| 1884 - José Maurício Borges Junior | |
| 1884 - José Augusto de Oliveira | |

1887 - José Luíz Cavalcanti de Mendonça	1891 - Feliciano José Henriques
1887 - José Hemetério de Barros Pimentel	1891 - José Theodoro de G. E Vasconcellos
1887 - Luciano Alves de Britto	1891 - José Casado da Cunha Lima
1887 - Manoel Villas-Boas Patury	1891 - José Antonio de Medeiros Cruz
1887 - Miguel Archanjo de Siqueira Torres	1891 - Terêncio Gomes Ferreira Velloso
1888 - Américo Firmiano de Moraes	1891 - Virgílio Antonino de Carvalho
1888 - Anastácio de Paula Cavalcanti	1892 - Antonio Cavalcanti de Mello Lins
1888 - Belisário Alves de Britto	1892 - Flávio Fenandes dos Santos
1888 - Francisco José Pinto	1892 - Joaquim Nogueira da Costa
1888 - Saturnino Octaviano de Santa Cruz Oliveira	1892 - José Luíz Gomes
1889 - Antonio Buarque dos Reis Lima	1892 - José Cavalcanti da Costa
1889 - Antonio Netto da Silva Costa	1892 - João de Aquino Ribeiro
1889 - Alfredo Alves de Souza Lobo	1892 - João Francisco de Novaes Paes Barreto
1889 - Alípio Minervino da Silva	1892 - Miguel Wenceslão de Omena
1889 - Fausto de Barros Bezerra	1892 - Manoel Vieira Barretto de Alencar
1889 - Lourenço Cavalcanti de Albuquerque Maranhão	1892 - Serapião Américo Camerino
1889 - Manoel Lopes Teixeira Pinto	1893 - Anna Alves Vieira Sampaio Duarte
1889 - Manoel Vieira de Siqueira Torres	1893 - Francisco de Hollanda Cavalcanti Junior
1890 - Antonio Candido Vieira	1893 - Francisco Leocádio de Araújo
1890 - Antonio Francisco Leite Pindaíba	1893 - Joaquim Thomáz Pereira Diegues
1890 - Francisco Roberto de Lemos Lessa	1893 - José Fernandes de Barros Lima
1890 - João Rodrigues de Albuquerque	1893 - Lourenço Bezerra C. de Albuquerque
1890 - José Tavares da Costa	1893 - Pedro Alves da Silva Nolasco
1890 - Laudelino de Souza Lino	1894 - Angelo José da Silva Netto
1890 - Luíz Laurindo de Buaraque Gusmão	1894 - Alderico Guimarães Bastos
1890 - Manoel Cândido de Oliveira Mendonça	1894 - Américo Pinto Do Amaral Lisboa
1890 - Manoel Gonçalves Lima	1894 - Eusébio Francisco de Andrade
1891 - Antonio de Pádua Bezerra Montenegro	1894 - Enéas Coelho Pontes
1891 - Antonio A. C. de Albuquerque Pessoa	1894 - José Felício Buarque de Macedo
1891 - Antonio Cândia de Medeiros Cruz	1894 - José de Hollanda Cavalcanti
1891 - Alfredo de Barros Lima	1894 - João de Alcantara Farias
1891 - Arthur Tolentino da Costa	1894 - João Duarte de Barros
1891 - Francisco Ernesto de Souza Limeira	1894 - Luíz Rodrigues de Medeiros
	1894 - Manoel Adriano de Araújo Jorge
	1894 - Pedro Duarte Muniz
	1894 - Ricardo Brenand Monteiro

1895 - Alberto Juvenal Do Rego Lins	1903 - Arnaldo Guimarães Maia
1895 - Armando Torres Vidigal	1903 - Antonio de Mello Machado
1895 - Domingos Jacintho Tenorio	1903 - Carlos Valente Ribeiro
1895 - Francisco José da Silva Porto Junior	1903 - Demócrito Brandão Gracindo
1895 - Honório Hermeto Carneiro da Cunha	1903 - Francisco Martins da Silva Soares
1895 - João Pureza de Vasconcelos	1903 - João Lopes Ferreira
1895 - Luíz Velho Barreto de Mendonça	1903 - João Guilherme da Silva Pitta
1895 - Manoel Marinho dos Santos Mello	1903 - José Ferreira de Araújo Costa
1895 - Pedro Correia dos Santos	1903 - Manoel Bezerra Correia de Oliveira
1895 - Venâncio Hemetério Lobo Labatut	1903 - Sebastião Prudente de Araújo Granjeiro
1896 - Antonio Arecippo de Barros Teixeira	1904 - Arthur Guimarães de Araújo Jorge
1896 - Benjamim Verçosa Jacobina Filho	1904 - Francisco Antonio da Costa Palmeira
1896 - Júlio Rodrigues de Mendonça	1904 - Francisco da Silva Jucá Filho
1896 - José Antonio de Almeida Moraes	1904 - Ildefonso de Carvalho E Silva
1896 - José Duarte Sobrinho	1904 - José de Sá Peixoto Filho
1896 - José Pedro C. da Cunha Filho	1904 - José Francisco Ribeiro
1896 - José Rozendo Martins de Oliveira	1904 - José Maria Correia de Araújo
1896 - Manoel Buarque da Rocha Pedregulho	1904 - José Affonso Valente de Lima
1897 - Alfredo Elias da Rosa	1904 - José da Rocha Cavalcanti Junior
1897 - Hugo Felício Bastos da Silva	1904 - José Antonio Coelho Ramalho
1897 - Luiz Gonzaga da Silva	1904 - José Augusto de Castro E Silva
1898 - Alfredo Elias da Rocha Oiticica	1904 - Júlio Auto da Cruz Oliveira
1898 - João Barretto Falcão	1904 - Luíz Barreto Correia de Menezes
1898 - Olympio Vieira da Silva Dantas	1904 - Manoel Augusto de Oliveira
1901 - Alfredo Luíz Marques	1905 - Artur de Araújo Lima Caldas Xexéo
1901 - Alfredo Mendonça Uchoa	1905 - Carlos Pontes Marques de Almeida
1901 - Eduardo Menezes da Silva Porto	1905 - João Tertuliano de Almeida Lins
1901 - Enéas Pedro de Souza	1906 - Athanázio Cavalcanti Ramalho
1901 - Ezequiel Lopes de Barros	1906 - Antonio José de Farias Costa
1901 - Ignácio Brandão Gracindo	1906 - Francisco Cândido de Oliveira Mendonça
1901 - Manoel Aristheu Goulart de Andrade	1906 - José Guedes Ribeiro Lins
1901 - Octávio Rocha de Lemos Lessa	1906 - Rodrigo Firmiano de Moraes
1902 - Elysio de Albuquerque Lima	1906 - Eugênio Mendes Jacques
1902 - Luíz de Mascarenhas	1907 - Antonio Nunes Leite
1902 - Manoel Anísio de Sousa Jobim	1907 - Alfredo Vaz de Oliveira Ferraz
1902 - Pedro Antonio da Costa Palmeira	

1907 - Domingos Correia da Rocha	1910 - Ignácio Gonçalves Guimarães
1907 - Manoel Brandão Vilella	1910 - Ignácio Uchoa de Albuquerque
1907 - Manoel Xavier Accioly	Sarmento
1907 - Oscar de Carvalho E Silva	1910 - José Carlos Alves Monteiro
1908 - Adolpho de Hollanda Cunha	1910 - José de Castro Azevedo
1908 - José de Mendonça Alves	1910 - José Menezes Filho
1908 - José da Cruz Oliveira	1910 - Olegário Brandão Vilella
1908 - Jacintho de Medeiros Filho	1910 - Sanelva de Rohan de Araujo Soares
1908 - Orlando Valeriano de Araújo	1910 - Tertuliano de Menezes Mitcheel
1908 - Olympio Fernandes da Silva	1910 - Virgílio Guedes Correia Lima
1908 - Alfredo Francelino da Silva Reis	1911 - Alípio Guimarães Goulart
1908 - Thomáz Soriano de Souza Filho	1911 - Arlindo Accióly de Gusmão Lins
1909 - Alvaro de Souza Barros	1911 - Braúlio Guatimosin Cavalcanti
1909 - Aloysio Aderito de Menezes	1911 - Francisco Cavalcanti Pontes de
1909 - Eurico Buenos Ayres	Miranda
1909 - Francisco José dos Santos Ferraz	1911 - José Maria Correia Das Neves
1909 - Fernando Augusto de Albuquerque	1911 - Luíz Ignácio de Figueiredo
Sarmento	1911 - Manoel de Vasconcellos Teixeira
1909 - Gastão Leopoldo Aguiar da Silveira	1911 - Manoel Teixeira de Vasconcellos
1909 - José de Vasconcellos Valladares	1911 - Nominando Maia Gomes
1909 - José Lopes Cavalcanti	1911 - Olympio de Araújo Machado
1909 - Júlio Mendonça Uchoa	1911 - Octávio Pereira da Costa
1909 - João Aristides de Barros	1911 - Oscar Marinho Falcão
1909 - Luíz Oiticica da Rocha Lins	1911 - Rodolpho Lins Carneiro de
1909 - Mário Portugal Ramalho	Albuquerque
1909 - Mário da Silva Rego	1911 - Wenceslão José Baptista
1909 - Miguel Lopes da Costa Santos	1912 - Antenor Accioly Cahet
1909 - Manoel Rodrigues de Mello	1912 - Antonio Joaquim de Vasconcellos
1909 - Olavo Accioly de Moraes Cahet	1912 - Dário Gomes
1909 - Sílvio Pellico de Araújo Rego	1912 - Edgard Cezário de Azevedo
1909 - Theodoro Ernesto Costa Palmeira	1912 - Eduardo da Silva Paranhos
1909 - Thomáz Rodrigues de Vasconcellos	1912 - José Barbosa de Araújo Pereira
1910 - Antonio Guedes de Miranda	Junior
1910 - Domingos Paes Barreto Cardoso	1912 - Joaquim Goulart de Andrade
1910 - Fernando Augusto de A. Sarmento	1912 - Meroveu Cunha de Oliveira
1910 - Francisco de Paula Accioly Filho	Mendonça
1910 - Gilberto Amorim Goulart de	1912 - Thomaz de Aquino Cysneiros
Andrade	Wanderley

1912 - Virgílio de Almeida Leite Azevedo	1916 - Mário Augusto da Silva Guimarães
1913 - Antonio Tavares da Costa Sobrinho	1916 - Pedro Xavier Bastos
1913 - Benedicto Domingos Nunes Leite	1917 - Carlomano Coelho
1913 - Galdino de Arruda Gondim	1917 - Carlos Povina Cavalcanti
1913 - Hermann Byron de Araújo Soares	1917 - Eurico Magalhães da Silveira
1913 - José Eustáchio da Silva	1917 - Estevão Menezes Ferreira Pinto
1913 - Mário Wanderley da Costa	1917 - José Ulysses Lima
1913 - Manoel Procópio de Mello Junior	1917 - José Sayão de Aranha Barreto
1914 - Carlos Luíz de Araújo	Falcão
1914 - José Quintella Cavalcanti	1919 - Audrico dos Guimarães Goulart
1914 - Joaquim Bulhoes Pontes de	1919 - Braziliano Odorico de Castro
Miranda	Barroca
1914 - Manoel Pinheiro Goulart	1919 - Edilberto da Motta Trigueiros
1914 - Mário de Mendonça E Silva	1919 - José Jerônimo de Albuquerque
1914 - Martyrio Rodrigues de Araújo	1919 - Osório Calheiros Gatto
1914 - Paulo da Assumpção Mendonça	1919 - Silvestre Péricles de Góes Monteiro
1915 - Armando Sampaio Costa	1919 - Silvério Fernandes de Araújo Jorge
1915 - Alvaro Calheiros Leite	1920 - Amarilio Calheiros Leite
1915 - Aristheo Pires R. de Oliveira	1920 - Arnaldo de Vasconcellos Correia
1915 - Aureo Calheiros Leite	Murta
1915 - Armando Goulart Wucherer	1920 - José Guedes Nogueira Junior
1915 - Durval de Góes Monteiro	1920 - Mário Augusto Guerra Jucá
1915 - Edgard Valente Lima	1920 - Miguel Maria de Serpa Lopes
1915 - Francisco Teixeira de Vasconcellos	1920 - Serzedello Maia de Barros Correia
1915 - Innocêncio Astério de Menezes Lins	1921 - Alfredo de Barros Lima Junior
1915 - João Pires Raposo de Oliveira	1921 - Jacintho Buarque de Holanda
1915 - João Agnelo Marques Barbosa	Cavalcanti
1915 - José Moreira da Silva Lima	1921 - José Faustino de Miranda
1915 - Murillo Valente	1921 - Manoel Wenceslau de Almeida
1915 - Manoel Humberto Carneiro da	1921 - Pedro Lins Palmeira
Cunha	1921 - Raymundo Pires da Nóbrega
1915 - Manoel Buarque de Gusmão	1922 - Arthur Accioly Lopes Ferreira
1915 - Osman Loureiro de Farias	1923 - Joaquim Guedes Correa Gondim
1915 - Olívio Pedro de Aragão	Neto
1915 - Péricles Valente de Lima	1923 - Lydio Augusto Guerra Jucá
1915 - Sydrônio Augusto de Santa Maria	1925 - Pedro Lobão Filho
1915 - Silvério Lins Filho	1926 - Cincinato Pires Raposo de Oliveira
1916 - Hermínio de Paula Castro Barroca	1926 - Joaquim Gomes da Silva

1927 - Aristóbulo Cabral da Costa	1929 - João de Azevedo Filho
1927 - Milton Ramires	1929 - Luiz Pereira da Rosa Oiticica
1928 - Amarylio Aloysio dos Santos	1930 - Cyridião Durval E Silva
1928 - Ernesto Lauria Caselli	1930 - Durval Bello
1928 - José Caralâmpio de Mendonça Braga	1930 - Gastão Machado Pontes de Miranda
1928 - Morse Sarmento Pereira de Lyra	1930 - João de Oliveira E Silva
1928 - Oswaldo de Miranda Barros	1930 - Leão Marinho Tavares Bastos
1928 - Zanelly do Couto Malta	1930 - Mac-Dowell Bezerra Montenegro

De se notar, a cisão na sequência dos nomes de bacharéis em direito a partir do ano de 1930, na lista da Academia de Recife, o que se justifica pela fundação, em 24 de maio de 1931, da Faculdade Livre de Direito de Alagoas (federalizada pela Lei. Nº. 1014/49), que diplomou sua primeira turma no ano de 1935, com 35 novos bacharéis. Excepcional ganho para o meio educacional alagoano, o advento dessa Faculdade que contou no seu nascedouro com o contributo dos memoráveis Jayme de Altavila; Guedes de Miranda; Hermínio Barroca; Inácio Brandão Gracindo; José Quintela Cavalcanti, Osman Loureiro, Carlos de Gusmão, Alfredo Gaspar de Mendonça, Mário Guimarães, Edgar Valente de Lima, Paulo Quintela, Mário Marroquim, Paulo de Almeida Castro, Osório Gatto, Cyridião Durval, dentre outros expoentes do nosso meio cultural e fecundos juristas oriundos das bancas da renomada Faculdade de Direito de Recife – “Curso de Ciências Jurídicas e Sociaes”.

Lembrando que já naquela primeira turma da ALD (Academia Livre de Direito de Alagoas), tivemos as bacharelas Maria Aída Pinheiro e Antonietta Vieira Duarte, esta possivelmente da linhagem da família de Anna Alves Vieira Sampaio Duarte, a primeira mulher alagoana a se graduar num curso superior, no caso ciências jurídicas e sociais. Formou-se na Faculdade de Direito do Recife no ano de 1893. Impende destacar as dificuldades da mulher naquele final de século para frequentar cursos de formação, ainda mais numa área restrita ao domínio total do sexo masculino. Denota-se que Anna Duarte, além de pertencer a uma família letrada, a exemplo de sua irmã Maria Duarte, jornalista, educadora e autora do *Almanaque Literário Alagoano das Senhoras para 1889* – considerada a primeira publicação desse gênero no país – eram astutas filhas do tabelião e major José Vieira Sampaio, aquele que lavrou a Ata de Instalação do Tribunal de Justiça de Alagoas. Conclui-se que, além da sua desenvoltura e competência, por certo precisou contar também com o prestígio sociopolítico de sua família, para romper

os tabus da época e conseguir prestar o necessário exame seletivo, o que fez com êxito à afamada Academia de Recife.

Outros alagoanos seguiram para cursar Direito na Academia de São Paulo, embora em número por demais reduzido se comparado aos da Academia de Olinda e Recife. Dentre os mais festejados, vale gizar os nomes do magnânimo Francisco Ignácio de Carvalho Moreira, o “barão de Penedo”; de Manoel Clementino do Monte; Silvério Fernandes de Araújo Jorge, que compôs o Supremo Tribunal de Justiça (antiga nomenclatura do Supremo Tribunal Federal) e o ilustrado pensador e tribuno Aureliano Cândido Tavares Bastos

que, apesar de terem iniciado os estudos jurídicos em Olinda, restaram por concluí-los na Academia das Arcadas em São Paulo.

É importante perceber, pelos nomes dos bacharéis alagoanos, quão marcante foi a migração, para diversas outras províncias, desses nossos juristas, a fim de exercerem ali atividade jurídica, com destaque à vida acadêmica, literária e magistratura nacional, cujos assentos se deram não apenas nas entidades de ensino jurídico, mas, sobretudo, em diversos tribunais, inclusive nos superiores. Cabe aqui citar apenas alguns, como o des. José Valentin do Monte do Superior Tribunal de Justiça-RS; o inigualável jurista des. Pontes de Miranda, do Tribunal de Apelação do Distrito Federal; min. Silvério Fernandes de Araújo Jorge, min. Inácio José de Mendonça Uchôa, min. José Tavares Bastos, min. Esperidião Eloy de Barros Pimentel, min. Antonio Buarque de Lima, todos do STF – Supremo Tribunal Federal (antes denominado Supremo Tribunal de Justiça), além de Joaquim Jonas Bezerra Montenegro (magistrado, escritor e vice-presidente da Província do Pará);



Figura 4: Francisco Ignácio de Carvalho Moreira, o Barão do Penedo (1815-1906). Primeiro americano a receber o título máximo de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Oxford. **Fonte:** gravura de autoria de Boulanger; reprodução do livro de autoria de Renato de Mendonça.

Manoel Januário Bezerra Montenegro (magistrado, escritor e vice-presidente da Província do Rio Grande do Norte); e Oscar Accioly Tenório (primeiro presidente eleito do então Tribunal de Justiça da Guanabara, literato, sócio do IHGAL, reitor, presidente da União Internacional dos Magistrados, Roma); a título de ilustração citemos apenas os mais provectos.

Relevante o fato de alguns dos juristas alagoanos terem se destacado na contribuição da formação cultural e jurídica brasileira, ao incrementarem pela produção de suas obras e participação na criação de instituições retradoras da dinâmica do que fora a vida judiciária e forense no século XIX, o desenvolvimento da ciência do direito no Brasil. Vários nomes, feitos e obras servem para exemplificar essa assertiva, como o *VADE MECUM* JÚRIDICO do penedense dr. José Prospero Jehovah da Silva Carootá, mais conhecido por Silva Carootá. Sua primeira edição data de 1866, tendo chegado a sua quinta edição com êxito e sob elogios de muitos dos expoentes culturais da época, v.g., Clóvis Bevilacqua.

De autoria do barão de Penedo, um dos primeiros trabalhos pátrios de natureza literário-jurídica, sobre processo civil, a obra intitulada *Da revisão geral e codificação das leis civis e do processo no Brasil*, publicada no ano de 1846, quando sequer havia sido promulgado o Código Comercial do Império de 1850, considerada pioneira na sistematização da praxe do processo civil no nosso ordenamento jurídico. Também, na década de 30, o lente Odilon Nestor, referindo-se ao Regulamento 737, (compêndio de regras e princípios processuais) noticiou ter sido o barão de Penedo um dos autores e redator único daquele regulamento, que no seu dizer: “ainda hoje a mais perfeita e mais prática de nossas leis”.

Sobre o barão de Penedo, pode-se destacar sua importante participação na fundação do IAB– Instituto dos Advogados do Brasil, em 1843, (atual OAB) do qual foi seu segundo presidente, e dentre tantas outras importantes funções por ele exercidas, ainda fora ministro plenipotenciário do Brasil em Londres e Washington.

De sorte que vários são os registros acerca de nomes de operadores do direito, contrerrâneos que se lançaram à seara cultural para contribuir com o desenvolvimento e aprimoramento das letras jurídicas e das atividades correlatas, pelo país afora, mesmo diante das dificuldades para se produzirem livros no correr do século XIX.

Basta lembrar da existência dos tipógrafos e seus linotipos, aqueles que montavam os livros letra a letra e folha a folha, e da imposição Del Rei quanto à necessidade de autorização para a produção e circulação de livros.

Também é cediço que tal desobediência poderia ser considerada a depender, principalmente, do conteúdo do livro, crime de lesa-pátria ou lesa-majestade, o que acarretaria em pena de degredo, ou mesmo, pena capital.

Dito isto, fácil também vislumbrar quão salutar foi a participação dos nossos bacharéis na formação da cultura alagoana, seja na política, na filosofia, no direito, no jornalismo, nas artes, na literatura e na administração pública, tudo servindo para alavancar o desenvolvimento das Alagoas, e ainda levar às alturas e alhures o nome de seus bacharéis.

Nas últimas décadas do período oitocentista, as instituições da Justiça alagoana eram compostas basicamente por esses bacharéis que se utilizavam de uma estrutura judiciária que, paulatinamente, passou por um processo evolutivo de organização acomodada nas modificações administrativas decorrentes das reformas judiciárias, feitas com base na Lei nº 260 de 3 de dezembro de 1841, e na Lei nº 2033 de 20 de setembro de 1871.

O modelo da vida judiciária brasileira seguiu até ser promulgada a 1ª Constituição Federal que rezava, em seu art. 63, que cada unidade federativa se regeria pela Constituição e pelas leis que adotasse. O estado de Alagoas promulgou sua Constituição no dia 11 de junho de 1891, a qual, por seu turno, criava nova estrutura judiciária com a criação do Poder Judiciário que, dentre outras deliberações, determinava a instalação do Tribunal Superior de Justiça, que restou inaugurado no dia 1º de julho de 1892. Sendo composto por cinco desembargadores, devidamente nomeados pelo então governador Gabino Besouro, quais sejam: des. Adalberto Elpídio de Albuquerque Figueiredo, des. Frederico Ferreira França, des. Luiz Monteiro de Amorim Lima, des. Manoel Fernandes de Araújo Jorge e des. Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins. Houve uma lista anterior de nomeados, a qual não prosperou porque ainda pendente na ocasião a Lei n. 7 de 12/05/1892, executada pelos Decretos n.º 77 de 07/06/1892, e n.º 80 de 20/06/1892. Sendo esta a primeira lei da Organização e Divisão Judiciária do estado de Alagoas, cujo texto seria de autoria do notável bel. Luiz Monteiro de Amorim Lima, que depois se tornou um dos cinco desembargadores a integrar o primeiro plantel do Tribunal Superior de Alagoas. Sobre o qual se afirma haver saudado em francês sua majestade d. Pedro II, quando em visita à comarca das Alagoas, que, encantado com a desenvoltura daquele então garoto, o teria agraciado com uma bolsa de estudo.

Quanto à segunda instância, vale ressaltar que durante a fase colonial, a justiça das Alagoas esteve às voltas com o Tribunal da Relação da Bahia, criado desde 1609, para onde seguiam os recursos impetrados contra as decisões proferidas em primeiro grau em terras alagoanas. Essa jurisdição

se estendeu até 1831 no que tange à comarca das Alagoas, quanto a Penedo permaneceu sob jurisdição da Relação baiana, até ser transferida mediante o Decreto 2342, de 6 de agosto em 1873, para a competência do Tribunal da Relação de Pernambuco. Essa dependência jurisdicional da Relação de Pernambuco perdurou até a instalação do Tribunal Superior de Alagoas, ocorrida no dia 1º de julho de 1892. Os trechos jornalísticos citados abaixo, publicados no *Jornal Gutemberg*, edição do sábado 2 de julho daquele ano, referem-se à Ata de Instalação do nosso Tribunal, como segue:

[...] o senhor doutor Gabino Besouro, governador do Estado, declarou instalado o Tribunal Superior, fazendo, em seguida, a promessa legal de bem servirem, os desembargadores Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins, Adalberto Elpídio de Albuquerque Figueiredo, Luiz Monteiro de Amorim Lima, Frederico Ferreira França e Manoel Fernandes de Araujo Jorge, e o procurador geral, doutor João da Silva Rêgo Mello.

Procedeu-se, logo após, a eleição do presidente do tribunal sendo eleito por quatro votos o doutor Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins, que imediatamente prestou promessa de bem servir este cargo, depois do que pronunciou o mesmo desembargador um discurso alusivo ao ato. Ora também o dr. Araujo Jorge, que expressa-se em vastas considerações sobre a justiça e a magistratura.

O tabelião Vieira Sampaio, no exercício interino do cargo de secretário do Tribunal, procedeu a leitura da ata, que foi assinada pelo sr. governador, desembargadores, procurador geral, juízes de direito presentes e demais circunstantes, sendo depois encerrada a sessão. Maceió, Alagoas, 1º de julho de 1892.

Uma vez instalado o Superior Tribunal de Justiça de Alagoas, e composto o seu primeiro colegiado, foram renomeados juízes para todas as comarcas então existentes. Frise-se que diversas foram as comarcas e termos judiciários que ao longo dos anos sofreram alterações na sua jurisdição, ora sendo elevadas, rebaixadas, reunidas, ou mesmo extintas como as comarcas de Paulo Jacinto, Chã Preta, São Brás e Passo de Camaragibe. Adiante as principais comarcas descritas com o ano inicial da sua criação:

Maceió – 1833; M. Deodoro – 1833; Atalaia – 1833; Penedo – 1833; Anadia – 1838; Porto Calvo – 1852; Mata Grande – 1854; União dos Palmares – 1854; Passo de Camaragibe – 1864; Pilar – 1872; Palmeira dos Índios – 1872; Pão de Açúcar – 1875; Traipu – 1877; Coruripe – 1882 e Maragogi – 1889; Murici e Viçosa – 1893; São Miguel dos Campos – 1895; Rio Largo – 1900; São Luiz do Quitunde – 1905; Água Branca – 1910; Colônia Leopoldina – 1912; São José da Lage, Capela e Santana do Ipanema – 1920; Arapiraca, Junqueiro e Quebrangulo e São Brás – 1949; Batalha, Igreja Nova, Limoeiro de Anadia, Major Izidoro, Piaçabuçu, Piranhas, Porto de Pedras, Porto Real do Colégio; Olho D'água das Flores, Paulo Jacinto – 1952; Delmiro Gouveia 1960; Cacimbinhas, Campo Alegre, Flexeiras, Girau de Ponciano, Igaci, Maravilha, Marimbondo, Matriz de Camaragibe, São José da Tapera e São Sebastião – 1987; e, mais recentemente, Satuba, Joaquim Gomes, Paripueira, Novo Lino, Messias, Taquarana, Boca da Mata, Cajueiro, Feira Grande, e Teotônio Vilela.

O Tribunal de Justiça de Alagoas já teve outras três denominações: Tribunal Superior, na Constituição de Alagoas de 1891; Corte de Apelação na Constituição de 1934; Tribunal de Apelação, na Constituição de 1937; e a atual denominação foi mantida tal a Constituição Estadual de 1946.

O organismo judicial de Alagoas atraiu intenso incremento na virada do século XIX, pois já eram visíveis algumas alterações no comportamento social e político das cidades, o que exigiu arcabouço jurídico para acomodar esses anseios culturais. O aumento populacional e o desenvolvimento econômico foram aos poucos crescendo as demandas judiciais, com isso interferindo no meio físico e gerando uma maior dinâmica geopolítica. E alguns dos termos judiciários, visando a atender necessidades para uma melhor prestação jurisdicional, foram sendo elevados à condição de comarca. Vale dizer, adquiriram, na forma da lei, jurisdição sobre seu próprio território para melhor suprir os interesses de seus jurisdicionados. Destarte, de quatro unidades judiciárias criadas nas primeiras décadas do século XIX, já se contava na virada daquele século, com 21 comarcas, pois cada cidade com média de 20 mil habitantes fora sendo provida de juiz

de direito que, *in loco*, mais eficazmente geria a vida forense. Enquanto a população estadual no mesmo período pularia de 150 mil para 660 mil habitantes, aproximadamente o que explica o aumento no número das comarcas e na provisão de operadores do direito.

Hoje, a população de Alagoas gira em torno de 3 milhões e 100 mil habitantes, segundo o censo de 2010, mudança demográfica acentuada que impele ação diferenciada em todos os setores da vida social que visem a medidas gestoras capazes de evitar possível colapso, acaso os índices entre a procura e o serviço público entrem em sério descompasso. É isso que se quer evitar, sendo promovidos concursos para provimento de cargos de juizes e de serventuários para melhor atenderem a demanda judicial, que naturalmente também tende a acompanhar esse crescimento populacional. E dentro desse pensamento, são dignas de registro as construções de fóruns maiores, que, melhor dotados de recursos humano e tecnológico, abrigam dignamente as atividades judicantes, a exemplo do prédio do Tribunal de Justiça, do prédio do fórum da capital e de diversos outros construídos nas comarcas interioranas. Todos com estrutura e infraestrutura compatíveis às hodiernas tecnologias, que aceleram a produtividade e garantem eficiente prestação jurisdicional. É propósito do Poder Judiciário de Alagoas – atualmente composto por 58 comarcas, sendo três de terceira entrância, dezenove de segunda entrância e 36 de terceira entrância, que totalizam 128 unidades judiciárias incluindo todas as comarcas, varas e juizados especiais – alcançar sua atividade-fim, tornando-a mais humanitária e igualitária. Um exemplo é a implantação de tecnologia digital: o processo físico será substituído pela total digitalização dos atos processuais e forenses, a chamada “unidade judiciária 100% digital”, tecnologia recém-implantada na comarca de Maribondo.

Com base nos dados históricos levantados, estabeleceu-se um veio cronológico que revela, de forma tênue, o decorrer da justiça em Alagoas nos últimos três séculos. E para registros à posteridade e, mais atualmente, para comemorações do seu tricentenário, tomou-se por marco o dia 9 de maio de 1712, data da posse do primeiro ouvidor de Alagoas, José da Cunha Soares.

As comemorações seguiram o roteiro do projeto que contempla diversas etapas, assim discriminadas: lançamento do selo postal comemorativo dos trezentos anos, pela ECT; lançamento dos concursos fotográfico e literário; palestras em todas as faculdades de Direito do Estado; Entrega da comenda Moura Castro aos ministros Eliana Calmon e Ayres Brito; inau-

guração da galeria dos presidentes do TJ; aposição da placa do tricentenário no hall de entrada do TJ/AL; exposição itinerante de manuscritos e livros do século XIX; criação do Centro de Estudos e Pesquisas para resgate da memória da Justiça em Alagoas; homenagens aos 120 anos do TJ/AL, com a aposição da placa dos desembargadores do tricentenário; visita com aposição de placa que alude à posse do primeiro ouvidor na comarca de Marechal Deodoro; e em execução a oferta das medalhas do tricentenário em show cultural no teatro Deodoro; a corrida de rua dos trezentos anos e, por fim, o lançamento do Álbum do *tricentenário*. Conclui-se, assim, este ensaio, cujas notas e registros serviram para a confecção do projeto que culminou com essas justas comemorações alusivas aos trezentos anos da Justiça em Alagoas, neste ano de 2012.

Murici amada

Diógenes Tenório Júnior

*Murici me liberta as fantasias,
Tem o jeito das minhas inocências,
Os sintomas de todas as carências
Que acompanham até hoje os meus dias.
Ouço o som das sentidas melodias
Que vovó entoava tristemente,
Quase a ouço cantando alegremente
As modinhas da sua mocidade;
Murici tem o gosto da saudade
Dos meus dias azuis de antigamente.*

*Quando ouvia o sino da matriz,
Eu saía correndo para a igreja,
Como quem vai atrás do que deseja,
Coração de quem era bem feliz.
Desde então, tudo o que eu sempre quis
Foi seguir a estrada sempre em frente,
Foi jamais esquecer a minha gente
Todo o tempo, e em qualquer idade;
Murici tem o gosto da saudade
Dos meus dias azuis de antigamente.*

*Minha rua, singela e pequenina,
A menor que existia na cidade,
Foi o espaço onde a felicidade
Fez morada na minh'alma menina.
Era nela que eu via, da esquina,
Minha avó me esperando ao fim da tarde,
Era ali que a minha liberdade
Começava na hora do poente;
Murici tem o gosto da saudade
Dos meus dias azuis de antigamente.*

*Mês de junho, com chuva e trovoadas,
Rio cheio, a falta de energia,
Minha mãe uma vela acendia,
Me cobria com colcha reforçada.
A cidade ficava alvoroçada,
Todo o mundo com medo da enchente,
Da tragédia que chega de repente
E destrói sem ter dó nem piedade;
Murici tem o gosto da saudade
Dos meus dias azuis de antigamente.*

*De manhã, quando olhava para a ponte,
Eu notava o povo indo pra lida,
Velho, moço, criança, gente unida,
Que avança sem nenhum horizonte.
Meu olhar se voltava para o monte
Do Cruzeiro, acima da cidade,
Minha alma sentia a crueldade
Da miséria daquela minha gente;
Murici tem o gosto da saudade
Dos meus dias azuis de antigamente.*

*Lembro a festa da bela padroeira:
Minha rua enfeitada de euforia,
A imagem da santa que sorria,
Abraçando a cidade quase inteira.
A matuta, risonha e bem faceira,
Passeando com seu vestido novo,
As mulheres, os homens, todo o povo
A cantar e a rezar no sol poente;
Murici tem o gosto da saudade
Dos meus dias azuis de antigamente.*

*Do menino que fui naqueles anos
Pouca coisa restou no homem de agora,
Sou apenas um pecador que chora
O lamento de tantos desenganos.
Sou um prisioneiro dos tiranos
Pensamentos que vêm à minha mente,
Que se postam de pé à minha frente
E que me desafiam de verdade;
Murici tem o gosto da saudade
Dos meus dias azuis de antigamente.¹*

Murici foi minha amada desde eu menino. Nem conhecia ainda o universo feminino, com seus mistérios e dengos, suas faceirices e simulações, e a paixão por Murici já era o meu segredo, que eu possuía no silêncio das minhas caladas tentações e posses. Murici sempre foi o meu alumbramento. Uma eleição, uma opção, uma tendência. E pela vida afora, daquela infância perdida a esta madureza mais perdida ainda, ela tem sido a minha obsessão constante, fiel. Murici livre ao sabor dos ventos tangidos pelo Mundaú, e eu preso aos ciúmes, às ternuras, às saudades, às coisas mais secretas e inefáveis do benquerer. Murici que avança sem perder a identidade, sem esfarelar seus miolos, sem soltar seus tutanos, mantidos os escondidos que fazem a glória das autênticas cidades dos homens.

Minha primeira Murici foi a dos anos 1970, a que ficou indelevelmente tatuada na minha alma. Lá estavam o rio Mundaú, a matriz de Nossa Senhora da Graça, o morro do Cruzeiro, a tentadora e proibida rua da Jaqueira. Árvores, carroças, sombras e iluminações. Gado pastando na praça, galinha ciscando no meio-fio. Era a Murici de tantos viventes que iluminaram a minha meninice, todos identificados pelo seu ofício: dona Hosana parteira, seu Alípio encanador, seu João eletricitista, seu Esíquio vigia, dona Diva do bazar, seu Horácio da venda, seu Zé Peixoto sapateiro, tio Jairo da farmácia, seu Alciro marchante. Dos patriarcas respeitados, como Nezinho do Tabocal, Durval Oliveira e Major Dé. Das benzeduras de Dolores Correia, remédio eficaz contra febre e mau-olhado. Uma Murici que tinha o sabor dos pastéis de dona Judite, dos suspi-



Figura 1: A Praça da Matriz, na década de 60.

Fonte: Acervo Lenira Tenório.

¹ TENÓRIO Júnior, Diógenes. Os dias azuis. In: Mar sem porto. Maceió: Catavento, 2003, pp. 24-7.

ros de dona Lica, dos pinhões de mel de dona Vandete, das broas de dona Tonha Ernestina e dos bolinhos de madrinha Lale. Murici das procissões inundadas de pés descalços, de chapéus de palha nas mãos, de graves acordes de hinos seculares, de benditos populares do Padim Ciço do Juazeiro. Murici da bela imagem da padroeira, desfilando vitoriosa sobre os ombros devotos, e das noites juninas clareadas pelas bombas do meu avô Zezinho Fogueteiro, imortalizado nos versos do poeta Antônio Miguel da Silva. Murici de João Balaio, de Maria Doida, de Criança, de Vigia e de Zé de Laura, doidinhos que vagavam pelas ruas, quase parentes de todos nós, tamanha a nossa intimidade. Do cego Sabino, mendigando uma esmolinha pelo amor de Deus, e de Regina Cachinho, levando consigo a estampa de Santa Luzia ornada de fitas coloridas ao som da bandinha de pífanos desafinada. Murici do professor Ciço Lápis, aboletado no fusca de Milton Cansação, rezando pela saúde dos doentes e encomendando a alma dos que partiam para a outra vida. Murici dos móveis fabricados com esmero pelo mestre Bráulio, homem sábio e santo, e das minhas queridas professoras: tia Renilde, para quem rabisquei meus primeiros versos, e tia Salete, que me iniciou na maravilhosa aventura da leitura e da escrita, ambas na Escola Integrada Municipal. Murici do Ginásio Nossa Senhora das Graças, onde aprendi a ter disciplina pelas mãos rigorosas mas afáveis da tia Jó.



Figura 2: Ponte sobre o Rio Mundaú na década de 70. **Fonte:** O autor.



Figura 3: *Procissão de Nossa Senhora da Graça, em 1995.*

Fonte: O autor.

A cheia do Mundaú nunca foi, durante a minha infância, motivo de preocupação ou de angústia. Menino pequeno, eu ainda não tinha sido tocado pela solidariedade diante do sofrimento alheio, e as enchentes periódicas do rio, entre os meses de junho e julho de cada ano, não mexiam diretamente comigo nem com os meus. Na minha terra, o rio Mundaú vem de Pernambuco, fluido, e atravessa a cidade, seguindo viagem para formar o oceano Atlântico. Quando sabíamos que estava chovendo muito lá pras bandas de Garanhuns, era certo que o Mundaú transbordaria em Murici.

O rio nascia por aqueles lados, e descia com toda a força até alcançar a minha cidade já caudaloso, forte, com as suas águas barrentas arrastando tudo o que encontrava pelas margens, fossem casebres, árvores ou animais. O primeiro sinal eram as baronesas que começavam a deslizar celeremente, sobre as quais os moleques mais afoitos pulavam da velha ponte, algumas vezes deparando-se com cobras enrodilhadas que os faziam precipitar-se de volta às águas revoltas. Outro indício infalível era o barulho: o Mundaú, sempre silencioso, na véspera da cheia tornava-se sibilante, num rugido que avultava durante a noite, amedrontando até.

Na prática, entretanto, nenhum mal era causado à minha casa, diferentemente do que acontecia na rua da Floresta, na rua da Tamarina e na rua do Cajueiro, onde o número de desabrigados sempre era grande e onde muito se perdia nas humildes casas de taipa ou de tijolo batido. Muitas vezes a geladeira, o fogão ou a televisão com muito esforço adquiridos eram levados pela correnteza, quando menos danificados irre recuperavelmente. Na minha rua isso nunca aconteceu enquanto eu fui criança. De significativo, a cheia trazia consigo apenas a mudança da rotina da rua 7 de Setembro, habitualmente calma e tranquila, que nos dias de enchente ficava repleta

de curiosos em direção à ponte, inclusive durante a noite. Para mim, em particular, mudava apenas o cenário do meu quintal, enladeirado em direção ao rio, terminando numa cerca malfeita de estacas velhas, e que ficava inundado pelas águas do Mundaú, que quando baixavam deixavam-no limpinho, limpinho, a não ser pelos imensos cururus que sempre apareciam naquele período. Eu gostava então de jogar no Mundaú os barquinhos de papel que a minha mãe fazia, de vê-los arrastados pela correnteza até que algum redemoinho os fizesse submergir, como os sonhos que escapam das nossas mãos e não voltam nunca mais.

Certa vez, baixadas as águas do rio, dona Maria Alcântara, que morava defronte à nossa casa, foi descansar após o almoço e, mal se deitou na cama, sentiu um volume frio a tocar-lhe as costas. Deu um pulo e deparou com uma enorme cobra d'água que, fugida do Mundaú, buscava abrigo entre os seus lençóis quentes e macios. Um incidente singelo, sem maiores consequências, resolvido rapidamente com a expulsão do réptil pelo seu Horácio, vizinho nosso, que por ser “curado de cobra” sempre era convocado para esse tipo de missão. Bom mesmo era ver os camaleões que apareciam na cerca do meu quintal, e lá ficavam impassíveis por horas a fio, aproveitando a quentura do sol, até que a minha impaciência os espantava com uma carambola lançada sem muita precisão. Ou acompanhar de longe, vez ou outra, alguma capivara que andava vagarosamente nos fundos da minha casa, ruminando as baronesas encalhadas na beira do Mundaú.



Figura 4: Uma lavadeira de roupas, em 1996. **Fonte:** O autor.

Poucas vezes entrei no Mundaú, apesar de tê-lo tão perto de mim. O rio já estava muito poluído na minha infância, por causa dos esgotos da cidade e da tiborna da usina São Semeão, e minha mãe temia que eu contraísse alguma doença. Em duas ou três oportunidades, à sorrelfa, aventurei-me num rápido mergulho, na margem defronte ao meu quintal, em companhia do Dominginho, afilhado dos meus pais, que morava nas terras da fazenda Cansanção. Ali o rio era meu, minha primeira transgressão e desobediência, minha liberdade conquistada. Nele fui batizado nas artes da molecagem.

No meio dos anos oitenta, trouxeram-me para Maceió. Necessidade de estudos, justificaram os meus pais. Daí vieram a descoberta da poesia, as madrugadas em claro, caçando uma maneira de esquecer a primeira namorada deixada na rua do Cajueiro, os desafios da universidade, as responsabilidades do trabalho, o casamento com a mulher amada e o nascimento do meu único filho, razão maior de uma vida inteira. E, ao mesmo tempo, a tristeza silenciosa, doída, de saudades de Murici. Saí de Murici, mas Murici nunca mais saiu de mim, confirmando os versos de Ferreira Gullar: “A cidade está no homem/ quase como a árvore voa/ no pássaro que a deixa”.

Agora, eis Murici na primeira década do século XXI, com a mesma humanidade de ontem, escorrendo quente, espumoso, o leite gordo da ternura humana. Uma derradeira Murici, bem recente, eu já alcançado pela miopia, pela calvície e pela quase desesperança. Eu já sem minha mãe Lena, sentindo-me o mais órfão de todos os viventes. A cidade um pouco diferente, mas sem perder sua estrutura, fiel aos seus valores e desvalores, que Murici se renova sem cirurgia plástica e envelhece alegre com o segredo da eterna juventude. Diante da multidão, diz-nos a Bíblia que Jesus teve pena. Diante da humana gente de Murici, eu me ufano da minha cidade natal. Porque, se cada pessoa é ela e suas circunstâncias, as circunstâncias muricienses têm grandezas. O rio, os canaviais, os botecos, becos e avenidas, vielas e calçadas, grandes e miúdos, o povo. Murici carece de seu povo, completa-se com ele, que a faz permanecer humana e boa, aconchegante e calorosa.

Depois de deixar Murici, passei a visitá-la quase às pressas, sempre na festa da padroeira, frequentemente em alguns enterros e às vezes em casamentos, cada vez mais raros. Minha avó materna, Izarele de Souza Santos – solidariedade instantânea, radical na generosidade –, quando falava de sua infância ao lado de Francisquinha Maciel, costumava dizer: “No tempo em

que eu era gente...”. Repito-lhe a expressão: no tempo em que eu era gente, podia viver Murici. Hoje, não; há muitas cruzeiras erguendo os seus braços à procura da eternidade. Murici também passou a ser para mim um campo santo, um chão sagrado. Repouso de guerreiros – os idos.

Murici é isso e mais, muito mais. Indefinível nos seus contrastes, pecados e santidades, risos e lágrimas, passado e futuro. A luz ardente do sol de meio-dia, a brisa fria das suas madrugadas obscuras e insones. Murici é tudo o dito – e sobretudo o inaudito. De mim, se fosse permitido, juro que gostaria de esperar o fim da vigília em Murici. Minha mãe contaria histórias, tal como fazia nas noites chuvosas do mês de junho. Mozart Damasceno as decifraria todas, e lhes daria origens. Minha madrinha Eurides agarraria em minha mão, olhos rasos d’água, e todos ouviríamos ao longe os acordes de *My way*, na voz de Frank Sinatra.

Se não blasfemo – Deus me livre e guarde –, que céu teria mais gosto de céu?

*As águas surgem do nada,
Na noite que se transforma
Em gritos, choros, lamentos,
No sono que se transmuda
Em pesadelos, assombros,
Nas paredes que desabam
Como os sonhos desfeitos
Por obra de um temporal.
Ali se vê um menino
Chorando desesperado:
Onde seu pai, sua mãe,
Onde os brinquedos de lata
Que ainda ontem compunham
A paisagem do quintal?
Foram-se todos na cheia,
Perderam-se entre as ondas
Que arrastaram consigo
Paredes, trilhos e postes.
Ninguém pôde ouvir os gritos
Da menininha franzina,
Chamando sem ter resposta
Pela vovó benfazeja*

*Que os escombros sepultaram.
As ruas somem dos pés,
Buracos tomam o lugar
Das calçadas de outrora,
Sequer poupando o trajeto
De crianças inocentes
Que, cantando alegremente,
Caminham para a lavoura.
Tudo é triste, tudo clama,
Tudo sente o Mundaú
Em sua ira mais forte,
Em seu furor mais bravio,
Que a todos, ricos e pobres,
Converte em desesperados.²*

² TENÓRIO Júnior, Diógenes. A cheia do Mundaú. In: Mar sem porto. Maceió: Catavento, 2003, pp. 15-16.

Religião e poder: a crise do *impeachment* e a morte do franciscano

Douglas Apratto Tenório

Introdução

História é o estudo das crises. Das crises em si, dos seus mecanismos de desenvolvimento, de sua evolução, controle e superação. As épocas de crise são extremamente fecundas para o historiador, na medida em que nelas ele assiste, a um só tempo, ao ocaso não apenas de figuras antigas de liderança e à emergência de outras novas, como também ao embate entre padrões novos e antigos de cultura dentro do meio em que convivem.

Crises são espasmos, contrações que a história registra e cujas repercussões escapam do controle dos seus atores. Às vezes um fato atípico, violento, emerge, como o exacerbamento de tensões que engolfam grupos e arrastam a coletividade para um drama político e social cujas dimensões seus autores jamais imaginariam. A eclosão vem no bojo de uma crise mais abrangente, iniciada há algum tempo e ignorada por muitos que vivem o processo em gestação. Elias Canetti¹ discorre sobre o tema em *Massa e poder*, reportando-se ao que chama de “cristais de massa”. São elementos aglutinadores, acontecimentos deflagradores que, na pressão dos acontecimentos, aceleram a crise, põem na mesa um conflito instalado e anunciam que um novo tempo está sendo vivido.

A mais famosa crise de Alagoas

Em 13 de setembro de 1957, uma pequena unidade da federação brasileira viveu o ápice de uma crise política que envolveu todos os poderes do estado, a maior de sua trajetória política e administrativa. Uma das muitas desde que o pequeno torrão brasileiro foi colonizado pelos portugueses, no século XVI, até alcançar a autonomia em 1817 e ingressar nas fases imperial

¹ A expressão de Canetti é usada na obra de José Luciano Cerqueira: *Crises programadas e transição democrática*, tese de doutorado do autor, com resumo publicado na *Revista de História da UFPE*, nº 10, Recife, 1988.

e republicana. Talvez seja a maior das suas crises porque foi institucional, com um embate entre o Poder Legislativo e o Executivo e tendo o Judiciário como palco final.

Numa calorenta tarde de primavera, 35 deputados entrincheirados na Assembleia Legislativa aguardavam uma batalha anunciada. Em pouco mais de dez minutos, mais de mil tiros de metralhadoras e revólver foram disparados, protegendo-se os seus protagonistas atrás de sacos de areia que formavam uma barreira sobre a mesa diretora do parlamento estadual. O saldo da refrega foi um morto e dezenas de feridos. Desde então, Alagoas nunca mais foi a mesma.² Durante mais de três décadas grupos políticos, famílias inteiras se enfrentaram, e muitas delas, como a dos Mendes, foram praticamente dizimadas por pistoleiros a serviço de partidários envolvidos.

O tormentoso episódio do *impeachment* do governador Sebastião Marinho Muniz Falcão em 1957 e a trajetória da violência política em Alagoas têm sido motivo de inúmeras obras, como a de Márcio Moreira Alves,³ vencedor do prêmio nacional de jornalismo. Se por um lado o tema é triste e aterrador, por outro não se pode negar que é atraente para um estudo das relações de poder, bastante forte no imaginário alagoano e brasileiro pelas repercussões que trouxe à bibliografia política nacional.

Quase seis décadas nos separam do momento do *impeachment* do governador Muniz Falcão. Semelhante ao tiroteio de Angicos, em 1939, quando morreram Lampião e seu famoso bando de cangaceiros. Marcando a passagem de uma época imortalizada pelos meios de comunicação e pela cultura oral, o conflito dentro da Assembleia Legislativa de Alagoas, durante a votação do impedimento do governador, encerra a mesma carga dramática e simbólica no imaginário popular, perenizada pelos órgãos de imprensa, pelos violeiros e pela literatura de cordel, na qual, atuam coronéis, militares, pistoleiros e políticos de todos os matizes.

A dramática experiência na história política e administrativa da segunda menor unidade da federação brasileira teria repercussões anos afora. As principais revistas e jornais mundiais abririam manchetes sobre o episódio.⁴ Qualquer trabalho de *scholar* avistaria neste dia fatídico a dimensão de uma tragédia grega,

² Ver a obra de Jorge Oliveira Curral da morte, que trata do tema: Oliveira, Jorge. Curral da morte: o império de sangue, podere politicano Nordeste. Rio de Janeiro: Record, 2010.

³ Márcio Moreira Alves foi um dos grandes nomes do jornalismo brasileiro e veio cobrir a votação do *impeachment* para o Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro. Foi gravemente ferido no tiroteio do dia 13 de setembro e seus trabalhos lhe renderam vários prêmios. Também tratou do assunto em seu livro, Teotônio, guerreiro da paz. Petrópolis: Vozes, 1983.

⁴ Jornais e revistas europeus, norte-americanos, latinos, como o The New e o Corriere de la Sera, fazem referência ao tumultuado caso alagoano.

os traços de uma experiência populista correndo em busca de uma política de massas, a ação desesperada do golpismo, o confronto entre o mundo urbano moderno e o rural arcaico, e o comportamento da classe política local dando realce à violência⁵ como forma de resolução ou de instalação de conflito.

Registra-se no episódio um dos aspectos mais antigos, e de contundente atualidade, que nem os avanços democráticos do século XXI puderam ainda erradicar completamente. A questão do *impeachment* traz à tona uma amostra da sociedade e da política local, de um Brasil antigo, cujo estado já foi denominado de “Sicília brasileira”⁶ e cujos padrões foram desenhados desde muito antes, quando da formação colonial, em suas vilas e cidades do interior, de uma secular forma de prática política⁷ e de uma herança cultural.

O problema da violência no meio nordestino nos leva a refletir sobre um dos modos de fazer política nas vastas áreas do interior do Brasil, sem comprometimento com os direitos individuais e de cidadania. O que ocorre não é a simples disputa partidária, mas o impacto sangrento entre indivíduos e clãs familiares, entre grupos políticos e facções que se entredevoram para manter a hegemonia nas áreas que dominam.

Os anos cinquenta do século passado foram cruciais. No mundo, era o após-guerra que, mal comemorava a derrota do nazifascismo de Hitler e Mussolini, já era envolvido em um novo grande confronto mundial entre as potências vencedoras, os Estados Unidos e a União Soviética. Era a chamada “guerra fria”, que punha *tête-à-tête* dois sistemas econômicos e políticos. Nenhuma região da Terra, nenhum país do mundo ficou imune a essa polarização e às guerras setoriais, exercitando os músculos dos exércitos. O medo de uma guerra atômica global entre os dois blocos gigantes, de uma nova Hiroshima, pairava sobre a cabeça de todos.

Alagoas passava por uma experiência inovadora. Pela primeira vez na sua tumultuada vida, um governo saído das entranhas das massas exercitava com maestria o populismo, um inimaginável governo de centro-esquerda, dentro de um quadro nacional favorável ao desenvolvimento, ousando confrontar-se com a elite do açúcar e a aristocracia das grandes famílias rurais, secularmente encasteladas nas suas cidadelas de mando e permanentemente controlando as rédeas do poder local.

⁵ Ver: *Crítica da violência, crítica do poder*, de Walter Benjamim, São Paulo: Cultrix, 1986, e *A reprodução*, de Pierre Bourdier e Jean Claude Passeron. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

⁶ O termo é usado com frequência pelo historiador gaúcho Décio Freitas, que viveu alguns anos em Maceió na década de 80 do século passado como professor da Universidade Federal de Alagoas.

⁷ Ver a entrevista da professora Geneviève Clancy a Paulo Cunha sobre a violência na obra do cineasta Glauber Rocha (Revista Manchete, Rio de Janeiro, 17 nov. 1970, pp. 13-4).

O munizismo⁸ representou um período de extraordinário avanço nas lutas sociais de Alagoas, conhecido pelos latifúndios, pelas famílias patriarcais brasonadas, seus engenhos e usinas, pelos marechais e barões do açúcar. Durante mais de cinquenta anos pairou uma série de versões sobre o governador Muniz Falcão e seu tumultuado governo. Uma das mais correntes é a de um homem educado, fino, acusado da tibieza que o incapacitava para coibir os desmandos e truculências dos seus correligionários, liderados pela família de sua esposa, os Mendes, de Palmeira dos Índios. Quando se ouve falar do governo Muniz Falcão, geralmente é transmitida a imagem de um governo fraco, marcado pela violência política em grau nunca dantes conhecido e cujo símbolo maior é o conflito armado no parlamento, por ocasião da votação de seu impedimento, o famoso tiroteio do dia 13 de setembro. Uma crise institucional envolvendo os poderes, que marcou indelevelmente a imagem de Alagoas até hoje.

Tiros de 1954 ecoam em 1957

Para um assunto tão instigante na memória alagoana, vários são os depoimentos de historiadores para explicar as causas do conflito de 1957, que ocasionou a morte do deputado Humberto Mendes, líder do governo no parlamento estadual e o impedimento temporário do chefe do Executivo, antes do julgamento final do *impeachment* pelo Judiciário. Geralmente se atribuem às desavenças entre udenistas e partidários do clã dos Góis Monteiro os confrontos entre os ex-governadores Arnon de Mello e Silvestre Péricles; a publicação da Lei nº 2.013 instituindo a Taxa pró-Economia, Educação e Saúde,⁹ que atingia os poderosos usineiros, e o comprometimento com os comunistas e as forças de esquerdas. Mas foi a morte do deputado oposicionista Marques da Silva, em 7 de fevereiro de 1957, fuzilado em Arapiraca por pistoleiros, que abalou a opinião pública e provocou o pedido de afastamento do governador e, em seguida, a intervenção federal. Ela é a versão mais forte na bibliografia sobre o tema.

É certo que todas essas causas, além de outras como a conspiração udenista nacional para afastar o presidente da República Juscelino Kubitschek, num ambiente de exacerbado anticomunismo, contribuíram bastante para a radicalização da política alagoana naquele instante. Não

⁸ *Munizismo* e *Silvestrismo* são expressões usadas pelo autor em suas obras para diferenciar as duas vertentes populistas alagoanas lideradas por Muniz Falcão e Silvestre Péricles de Góis Monteiro.

⁹ Também conhecida como a Lei da Controvérsia, devido à revolta do empresariado açucareiro contra a lei enviada à Assembleia pelo governador.

obstante, os tiros que ressoaram no recinto da Câmara dos Deputados, na praça D. Pedro II, eram ecos de tiros disparados três anos antes na vila São Francisco, no interior do estado,¹⁰ que causaram a morte do beato Franciscano. Um líder messiânico que atraía milhares de fiéis, cujo prestígio aumentava a cada dia, tendo seu apoio insistentemente disputado pelos chefes políticos para os pleitos eleitorais.

Sua amizade, um simples aceno, seu reconhecimento a qualquer liderança definiria eleições no interior. Embora procurasse manter-se à margem da pugna política que se mostrava encarniçada naquela época, não podia deixar de demonstrar gratidão àqueles que o procuravam primeiro e faziam algum benefício aos romeiros e à pequena vila que crescia como um novo santuário religioso, à semelhança do Juazeiro do Ceará.

Humberto Mendes, comerciante de Palmeira dos Índios, que ainda não se tornara a figura importante de anos depois, desde o início tinha se aproximado do beato e oferecido sua ajuda, como muitos outros. A fascinante figura do líder religioso que fugia dos padrões da religião oficial tinha a repulsa de setores mais conservadores.

Na terra de Graciliano, um quilombo religioso

A vila do beato Franciscano foi edificada na terra do romancista Graciliano Ramos, autor de *Vidas Secas*, em Quebrangulo, palavra de origem africana, provavelmente bantu, que significa “matador de porcos”, em homenagem a um chefe quilombola, exímio caçador de caaitus¹¹ que ali morava, fugindo dos senhores de terra que escravizavam os negros, no período colonial. Seus habitantes eram vizinhos e não tinham grandes problemas com os índios da região.¹²

Afastado dos núcleos populacionais importantes e protegido pelo isolamento devido ao acesso difícil, o quilombo vivia de uma pequena agricultura de subsistência, da caça de animais silvestres como os caaitus, que eram muitos nas matas, e das pescarias em seus córregos.¹³ Quando se transformou em povoado, mais tarde, o desenvolvimento foi lento, em virtude das violentas lutas entre as famílias do lugar que resolviam suas

¹⁰ A morte do Franciscano gerou um novo ciclo de violência no estado e acelerou o confronto entre o populismo emergente e as forças tradicionais.

¹¹ Porcos do mato.

¹² Não há registro de conflitos entre negros e índios nos quilombos. Como no Quilombo dos Palmares, a coexistência era pacífica.

¹³ A região hoje possui zonas de proteção ambiental.



Figura 1: o “Beato Franciscano” Antônio Fernandes de Amorim. **Fonte:** Acervo Jorge Oliveira

nos pequenos agrupamentos humanos a secularização não penetrou fundo e a concepção quantitativa do tempo não controla a vida de seus habitantes, onde a atividade industrial é praticamente nula e não se encontra o modo de viver urbano que a partir do século XIX se fixou no terreno litorâneo do açúcar, no São Francisco e mesmo excepcionalmente no agreste e sertão, como nas vizinhas Palmeira dos Índios e Arapiraca.

A vila do São Francisco, assim batizada pelo seu fundador em 1939, trezeanos depois passou a crescer à margem das cidades, a ter um jeito diferente, chamando a atenção pelo seu crescimento e pela originalidade, lembrando os temores que suscitara século atrás a vila de Canudos de Antônio Conselheiro. Passou a ser alvo da desconfiança das elites econômica e política. Um acampamento religioso, não fortificado, não armado, mas dotado de regras e organização interna, com um líder carismático a conduzi-lo. De certo modo, era como um retorno aos antigos tempos do quilombo que gerou Quebrangulo, que representava uma ameaça aos padrões oficiais

desavenças pela força do bacamarte e do trabuco,¹⁴ provocando conflitos intermináveis.

A chegada dos missionários capuchinhos, no início da segunda metade do século XIX, tendo à frente o frade Caetano de Messina, amainou os costumes beligerantes e a vila conseguiu seus momentos de paz. O credo cristão foi implantado com hegemonia, mas absorveu as crenças indígenas e africanas, em processo de sincretismo. A região ainda hoje não tem um centro de condensação maior de seus moradores. A população está espalhada nos pequenos sítios e fazendas. Nas “cidades” e

¹⁴ A saga dos pioneiros é marcada por atos de violência que envolvem famílias e grupos da região.

da sociedade. Um enclave dentro de uma sociedade ultraconservadora, um verdadeiro quilombo religioso.

O beato ainda vive na memória popular

O tiro fatal, um só, que tirou a vida de Antônio Fernandes de Amorim, o famoso Beato de Quebrangulo, no dia 30 de julho de 1954, quando estava trocando uma lâmpada queimada num poste, não apagou a imagem do Franciscano na memória do povo da região. Quando se conta a história do primeiro *impeachment* ocorrido no Brasil, o narrador, o estudioso ou o historiador tem que se deslocar para o lugar onde a morte do líder religioso exacerbou as tensões políticas de uma sociedade em rápido processo de grandes mudanças sociais e econômicas. Lá, onde resistia o antigo quilombo há séculos atrás, permanece a Vila São Francisco – sem a notoriedade do passado,¹⁵ mas com algumas de suas obras sociais e muitos integrantes que não esquecem o “santo padrinho” –, administrada por frades franciscanos.

São comoventes a simplicidade e a religiosidade dos seus seguidores atuais, o respeito que transparece na conversa quando se menciona ou se interroga sobre o fundador da vila. Atuando mais que um padre, como um verdadeiro líder religioso – à semelhança de um Antônio Conselheiro, padre Cícero Romão Batista ou o frei Damião de Bozzano –, o Franciscano atraía uma grande multidão de simpatizantes¹⁶ e assim sua imagem é lembrada ainda hoje. Decorridos mais de cinquenta anos de sua morte, ele não foi esquecido.

Um dos livros de maior sucesso sobre o tema, publicado recentemente, pela Editora Record, de autoria de Jorge Oliveira,¹⁷ narra a emoção do autor ao chegar ao local, após cruzar as ruas assustadoramente vazias da cidade¹⁸ e rumar pela estradinha estreita e esburacada que margeia o rio Paraíba do Meio, saudado pelo coaxar de dezenas de sapos reunidos em torno dos postes de cimento, inebriados com a luz. Lugar de relevo acidentado, no embasamento do maciço Pernambuco-Alagoas, cheio de serras com formas

¹⁵ Sem o esplendor do passado, a Vila funciona ainda hoje, reverenciando o seu fundador, como um santuário dos excluídos, mas agora com a proteção da Igreja Católica Romana.

¹⁶ As datas de seu nascimento e morte atraem numerosa multidão a cada ano. O povo da região o tem como santo.

¹⁷ OLIVEIRA, Jorge. *Curral da morte: o império de sangue, podere politicano Nordeste*. Rio de Janeiro: Record, 2010. O livro alcançou grande sucesso de vendas, esgotando-se rapidamente sua primeira edição.

¹⁸ Página 33 de *Curral da morte*, de Jorge Oliveira.

abauladas, integra a reserva da biosfera da Mata Atlântica e é drenado totalmente pela bacia do rio Paraíba do Meio e seus afluentes.

Perto está o ponto culminante do estado e para chegar ao Juazeiro alagoano atravessam-se rios de pedra, vales verdes, pequenas fazendas, árvores ao longo de toda a estrada, um verdadeiro bolsão verde, um oásis tão perto do drama da seca e tão longe das imagens graciliânicas. O viajante, em devaneio com a paisagem, de repente, doze quilômetros após a saída da cidade, após uma curva da estrada, depara com uma ponte carcomida, que bate sem parar suas tábuas soltas, acordando a vila do Franciscano.

Ali ele chegara ainda moço, aos 35 anos de idade, erguendo primeiro uma igreja, na margem do rio, e logo atraindo os despossuídos. Cuidava de centenas de crianças e de outro tanto de velhinhos. Trabalhador, persistente, ajudando os mais pobres, levando com entusiasmo as palavras de sua bíblia e dando exemplo de fé, seu prestígio foi crescendo e atraindo mais fiéis. Após uma sofrida romaria até a cidade de Batalha, no triângulo leiteiro, onde fincaram uma pesada cruz que carregaram por todo o trajeto, os romeiros, homens e mulheres sertanejos, espalharam sua condição de santo homem. Uma delas testemunha para as novas gerações o fenômeno:

“A cruz era pesada por demais. E Francisco mandava parar a romaria, subia em cima dela e ela, tão pesada, ficava leve, leve. Era um milagre.”¹⁹

Outros depoimentos reiteram a mesma opinião do povo sobre a capacidade milagreira e a condição de santo do Beato, tratando-o como o Apóstolo do Nordeste e a reencarnação de Jesus Cristo. A exemplo da pernambucana Maria Osana da Conceição, que diz:

“Ele está vivo e aparece no povoado sob diversas formas, entre elas a de um pedinte, para não ser reconhecido por ninguém. Meu padrinho antes de morrer dizia: ‘Meus fios, eu vou fazer uma viagem e quando eu voltar ninguém me conhece’.”²⁰

Dona Maria Paulina acrescenta que ele é santo e faz milagres para muita gente e que sempre recorre a ele para pedir conselhos em seus problemas diários. Dona Paulina da Silva, conhecida por dona Mãezinha, assevera que “se ele não for santo, não existe verdade”.²¹ E desfilam casos de cura, nenhum deles comprovado por qualquer documentação.²² Assim

¹⁹ Declaração de romeiro. Ver: Tenório Rocha, José Maria. Santos, beatos e fanáticos em Alagoas. Maceió: edição mimeografada, p. 78.

²⁰ Tibúrcio Marques, agricultor.

²¹ Idem.

²² “Ele foi morto na cruz para salvá a todos nós.”

como os de Luiz Domingos Santos,²³ Maria Soares da Silva,²⁴ Doralice Santos,²⁵ Domitila Nogueira²⁶ e Agostinho José da Silva.²⁷ A fama de santidade corria mundo afora.

No período de redemocratização, com a queda da ditadura de Getúlio Vargas, em 1945, a política fervia e atraía muitos interessados em participar da nova quadra que o país atravessava. Época de muita tensão, nacional e estadual. De nacionalismo e anticomunismo. Os antigos líderes se incomodam com a desenvoltura de novos quadros que surgem no estado. Muitos confrontos entre o udenismo, que conquista o poder com Arnon de Mello, e os partidários trabalhistas de Vargas, tendo Silvestre Péricles de Góis Monteiro como chefe. Brigas, tiroteios, mortes explodem em todos os municípios. A volta de Getúlio ao poder no pleito presidencial e a campanha encarniçada contra ele, que o levou ao suicídio em 24 de agosto de 1954, aumentam ainda mais o incêndio político. As disputas são cada vez mais dramáticas e a violência campeia.

Cada município é um caldeirão. Quebrangulo e cidades menores da região, que têm Palmeira dos Índios como polo, importam no manuseio do mapa eleitoral do estado. Cada voto é disputado e ninguém quer perder o mando. Na região, quem tivesse a unção do beato milagreiro que o povo acreditava santo, garantiria, no mínimo, mil votos,²⁸ o que asseguraria o controle de toda a área. Humberto Mendes, que progrediu com os negócios que tocava com os filhos, anteviu a importância de uma aliança. É um novo quadro político que está nascendo e ele sabe que não tem chances nem a simpatia dos chefes políticos tradicionais, apesar de ser partidário governista. Sua aproximação tímida vai aumentando e se consolida ao tornar-se padrinho de uma criança num culto dominical conduzido pelo Beato. O religioso concede seu apoio e ele se elege deputado estadual no pleito eleitoral.

Um novo personagem entrava pela frente na sala dos cardeais da política regional. Um fato novo num quadro antigo. E sua investidura é atribuída a uma figura afastada das lides eleitorais, mas com um poder agora entendido como desestabilizador do *status quo*, mesmo sendo o novo parlamentar das hostes da situação, o que antevia a preterição dos velhos caciques. “Essa

²³ “Quando disse, esta é minha derradeira viagem. O meu resultado vai ser como carne numa grelha.”

²⁴ “Josefa Batista estava com as pernas enchadas, fez promessas para as fias ficá boa e subir o cruzeiro com uma pedra na cabeça. Ficou boazinha e assim fez.”

²⁵ “Maria Rumeira tava duente, fez promessa e ficou boa, adispois botou o retrato dela na cova dele.”

²⁶ “Adispois que padrinho morreu, minha filha tava doente, doida... eu fiz promessa de butá luto... ela foi miorando e dentro de uma sumana eu vesti luto preto.”

²⁷ TENÓRIO ROCHA, José Maria. Op. cit., p. 89.

²⁸ Oliveira, Jorge. Op. cit., p. 46.

aliança foi o grande mal do religioso. O Beato começou a misturar religião com política”, revela o tabelião local, membro influente da elite local.²⁹

Os mandantes e o braço assassino não esperavam que a morte daquele “matuto doido” abrisse uma caixa de Pandora na política alagoana, com repercussões muito além das fronteiras de Quebrangulo e Palmeira dos Índios. Um furacão de violência que se arrastaria muitos anos e em outros lugares, com repercussão nacional e internacional, com a aplicação do primeiro *impeachment* brasileiro, três anos mais tarde.

No enterro, quase uma tragédia maior

O assassinato do Beato foi quase uma tragédia anunciada. Após as eleições, as atenções se voltaram para a Vila, um novo Padre Cícero estava surgindo. Qual seria a dimensão de seu poder? Até onde ele iria influenciar a vida da região? Seriam esmagados sem contemplação?, reclamavam os líderes políticos locais. Alguns deles tinham humildemente pedido os seus favores e não foram atendidos por aquela figura bizarra, amada pela plebe inculta que o via como um novo Messias.

Alguns já tinham um levantamento de sua vida e se lembraram de sua passagem por Batalha, na década de 30, quando construiu uma igreja e arrebanhou, como agora, multidões de seguidores, todos oriundos dos estratos mais baixos da sociedade, analfabetos, maltrapilhos, gente “sem eira nem beira”,³⁰ os chamados hoje de excluídos. E só parou na capital da Bacia Leiteira, como é denominada Batalha, porque, em pleno regime ditatorial, em 1937, o próprio governador do estado, melhor dizendo, o interventor, com plenos poderes que o regime de exceção lhe concedia, para “evitar a subversão da ordem pública”, enviou tropas embaladas da polícia militar com ordens expressas de deter a qualquer custo o “perigoso” líder daquela gente desafortunada.

Ele foi preso, mas no interrogatório policial verificaram os comandantes que o diabo não era tão feio como pintavam. Sua docilidade e submissão às autoridades demoveram o aparato policiaisco, que o considerou apenas um “louco manso”, sem oferecer maior perigo às instituições. Foi mandado embora com ordens de nunca mais voltar à cidade, e ele e seus fiéis obedeceram e foram tentar construir uma nova

²⁹ Entrevista concedida por Valdemar Lima, tabelião e historiador, a Jorge Oliveira, em Palmeira dos Índios, citada em sua obra.

³⁰ Tenório Rocha, José Maria. Op. cit.

vila em Palmeira, mas lá, de novo, ele foi detido e solto. Finalmente, radicaram-se em lugar mais afastado, longe das cidades, formando um arraial às margens do Rio Paraíba, em território de Quebrangulo, hoje pertencente a Paulo Jacinto, que na época fazia parte do primeiro. O terreno foi doado por um dos seguidores. Erguido um cruzeiro no cimo da Serra Grande e uma igreja junto de sua modesta casa, o povoado tomou impulso e logo superava o número de fiéis que havia anteriormente.

Habitualmente, o aniversário do Beato era comemorado durante três dias e atraía muitos romeiros de várias localidades. Dias de batismos, cantos, confissões, cultos, ladainhas. Segundo José Maria Tenório Rocha,³¹ naquele ano fatídico eram esperadas cerca de dez mil pessoas, entre os dias 12 a 15 de agosto. O povoado vivia os preparativos da celebração. Em 30 de julho de 1954, o Beato foi à roça e passou o dia inteiro lá, cumprindo o seu mister, só voltando no final da tarde, quase noite. Ao entrar na vila, viu uma luz piscando num poste, denotando colapso. Foi buscar uma escadinha e subiu para trocar a lâmpada e levou um tiro certeiro. Dois estranhos haviam passado o dia na vila, perguntando quem era o Franciscano. Ao avistá-lo atiraram, causando ainda a morte de dois moradores e ferimentos em mais três, pois os tiros saíram em várias direções. Não houve perseguição aos matadores, nenhuma reação, pois os moradores seguiam à risca os ensinamentos do seu líder, que não admitia o uso de nem um canivete no povoado, nenhuma arma, por menor que fosse. Só houve estupefação, choque, pelo inusitado barulho dos tiros que quebraram a tranquilidade do lugar.

Os ainda remanescentes se lembram com tristeza da morte do mestre, sempre com emoção e com lágrimas. Seu corpo foi embalsamado e velado por milhares de seguidores até o dia 2 de agosto, quando finalmente foi enterrado, em meio a grande comoção popular. Diziam que ele tinha profetizado sua morte naquele dia e muitas versões foram espalhadas sobre seus dotes paranormais. O deputado Humberto Mendes sentiu o golpe e pressionou a polícia para buscar os autores do atentado. Um pistoleiro do vizinho estado de Pernambuco, chamado Catucá, foi capturado e mesmo sob intensa pressão não denunciou quem o contratou. Os mandantes eram conhecidos, senhores da política e gente influente. Coronéis, empresários e bacheleiros poderosos. O julgamento do acusado se deu em Quebrangulo.

Uma nova tragédia, desta feita de proporções gigantescas, quase se dava no dia do julgamento. Milhares de romeiros acorreram à praça principal

³¹ Idem.

da cidade para ver o criminoso do “padrinho”, mas as entradas da cidade estavam bloqueadas por soldados armados com metralhadoras.³² Avisado por um grupo de soldados da iminente invasão dos romeiros, o secretário do Interior, deputado José Onias,³³ famoso por sua coragem e truculência, que fora comandar a tropa pessoalmente, deu, sem hesitar, a ordem implacável de metralhar a multidão. Ao oficial que pareceu duvidar do que ouviu, repetiu de forma clara que era para atirar na turba. Um morticínio não ocorreu porque o deputado Humberto Mendes foi autorizado a entrar, mas sem nenhum romeiro a segui-lo. O pistoleiro foi condenado pelo júri, mas os mandantes foram absolvidos, sem exceção.

Um caldeirão político em ebulição

A morte do Beato é apenas mais uma no fumegante caldeirão político em que se transformou Alagoas desde a década anterior. A morte do candidato derrotado ao governo do estado no pleito de 1950, Campos Teixeira, presidente da Caixa Econômica Federal, abatido a tiros às portas da Assembleia Legislativa,³⁴ esquenta ainda mais o clima.³⁵ No ano de 1951 são assassinados três líderes políticos importantes: Joaquim Resende, em Pão de Açúcar; João Beltrão, em Coruripe, e Francisco Lima, em Porto Real do Colégio. Acentua-se com o tiroteio em Arapiraca em fevereiro de 1954 e a aquisição do jornal *Gazeta de Alagoas* pelo lado conservador, tomando-o das mãos da facção populista. A imediata resposta desta corrente é a abertura do *Diário de Alagoas*, que causará uma guerra de manchetes e matérias incandescentes, com acusações mútuas. Em 1954, Arnon de Mello, no último ano de governo, mostra sua força elegendo os dois senadores da República, Rui Palmeira e Freitas Cavalcanti. Em compensação, Sebastião Marinho Muniz Falcão surge como a grande força emergente da oposição, elegendo-se o deputado federal mais votado da história do estado.

Em 3 de outubro de 1955, numa das eleições mais renhidas de Alagoas, Muniz Falcão consolida sua posição elegendo-se governador, derrotando por diferença mínima Afrânio Salgado Lages,³⁶ candidato das oligarquias

³² Oliveira, Jorge. Op. cit., p. 34.

³³ Autor de um livro autobiográfico sobre o assunto e participante do episódio do impeachment, em que foi ferido mortalmente.

³⁴ O crime de 31 de maio de 1951 foi motivado por vingança devido à morte do pai do autor, em 17 de fevereiro de 1950, atribuída a mando da vítima, segundo versões não comprovadas.

³⁵ A cada morte aumenta o clima de tensão e conflito entre as facções que disputam o controle político do estado.

³⁶ Advogado e professor universitário brilhante, ligado às hostes conservadoras.

políticas e do poder econômico tradicional. Tentativas são feitas para anular a eleição do líder trabalhista sob a alegação de não ter obtido maioria absoluta e de irregularidades no pleito. Uma poderosa campanha é feita na imprensa local e nacional para desestabilizar o governador eleito, em clima idêntico ao que sofrerá o presidente Juscelino Kubitschek. Agressão ao juiz de Mata Grande e conflitos em vários municípios apontam um perigoso clima de radicalização. A morte do Beato desequilibra a balança política da região sertaneja. O protetor do Franciscano agora é uma das figuras mais influentes do estado e exerce a sua posição de mando como liderança não



Figura 2: Governador Muniz Falcão.

Fonte: Acervo Jorge Oliveira

só na região como no quadro político. O casamento de sua bela filha Alba com o governador Muniz Falcão, em 9 de setembro de 1956, sacramentou seu prestígio.

A beligerância não arrefece, cresce. Denunciando o clima de tensão após a morte de dois de seus correligionários em Arapiraca,³⁷ o líder ude-nista no Congresso Nacional, Bilac Pinto, pede a intervenção da ONU em Alagoas. O envio à Assembleia Estadual da Lei da Controvérsia, como era chamada a Taxa pró-Economia, Educação e Saúde, incidindo sobre o açúcar, desagrada à classe empresarial. A 5 de dezembro do mesmo ano, os jornais do Rio de Janeiro publicam uma carta dramática do deputado oposicionista Marques da Silva enviada à presidência da UDN, denunciando um plano para

³⁷ A situação alagoana é convenientemente explorada pela direção nacional da UDN, que move campanha sem trégua para afastar Juscelino da presidência da República.

assassiná-lo em Arapiraca. Dois meses depois, em 7 de fevereiro, o deputado morre fuzilado por pistoleiros, abalando a opinião pública e abrindo caminho para o pedido do processo de *impeachment* do governador pelo deputado Oséas Cardoso, autor da morte de Campos Teixeira anos antes.

O *impeachment*

Embora o governador tenha pedido ao Tribunal de Justiça, ao tomar conhecimento da morte do deputado Marques da Silva, a designação de uma Comissão Judiciária para apurar o crime de Arapiraca, abrindo mão de prerrogativas do Executivo, o processo continua tramitando no parlamento. Todos os flancos são percorridos para retirar o governador do cargo, no clima de passionalidade que incendeia Alagoas. A família Mendes, tendo à frente o patriarca Humberto, que não esquece a morte do Beato, é um baluarte na defesa do chefe do Executivo. O presidente da Assembleia Legislativa, que antes militava na bancada de apoio ao governador e rompera, após o envio da Taxa pró-Economia, denuncia o chefe do Executivo ao Judiciário, acusando-o de conivência com os crimes cometidos contra os líderes da oposição. Após forte pressão da bancada udenista no Congresso Nacional, o ministro da Guerra substitui o comandante da guarnição federal no estado. O coronel Henrique Oest, da linha nacionalista do Exército e classificado como comunista, ao passar o comando ao seu sucessor responde às denúncias de parcialidade e diz que “o Exército brasileiro não pode voltar ao tempo de capitão-do-mato e servir de amparo a grupos de qualquer espécie”. A chegada do observador do presidente da República, Guilhermino de Oliveira, traz esperanças de solução do impasse.

Ao retornar à capital federal e apresentar relatório de sua missão, diz serem improcedentes as acusações da oposição contra o governador e que os poderes Legislativo e Judiciário funcionam sem ameaças, atribuindo as denúncias às fortes paixões políticas existentes. A Comissão Especial que aprecia o pedido de *impeachment*, que tem o deputado Theotonio Vilela como relator, não arrefece. E apresenta no plenário as conclusões do seu trabalho, acolhendo a denúncia do deputado Oséas Cardoso. A situação segue para o seu desfecho.

O Partido Social Progressista, por seu Diretório Nacional no Rio de Janeiro, denuncia fraude e ilegalidade cometidas pela Assembleia no sorteio do Tribunal Misto que julgará o governador. O recurso é recusado pelo Tribunal de Justiça, onde o clima também é de divisão entre os seus membros.

O PSP³⁸ recorre à Corte Suprema na capital da República, que anula o sorteio realizado pela Assembleia e determina a realização de outro, com recomendações a serem cumpridas pelo legislativo estadual. O presidente da União Democrática Nacional, general Juraci Magalhães, diz em entrevista coletiva no Rio de Janeiro que é tempo de se acabar com o cangaceirismo político introduzido pelo governador de Alagoas.

O caso do *impeachment* atrai a atenção geral e é tema preferencial da imprensa no Brasil e no mundo. O *The New York Times* trata do assunto em suas páginas. Em Maceió, a *Gazeta de Alagoas* e o *Diário de Alagoas*, em posições opostas, chegam ao auge da passionalidade com editoriais e manchetes fortíssimas, com notícias manipuladas para atender aos objetivos políticos de cada facção. O senador Daniel Krieger, um dos líderes da chamada “banda de música da UDN”,³⁹ junto com seus companheiros no Congresso Nacional, denuncia constantemente o caso de Alagoas. O presidente Juscelino é acusado continuamente pelo deputado Carlos Lacerda de conivente com a violência e com o plano de comunização do país, responsabilizando-o pelos acontecimentos.

O novo comandante da força militar federal, coronel Luiz Carlos Guedes, é simpatizante da ala liberal do Exército que seria, em 31 de março de 1964, um dos líderes do movimento militar que depôs o presidente João Goulart. Aliás, a maioria dos líderes civis do golpe militar de 1964⁴⁰ esteve na linha de frente no movimento para destituir, em 1957, o governador de Alagoas.

O coronel Guedes, no ansiado dia da votação do *impeachment*, desde cedo desceu com a tropa federal da parte alta, onde é sediado o 20º Batalhão de Caçadores; ocupam a parte central da cidade e interditam a praça D. Pedro II, onde fica a Assembleia. Dias antes, em meio ao intenso movimento na cidade, comícios e discursos nos sindicatos e praças contra o impedimento, os deputados da oposição colocam barricadas de areia no plenário, dando uma mostra antecipada da tragédia que tem dia e hora marcada para acontecer. Às 14 horas e 30 minutos acontece o episódio mais triste da história política local.

Reunido para votar o processo de *impeachment* do governador Muniz Falcão, o parlamento alagoano transformou-se em verdadeiro campo de ba-

³⁸ Partido Social Progressista liderado pelo governador de São Paulo, Adhemar de Barros, eterno candidato a presidente da República e linha auxiliar do trabalhismo.

³⁹ Termo usado para os parlamentares udenistas que eram grandes oradores.

⁴⁰ Afonso Arinos, Bilac Pinto, Juraci Magalhães, Carlos Lacerda, Daniel Krieger, Milton Campos, João Agripino, Herbert Levi, Prado Kelly, Rui Palmeira, Freitas Cavalcanti, Arnon de Mello.

talha em meio à fuzilaria que, ao terminar, deixa um deputado morto, exatamente Humberto Mendes, o líder do governo e sogro de Muniz Falcão, e feridos gravemente o jornalista Márcio Moreira Alves, da imprensa do sul do país, que cobria o acontecimento, um funcionário público da Casa legislativa e cinco deputados da oposição.

O fato corre o mundo e abala a nação. O presidente Juscelino Kubitschek, diante da gravidade do acontecido, assina a intervenção federal no estado, nomeando o general Moraes Âncora para a função. A interferência é parcial, pois o interventor terá poder de polícia, cabendo ao vice-governador, que assume em lugar do titular, as tarefas administrativas. Com a ausência da bancada governista, a Assembleia julga e aprova a denúncia do deputado Cardoso. O vice-governador, com possibilidade de assumir definitivamente o mandato, é cooptado pela oposição e diz que “os deputados agora já não são 22, e sim 23”.⁴¹ A oposição envolve o presidente Juscelino em duros pronunciamentos, dizendo que “em Alagoas vai morrer a honra da nação”.⁴²

Na esteira das acusações vem a denúncia de um plano terrorista no país e o líder comunista nacional, Gregório Bezerra, tem sua prisão decretada pelo marechal Henrique Lott, ministro da Guerra. O governador, por sua vez, intervém e quebra a linha democrática de convivência com a esquerda adotada por Muniz Falcão, prende e persegue as lideranças comunistas no estado.

O episódio, que já deixara de ser alagoano há tempos, nacionaliza-se de vez. As lideranças nacionais do PSP e de outros partidos da ala juscelinista oferecem apoio a Muniz Falcão para o seu retorno ao governo. A batalha prossegue nos mais variados *fronts* até o esperado julgamento pelo Tribunal Misto⁴³ no dia 11 de dezembro, sob as lentes da imprensa de todos os quadrantes, quando o resultado livrou o ex-governador das acusações, encerrando ali o processo. Muniz Falcão reassumiria o mandato a seguir, amparado em forte apoio popular, permanecendo na chefia do governo até o fim de seu mandato. O turbulento episódio marcaria profundamente a história de Alagoas.

⁴¹ Sizenando Nabuco, pertencente à ala trabalhista do governo, é seduzido com a perspectiva de assumir definitivamente o restante do mandato de Muniz Falcão.

⁴² Discurso duríssimo proferido por Carlos Lacerda na tribuna da Câmara dos Deputados no dia posterior à tragédia do dia 13 de setembro e reproduzido em manchete nos jornais do Sul.

⁴³ Por decisão da Corte Suprema do país, o Tribunal que julgará o processo de afastamento do governador passa a ser integrado por deputados e desembargadores da Corte de Justiça estadual, mediante sorteio público.

As repercussões pós-*impeachment*

O 13 de setembro de 1957 ficou no imaginário da terra e não terminou ali. Prolongou-se por quase duas décadas. A tragédia da Assembleia, que iniciara anos antes com a morte do Beato em Quebrangulo, seria transportada para outros lugares. Inconformado com a morte de Humberto, o clã Mendes, aplicando a primitiva Lei de Talião, foi à forra com seus inimigos em um clima lamentável que alcançou famílias inteiras. Alagoas deixou de ser a terra de Graciliano Ramos, de Jorge de Lima, Aurélio Buarque, Pontes de Miranda, Ledo Ivo, Nise da Silveira, de grandes intelectuais e cientistas e passou a ser a terra do sangue, uma Sicília tropical.

As mortes de Valter Mendes e de Robson Mendes, filhos do patriarca, em crimes de mando, foram motivo de inúmeras matérias da imprensa que chegavam a dizer que Alagoas era terreno fértil para estudos sociológicos. Roberto Freire,⁴⁴ respeitado intelectual,⁴⁵ em revista de circulação nacional entrevistou políticos, militares e autoridades judiciárias, além de populares, para contar a saga da família Mendes e dos pistoleiros Gago e Crispim, que mataram o próprio patrão, Robson Mendes, envolvido em vários crimes contra seus inimigos, atraídos por uma oferta mais generosa dos adversários desse filho de Humberto, que fora eleito deputado estadual e prefeito de Palmeira dos Índios. A própria viúva sofreu um atentado em sua casa em Maceió e o único filho sobrevivente, o caçula e desportista Roberto Mendes, fugiu de Alagoas indo morar no Rio de Janeiro para escapar da sina de seus irmãos.

O panorama político da época, que tem no munizismo o auge do populismo triunfante, passa a refluir e a ser combatido quando o golpe militar de 31 de março de 1964 se torna vitorioso e atravessa duas décadas. O movimento populista era uma resposta a um processo de recomposição social mediante arranjo entre os requisitos de mudanças das instituições e valores tradicionais. Esse arranjo se apresenta através de alianças ou pactos em torno das condições desse processo de transformações.

O populismo, combatido a ferro e a fogo pelas novas lideranças políticas e militares que depuseram João Goulart e tentaram destituir Muniz Falcão, contém uma clara propensão à diluição das fronteiras entre os diver-

⁴⁴ Famoso psicanalista e autor de vários trabalhos científicos que fazia incursões na imprensa com temas considerados proibidos.

⁴⁵ A revista *Realidade*, lançada nos chamados “anos de chumbo” do regime militar, abriu brechas na forte censura da época e ousou discutir assuntos polêmicos que não eram tolerados pelas autoridades.

os grupos componentes da sociedade, obscurecendo os limites de demarcação das classes sociais. A “pororoca”,⁴⁶ entre as velhas estruturas e as novas formas de uma sociedade provinciana inserida no contexto mais amplo do quadro brasileiro, atinge a utopia cristã do Franciscano, sem que ele ou qualquer outro ator se desse conta do episódio. Era a roda da história tragando os homens em sua marcha sem que ninguém disso tivesse se apercebido.

A fase pós-*impeachment* é o *ricorso* dos tempos de Vargas, não em 1950, mas no período ditatorial. Muniz Falcão não consegue fazer seu sucessor, apesar de os dois candidatos do tronco populista vencerem, um no interior e o outro na capital. A divisão do bloco favoreceu o candidato udenista, o major Luiz Cavalcante, eleito com pequena diferença de votos, somadas as duas colocações em segundo lugar em Maceió e no resto do estado.

Todos os componentes das lideranças udenistas nacionais, com o advento do regime militar, eram agora integrantes do situacionismo. Em 1965, os militares realizam as eleições marcadas para o governo. Uma eleição tensa, marcada pelo fragor do ciclo revolucionário, como chamavam os militares. Apesar das pressões e dos entraves contra a sua candidatura pelos representantes do sistema, Muniz Falcão sagra-se o candidato mais votado entre os cinco concorrentes ao governo do estado.

Em 9 de novembro, a Assembleia Legislativa, em sessão especial e sob voto secreto, com a ostensiva presença de oficiais do Exército, nega referendo ao eleito. O episódio é repetido no Tribunal Regional Eleitoral, que acata a decisão da Assembleia. As normas eleitorais do país foram modificadas para atender os novos donos do poder e introduzem a regra da maioria absoluta. Em seguida assume o general João José Batista Tubino, indicado pelo presidente da República, general Castelo Branco, como interventor até a convocação de nova eleição, só que, desta feita, de forma indireta, por um colégio eleitoral que tem como base a Assembleia Legislativa. O deputado Antonio Simeão Lamenha Filho, que presidia o parlamento quando da votação do *impeachment*, é escolhido governador para o período 1966-71, enquanto Muniz Falcão falecia no mesmo ano, em Recife, acometido de câncer.

A era populista chegara ao fim e a morte do Franciscano, se não foi a causa exclusiva de toda a saga vivida por Alagoas naquele período, certamente foi um elemento que contribuiu bastante para a eclosão do processo

⁴⁶ O furacão de mudanças a partir do pós-guerra muda o perfil da velha sociedade alagoana introduzindo um novo cenário, principalmente por ter chegado a urbanização, passando a população das cidades a superar a população rural.

vivido pela sociedade alagoana. Após a diástole do período populista, agora era a fase da sístole conservadora, fase de fechamento político, de controle, de limitação da organização partidária; fase das restrições ao debate político, às manifestações públicas, da tutela e da censura à imprensa. A formação de quadros políticos foi contida e Alagoas e o Brasil entravam em uma nova fase de sua história, até chegar, duas décadas mais tarde, à grande campanha pelas eleições diretas e à nova redemocratização do país.

Referências:

- BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- BARROS, Luís Nogueira. *A solidão dos espaços políticos*. Maceió: Sergasa, 1980.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BERDICHEWSKI, Bernardo. *Sobre o populismo na América Latina*. Encontros com a Civilização Brasileira, nº 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BILLION GRAND, Delphine. *Movimentos sócio-religiosos no Brasil rural: o caso de Antônio Fernandes de Amorim, o Franciscano*, Université Stendhal – Grenoble 3, 2009.
- BRANDÃO, Moreno. *História de Alagoas*. Penedo: Artes Gráficas Amorim, 1909.
- BROSSARD, Paulo. *O impeachment*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.
- CARVALHO, Cícero Péricles de. *Formação histórica de Alagoas*. Maceió: Grafitex, 1982.
- CARVALHO, José Onias de. *Memórias de um matuto sertanejo*. Recife: Ed. Inojosa, 1983.
- CASCUDO, Luiz da Câmara. *Religião no povo*. João Pessoa: Imprensa Universitária da Paraíba, 1974.
- CERQUEIRA, José Luciano. Crises programadas e transição democrática. Recife: *Revista do Mestrado de História da UFPE*, nº 10, 1988.
- DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o antipopulismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1986.
- FALCÃO, Sebastião Marinho Muniz. *Defesa do mandato*. Maceió, 1957.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

- LINDOSO, Dirceu. Interpretação da província. *Cadernos de Cultura*, nº. 2 pp. 41-107. Maceió: Secult, 1985.
- MELLO, Arnon de. *Uma experiência de governo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.
- OLIVEIRA, Jorge. *Curral da morte: o império de sangue, poder político Nordeste*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- OLIVEIRA, Nilton de. *Eu fui testemunha*. Maceió: Edufal, 1979.
- QUEIROZ, Álvaro. *Episódios da história de Alagoas*. Maceió: Sergasa, 1990.
- TENÓRIO, Douglas Apratto; ALMEIDA, Leda Maria; DANTAS, Carmen Lúcia. *Arte sacra de Alagoas*. Brasília: Ed. do Senado Federal, v. 75, 2006.
- TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão*. 2. ed. Maceió: Edufal, 2009.
- TENÓRIO ROCHA, José Maria. *Santos, beatos e fanáticos em Alagoas*. Maceió: edição mimeografada.
- VEIGA, Gláucio. *O impeachment contra o governo de Alagoas*. Recife: 1957.

Manifesto Sururu

Edson Bezerra

Para Tia Marcelina,¹ Tia Creusa,
Maria Lúcia,² Dirceu Lindoso e Mestre
Sávio de Almeida³

O *Manifesto Sururu* quer muito pouco. Quem sabe um pouco mais do que exercitar certo olhar: *um olhar atento por sobre as coisas alagoanas*. O *Manifesto Sururu* não quer apostar nem pousar em outras imagens. O que ele procura é exercitar *olhos e sentidos* por sobre (e dentre) antigas e permanentes imagens das coisas alagoanas: olhar primeiramente os *canais que interligam as lagoas e os rios*.

Os canais sempre foram as nossas pontes e disto já o sabia Octavio Brandão.

O *Manifesto Sururu* também fala da fome. Não da fome comum, mas da fome de devorar as Alagoas.



Figura 1: Octavio Brandão. **Fonte:** Levy Paz.

¹ Tia Marcelina: uma ex-escrava de origem africana e matriarca do candomblé em Alagoas, morta durante o movimento que entraria para a história como *O Quebra*, revolta contra a oligarquia de Euclides Malta, quando, no espaço de alguns dias, de trinta a cinquenta terreiros de candomblé foram quebrados e os pais, filhos e mães de santo foram espancados e humilhados publicamente. As reminiscências dos relatos registram que, mesmo sabendo antecipadamente da quebra dos terreiros, quando a turba chega ao seu barracão, ao invés de correr, tia Marcelina adentrou no espaço sagrado, o *peji*, e que, ao ser espancada a chutes de coturno por um soldado de polícia, ao tempo em que gritava por seu orixá, ela dizia: “*Bate, bate, vocês matam o corpo mas não a sabedoria*”.

Ao oferecermos a *escrita* do manifesto em sua homenagem, registramos uma dívida histórica, porque acreditamos ser ela a figura histórica mais importante da resistência das *culturas populares* ao colonialismo e desaculturação das elites alagoanas para com as particularidades locais.

² Ambas foram minhas primas. Através da escrita de seus nomes, queremos acentuar o nosso pertencimento às nossas origens afro-alagoanas.

³ No que se refere a Dirceu Lindoso e Sávio de Almeida, trata-se de rendermos homenagem a dois historiadores comprometidos com a *escrita* de uma história construída a partir das *camadas oprimidas das Alagoas*.

Contra as derrapagens de uma *modernidade vazia*, uma outra *assinada de coisas alagoanas*.

Novas rotas. Rotas alagoanas: de canais e lagoas, sobretudo.

O *Manifesto Sururu* não está sozinho. O *sururu*, ele mesmo, é o alimento e a caloria de milhares de vidas. *O sururu é vida*.

O *sururu*, ele mesmo, é o alimento e a caloria de milhares de vidas. *O sururu é vida*.

O *Manifesto Sururu* está atento aos batiques noturnos dos terreiros periféricos fora de rota e também dos milhares de capoeiras espalhados.

O *Manifesto Sururu* se alegra com a folia dos meninos de rua, com os guerreiros e com as tradições alimentadas pelos povos periféricos.

Manifesto Sururu: mistura e associação de moluscos, peixes, águas, negros, cafuzos, morenos e de todas as mestiçagens possíveis das gentes alagoanas. *Manifesto Sururu*: do vale do Mundaú para onde houver lagoas.



Figura 2: Lagoa do Ninquim. **Fonte:** Lula Castelo Branco.

Suas heranças são imagens, suas comidas e seus pais ancestrais. Assim: Calabar é nosso e, sobretudo, Zumbi dos Palmares – migrantes deslocados da colônia central.

Penso em imagens alagoanas: o olhar a cidade de nossos mirantes. Os mirantes são os nossos *planetários*. Dos mirantes se avista a lagoa, o céu e o mar.

Dos mirantes: ali poderíamos comer além de tapioca e beiju, outras coisas das tribos ancestrais.

Penso em imagens alagoanas. Penso que uma delas é a mestra Ilda do Coco tomando (no mínimo) caldinho de sururu na beira do Mundaú.

Penso em outra: a do major Bonifácio melado de lama e dançando carnaval na rota *Bebedouro-Martírios*. Ele, o major, bem que poderia ter também dançado capoeira.

Outra seria pensar a tia Marcelina como se ela fosse Nossa Senhora dos Prazeres.

No fundo somos *gente-sururu* e por isso trazemos nos olhos as imagens de *todas as águas*. Das *águas do mar* e do somatório das *dezenas de lagoas, rios e olhos d'água* espalhados nas periferias da cidade.



Figura 3: Catador de Sururu. **Fonte:** Lula Castelo Branco.

Octávio Brandão: Mundaú: *rio dos negros*. São Francisco: *rio dos brancos*. Que vivam as lagoas todas: as vivas e as mortas. Somos *filhos do barro*, nascemos entre os *batuques dos negros* e da *mistura da lama*.

Por isso: *que estória é essa de Terra dos Marechais?*

Somos ainda a derradeira sobrevivência (e isso é fantástico) do extermínio do povo Caeté. Em nossa veia, além do povo caeté, pulsa sangue negro. Os brancos nos trouxeram a mistura e (também) a morte.

De todo modo, *mestiços de índios, negros e brancos*, estamos vivos.

Cúmplices da modernidade, temos *o barro e a lama* debaixo dos edifícios e dos asfaltos das ruas.

Somos filhos de uma cidade restinga.

Os nossos edifícios (assim como a nossa modernidade) foram construídos sobre os terreiros dos negros e das moradas dos pobres. A nossa modernidade foi construída sobre os *aterros dos manguezais* e do *massapé* e é por isso que às vezes ainda sentimos cócegas nos pés: são eles, *os caranguejos e as lamas*.

Sobre os aterros, se instalaram os movimentos dos negros, seus batuques e danças. Guardamos então muitas saudades.

Por uma nova cartografia: redesenhar roteiros visíveis, remarcar datas e reescrever novas geografias.

Manifesto Sururu: *Simulações sem simulacros.*

Que por dentre as cenas das antenas parabólicas, outras cenas de imagens periféricas.

Por uma *reinvenção da cidade* e celebração pública da memória dos nossos proscritos. E por falar nisso:

Viva Calabar!!!!

Além de toda ancestralidade, o erotismo do coco e dos fragmentos de nossas raízes periféricas.

Os nossos terreiros são nossas academias: sementes de ritos e lugares de celebrações e festas.

Vivam todas as alegrias. Viva o terreiro de mestre Felix e de todos os mestres.

Saudades daqueles tempos. Antes do *Quebra de 1912* o batuque era bem maior.

Temos muitas dívidas: para com a morte de tia Marcelina, por exemplo.

E temos muitas outras. Uma delas é a seguinte: a Praça 13 de Maio deveria ficar na praça dos Martírios e a estátua do negro Zumbi no lugar da Marechal. Faríamos assim muitas festas e celebraríamos com os batuques o sincretismo de nossas mestiçagens. Quem sabe então ele, Zumbi, não rezaria uma missa pra depois dançar xangô?

Nós repudiamos o etnocídio e conclamamos todos a uma grande alegria.

Viva a alegria de todas as festas. Quem antecedeu os marechais foi Zumbi e antes dele, Calabar. Viva a subversão e a liberdade.

Entre os nossos *pobres*, os pobres específicos, aqueles que sobreviveram a maleita e a fome estiveram desde sempre os cantadores de coco, de toada, de forró, das rodas de samba, os repentistas, os criadores do martelo

alagoano, os capoeiras, os macumbeiros e mandingueiros. Em suma: as nossas almas inspiradoras.

Das lagoas. Também elas invadiram e invadem o mundo das imagens: de Guilherme Roggato a Celso Brandão.

As palavras-mundo de Jorge de Lima e Ledo Ivo são roteiros cinematográficos de um imaginário alagoano.

Do somatório de todas as águas: as águas do mar que invadiram a todos.

Dos olhos-d'água e do cheiro de maresia contra o cheiro agri-doce das canas. Maresia alagoana: ela contaminou a todos: dos pisantes das terras alagoanas, dos índios e negros, brancos e holandeses e até mesmo aos piratas franceses.

...e sobretudo do cheiro do sururu tirado fresquinho da lama: alimento dos negros e pobres. Imagem segura e maternidade de nossas imagens mães.

Assim, mestra Ilda também é Zumbi e mestre Zumba também.

Além de sentimentais, somos anfíbios, quer se queira quer não.

Quem ainda não provou do sururu, tomou banho de lagoa, é aleijado dos olhos e cego no corpo.

Viva Deodato, outro negro artista.

Sururu: ao redor dele, os bairros e os povoados se amontoaram e se enredaram: Ponta Grossa, Levada, Pontal, Bebedouro e Rio Novo. Todos filhos das águas.

O *sururu* então, mais dos que os homens, inventou e recriou as nossas geografias: as cartografias de nossa primitividade. Ali naqueles espaços embrenhados dançava-se macumba, fumava-se liamba, cantava-se o coco e se recriava um mundo: o mundo alagoano. Como isto foi possível?

Na busca do sururu, os homens pobres desenharam ruas.

Sururu: espaços coletivos, maternidade e memória. Nascedouro e rotas de outros espaços geográficos. Espaços de uma memória possível.



Figura 4: Jorge de Lima. **Fonte:** Levy Paz.

Viva Jorge de Lima e Celso Brandão que filmou o *Cata Sururu*.

Levada. Alguém lembra que ali havia um porto?

Alagoas não foi feita (somente) pra turista ver.

Pra turista ver e olhar o mar.

No além-mar, pensar não outras terras. No além-mar pensar nossos interiores. Lagoas interiorizadas. Pra turista ver também. E que ele venha, e já que comemos o bispo Sardinha, o comeremos também, mas antes disso ensinar ele a tomar banho de lagoa e comer caranguejo uça com as mãos. Aliás, com todo estrangeiro deveria ser assim.

Turismo primitivo: a Bica da Pedra, o banho no Cardoso, o Catolé. Lugares de luz com águas frescas e claras.

O bar das Ostras.

Os portos de Bebedouro e de Santa Luzia do Norte, alguém lembra?



Figura 5: Porto do Sururu. **Fonte:** Lula Castelo Branco.

“Sururulândia”: Esta é nossa riqueza e desde sempre memória.

Mas aconteceu que *Maceió fugiu da Mundaú*. Pensou que a lama e os caranguejos e os homens-caranguejos iam engolir ela!!!!

A nossa aristocracia, com medo e nojo, fugiu do barro, e fugiriam também das *zoadas dos batuques, dos cocos e das macumbas* e foram morar lá na banda das praias: *Pajuçara, Ponta Verde e Jatiúca*. E naquelas praias, há pouco desertas, no lugar dos casebres e casas de paus a pique, foram montados os edifícios e as luminárias elegantes da cidade.

E as águas do mar são diferentes das águas da lagoa.

A gente sururu então ficou sozinha.

Formaram-se desde então duas gentes: *a gente sururu* e *o povo rico da cana*.

De certo modo, ao gosto *do sururu*, *se somou o cheiro da cana*. Alagoas então é de todo um pouco de cada pedaço.

Mas, ao contrário da maternidade dos mariscos, *os capins da cana se tornaram baionetas* retocadas de sangue.

Na verdade, *a cana nunca foi doce*. Zumbi e os negros já desde sempre sabiam.

O sururu também não é doce. Mas entre o *doce* e o *salgado*, e somado às mestiçagens das cantigas e do somatório das estórias todas, ele foi dando alma e corpo às gentes alagoanas.

Por isso, é uma pena que o Farol não derrame sua luz na Mundaú.

O Farol nunca iluminou as lagoas. Nas lagoas não navegam os navios. Mas, afinal, o que trazem os navios? Nas lagoas apenas navegam os peixes, os homens e os mariscos adormecidos e preguiçosos: o bagre, o mandim, o siri, o caranguejo e o sururu enfiado na lama.

Mas, afinal, se toda festa tem um tempo, *qual o tempo sururu?*

Sururu, cultura oral sururu. Sinestésias: pureza aberta e sem perigo. Sinestésias: um dia um branco tomou caldo de sururu e ficou doido. Sururu: comida dos pobres:

“Nossa miséria é a nossa riqueza.”

Que ressuscitemos todas as histórias

E que no banquete das mestiçagens periféricas

E na festa de todos os povos ressurgentes

Morram colonizadores e colonizados.

E que por dentro o barro e cheiro da lama

E no somatório de todas as imagens, a Mundaú central,

E nela a gente sururu seja imensa

Feito um oceano sem margens.

No somatório de todas as águas.

Bráulio x Brayner: a pena e a espada

Etevaldo Amorim

Resumo: Dois homens, de convicções bem diferentes, são levados pelo destino a um encontro fatal na praça dos Martírios, palco de um dos mais importantes acontecimentos da história de Alagoas: Bráulio Cavalcante e o tenente Brayner. Cem anos são passados, mas aqueles fatos adquiriram tal magnitude, que nos impõe a tarefa, quase dever, de registrá-los para conhecimento desta geração e das gerações futuras.

Os acontecimentos de março de 1912, que precipitaram a queda do governo Euclides Malta, foram marcados por uma sucessão de episódios violentos que culminaram com aquele desfecho trágico e colocaram Alagoas no noticiário nacional especialmente pelas mortes de Bráulio Cavalcante e do tenente Brayner.



Figuras 1 e 2: Bráulio Cavalcante, em foto de formatura: dezembro de 1911, e o tenente João das Neves Lima Brayner em gravura de jornal. **Fonte:** Acervo Homero Cavalcante e digitalização do autor.

Até se encontrarem na fatídica tarde de 10 de março diante do palácio Floriano Peixoto, suas vidas tinham percorrido caminhos inteiramente diversos. De um lado, o jovem tribuno, recém-formado pela Faculdade de Direito do Recife, de oratória vibrante e envolvente, ligado às artes e à literatura. De outra parte, um experimentado militar, com vasta folha de serviços no Exército, homem forjado na dura disciplina dos quartéis, de temperamento forte e intransigente.

Quando Bráulio nasceu em Pão de Açúcar no dia 14 de março de 1887, o paraibano João das Neves Lima Brayner, filho da dona Mariana das Neves Lima Brayner, já havia começado carreira nas fileiras do Exército. Iniciara-se como cadete quando tinha apenas catorze anos. Bráulio, por seu turno, com essa mesma idade, juntava seus primeiros versos:

*Adeus! Te disse chorando,
Adeus! Oh! Pátria querida!
Era o luar doce brando...
Adeus! Te disse chorando,
O coração miserando,
Nas tempestades da vida...
Adeus, Te disse chorando,
Adeus, Oh! Pátria querida.*

Brayner não fazia versos. Nada de mal que não os fizesse; sua jornada na caserna seguia promissora. Durante a revolta de 1893 (a chamada Revolta da Armada), esteve ao lado de Floriano Peixoto, ocupando posto de confiança na torpedeira Gustavo Sampaio no ataque a uma das unidades rebeladas, o encouraçado Aquidabã. Voltou a prestar serviços ao governo legal durante o movimento de 14 de novembro, no governo Rodrigues Alves, atuando como Ajudante de Ordens do general Júlio Barbosa. Em abril de 1894, o então cadete primeiro-sargento, servindo no 27º Batalhão de Infantaria, na Paraíba, foi comissionado no posto de alferes.

Enquanto isso, na pequena e pacata cidade do Sertão Sanfranciscano, o novel poeta, filho do capitão José Venustiniano Cavalcante e de d. Maria Olympia, experimentava seu primeiro soneto:



Figuras 3 e 4: José Venustiano Cavalcante e Maria Olympia Cavalcante, pais de Bráulio.

Fonte: Acervo Homero Cavalcante.

Harmonium

*O pobre harmonium lembra os desenganos,
A voz das catedrais e dos conventos,
A voz de quem morrera há muitos anos,
Ressuscitando agora nos lamentos...*

*Tem longos sustentidos soberanos,
E bemóis compassivos, agoirentos...
Como quem guarda lúgubres arcanos
Na morbidez dos lânguidos momentos...*

*Veze o harmonium, muito amargurado,
Sem mais a confiança dos cantores
Permaneça no coro abandonado...*

*Um dia, como a volta de ilusões,
Num solo de alvoradas e de flores,
Rompe aleluias e ressurreições.*

Em setembro de 1895, tendo solicitado trancamento de matrícula na Escola Prática do Exército, Brayner servia no 40º Batalhão, no Pará. Essa corporação militar, depois de participar da 4ª Expedição a Canudos, é transferida para o Recife. Nessa ocasião, retorna para o 27º BI. Já em 1896, como tenente-coronel, foi nomeado para o cargo de chefe do Corpo de Segurança da Paraíba (comandante do corpo de polícia), no governo do presidente dr. Antônio Alfredo da Gama e Mello. Na sua primeira Ordem do Dia, expedida em 12 de fevereiro, dava mostras da rigidez do seu comando:

Não devendo, sob pretexto algum, ser abatida a disciplina, cumpre-me declarar que será mantida com severidade, a fim de que este Corpo, que ora passo a comandar, continue a conservar os foros da moralidade e subordinação.¹

Integrando ainda o 27º Batalhão, João Brayner embarca para a Bahia, em março de 1897, a fim de participar da campanha de Canudos. A sua corporação, associada ao 14º BI, congregava 515 homens que, sob o comando do general Arthur Oscar, se juntaria a outras divisões do exército com o propósito de liquidar os seguidores de Antônio Conselheiro. À guisa de despedida, faz publicar no jornal *A União*,² a Ordem do Dia nº 55, datada de 17 de março:

Tendo resolvido embarcar e me apresentar ao bravo General Arthur Oscar de Andrade Guimarães, comandante do 2º Distrito Militar, para ao lado dele e de meus distintos companheiros do 27º Batalhão de Infantaria, tomar parte na luta que se tem de ferir em desafrenta nos serões ínvios da Bahia, deixo hoje a comissão que em data de 11 de fevereiro de 1896 me foi confiada pelo ilustre major dr. Álvaro Lopes Machado.

Em janeiro de 1898, foi transferido do 27º BI para o 20º, mas em março de 1899, já estava no 38º, sediado em Vila Velha, Espírito Santo. Em maio de 1900, já se encontrava no 15º, donde foi transferido para o 39º, por estar acometido de beribéri. Em agosto de 1902, já no 30º Bata-

¹ *A União*, Paraíba, 14 fev. 1896.

² *A União*, Paraíba, 21 mar. 1897.

lhão, no Paraná, atuava como adido ao 39º, sendo nomeado para destacar na Colônia Militar de Chapecó, onde foi comandante. Ainda no Paraná, foi quartel mestre do 1º Batalhão de Engenharia e almoxarife da Colônia do Chopim. Em setembro de 1904, já era merecedor de medalha de bronze, por contar com mais de dez anos de serviço. Nessa época, ingressa como diácono na Loja Maçônica Fraternidade Paranaense. Em fevereiro de 1906, foi transferido do 7º Batalhão para o 22º em permuta com o colega Pedro Innocêncio de Oliveira. Em outubro de 1908, por indicação de comissão presidida pelo general Câmara, foi promovido a primeiro tenente por antiguidade.

Sua vida pregressa no exército, a julgar pelas notícias veiculadas na imprensa da época, revela atos de autoritarismo e truculência. O jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em edição de 17 de janeiro de 1910, informa que Brayner, encolerizado, esbofeteou o sargento João da Costa Leite, recém-chegado do Norte e doente de beribéri, simplesmente por ter aquele seu subalterno comparecido a uma recepção de desembarque do senador Rui Barbosa, então candidato à presidência da República, durante a célebre Campanha Civilista. O mesmo jornal, no dia seguinte, em editorial intitulado “A propaganda do ódio”, relata que, no dia 25 daquele mês, o tenente Brayner, do 3º Batalhão, mandou espancar com trezentas chibatadas de cipó de boi o soldado Alfredo, da 1ª Companhia, com plena aquiescência do comandante major Affonso Grey. Não satisfeito, em que pese o estado lastimável em que ficou, mandou que o recolhessem por vinte e cinco dias na solitária, a pão e água. Segundo o jornal, pelo simples fato de haver contra ele denúncia de ter lido a plataforma de Rui.

Enquanto o tenente fazia valer a força da sua espada, o jovem estudante fazia correr sobre o papel a sua pena inspirada e prolífica. Em 25 de novembro de 1906, pelas páginas do jornal pão-de-açucarense *A Voz do Sertão*, Bráulio, então com dezenove anos, decantava em versos a sua terra natal:

No Sertão

*Dia cáldio. O sol rútilo ateia,
Cauterizando inexoravelmente...
Ao pé do monte ferve uma corrente
Sobre o lençol da branca e fina areia.*

*As aves estonteadas lentamente
Vão baixando, baixando... Triste, anseia
A boiada sedenta à margem cheia
Das flamâncias que o sol despede ardente...*

*Em pátio arfando no alto, o céu além...
Flamífero mormaço irado medra
Nas arsenias ferinas, do céu vem,*

*E, pelo monte combusto, solitário,
No incêndio rola a vir, de pedra em pedra,
Rachando, ardendo os veios de calcário!...*

Tufão

*Sangrento, lasso, moribundo, rola
Nas escarpas do poente, o sol... Infinda
Mágoa amortece a cândida corola,
Que fora muito aprimorada e linda.*

*Tange, um campônio, umas canções à viola.
Canta, da noite, a pesarosa vinda...
E o sol, não mais com seu ardor, desola
E bruxuleia e tomba e desce e finda!...*

*E, de repente, o céu se obumbra... Então
As nuvens, atrás a ranger, descerra
Com hercúleos braços, rígido tufão.*

*E, após, em roucas contorções noturnas,
Quer rebentar de meio a meio a terra,
Estortegando-se ao grilhão das furnas!*

Em 1910, já como estudante de Direito no Recife, Bráulio não deixava de cuidar das coisas da sua terra. Durante as férias, participava ativamente dos eventos culturais e de outros que faziam parte do cotidiano dos seus conterrâneos. Nessas ocasiões, exercitava seus dotes de oratória. Em janeiro

daquele ano, por exemplo, participou da festa de inauguração da canoa de seu Irineu Maciel, de nome Iacina, saudando o sr. Vicente Amaral, proprietário do jornal *Diário de Notícias*, da Bahia. Pôr na água uma embarcação, depois de meses de construção em estaleiros improvisados à beira do rio, era motivo de festa. (*Aideia*, 23 jan. 1910). Com o Grupo Dramático J. M. Goulart de Andrade, esteve em Santana do Ipanema, em apresentações das peças *O prêmio da virtude* e *O financeiro*, com muito aplauso e grande frequência. (*A ideia*, 6 fev. 1910).

Em maio do mesmo ano, esteve presente no ato de “assentamento da cumeeira” do Polyteama que receberia o nome do renomado poeta alagoano José Maria Goulart de Andrade, construído na então rua Aurora (depois rua Dr. Paes Barreto e atualmente Prof. Antônio de Freitas Machado). Na ocasião, usou da palavra para agradecer, em nome do Grupo, aos discursos do capitão Manoel Rego, Luiz Fialho e Álvaro Machado. Nesse mesmo prédio, funcionaria depois o Cine Teatro Palace. (*A ideia*, 1º maio 1910).

No mês seguinte, lá estava ele num festival, no mesmo teatro, abrihantado pela banda União e Perseverança. Foram encenadas as peças *A vingança do plebeu* e *O pato recheado*. Entre aquele drama e esta comédia, falaram Lucilo Mesquita e Bráulio Cavalcante. (*A ideia*, 19 jun. 1910).

Bráulio demonstrava verdadeira adoração por Alagoas, por Pão de Açúcar, pela família, pelos amigos. Seus versos eram carregados de romantismo e até de certa nostalgia.

Minha Terra

Aqui, a minha querida terra.

Aqui o meu paraíso da Infância, o meu sossego da velhice.

Os anos apagam as glórias e atiram a poeira do esquecimento sobre o fasto das obras humanas, devoram todas as ambições insensatas, exaurem todos os rios da vaidade...

Que eles me outorguem, porém, estes lugares edênicos, onde comecei de respirar o sol e o aroma, de onde quis me iluminar para ascender o acúmen da Conquista, da imortalidade.

Que eles me deixem esta blandiloqua paz do Isolamento, este desapego do ruído prodigioso da Civilização e do resto do mundo.

Quero arvorar aqui a minha bandeira do Recolhimento.

*Quero, neste remanso descuidoso, ficar desiludido dos sonhos flavos da Glória,
satisfeito com a minha nulidade, tranquilo com a minha consciência.
São-me bem conhecidos estes lugares! Tudo aqui me vê, me compreende.
Minha terra! Que não me tirem! Que não me a roubem!
Daqui levei as primeiras pedras da minha ao templo da minha religião, - o Amor,
o Direito, a Honestidade.
Eis na minha casa cheia de serenidade e doçura, o mesmo conforto de outrora:
- As quatro paredes da sala guardaram, prenderam com uma volúpia de
uma fogosa mulher enciumada os meus desejos de glórias, minhas douradas
aspirações.
E a sala hoje é como um templo para a mais deliciosa saudade.
Que não roubem os anos este isolamento bendito, onde fico desprezando todas as
grandezas da terra!
Não me roubem os anos desta serena paz!
Pode-se daqui olhar os tempos de agitação, de febre, de inutilidade, que se pas-
saram; daqui se pode desvendar satisfeito da sorte, os dias incertos do Futuro,
pobremente, tranquilamente, descuidadamente.
E é então como se fora esta a mais soberba conquista do hervê, - a mais bela apo-
teose do sábio, - o maior anseio do potentado...*

A campanha

Inicialmente, o Partido Democrata inclinava-se pela candidatura de Clementino do Monte, alagoano de Penedo, advogado havia muitos anos estabelecido no Rio de Janeiro, homem probo e digno, tido como ideal para arrostar a oligarquia Malta.

Já iniciada a movimentação em torno do seu nome, com os famosos “telegramas de apoio” e a formação de comitês pró-candidatura, o dr. Clementino ponderou que não seria vantajoso “*deixar o conforto da sua bela casa, os fartos proventos do seu escritório, abandonar todas as suas comodidades para se meter no Palácio de Maceió e ter de aturar todas as maçadas inerentes à posição*”, segundo análise de um colunista do jornal *A Noite*, de 1º de dezembro de 1911. Foi aí que, para se livrar do “pepino”, sugeriu ao presidente que indicasse o coronel.

Com efeito, em novembro de 1911, o partido oposicionista anunciava as candidaturas do coronel Clodoaldo da Fonseca e do dr. Fernandes Lima para governador e vice-governador, respectivamente.

Aqui a íntegra do Manifesto, publicado no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, edição de 18 de novembro de 1911:

O diretório do Partido Democrata, colocando-se num ponto de vista superior, sem preocupações de ordem partidária na escolha do futuro governador do Estado, tomando conhecimento da patriótica e honrosa carta de seu preclaro delegado na Capital Federal, o eminente alagoano, dr. Manuel Clementino do Monte, depois de haver consultado aos diretores locais, aclamou unanimemente, para aquele cargo, o nome do ilustre militar Clodoaldo da Fonseca, um brasileiro de elevada reputação, pela integridade de seu caráter e inexcedível probidade.

Eis a carta:

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1911.

Ilustre e prezado colega e amigo dr. José Fernandes de Barros Lima, digno presidente da Comissão Executiva do Partido Democrata de Alagoas, Maceió. Acompanhando com o mais vivo interesse o despertar dos alevantados sentimentos de puro civismo dos nossos coestaduanos que se congregam, num supremo esforço, para libertarem o nosso Estado do jugo em que tem vivido, sou muito reconhecido às generosas, porque espontâneas, manifestações que, de quase todos os pontos do Estado, têm surgido indicando o meu obscuro nome para candidato ao cargo de governador no pleito a ferir-se em março do ano próximo vindouro; Sensibiliza-me em extremo e desvanece-me tão grande e significativa prova de distinta confiança de meus dignos conterrâneos. Por isso, comungando dos mesmos ideais dos que estão seriamente empenhados na libertação de nossa terra comum, causa principal desse movimento dignificador, consultando os seus vitais interesses, e tendo em atenção os destinos da pátria alagoana e a reivindicação das liberdades publicas, proponho, com a devida vênua,

— aos meus amigos e aos que, acompanhando-os têm aureolado o meu nome, lembrando-o para o governo do Estado, — a adoção de outro nome, que, certo, despertará as maiores simpatias. É o nome de um dos distintos membros da heroica estirpe dos Fonseca, que pertence ao patrimônio nacional, a saber: o coronel Clodoaldo da Fonseca, brioso militar, digno herdeiro do nome impoluto e querido de seu pai — o saudoso coronel Pedro Paulino da Fonseca, primeiro governador de Alagoas. Zelo de depositário das honrosas tradições de seu venerando pai e de seus gloriosos antepassados, de uma austeridade de princípios que o faz justamente estimado e respeitado, dotado de uma energia e de outros atributos que despertam plena confiança em sua ação, estou certo que ele dirigirá, com real proveito para a causa pública, os destinos de nossa estremecida terra, restaurando nela o império da lei, tornando uma realidade os direitos assegurados pela Constituição, ao mesmo tempo desenvolvendo forças econômicas do Estado e fazendo-o progredir em todos os sentidos.

Submetendo aos dignos membros do diretório do Partido Democrata, de que sou aqui humilde, mas devotado delegado, por vosso intermédio, a indicação do nome honrado do ilustre sr. coronel Clodoaldo da Fonseca, confio no seu acolhimento que, afinal, seja proclamada a sua candidatura ao cargo de governador do Estado de Alagoas. Com a mais distinta consideração e elevado apreço, e sempre ao vosso inteiro dispor, o conterrâneo colega e amigo — M. Clementino do Monte.

Subscrevendo, sem restrições, os justos conceitos desse belo documento de civismo, o diretório do Partido Democrata, identificando-se com o sentir geral do povo alagoano, proclama o ilustre descendente dos Fonseca, candidato dos oprimidos, o salvador da pátria alagoana, esperando que todos os patriotas sufragarão com entusiasmo o seu nome. Na mesma reunião, foi também aclamado o nome do nosso dedicado patrício

dr. José Fernandes de Barros Lima, para o cargo de vice-governador.

– (Assinados) Dr. José da Rocha Cavalcante, presidente; dr. José de Barros A. Lins, dr. Affonso de Mendonça Uchôa, dr. Pedro Valeriano Cavalcante, dr. João B. Accioly Júnior, Clemente Magalhães da Silveira, cel. José Ignacio Pereira Rego, cel. Francisco Gonçalves Vasco, dr. José Pereira de Araújo Costa, cel. Othon de Barros Corrêa, vigário Manuel Firmino Pinheiro, dr. Miguel A. de Siqueira Torres, dr. José Paulino de A. Sarmento, dr. Manuel Moreira e Silva e bacharel José Fernandes de Barros Lima (com restrições quanto à indicação do seu nome).

Iniciava-se 1912. Bráulio, que se formara no ano anterior, cumprindo os exames finais com distinção em todas as cadeiras³ e recebendo o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais no dia 9 de dezembro,⁴ engajara-se na campanha desde o início. Seu pai, o capitão José Venustiniano Cavalcante já participava da Liga pró-Clodoaldo da Fonseca em Pão de Açúcar, fundada em 17 de dezembro de 1911 com a participação de Manoel Francisco Pereira e Luiz Machado de Andrade. Suas atitudes e suas palavras demonstravam que fazia com paixão e com desprendimento, próprios daqueles que defendem um ideal. O mês de janeiro marca a primeira grande manifestação do seu devotamento àquela causa:

Ode a Alagoas

*Terra verde, feliz, aberta em flores, cheia
Dos lagos de alumínio e verdes coqueirais!
Terra, onde o São Francisco majestoso ondeia
E Paulo Afonso atroa mil fanfarras reais!
Terra que eu amo tanto,
Levante-te, por fim, do horror da oligarquia!
Enxuga o imenso pranto!
E varre a tirania!*

³ Jornal A Província, 8 dez. 1911.

⁴ Jornal A Província, 14 dez. 1911.

*Expulsa do teu seio a gente que te explora,
Quebra por uma vez os gélidos grilhões!
Ouve que a Marselhesa é a trompa que canglora
Em todo o seio teu, dentro das multidões!
Não mais o vandalismo!
Surge estoica, viril, oh, terra dos Palmares.
Acaba o servilismo
Dos campos e dos mares!*

*Tu viste Coelho um dia antever teus arcanos,
E um dia separada a Pernambuco tu és!
Treze de maio vem! Tu venceste os tiranos
Que escravos tinham mil, ao peso das polés.
E, em festivos alegres,
Alagoas tu deste, em cívicos arrancos,
– A Liberdade aos negros,
– A Liberdade aos brancos.*

*Alagoas! Mandaste às terras paraguaias
Fonsecas imortais! E tu mandaste, empós,
Aos Conselheiros cruéis dentre as verdes tocaias,
Uma parte de ti, uma parte de nós!
– E como agora a algema?
Faze a libertação final, oh, minha terra,
– Uma luta suprema,
– A derradeira guerra!*

*Vida nova feliz! Ano da Liberdade!
912 trouxe-te do azul,
Era de paz, de amor e de felicidade,
– Linda estrela que tu és do Cruzeiro do Sul!
– Ave, quadra ditosa!
Ave, quadra que vens cheia de glórias mil!
– Ave, Pátria formosa,
A mais formosa que és da Pátria do Brasil!*

Janeiro de 1912

O coronel Clodoaldo da Fonseca, indicado pelo Partido Democrata, tinha também o apoio do PRC– Partido Republicano Conservador, que chegou a cogitar o nome do general Olympio da Fonseca para o governo do Estado. Mesmo no início de 1912, o próprio governador Euclides Malta encaminhava a seus partidários a seguinte chapa para as eleições daquele ano:

Governador: coronel Clodoaldo da Fonseca; vice-governador: em branco; senador: Raymundo de Miranda; deputados: Natalício Campoim, Eusébio de Andrade, Demócrito Gracindo e capitão de corveta Aristides Mascarenhas.

Já às vésperas do pleito, Euclides recomenda o nome do coronel Clodoaldo, indicando, porém, o nome do tenente Victorino Fabiano para vice-governador. A sua briga particular era com Fernandes Lima. Exemplo disso é o telegrama passado ao cel. Ulisses Luna, de Água Branca:

Estou de acordo com a candidatura do coronel Clodoaldo para o cargo de governador e do tenente Victorino Fabiano para o de vice, por me ter procurado o tenente Pinto Monteiro, com quem me comprometi.

Entretanto, a não ser pelo parentesco com o presidente da República – era primo e cunhado de Hermes da Fonseca, jamais tinha posto os pés em Alagoas; “*nem mesmo de passagem*”, segundo nota do jornal *A Noite*, de 13 de outubro de 1911. E, por incrível que possa parecer, o candidato continuou não conhecendo o Estado que pretendia governar. O mesmo jornal, em edição de 29 de fevereiro de 1912, publica em sua seção “Última Hora”:

A vinda do sr. Coronel Clodoaldo

A chegada inesperada do sr. coronel Clodoaldo da Fonseca, candidato a governador de Alagoas, pôs de novo em foco a política desse Estado.

Dizia-se hoje, por exemplo, que muitas e graves preocupações políticas trouxeram a esta capital o coronel Clodoaldo, antes da época em que todos o aguardavam. Sua

vinda foi tão precipitada que, desembarcando, não se dirigiu logo para a residência.

À noite, vimo-lo num restaurante da rua Gonçalves Dias. Conversava com um amigo, de acordo com quem escreveu qualquer coisa, às pressas, para ser entregue naquele mesmo momento.

Esse amigo saiu, para voltar depois. Reconhecemos nele o dr. Clementino do Monte.

Hoje, soubemos que o Coronel vem considerar uma questão de honra a sua candidatura ao governo de Alagoas.

Se qualquer dificuldade se opuser à sua candidatura antes da eleição, isto é, a 12 de março, Sua Exc^a. como já se tem dito, partirá no primeiro paquete para Maceió, enviando antes ao Governo o seu pedido de reforma.

Outro diário carioca, o *Correio da manhã*, em edição de 11 de março, informa:

Uma comissão de populares dirigiu para São Paulo, ao coronel Clodoaldo, um telegrama nos seguintes termos: 'Acaba de reassumir do governo do Estado o sr. Euclides Malta, muito prestigiado pelo inspetor da Região Militar, general Olympio da Fonseca, que intimou toda a oficialidade a comparecer ao ato, dando-lhe guarda de honra e fazendo distribuir patrulha a fim de impedir manifestações populares. É de verdadeiro pânico a situação nesta cidade, por serem estas medidas postas e execução às vésperas da eleição. As senhoras e senhoritas que se ofereceram para distribuir as chapas, apavoradas, protestam contra semelhante coação. Por um artilho do sr. Euclides, de combinação com o tenente Pinto Monteiro, foi envolvido o Exército nessa aventura, seguindo para o interior telegramas em que se recomenda a candidatura, para vice-governador, do tenente Victorino Fabiano. O referido tenente Fabiano foi convidado para comandar a polícia. Prepara-se mobilização de forças para os municípios. Está paralisado o tráfego dos bondes.

Já no *Correio paulistano*, que circulou no dia 13 de março de 1912, em meio à transcrição de inúmeros telegramas com notícias da campanha em Alagoas, enviadas pelo correspondente Costa Motta, lê-se o seguinte:

Regresso do Coronel Clodoaldo da Fonseca

Rio, 12 — Acompanhado de sua família, regressou da Villa do Piquete, nesse Estado, o coronel Clodoaldo da Fonseca.

Ora, 12 de março era precisamente o dia da eleição! Enquanto os seus partidários se debatiam contra a oligarquia reinante, utilizando-se de todas as formas e meios, alguns deles extremos, o candidato manteve inalterada a sua rotina de trabalho. Voltava da Vila do Piquete, em São Paulo, onde se localizava uma importante instalação do exército: a Fábrica de Pólvora sem fumaça. Ele que era comandante do Primeiro Regimento de Infantaria.

No dia 18 de fevereiro de 1912, o tenente Brayner, já como primeiro-tenente de infantaria, pouco antes das nove horas da manhã, embarcou no Rio de Janeiro, a bordo do paquete nacional *Alagoas*, com destino a Maceió. Vinha na condição de assistente do general Olympio de Carvalho Fonseca, que assumiria interinamente o cargo de inspetor da 6ª Região Militar. No armazém nº 12, do cais do porto, ao toque de três bandas militares e na presença de cerca de vinte e cinco autoridades, entre elas o cel. Luiz Barbedo – representando o presidente da República – e o senador Lauro Sodré, partiu para a que seria a sua última viagem.

Sua vinda para Alagoas se deu sem que tivesse solicitado. Tendo estado doente, partira para Lambary, estado de Minas Gerais, para onde pretendia mudar-se. Passou apenas quinze dias. Foi então que, atendendo ao convite do general Olympio Fonseca, aceitou a comissão que lhe oferecia o superior, dizendo este que a viagem talvez lhe propiciasse melhora para a sua saúde.

Com efeito, poucos dias depois de sua chegada, achando-se melhor, escreveu à família dizendo que estava ansioso para voltar porque aqui “*só se fazia política*”. Se não pudesse regressar logo, o faria junto com o general, que só estaria em Alagoas até as eleições.

O cenário dos martírios

Bráulio marchava com os manifestantes pelas ruas de Maceió. Livramento, praça Deodoro, rua do Macena, Augusta, Comércio e, por fim, a praça dos Martírios. Próximo à estátua de Floriano Peixoto, três soldados do 8º Pelotão intimaram-nos nos seguintes termos:

– Não queremos vaías nem falação.

Bráulio explicou que não se tratava de vaia, mas de um comício, pedindo a presença do Oficial de Serviço, a fim de com ele se entender. O tenente Brayner, secretário do Interior, recém-nomeado por Euclides Malta, que acabara de jantar no hotel Nova-Cintra, logo ali na rua do Sol, dirigiu-se aos manifestantes em termos ásperos, dizendo não consentir que se realizasse o comício e que, daquele dia em diante, a autoridade seria respeitada.

Foi em versos, como tantos que Bráulio compôs, que Osman Loureiro descreveu esse confronto naquele final de tarde:

Epopéia de Sangue⁵

À memória de Bráulio Cavalcanti, assassinado barbaramente,
quando defendia o Povo.

*Era no dia dez. Sinos dobravam lento,
Imitando de um mocho o trágico lamento.
Sinos dobravam... No ar espiritualizado,
A voz do bronze tinha um quê de amargurado
E triste, que lembrava ao nosso coração
Velhos monges rezando um surdo cantochão...
No alto, o céu se arqueava esplendorosamente
E o sol, como um titã vencido, já de poente
Penetrava os umbrais de púrpura tingidos.
Embaixo, a multidão, em fêrvidos bramidos
De mar que se encapela em cóleras supremas,
Em plena praça – o altar das conquistas hodiernas,*

⁵ Jornal de Alagoas, Maceió, 9 abr. 1912. Poema republicado cinquenta anos depois pelo mesmo jornal, naquele mesmo dia.

*Pugnava heroicamente em prol do seu Direito,
Da Justiça e da Lei, este Ideal perfeito.*

*Quem um dia há de expungir os amplos universos
Dos bandidos, dos maus, dos cínicos perversos!
E impudico, e blasfemo, e insaciável abutre
Que do sangue do Povo há anos já se nutre,
Espreitava na sobra oculto, amedrontado,
Ante o estranho furor do Povo revoltado.
Quem lhe visse de perto o duro olhar, dissera
Haver no seu olhar uma expressão de fera
Prestes a saciar os instintos bestiais...
Era o olhar da pantera entre os verdes juncais
Agachada, porque melhor a incauta presa
Nas suas garras tombe exânime, indefesa...*

*Mas o povo aguardava em defensiva o ataque
Do inimigo comum, sem que o furor lhe aplaque
A dantesca visão de uma hecatombe enorme.
Cônscia de seu dever sagrado, a massa informe
Preparava-se para enfrentá-lo. Iminente
Era a luta.*

*E notando o grande esforço ingente
Do povo, o vulto eril de Floriano sorria
Do alto do pedestal de bronca penedia!*

*Súbito, eis se aproxima o bando de sicários,
Nojentos vendilhões, infandos mercenários,
Que por um vil metal azinhavrado e escuro,
Trocaram o que n'alma têm de mais cândido e puro.
E o Chefe, hardo e feroz, assim fala: 'Senhores,
É proibido dizer-se em plena praça horrores
Contra o meu amo real. Se hoje impunemente
Chamaram-no de mau, de bandido impudente,
De ora avante ninguém se atreverá a tento.
Proíbo expressamente os meetings!'*

*Entretanto,
Uma voz se elevou: 'Senhor, a escravidão
Há muito que se foi. O povo, a multidão
Pode manifestar-se abertamente! O guante
Férreo da oligarquia hedionda e repugnante
É-lhe odioso demais, irrita-o fortemente...
É preciso atender ao pedido insistente
Do povo! E o que ele pede afinal? Quase nada:
Viver livre e feliz numa Pátria banhada
Pelas rutilações do sol da Liberdade!
Ao seu desejo intenso e implacável quem há de
Opor-se?'*

*– Eu!
Fora vão. O povo ulula e brame...
De resto, fora um crime, um atentado infame
Aos nossos foros reais de homens civilizados.*

*'Podeis, certo, esmagar com os vossos soldados,
O povo inerme; mas o sangue rubro, quente
Dos mártires é como feraz semente.
Cedo fecundará; e a nossa Liberdade,
Como uma árvore santa, em viva alacridade,
Descerá sobre nós a sombra amiga e doce.'*

*O semblante feroz do banido turbou-se,
E, convulso rugiu: "Já disse, ninguém fala,
Senão eu mandarei varrer tudo isto... à bala!"*

*– E porque, não direis?
– Porque não quero!
– Regressaremos, então, ao século de Nero.
A tirania... o arbítrio... a força... o despotismo...
Estamos nos século vinte em pleno barbarismo!
Mas, Senhor, vede bem, a Constituição
Federal nos garante a manifestação...*

“A Constituição sou Eu!”

E isto dizendo

Saca da arma assassina, e um estalido horrendo

Corta o ar. Ouve-se um grito, um baque surdo, e após

Tudo queda em redor num desconsolo atroz.

Célere, a multidão fugira. A cinza fria

Do ocaso é sangue vivo. A praça, erma e vazia,

É como um cemitério enorme. A um canto, exangue,

Um corpo humano faz numa poça de sangue...

É ele! É o grande herói, cujo verbo inflamado

Falava ao coração do Povo escravizado

De uma aurora imortal de Paz e Liberdade!

Sim é ele e tão só!

Como a voz da saudade

Carpindo a sua morte, os sinos dobram lento,

Imitando de um mocho o trágico lamento.

E, à luz do poente em sangue, a estátua de Floriano

Parece soluçar num grande desengano!

Maceió, terça-feira, 9 de abril de 1912.

Atravessado por uma bala caiu Bráulio, ferido mortalmente. Seu corpo, inicialmente colocado no saguão do Palácio, foi depois transportado para a casa do seu irmão Pedro. Nessas tentativas de ruptura com as estruturas de poder, invariavelmente há um mártir. Foi assim em 1968, com a morte do estudante Edson Luiz, no restaurante Calabouço, Rio de Janeiro, em meio às manifestações contra a ditadura militar. Assim também se deu em 1945, no Recife, durante as lutas pelo fim da ditadura Vargas, em que foi morto o estudante Demócrito Souza Filho, cujo pai foi colega de Bráulio na Turma de 1911.⁶

⁶ Turma de formandos da Faculdade de Direito do Recife em 1911: Alipio Guimarães Goulart, Arlindo Accioly de Gusmão Lins, Bráulio Gautimosim Cavalcanti, Francisco Cavalcante Pontes de Miranda, José Maria Correia das Neves, Luiz Ignacio de Figueiredo, Manoel de Vasconcellos Teixeira, Manoel Teixeira de Vasconcellos, Nominando Maia Gomes, Olympio de Araujo Machado, Octavio Pereira da Costa, Oscar Marinho Falcão, Rodolpho Lins Carneiro de Albuquerque, Wenceslao José Baptista, de Alagoas; Adonias Lima, Benedicto A. Carvalho dos Santos, José Lopes de Aguiar, do Ceará; Alfredo de Assis Castro, Armando Vieira da Silva, Francisco Moreira de Souza, José Lucas de Mourão Rangel, do Maranhão; Antonio Caetano da Costa Lima, Abelardo Moreira de Oliveira Lima, de Minas Gerais; Affonso de Moura Soares, Alexandre Rodrigues dos Anjos, Armando Hardman Monteiro,

Brayner faleceu no dia 12 de março de 1912, às 11 horas da noite e sepultado às 16 horas do dia 13. Teria sido o seu assassino o subinspetor da guarda civil, José Moreira. Assistiram aos seus últimos momentos apenas dois praças do Exército. O Partido Democrata publicou manifesto convidando o povo a comparecer ao enterro e responsabilizando Euclides Malta pela morte do tenente. Foi encontrada no bolso dele uma lista com dezesseis nomes de adversários, entre eles alguns dos próceres do Partido.

Com 42 anos de idade, o tenente morreu deixando a mulher, Anna Ferreira Camboim, com nove filhos: Antônio, com dezoito anos; Corinha, com dezesseis; Floriano, de quinze; Ary, com treze; Jurandyr, com dez; Corina, com oito; Ruy, com quatro; Carolina, com três; e Coralina, com dois. Notícia do jornal *A Noite* informa que a família, residindo numa dependência da Fortaleza da Conceição, ficava “na maior pobreza”. Ou, por outra, ficaria não fosse a pensão que tiveram por merecer e que receberam por muitos anos.

Um de seus filhos seguiu também a carreira militar. O terceiro deles, o marechal Floriano de Lima Brayner, fez brilhante carreira no Exército e chegou a ser chefe do Estado Maior da FEB – Força Expedicionária Brasilei-

Arnaldo Pereira da Silva Netto, Aureliano Silveira, Francisco Pessôa de Queiroz, Fernão Pacheco de Aragão, José Joaquim de Souza Lemos, João Baptista de Almeida, João Alcides Bezerra Cavalcanti, João Ferreira Dias Junior, João Minervino de Almeida, João de Andrade Espindola, Landelino Cordeiro de Araujo, Manoel Pereira Diniz, Ovidio Olympio dos Santos Vitalda da Paraíba; Antonio Tavares Honorato, Antonio de Souza Leão Filho, Antonio Cabral de Arruda, Antonio de Arruda Carneiro Leão, Antonio Lopes da Cunha, Alberto de Salles Fonseca, Alberto Porto Rodrigues da Silveira, Alvaro Simões Barbosa, Alfredo Aurelio de F. Caldas, Alfredo Zacarias dos Santos, Alcino Coelho, Adalberto Affonso Marroquim, Aprigio Gomes de M. Cavalcanti, Aprigio de Faria, Arthur Ferreira Lobo, Ascendino Xavier de Argollo, Aurelio Guilherme de A. Pereira, Anthero Carneiro Vieira da Cunha, Custodio de Oliveira Cavalcanti, Durval Delphino de Britto, Demócrito Cezar de Souza, Francisco Augusto Pereira da Costa Filho, Francisco Lopes de Assumpção Pessôa, Francisco Barreto Rodrigues Campello, Flavio Freire, Guilherme Martins de Albuquerque, Henrique Levino de Almeida Cunha, Honorio Tenorio Sobrinho, José Carvalho de Toledo, José Tavares de Albuquerque Mello, José Cavalcanti Regis, José de Barros Wanderley, José Tavares Pragana, Jonathas Costa, Jorge Victor Correia de Araujo, Justino José Vaz de Oliveira, Januario Baptista do Amaral, João da Silva Correia de O. Andrade, João da Silva Neves Manta, João Emmanuel Poggi de Lemos, João Lopes de Siqueira Santos, João Baptista do Amaral Filho, João Fernandes Vianna, Luiz José Pereira Simões Filho, Luiz de Castro Filho, Luiz Ignacio de Andrade Lima Filho, Lourenço Castello Branco, Mario Villarim de Vasconcellos Galvão, Manoel Cysneiros, Octavio Moreira da Costa, Othoniel Soter Gomes de Araújo, Orlando Anselmo de Aguiar, Quintino Dionísio de Barros Cavalcanti, Romulo de Barros Lins e Silva, Roderick Villarim Vasconcellos Galvão, Renato Phaelante da Camara Lima, Raymundo de Carvalho Seixas Filho, Severino Otto Lynch Bezerra de Mello, Severino do Patrocínio de S. Barbosa, Samuel Oswaldo Chaves dos Santos, Sebastião José B. Cavalcanti Junior, Theodoro Tavares Cordeiro Campos, Viterbo Cordeiro de Mendonça, de Pernambuco; Benedicto Francisco Nogueira, Corintho de Andrade, Christino Couto Castello Branco, Esmaragdo de Freitas e Souza, Giovani Piauhense da Costa, Nilo de Moraes Britto, Odorico Jayme Albuquerque Rosa, Raymundo Cunha, Waldemar do Rego Abreu, do Piauí; Affonso Saraiva Filho, Alberto Roselli, Bellarmino de Lemos, Candido da Camara Caldas, José Gonal Ferreira do Nascimento, João Bigois, João Baptista Ferreira do Nascimento, Mario Leopoldo Pereira da Camara, Milton Marques de Oliveira Mello, Vicente Ferreira Pinto, do Rio Grande do Norte; José Ferreira Coelho, de Santa Catarina; Aristides Alves Casaes Filho, de Sergipe.

ra na Segunda Guerra Mundial, sob o comando do marechal Mascarenhas de Moraes. Em 12 de agosto de 1949, representando o Brasil, assinou a Convenção de Genebra (a 4ª), que ratificava convenções anteriores para melhorar a situação dos feridos e dos doentes nos exércitos em campanha. Foi ainda adido militar na Embaixada do Brasil em Paris, em 1951; chefe do Gabinete Militar no governo Nereu Ramos (de 11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956) e comandante da 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro, de 1956 a 1958.

Funeral

No dia 11, uma multidão de cerca de 8 mil pessoas acompanharam Bráulio a sua última morada. Duas de suas amigas expressariam, também em versos, a consternação que de todos tomou conta:

À beira de um túmulo

À memória do denodado patriota dr. Bráulio Cavalcante

*Há pouco tempo ainda, tua voz cantante
Inesquecível mártir! modular se ouvia,
Pregando a Liberdade ao povo delirante,
Que, em êxtase, sublime e altivo ti aplaudia.*

*Poeta sonhador, de talento brilhante,
Agora apenas tu'alma e existência sorria:
E a inflamar corações, o teu verbo empolgante
Já pelo ideal sagrado e nobre combatia.*

*Mas ai! No ardor da luta procelosa e ingente,
Feriu-te criminosa arma, cobardemente,
E foste, envolto em glórias, repousar nos céus.*

*Partiste; mas na terra em tua trajetória
Deixaste um nome digno a abrilhantar a história,
E cobrir o teu túmulo c'roas de troféus.*

Laurinda Mascarenhas

Sol-Posto

No túmulo do poeta Bráulio Cavalcante

*“Não morrem os que caem na luta pelo Bem: Desaparecem como um sol que nu-
vem negra ocultou.”*

*Pesado crepe envolve as Alagoas.
Do templo da Poesia o louro véu,
caiu por sobre o alvo mausoléu
que tu'alma da Pátria, hoje abenoas.*

*Foste, Poeta, um astro em céu de Agosto
que a fria dum perverso anoiteceu.
Ave que de súbito emudeceu
ao modular os cantos, ao sol-posto.*

*Morreste ? Não: – Envenenadas setas
expeliram-te a alma deslumbrada.
Partiste para o Azul que é a morada
das estrelas, das aves e dos poetas.*

*E foste para a luz da Eternidade
nas flores do triunfo amortalhado.
Deixaste  pátria um nome aureolado,
No coração do povo – uma saudade.*

Roslia Sandoval

No dia 15 de março, dando conta da votação apurada até então, o vice-governador eleito, Fernandes Lima, transmitiu telegrama ao coronel Clodoaldo da Fonseca nos seguintes termos:

Euclydes embarcar a 17. O partido emprega todos os meios possíveis para que seja garantida a sua vida de qualquer desacato. Não queremos manchar nossa vitória.
– Fernandes Lima.⁷

⁷ Jornal *A Noite*, Rio de Janeiro, 15 de março de 1912.



Figura 5: Funeral de Bráulio Cavalcante, em Maceió, no dia 11 de março de 1912.

Fonte: Revista **O malho**, edição de 6 abril de 1912. Coleção Biblioteca Nacional.

Fernandes Lima, que hoje dá nome a uma das principais avenidas da capital alagoana, preocupava-se em “não manchar” a vitória. Bráulio perdera a vida. Entregara-se por inteiro àquela causa, sem medir consequências e, de peito aberto, arrostara os maiores perigos. Em versos, porém, deixava registrado o seu conflito interior e o temor de que todo o seu esforço resultasse em vão:

Inglória!

(Ao F. Menezes de Mello)

*Este fero amargor, no stoicismo disfarço...
Muita gente nem sabe a minha dor interna!
– Meu peito, ouvi-me bem, é uma grande caverna
Onde estronda cruel tempestade de Março...*

*Entretanto, eu bem sei que fragorosa, eterna,
Um dia surgirá no Verso errante, esparso,
Dor que me domina, magna q' me governa,
Desde a altura do crânio, aos extremos do tarso.*

*Meu peito lenha o ardor de pesada rocha hiulca,
Onde nada viceja, – onde tudo estarrece, –
Porque tudo esta Dor infecunda conculca!*

*Uma dor infecunda! ... É paradoxo! – Entretanto,
Minha Dor não produz, não age, não floresce,
Não poreja a caudal intermina do Pranto! ...*

Um sobrinho-neto dele, o meu prezado amigo Homero Cavalcante, ator de reconhecido talento, forneceu-me material bibliográfico e fotografias, além de externar o sentimento que dominou a sua família desde aquele trágico acontecimento. Melhor do que eu faria, ele registrou suas impressões numa pequena crônica, que muito bem releva a sua origem:

O retrato de meu tio

Naqueles tempos, em Maceió, as frondosas canafístulas existiam ladeando toda a extensão da rua Nova ou Barão de Penedo. Em setembro, grávidas de róseas flores, me acenavam suas primaveras e a de minha vida. Naqueles tempos, a casa de número 234, de meu avô materno, parecia ter dois jardins... o do quintal e o da rua.

Em minha memória, quase proustiana, guardo nítidas recordações desse tempo em casa de meu avô Aurélio. As imensas estantes atulhadas de livros por quase todo o corredor, o piano de minha mãe, o sobrado, o quarto do meio, o relógio oito, o retrato do irmão mais novo de meu avô...

Figura que sempre me pareceu simpática com sua gravatinha quebrando uma seriedade de enfatiotado e denunciando certo ar de riso junto ao bigodinho, o cabelo penteado “à liberdade”... Instantâneo executado a crayon, por Linden, num pedaço de instante de sua brilhante vida acadêmica na Faculdade de Direito do Recife.

É interessante perceber, mesmo depois de cem anos do assassinato de meu tio, que de seu retrato ele continua a insistir na crença da alegria contida na liberdade; conforme a frase em sua “Ode a Alagoas”:

*Vida nova feliz! Anno da liberdade!
912 trouxe-te do azul,
Era de paz, de amor e de felicidade,
Linda estrella que tu és do Cruzeiro do Sul!*

Esse *portrait* ocupava lugar de destaque, uma colocação honrosa como algumas famílias costumavam reservar ao quadro do Sagrado Coração de Jesus. Era um canto da casa assinalado romanticamente para o culto à memória do filho, do irmão, do tio, do poeta e mártir de um tempo já longínquo. Era um canto da casa marcado por uma saudade que recendia semelhante a jasmineiro em flor.

O carisma que entusiasmava a todos, ainda como acadêmico no Recife, contribuiu fortemente para o convite e posterior admissão como orador oficial da campanha em prol das candidaturas do cel. Clodoaldo da Fonseca e do dr. José Fernandes Lima. A dedicação absoluta de tio Bráulio pela derrubada da oligarquia dos Malta teve como força motriz os exemplos de devotamento à pátria e a idealização de um mundo melhor, através das figuras de seu avô materno Pedro Soares de Mello Alvino Sezão – voluntário da Guerra do Paraguai onde exerceu o honroso cargo de auditor de guerra no posto de major – e de seu pai José Venustiniano Cavalcante –major, advogado e jornalista – com suas preciosas atividades junto ao monárquico Partido Liberal.

Era o tempo da “Política das Salvações” instituída pelo então presidente Hermes da Fonseca em plena República Velha, dividida entre os partidos República Oligárquica e República da Espada. Era o tempo das substituições no país, pelas forças políticas engajadas no poder central.

Em terras das Alagoas, esse capítulo de nossa história foi escrito de forma aguerrida e sangrenta. Um episódio que ainda carece de maiores estudos e esclarecimentos, por parte de nossos historiadores, com vistas a um melhor entendimento de nossa alagoanidade.

Naqueles tempos, o vento nordeste brincava com as flores das árvores da rua Nova, levando-as em rodopios até caírem sobre o bronze da estátua de meu tio. Lembrando, até hoje, que o homem continua vivo em sua grandeza de poeta sonhador. Lembrando que a luz continua a brilhar nas trevas!

Referências:

ALDEIA. Pão de Açúcar, 23 jan., 1º maio, 19 jun. 1910.

A REPÚBLICA, Curitiba, 19 Jun, 1902. Disponível em: www.memoria.bn.br.

Acesso em: 12 jun. 1912.

A UNIÃO, Paraíba, 14 fev. 1896. Disponível em: <www.memoria.bn.br>.

Acesso em: 21 jun. 2012.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 25 jun. 2012.

CORREIO PAULISTANO, São Paulo, 13 mar. 1912. Disponível em: <www.memoria.bn.br>. Acesso em: 25 jun. 2012.

DIÁRIO OFICIAL, Rio de Janeiro. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 9 mar. 2012.

MARTINS, Henriques (Org.). Lista geral dos bacharéis e doutores que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife: desde sua fundação em Olinda, no ano de 1828, até o ano de 1931. 2. ed. Recife: Typ. Diário da Manhã, 1931.

O PAIZ, Rio de Janeiro, 9 fev. 1912 Disponível em: www.memoria.bn.br. Acesso em: 8 mar. 2012.

RAFAEL, Ulisses Neves. Xangô rezado baixo: um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912. Rio de Janeiro, jun. 2004.

VOZ DO SERTÃO. Pão de Açúcar, 9 dez.1906.

A gravura “Antiga matriz de Maceió” e a narrativa da Maceió colonial

Fátima de Mello Barreto Campello _____

Resumo: Nosso objeto de estudo neste trabalho é a gravura “Antiga matriz de Maceió”, considerada a mais antiga vista a representar a cidade. Os dados da sua legenda e o seu conteúdo imagético têm levado estudiosos da história da cidade a concluir ser ela uma gravura realizada em 1849 e um retrato da cidade no seu momento de fundação, ou seja, cerca de um século antes, o que nos remeteria à década de 1750.

Introdução

É Craveiro Costa, o mais creditado historiador da cidade, que, em 1939, dela faz essa interpretação. Ao efetuar essa leitura, ele proclama a igreja ali desenhada como marco de fundação da cidade e evoca a memória de um engenho que teria existido no seu largo fronteiro e gerado a cidade. Assim, é a imagem da cidade colonial que por suas palavras vem à tona.

Uma gravura de 1850 existente no Instituto Histórico de Alagoas restaura a ancianidade da praça, anteriormente a José Bento, o velho.

[...]

Na gravura, no alto, ao centro da aba da montanha, a igreja, como um marco de fundação da cidade plantado pela crença católica dos nossos maiores; aos lados a casaria colonial, acaçapada, de porta e janela, o sobradinho onde se reuniram os ‘homens bons’, no grande dia da aclamação da vila.

A gravura não acusa um só vestígio do engenho; mas adivinha-se-lhe a existência no conjunto desgracioso do lar-

go êrmo. Ali, realmente, êle devia ter existido, ali foi sua existência sem repercussão na vida econômica da comarca. Tudo aquilo, que a gravura deixa ver e era um avanço material considerável em 1850, evoca a velha fábrica, movida a bois ronceiros, e a labuta diária da escravaria, lançando, inconscientemente, os fundamentos das grandes usinas açucareiras. A paisagem triste e patriarcal sugere a vida monótona dos primeiros dias da indústria do açúcar; e o campo, então transformado em núcleo principal do povoado, era a bagaceira imunda de todos os engenhos, era a senzala sórdida e trágica, a poucos passos da casa senhorial, onde a escravaria, ao cair da tarde, recolhia o repouso, exausta, tangida e contada, às cabeças, uma a uma, pelo feitor; era a pastagem do gado lerdo, a contemplar pacificamente carros guinchantes, que rodavam aos solavancos, estrada fora, pejados de caixas de açúcar; era o canavial imenso, verdejando, na direção do riacho, a esperança das produções optimas...¹

Antecede em algumas páginas a esse texto de Costa a gravura que o ilustra, inserida no livro *Maceió* (1939), acompanhada de legenda explicativa (fig. 1).

Vários trabalhos acadêmicos mais recentemente produzidos consagram essa leitura por Costa realizada, principalmente sobre ela ser a mais antiga vista da cidade, a exemplo de Leão² e Fortes.³ Como, além de essa leitura ser reiterada inúmeras vezes, são muito pouco os resquícios materiais que ainda perduram da Maceió colonial, a essa gravura adere hoje uma aura de relíquia e a ela se atribui o estatuto de ser o único testemunho de a Maceió colonial ter existido um dia.⁴

A reprodução avulsa que da gravura encontramos em arquivos locais como o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas deve ser uma cópia da que

¹ COSTA, Craveiro. Edição de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. *Maceió*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939, pp. 13-4.

² LEÃO, Tharcila Soares. A história da paisagem da praça dom Pedro II em Maceió-Al. Recife. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010, p. 48.

³ FORTES, Cynthia Nunes da Rocha. Para além do guia dos navegantes: o Farol de Maceió; 1827-1951. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado) – Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas do Espaço Habitado, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011, pp. 28-9.

⁴ Situação que deverá ser em breve revista diante da descoberta recente, em arquivos portugueses, de mapa de Maceió datado do século XVIII pela pesquisadora Maria Angélica da Silva.

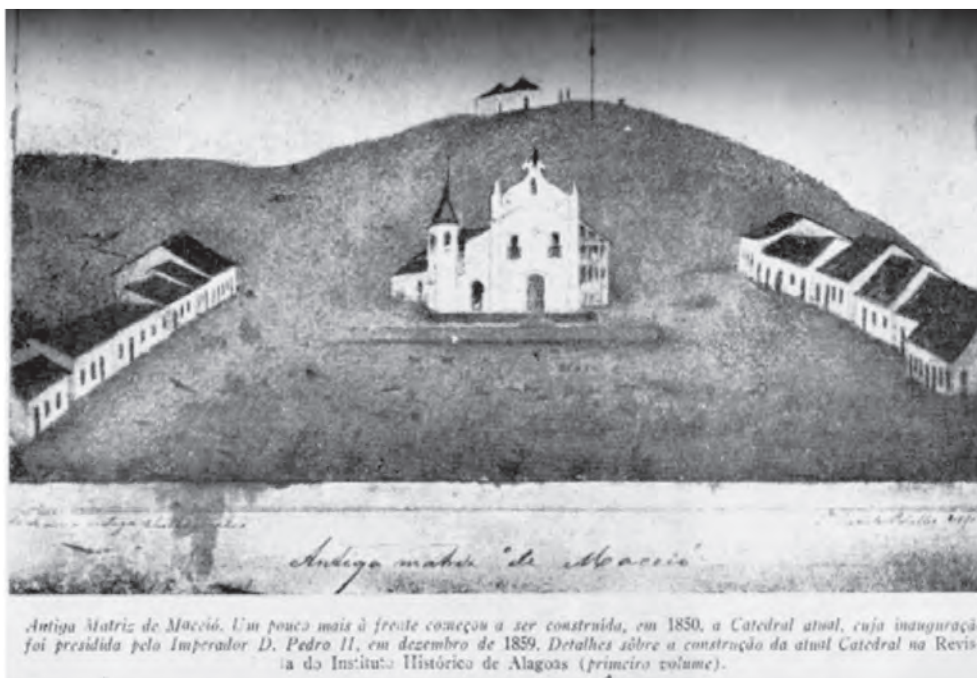


Figura 1: Reprodução da gravura “Antiga matriz de Maceió”. **Fonte:** Costa (1939).

está publicada no livro de Craveiro Costa. Isto pelas características que se mantêm nas duas: do recorte, da pouca nitidez e das reduzidas nuances. Pela grã aberta dessa reprodução avulsa, acreditamos que ela foi ampliada pelo menos ao dobro do seu tamanho original para atingir a dimensão de um quadro, o que denuncia, pelo uso, o valor artístico que lhe é atribuído. Nenhuma das reproduções permite a leitura das informações existentes em sua base. Não é possível decifrar as legendas manuscritas à esquerda e à direita; apenas o título “Antiga matriz de Maceió”, escrito em letras bem maiores, ao centro, está legível.

Muito embora o próprio Costa⁵ afirme ser esta uma gravura pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, lá não conseguimos localizar seu original. Em pesquisa mais recente descobrimos, com grande emoção, uma “cópia original” dessa gravura depositada no Arquivo Público de Alagoas (APA). Não é, com certeza, o original que serviu para a reprodução de Costa, porque as casas desenhadas nas duas laterais, mais perto da moldura, estão ligeiramente encurtadas, faltando-lhes parte. Quando a comparamos com a reprodução de Costa, verificamos que a face que deveria estar visível na casa da esquerda não se mostra e a da casa da direita aparece em menor dimensão (fig. 2).

⁵ COSTA, Craveiro. Edição de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. *Maceió*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939, p. 13.

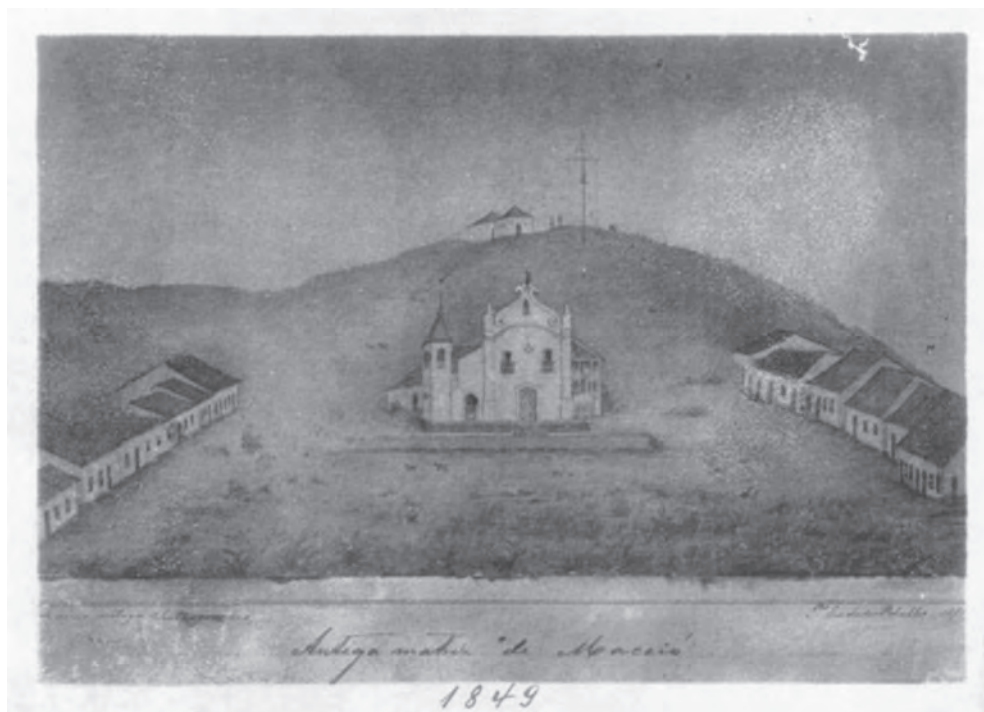


Figura 2: Original da gravura “Antiga matriz de Maceió”. **Fonte:** Acervo do Arquivo Público de Alagoas (APA).

Com esse pequeno original que descobrimos, de tamanho um pouco maior do que a reprodução impressa no livro de Craveiro Costa, emergem algumas informações preciosas, as que estão inscritas na legenda. São informações que têm, até mesmo, a capacidade de abalar a leitura já consagrada sobre ela. Algumas delas são trazidas à tona pela nitidez do “original”, que nas reproduções em circulação estavam prejudicadas, e outras pelo recorte mais amplo, da base e da parte superior. Estão entre essas informações as condições de sua feitura, a autoria da imagem e, principalmente, sua datação. Elas estão inscritas abaixo do desenho, tanto à esquerda quanto à direita, e, também, no centro. Isto na faixa amarelada, que é ainda parte da gravura, e na faixa branca abaixo dela, na sobra do papel onde ela se imprime.

Começaremos a exploração dessas informações pela inscrição da esquerda.

A legenda da esquerda

Tal inscrição depõe sobre o processo de confecção da imagem; ali se pode ler: “de uma antiga photographia”. Faz-nos acreditar que a gravura foi

esboçada a partir de uma antiga fotografia. Com ela, tomamos conhecimento da existência de uma fotografia que imaginamos ser hoje a mais antiga fotografia da cidade. Isto porque todas as outras fotografias de Maceió, hoje encontradas em acervos públicos brasileiros, são obtidas em momento posterior ao da derrubada da antiga matriz retratada na gravura. Ergue-se no lugar da antiga matriz a catedral, bem maior e mais imponente, inaugurada em 1859, por ocasião da visita de d. Pedro II a Alagoas. Se realmente essa fotografia existir, trata-se de uma peça iconográfica muito importante, não só pelo seu valor simbólico, mas também porque datada dos tempos pioneiros da fotografia, vale dizer, dos primeiros dez anos depois que se torna público o invento da fotografia, quando elas são ainda bastante escassas. Não encontramos, porém, fotografias com tais características na nossa pesquisa.

Tentamos nos assegurar dessa informação ao buscar fotografar a catedral a partir do mesmo posto de observação — o palacete do barão de Jaraguá, edificação de três pavimentos, hoje Biblioteca Pública do Estado de Alagoas, bastante significativa desde essa época —, mas as árvores existentes no antigo largo, hoje praça d. Pedro II, impedem a visão da igreja e de seus arredores. Para grande surpresa nossa, localizamos, no mesmo Arquivo Público de Alagoas, uma fotografia bastante antiga, raríssima, obtida do mesmo posto de observação (fig. 3).



Figura 3: Fotografia da Catedral de Maceió. **Fonte:** Acervo do Arquivo Público de Alagoas (APA).

À primeira vista, o porte monumental da catedral não permite que reconheçamos o largo, antes tão acolhedor e próximo. Essa grande mudança nos faz perceber o carisma que tem a imagem anterior e atribuir à escala a razão de isso acontecer. Na gravura a cidade parece ser do tamanho de seus moradores e erguida por suas mãos.

Ao comparar as duas imagens, gravura e fotografia, observamos que a gravura pode realmente ter sido feita com base em uma imagem fotográfica, em uma perspectiva obtida por um equipamento mecânico. Ao transpor mentalmente a igreja matriz com seu tamanho bem mais reduzido para o centro dessa fotografia, posicionando-a um pouco mais para baixo e mais para frente da atual catedral, como realmente ela se situava,⁶ conseguimos ver as linhas estruturantes da gravura ali inseridas, e com esforço voltamos a ver aquela Maceió dentro dessa nova. O enquadramento, a abrangência e a altura da visada da gravura mostram-se compatíveis com a perspectiva construída pelo equipamento do fotógrafo.

As legendas do centro

Passemos agora para a segunda informação presente nas legendas, a do centro, do título. Nela se lê “Antiga matriz de Maceió” e, mais abaixo, a data: “1849”. Entendemos que tal data, suprimida na reprodução do livro de Costa (1939), é a que dá suporte à leitura por ele realizada. Pode facilmente ser entendida como a data da realização da gravura e, neste sentido, a imagem configuraria a feição da cidade nesse mesmo ano.

Como apenas essa data de 1849 se situa na faixa branca do papel, fora, portanto, da área gravada, a hipótese de ela ter sido escrita a *posteriori* não pode ser descartada. Ela poderia ter sido adicionada por qualquer pessoa, mas, também, pelo próprio gravador ou calígrafo, já que não podemos negar a semelhança entre a sua grafia e a do título que a precede. Esse seria o caminho natural da interpretação da imagem não fosse a única data existente na gravura. Não é o que, para nossa surpresa, constatamos: existe outra data na última legenda, a da direita, que passamos agora a analisar.

⁶ Conforme mapa de Maceió de 1841, realizado por Carlos de Mornay. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

A legenda da direita

A informação presente nesta última legenda se refere não só à data da gravura, mas também à sua autoria: “(...) Euclides R. Salles – 1881” (a abreviatura que precede o nome não está legível). Retornaremos à questão da data mais adiante, já que exploraremos primeiramente a questão da autoria e das condições de impressão da imagem. Com a assinatura de Euclides R. Salles, litógrafo registrado como tal no *Almanak administrativo da provincia das Alagoas para o anno de 1876*, a imagem sai da condição de completamente anônima. Desfazem-se, assim, as especulações que permeiam o imaginário local sobre essa autoria, inclusive a que atribui a d. Pedro II seu desenho, que teria sido feito em sua passagem por Alagoas, em 1859. Atribuir ao Imperador a autoria dessa peça iconográfica depõe, mais uma vez, sobre o alto valor que ela assume nos meios intelectuais locais.

Litogravura e fotogravura em Alagoas

Por ocasião da impressão dessa gravura ainda não existia em Maceió um prelo litográfico, mesmo Maceió sendo pioneira no Brasil em um empreendimento dessa natureza. Isto acontecerá três ou quatro anos depois. Existe uma pequena controvérsia entre dois autores sobre o ano de estabelecimento da Lithographia P. Trigueiros & C na cidade. Segundo Ferreira,⁷ seu prelo litográfico está na cidade desde 1884, quando sai o primeiro número da revista ilustrada *A semana*. Mas, conforme Costa,⁸ a litografia só é fundada em Maceió um ano depois.

Num comentário um pouco reticente sobre a duvidosa qualidade dos trabalhos executados pela P. Trigueiros & C., feito por Costa,⁹ encontramos um reconhecimento do pioneirismo deles em Maceió e também um reconhecimento das habilidades dos litógrafos em circulação na cidade no período. Seria Euclides R. Salles um desses profissionais referidos por ele?

Em 1885 os Srs. José Gomes da Silva Lins e Protasio Trigueiros estabeleceram na capital do Estado um serviço lithographico que, entretanto não tem logrado alcançar

⁷ FERREIRA, Orlando da Costa. Imagem e letra. São Paulo: Edusp, 1994, p. 422.

⁸ COSTA, Craveiro. Informações sobre o Estado de Alagoas. In: Costa, Craveiro; Cabral, Torquato (Org.). Indicador geral do Estado de Alagoas. Maceió: Typographia Commercial, 1902, p. 263.

⁹ Idem.

a perfeição, apesar de terem surgido profissionais de rara vocação e muito talento artístico, como atestam os periódicos ilustrados que apareceram e os trabalhos que correm mundo d'aqui sahidos e por artistas nossos executados com muita proficiência.¹⁰

Mas Costa¹¹ reabilita em seguida o conceito da litografia, que passa para a condição de “que bem pode rivalisar com os que nos enviam as oficinas typographicas do Rio de Janeiro”. Tal comentário revela que, para Maceió, nessa época o Rio é a grande referência para a edição de trabalhos gráficos. Com essas informações, sabemos que certamente essa gravura não foi impressa em Maceió; já sobre o local de sua impressão, não encontramos nenhuma pista.

A pergunta que tentaremos responder em seguida é por que a própria fotografia que serve de base para a realização da gravura não teria sido, ela mesma, impressa. Ou, em outras palavras, por que haveria a necessidade de se fazer uma gravura para substituir a fotografia? Excluindo-se o fato de a fotografia no século XIX não ser considerada por muitos como uma obra artística — discussão que não caberia enfrentarmos aqui, porque adentraríamos no âmbito das intenções do autor —, sabemos que na época em que a gravura foi produzida ainda não se conseguiam imprimir fotografias.

Só depois de 1880 a fotografia pôde ser impressa, e seu uso corrente em revistas e jornais só se dá 25 anos depois dessa data, caracterizando o fenômeno de popularização da imagem fotográfica na virada do século XIX para o XX. O primeiro cartão-postal ilustrado com uma fotografia é impresso apenas em 1891, em Marselha. A partir desse período é possível reproduzir esse tipo de imagem rapidamente, em grandes quantidades e a baixo custo.

A litografia representa, desde o início do século XIX, uma verdadeira revolução nos processos de impressão de ilustrações.¹² A facilidade do uso da pedra propicia que as imagens sejam copiadas em grande número, com exatidão, rapidez e custo mais baixo.¹³ Por ser por si só reproduzível, já que seu negativo é uma matriz, a fotografia suplanta de certo modo a nascente litografia. Mas, mesmo superando a litografia nesse aspecto, até o final do XIX as fotografias são copiadas apenas por revelação, isto é, artesanalmente.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

¹² BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 166.

¹³ FABRIS, Annateresa (Org.). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1998, p. 12.

Com relação à impressão de fotografias em Maceió, sabemos que em meados de 1904 Protasio Trigueiros segue para a Europa para se atualizar em relação às técnicas de impressão de imagens, que é a especialidade de sua oficina gráfica. Ele visita cidades na Alemanha e na França, aonde vai “ver de perto o que havia de melhor e aperfeiçoado nas artes graphicas”. De volta, divulga as novas habilidades técnicas adquiridas para sua oficina: “chromo-lithografia; gravuras typographicas imitando trabalho sobre aço á cores; clichês tipographicos; especialidades a Penna e a crayon; negativos lithographicos etc.”.¹⁴

Ele, que, ainda segundo Costa,¹⁵ desde 1902 é considerado o responsável pelo desenvolvimento das artes gráficas em Alagoas, dá um grande salto com esse empreendimento, tentando equiparar Maceió aos principais centros gráficos europeus. Naturalmente, as novidades que traz beneficiam também a impressão de fotografias:

em typographia tem o que ha novidade e a phantazia imagine – systema art nouveaux. (...) O atelier dispõe de uma instalação completa á vapor para fabricação de cartonagem de todas as espécies e tamanhos, bem como para a confecção de modelos e composições artísticas. (...) Trouxe-nos também novidades para impressão á cores de cartões-postais; impressões de diplomas, mappas geographicos ou topographicos, letras, musicas, emblemas, facturas comerciais, etc, etc. [Enfim, ele trouxera] o material apropriado para todos os trabalhos graphicos de qualquer espécie, podendo competir em preço e perfeição com os melhores similares estrangeiros.¹⁶

De onde podemos deduzir que só a partir de 1904 a P. Trigueiros & C. está habilitada a preparar matrizes e imprimir imagens fotográficas, e é o que acontece quando, no ano seguinte, sai em Maceió a série de cartões-postais Litho. Trigueiros, assinada por essa casa.

¹⁴ Gutenberg, Maceió, 28 jul., p. 1; 30 jul. 1904, p. 1, apud MACIEL, Oswaldo Batista Acioly. *Filhos do trabalho, apóstolos do socialismo: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió, 1895-1905*. Dissertação (Mestrado em História) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004, p. 71; _____. *Trabalhadores, identidades e socialismo: os gráficos de Maceió, 1895-1905*. Maceió: Edufal, 2009, p. 95.

¹⁵ COSTA, Craveiro. Informações sobre o Estado de Alagoas. In: COSTA, Craveiro; CABRAL, Torquato (Org.). *Indicador geral do Estado de Alagoas*. Maceió: Typographia Commercial, 1902, pp. 263.

¹⁶ Gutenberg, Maceió, 28 jul., p. 1; 30 jul. 1904, p. 1, apud Maciel (2004, p. 72; 2009, p. 96).

A data da legenda direita e a construção de uma Maceió colonial

Voltando à gravura “Antiga matriz de Maceió”, em estudo, passaremos da questão da autoria e das condições de impressão que exploramos na legenda da direita para abordar a questão da data de 1881, também nela presente.

Com essa nova data, que se contrapõe à de 1849 como sendo a de fabricação da imagem, passamos a entender que o ano em destaque no título, e que suscita a interpretação de Costa,¹⁷ se refere apenas à feição da igreja matriz no ano de sua demolição.

Com a descoberta desse original, constatamos que, surpreendentemente, essa peça iconográfica é, na verdade, uma gravura histórica, no sentido de uma imagem feita *a posteriori* para retratar um momento da cidade já passado. Sendo assim, não pode ser desprezada a possibilidade de a própria fotografia que descobrimos, mesmo tendo nela retratada a catedral e não a igreja matriz, ter sido a base para a confecção da gravura, que, nesse caso, teria muito mais de invenção do que de cópia fiel de uma antiga imagem.

A constatação de que essa é, na verdade, uma gravura histórica muda completamente o entendimento que dela se tem. Atesta que, em 1881, momento de sua feitura, há a necessidade de se construir a imagem de uma Maceió colonial que não mais existia. Nessa ocasião, ainda são raras as vistas da cidade, mais ainda as que retratam este local específico: a fotografia de Abílio de Souza Coutinho, do período 1869 a 1872, e a litografia de Manoel Ricardo Couto, de 1864. Mas ambas são iconografias de chegada, obtidas a partir da praia e a partir do mar, respectivamente. São imagens que, por retratarem a imponente catedral construída no lugar da antiga igreja matriz, para o fim pretendido não serviriam.

É 1881 a data da Exposição de História do Brasil que acontece na Biblioteca Nacional, a reunir, em um pioneiro e amplo inventário registrado em catálogo, mapas, pinturas e fotografias das províncias do Brasil, com o intuito de construir a história do país. De Maceió segue para a exposição uma “série factícia de 25 estampas representando vistas de Maceió e seus arrabaldes”,¹⁸ fotografadas por anônimo e sem data. São

¹⁷ COSTA, Craveiro. Edição de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Maceió. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939, p. 13.

¹⁸ Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, anos 1881-1882, v. ix, t. ii, 1882, p. 1, 414.

estas 25 imagens elencadas no catálogo da exposição que são dadas como perdidas por Gilberto Ferrez.¹⁹ Desse total, porém, conseguimos localizar 23 nos arquivos locais.

Além dessa série, mais uma fotografia de Maceió é enviada para o Rio de Janeiro: a do Cemitério Público, de autoria de Patras, datada de 1873, e também uma gravura, a acima referida, de autoria de Manoel Ricardo Couto. Não listamos aqui as peças que seguiram e ilustram outras localidades da província das Alagoas.

A gravura “Antiga matriz de Maceió” não segue para a exposição. A correspondência trocada entre a Biblioteca Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, registrada nas atas desse Instituto, dá conta de que todo o material a ser enviado para o Rio de Janeiro, livros e fotografias, é recolhido da biblioteca e do gabinete em junho,²⁰ mas que desde março o catálogo com a listagem deles já está pronto.²¹ Essas atas revelam também que a solicitação da presidência da província das Alagoas para o engajamento do Instituto na exposição é feita em outubro de 1880.²²

Talvez a gravura ainda não estivesse pronta quando o material segue para a capital. Mas, ainda que estivesse, isso não seria garantia para o seu envio. Mais do que especular sobre as razões de ela não ter sido enviada, o que a nós importa saber é que no meio intelectual de Maceió na época, reunido em torno do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, está acontecendo uma discussão sobre a representação da cidade. Representação que seria composta não só por documentos escritos, mas também e principalmente, dado o caráter da exposição, por imagens visuais.

Teria essa gravura de Maceió sido feita no bojo dessas discussões sobre a montagem dessa exposição, ao se evocar o imaginário da Maceió colonial e se constatar que de sua imagem visual quase nada existia? É no que acreditamos.

¹⁹ FERREZ, Gilberto. *A fotografia no Brasil: 1840-1900*. Rio de Janeiro: Funarte; Fundação Nacional Pró-Memória, 1985, p. 141.

²⁰ Ata de 1º de junho de 1881. In: *Livro de atas do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*, Maceió, v. 1. Acervo do IHGAL.

²¹ Ata de 29 de março de 1881. In: *Livro de atas do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*, Maceió, v. 1. Acervo do IHGAL.

²² Ata de 26 de outubro de 1880. In: *Livro de atas do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*, Maceió, v. 1. Acervo do IHGAL.

Referências:

- ALMANAK administrativo da provincia das Alagoas para o anno de 1876, Maceió, ano 5, 1876.
- ANNAES da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, anos 1881-1882, v. IX, t. II, 1882.
- BAXANDALL, Michael. *Pintura y vida cotidiana en el Renacimiento: arte y experiencia en el quattrocento*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1998.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CAMPELLO, Maria de Fátima de Mello Barreto. *Cartões-postais: a construção coletiva da imagem de Maceió; 1903-1934*. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos; Cepal, 2011.
- CAVALCANTI, Verônica Robalinho. *La production de l'espace à Maceió: 1800-1930*. Tese (Doutorado em Sociologia Urbana) — Institut d'Étude du Développement Economique et Social, Université de Paris I, Paris, 1998.
- COSTA, Craveiro. Informações sobre o Estado de Alagoas. In: COSTA, Craveiro; CABRAL, Torquato (Org.). *Indicador geral do Estado de Alagoas*. Maceió: Typographia Commercial, 1902, pp. 241-282.
- COSTA, Craveiro. Edição de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. *Maceió*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 2002.
- CRARY, Jonathan. *Techniques of the observer on vision and modernity in the nineteenth century*. Cambridge: MIT, 1992.
- FABRIS, Annateresa (Org.). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1998.
- FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e letra*. São Paulo: Edusp, 1994.
- FERREZ, Gilberto. *A fotografia no Brasil: 1840-1900*. Rio de Janeiro: Funarte; Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.
- FORTES, Cynthia Nunes da Rocha. *Para além do guia dos navegantes: o Farol de Maceió; 1827-1951*. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado) – Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas do Espaço Habitado, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.
- LAVENÈRE, Luiz; SANT'ANA, Moacir Medeiros de. A fotografia em Maceió: 1858-1918. *Revista do Arquivo Público de Alagoas*, Maceió, n. 1, 1962, pp. 119-50.
- LEÃO, Tharcila Soares. *A história da paisagem da praça dom Pedro II em Maceió-AL*. Recife. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) –

- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.
- LIVRO de atas do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Maceió, v. 1. Acervo do IHGAL.
- MACIEL, Oswaldo Batista Acioly. *Filhos do trabalho, apóstolos do socialismo: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió; 1895-1905*. Dissertação (Mestrado em História) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- _____. *Trabalhadores, identidades e socialismo: os gráficos de Maceió; 1895-1905*. Maceió: Edufal, 2009.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Rumo a uma “História visual”. In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornélia; NOVAES, Silvia Caiuby (Orgs.). *O imaginário e o poético nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 2005
- SANT’ANA, Moacir Medeiros de. *História da imprensa em Alagoas: 1831-1981*. Maceió: Arquivo Público de Alagoas; SECULT, 1987.

A África revelada por Arnon de Mello

Fernando A. Gomes de Andrade _____

Revelar Arnon de Mello, etnógrafo, fotógrafo, antropólogo jornalista, escrevendo um livro, contextualizando sua viagem por mais de três meses pelo continente africano, é uma missão que possui o objetivo de conferir a Arnon de Mello um lugar importante nos estudos afro-brasileiros da geração de 1930. Conhecer para reconhecer, eis a máxima dos epistemologistas, que nos impulsiona a, por meio da trajetória literária, explicar as atitudes do homem público – raros são os políticos que têm atividade de escritor como Arnon de Mello.

Para explicarmos a forma como o político Arnon de Mello participou de ações para conferir liberdade religiosa aos cultos afro-brasileiros em Alagoas convém relacionar e descrever o ambiente e a sociologia da formação das características angulares da história das Alagoas.

Vida nas Alagoas

A vida social ou aquilo que era com mais propriedade e mais ao gosto da época chamada “vida mundana” em Alagoas apresentou, no curso do tempo, fases diversas, de acordo com a evolução dos costumes e a situação econômico-financeira do meio.

Todavia, como acontece nas comunidades urbanas, sempre houve salões mais abastados e aristocráticos e mais em evidência do que os outros.

Na Maceió do princípio do século XX, a crônica social com Carlos Garrido, o apreciado cronista Z, Raul Lima, o não menos lido Y, e as crônicas de modo geral fizeram sucesso e alimentaram as tradições republicanas do maceioense. Registram acontecimentos de certo relevo e apurado gosto. Abriam-se os salões particulares e os das sociedades dançantes com uma constância admirável, para as recepções ou festas de aniversário, casamento e batizado, onde perus e galinhas eram sacrificados em honra da data; bolos, pudins, doces de calda, os doces secos e os sequilhos eram feitos com antecedência. Esmeravam-se os anfitriões na nobre arte de receber. Não se podem confundir as recepções verdadeiramente elegantes e com presença de convidados com as improvisadas e

tradicionais apresentações do coco, nas festas de natal, em vivendas de verão e com sabor rústico.

No século XVII, Alagoas oferece reduto para os negros formarem os inúmeros quilombos, que prosperavam em todo o território brasileiro, mas que tiveram, nos palmares, sua maior simbologia. O Brasil foi o país com a maior concentração de escravos negros do mundo, possivelmente, 3,5 milhões. A liberdade, por meio da fuga, cimentara-se pela anormalidade da vida administrativa e econômica da capitania de Pernambuco. Palmares perdurou por 64 anos, com capitulação em 1696; numa carta, transcrita abaixo, do governador da capitania de Pernambuco ao rei, há o relato da morte de Zumbi dos Palmares:

Senhor

O Governador de Pernambuco Caetano de Melo de Castro em carta de 25 de março deste ano dá conta a Vossa Majestade de como se houve a certeza de haver conseguido a morte de Zumbi. Para nenhuma dúvida se fizesse como tantas vezes sucedeu nos governos anteriores, assim para quietação dos povos como para exemplo dos negros que o julgavam imortal, e para demonstração do que diz envia cópia da ata que fizeram os oficiais da câmara de Porto Calvo, e por ela se vê que o troço das tropas de paulistas que ia por cabo o Capitão André Furtado de Mendonça que conseguiu a morte do negro no sumidouro que este artificiosamente fizera na serra dos dois irmãos conduziu o corpo a presença dos oficiais da mesma câmara; que se apresentou aos ditos oficiais um corpo pequeno e magro, em cujo exame se viram quinze ferimentos de bala e muitos de lança vendo-se que o membro da virilidade do dito negro se havia cortado e enfiado na boca também lhe faltando um olho e se lhe cortara a mão direita; que perante os oficiais da câmara juraram as testemunhas pertencer o cadáver ao negro Zumbi, a saber, um cabo maior que se apanhará vivo na companhia do dito, os escravos Francisco e João, o senhor de engenho Antônio Ponto e o lavrador de partido Antônio Souza, que todos haviam conhecido em pessoa o açoite daqueles povos; que se lavrou na ata do reconhecimento do cadáver do negro Zumbi, e que

para que se pudesse isso mostrar ao governador de Pernambuco Caetano de Melo de Castro deliberou-se levar ao Recife somente a cabeça pela impossibilidade de levar o corpo todo; que no pátio da câmara, presente todos os oficiais, um negro decepou a cabeça a qual se salvou com sal fino, o que tudo se fez constar na mesma ata; que assim pode ele governador Caetano de Melo e Castro à vista da cabeça e da ata da câmara ter a certeza da morte do negro que tantos danos fizera à Real Fazenda e aos moradores das capitanias de Pernambuco.

Ao conselho parece fazer presente a Vossa Majestade o que escreve o Governador de Pernambuco Caetano de Melo de Castro de se haver morto ao negro Zumbi, o que Vossa Majestade deve mandar agradecer ao dito Governador o bem que neste particular e nos mais do serviço de Vossa Majestade se há havido. Lisboa, 2 de setembro de 1696.

(a) Conde de Alvear

(b) João de Sepúlveda e Matos

(c) José de Freitas Serrão

Como parece, 13 de setembro de 1696. (Rubrica)

Zumbi foi incorporado ao panteão afetivo da pátria brasileira; é o herói da libertação e emancipação dos negros, sua imagem original é desconhecida, mas é objeto de instigante representação visual e como modelo de beleza, unidade étnica, conectando a antropologia, a história, a estética, a religião, a política. O líder e mártir do quilombo dos Palmares é, no documento abaixo, transcrito do original do Conselho Ultramarino – Portugal, um capitão da história palmarina; rebelou-se contra o pacto celebrado entre Ganga-Zumba e o governador de Pernambuco. Assumiu o poder em Palmares e passou a intensificar a luta contra os proprietários da região e as autoridades portuguesas. Tendo fracassado os esforços para reduzi-lo pelas armas, o governador João de Souza resolveu abrir negociações de paz com Zumbi. Um alferes do Terço dos Henriques abriu as negociações e prosseguiu-as sem resultado até fins de 1684. Por carta patente de 19 de fevereiro de 1685, foi nomeado novo governador de Pernambuco – João da Cunha Souto Maior. Dado que apenas sete dias separam a data da nomeação de Souto Maior para governador de Pernambuco e a carta para Zumbi, cabe su-

por que esta tenha sido trazida em mãos por aquele. O que não se consegue apurar é se a carta chegou a ser entregue ao chefe negro. Da importância do fato de que o rei de Portugal tenha escrito uma carta a um rebelde infere-se que a situação militar se tornara insustentável, ou, pelo menos, que a Coroa descartara a ideia de submeter os palmarinos pelas armas:

Eu El-Rei faço saber a vós Capitão Zumbi dos Palmares que hei por bem perdoar-vos de todos os excessos que haveis praticado assim contra minha Real Fazenda como contra os povos das capitanias de Pernambuco, e que assim o faço por entender que vossa rebeldia teve razão nas maldades praticadas por alguns maus senhores em desobediência às minhas reais ordens. Convido-vos a assistir em qualquer estância que vos convier, com vossa mulher e vossos filhos, e todos os vossos capitães, livres de qualquer cativo ou sujeição, como meus fiéis e leais súditos, sob minha real proteção, do que fica ciente meu governador que vai para o governo dessa capitania para que o cumpra e guarde, e o faça cumprir e guardar inteiramente sem dúvida alguma pelos mais ministros, oficiais e pessoas a que toar o qual se mandará registrar nos Livros da Secretaria do dito estado e capitania e nos das Câmaras e mais partes necessárias para que em todo o tempo conste do que por ele ordeno, e velará como carta, e não passará pela chancelaria sem embargo da ordenação do Livro Segundo /tomos/ 39 e 40 em cons^o. Manuel Pinheiro de Fonseca o fez em Salvaterra a 26 de fevereiro de mil seiscentos e oitenta e cinco. O Secretário André Lopes de Laure o fiz escrever.

Rei.

O tratamento infligido ao negro alforriado, livre em Alagoas, possui características e comportamentos diferentes no século XIX, XX e XXI, mas também, possui um núcleo, um dispositivo que permite a interligação de dois mundos, que não poderiam ser conectados diretamente; este limite comum permite trocas entre eles, algumas positivas e outras intolerantes.

O conjunto de condições naturais, sociais, culturais e políticas, em que está situado o escravismo no Brasil, tem sua base na economia, e o processo da libertação, também, integrou um substrato econômico.

O tratamento ao negro será, ao longo dos séculos, sempre duro, e Alagoas participará do fluxo e refluxo do escravismo brasileiro.

A proibição ao tráfico dos escravos negros, com a promulgação da lei Eusébio de Queiroz em 1850, diminui o número de contrabandistas em Alagoas, mas a geografia do tráfico negreiro só terminará em 1855. O *Diário das Alagoas*, de 27 de julho de 1859, noticia que a Câmara Municipal de Maceió criara uma postura impedindo severas penas aos africanos que mercadejassem gêneros de primeira necessidade; citando que os negros monopolizavam o comércio de gêneros alimentícios e era necessário acabar com o monopólio.

O viés gerenciador do crescimento da cidade de Maceió foi erigido por meio dos abrigos para embarcações de vários tamanhos, providos de instalações para embarque e desembarque de cargas e passageiros, portos de Jaraguá, Bebedouro, Levada, Vergel e Trapiche – a expansão da cidade, do seu marco zero na praça Dom Pedro II para Bebedouro, Jaraguá, Centro, Vergel, Trapiche, Levada – foram consolidados com o estabelecimento da primeira linha ferroviária, em 25 de março de 1868 que ligava Jaraguá – o terminal de desembarque – ao Trapiche da Barra.

A cidade de Maceió progride e em 12 de julho de 1846, já possuía uma sociedade dramática, a Maceioense, cujos amadores eram aplaudidos no teatro de mesmo nome.

No século XX a urbe alagoana, representada por Maceió, era a cidade do bom silêncio, que só as igrejas quebram com as badaladas das missas, a nostálgica badalada das seis horas, para o recolhimento da oração piedosa – igrejas, como

A bela igreja de Nossa Senhora do Rosário, que possuía uma escadaria maior, alcançando a largura da rua, que foi cortada, e um cruzeiro no pátio, com a abertura da via férrea o pátio desaparece e o cruzeiro foi retirado para o alto da Santa-Cruz – a igreja em seu cômodo dos fundos, era uma enfermaria para indigentes e possuía um jardim, no sopé do morro, onde sinhá Maria Beata cultivava rosas que, por causa das saúvas, cada roseira tinha um caco de barro para água, de forma circular, e uma haste de madeira que sustentava. A roseira era encimada por uma casca de ovo de galinha.

Em Maceió, beata e com metástase das lutas políticas, as igrejas eram o cenáculo das famílias refinadas. As grandes famílias alagoanas

encaminhavam seus filhos ao seminário, um dos herdeiros da tradicional família era padre, alguns chegavam a administrar o patrimônio. Durante os três primeiros séculos da evangelização em Alagoas, o padre era considerado um profissional, um funcionário público – a formação mental, educacional alagoana tem seu núcleo fundamental nos conventos franciscanos de Penedo, Alagoas. Por volta de 1719, esses conventos franciscanos ensinavam gramáticas e humanidades.

A participação da igreja católica, no cotidiano das vilas e cidades, fomentou a base estruturante dos caracteres angulares da sociedade alagoana do século XVI ao XX. A partir da Constituição de 1891, a primeira republicana, a igreja separou-se do estado, mas continuou a exercer uma influência importante até a década de 70 do século XX. Há, para ilustrar a importância, atitude e religiosidade inflamada do povo alagoano, a personificação do sineiro da igreja dos Martírios que dobrava o sino e continuava o seu ofício repicando e dobrando, dobrando e repicando, da mesma forma até o dia em que chorou, não dobrou mais, nem repicou, de medo e de mágoa, das bodas, aos batizados, aos funerais, as missas, as novenas, a posse e renúncia de governos... As badaladas pararam – no palácio dos Martírios não se ouviram então os dobres nem os repiques; os velhos bronzes emudeceram. O anônimo sineiro, igual ao João da Glória Machadiano, foi-se.

O anônimo sineiro era o governador Euclides Vieira Malta. O governador do estado de Alagoas nos períodos: 1900 a 1903; 1906 a 1909 e 1909 a 1912. Euclides era genro do barão de Traipú, primo do presidente da República Floriano Vieira Peixoto. Em 1911, Euclides Malta institui convênio, que duraria 50 anos, para o monopólio da luz elétrica à firma Bastos e Malta. Há também no mesmo ano o estabelecimento do arrendamento da cachoeira de Paulo Afonso a Delmiro Gouveia, que foi recebido no palácio dos Martírios e expressou ao governador Euclides Malta que não sairia de Pedra, atual cidade de Delmiro Gouveia, e iria disponibilizar água encaçada, luz elétrica, direitos humanos, tratamento médico, dentário, roupa lavada e engomada, instrução pública em escola. Pedra se transformará na cidade de Munique, industrializada pelos alemães. Delmiro Gouveia permanecerá nela de 1912 até 1917 – instituindo a mais importante experiência industrial nordestina do século XX.

Euclides Vieira Malta será, ainda, em primeiro de fevereiro de 1912 o *leitmotiv* para a denominada “operação xangô”, que é deflagrada pela Liga Republicana Combatente, após as evidências de que o mesmo Euclides estava solicitando os préstimos da mais importante e famosa mãe de santo,

do Candomblé das Alagoas, tia Marcelina, da Costa d'África – Euclides foi denominado o papa do xangô alagoano – o deus Leba ou Legba. Houve revolta na sociedade; a situação, segundo Abelardo Duarte, foi episódica, já que Euclides era católico fervoroso e sineiro anônimo, mas com tolerância à ritualística africana.

A Liga Republicana Combatente, em homenagem a Miguel Omena (advogado ligado à classe dos trabalhadores, ao partido democrático e assassinado na Ponta Grossa, por um alemão, Augusto Müller, por motivo fútil), era uma organização proletária e carnavalesca presidida por Manoel Luiz da Paz, miliciano e reformado lutador na batalha dos Canudos, e tendo integrantes da direção do partido democrático, vinculados ao líder político José Fernandes de Barros Lima. Eram participantes da Liga, membros da elite do partido democrático: Adalberto Marroquim, Olímpio Galvão, Virgílio de Campos, Franco Jatubá e Francisco Montenegro, que foram formadores, posteriormente, da estrutura governamental do período 1912 a 1930 – com sede social à rua Pernambuco Novo, 86, atual Teixeira Bastos, e em época primeira na rua do Supapo, 311. Estava situada em região perto de um dos importantes terreiros do xangô alagoano.

A Liga Republicana Combatente era a coordenadora do Clube dos Morcegos, possuidor de apreciada orquestra de triângulos, e na noite de 1º de fevereiro de 1912 organizaram o quebra dos terreiros de xangô. A operação foi planejada por cidadãos que residiam, em grande parte, nas vizinhanças dos terreiros – aproveitavam a festa de Oxum e Imaculada Conceição que era festejada no período de 23 de janeiro a 2 de fevereiro. O cortejo teve similitude com uma prévia dos carnavalescos dos “morcegos”. O êxito foi definido por Maceió, à época, possuir terreiros em ambientes afastados. A simulada prévia adentrou ao terreiro do conhecido jogador de maracatu João Catarina – o belo maracatu alagoano, brincado no pátio e em frente ao cruzeiro da Igreja do Rosário, conforme relatou Abelardo Duarte – e prosseguiu para os outros como tia Marcelina, Chico Foquinho, mestre Félix, tio Salu, Maria da Cruz, João Funfun, Manuel Guleiju, pai Aurélio, Adrião e Adolfo.

Atualmente os objetos, oriundos do quebra, após permanecerem por 38 anos no Museu Sociedade Perseverança e Auxílio, inaugurado em 16 de setembro de 1897, estão sob guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Abelardo Duarte assim se refere à coleção:

As peças têm a ‘sua’ história. E história, de certo modo, com lances dramáticos. Pertenceram às mais antigas ca-

sas de cultos afro-brasileiros de Maceió, donde foram violentamente retiradas no célebre quebra-quebra da soberania, em 1912, que deu cabo de todos os Terreiros – os velhos Xangôs – como eram, então ainda, popularmente chamadas as referidas casas de cultos afro-brasileiros desta cidade, e exerceu tremenda perseguição se não mesmo caça selvagem aos praticantes e figuras desses cultos, sacerdotes e sacerdotisas simpatizantes e aderentes.

Sávio de Almeida registra que

A perseguição sempre foi constante e não era difícil ver jornais falando de batidas policiais, pois, na verdade, a ‘seita’ – xangô era considerada tão marginal quanto a própria pobreza que ela representava. A perseguição parece-nos que somente será abrandada na década de 60 com as comemorações de 8 de dezembro, em que na praia se faz para Iemanjá.

Após a operação quebra dos xangôs, em 1º de fevereiro de 1912, o *Jornal de Alagoas*, coordenado por Luiz da Silveira, codinome “O espantalho das oligarquias”, faz publicar uma série de artigos escritos pelo jornalista Fulgêncio Paiva, intitulada Bruxaria – por sua particularidade e sendo posicionada dos dias 4 a 8 de fevereiro de 1912 suscita a determinação em veicular informação que, no olhar mais apurado, seria para desmascarar a suposta associação do governo estadual alagoano com as práticas dos religiosos do xangô – Euclides Malta, governador de Alagoas, empreende viagem ao Recife no dia 29 de janeiro de 1912 e só retornará no dia 24 de fevereiro de 1912 – durante esse período respondeu pelo governo o coronel Macário Lessa, homem com atributos e lealdade à causa de Euclides Malta, mas sem a atitude política necessária para instituir ordem e representatividade à situação – o retorno de Euclides é tumultuado e sua queda ocorreu após o trágico episódio da morte do jovem advogado Bráulio Cavalcante, contando com 25 anos e partidário das lutas dos democratas – Bráulio é morto em praça pública no dia 10 de março de 1912 e seu enterro no dia 11 de março de 1912 às 11h da manhã é transformado no maior fato político já ocorrido, no período republicano, em Alagoas – o ferimento, provocado por projétil de bala de fogo, atinge o 4º espaço intercostal e provoca hemorragia por lesão pulmonar com morte imediata.

Todas as circunstâncias acima pavimentaram a eleição do governador Clodoaldo da Fonseca e de seu vice, Fernandes Lima, que têm cerimônia de posse no dia 12 de junho de 1912.

As tradições religiosas afro-brasileiras tiveram, em Alagoas, um movimento civil organizado e que influenciou os governos subsequentes ao Quebra de 1912, a empreender atos de perseguição contínuos até a década de 1950 – cabe ressaltar que não ocorre atitude institucionalizada, ou melhor, ato governamental ditando regras ou princípios para os encontros dos religiosos afro-brasileiros, mas há a atitude velada que, sendo explícita, enquanto existiu a Liga Republicana Combatente, fez o desencadear da maior migração de mestres religiosos para a Bahia, Pernambuco e interior de Alagoas.

No dia 31 de maio de 1939, às 9h da manhã, Arnon deixa o Rio de Janeiro para empreender uma viagem de três meses e meio como delegado da Associação Brasileira de Imprensa – indicado por Austregésilo de Ataíde.

À África portuguesa, visitada por Arnon de Mello, era aplicado o darwinismo cultural, fundamentado no processo inelutável da seleção natural, em que o forte domina o fraco na luta pela existência. O colonialismo, naquele momento, sofria questionamentos da moralidade de sua existência, já que o direito à autodeterminação dos povos, que fora proclamado no Congresso da Segunda Internacional Socialista, realizada em Londres, no ano de 1886, foi enunciado após a Primeira Guerra Mundial, pelos Estados Unidos da América e pela Rússia.

Arnon de Mello, nascido em Rio Largo, Alagoas, no dia 19 de setembro de 1911, estava com 28 anos, quando fez a viagem à África, solteiro, e só casaria, em Lisboa, com Leda Collor, em dezembro de 1939, com quem teria cinco filhos: Leopoldo, Leda Maria, Ana Luisa, Fernando, que viria a ser o primeiro presidente eleito após o golpe militar de 1964, e Pedro. Arnon não era um neófito, pois tinha participado, como correspondente de guerra, da Revolução Paulistana de 1932, além de ter sido recebido em 1935 pelo presidente Roosevelt, na Casa Branca, em Washington.

Ao chegar a Portugal, no dia 12 de junho de 1939, foi recebido, em jantar, pelo general Antônio Óscar de Fragoso Carmona, então presidente de Portugal, e o ministro das colônias portuguesas, na África, dr. Francisco José Vieira Machado – com esses viajaria à África. No dia seguinte se alistaria, em audiência, com o primeiro-ministro Antônio de Oliveira Salazar, que fora convocado por Carmona para estruturar as finanças do estado português.



Figura 1: Arnon, o ministro Francisco José Vieira Machado e o presidente de Portugal, General Carmona, no dia 12 de junho de 1939. **Fonte:** Mello (1941).

Salazar viria, durante a Segunda Guerra Mundial, iniciada em setembro de 1939, alinhar uma atitude própria do regime fascista, autocrático e antidemocrata a Portugal.

Arnon, no livro *África*, faz comentários elogiosos a Carmona e Salazar, mas não passam despercebidos, em seus relatos, a pobreza, a precária estrutura das moradias (palhotas) e os severos impostos do sistema colonial.

A África portuguesa cadenciou uma dominação colonial que não oferecia aos africanos possibilidade alguma de escaparem do duplo controle, da administração e dos colonos, os quais formariam, posteriormente a 1939, uma frente contra os autóctones. Houve desde 1933 uma transferência massiva de proletários brancos, desempregados da Europa, rumo à África, que poupava as metrópoles da contestação operária e, pela mesma ocasião, assegurava a tentativa do branqueamento da África portuguesa.

Arnon não faz maiores comentários à forma como o governo português faz sua tessitura para explorar os africanos, mas sua descrição não tem reservas para expressar o grau de subserviência, dificuldade e falta de perspectivas dos autóctones ou como eram chamados os indígenas.

Arnon em 1938 frequentara o curso de sociologia e antropologia da Universidade do Distrito Federal, onde interagiu com Gilberto Freyre e Ar-

thur Ramos – o próprio Gilberto é testemunha da aplicação, pormenorizada, do interesse invulgar do aluno especial que já conhecia clássicos e a história pátria, fato que é notado em seus pertinentes comentários no enfocado e importante livro *África*, publicado em 1941, pela conceituada livraria José Olympio, onde sua narrativa, em forma de diário, pronuncia uma formação erudita e pouco evidente ao político brasileiro – parece que, no caso de Arnon, o político envolve o literato e assim poderemos explicar o silêncio da produção nacional associada à negritude em não citar *África* como um importante documento da geração de 1930.

África traz particularidades que despertam o interesse do leitor à causa dos estudos africanos – com olhar jornalístico, mas demonstrando ser conhecedor dos grandes estudiosos do tema, como os alagoanos Arthur Ramos e Tavares Bastos, Gilberto Freyre, Ernest Crawley, Paulo Prado, André Gide, Melo Moraes Filho, Padre Antônio Vieira, Paulo Prado, Oliveira Martins, Joaquim Nabuco, Santa Rosa, como autor da capa, Manuel Diégues Júnior – muitos destes foram fraternos amigos do escritor Arnon de Mello. Surpreende o desconhecimento e a inexistente citação do livro *África* nos diversos estudos brasileiros contemporâneos.

O inusitado é que Arnon, conhecendo a obra de Nina Rodrigues, Estácio de Lima, Arthur Ramos, José Lins do Rego, é, evidentemente, pioneiro, como os citados, nos estudos sobre o negro brasileiro – acreditando na força dos relatos do livro *África*, selecionamos fragmentos importantes que explicam como o estudioso, o literato, consegue influenciar o político e suas ações para a cidadania.

No dia 28 junho Arnon aporta em Santiago de Cabo Verde, com população de 18.646 habitantes. Aqui Arnon é levado ao nordeste de sua infância, em Rio Largo, Alagoas, tão cheio de influência africana.

Visitando Santiago, sou levado a voltar de novo os meus olhos para o Brasil. Mais do que para o Brasil: para o Nordeste da minha infância, tão cheio de influencia africana e com tantas das cores que aqui venho ver mais nítidas e vivas do que em outras religiões do nosso territorio. Além da identidade de raça, cultura e civilização, das nossas relações de outrora (a Companhia de Comercio Grão-Pará e Maranhão, fundada pelo marquez de Pombal, estendia os seus poderes a Cabo Verde), ha ainda um ponto em que coincidem nossos passados: desenvolvendo-se Santiago

sob o regime do braço escravo, tal como o Brasil, a abolição, decretada para as colônias em 27 de Abril de 1858, destruiu-lhe o patriarchado rural, golpeando-lhe fundamentalmente a economia com os methodos democraticos de agricultura. Minha sensibilidade de brasileiro exalta-se mais ainda ao contacto da bôa gente da cidade, na qual se surpreendem a simplicidade, a doçura, a communicabilidade, o ar effusivo que nos marcam. E, acima de tudo, o instinctivo amor ao Brasil, que lhe apparece como motivo de orgulho e em cujo actual desenvolvimento Ella entrevê o seu futuro. Santiago mantem em relação a nós uma singular intimidade, integrada na nossa vida, conhecedora dos nossos homens e das nossas cousas, absorvendo tudo quanto é nosso, até as nossas proprias emoções, como se se tratasse de um pedaço de nós mesmo. Somos para o caboverdeano um irmão, o irmão que atingiu a maioridade, e, sem quebra da sua fidelidade a mãe-pátria, merecemos-lhe todo o carinho que se possa imaginar. Seus filhos, que teem a irresistivel attracção da terra em que nasceram, mesmo da Metropole, mas não regressam do Brasil. Pisando o nosso solo, nelle ficam e morrem, e se transformam em novos laços de união ente nós e Cabo Verde. Não acredito que o Brasil seja mais estimado, mais comprehendido, mais “sentido”, mais admirado, mais amado em qualquer outra parte do que nestas ilhas. Só mesmo quem aqui venha pode ter uma ideia do calor affectivo com que se olha nosso paiz e se acolhem os brasileiros.¹

Em 2 de julho, Arnon visita São Thomé e relata:

Uma multidão inteiramente preta comprime-se na terra. As nossas bahianas mais typicas estão espalhadas por aqui, com os seus vestidos largos e coloridos, em que sobressae sempre o vermelho, com os seus lenços á cabeça, com os seus balangandans, com a sua côr que o sol não queima, com os seus taboleiros de doces. E quase todas descalças, com o bom sapato que Deus lhes deu, francis-

¹ MELLO, Arnon de. Africa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941, pp. 79-81.

canas de pés mas ricas de enfeites nos vestidos. Em meio dessa multidão, os angolares exhibindo-se na dança do Congo. São dez ou doze homens e mulheres, todos de meias, com fantasias mais ou menos côr de rosa, mascaradas ao rosto, uma vara á mão e um grande chapéo á cabeça. Não é bem chapéo. Eller usam umas fôrmas de madeira, de onde saem arames de cerca de meio metro, recobertos de uma especie de flor de papel de seda branco e côr de rosa. O chefe do grupo e sua companheira, vestidos rigorosamente de preto, teem cabeças de boi com tres chifres, escondendo-lhes as physionomias e revelando o velho totemismo que já a cultura amerindia havia legado ao Brasil. Dançam pulando e marcando com um pé, batendo com a vara no chão e marcando o compasso aos gritos de – Ô! Ô!.²

No trecho “12 de julho: Cabo das Tormentas”, Arnon expressa:

Estamos no Atlântico Sul, viajando ao longo da costa da Africa e defronte do Brasil. Vamos nos aproximando do continente que tão ricos elementos levou á nossa formação. Tenho que devemos á Africa quase tanto á Europa, não apenas no que diz respeito ao coefficiente de energia humana para o nosso progresso material como ainda no que se refere á nossa composição ethnica e á nossa cultura. Deu-nos tudo a Africa. Deu-nos o seu proprio sangue, sangrando-se a si mesma, despovoando-se, quase que se desfazendo, transplantando sua população. E deu-nos muito mais, deu-nos, no dizer de Nabuco, ‘um povo, construiu o nosso paiz’. A propria technica da industrialização dos productos brasileiros, principalmente da canna de assucar, os portuguezes a receberam dos mouros, aos quaes ainda a melhor experiencia para a victoriosa colonização dos tropicos. E o negro teve seu grande triumpho no Brasil. Levado como bicho, como cousa, como raça inferior, como escravo, terminou mar-

² Idem, pp. 95-6.

cando-nos com os seus firmes traços, exercendo sua influencia sobre nós, modificando-nos a linguagem, enchendo-nos dessa doçura bem typica de caracter, dando-nos a musica e até nos transmitindo a sua côr. E o que temos de alegria, de expressões mais robustas de exuberancia, em que pese aos olhos escuros do sr. Paulo Prado no seu *Retrato do Brasil*, vem ainda dessa fonte extraordinária de vida e energia. Um dos nossos mais serios e lucidos homens de pensamento, Gilberto Freyre, não tem dúvidas em afirmar, por outro lado, que, ‘na formação do brasileiro – considerada sob o ponto de vista da nutrição – a influência mais salutar tem sido a do africano: quer atravez dos valiosos alimentos, principalmente vegetaes, que, por seu intermedio, nos vieram da Africa, quer atravez do seu regimen alimentar, melhor equilibrado que o do branco – pelo menos no Brasil, durante a escravidão’.³

Em Marracuene, que foi o primeiro campo de luta entre brancos e negros para a ocupação dos domínios portugueses:

Ainda nas mulheres, é diversa a maneira de vestir, embora haja ás vezes uma ou outra particularidade que indica suas tribus. A saia é um pedaço de panno que enrolam da cintura para baixo, prendendo-o com um cinto qualquer. Quando dançam usam ainda uma tanga de bambu e nos tornozelos pequenas cabaças com sementes para fazerem ruido. Teem todas os pés descalços. Não deixam os seios á mostra. Cobrem-nos com um lenço grande amarrado ás costas. Tambem teem um lenço na cabeça. Ha mulheres de cabellos pintados de vermelho, com o que indicam aos maridos que se acham em estado interessante para que estes delas se afastem. A situação, quando se trata do primeiro filho, perdura até dois annos depois do nascimento da criança, período estabelecido para sua amamentação.⁴

³ Idem, pp. 107-9.

⁴ Idem, pp. 140-1.



Figura 2: *Aqui Arnon pretende uma fotografia das mulheres e seus costumes, mas é cobrado e solicitam dois escudos por cada pose, pagos antecipadamente. Fonte: Mello (1941).*

Em Magul, 24 de julho, Arnon é apresentado a uma África em todo o seu esplendor selvagem, de quando Gungunhana, líder em Moçambique, imperava e se rebelava contra a soberania portuguesa.

Magul. Depois do almoço realiza-se formidável espectáculo: um ataque simulado de 32 mil pretos, entre os quaes muitos vátuas, contra a tribuna onde nos achamos. À frente desta, como a nos guardarem, os régulos e regulas de todas as tribus ali presentes, vestidos de brim kaki com enfeites verdes e chapéo cinza de abas largas, como determina o governo. Ha inicialmente o batuque de guerra. Já aqui não se reduzem apenas aos tambores os instrumentos musicaes com que se incentivam os combatentes. Ha muitos outros, que dão a ideia de um jazz-band e communicam a todos grande entusiasmo. Primeiramente exhibem-se os homens. Emquanto o grupo fica formado, um deles sae da fileira para dançar. Seus olhos, esgazeados, queimam como

chammas. Tudo nelle são ardentes manifestações de raiva e ódio. O preto parece que perde a cabeça, transtorna-se, fica como um louco, lançando-se ao chão, pulando, esperneando. É o demagogo que açula a massa, que a incita á refrega, até á destruição. Vê-se pela physionomia dos demais o effeito excitante dessa eloquente linguagem de gestos e de esgares. Retiram-se agora os homens e vêem as mulheres, estas já vestidas mais africanamente, com os seios á mostra. E' uma dana de estímulo ao homem para a guerra, cheia de promessas e esperanças aos victoriosos. Gingam, bamboleiam-se com sensualismo, batem palmas e cantam qualquer cousa que me recorda o nosso Me dá, me dá. E' a rumba, o samba, o fox-trot reunidos, o manancial de onde o americano, o cubano e o brasileiro tiraram a sua musica. A hora do ataque é chagada. Concentram-se lá longe, como um formigueiro, os milhares de combatentes. Agora avançam em forma de U para cobrirem todos os lados da tribuna. As terriveis azagaias brilham vivamente ao sol que aquele tudo, como se não estivessemos no inverno. Oscillam ao vento as pennas altas dos seus chapéos. Cantam cantivos guerreiros. Com seu arcceso, as attitudes selvagens, as pelles com que se cobrem, parecem feras irritadas. Na sua maioria *shopes* e *machanganas*, de orelhas furadas a faca, correm na nossa direcção e chegam quase aos nossos pés, azagaias á frente, escudos em posição, tudo preparado como se estivessem realmente num combate. Não devia ter sido doutra forma o recontro de Magul, em 1895. Que sensação experimentamos! Olho para a tribuna, que abriga uma centena de brancos desarmados, e volto-me para aquelle mundo de pretos promptos para qualquer batalha. São 32 mil indígenas que falam a sua lingua propria, e mantem os seus costumes. Que impressão nos causa tudo isso! 32 mil pretos, dirigidos e obedientes a uma unica voz de branco: a do administrador! A batalha está travada e os guerreiros movem-se inquietos de um lado para outro, apontando suas armas em todas as direcções para fínal-as finalmente no chão, sempre cantando (MELLO, Arnon de. *Africa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941).



Figura 3: Chefe Vátua. **Fonte:** Mello (1941).



Figura 4: Casal de Shopes. **Fonte:** Mello (1941).

Em 29 de julho, estuda a família africana, visita a fortaleza de Sofala, que era a garantia do poder lusitano e onde lutaram e afirmaram o domínio: Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pero de Anhaya, e a fortaleza foi o Templo do Assassinio de d. Gonçalo da Silveira.

No regime polygamico em que vivem, os pretos teem ao mesmo tempo varias mulheres – a mulher grande, como é chamada a primeira, e muitas mais, tantas quantas possam adquirir e desde que suas rendas permittam pagar o imposto de palhota, que lhes é cobrado sobre cada uma. Elles ganham dinheiro quase exclusivamente para ter mulheres e isso é o que os leva a fazer suas economias. Não é apenas por sexualismo exaltado que assim procedem mas principalmente por uma imposição do proprio meio. A sua importancia na povoação mede-se pelo numero de mulheres – manacaes – que possuam. Por outro lado, as mulheres constituem para elles uma dupla riqueza: além de terem filhos que rendem aos paes, ellas é que trabalham a terra, de accordo com a organização social do seu povo. Os pretos adoram possuir grandes familias, pois como isso augmenta o seu prestigio. Os casaes que não as teem separam-se immediatamente, repudiando-se os cônjuges como estereis. As mulheres, como os homens, julgam-se profundamente infelizes quando não procriam. Os homens preferem sobretudo filhas, não sómente em virtude destas lhe trazerem o *lobolo* mas ainda porque representam o amparo da sua velhice, pois, quando já cansados, ellas teem o dever de acolhel-os. Não existe ciúme entre os pretos, e não se conhece crime commettido por amor. O sexo desabrocha muito cedo entre os africanos. Com doze anos, já se mostra o preto cheio de inquietação, procurando uma mulher para consorciar-se. O que o impede desse intento é o imposto da palhota, obrigatório para os casaes. Aqui não se concebe que o homem se una a uma mulher e fique morando na casa de outrem. Quando seus rendimentos ainda não lhe permittem arcar com a responsabilidade do imposto, elle entra em accordo com o pae da moça que lhe interessa, ou para que a guarde com

cuidado, como a reservaria ainda muito novinha para o pretendente que desde logo apparecesse. As mulheres casam-se aqui o mais cedo possível, até com 12 annos, e são também animadas por uma ardente sexualidade. Mas se o sexo surge muito cedo nos homens, muito cedo também os abandona (Idem).

Em “Notas sobre a colonização portugueza”, Arnon expressa a diversidade africana, assistindo e fotografando a Tangari – a dança do galo: um nativo cheio de penas pela cabeça, tronco, pernas faz-se de galo e imita-o.

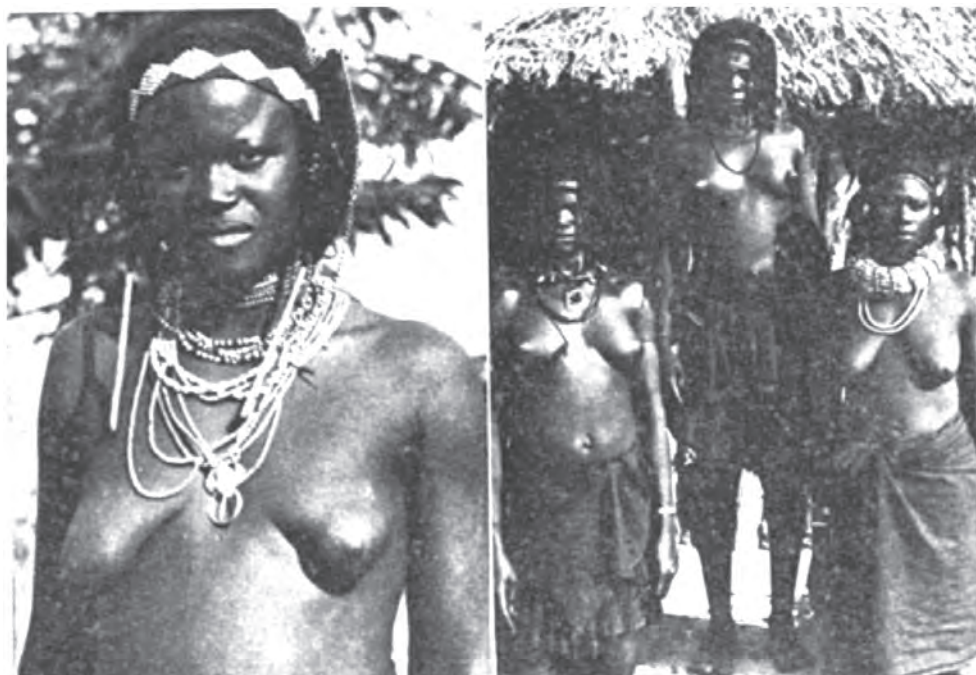
Em Luanda, olhando estas paisagens familiares – casas que parecem transportadas do Brasil, physionomias perfeitamente nossas, costumes nitidamente brasileiros – vou tomando notas rapidas, ao sabor das emoções. Com a sua capacidade unica de perpetuar-se em outros povos, dissolvendo-se nelles a ponto de parecer ir perder-se nos sangues e nas culturas extranhas mas ao mesmo tempo communicando-lhes tantos dos seus motivos essenciaes de vida e tantas das suas maneiras mais profundas de ser’, como frisava Gilberto Freyre, – Portugal estendeu os nossos limites muito além do Prata e do Oyapoc. Vivemos por vários continentes, revendo-nos a cada instante em fortes affinidades psychologicas, sociaes e culturaes. O phenomeno em qualquer parte por onde andemos é o mesmo que se observa no Brasil: a cultura lusa a rejuvenescer-se e ampliar-se com collaborações diversas. E, por mais accentuadas que estas sejam, continuando a dominar, cedendo, transigindo, mas não perdendo o seu lugar de centro de constituição de um novo feito de vida e de uma nova civilização. De todas as colonias que visitamos, Cabo Verde é a que mais se approxima do Brasil nos diversos aspectos da sua formação. É verdade que o negro para lá transplantado não encontrou o indio americano mas teve o branco com os mesmos methodos de colonização. Fundiram-se assim raças e culturas, gerando essa quase absoluta unidade de emoção e sentimento que nos liga. Encontrei em Cabo Verde brancas casadas com pretos e pretos retintos em situações de

relevo e occupando cargos de destaque na administração, mobilidade que já não se verifica commummente em Moçambique, em virtude da influencia da Africa Inglesa. Apesar das suas condições politicas – colonia de um paiz governado sob regime de autoridade – a democracia social ali existe de facto, ao contrario do que se passa na União Sul Africana, organizada dentro dos moldes da liberal-democracia, mas onde os direitos dos homens de côr se reduzem a nada. Pode-se atacar a colonização potugueza mas não se pode deixar de reconhecer a extraordinária contribuição que trouxe á humanidade, o seu formidavel pode criador, rompendo com intelligencia e audácia fronteiras raciaes e promovendo uma experiencia ethnica, cultural, social e biológica das mais interessantes para o futuro do mundo. Referi-me ás ligações de Angola com o Brasil e devo insistir neste ponto. Dessas ligações, quase que somente para nós adviram os beneficios. Quando Salvador Corrêa de Sá e Benevides se dispoz a libertas a colonia de Africa, fel-o, como lembra Cadornega, ‘em utilidade de todas as Praças’ do nosso paiz, ‘a respeito do Commercio dos Escravos’, ‘de que estavam todos mui faltos’. Resumia-se a actividade de Angola em fornecer braços para o nosso desenvolvimento economico. A sua colonização se fez sobre esta base, não se interessando o portuguez aqui chegado por outra especie de negocio. O trafico para o Brasil, reduzindo ao extremo a sua população e impedindo que se explorassem as suas riquezas, prejudicou-a substancialmente, dahi resultado e á qual se referiu com tanta agudeza a escriptora Maria Archer. Observamos Angola e nella não surprehendemos essa força de construção que distingue o Brasil. Não lhe percebemos os traços de personalidade que destacam Cabo Verde. A approximação do preto com o branco em terras de Africa não teria produzido os mesmos effeitos verificados em outras partes. Na America do Sul e em Cabo Verde, encontra-se-iam os dois, ambos transplantados, mas o portuguez defrontando condições physicas e geológicas differentes das suas, emquanto o africano, filho dos trópicos, continuava nos trópicos. Seria o branco luso no novo con-

tinente um elemento civilizador e criador, a misturar sangue, aceitar muito do que o preto trazia de seus e reduzir distancias sociaes, atravez das sua sgrandes qualidades de acclimatabilidade, miscibilidade, mobilidade, indifferente a preconceitos raciaes e só fazendo restricção em materia religiosa, pois quem não fosse catholico não podia entrar no paiz. A raça indigena que o preto encontrou no Brasil seria fácil de vencer pela sua incapacidade para adaptar-se ao esforço de construcção que della se exigia. Para a Africa teriam ido os mesmos brancos lusos, levados, entretanto, por estímulos totalmente diversos dos que os impelliam para o Brasil. Aqui chegaram elles quase como turistas. Vinham para escravizar os pretos, não para fazel-os trabalhar a terra mas para exportal-os e vendel-os. O africano que desembarcava no mundo novo seria de qualquer modo, mesmo doente, cambaleante, esqueletico, dos melhores typos da sua raça, pois só estes resistiriam aos martyrios do trafico, ás moléstias contrahidas no decorrer de transporte, e depois ainda á depuração dos próprios senhores. E emquanto ali se ligariam á terra, teriam sua utilidade, seriam elementos indispensaveis ao desenvolvimento do paiz – aqui, continuariam como animaes caçados para o grande mercado de escravos. Mas na intensa vibração dos filhos de Angola, nos seus pensamentos e sentimentos, encontramos bem viva a vontade de afirmação que difficuldades e factores não enfrentados e não conhecidos de outras zonas de formação lusa tanto teem, como vimos embaraçado (Idem).

No ano de 1950, o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas recebe, após árdua missão dos consórcios Abelardo Duarte e Théo Brandão, a coleção Perseverança, oriunda da operação Quebra do xangô, ocorrida na noite de quinta-feira, dia 1º de fevereiro de 1912. Um ano depois, em 1951, Arnon de Mello é eleito governador do estado de Alagoas e empreenderá mudanças importantes a respeito da religiosidade afro-brasileira.

Alagoas rumou, ao longo de sua história, com marcantes demonstrações de intolerância ao elemento formador da sua essência, o negro e o índio: o episódio de 1º de fevereiro de 1912, que é evidenciado no período



Figuras 5 e 6: Autóctones de Angola. **Fonte:** Mello (1941)

Euclides Malta, é uma prova incontestável dos nossos equívocos. Arnon, por todos os pormenores descritos acima, empreendeu política de clara tolerância e convivência com nossa religiosidade africana. Após 1912, não há um só governo alagoano que tenha, por atitude acadêmica, realizado ações pacificadoras para incluir a afro religiosidade e todos os seus seguidores em posição de liberdade aos seus cultos.

Arnon assume o governo em 1951. Rompendo com a dominação dos Góes Monteiro – vencendo Silvestre Péricles e organizando a hoje mais importante estrutura jornalística das Alagoas, com rádio e TV – em seu governo não são noticiadas hostilidades à religiosidade africana – consultar e discutir uma postura tão óbvia parece algo periférico, mas ampliando o conhecimento fica claro que o governante pode ser compreendido por suas ações, pelo futuro, do que pelo seu ato no presente. Arnon pagou o preço, que a política institui no homem público, que foi o de diminuir a força do escritor, mas sua capacidade humanística, referenciada em África, o fez entender a importância da igualdade dos cidadãos.

Referência:

MELLO, Arnon de. *Africa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

Lições arquivadas: jornalismo, política e literatura em Alagoas

Francisco Alberto Sales

Resumo: A imprensa brasileira nasceu em 1808, com forte influência política, aspecto este que se refletiu nas províncias. Este artigo parte do primeiro jornal alagoano, o *Íris Alagoense*, e analisa a presença desse jornalismo nas cidades do interior, como Penedo, onde circulou, no primeiro quartel do século XX, *O Luctador*, fundamental no desenvolvimento de nossas manifestações literárias e politicamente imparcial.

O jornalista Assis Chateaubriand, criador de uma verdadeira e pessoal mitologia no jornalismo, na política e no trabalho empresarial, era peremptório e incisivo ao definir a maneira como mantinha a unidade na linha editorial de seus veículos de comunicação. Ele afirmava que aquele que tivesse pretensão à liberdade de imprensa montasse o próprio jornal. Assim descartava de saída qualquer arroubo mais libertário de seus funcionários. Era uma maneira de poder usar toda a influência e toda a força de manipulação da opinião pública em favor de seus interesses, nem sempre dignos. Mesmo assim fundou e consolidou uma ampla cadeia de jornais, rádios e televisões que dominaram a indústria da comunicação brasileira por décadas.

O principal veículo do conglomerado até o início dos anos 1960, a revista *O Cruzeiro*, era um misto de informação e entretenimento. Muito bem impressa – algumas vezes chegou a se utilizar das gráficas mais modernas da América do Sul, que estavam na Argentina –, colorida em várias páginas, era escrita por nomes hoje clássicos do jornalismo e da literatura. David Nasser, Rachel de Queirós, Millôr Fernandes, uma lista quase infinda. As ilustrações tinham como principal ponto as fotografias de Jean Manzon, um francês que se radicou no Brasil e praticamente inventou todo nosso fotojornalismo, aliando informação a beleza. Deste caldeirão nasceram textos e personagens perenes, como as amplas reportagens sobre dilemas nacionais, as secas nor-

destinas entre eles, e o impagável Amigo da Onça, idealizado e desenhado por Péricles Cavalcanti.

Certo mesmo é que toda essa habilidade de lidar com a opinião pública que tinha Assis Chateaubriand, ele utilizou tanto para o bem quanto para o mal. Da mesma maneira que se valeu de jogos de chantagens – e isto está fartamente documentado em páginas e páginas conservadas em arquivos de todo o país –, aproveitou-se da situação para obras meritórias, como o Museu de Arte Moderna de São Paulo e os vários aeroclubes que fundou e ajudou a manter, além, claro, da ousada ação que resultou na fundação do primeiro canal de televisão da América Latina em 1950, a TV Tupi. Conta seu biógrafo, o jornalista Fernando Moraes, que, num gesto de gentileza, os fornecedores dos primeiros equipamentos necessários para montar a emissora apresentaram a Chatô¹ as primeiras experiências de transmissão televisiva em cores, e ele, colérico, chegou a rasgar todos os contratos já assinados, alegando que estavam lhe vendendo sucatas. A muito custo é que o convenceram de que tudo aquilo eram testes primários, incipientes ainda.

A vida, e sobretudo as peripécias de Chateaubriand, é uma aula de como as determinantes políticas e, em escala menor, a literatura nunca deixaram de estar aliadas ao desenvolvimento das comunicações.

Educação e imprensa

Os arquivos, como o que está montado e à disposição de pesquisadores no Penedo, nas Alagoas, vinculado à Fundação Casa do Penedo, nos trazem não apenas esta lição, de que o poder é feito com duas faces – os acordos de bastidores e as versões dos fatos levadas a público –, cabendo ao detentor dele a opção benéfica ou não. Um passeio, mesmo ligeiro, pelas páginas quase imensuráveis nos brinda com breves milagres que narram a confecção da vida e da história de uma pátria.

Para se chegar a um exemplo preciso de como essas lições podem ser pinçadas, é necessário se fazer um recorte, apanhar um único tema que favoreça uma síntese engenhosa e válida das riquezas guardadas nos arquivos. Voltando ao ponto de partida – a formação da opinião pública e o arquivo da Casa do Penedo –, podemos ler parte da hemeroteca da instituição. Ali está a história viva das Alagoas, com todas as suas nuances de desesperos e esperanças, de lágrimas e alegrias, de traições e conagraçamentos. Todos

¹ Cf. MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

os vícios e todas as virtudes da natureza humana são elementos primários do tabuleiro político, e os jornais noticiam estas características no calor dos acontecimentos, dando perenidade à sua pulsação. Estes textos marcados pelas paixões nos revelam que a História se constrói na linha sanguínea das emoções, e assim deve ser escrita para que o futuro não perca as referências da verdade e do exemplo.

Neste sentido, a história da nossa imprensa, contada de maneira envolvente, reflete, indiscutivelmente, a trajetória da própria imprensa brasileira. Também aqui foram as orientações políticas e partidárias que determinaram seu desenvolvimento.

Apenas a título de ilustração, lembramos que a imprensa chegou muito tardiamente ao Brasil, e por uma contingência política. Embora seja marcado como a data de sua fundação o surgimento do jornal *Correio Brasileiro*, em Londres, no dia 1º de junho de 1808, pelo jornalista gaúcho Hipólito da Costa, de fato as primeiras prensas desembarcam no Brasil a partir de 8 de março daquele mesmo ano, quando a família real portuguesa, fugindo de Napoleão, se instalou no Rio de Janeiro. Rompendo as determinações que proibiam qualquer impressão na colônia, dom João VI criou a *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal destinado à publicação dos atos legais da corte, cujo número inaugural fez circular em 10 de setembro de 1808.

Era um imenso avanço, mesmo em uma sociedade ainda analfabeta em sua imensa maioria. Curiosamente vem deste período de permanência da família real no Brasil a expansão educacional, a abertura de novos centros de ensino. De fato, até então, toda a instrução da colônia, durante três séculos, esteve a cargo dos religiosos, primeiro os jesuítas e depois, com a expulsão daqueles dos territórios portugueses, os de outras ordens, como os franciscanos. No entanto, tais instituições se dedicaram ao ensino superior, relegando a base educacional ao limbo, problema que enfrentamos ainda hoje, dois séculos depois.

Em longo artigo publicado na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*,² o historiador Craveiro Costa (1871-1934), visivelmente indignado, levanta a questão:

O rei, é certo, cuidou do ensino público no Brasil. Mas cometeu um erro inicial: começou o edifício da nossa educação de cima para baixo. Em todo o Brasil foram criados

² Vol. 4, ano 1931, pp. 78-130.

curso de Retórica, Filosofia, Latim, Francês e Matemática. Criaram-se academias e museus. Criou-se a imprensa. Mas a base de todo esse edifício educacional, a escola primária, que desde 1774 já era uma instituição nacional nos Estados Unidos, não existia no Brasil. Não existia, e dela, que iria aproveitar diretamente o povo, estabelecendo o alicerce de uma mentalidade que o país todo necessitava para o seu desenvolvimento econômico, social e político, se não cuidou.

De outra maneira, podemos, enfim, assegurar, baseados nas informações muito bem resguardadas nos arquivos e já amplamente divulgadas por historiadores e outros pesquisadores, que, de início, a instrução no Brasil foi motivada pela conversão do gentil ao cristianismo, uma ação levada a cabo pelos jesuítas. No entanto, quando surgiu a necessidade de realmente se criar uma rede de pessoas instruídas que fomentasse o desenvolvimento de todas as atividades econômicas, e não apenas os preceitos religiosos, a opção foi a instalação de unidades quase científicas dedicadas aos estudos jurídicos e médicos, sobretudo, ignorando-se as funções básicas da leitura e da escrita.

Indiscutivelmente tal opção foi motivada pelo medo de que o nascimento de uma nação letrada poderia resultar em possíveis movimentos libertários, em processos irreversíveis de reivindicações. Destarte, contribuiu-se para a elevação cultural dos já senhores do poder, enquanto a imensa massa populacional era deixada na mais extrema ignorância.

A política, no princípio

Todas as questões levantadas até agora neste artigo, de certa forma, explicam por que nossa imprensa nasceu e ainda hoje se dedica prioritariamente à discussão política. Se nos primórdios apenas poucos sabiam ler e tinham acesso e influência nas decisões de poder, para o público moderno que convive com a democratização da informação impõe-se o pressuposto da leniência diante da ação política. Ou seja, de nada adianta lutar, pois não existem meios de mudar as decisões tomadas adrede pelos poderosos.

Voltando mais uma vez ao nosso interesse inicial – a construção da imprensa alagoana –, podemos enxergar também a presença do pressuposto po-

lítico neste processo. Aliás, esta questão já é levantada por Goulart de Andrade (1881-1936) no *Indicador geral do Estado de Alagoas*,³ quando escreve que

o jornalismo alagoano teve sempre, desde os primeiros tempos de seu estabelecimento, feição essencialmente político-partidária; algumas vezes o calor e o exagero da linguagem, na defesa do interesse dos partidos, tocaram aos excessos. A violência dos potentados manifestou-se, ora às escancaras, ora sombriamente, pela calada da noite, quando os esbirros da força pública, afrontando as leis e a propriedade individual, destruíam tipografias e desbaratavam, em seus labores, os simples e obscuros operários ou, às vezes, em pleno dia, arrancavam a vida ao redator ou proprietário do jornal desafeto.

Também na província, os interesses de mando ditavam as regras de condução do cotidiano. No início do século XIX, Alagoas era um espelho um tanto mais embaçado da colônia como um todo. A educação era também privilégio de poucos, mas a minoria pensante teve indiscutível importância no processo histórico que resultou na independência brasileira.

De fato não existe uma documentação conclusiva sobre o desenvolvimento de nossa educação. Em um texto publicado na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*, o historiador Craveiro Costa lamenta tal questão:

Não temos notícias da atuação dos padres jesuítas no território alagoano como professores. O colégio que fundaram pelos meados do século XVII, à margem esquerda do São Francisco no local que se ficou chamando Porto Real do Colégio, não deixou documentação a respeito. É de crer que os padres visassem exclusivamente à conversão do gentio dos arredores, arredio e escape às violências dos primeiros avanços, aldeando-os para os trabalhos agrícolas e para a sujeição espiritual.⁴

³ M. J. Ramalho & Murta. *Indicador geral do Estado de Alagoas*. Maceió: Tipografia Comercial, 1902. Parte 8, estudo sobre o Jornalismo alagoano – por Goulart de Andrade, pp. 153-64.

⁴ *REVISTA do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*, vol. 4, ano 1931, p. 79.

Quando conseguiu a emancipação política da província de Pernambuco, em 1817, Alagoas tinha também sua formação intelectual vinculada às instituições religiosas, afinal, lembra-nos Craveiro Costa, “os conventos, na colônia, eram os únicos centros de cultura intelectual apreciável e os frades os únicos homens capazes de exercerem o professorado”. Destes os do Penedo e de Alagoas, atual município de Marechal Deodoro, foram os mais destacados, e já em 1719 ofereciam aos filhos dos moradores daquelas duas comunidades aulas gratuitas de gramática. No entanto, mesmo com a economia açucareira, principal fonte de renda da nova província, em estágio de lassidão, havia uma considerável parcela de descendentes dos senhores de engenho que estudara nos cursos jurídicos e médicos de Pernambuco, São Paulo e Bahia, e que ditavam os caminhos da renovação, da evolução política, a exemplo de alguns de seus antecedentes que frequentaram o Seminário de Olinda.

Desta primeira geração de intelectuais alagoanos, mesmo sem existir de fato uma Alagoas, surgem nomes indispensáveis para o jornalismo, a literatura e a política dos primórdios brasileiros. Afonso de Albuquerque Melo, político visceral, foi nosso primeiro jornalista e teve como contemporâneos José Antonio Caldas, Lourenço Vanderlei Canavarro, José Vicente de Macedo, José Tavares de Mendonça Sarmento e, entre outros, Francisco de Assis Barbosa, deputado junto às Cortes de Lisboa, deputado geral, presidente de uma das juntas que governou a província e, segundo Craveiro Costa, “um sacerdote boêmio, orador fluentíssimo, prosador ático, poeta apreciado. Sabia rir filosoficamente da sociedade refalsada do tempo, que o achava desregrado na moral, talvez porque o padre fizesse às escancaras o que ela queria praticasse às escondidas”.

Neste ambiente surge, em 1831, envolvido por todas as condicionantes políticas da época, nosso primeiro jornal, o *Íris Alagoense*. Seu fundador, Manoel Lobo de Miranda Henriques, paraibano de nascimento, exercia então a presidência da província, cargo conquistado com um brilhante jogo de oportunismo.

Não se sabe ao certo quando chegou a Alagoas e se instalou como comerciante em Maceió. Trazia na bagagem veleidades republicanas, experiência acumulada na revolta de 1824 e espírito contestador, mas logo foi apascentado. Em fevereiro de 1830, recebeu do Conselho Geral da Província a incumbência de ir ao Rio de Janeiro participar da cerimônia de beija-mão por ocasião da segunda núpcia do imperador dom Pedro I, que havia esmagado ferreamente os revoltosos de seis anos antes. Apadrinhado pelo Marquês

de Caravelas, infiltra-se nas entranhas da Corte e assiste às articulações que resultaram na abdicação do imperador, em 7 de abril de 1831.

A nova situação política abre um vácuo de poder nas Alagoas, pois era preciso substituir na administração da província o visconde da Praia Grande, tido e havido como remanescente da política centralizadora de Pedro I. A solução cai no colo de Miranda Henriques, que assume o governo da província em 19 de maio de 1831 e logo funda o *Íris Alagoense*, para defender sua política, sua administração e seus interesses.

O primeiro número, do qual não existe hoje um exemplar sequer, foi impresso na Bahia, mas logo o presidente solicitou a um negociante do Recife, João Batista Branco, a compra de uma oficina tipográfica que chegou a Maceió no início de agosto de 1831. O equipamento, instalado numa casa da rua do Livramento, ficou sob a responsabilidade da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, entidade criada também por Miranda para dar legitimidade ao seu governo. Nas palavras de Craveiro Costa, a organização

visava também amparar a sua autoridade vacilante, por falta de apoio no seio dos elementos que faziam a política nacional, para dar no Rio de Janeiro a impressão de que estava governando com os homens mais influentes da província. E, mais de uma vez, ele valeu-se desse apoio para desfazer acusações que Alagoas mandavam à Regência, de violências que aqui se praticavam, à sombra do seu governo. (p. 87)

Como era próprio dos jornais da época, o *Íris* servia sobretudo ao proselitismo político sim, mas noticiava também a chegada dos navios ao cais, as determinações dos governos provincial e nacional, e publicava trechos de cunho literário. O segundo número, datado de 17 de agosto de 1831, já impresso na tipografia local, do qual sobrevive um número guardado nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, diz em seu cabeçalho ser um “jornal político, literário e mercantil” e, como orientação editorial, anuncia a máxima de Volney: “A opinião pública acometendo os reis nos seus tronos os forçará a conter-se nos limites de uma autoridade legal”.

No entanto, é mais a política a tônica dos textos publicados. Isso acabou por atingir diretamente o francês Adolfo Emilio de Bois Garin, responsável pela prensa, que preparou os aprendizes João Simplicio da Silva Miran-

da e Bartolomeu José de Carvalho, os primeiros tipógrafos alagoanos, mas que foi obrigado a deixar a província depois de sofrer várias agressões físicas por conta de seu ofício.

Também reveses financeiros atingiam o Íris Alagoense. Conta-nos Craveiro Costa:

O que não resta dúvida é que a tipografia foi comprada por intermédio do presidente (Miranda Henriques), ficando ele responsável pelo pagamento. No arquivo do Instituto (Histórico e Geográfico de Alagoas) existe uma carta do mencionado negociante (João Baptista Branco), dirigida, em 13 de maio de 1932, a Francisco Dias Cabral, na qual ele se queixa amargamente da falta de pontualidade do pagamento da quantia que ainda estavam lhe devendo, pois Miranda Henriques ‘se esquecera’ de a mandar pagar. (2.3)

Miranda ficou no cargo até 26 de novembro de 1832 e teve uma gestão bem tumultuada pelas lutas por reformas liberais. O jornal sobreviveu ao seu governo, pois, mesmo trocando o nome para *Federalista Alagoense*, circulou até 1836.

Arte e política

Pelo restante do século XIX, não mudou a tônica geral dos jornais na província das Alagoas, como de sorte acontecia em todo o país. Ali se travavam as lutas políticas, com textos contundentes de personalidades como Tavares Bastos por aqui e Evaristo de Moraes e Cipriano Barata, entre outros, em outras paragens, mas também se divulgavam as primeiras manifestações literárias mais consequentes. Havia espaço, por exemplo, para a divulgação dos espetáculos teatrais. O *Provinciano*, jornal que circulou nas Alagoas em 12 de maio de 1836 (não há referência de quando parou de circular), falava das comédias de costume que se apresentavam nos teatros de Maceió e Alagoas do Sul. Por estes anúncios e notas é possível fazer todo um apanhado daquilo que se poderia chamar de “função moralizadora do espetáculo”. Todas as peças tinham um cunho primário de entreter a plateia, mas em seu enredo traziam um forte reforço aos preceitos da moral da época. De uma das edições do jornal, recortamos o seguinte texto:

Teatro – Quarta-feira, 21 do corrente, a benefício de João Maciel de Oliveira, haverá o seguinte pomposo e variado espetáculo.

Depois da orquestra desempenhar uma das suas melhores sinfonias, representar-se-á a muito interessante peça que se intitula o parricida frustrado ou o filho natural. Esta peça é do insigne Antonio Xavier, que em todos os teatros onde tem ido à cena tem merecido imensos aplausos, e é de esperar que mereça o mesmo conceito de um público não menos iluminado, qual o de Maceió.

No fim da peça, Alberto Ventura Dias e Caetana Maria da Conceição cantarão o muito aceito dueto intitulado o castigo. Seguir-se-á depois a caxuxa, dançada por Maria Frutuosa da Silva. Logo depois representar-se-á o jocoso entremez intitulado o tolo e o tato, findando todo o divertimento com o baiano, dançado por três damas e dois atores.

É este o divertimento com que o beneficiado pretende entreter os seus amigos e protetores, na bem fundada esperança de que eles não duvidarão beneficiá-lo, como imensas vezes tem feito. Principiará à hora de costume. (pp. 99-100)

A nota nos remete a especulações sociológicas da vida urbana de então. Naquele princípio de século, Maceió era uma cidade de porte miúdo. Mesmo já então capital da província, era quase uma vila que concentrava seu espaço urbano do porto de Jaraguá até a estrada do Bebedouro, com muitos vazios onde ficavam largos sítios de coqueiros. O cerne mesmo do povoamento girava em torno das praças e ruas do Centro. Em seus outros quatro bairros – Bebedouro, o mais nobre deles, Pajuçara, Trapiche e Farol – corria uma vida relativamente calma, cujas principais ocupações se voltavam para o comércio, sobretudo a importação de açúcar, e a gestão da província.

O teatro surgia como ponto alto de entretenimento, bem como os saraus regados a polcas, valsas e mazurcas brotadas de pianos nem sempre bem tocados. Curioso é perceber a variedade de ações que moviam um espetáculo, com a junção de dramaturgia, música e dança, que variavam das clássicas sinfonias aos populares “baianos”, como a querer contemplar todos os gostos. Esta variedade, no entanto, se explica pela diversidade de forma-

ção cultural dos homens de então. Quase sempre vinda do interior, da vida informal dos engenhos de cana, a imensa maioria da população tinha ouvidos afinados pelos cantos das antigas senzalas e dos folguedos de origens diversas. Por outro lado, impulsionada por necessidade de ascensão social e de demonstração de refinamento cultural, esta mesma maioria esforçava-se em adaptar o prazer às peças mais formais.

À parte todas estas questões estéticas, havia a forte moral católica. Como nos antigos engenhos, a vida circulava entre o trabalho e a devoção. Havia a necessidade de prestar contas de todas as atitudes. Isso se refletia nos espetáculos apresentados, onde predominavam as “lições altaneiras e edificantes” da religião. Mesmo nos autos populares, como os reisados, o bumba meu boi, entre outros, predominavam a ascendência da moral cristã e os milagres da ressurreição.

Nesse ambiente, a literatura que se publicava em folhetins nos jornais falava de amores impossíveis, quase sempre. Nestas tramas a tônica se dava pelo maniqueísmo, até hoje vigente nas telenovelas. E, no final, mais uma reverência à moral cristã: o bem sempre triunfava sobre o mal e todos eram felizes.

A verdade é que a arte do período ainda não se preocupava em criar uma consciência social, mas em fortalecer os preceitos morais que de sorte já eram predominantes na sociedade. Mesmo as danças e manifestações musicais mais ousadas, como maxixe, eram mostradas em ambientes fechados e de frequência restrita. Ao público em geral, dava-se mesmo aquilo que já era de seu conhecimento e apreciação.

Imprensa penedense

Histórica e economicamente, o sul de Alagoas se desenvolveu em torno do comércio que movimentava o porto do Penedo. Pela cidade exportavam-se, sobretudo, o couro e o algodão que vinham dos sertões e importavam-se todos os produtos possíveis – do vinho ao bacalhau, dos tecidos às máquinas. Esta movimentação criou uma sociedade fechada em seu catolicismo, mas aberta às manifestações cosmopolitas de então. O estudo de outros idiomas, necessário ao comércio, era também utilizado na busca de conhecimentos literários e filosóficos.

Penedo, desde os primórdios da colonização, foi sempre uma comunidade receptiva às inovações tecnológicas e culturais. Já durante a invasão holandesa, no século XVII, Frans Post pintou ali a paisagem sanfranciscana,

os botânicos George Macgrave e Willem Piso colheram espécies para suas pesquisas, militares ergueram fortificações de defesa. E assim seguiu ao longo de sua história.

A imprensa, como em todas as outras províncias, também chegou à comunidade no princípio do século XIX. Uma olhada na hemeroteca da Fundação Casa do Penedo mostra que esta imprensa era um espelho da prática comum à época e trazia notícias das fugas de escravos, das novidades comerciais, da chegada e partida de navios, da cotação do algodão e do couro. O diferencial estava no fato de ter uma preocupação além do normal com os acontecimentos exteriores. Isso, no entanto, era natural, afinal dependia-se do desenvolvimento político e econômico do exterior para uma sobrevivência mais sólida e consequente.

No final daquele século, a imprensa penedense era indiscutivelmente a mais pulsante da província. Contava com vários jornais e revistas com circulação regular. A *Palavra* era uma revista semanal de cunho literário dedicada à mulher. *Sul de Alagoas*, um jornal que circulava às quartas-feiras e se dedicava aos interesses sociais. O *Conservador Penedense*, também semanal, tinha a política como base de suas atenções, o mesmo assunto que motivava outro semanário, *O Penedo*.

Essa pujança editorial entra pelo século XX. Divididos entre a política e a arte, os jornais acompa-

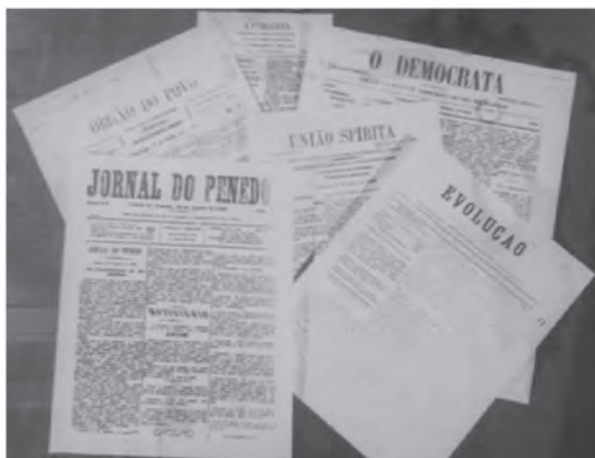


Figura 1: Jornais diversos de Penedo. **Fonte:** Acervo Casa do Penedo.



Figura 2: Fachada do Prédio do Arquivo da Fundação Casa do Penedo – Praça Marechal Floriano, 92. **Fonte:** Acervo do autor.

nhavam os principais fatos comunitários, estaduais e nacionais, por vezes também dando notícias do exterior, como demonstram os vários exemplares destes periódicos arquivados na Casa do Penedo.

Interessante, no entanto, é ler o memorialista Antonio Osmar Gomes (1896-1979) recordando com precisão a imprensa do período. Inicialmente ele destaca o *Jornal de Penedo*, que “publicava as leis, decretos, editais, avisos e portarias etc, tanto do município como do estado, e até mesmo atos, os mais importantes, do governo federal, com a devida autenticidade e fé pública”, no entanto mantinha imparcialidade política, pois “não descia o Jornal a polêmicas estéreis, nem a retaliações pessoais do partidário político, regional tão comum na imprensa contemporânea aqui como alhures”.⁵

Antonio Osmar lembra ainda *A Semana*, fundado por Joaquim Mazoni, que teve larga duração, parando de circular já em 1930, quando foi empastelado pelos mais exaltados revolucionários da revolta varguista.

Nos meados de 1908 circulou no Penedo um semanário polêmico, de desabrida agressividade, que se chamou *O Clarim*. Seu redator e principal responsável, Barbosa Filho, partilhava com Constantino Cabral a chefia política do município. Ambos tinham o apoio do Governador do Estado, então um dos oligarcas mais aferrados ao poder, o dr. Euclides Vieira Malta,

nos conta Osmar Gomes. O jornal feneceu no bojo dos dramáticos acontecimentos de 1910, quando o marechal Hermes da Fonseca assume a presidência da República e faz uma larga assepsia na política das províncias. Euclides perde o poder, enquanto Barbosa e Constantino fogem para Maceió e, “consequentemente, deixou de existir *O Clarim*, invadido que foi por arrua-ceiros incumbidos de seu empastelamento”.

Outros jornais, estes de vida efêmera, circularam pelo Penedo no início do século XX, como *O Nacional*, do telegrafista Alípio Menezes, e *A República*, do capitão José Moreira Lemos, “este publicado – lembra Osmar Gomes –, esporadicamente, porém, infalivelmente, durante alguns anos, na data nacional de 15 de novembro”.

Houve ainda na cidade uma imprensa dedicada ao humorismo e à galhofa. Os principais destes órgãos foram *O Fotógrafo*, *A Escova*, *O Vadio* e *O Holofote*. Osmar Gomes é quem nos conta o curioso fim deste último.

⁵ *Minhas memórias de Penedo*. Manuscrito inédito. Arquivo Casa de Penedo.

Viveu *O Holofote*, me parece, pouco mais de um ano, até o dia em que se excedeu, e seus diretores responsáveis – Ascendino Cristo e José Bigi – foram caçados por dois bravos rapagões, cujas namoradas, mocinhas de ótimo conceito, banhando-se na familiar bica das Paquinhas, alarmaram que estavam sendo espiadas pelos malandros de *O Holofote*, trepados numa árvore próxima. Pensavam, decerto, que iriam dar sensacional furo de reportagem. Ambos desapareceram do Penedo às ocultas, lamento, violência então muito comum.

O Luctador



Figura 3: Oficina do jornal **O Luctador** (1911). **Fonte:** Acervo Casa do Penedo.

Indiscutivelmente, no primeiro quartel do século XX, foi *O Luctador* o principal e mais importante jornal penedense.

Novamente recorrendo às memórias de Antonio Osmar Gomes, vemos que era

O Luctador, de propriedade e orientação do jornalista Amaranto Filho, Manoel Félix do Amaranto Filho, que a ele dedicava toda a sua atividade periodista profissional do interior. Não era um órgão incondicionalmente do Go-

verno ou que sempre estivesse de acordo com quem se achasse no poder, ou que pudesse ser de alguma utilidade a seu proprietário. Na sociedade penedense de então, em que predominava uma minoria representativa do dinheiro e das posições bem aquinhoadas, estabeleceu O Luctador seu campo de ação e a razão de ser de sua sobrevivência. Não se poderá dizer que acendesse uma vela a Deus e outra ao diabo. Guardadas as devidas proporções no tempo e no espaço, agia o nosso jornalista indígena, como agem hoje os chamados colunistas sociais, prodigalizando apresentações e elogios em letras de forma aos lisonjeados vaidosos e mais ou menos generosos. É como se explica o fato impressionante de O Luctador ter tido mais de vinte anos de vida, chegando, durante algum tempo, a ser publicado diariamente, e apregoado nas ruas, todas as tardes, para venda avulsa. Por tudo isso, Amaranto Filho, dinâmico jornalista penedense, merece todo nosso respeito.

Nem tanto ao mar nem tanto à terra, diriam os precavidos pensadores caboclos de antanho. De fato Amaranto Filho foi um homem que soube entender seu tempo e nele se inserir para melhor sustentar seu sonho. Driblou, com indiscutível habilidade, todas as cobranças de posicionamento político daqueles dias tumultuados, no entanto a sobrevivência de seu jornal se deve, sobretudo, ao tino comercial e à ousadia de inovar sempre.

Esta verdade pode ser vista com mais clareza nos exemplares de *O Luctador*. A Casa do Penedo guarda uma coleção completa do jornal – que abrange o período



Figura 4: Jornal *O Luctador*, de 6 de outubro de 1916, ano XV Nº 2293. **Fonte:** Acervo Casa do Penedo.

de primeiro de setembro de 1904 a 26 de agosto de 1930, e ela revela verdadeiras preciosidades de um jornalismo exemplar e bem feito. Amaranto, entendendo o cosmopolitismo da cidade – ainda um importante porto de importação e exportação –, moldou seu jornal a estas exigências. Comunicava-se diretamente com grandes centros urbanos mundiais e dava à cidade notícias precisas e urgentes. Na mesma semana de 14 de abril de 1912, quando no meio do Atlântico o Titanic afundou depois de bater em um iceberg, *O Luctador* noticiou o fato com destaque.



Figura 5: Jornal *O Luctador*, de 5-3-1914.
Fonte: Recorte do Acervo Casa do Penedo.

Tal preocupação em fazer um jornal intrinsecamente ligado ao mundo o fez montar uma sucursal em Paris. E nisto reside uma curiosidade. Nos primórdios do século xx, era Londres o maior centro comercial do planeta, embora este eixo já começasse a sinalizar mudanças na direção de Nova York. Desta maneira seria natural, dada a importância comercial do Penedo, volto a salientar, que a agência fosse implantada na capital inglesa. Paris, no entanto, era a capital cultural do mundo, e isso contava, e muito, para a possível estratégia montada por Amaranto.

Seu jornal, talvez até para fugir das acirradas lutas políticas, dava um espaço bem considerável à literatura. Mesmo nas edições em que circulava com apenas quatro páginas, era possível ler sonetos e outras composições literárias de nomes como Sabino Romariz, Goulart de Andrade, Olavo Bilac, Rocha Pombo, entre outros. O próprio Amaranto Filho traduziu e publicou texto do escritor norte-americano Mark Twain. Em suma, mesmo que não houvesse uma preocupação velada com o crescimento cultural do sul alagoano, o certo é que o jornal terminou por desempenhar este papel. Aliás, ao não estabelecer um espaço predeterminado para a publicação de tais textos e poemas, ao trazê-los diluídos em suas páginas, entre outras notícias em geral informativas e comerciais, *O Luctador* terminou por nivelar a importância de tudo que publicava. E isso certamente favoreceu a aproximação de várias gerações com a literatura.

Outra lição que nos traz a leitura deste importante jornal vem de seus anúncios comerciais. Um estudioso que queira fazer um levantamento pre-

ciso e honesto do desenvolvimento econômico da região terá que passar por estas páginas. Assim como a moda e a cultura vinham de Paris, as máquinas e tecnologias saíam da Inglaterra. No entanto, as lojas e armazéns também anunciavam a chegada de produtos típicos, numa interessante democracia comercial, onde era possível encontrar produtos para todos os desejos. Curioso também é acompanhar o desenvolvimento, mesmo lento, dos avanços tecnológicos a partir destes anúncios.

Um século depois, parece-nos estranho como a vida transcorria bem mais lenta, no ritmo mesmo das águas do velho rio São Francisco, que ali ainda passa em seu caminho ao mar. No entanto, foi essa vivência, hoje guardada nos arquivos, que formalizou nossa base cultural e tecnológica, como nos ensinam as páginas do velho *O Luctador*.

Opinião pública e poder

O mundo é outro. Penedo já não tem um jornal para lhe dar notícias do mundo. Tudo agora é mais urgente e pouco espaço resta para a reflexão. A vida nos chega pela televisão, que pouco nos conta de nossa vida cotidiana e praticamente não permite que suas informações fiquem guardadas em nosso poder. Apesar destes pesares, reconheça-se, está bem mais fácil exercer o direito de influir na opinião pública, e fundar um jornal já não exige tanto esforço, um trabalho capaz de proteger os magnatas da imprensa, como o velho Assis Chateaubriand. Qualquer colegial é capaz de abrir espaços na internet para postar suas ideias e crenças.

Naturalmente que o sucesso de tudo isso depende do conteúdo, e aí é onde está o xis do problema. A formação cultural caminha por veredas paralelas, mas separadas por quilômetros de distância. Informações de todos os níveis estão acessíveis e disponíveis, mas quem as busca? Esta é a questão.

Como cidadãos, não temos o direito de manter nossos arquivos fechados como templos disponíveis a abnegados pesquisadores, como quase monastérios resguardados por poucos eleitos. Da mesma maneira, não podemos deixar que os meios de comunicação fiquem submetidos aos interesses passageiros da política. A informação é, hoje mais do que nunca, a grande moeda do futuro. Instigar os jovens para que dela façam uso é função da sociedade como um todo e não somente da escola ou da família. Um olhar renovado sobre todo este rico tesouro que arquivamos ao longo dos anos certamente resultará em uma nova interpretação de nosso passado e em acertos necessários à construção do futuro.

Em suma, ensinam-nos os arquivos, a história das antigas províncias, dos atuais estados, não está dissociada da formação histórica do país. Os reflexos se cruzam e formam um único painel, um todo construído por partes inseparáveis. E esta é a base de nosso porvir.

Referências:

- GOMES, Antonio Osmar. *Minhas memórias de Penedo*. Manuscrito inédito. Arquivo Casa de Penedo.
- M. J. RAMALHO & MURTA. *Indicador geral do Estado de Alagoas*. Maceió: Tipografia Comercial, 1902.
- REVISTA do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*, vol. 4, ano 1931, pp. 78-130.

Jayme Miranda, um revolucionário brasileiro

Geraldo de Majella

Resumo: Jayme Amorim de Miranda (1926-1975), jornalista, advogado e dirigente comunista, nasceu em Maceió, no bairro do Poço, no dia 18 de julho de 1926, filho do casal Manoel Simpício de Miranda e Hermé Amorim de Miranda, o segundo de uma família de dez filhos. São eles: Haroldo (1925-1988), Jayme (1926-1975), Valter, Edvar, Zenaide, Wilton (1931-2006), Nilson (1933), Neiza, Hélio, Manoel – Manelito – Amorim de Miranda.

Casa-se com Elza Rocha de Miranda e constituem uma família de quatro filhos. Dois nasceram em Maceió e dois no Rio de Janeiro: Olga Tatiana (1960) e Yuri Patrice (1961) são alagoanos; os outros dois, Jaime (1965) e André Rocha de Miranda (1970), são cariocas.

Teve origem numa família de classe média baixa: o pai era proprietário de um bar e lanchonete na região central de Maceió, onde os filhos mais velhos o ajudavam no balcão. A família morou por muitos anos num bairro também de classe média, o Poço. Iniciou os estudos, o antigo curso primário, em escolas públicas. Em 1937 foi matriculado no colégio Dio-



Figura 1: Jayme Miranda. **Fonte:** Acervo do autor.

cesano (Marista), onde cursou o ginásio, sendo em 1941 transferido para o Liceu Alagoano e aí concluindo o curso colegial em 1944.

No final de 1944, presta vestibular para química em Recife – numa manifestação de um desejo acalentado desde a adolescência pelas ciências exatas –, mas não foi aprovado. No ano seguinte, em Maceió, presta vestibular para o curso de Direito e é aprovado para a Faculdade de Direito de Alagoas, onde se bacharelou.

Entre 1941 e 1945 tem dupla jornada de trabalho como revisor dos jornais: *Jornal de Alagoas*, órgão dos Diários Associados, e *A Notícia*, vespertino, aliás o único no gênero em Alagoas. Nesse período o mundo vivia os horrores da Segunda Guerra (1939-1945). Nas redações dos jornais em Maceió trabalhavam alguns jornalistas simpatizantes e outros militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). É nesse ambiente de ebulição política que Jayme Miranda aprende o ofício de jornalista e intensifica as suas relações com a militância clandestina do PCB.



Figura 2: Jayme e sua esposa Elza Rocha de Miranda.

Fonte: Acervo do autor.

Estudante de Direito e revisor, inicia a militância política na União da Juventude Comunista (UJC), participando das manifestações de ruas contra o nazifascismo, mobilizando a população para pressionar o governo Vargas a romper com o Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

Os vínculos políticos e ideológicos com o PCB tiveram laços familiares evidentes, pois dois dos seus tios paternos, Ezequiel¹ e Isaias Simplício de Miranda, e uma tia, Tabita Miranda, haviam se ligado ao partido na década de 1930. Ezequiel Miranda se filia à Aliança Nacional Libertadora (ANL), entidade legal e de massas. Após a proibição de funcionamento da ANL, mantém a militância comunista e participa no processo de organização da *Insurreição comunista*, movimento que ficou conhecido como Intentona Comunista de 1935. É preso em Maceió, processado pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN) e condenado a cinco anos de prisão, pena cumprida no presídio da ilha de Fernando de Noronha.

Escola de Sargento das Armas

No ano de 1946 ocorre uma mudança radical na vida do jovem acadêmico de Direito. Ao se inscrever e prestar concurso para a Escola de Sargento das Armas (ESA), foi aprovado e segue para Realengo no Rio de Janeiro, onde inicia a carreira militar. No ano seguinte é promovido a terceiro-sargento, indo servir em Pindamonhangaba (SP). O curso de sargento tinha duração obrigatória de cinco anos, período não cumprido integralmente.

A vida na caserna não lhe fez bem; a rigidez e outras formas de controles, incluindo a formação militarista, causaram-lhe sérios transtornos disciplinares. Tomou conhecimento, por colegas de fardas, de que seria transferido para o esta-



Figura 3: Jayme e sua filha Olga.
Fonte: Acervo do autor.

¹ Ezequiel Simplício de Miranda iniciou a militância no PCB na primeira metade da década de 1930. Foi um dos fundadores da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Em 1947 candidata-se a deputado estadual pelo PCB, para contribuir com a chapa de candidatos. Obtém 42 votos.

do do Mato Grosso, como punição. Antes que isso se efetivasse, rescindiu o contrato e regressou a Maceió, na condição de terceiro-sargento.

O amigo de infância, Rubens Jambo (1926-2010), que também havia sido aprovado no concurso da ESA e com quem Jayme mantinha contatos frequentes, se ligou ao PCB no meio militar. Naquela época o PCB tinha um núcleo de militares de várias patentes e possivelmente foram esses companheiros que o informaram, levando-o a tomar a decisão de rescindir o contrato.

Em Maceió e com 22 anos, no dia 15 de setembro de 1948 é contratado e tem a carteira assinada como escriturário da Cooperativa dos Plantadores de Cana de Alagoas. O emprego contou com a influência do então deputado udenista Rui Palmeira, naquela época aliado dos comunistas.

O contrato de trabalho assinado pela Cooperativa dos Plantadores de Cana de Alagoas foi o primeiro e único vínculo empregatício na vida do jornalista e dirigente comunista. As anotações encontradas na carteira profissional nº 34.659 indicam que teve duração de apenas um ano. A vida dupla, de trabalhador na principal organização da elite rural e de estudante de Direito, e mais as tarefas, cada vez maiores, como membro da União da Juventude Comunista (UJC) do PCB, atuando na clandestinidade, tornaram-se impraticáveis. A opção entre o trabalho com carteira assinada e a atuação exclusivamente no movimento estudantil e na organização do PCB deu-se pela segunda das alternativas e foi definitiva até o “desaparecimento” em 1975. Jayme Miranda não mais trabalhou para qualquer patrão.

A reabertura de *A Voz do Povo*

A primeira edição de *A Voz do Povo* saiu no dia 1º de maio de 1946. Fundado por André Papini Góes (1908-1966), diretor, e outros jornalistas como Floriano Ivo Júnior, Arnaldo Jambo, George Cabral e dirigentes do PCB, foi diversas vezes invadido, depredado e empastelado pela polícia, que obedecia às ordens do governador Silvestre Péricles de Góis Monteiro. A polícia em 1947 – menos de dois anos após a sua fundação – empastelou *A Voz do Povo* e não mais permitiu que o jornal voltasse a funcionar legalmente. Os comunistas, na clandestinidade, resistiram e colocaram o jornal para circular precariamente.

Em 1950, depois da posse do governador Arnon de Mello (1911-1983), *A Voz do Povo* é reaberto, agora sob a direção de Osvaldo Nogueira, com uma redação formada essencialmente pelos jovens estudantes: Jayme Amorim de Miranda, Rubens Figueiredo Ângelo (1929), Murillo Gameleira



Figura 4: Elza, Jayme (filho), André e Jayme. **Fonte:** Acervo do autor

Vaz (1930-2012), e trabalhadores como Renalvo Siqueira e Benedito Silva, que aprenderam o ofício de repórter numa redação improvisada e precária.

No dia 31 de janeiro de 1950, dia em que o governador de Alagoas, Arnon de Mello, foi empossado, o jornalista Jayme Miranda foi preso quando protestava nas ruas do centro de Maceió. Os soldados do exército o levaram para o quartel do 20º Batalhão de Caçadores (20º BC) e o entregaram ao coronel Mário de Carvalho Lima (1908-1983), comandante da guarnição federal, que viria a ser padrinho de batismo do jornalista preso. Muitos anos depois do incidente o militar reformado na patente de general publicaria, no livro *Sururu Apimentado*, o seguinte depoimento:

Só ligeiro incidente veio ensombrar a completa normalidade da ordem pública. Um grupo de obstinados comunistas, chefiado pelo nosso talentoso, mas fanático afilhado, Jayme Miranda, tentou realizar um comício, na praça Rosa da Fonseca, na mesma hora da posse do governador. O saudoso e então tenente Alfredo Camarão, que chefiava o controle do policiamento do centro da cidade, conseguiu detê-los no tempo exato. Transportou-os, em uma das nossas viaturas, para o quartel do Farol onde, para maior tranquilidade, determinamos que ali pernoitassem.²

² LIMA, Mário de Carvalho. *Sururu apimentado*. Maceió: Edufal, 2008, p. 275.

No dia seguinte à posse do governador, *A Voz do Povo* é invadido pela polícia, que destrói a oficina, sendo quebrada a máquina impressora. O jornal mais uma vez fica sem condições técnicas para circular. A denúncia de que houve violência nas prisões dos comunistas foi depois noticiada pelo semanário, que voltou a circular clandestinamente. Os gráficos também foram barbaramente espancados pela polícia militar. A única denúncia possível na época partiu naturalmente do semanário comunista. Na edição que restou depois de tantas invasões policiais encontra-se esta nota:

Continua em Alagoas o império da violência. O demagogo Arnon de Mello, cujo servilismo ao imperialismo americano é posto em evidência por ele próprio com apenas um mês de governo, não suporta as críticas do povo e, enfurecido como um louco, manda intimidar primeiro e depois prender os trabalhadores de *A Voz do Povo*, chegando ao cinismo de mandar a sua polícia invadir as nossas oficinas e roubar 700 exemplares do nosso jornal. É a sequência do crime ocorrido no dia da investidura do mesmo sr. Arnon de Mello no poder, quando foi a nossa redação assaltada e presas 56 pessoas. Apesar das numerosas prisões realizadas na semana passada e do verdadeiro bloqueio em que se encontra a cidade, com beleguins e soldados da polícia militar localizados nos principais pontos, o jornal foi impresso e levado à população, principalmente aos trabalhadores.³

O jornal continuou a ser publicado em Maceió e vendido através de comandos organizados pelos militantes nas portas das fábricas têxteis. A fábrica Alexandria, localizada no bairro da Cambona, era um dos locais onde os operários sistematicamente eram desrespeitados. Mesmo em condições desfavoráveis, as denúncias saíam do interior da fábrica e encontravam a única maneira de ecoar na sociedade alagoana através das páginas do jornal *A Voz do Povo*. O jornal entrava nas fábricas pelas mãos dos operários, que

³ *A Voz do Povo*, 1951, p. 3. A coleção do jornal *A Voz do Povo* foi salva pelo historiador Moacir Medeiros de Sant'Ana, após o golpe militar de 1964, quando trabalhava na assessoria do general Bittencourt, na secretaria de segurança pública de Alagoas. Em depoimento no dia 19/08/2005, o historiador disse que: "Trabalhamos muito tempo depois de 64. Então, resolvi carregar. Não pedi, não. E se eu pedisse, não daria e terminaria dando fim àquilo ali. Aí, tranquilamente, amaciei o Rivedo e, realmente, tirei de lá e fui para casa. Morava bem pertinho. Aliás, mandavam me levar para casa de carro".

organizavam a “patrulha de vigilância a fim de evitar os efeitos do terror policial. Centenas de exemplares foram vendidos nessa concentração”.⁴

Curso Stálin

Em 1951 o Partido Comunista Brasileiro organiza nos estados um curso paramilitar, inspirado no Manifesto de Agosto de 1950. O curso era dividido em três fases: o básico ou elementar, o intermediário e o superior, este ministrado em dois momentos: o primeiro realizado no Brasil, com duração entre quarenta e cinquenta dias, e o segundo, na Escola internacional de quadros, em Moscou.

O Comitê Central, em fevereiro de 1951, decidiu criar uma escola nacional de formação de quadros, e a comissão de educação, órgão auxiliar, teve a incumbência de coordenar os trabalhos. Também foram criadas escolas em dezenas de cidades e em diversos estados. A escola de que os militantes de Alagoas participaram ficava em Recife. Um professor, membro da comissão e que já havia estudado em Moscou, foi quem ministrou as aulas dessas fases do Curso Stálin.

O dirigente comunista Rubens Colaço participou da organização do curso Stálin em Alagoas, onde 28 militantes e dirigentes intermediários de Alagoas e Pernambuco fizeram o curso, realizado numa fazenda no município de Murici (AL), em absoluta clandestinidade.⁵

Para o primeiro curso realizado em Recife, de Alagoas foi designado pelo Partido o operário têxtil Sílvio da Rocha Lira. A comissão de educação do Comitê Central havia planejado três cursos para atender aos estados de Pernambuco, Alagoas e Paraíba. O encarregado pelos cursos foi o jornalista mineiro Marco Antonio Tavares Coelho, que naquela época passou a residir em Pernambuco. Os principais dirigentes desses estados participaram do curso Stálin: Hiran de Lima Pereira, Jayme Amorim de Miranda, Ivo Valença, Paulo Cavalcanti, José Raimundo da Silva, Djaci Magalhães, Claudio Tavares, Clodomir Moraes, entre outros.⁶

O trabalho de educação implantado pelo PCB naquele momento, início da década de 1950, tinha a perspectiva de formar quadros teórica e ideologicamente comprometidos com a linha política definida no Manifesto de

⁴ Idem.

⁵ MAJELLA, Geraldo de. Rubens Colaço: paixão e vida – A trajetória de um líder sindical. Recife: Edições Bagaço, 2010, pp. 36-7.

⁶ COELHO, Marco Antonio Tavares. Herança de um sonho, as memórias de um comunista. Rio de Janeiro: Record, 2000, pp. 150-1, 154.



Figura 5: Jayme (o primeiro à esquerda), numa farra com amigos em Maceió. **Fonte:** Acervo do autor.

Agosto de 1950, na perspectiva da luta armada. Nessa conjuntura, a preparação de quadros dirigentes em todos os níveis era essencial.

Apelo de Estocolmo

O comitê permanente do Congresso Mundial dos Partidários da Paz, reunido em Estocolmo, em março de 1950, lançou um apelo pela proibição da bomba atômica através de uma campanha de assinaturas. Os comunistas brasileiros, a exemplo dos comunistas de todo o mundo, deram início à campanha pela paz, contra o envio de tropas à Coreia e a utilização de armas atômicas. A coleta de 4,2 milhões de assinaturas realizada pelos comunistas brasileiros causou certa surpresa em nível mundial.

O coordenador do trabalho de coleta de assinaturas em Alagoas foi Jayme Miranda, mas este trabalho foi dividido com outros militantes. O foco principal do PCB eram os operários fabris, os trabalhadores portuários, os ferroviários e os estudantes. Numa das atividades de coleta de assinaturas no distrito de Fernão Velho em Maceió, a polícia militar, a serviço da fábrica Carmem, empresa do grupo Othon Bezerra de Mello, proibiu a coleta e exigiu que fossem entregues as listas com as assinaturas dos operários. Nesse momento estavam presentes Renalvo Siqueira, José Benedito, Antonio Carlindo, Sílvio Lira e José Gomes, os dois últimos, operários da fábrica Carmem.

O resultado desse conflito por pouco não foi trágico. O jornalista Jayme Miranda foi atingido com a baioneta de um dos militares; esvaindo-se em sangue, é levado ao hospital de Pronto-Socorro, enquanto os outros comunistas foram dominados e levados para uma delegacia de polícia em Maceió, onde passaram a ser espancados.

A repressão aos comunistas e ao movimento social era articulada entre patronato e governo, e muito pouco se divulgava na imprensa, a não ser quando a matéria, acrescida de sutilezas, dava uma fonte qualquer, mas tratava de prisões, conforme ocorreu em 1952: a principal manchete da *Gazeta de Alagoas* anuncia como manchete principal de primeira página: “Desmoro-na-se o Comitê Estadual do PC em Alagoas”.⁷

Os processos contra os militantes comunistas foram seletivamente abertos. Os principais e mais conhecidos foram atingidos: Jaime Barbosa, José Gomes, Silvio Macário, Tibúrcio Tenório das Neves, José Rosa de Oliveira, Júlio de Almeida Braga, Péricles de Araújo Neves, Manoel Barnabé de Lima, os irmãos Joaquim e José Costa, José Cavalcante, Osvaldo Nogueira. Alguns foram condenados, a saber: Benedito da Silva, Renalvo Siqueira dos Santos, Carlindo Silva e Jayme Amorim de Miranda. As penas variaram entre um e cinco anos de prisão.

Os comunistas organizaram uma campanha pela liberdade de Tibúrcio Tenório das Neves. O jornal *A Voz do Povo* denuncia que:

Decorridos três meses e meio da ação popular que impediu (sic) o aumento das passagens dos transportes, continua encarcerado na masmorra da praça da Independência o bravo patriota alagoano Tibúrcio Tenório das Neves. Sequestrado na praça dos Martírios, quando se colocava à frente de centenas de alagoanos, solidarizando-se com o vitorioso movimento do nosso povo que não permitiu mais este assalto a sua minguada bolsa. Tibúrcio juntamente com seu companheiro Renalvo Siqueira foram submetidos a bárbaros espancamentos pelos sicários da polícia política do sr. Arnon de Mello. Em seguida, graças ao enérgico movimento de solidariedade e protesto de todas as camadas sociais de Alagoas, Renalvo Siqueira foi arrancado do cárcere, mas Tibúrcio permanece submetido

⁷ *Gazeta de Alagoas*, 3 maio 1952, p. 1.

a um processo de farsa, tendo os doutos juízes desembargadores lhe negado os recursos de habeas-corpus e fiança, “legalizando” desta maneira as arbitrariedades policiais.⁸

As dificuldades enfrentadas pelo PCB para atuar em Alagoas nesse período foram tão grandes que alguns dos seus quadros, os mais conhecidos, tiveram de viver totalmente clandestinos. Outros foram obrigados a deixar o estado de Alagoas, a exemplo dos irmãos Jayme e Nilson Miranda, que foram atuar em Pernambuco.

Clandestinidade e prisão em Pernambuco

A perseguição política sistemática tem como alvo o PCB, clandestino. Sobrevivendo com dificuldades, a direção estadual decide que Jayme Miranda deixe o estado de Alagoas, em 1951, para atuar em Pernambuco. Nessa época já é o dirigente com maiores responsabilidades, ocupando o cargo de secretário-político. Em Recife, onde se fixa, atua no trabalho de organização. Mas em meados de 1953 é preso pelo Dops, sendo torturado e em seguida transferido para Maceió, onde fica preso na antiga Penitenciária por mais de um ano. O que motivou a prisão e condenação à revelia foi um editorial publicado no semanário *A Voz do Povo*, ainda em 1951, criticando o então governador Arnon de Mello.

A imprensa local silenciou quanto ao fato de que um jornalista no exercício da sua profissão fora perseguido, preso e torturado por expressar a sua opinião através de um editorial. Mesmo os jornais onde havia trabalhado como revisor, o *Jornal de Alagoas* e *A Notícia*, não deram uma linha sequer sobre o fato de o jornalista ter sido preso e o que motivou a prisão: o exercício da profissão. A imprensa local estava totalmente subjugada ao governo.

Ao sair da prisão em 1954 deixa novamente Maceió, indo para Recife cuidar da saúde debilitada em decorrência das torturas na prisão. Com a saúde recuperada, é enviado para o estado do Pará. Nessa época já é um quadro profissionalizado pelo partido. Permanece no Pará até 1957, regressando a Alagoas após as eleições e a posse de Sebastião Marinho Muniz Falcão no governo de Alagoas, quando reassume a direção do jornal *A Voz do Povo* e o cargo de secretário-político.

⁸ *A Voz do Povo*, Ano VIII, nº 3, 7/11/ 1954, p. 2 – Suplemento.

A vitória de Muniz Falcão

O PCB participou do processo eleitoral apoiando as candidaturas presidenciais de Juscelino Kubistchek (1902-1976) e João Goulart (1919-1976), e de Sebastião Marinho Muniz Falcão [1915-1966]⁹ para governador de Alagoas. Muniz Falcão venceu as eleições derrotando o advogado Afrânio Salgado Lages (1911-1990), candidato apoiado pelo governador Arnon de Mello. A disputa pela prefeitura de Maceió se deu entre Sebastião da Hora (1902-1959), antigo militante do PCB, e Abelardo Pontes Lima (1900 - ?).¹⁰

O empenho do PCB na campanha de Muniz Falcão passou a ser uma questão de sobrevivência, já que os comunistas vinham de uma longa jornada de repressão nos dois períodos governamentais, o de Silvestre Péricles e o de Arnon de Mello. A aliança política estabelecida entre o PCB e Muniz Falcão tinha origem nas boas relações políticas travadas desde o período em que o líder petebista havia exercido a função de delegado do Ministério do Trabalho em Alagoas.

A vitória de Muniz Falcão descortinou um novo cenário para os comunistas em Alagoas. Os movimentos sociais, o PCB e o PSB passaram a ser tratados com respeito e o aparelho policial cessou a repressão aos comunistas e ao movimento sindical. Jayme Miranda não participou dessa jornada de lutas, pois se encontrava trabalhando na organização do PCB no estado do Pará. A conquista da liberdade em Alagoas é um caminho para os comunistas rapidamente se reorganizarem em Maceió e em muitas cidades do interior.

A edição de *A Voz do Povo*, nº 38, de 29 de setembro de 1957, traz no expediente Jayme Miranda como diretor e Nelito Nunes de Carvalho como secretário. O jornal abriu a sede na rua do Comércio, 606, e realizou uma vigorosa campanha de finanças para modernizar o semanário com a aquisição de novas máquinas. Os anunciantes durante o governo de Muniz Falcão não foram importunados por quaisquer perseguições policiais ou pelo Fisco estadual. Atuando com liberdade o PCB encontrou as condições essenciais para ampliar as relações do jornal com o empresariado, conquistando anunciantes.

⁹ Nas eleições de 1955 votaram 106.984 eleitores. Muniz Falcão (PSP) obteve 53.085 votos; Afrânio Salgado Lages, 49.669 votos; 1.927 votos brancos e 2.303 votos nulos. Sá Júnior, Heider Lisboa de. A justiça eleitoral em Alagoas. Maceió: Tribunal Regional do Estado de Alagoas, 2008, p. 195.

¹⁰ Idem, p. 221.

Renalvo Siqueira e Mironildes Peixoto, vereadores comunistas

O sapateiro Renalvo Siqueira e o funcionário público Mironildes Vieira Peixoto foram eleitos vereadores em Maceió nas eleições de 1958. Ambos eram militantes do PCB. Renalvo, nessa época, já não trabalhava como sapateiro; era dirigente estadual do PCB. No jargão comunista, era um “revolucionário profissionalizado”, mas em face da precariedade da redação do jornal *A Voz do Povo*, vinha trabalhando como repórter, responsável pela cobertura das atividades parlamentares na Câmara Municipal de Maceió.

Esse tipo de trabalho era comum naquela época, e a direção do jornal estimulava os militantes a serem “correspondentes” em seus locais de trabalho, moradia, estudo, no movimento sindical e também nas casas legislativas, na assembleia e nas câmaras municipais.

A Voz do Povo, sem que tivesse essa preocupação histórica, serviu de escola para várias gerações de operários, estudantes, profissionais liberais e jovens intelectuais, no exercício diário de jornalistas formados na prática cotidiana.

Os mandatos parlamentares de Renalvo Siqueira e Mironildes Vieira Peixoto sinalizavam mudanças de ações do PCB em Alagoas. Ambos com atuação parlamentar dedicada às causas populares, à defesa da política do PCB e do aliado Muniz Falcão. Foi, pois, numa conjuntura política favorável, para os comunistas, trabalhistas e socialistas que esses mandatos fizeram crescer a influência do partido aliado ao movimento sindical em ascensão durante o governo de Muniz Falcão.

O reforço no trabalho de direção do PCB foi potencializado com o retorno de Jayme Miranda, que havia passado os últimos três anos na região Norte do país. Some-se a isso a vinda para Alagoas de Nelito Nunes de Carvalho, jornalista baiano e quadro com experiência na organização partidária em vários estados, imediatamente levado para a redação do semanário dos comunistas como chefe de redação de *A Voz do Povo*.

O crescimento do PCB à luz da liberdade conquistada durante o governo Muniz Falcão gerou também alguns problemas internos, e nas eleições seguintes o nome do radialista e jornalista Nilson Miranda foi apresentado como candidato a vereador, sendo eleito com expressiva votação. Nilson Miranda passou a ser o terceiro vereador comunista na história do partido em Maceió.

Eleição para o Comitê Central

Em 1960, o PCB realizou pela primeira vez em sua história um congresso, numa situação de semilegalidade. Os delegados ao congresso representavam um contingente de aproximadamente 15 mil militantes, distribuídos pelos estados da federação. O V Congresso ocorreu na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, no mês de setembro. O clima político vivido no país garantia a liberdade de expressão. Aproveitando-se dessa conquista durante o governo Juscelino Kubistchek, o PCB se preparou para solicitar ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o registro para atuar legalmente e inclusive participar do processo eleitoral.

A direção nacional que emergiu do V Congresso rompia com a antiga política do culto à personalidade e principalmente apontava para a

existência de duas contradições fundamentais que exigem solução radical na atual etapa histórica do desenvolvimento da sociedade brasileira, quais sejam: a contradição entre a Nação e o imperialismo e seus agentes internos, e aquela entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, que se expressa, essencialmente, como contradição entre latifundiários e massa camponesa.¹¹

A Resolução Política aprovada pelo V Congresso dizia que as transformações em direção a uma sociedade socialista não ocorreriam de imediato, mas mediante etapas históricas, fruto essencialmente das lutas das forças sociais.

O comitê central eleito pelos delegados incluía pela primeira vez o dirigente alagoano Jayme Amorim de Miranda como membro efetivo. Outros três nomes identificados com o estado de Alagoas também foram eleitos: José Maria Cavalcante, marítimo que em 1947 havia sido deputado estadual pelo PCB e que em 1960 militava em Niterói (RJ); José Francisco, ex-operário com longa trajetória de atividades partidárias, que deixou o estado de Alagoas na década de trinta e havia sido candidato a suplente de senador na chapa com Luís Carlos Prestes em 1946; e o

¹¹ VINHAS, Moisés. O Partidão – a luta por um partido de massas – 1922-1974. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 183.

coronel do exército Henrique Cordeiro Oest, comandante da guarnição federal em Alagoas, secretário de segurança pública do governo Muniz Falcão, eleito para o comitê central. Oest era carioca e tinha também uma longa militância no PCB, tendo sido até mesmo candidato a deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro em 1946.

O VI Congresso foi realizado em dezembro de 1967 em São Paulo, e em condições adversas, clandestinamente, com um número menor de delegados. Jayme Miranda já não morava nem atuava em Alagoas, e havia ficado meses na prisão durante o golpe militar de 1964. Ao ser solto, passou a viver na clandestinidade no Rio de Janeiro.

Foi reeleito para o comitê central e em seguida foi escolhido para a comissão executiva do CC. A comissão executiva escolhida era composta por Luis Carlos Prestes, Giocondo Dias, Orlando Bonfim Júnior, Zuleika Lambert, Dinarco Reis, Geraldo Rodrigues dos Santos e Jayme Miranda, membros efetivos; Ramiro Luchesi, Walter Ribeiro e Marco Antonio Tavares Coelho como suplentes.¹²

Jayme trabalhou na organização do PCB em vários estados das regiões Sudeste e Sul, mas fixou-se no Rio de Janeiro; como membro da comissão executiva fez parte do grupo dirigente que cuidava da organização partidária na clandestinidade. Esse tipo de atividade o obrigava a se deslocar por vários estados e cidades, mantendo contatos com dirigentes locais do partido.

Em razão do tipo de trabalho que desenvolvia era obrigado a mudar constantemente de endereço, por questão de segurança pessoal e partidária. Morou em diversos bairros do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro.

Viagens ao exterior

Em 1949, aos 23 anos de idade, foi eleito delegado pelo estado de Alagoas, para representar os estudantes no Congresso pela Paz, na cidade do México. Esta é a primeira viagem internacional.

Em companhia de Napoleão Moreira, Edler Lins e Mozart Verçosa Damasceno, Jayme Miranda participou do Festival Mundial da Juventude Democrática, realizado em Viena em 1959. O grupo esteve no festival e também foi a Moscou, capital da então União Soviética, a Paris, Lisboa e outras cidades europeias. Foi a primeira vez que Jayme esteve na antiga URSS.

¹² Idem, p. 243.

A primeira viagem como membro do comitê central ao exterior aconteceu em 1961, como membro de uma delegação composta de jornalistas, advogados, políticos, sindicalistas de Alagoas e de outros estados do Brasil, organizada pelo então deputado federal Francisco Julião (PTB-PE), fundador e coordenador nacional das Ligas Camponesas. Fizeram parte da delegação os jornalistas alagoanos Alberto Jambo e Nilson Miranda, o advogado Ciro Casado Rocha e o deputado estadual Mendes de Barros (PSP) – este não concluiu a viagem, pois quando estava pronto para embarcar pelo aeroporto do Recife, recebeu a notícia de que Robson Mendes, seu primo e prefeito de Palmeira dos Índios, havia sofrido um atentado a bala, o que o fez retornar a Alagoas.

O jornalista, e deputado estadual do Rio Grande do Norte, Luiz Inácio Maranhão Filho também fez parte da delegação. Os membros da delegação participaram de várias sessões públicas com os principais dirigentes da revolução cubana, entre eles Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, e também vários dirigentes do Partido Comunista Cubano, sob a direção do secretário-geral Francisco Calderío Blas Roca.

Jayme Miranda, secretário político do PCB em Alagoas, e outros dirigentes nacionais do PCB se encontraram reservadamente com Fidel Castro e Che Guevara e se reuniram num outro momento com o secretário-geral do Partido Comunista Cubano, Blas Roca.

A segunda viagem internacional na condição de membro da direção nacional foi para a China, em companhia do também dirigente comunista gaúcho Jover Teles. Ambos participaram da primeira delegação oficial do PCB àquele país e se reuniram com vários dirigentes do Partido Comunista Chinês (PCCh). Os dirigentes brasileiros tiveram um encontro reservado com o líder da Revolução chinesa, Mao Tsé Tung. Para chegar a Pequim, passaram alguns dias em Moscou, cidade a que Jayme, durante os próximos anos, voltaria algumas vezes, clandestinamente.

Em 1974 e 1975 Jayme Miranda foi, também clandestinamente, a Moscou. A rota é pela Europa, passando pelo aeroporto de Orly em Paris, onde é vigiado pelo serviço secreto francês, como consta do seu prontuário. Essa foi, sem que ele pudesse supor, a sua última viagem internacional. No dia 4 de fevereiro de 1975, no Rio de Janeiro, é sequestrado pelo Doi-Codi. Até hoje não apareceu, nem as forças armadas entregaram seus restos mortais. Jayme Amorim de Miranda é um dos “desaparecidos políticos” brasileiros.

Referências:

Arquivo do Autor

<http://www.jaymemiranda.org/>

A Voz do Povo, edição de 1951. Há poucos exemplares do jornal no Arquivo Público de Alagoas; este não tem outras informações que não sejam apenas as do ano da edição.

COELHO, Marco Antonio Tavares. *Herança de um sonho, as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2007.

LIMA, Mário de Carvalho. *Sururu apimentado – Apontamentos para a história política de Alagoas*. Maceió: Editora Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2008.

MAJELLA, Geraldo de. *Rubens Colaço: Paixão e vida – A trajetória de um líder sindical*. Recife: Edições Bagaço, 2010.

SÁ JÚNIOR, Heider Lisboa de Sá. *A justiça eleitoral em Alagoas*. Maceió: Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, 2008.

VINHAS, Moisés. *O Partidão – a luta por um partido de massas – 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982, pp. 183, 243.

Paulo Gracindo, meu pai

Gracindo Júnior



Figura 1: *Pai e filho artistas*



Figura 2: *Pai e filho confidentes*

Venho, até hoje, pendurando nas paredes do meu quarto fotos antigas da minha família, onde avós, pais, tios e primos se misturam. Lá estão meu pai e minha mãe comigo no colo. Típica família dos anos 1940.

Hoje, quase sessenta anos depois, posso me distanciar e rever meu pai como um estranho no ninho. Tinha deixado sua casa, seu pai e sua mãe em Maceió, em busca de aventuras aos dezoito anos de idade.

Passaram-se mais de dez anos para que ele se casasse com uma linda moça de dezessete, minha mãe, e lançasse no seu ventre uma semente. Eu, Epaminondas, o primogênito. Já nasci herdando o nome do meu tio, irmão de meu pai, morto tragicamente num acidente quando tinha apenas treze anos de idade.

Carreguei muitos anos este nome, Epaminondas, uma forma de meu pai, Pelópidas, diminuir a culpa que carregava pela morte de seu irmão. Meu pai tinha doze anos e meu tio treze, estudavam no Colégio Nóbrega, em Maceió, quando foram levados a um passeio promovido pelo Colégio, foi neste passeio que o inevitável aconteceu. Os dois, sedentos depois de muita atividade, vão até uma cacimba onde se fartam com sua água. Voltam para casa e nesse mesmo dia Minondas fica com uma febre altíssima, problemas intestinais... não demoraram nem três dias para que Minondas morresse... Meu pai durante toda a vida se achou culpado pelo que aconteceu com o irmão e carregou essa culpa durante toda a sua vida. Por que ele morreu e eu não?

E virou filho único, teve que suportar do pai e da mãe cobranças que antes poderiam ser divididas com o irmão.

Sempre que meu pai conta as suas histórias, ele faz questão de esquecer a casa onde moravam Demócrito, seu pai, e Argentina, sua mãe. Imaginem quantos fantasmas nessa cabecinha, que todos os dias acordava às cinco horas da manhã para dar conta das aulas de latim, história e português que seu pai ministrava, agora só para ele.

Esta tragédia se transformou em melancolia, que meu pai carregou durante toda a sua vida.

Com dezesseis anos vai para Recife estudar. Dali para o Rio de Janeiro foi um pulo. Adorava contar que veio a pé com o 18º batalhão de cavalaria comandado pelo tenente Agildo Barata, até o Rio de Janeiro.

Logo depois Demócrito morria. Pelópidas se livrava assim da rigidez e incompreensão do pai, que afirmava tirá-lo do palco pelo colarinho, caso o visse metido com artistas mambembes.

Aí entra vovó Argentina em cena, ajudando o filho com uma pequena mesada, com a condição de que ele terminasse o curso de Direito, que ele

tinha começado em Recife. O dinheiro era mais gasto em noitadas do que em livros. Mas essas noitadas serviam para encontrar e conhecer artistas de todos os gêneros.

Numa dessas noites conhece uma menina portuguesa, Mafalda, não muito bonita, mas da maior importância para o início da sua carreira. Sabia que Mafalda era filha de um dos diretores do Clube Ginástico Português, onde existia o maior grupo de atores amadores do país, a sedução era a sua grande arma: começa a namorá-la.

Mafalda era filha de um dos diretores, que facilitou a sua entrada num clube voltado para a comunidade exclusivamente portuguesa. Era tão importante o teatro para esse clube que acabam construindo uma casa de espetáculos que até hoje se mantém como uma das melhores do Rio: o teatro Ginástico. Nesta mesma época Oduvaldo Vianna, dramaturgo e diretor de teatro responsável por grandes sucessos da época, dava aulas de interpretação. E nos finais de ano, montava peças com os atores amadores que compunham o elenco. Conhecer Oduvaldo Vianna era como se encontrar com o seu anjo da guarda. Com o prestígio de Mafalda, entra no grupo e participa do espetáculo levado à cena.

Os seus namoros sempre o ajudaram muito na sua carreira; dono de uma linda figura, no auge dos seus dezenove anos, sabia usar o seu poder de sedução. E foram muitas as suas conquistas que o ajudaram a abrir os seus caminhos.

Uma delas foi minha mãe, Dulce. Ele a conheceu no elevador da rádio Ipanema, onde hoje se encontra o hotel Atlântico, em Copacabana. A rádio, assim como o cassino, que ficavam no mesmo prédio, pertenciam ao meu avô Xavier, pai de Dulce.

Paixão à primeira vista: Paulo Gracindo se casa com Dulce.

Um ano depois eu estou nascendo: batizado como Epaminondas, vivi até os meus quinze anos, quando passo a ser chamado de Gracindo Jr. e começo a trabalhar na rádio Nacional, como radioator. A reação de meu pai, ao descobrir que eu estava na rádio como ator, foi muito mais agressiva e radical do que a de Demócrito, quando ameaçava arrancá-lo do palco quando tinha os seus quinze anos, exatamente a idade que eu tinha naquele momento.

A vida se repete:

– Você só tem catorze anos, tem que estudar, cursar uma faculdade de medicina, direito, arranjar uma profissão decente. Não vou permitir que você entre na rádio! – dizia ele.

Só que ele era um Demócrito, mais sensível, mais razoável e conseguia perceber em mim a mesma atração por uma profissão ainda não reconhecida, mas aberta para aqueles que sonham e se arriscam. Ele sabia que era um caminho duro de percorrer, mas que bom que eu estava junto dele. Foi nessa época que eu comecei a vê-lo como pai e ele a mim, como filho. Encontramos uma forma de nos entender: ambos eram apaixonados pelo que faziam.

O trabalho sempre nos aproximou. Estive ao seu lado durante seis anos na rádio Nacional, com ele aprendi a disciplina da profissão.

Nesses seis anos muitas coisas aconteceram que nos levaram por caminhos diferentes, culminando com a minha exoneração da rádio, perseguido e cassado em 64, alvo da política fascista vigente naquela época. Eu tinha 21 anos e me achava responsável pela minha vida e posições políticas, com as quais ele não concordava.

Foi um período bastante conturbado na nossa relação. Uma fase bastante edipiana. Nós nos machucamos, nos perdoamos, viramos várias páginas e nos reencontramos. Vivemos, deste tempo em diante, uma relação muito madura e muito respeitosa.

Olhando para trás me lembro de fatos absurdos, que podiam nos incomodar, mas que tempos depois conseguíamos lembrar como se fosse uma peça de teatro. Éramos apenas personagens quando aquilo aconteceu. Comecei a aprender um jogo muito perigoso, podíamos viver várias vidas. Podíamos ser santos e demônios.

Valdemar Cavalcanti: menino impossível, menino pelado

Ieda Lebensztayn

Resumo: Este artigo esboça um perfil de Valdemar Cavalcanti, intelectual alagoano cujo centenário de nascimento se comemora neste ano de 2012. A leitura de artigos de Valdemar publicados na revista *Novidade*, do *Jornal literário* e de cartas deixa ver a forma singular como ele combinava olhar crítico e sensibilidade em relação à realidade histórica, à literatura e ao outro. Destaca-se sua amizade com Graciliano Ramos, capacidade de afeto e empenho pela arte, num mundo hostil.

Em casos semelhantes, Machado de Assis deixa de ser um estilista notável e um analista sutil: muda-se em abstração, é sinônimo de gênio. Os seus retratos, os seus livros, reimpressos com estardalhaço, placas etc., são representações materiais que o povo necessita para fixar bem a ideia de grandeza. Exatamente como necessita imagens para segurar as noções de justiça, bondade, santidade e outras coisas caídas em desuso.

GRACILIANO RAMOS, “Os amigos de Machado de Assis”, *Linhas tortas*.

Projeções de *Novidade*

“Meninos pelados”: assim Graciliano Ramos se refere, afetuosamente, a Valdemar, Aurélio, Diégues, Barreto e Ulisses, a quem manda lembranças em cartas para sua esposa, Heloísa.¹ Era no Rio de Janeiro, 1937. Recém-saído da prisão, a cabeça pelada, ele escrevia a história de Raimundo:

¹ RAMOS, Graciliano. Cartas a Heloísa de Medeiros Ramos. Rio de Janeiro, 1937, Fevereiro, Março e Abril (n. 90, 92, 94, 95, 97, 101). In: Cartas. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992; 8. ed., 2011.

careca, um olho preto, o outro azul, rejeitado por todos, desenha Tatipirum e ruma para lá, onde todos são igualmente assim, e cobras não mordem, carros não atropelam; sobressaem a princesa Caralâmpia e uma laranjeira sem espinhos, o anão e o sardento reclamam mas se compreendem. No entanto, inferno e céu no rosto, ciente de retornar para casa, onde o esperava a lição de geografia, Raimundo deixa *A terra dos meninos pelados*, carregando a lição do respeito às diferenças.



Figura 1: Valdemar Cavalcanti. **Fonte:** Acervo de Família.

Os “meninos pelados” da carta a Heloísa eram alguns dos “meninos impossíveis”, amigos de Graciliano desde os anos 1930 que permaneciam em Alagoas: Valdemar Cavalcanti, Aurélio Buarque, Diégues Júnior, Barreto Falcão, além de Ulisses Braga Júnior. Foram chamados de “meninos impossíveis” por admirarem *O mundo do menino impossível*, poema de Jorge de Lima, de 1927, moderno, regional e universal, espécie de marco do modernismo em Alagoas. No poema, o menino quebra os brinquedos importados que ganhou dos avós, para inventar, sozinho, com os objetos de seu cotidiano e seu faz de conta, os próprios brinquedos, tirando “do nada” um mundo outro. É uma recusa à realidade estereotipada e criação de novas formas de habitar o mundo.

Em 1931, esses moços e também Alberto Passos Guimarães, Aloísio Branco, Carlos Paurílio, além de Graciliano, Jorge de Lima e os paraibanos Santa Rosa e José Lins do Rego, então em Maceió, colaboraram na revista *Novidade*, periódico ávido por renovação política e cultural. Graciliano e Jorge de Lima tinham trinta e oito anos; José Lins do Rego, que em Maceió escreveu seus primeiros romances, *Menino de engenho* (1932) *Doidinho* (1933), *Banguê* (1934) e parte de *Moleque Ricardo* (1935), contava trinta anos; os demais, por volta de vinte, daí Graciliano ficar conhecido como *o velho* Graça.



Figura 2: Hebel Quintella, Valdemar Cavalcanti, Graciliano Ramos, Aloysio Branco, Rachel de Queiroz e José Auto, em Maceió, em 1934. **Fonte:** Acervo Família Carlos Moliterno.

Semanário cultural e político, a *Novidade* se constituiu de 24 números, cada qual com dezesseis páginas, e durou de 11 de abril a 26 de setembro de 1931. Nela, Graciliano Ramos publicou o capítulo XXIV de *Caetés* (seu romance de estreia, que sairia em 1933) e as crônicas “Chavões”, “Sertanejos” (incluídas no volume *Garranchos*, organizado por Thiago Mio Salla, o qual será lançado este ano), “Milagres” (que consta de *Linhas tortas*) e “Lampião” (presente no volume *Viventes das Alagoas*). Jorge de Lima escreveu para a revista os artigos “Nota religiosa” e “Padre Feijó – uma página do livro inédito *Notas sobre o sentimento religioso no Brasil*”, artigos expressivos da inquietação com a questão religiosa, a qual marcaria sua poesia, sobretudo a partir de 1935. José Lins do Rego colaborou com “O último livro do dr. Plínio

Salgado” e “O Brasil precisa de Catolicismo”, até hoje inéditos em livro. O jovem Aurélio Buarque de Holanda, que se tornaria contista e sinônimo de dicionário, contribuiu com os poemas “Noite” e “Silêncio”. O pintor Santa Rosa Júnior – futuro criador das capas dos livros de Graciliano e de tantos escritores da Editora José Olympio no Rio de Janeiro a partir de 1934 – escreveu os poemas “Momento”, “Memória” e “Bucólico”.

Também se destacam entre os colaboradores da revista: o poeta e ensaísta Aloísio Branco (“Berceuse para embalar o mundo”, “Véspera de Ano Novo”, “A poesia de Jean Cocteau”, “Notas sobre o espírito de Dostoiévski” etc.); o contista e poeta Carlos Paurílio (“O caso pungente do 17”, “Olhos verdes”, “Carta de Amor”, “Muro de cemitério” etc.), os quais faleceram jovens; o cientista social Manuel Diégues Júnior (“A propósito de guerra”, “O revolucionário dos ritmos”); o folclorista Théo Brandão (“Folk-lore e educação infantil”, “Chupetas”); o poeta e cronista Willy Lewin (“T. G. 13”, “O laboratório de imagens” etc.); o cronista Raul Lima (“A Revolução e o Álcool. Da influência da aguardente na evolução política do Brasil”, “De Recife”). A *Novidade* estampou poemas de Murilo Mendes: “O repórter atrás da grade” e “A namorada do pintor”; e, de Álvaro Lins, a crônica “Vida das ruas, um cronista russo etc.”, o poema “Infância” e o conto “Renúncia”.

Foram Valdemar Cavalcanti e Alberto Passos Guimarães os fundadores e diretores da *Novidade*, responsáveis alternadamente pelos editoriais. Coube a Valdemar o primeiro deles, de 11 de abril de 1931, o “Cartão de visita” do semanário. Como um manifesto, explica que a *Novidade* surgiu da necessidade de sua geração de combater o “tradicional comodismo de atitudes”, a herança romântica, o ceticismo renaniano e a ironia anatoliana, para assumir uma postura crítica frente à realidade. Não podiam ficar “tecendo sonhos cor-de-rosa, em detrimento das realidades da vida”.² Valdemar projetava a revista como porta-voz dos “esforços dispersivos” de jovens de talento e espírito crítico e também de alguns intelectuais mais velhos, certamente Graciliano e Jorge de Lima: ante o lugar-comum em termos literários e de violência e injustiças da realidade brasileira, o seminário lhes permitiria expressarem-se e combater chavões.

De fato, a *Novidade* reuniu nomes que teriam projeção no cenário intelectual e artístico do país, como o velho Graça, Jorge de Lima, José Lins do Rego e os *meninos impossíveis* Aurélio Buarque, Santa Rosa, Valdemar Cavalcanti, Alberto Passos Guimarães, Diégues Júnior, Théo Brandão.

² CAVALCANTI, Valdemar. Cartão de visita. *Novidade*, Maceió, Livraria Vilas-Boas, n. 1, p. 1, 11 abr. 1931.

Este artigo esboçará, então, um perfil de um desses intelectuais alagoanos, Valdemar Cavalcanti, cujo centenário de nascimento se comemora neste ano de 2012. Um olhar voltado para sua trajetória biográfica será o passo inicial para se analisar de que forma os textos de Valdemar Cavalcanti condensam senso crítico e sensibilidade em relação à realidade histórica, à literatura e ao outro.

De jornais feitos à mão: um jornalista, crítico literário e tradutor

*J. Carlos, sessenta
e seis. Carteiro, avante.
Festivo, cumprimenta,
da Gávea no aconchego,
Valdemar Cavalcanti.
(Inda que um só momento,
dai-lhe folga e sossego,
poetas de suplemento!)*

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE,
“A Valdemar Cavalcanti”, Viola de bolso I.

O gosto de Valdemar Cavalcanti (Maceió, 29 de março de 1912 – Rio de Janeiro, 19 de junho de 1982) pelas letras e pelo jornal começou quando pequeno: acompanhava emocionado as personagens dos livros (*Coração*, de Amicis, *O conde de Monte Cristo*, de Dumas, *Os miseráveis*, de Victor Hugo) e fazia pequenos jornais à mão. Logo publicou pequenos contos e poemas humorísticos em *O Bacurau*; aos quinze anos, tornou-se redator de *O Semeador* e, aos dezesseis, do *Jornal de Alagoas* e depois da *Gazeta de Notícias*.

Foi um dos fundadores, em 1927, do *Grêmio Literário* “Guimarães Passos”. Fiéis de início à tendência literária do patrono – Guimarães Passos (1867-1909), primeiro alagoano a ingressar na Academia Brasileira de Letras –, os rapazes do *Grêmio* rejeitaram o modernismo, condenando poetas apressados e sem talento surgidos com a arte nova. No entanto, com a publicação d’ *O mundo do menino impossível*, de Jorge de Lima, alterou-se o ponto de vista dos *meninos impossíveis* Valdemar, Aurélio Buarque, Carlos Paurílio, Aloísio Branco, Diégues Júnior. Em 1928, promoveram a *Festa da Arte Nova*,

que representou uma vaia às coisas acadêmicas e o desejo de uma literatura nova, atenta à tradição e às coisas brasileiras. Valdemar escreveu poemas modernos, dentre os quais “A grande descoberta lírica”, “História simples de uns olhos lindos”, “Poema de todos os dias”, “Inteligência brasileira”, “Poema que eu esqueci de oferecer a Papai Noel”. De forma lúcida, apontou falhas no modernismo, que logo se encheu também de convencionalismos; porém, reconhecia-lhe o valor, de trazer “uma compreensão mais clara de beleza” e “um gosto bem bom pelas coisas brasileiras”.

Na *Novidade* (1931) Valdemar publicou doze editoriais, muitos Tópicos e Notas da Semana, o esboço de novela “Raul Marques, proprietário de Rio Comprido” (N 18, p. 8), uma crítica a *Oscarina*, de Marques Rebelo (N 23, p. 9), e, conforme ele desvendou anos depois no artigo “Uma Revista”, vários textos sob pseudônimos.³

O biógrafo Renard Perez⁴ revela o papel de Valdemar, seu estímulo e dedicação à obra nascente do grupo: discutia literatura e lia poemas inéditos no consultório de Jorge de Lima, ouviu de José Lins do Rego a leitura dos originais dos primeiros romances e datilografou *Menino de engenho*, *Doidinho* e *Banguê*, além de *S. Bernardo*, de Graciliano.

Aos vinte anos, Valdemar Cavalcanti atuou como chefe do gabinete do prefeito de Maceió (seu tio), mas continuava escrevendo para jornais. Vivia como dândi, gostava de dançar e, com o amigo José Lins do Rego, introduziu o frevo em Alagoas. Em 1933, foi com Zé Lins para o Rio de Janeiro, onde traduziu romances, trabalhou no *Diário Carioca* e se dedicou à crítica literária no *Diário de Notícias*, junto com Manuel Bandeira e depois com Rosário Fusco. Assim como Aurélio Buarque, Valdemar escreveu as primeiras leituras críticas sobre *Caetés*, publicadas em 1933 no *Boletim de Ariel*. No ano seguinte, foi para Recife, convidado a ser secretário de redação do *Diário de Pernambuco*. Em 1936, de volta a Maceió, casou-se com Gerusa Xavier, com quem teve dois filhos, Roberto e Sérgio, e se tornou redator-chefe da *Gazeta de Alagoas*. Nessa época, como já referido, era um dos *meninos pelados* a quem Graciliano, no Rio, saído da prisão, mandava lembranças nas cartas a Heloísa.

Em 1937, Valdemar Cavalcanti regressou ao Rio, convidado a trabalhar no recém-instalado Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

³ São artigos de Valdemar Cavalcanti na *Novidade* sob pseudônimos: “Paisagens” (N 9, p. 8), Cinema – “Retrato de Nancy Carroll” (N 20, p. 11), por José Maria de Assumpção; “Clara Bow” (N 14, p. 8), “O ‘Lírio Sinuoso’ da Alemanha” (N 15, p. 9), Cinema – “Rosita Moreno”, “Ann Harding” (N 22, p. 8), por Mário das Neves; “Relógio oficial” (N 17, p. 10), “Livros novos”, sobre *Um jogador*, de Dosztoievski (N 18, p. 12), por Rubens Cardoso.

⁴ PEREZ, Renard. Escritores brasileiros contemporâneos. 2ª série. 22 biografias, seguidas de antologia. 2. ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

(IBGE). Intensificou sua colaboração na imprensa, escrevendo crítica e crônicas no *Observador Econômico e Financeiro*, na *Revista do Brasil*, em *O Cruzeiro*, *Vamos Ler*, na *Revista Bancária e Carioca* e nos jornais *Diário de Notícias*, *O Jornal*, *Diretrizes* etc. Foi redator-chefe do *Jornal de Letras*, diretor do Suplemento Literário de *O Jornal*, dos Diários Associados, e redator-secretário em *A Manhã*, de Aparício Torelly, o Barão de Itararé. Na *Folha Carioca*, publicou por largo período a primeira coluna diária de informações literárias num jornal brasileiro.

Em 1953 o governo francês lhe concedeu o título de Oficial da Academia de França, pela difusão da cultura francesa. Em 1955, recebeu o Prêmio Prefeitura Municipal de São Paulo, pela cooperação constante à causa das letras no país. Foi membro da União Brasileira de Escritores do Rio de Janeiro e membro correspondente do Instituto Histórico de Alagoas.

Embora respeitado como crítico e autor de vários artigos, Valdemar Cavalcanti nunca desejou publicar livros. Na juventude escreveu um esboço de novela (provavelmente, “Raul Marques, proprietário de Rio Comprido”, da *Novidade*), mas o rasgou, insatisfeito. Publicou alguns contos, sempre com pseudônimos. No entanto, enquanto viajava numa caravana cultural no Nordeste, sua mulher descobriu os originais de um diário crítico e os levou para José Olympio. Assim, em 1960, com apresentação do amigo Aurélio Buarque de Holanda, saiu o *Jornal literário*, crônicas sobre fatos da vida literária, na maioria publicadas na seção diária homônima de Valdemar em *O Jornal*. Com essa obra, conquistou em 1965 o Prêmio Jabuti, na categoria de Melhor Crítica e/ou Noticiário Literário (Jornais), além do Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras (ABL), entre outros.

Valdemar Cavalcanti fez diversas traduções, sobretudo para a Editora José Olympio: *Ressurreição*, de Leon Tolstoi; *Vozes da França*, de André Maurois; *Vento leste, vento oeste*, de Pearl Buck; *Lei do cnut e contos*, de Wladyslaw Stanislaw Reymont; *Grinalda de Afrodite* (Antologia de poemas gregos), de Ferdinand Herold; *A princesa e a cigana*, de Jean Rosmer; *O delator*, de Lian O’Flaherty; *Sangue e volúpia* (em colaboração com Raul Lima), de Vicki Baum; *Expressão literária do Novo Mundo*, de Arturo Torres Rioseco; *O selvagem*, de Concórdia Merrel; *A heroica aventura* e *O santo em alto mar*, de Leslie Charteres, dentre outras obras. Além do *Jornal literário* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1960), publicou a seleção *14 poetas alagoanos*: poemas escolhidos (Maceió: Departamento de Assuntos Culturais-SENEC, 1974) e o ensaio “O enfeitado Adolfo Caminha” (In: HOLANDA, Aurélio Buarque de. Org. *O ro-*

mance brasileiro. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1952). Preparou para a José Olympio *O melhor de Stanislaw*, seleção de crônicas de Stanislaw Ponte Preta, reeditada em 2011.

“Nós somos mesmo do amor”: a perspectiva histórica de Valdemar Cavalcanti

Equilíbrio entre correção formal e coloquialismo, sinceridade e clareza na formulação e transmissão de ideias: eis virtudes de escrita alcançadas por Valdemar desde os editoriais e tópicos da *Novidade* (Maceió, 1931). Tal estilo ponderado corresponde a um anseio de justiça nas relações sociais. Assim, no próprio estilo se reconhece que a formação de um pensamento crítico e o combate às iniquidades alarmantes da sociedade alagoana constituíam o sentido cultural e político da renovação almejada por esse criador da *Novidade*.

A ironia é a arma crítica de Valdemar em “Os técnicos da Segunda República”, um dos editoriais que sobressaem na revista, do número 15: dirige-a contra a ineficiência dos governantes tanto da Primeira República (1889-1930) quanto da Segunda (1930-7). Desmascara falsa a atitude dos dirigentes desta, que se arvoravam técnicos e acusavam de românticos os da Primeira República, tão só para derrotá-los em nome do poder pessoal.

A falta de ação político-social da República Velha escondia-se ideologicamente sob o chavão de terem os brasileiros um temperamento sentimentalista de herança étnica. Valdemar Cavalcanti dá um exemplo dessa “fraqueza sentimental” da Primeira República ironizando o regime do “esplêndido e dubio far-se-á” de Washington Luiz, “a que faltava naturalmente o ‘se Deus quiser’”. O crítico explica que, alardeando a beleza e a riqueza do país, os antigos chefes legalizaram, contudo, uma triste condescendência para com os “fiéis da mesma igreja”. Por isso, foram atacados pela gíria revolucionária como “Ladrões da Velha República”.

No entanto, conforme desvela Cavalcanti, os pretensos técnicos do Brasil Novo, embora houvessem anunciado a “revolução purificadora”, não cuidaram sequer de diagnosticar com exatidão os males do país, muito menos de apresentar as receitas de “médicos especialistas”. À semelhança dos dirigentes anteriores, os novos não se dignavam a enfrentar a gravidade dos problemas do Brasil, continuamente adiando qualquer ação transformadora.

Os técnicos vão sendo abafados pelo peso dos problemas a resolver. E deixam para amanhã o que podiam fazer hoje. Instintivamente pensando em depois-de-amanhã...⁵

A conclusão irônica de Valdemar Cavalcanti, cujo teor amargo se confirma até hoje, é que os “erros políticos”, sob o pretexto de sentimentalismo de herança étnica, são a nossa identidade, dispensando até a importação do que é estrangeiro.

Se bem que sejam talvez os nossos erros políticos a única coisa verdadeiramente nossa que o Brasil possui. Porque está se vendo que são erros do nosso temperamento, não são erros importados da estranja.

Desse modo, combatendo o chavão do nosso pretenso romantismo étnico, o crítico descortina institucional no Brasil a inoperância dos políticos quanto aos problemas sociais, mas não quanto às relações de favor que atendem seus interesses particulares.

Vincula-se a esse editorial o da *Novidade* 21, “Nós somos mesmo do amor”. Nele, um dos focos da reflexão de Valdemar Cavalcanti é o *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, referência central para se compreender esse estereótipo do Brasil como país romântico.

De grande êxito quando lançado, esse livro, informa-nos Alfredo Bosi, teve quatro edições entre 1928 e 1931, época de busca da identidade nacional. Para Paulo Prado, os brasileiros seriam marcados por melancolia e romantismo, consequência da luxúria e cobiça dos colonizadores portugueses. Os críticos Dante Moreira Leite e Alfredo Bosi⁶ atestam o aspecto arbitrário desse vínculo entre cupidez e tristeza. Além disso, Moreira Leite pondera sobre o paradoxo de Paulo Prado definir como caráter brasileiro a melancolia e aventar possibilidades de transformação desse retrato – a guerra ou a revolução. O crítico vê aí a irresolução do representante da burguesia cafeeira em crise: o caminho pela violência revela o fascismo então emergente, e a saída revolucionária

⁵ CAVALCANTI, Valdemar. Os Técnicos da Segunda República. *Novidade*, Maceió, Livraria Vilas-Bogas, n. 15, p. 1, 18 jul. 1931.

⁶ Cf. BOSI, Alfredo. Situação de Macunaíma. In: *Céu, inferno*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003. pp. 187-207; LEITE, Dante Moreira. Luxúria, Cobiça e Tristeza. In: *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 6ª ed. rev. São Paulo: Editora UNESP, 2002. pp. 343-53.

ria (prenúncio da revolução de 1930) apontaria para uma aproximação com a esquerda. Recorde-se, com Alfredo Bosi, que em *Macunaíma*, dedicado a Paulo Prado, alternam-se pessimismo e otimismo quanto aos destinos do país.

Importa destacar a preocupação de Valdemar Cavalcanti em refletir a partir dos estereótipos atribuídos ao brasileiro, questionando-os. Desvela como a imagem de romântico, melancólico e apático serviu de justificativa para a falta de ação política na Primeira e na Segunda Repúblicas. Ele aponta a pouca sorte do Brasil com fotógrafos: ou é o retrato sombrio de Paulo Prado, ou o ufanista de Afonso Celso. O crítico observa, entretanto, que, apesar dos pontos falsos ao depreender dos brasileiros um caráter melancólico, o *Retrato do Brasil* é uma obra séria, que instiga reflexão e já em 1928 anunciava a revolução como saída para os desregramentos políticos. Já o *Porque-me-ufano-do-meu-país* (1900) é incisivamente rejeitado por Valdemar: imbecil e perigoso, o livro repete qual estribilho a falsa imagem do Brasil como paraíso, melhor país do mundo.

Julgando ruim essa mistura de visões do país, triste e ufanista, Valdemar Cavalcanti repudia sobretudo a falsidade da visão eufórica de Afonso Celso, mas identifica nos brasileiros antes uma “compreensão boêmia da vida” do que melancolia. Ironiza essa bonomia recorrendo à própria revolução de 1930, “a coisa mais séria” da época, que pareceu acompanhar-se mais de distração do que de gravidade. Valdemar recusa como estereótipo ideológico essa solução aparente dos males do país pela bonomia e, a um tempo, reconhece a sua força. Enfatiza, num inconformismo justamente sequioso de bom-humor, que o Brasil vive uma centena de problemas urgentes, instabilidade política, uma hesitação entre a paralisia da cadeira de rodas e a morte, restando apenas às pessoas “a instituição do sorriso”.

Com um punhado de máximas de caráter mardeniano, o brasileiro enfrenta o seu mundo de dificuldades. O açúcar está baixando que não pode mais – e fazemos a cara alegre de quem nunca sofreu de calos. A importação estrangeira é ninharia – o sorriso é o mesmo. Por dentro a gente está sentindo. Se roendo. Mas pra que entristecer?...

Veja-se que, ao retomar as imagens da tristeza (*Retrato do Brasil*) e da euforia (*Porque-me-ufano*) e julgar mais adequado o sentido da bonomia brasileira (sintetizada no título da cantiga, “Nós somos mesmo do amor”), criticando-lhe o teor ideológico, Valdemar Cavalcanti problematiza agudamente a identidade do país. Esse mesmo material sociológico serviu de base para o conceito de homem cordial, de Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*, 1936) e para a visão positiva de Gilberto Freyre quanto à formação brasileira pela miscigenação (*Casa-grande & senzala*, 1933).

Nos outros editoriais da *Novidade* Valdemar Cavalcanti também denuncia a mistificação da realidade, efetuada por uma prática retórica, seja em âmbito político (“O prestígio da mulher na Segunda República”, “A fábula que La Fontaine não pôde escrever”), seja em âmbito cultural – educacional, artístico, jornalístico (“Minha terra tem coqueiros”, “Nomes de ruas”, “Lampião”, “Ouviram do Ipiranga as margens plácidas”, “Sol de inverno”, “Aristarco, filhos e netos”, “Imprensa de Alagoas”). E note-se como são intimamente vinculados tais âmbitos.

Tópicos da *Novidade*, como “O aventureiro do cangaço” (N 2, p. 2) e “Lampião em cena” (N 4, p. 2), e o editorial número 7, “Lampião”, ao de-frentarem criticamente os impasses que constituem o problema do cangaço, sintetizam a preocupação de Valdemar Cavalcanti em compreender os fatos da história. Ele conhecia o risco de a imprensa promover com sensacionalismo a naturalização da violência e a mistificação da realidade. De um lado, os cangaceiros figuravam como heróis de romance, com sede de vingança. No entanto, havia aí um caráter trágico, decorrente de fatores econômicos e psicológicos. O cangaço integrava sérios problemas políticos, econômicos e sociais, para os quais os chamados revolucionários de 1930 precisavam atentar: a enorme desigualdade social, a concentração fundiária, a ausência de justiça, controlada pelo poder local, e o analfabetismo, conservado

⁷ CAVALCANTI, Valdemar. Nós somos mesmo do amor. *Novidade*, Maceió, Livraria Vilas-Boas, n. 21, p. 1, 29 ago. 1931.

A cantiga é “Batucada”, marchinha de Eduardo Souto e João de Barro, gravada Parlophon por Almirante e Bando de Tangarás (1930):

“Ô, ô/ Nós semo é memo do amô// Mulatinha frajola/ Entra aqui no cordão (cordão)/ Que a fuzarca consola/ As mágoa que a gente/ Traz no coração// Mulata, benzinho/ Vem pra mim de uma vez/ Dou-te amor e carinho/ Dinheiro não tenho/ Não sou português// Vou comprá uma redoma/ Nela eu vou te guardá (guardá)/ Que os malandros te oiando/ Meu bem, são capaz/ De te profaná// Vem, meu bem, pro Salgueiro/ Leblon não vale nada/ Pois nos bairros de lá/ Mulata, meu anjo/ Não tem batucada”.

<http://saudosamaloca.tripod.com/batucada.htm>

segundo os interesses dos proprietários de terra. Ao mesmo tempo, a face trágica de párias não se dissociava do traço facínora dos cangaceiros. Mas se, vítimas e assassinos, eles não eram heróis, tampouco o eram o governo e a polícia. Matar os bandoleiros não significaria eliminar o cangaço, já que ainda subsistiriam os problemas sociais da realidade alagoana. Como aponta Valdemar Cavalcanti, fazia parte também da violência “o lampionismo semi-civilizado” – acordos escusos, maroteiras, fuxicos e politicagem, próprios de uma sociedade pretensamente civilizada.

O crítico depreende, portanto, da história brasileira uma ambiguidade entre caracteres pacíficos e carregados de violência, conservadores. Resta o impasse: como se realiza a mediação pela literatura num mundo de barbárie?

Quem tira de letra a sopa? O olhar para a literatura e os escritores

*Ponho-me a escrever teu nome
com letras de macarrão.
No prato, a sopa esfria, cheia de escamas
e debruçados na mesa todos contemplam
esse romântico trabalho.*

*Desgraçadamente falta uma letra,
uma letra somente
para acabar teu nome!*

– Está sonhando? Olhe que a sopa esfria!

*Eu estava sonhando...
E há em todas as consciências um cartaz amarelo:
'Neste país é proibido sonhar'.*

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, *Sentimental*, *Alguma poesia*.

Junto com o direito ao “trabalho romântico” da poesia, como diria o “Sentimental” de Carlos Drummond de Andrade, Valdemar Cavalcanti ponderava sobre a necessidade de valorizar-se a profissão dos

intelectuais. Ciente da insuficiência da formação cultural do país, no artigo “Prosa fiada”, aplaudindo embora o processo de profissionalização do escritor no Brasil, cobra a remuneração para aqueles que proferem palestras. Acusa ironicamente as instituições “que se dão ao luxo” de promover cursos ou serões literários contando com a “colaboração gratuita dos intelectuais”: “a prosa que se faz ouvir, nos auditórios, em dadas ocasiões, é, no duro, prosa fiada”. Brincando com os sentidos literal e figurado da expressão *prosa fiada*, Valdemar busca criar consciência contra a “exploração amadorista” comumente exercida sobre os escritores. Num tom leve, aproximando o plano monetário do metafórico por meio da expressão “já são outros quinhentos cruzeiros”, chama a atenção para uma questão válida até hoje:

quer tratem do sublime ou do corriqueiro, os intelectuais exercem um trabalho e, não só da graça da poesia, precisam de dinheiro. Resistente embora ao mundo, a boa literatura e os escritores não se fazem de sonhos cor-de-rosa apartados da realidade.

Uma conferência, mesmo que seja sobre o leque ou sobre o amor, sobre questões de moda ou de astronáutica, constitui uma tarefa intelectual que merece paga – o mesmo que seja monótona ou até soporífera, o que já são outros quinhentos cruzeiros. Não é justo que se force um homem de letras ao regime do gratuito, quando não é esse, afinal, o regime da padaria nem do armazém.⁸

“Eito literário” e “mandantes” são expressões com que Valdemar Cavalcanti, no artigo “Editores e tradutores” (pp. 116-9), se indigna contra o regime de escravidão imposto por editores inescrupulosos a pseudotradutores, movidos estes por necessidade ou cobiça, ignorância, displicência. A analogia segue, dando voz à gravidade do fato: executadas por “capangas”, as más traduções “desancam” em português os escritores estrangeiros. Por outro lado, o crítico destaca o enriquecimento do patrimônio bibliográfico brasileiro propiciado por editores honestos, preocupados em possibilitar a leitura de grandes obras estrangeiras no país, e por tradutores sérios, minuciosos, de boa formação linguística e cultural. Como aqui se indicou, ele próprio se dedicou à tarefa de tradutor.

⁸ CAVALCANTI, Valdemar. Prosa fiada. In: *Jornal literário*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. pp. 17-8.

Significativamente, esses dois artigos saíram numa coluna e, depois, num livro chamado *Jornal literário*: deixam ver a consciência de um crítico para quem a literatura era pão diário. Ele sabia que não é sopa viver de letrinhas, que o trabalho com as palavras, em geral mal-remunerado, exige afinho e paciência, ainda mais num ambiente em que proliferam pseudointelectuais, alguns até medalhões, cheios de vaidade.

Gregório de Matos, Casimiro de Abreu, Gonçalves Dias, Augusto dos Anjos, Alberto de Oliveira, Cruz e Sousa, Jorge de Lima, Verlaine: a poesia marca presença no *Jornal literário*, cujo autor publicou, em 1974, a já referida antologia de poetas alagoanos. Também Alencar, Aluísio Azevedo, Lobato, Júlio Verne e os amigos José Lins (“cronista”) e Graciliano (“quando jovem”) comparecem no livro. E o interesse crítico de Valdemar Cavalcanti perscruta temas variados, deixando ver sempre sua concepção da literatura como vital: orelhas de livros, cartas íntimas, prefácios, dicionários, “tipos de burrice”, literatura infantil, literatura policial, contos, romances para moças, almanaques, literatura e cinema, futebol, filologia, tradução, influências, vaidade, glória, gerações e amizades literárias, a revista *Novidade* etc.

O próprio Valdemar, na Nota de abertura do livro *Jornal literário*, declara sua resistência a publicá-lo: por ter em alto grau a “aventura do livro” e se considerar “aprendiz de escritor”, só se convenceu a reunir aquelas páginas por sabê-las resultantes de “um esforço persistente de compreensão e entendimento” e úteis como “testemunho modesto” sobre as condições da literatura brasileira de então. Sem dúvida o tom despretensioso dá certa leveza aos textos, mas seu anseio de compreensão carrega questões complexas, destacando-se num mundo falto do tempo da mediação intelectual.

Perto dos olhos: aprendiz de romance

Três fracassos sucessivos plantaram o jovem bacharel Raul Marques na fazenda herdada dos pais: a derrota nas eleições para deputado estadual, o empastelamento de seu jornal *O Combate* e o fim do noivado com Sara.

Com poucas pinceladas, dando vida a um conto curto, publicado na revista *Novidade* 18, Valdemar Cavalcanti cria esse narrador-protagonista, solitário num cenário do campo, cercado de alguns criados negros e de livros. E é nessa fazenda, Rio Comprido, que o rapaz receberá a visita do amigo de faculdade Batista, vulgo Bugre, e um pedido infrutífero que, no entanto, fará germinar sua história.

Ingenuamente fiel à Glorinha, moça que havia muito lhe pedia tempo para engatar um namoro, o Bugre recorre à mediação de Raul Marques. Mesmo contrariado, este vai à cidade, depois de três anos afastado dos espectadores de seus fracassos. Eis que a descrição da moça, ocupando longo parágrafo, acompanha a surpresa do narrador diante dela: a franzina Glorinha se transformara num “pedaço de mulher” e, evidentemente, ainda possuía “aqueles doces olhos negros, olhos alegres”. Como a sintetizar esse parágrafo longo, a frase inicial do seguinte, concisa, expressa a intensidade do tempo psicológico em que o narrador se dedicou a observar a jovem, o demonstrativo *isso* sinalizando o encantamento do rapaz: “E enquanto *isso* Glorinha não parava de falar”.

Na sequência, igualmente de forma concisa, o narrador oferece outro indício de seu enlevo por Glorinha. Ao relatar que, quando de sua visita à moça e ao padrinho (o velho Coelho Cardoso), só pôde deixá-los depois das dez da noite, insinua que a presença dela o acompanhava: “Propriamente deixei o velho”.

A essa altura, sabe o leitor que o interesse de Raul Marques por Glorinha se sobrepusera à missão de mediador da paixão alheia, de Bugre. E a graça da construção do texto é pretensamente apostar ainda na seriedade do fazendeiro: ele frequentou, por dezesseis dias, almoços com o Coelho, e sempre pontualmente, pois chegava às dez e ficava duas horas na companhia de Glorinha; pretexta não saber por que jamais falou sobre o Bugre, mas ciente de não estar agindo bem. Chega ao máximo de se isentar da culpa de trair o amigo, atribuindo-a à moça.

Faz hoje dezesseis dias que eu estou em Maceió, almoçando regularmente ao meio-dia com o Coelho. Sou pontual: vou às dez e prendo-me às conversas (e aos olhos) de Glorinha. Não sei o que me tem levado a silenciar sobre o caso do Batista. Nem sequer lhe toquei no nome em conversa. Sei que não estou procedendo direito. Mas a culpa será minha? Ou da Glorinha, que sempre fala mais do que eu?⁹

Então, o desfecho do conto alcança bem-humorada singeleza, ao fazer coincidirem a missão realizada por Raul Marques, que conta a Glorinha haver “alguém” apaixonado por ela, com a omissão do nome de Bugre: “Só

⁹ Cavalcanti, Valdemar. Raul Marques, proprietário de Rio Comprido, Esboço de Novela. Novidade, Maceió, Livraria Vilas-Boas, n. 18, pp. 8, 9 e 12, 8 ago. 1931.

faltava dizer: esse alguém é o Batista. Justamente o principal”. Essencial mesmo foi que, ao erguer seus olhos “doces”, Glorinha encontrou os de Raul. E o conto se encerra com o bilhete de despedida de Batista, que viajaria para a Europa, contando com um beneplácito carregado da ironia da vida: “Meu bom, meu grande amigo Batista, boa viagem...”.

Dessa forma, Valdemar Cavalcanti arriscou-se na composição ficcional, concebendo um narrador, personagens e situações, e obteve, num conto curto, um bom efeito de leveza e humor. Ao criar um bacharel, herdeiro de proprietários, voltado para as carreiras política e literária e para a vida amorosa, trouxe matéria semelhante àquela a que dariam forma grandes escritores da tradição da literatura brasileira, como José Lins do Rego e Graciliano. Aprendiz de romancista, se não foi além desse “esboço de novela”, estampado na *Novidade* 18, Valdemar Cavalcanti sobressai como crítico e amigo da literatura.

A amizade com o velho Graça: no juízo final e no inicial

Combinam-se na formação do crítico Valdemar Cavalcanti: a prática de observação e busca de compreensão da realidade histórica; o gosto pela literatura e a atenção aos elementos da composição em prosa ou poesia – próprios de quem esboçou uma novela e traduziu vários romances; a sensibilidade em relação ao outro e o empenho por ser útil aos amigos e à difusão da arte.

São de Valdemar e do também *menino impossível* Aurélio Buarque as primeiras leituras críticas sobre *Caetés*, romance de estreia de Graciliano Ramos, publicadas em 1933 no *Boletim de Ariel* do Rio de Janeiro. Ao apresentar a de Valdemar, intitulada “O romance *Caetés*” (*Boletim de Ariel*, ano III, n. 3, dez. 1933, p. 73), Antonio Candido¹⁰ observa como o crítico, utilizando expressões que se tornariam lugares-comuns, depreendeu linhas-mestras do estilo de Graciliano e as revelou com parcimônia comparável à do romancista: identificou em *Caetés* a “força íntima do documento humano”, a “segurança de sua fatura” e a “secura da fala” do escritor, mais amigo da “aridez” que da fartura verbal, e admirador de Eça de Queiroz. Assim, acompanhando Valdemar, Candido mostra como o romance dá forma artística a um documento social a partir do olhar para a individualidade das personagens.

¹⁰ Cf. CANDIDO, Antonio. No aparecimento de *Caetés*. In: *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. pp. 92-101.

Valdemar Cavalcanti já havia lido *Caetés* desde sua primeira versão, de 1930. E a Correspondência de terceiros que consta do Arquivo Graciliano Ramos do Instituto de Estudos Brasileiros, IEB-USP, revela que, além de primeiro crítico da obra de Graciliano, ele foi mediador da publicação do romance junto a Adersen-Editores¹¹ e à Companhia Editora Nacional, enquanto a Schmidt demorou.

Datada de 19 de abril de 1933, uma carta de Valdemar Cavalcanti, de Maceió, para a Companhia Editora Nacional, de São Paulo, é a materialização do empenho do jovem por ver publicada a obra de estreia de Graciliano, permitindo o uso autêntico dos termos *crítica literária* e *amizade*. Valdemar conhecia não só *Caetés* como também *S. Bernardo*: conhecia a força da arte de Graciliano, bem como seu rigor e autocrítica. Por isso, dirige-se à Companhia Editora Nacional, chamando-a “a casa de maior relevo em cifras de produção e seleção”.¹² Esclarecendo de saída seu propósito de tratar de um assunto relevante, que “afeta os interesses da indústria do livro”, consulta-os quanto a editarem “um admirável livro nordestino”: *Caetés*.

Então, nessa carta de abril de 1933, tece uma apresentação do romance, condensando expressões críticas que retomaria depois, no mencionado artigo para o *Boletim de Ariel*, de dezembro, recém-publicada a obra. Ressalta a “extraordinária força de descritivo humano” de *Caetés*, capaz de representar, a um tempo, “o cotidiano tranquilo” da província e alguns “dramas anônimos e dolorosos”. Apreendendo a representação crítica da trajetória de indivíduos imersos em seu ambiente social, Valdemar sublinha que a grandeza do romance não advém de oferecer “postais da paisagem física de uma cidadezinha do interior”, e sim de exibir “em água-forte o panorama humano de algumas vidas em desordem” na rotina sertaneja. Para concluir sobre o valor da composição ficcional de *Caetés*, evoca o prestígio crítico de Prudente de Moraes neto, que, em correspondência trocada com Graciliano

¹¹ Cf. Carta de Sebastião de Oliveira Hersen a Valdemar Cavalcanti. Rio de Janeiro, 13 abr. 1933. Correspondência de Terceiros – Arquivo Graciliano Ramos do IEB-USP. Sebastião de Oliveira Hersen foi sócio de Adolfo Aizen na Adersen Editores, firma pequena, fundada em 1931, cujo nome decorria da fusão dos nomes de ambos. Nessa carta, Hersen declara honestamente toda a sua aflição, premido por dificuldades financeiras, desejoso de publicar *Caetés* e *S. Bernardo*.

Consta também do Arquivo uma carta anterior, de 3 de janeiro de 1933, escrita por Graciliano aos Srs. Adersen-Editores, de Maceió. Ele trata de um projeto de contrato para a edição de *Caetés* e se refere a uma carta dos editores para Valdemar Cavalcanti, na qual reconheciam não ser favorável ao escritor o negócio. Mas afirma que pretendia aceitar a proposta, se consentissem as alterações que então sugeria às cláusulas do contrato. *Caetés* não foi publicado pela Adersen, diferentemente de *O menino de engenho*, de José Lins do Rego, que saíra em 1932 por essa editora, com a mediação de Valdemar e o empenho de Hersen.

¹² Carta de Valdemar Cavalcanti para a Companhia Editora Nacional. Maceió, 19 abr. 1933. Correspondência de Terceiros – Arquivo Graciliano Ramos do IEB-USP.

– suscitada a partir da leitura dos originais da obra, presentes na Schmidt Editora –, reconheceu o escritor como uma das “mais seguras organizações de romancista” do país.

A argumentação de Valdemar Cavalcanti a favor da publicação de *Caetés* sobressai também como testemunho da situação editorial e da sociabilidade literária brasileiras em 1933. Interessado embora em lançar o romancista nordestino, o editor Augusto Frederico Schmidt via-o encalhar sem edição, em decorrência da Revolução e de “outras cousas piores”. No entanto, já o dera a ler em seu círculo de amizades, havendo criado expectativa em relação a Graciliano Ramos, até na imprensa. Jorge Amado, já autor de *O país do carnaval*, em artigo do *Boletim de Ariel* situava o alagoano na “vanguarda dos maiores escritores do Norte”.

Desse modo, Valdemar Cavalcanti argutamente afiança aos olhos dos editores a força literária de *Caetés* e o valor de descoberta de seu autor nos círculos do Rio de Janeiro, capital federal, além de anexar à carta uma cópia das duas últimas páginas do romance, de fato antológicas. E acrescenta informações fundamentais: além de as 220 páginas do livro já contarem com a composição da Sociedade Impressora Paulista, sua capa continha um “desenho admirável e expressivo de Santa Rosa Júnior”. (Como se sabe, *Caetés* saiu em dezembro de 1933 pela Schmidt mesmo, com a capa do Santa.) Por fim, perfazendo a segurança e o entusiasmo da mediação de Valdemar Cavalcanti junto à Companhia Editora Nacional, ele anuncia que a “fecundação dos prelos” também se satisfaria do segundo romance de Graciliano Ramos: *S. Bernardo*, “retrato da vida rural sertaneja”.

“Fiz coisas boas que me trouxeram prejuízo.” Tal frase e a seguinte (“fiz coisas ruins que deram lucro”) são justamente do capítulo 8 de *S. Bernardo*, romance que Valdemar Cavalcanti datilografou para o amigo e viria a público em 1934, pela Ariel, editora de Gastão Cruls e Agripino Grieco.

Como nessa frase, sente-se um sabor amargo, próprio do *Eclesiastes*, diante de um episódio envolvendo Valdemar e Graciliano, recém-saído da prisão. Cartas do romancista para Heloísa, de 8 de março e de 11 de abril de 1937, dão testemunho da situação delicada que experienciou. Necessitando de dinheiro, inscreveu-se no prêmio “Literatura Infantil”, do Ministério da Educação, cujo edital, lançado em setembro de 1936, previa que os trabalhos fossem originais, entregues datilografados em três vias e assinados com pseudônimos, até 28 de fevereiro de 1937. Caberiam aos três primeiros colocados, respectivamente, prêmios de três, dois e um conto de réis. No entanto, conforme Graciliano relata à es-

posa, Valdemar Cavalcanti, desconhecendo a inscrição com pseudônimo no concurso, cometeu o “desastre” de noticiar na *Gazeta* a publicação de *A terra dos meninos pelados*. As palavras de Graciliano demonstram que, além do evidente aborrecimento com o ocorrido, afligiu-o a preocupação em não magoar Valdemar; com sua sensibilidade, desejava evitar o tormento do amigo, que, como sabemos, sempre se empenhou por ajudá-lo e divulgar-lhe a obra.

O nome do autor não podia ser descoberto antes do julgamento. É verdade que eu não tinha esperança de alcançar o prêmio, mas enfim havia oitenta concorrentes e eu era um deles. Agora, dois meses antes da apuração, a nota da *Gazeta* me exclui do concurso. O intuito de Valdemar não foi esse, é claro, mas se ele soubesse que a história tinha sido escrita para um concurso, não publicaria aquilo. Não desejo que se diga mais nada sobre os meninos pelados e sobre a conversa da *Revista* [Acadêmica]. É bom ele não pensar que estou ressentido (realmente não estou), mas qualquer publicidade me prejudica. Afinal o meu afastamento do concurso foi um bem: não me preocuparei com essas coisas incertas. E eu só tinha feito aquilo por insistência do Rodrigo [Melo Franco de Andrade].¹³

Fazendo jus à palavra, a *amizade* de Graciliano e Valdemar enfrentou impasses da realidade e perdurou, sem se perturbar por ressentimentos. Não é comum falar-se de amizades literárias com conhecimento de causa, como o fez Valdemar Cavalcanti, que sugere um estudo sobre o tema:

¹³ RAMOS, Graciliano. Carta a Heloísa de Medeiros Ramos. Rio de Janeiro, 8 mar. 1937 (n. 96). In: _____. Cartas. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992. p. 186.

A terra dos meninos pelados, de Graciliano Ramos, recebeu o terceiro prêmio na categoria de literatura para crianças de oito a dez anos. A fada menina, de Lúcia Miguel Pereira, e A casa das três rolinhas, de Marques Rebelo e A. Tabayá, conquistaram, respectivamente, o primeiro e o segundo prêmios. Foram publicados os três pela Globo, de Porto Alegre, em 1939.

O circo, de Santa Rosa Júnior, elogiado por Graciliano em cartas, venceu na categoria de livros pré-escolares, seguido por O tatu e o macaco, de Luiz Jardim, e Carnaubeira, de Margarida Estrela e Paulo Werneck.

Para crianças de mais de dez anos, foram premiados: O boi aruá, de Luiz Jardim, A grande aventura de Luiz e Eduardo, de Ester da Costa Lima, e As aventuras de Tibicuera, de Erico Verissimo.

Cf. GOMES, Ângela de Castro. As aventuras de Tibicuera: literatura infantil, história do Brasil e política cultural na Era Vargas. Revista USP, São Paulo, n. 59, nov. 2003.

As amizades de que trato são essas que se fundem sob o signo do espírito, transafetivas por natureza, tão altas e nobres que não as alcançam nunca os sentimentos ras-teiros – nem a malícia nem a inveja. Amizades que se fazem sólidas entre vivos, pelo mútuo conhecimento e admiração recíproca, pelo constante intercâmbio de ideias ou emoções, mas também entre vivos e mortos, por um misterioso comércio da inteligência e da sensibilidade.¹⁴

E o mesmo deus Hermes da comunicação, da hermenêutica e do inferno rege esse comércio, de menino e velho impossíveis, próximos na distância, um olho preto, o outro azul.

Referências:

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1964.
- BAÊTA, Elô. Cem anos de Valdemar Cavalcanti. *O jornal*, Maceió, 29 mar. 2012, p. B3.
- BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. *ABC das Alagoas*: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas. 2 v. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.
- BOSI, Alfredo. *Céu, inferno*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.
- CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*: ensaios sobre Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- CAVALCANTI, Rafael. O centenário de Valdemar Cavalcanti. *Tribuna Independente*, Maceió, 25 mar. 2012, p. 10; *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 14 abr. 2012, caderno Saber, p. 2.
- CAVALCANTI, Valdemar. Cartão de visita. *Novidade*, Maceió, Livraria Vilas-Boas, n. 1, p. 1, 11 abr. 1931.
- _____. *Jornal literário*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- _____. Nós somos mesmo do amor. *Novidade*, Maceió, Livraria Vilas-Boas, n. 21, p. 1, 29 ago. 1931.
- _____. Os técnicos da Segunda República. *Novidade*, Maceió, Livraria Vilas-Boas, n. 15, p. 1, 18 jul. 1931.

¹⁴ CAVALCANTI, Valdemar. Amizades literárias. In: *Jornal literário*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. p. 8.

- _____. Raul Marques, proprietário de Rio Comprido, esboço de novela. *Novidade*, Maceió, Livraria Vilas-Boas, n. 18, p. 8, 9 e 12, 8 ago. 1931.
- GERMANO, Tiago. O datilógrafo de Zé Lins. *Jornal da Paraíba*, João Pessoa, 29 mar. 2012, caderno Vida & arte, p. 3.
- GOMES, Ângela de Castro. *As aventuras de Tibicuera*: literatura infantil, história do Brasil e política cultural na Era Vargas. *Revista USP*, São Paulo, n. 59, nov. 2003.
- LEBENSZTAYN, Ieda. *Graciliano Ramos e a Novidade*: o astrônomo do inferno e os meninos impossíveis. São Paulo: Hedra, 2010.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*: história de uma ideologia. 6. ed. rev. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- PEREZ, Renard. *Escritores brasileiros contemporâneos*. 2. série. 22 biografias, seguidas de antologia. 2. ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- RAMOS, Graciliano. *A terra dos meninos pelados*. Ilustrações de Roger Mello. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- _____. *Caetés*. (Introdução de Antonio Candido, “Ficção e confissão”). 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.
- _____. *Cartas*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- _____. CORRESPONDÊNCIA Ativa, Passiva e de Terceiros. Arquivo Graciliano Ramos. Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, IEB-USP.
- _____. *Linhas tortas*. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- _____. *S. Bernardo*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.
- REVISTA *Novidade*. Direção de Valdemar Cavalcanti e Alberto Passos Guimarães. Maceió, Livraria Vilas-Boas, 1931, 24 números: 1 – 11 abr.; 2 – 18 abr.; 3 – 25 abr.; 4 – 2 maio; 5 – 9 mai.; 6 – 16 mai.; 7 – 23 maio; 8 – 30 maio; 9 – 6 jun.; 10 – 13 jun.; 11 – 20 jun.; 12 – 27 jun.; 13 – 4 jul. 14 – 11 jul.; 15 – 18 jul. 16 – 25 jul. 17 – 1º ago.; 18 – 8 ago.; 19 – 15 ago.; 20 – 22 ago.; 21 – 29 ago.; 22 – 5 set.; 23 – 19 set.; 24 – 26 set.
- SANT’ANA, Moacir Medeiros de. *História do modernismo em Alagoas* (1922-32). 2. ed. revista e aumentada. Maceió: Edufal, 2003.
- VASCONCELOS FILHO, Marcos. *marulheiro*: viagem através de Aurélio Buarque de Holanda. Maceió: Edufal, 2008.

O viçosense Octavio Brandão e sua brasilidade

J. R. Guedes de Oliveira _____

Resumo: Dois fatos importantes destacamos na vida brasileira de 1922: a Semana de Arte Moderna e a fundação do PCB, Partido Comunista Brasileiro (passados noventa anos dessas duas grandes epopeias).



Figura 1: Octavio Brandão jovem, ainda em Alagoas, no final da década de 1910. **Fonte:** Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp.

Se de um lado a revolução da arte deu um sentido de rompimento com a estética e as amarras a que estávamos submetidos ao longo da nossa história, do outro, em pura verdade, apresentou-se uma nova visão do mundo da economia e da sociedade, com o aparecimento, em 1917, da então

URSS, em bases marxistas – inspiração para os anarquistas se agruparem em torno dessa mesma fundação.

Entre tantas figuras proeminentes desse pensamento socialista, surgida das ideias iniciais do anarquismo, em primeira mão, está uma personagem das Alagoas, mais precisamente de Viçosa: Octavio Brandão.

Assim sendo, nosso objetivo é, na verdade, dar o devido crédito histórico a esse viçosense, pela sua grandeza de espírito, pela sua luta tenaz e pelo seu grande amor a Alagoas.

Não nos cabe, contudo, invariavelmente, o endosso ou não ideológico de suas dogmáticas posições. Qualquer deslize neste sentido pode prejudicar o nosso comportamento de historiador, o que revelaria uma aberta e tendenciosa expressão de comunhão ao seu pensamento. Isto não está no nosso escopo neste importante evento, de vez que pretendemos traçar o perfil de alguém que merece ser resgatado do olvido em que se encontra.

Podemos descrever e analisar a sua trajetória de vida, mas não comungar com ele, por exemplo na sua concepção materialista.

A certeza única é que, como brasileiros, temos que evidenciar as atitudes tomadas por Octavio Brandão, buscando compreender o seu espírito de altivez, a sua hombridade, o seu descortino, a sua extraordinária capacidade de pensar o Brasil e desejar, a todo momento, o melhor para todos nós.

Portanto, o registro é da história do homem, o seu tempo, as suas angústias, as suas conquistas, as inúmeras decepções, o seu polêmico jeito de ser e de agir, enfim as asperezas de um caminho tortuoso, trilhado num momento tão difícil do país, na sua tomada política, quanto de desenvolvimento econômico consagrado.

É esta, pois, a nossa missão: apresentar Octavio Brandão como mais um alagoano que sofreu muito pelas suas convicções ideológicas, mas jamais olvidou a sua sorte, muito embora o exílio e as constantes prisões fossem fatos constantes em sua vida.

É assim que podemos, com isenção plena, traçar o perfil desse homem que requer o registro do seu nome na História do Brasil, pela parte de Alagoas, esta cativa e acolhedora terra que deu ilustres figuras como:

- Aldo Rebelo,
- Audálio Dantas,
- Arthur Ramos,
- Aurélio Buarque de Holanda
- Antonio Medeiros Gualter

- Graciliano Ramos
 - Florentino Dias
 - Nise da Silveira
 - Jorge de Lima
 - Floriano Peixoto
 - Virgínia de Moraes
 - Pontes de Miranda
 - Marechal Deodoro da Fonseca
 - Cacá Diegues
 - Zumbi dos Palmares
 - Mário Jorge Lobo Zagallo
 - Djavan
 - Lêvo Ivo
 - Tércio Wanderley – empresário
 - Teotônio Brandão Vilela – político
 - Teotônio Vilela Brandão (o Téo Brandão) – folclorista
 - Dom Avelar Brandão Vilela – religioso.
- (Estes últimos três, primos de Octavio).

Não seria nada fácil descrever, numa grata oportunidade como esta que nos apresenta a *Revista do Arquivo Público de Alagoas*, as múltiplas atividades a que Octavio Brandão se dedicou ao longo de sua tumultuosa vida.

Mais difícil ainda seria examinar, catalogar e estudar o conjunto de sua obra literária, passados 32 anos do seu falecimento.

É que Octavio Brandão foi, essencialmente, multiforme em sua riqueza de conhecimento e de cultura, produzindo trabalhos que, rasgando o tempo e o espaço, permanecem como verdadeiras pedras preciosas na literatura nacional. Isto sem contar esta sua grande paixão política e social em defesa do nosso querido país.

E Octavio Brandão foi, também, um apaixonado pelo meio ambiente. Basta citar que em Alagoas, através da ABES, Brasken e DO Sindicato dos Jornalistas do Estado de Alagoas, foi criado, em 2004, o Prêmio Octavio Brandão de Jornalismo Ambiental.

É-nos oportuno contemplar os leitores com um pequeno esboço da vida e da trajetória desse extraordinário alagoano.

Roubamos-lhes, portanto, alguns momentos de sua atenção, na certeza de contribuir com a elucidação da nossa história, mormente no que diz respeito aos passos desta tão incompreendida figura, da ação, do desprendi-

mento, da ideologia que abraçara e da grandeza de espírito que conservou até aos derradeiros dias.

Com uma vasta produção literária, diversificada, abrangente, vamos assim dizer, iniciada com o estudo científico *Canais e lagoas*, lançado em 1919, o alagoano Octavio Brandão, da histórica Viçosa, ainda, lamentavelmente, não teve as suas obras dadas ao conhecimento público.

Decorridos 26 anos do seu falecimento em 15 de março de 1980, os passos para o estudo de sua personalidade ainda são acanhados, a não ser algumas raras aparições de teses ou de citações que, invariavelmente, permitem modelar o caráter forte e decisivo desse “caboclo nordestino”, farmacêutico, precursor do petróleo no Brasil.

Num levantamento que ousamos realizar no Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas, catalogamos cerca de 27 obras inéditas, algumas volumosas em número de páginas, que tratam da revisão da nossa história, da história de alguns países, de agrarismo, de industrialismo, de poesia, de sociologia, de filosofia, do meio ambiente, do negro, do índio, de política e aí se vai... Uma enciclopédia de assuntos extremamente apaixonantes e delicados, oportunos e atuais, a qual não pode permanecer no completo esquecimento em que se encontra.

Até os últimos dias de sua existência, Octavio Brandão vinha lutando contra tudo e contra todos, pelo ostracismo a que fora relegado, em razão de um idealismo que abraçara e que dele fizera ponto de partida na sua trajetória conturbada de revolucionário-escritor.

Para se ter uma ideia da longa e penosa peregrinação que fora a sua existência, Octavio Brandão, sua mulher Laura e três filhas foram deportados para a Alemanha, em 1931, e, ato contínuo, seguiram para a Rússia, lá permanecendo por quinze anos, retornando apenas Octavio com quatro filhas: Valná e Dionysa, do primeiro matrimônio (com Laura), e Iracema e Glória, do segundo casamento (com Lúcia Prestes). Apenas Valná, após alguns anos, voltou para Moscou, onde nascera. Não se adaptou ao Brasil.

Laura Brandão, a poetisa e heroína, falecera em Ufá, capital da Bashquíria, Rússia, em 1942, com apenas cinquenta anos de idade, vítima de doença adquirida na intensa luta de que participara junto com Octavio e as filhas, contra as forças fascistas que chegavam às portas de Moscou.

Octavio Brandão, descrito como figura agitadora e perigosa pelas autoridades alagoanas, fora obrigado a deixar seu estado natal em 1919 e, no Rio de Janeiro, foi perseguido pela polícia política de Vargas – todo o dilema que culminou com o seu exílio de quinze anos.

Já em 1923, traduzia do alemão o *Manifesto comunista*, de Marx e Engels, e, em 1926, lançava a obra *Agrarismo e industrialismo* (para disfarçar, a anotação de impressão em Buenos Aires e o pseudônimo Fritz Meyer; estudo profundo sobre os nossos problemas, numa interpretação, a primeira, por sinal, sob o ponto de vista marxista e sociológico do nosso país). Até hoje este trabalho é fonte perene para os pesquisadores e estudiosos de economia e política, na visão global das nossas falhas e acertos na fixação do homem ao campo e do homem urbano.

Fundador de diversos jornais da esquerda, entre os quais *A Classe Operária*, em 1925, também foi redator-chefe da *Nação*, em 1927, órgão de estudos e informações sobre a vida do PCB, recém-fundado em 1922.

Muito embora não tenha participado da histórica reunião de Niterói, arquitetada e levada a cabo por Astrojildo Pereira, visando à fundação do PCB, a ele aderiu logo em seguida, iniciando a longa peregrinação de desencontros e desencantos, narrados por ele mesmo na obra *Combates e batalhas*, uma autobiografia.

Anos mais tarde, em 1959, Octavio Brandão desabafava a um amigo (Cid Franco), demonstrando a sua desilusão quanto aos caminhos trilhados pelo PC e sua direção:

Cid:

Existe uma nova realidade. Todos nós estamos superados, presos a experiências ultrapassadas. Nosso destino histórico, inclusive o de Pr., está ultrapassado. As concepções do PC já não correspondem à realidade. Fomos deformados pelo stalinismo.

Devemos buscar as raízes da nossa própria autenticidade nacional, em proveito da coletividade, e não apenas do proletariado. Precisamos de dez ou quinze anos de nacionalismo. Depois, começará outro período histórico. Já teremos, então, conquistado nossa independência econômica.

Fracassou, no Brasil, a ideia de um partido proletário e da hegemonia do proletariado. O proletariado do Brasil não tem condições para isto.

Octavio Brandão, 14.11.1959

Polêmico e combativo já em Alagoas, no Rio de Janeiro deu continuidade a este seu trabalho de ação revolucionária, às portas das fábricas, junto com o marmorista Minervino de Oliveira, também ativista e membro do PCB. Anos que lhe renderam penosas prisões, culminando com a sua deportação aqui relatada, ainda na era Vargas.

Duas vezes vereador pelo Distrito Federal, não chegou a cumprir de todo o seu mandato. Havia uma certeza na reação, de que Octavio Brandão representava permanente perigo à sociedade, ou melhor, aos seus interesses escusos. O poder e a percepção desse “caboclo nordestino” e sua locução verbal eram notáveis; dado à palavra, inflamava a massa com a certeza de suas ponderações e conclusões da situação então reinante. O PCB teve fortes e combativos nas suas fileiras, mas foram poucos os que se mesclaram na ação revolucionária direta e na produção intelectual tão vasta e tão importante para a compreensão da nossa história e pelo idealismo marxista-leninista que abraçara com incomparável ardor.

A penosa trajetória de Octavio Brandão não tem precedentes, nem tampouco procedentes na nossa história política e social, do ponto de vista ideológico, em matéria de marxismo-leninismo. Perseguido pela reação, a chamada “gestapo policial”, muito bem classificada pelo poeta Jorge de Lima em suas *Memórias*, e boicotado pela imprensa, não lhe faltou no próprio seio do PCB também idêntica reação. Seria um paradoxo? Em suma, tanto nas orlas situacionistas, como no próprio Partido não lhe deram trégua: inúmeras vezes chamado à prisão, por uma; centenas de vezes chamado pela outra, para uma autocrítica. Um dilema atroz!

Não foi sem razão que as suas duras intervenções contra Prestes e contra a própria cúpula do PCB, num tempo de endeusamento ao líder e a seus membros, representaram uma posição de vanguarda e de filosofia na compreensão dos caminhos verdadeiros a serem seguidos pelo Partido. Octavio Brandão, mesmo casado com a irmã do “Cavaleiro da Esperança”, não se intimidou a demonstrar os erros visíveis. Seria uma “loucura imensa” apartar Prestes que, sem uma filosofia de formação ideológica de estudo, se punha a ditar regras, pelo seu cargo de secretário geral do PCB. Obviamente, Octavio Brandão, em peso e medida, ousou contestá-lo, demonstrando desacertos e posições equidistantes do marxismo-leninismo. Prestes, refutando Brandão, boicotou-o na direção do PCB, não lhe dando a mínima condição de prestar seus relevantes serviços à causa. O mesmo havia acontecido com Astrojildo Pereira.

Uma pequena entrevista de Octavio Brandão, feita a *O Jornal*, do Rio de Janeiro, mas cuja publicação fora recusada, correu por um volante distribuído pelo PCB, e dizia, entre outras questões:

Sempre que Prestes e os revolucionários pequeno-burgueses em geral marcharem com as massas, com a frente única das massas, a frente única entre eles e nós estará realizada de fato. Sempre que os chefes pequeno-burgueses romperem com as massas, terão por isto mesmo rompido de fato conosco. Subordinamos a nossa atitude perante quaisquer grupos políticos, aos interesses das massas. A nossa frente única só poderá ser realizada pelas massas. Empurraremos os revolucionários pequeno-burgueses sempre para a frente. Ao mesmo tempo, criticaremos as suas ilusões e oscilações, e demonstraremos a sua incapacidade para dirigir as massas na luta. Explicaremos sem cessar às massas laboriosas que elas não poderão ser libertas pelos ‘heróis’, pelos ‘cavaleiros da esperança’. Só poderão ser libertas pelas suas próprias organizações revolucionárias, pela sua própria aliança revolucionária. Explicaremos às massas que a direção da pequena-burguesia já lhes tem custado muito sangue e muito sofrimento. No final, as massas foram traídas. Tal direção acarretará sempre novas derrotas e novas traições.

Depois, o artigo ataca o partido “socialista revolucionário” que Prestes pretendia criar e termina fazendo apelo contra os golpes militares reacionários, pela luta revolucionária das massas operárias e camponesas.

Com os desencontros do PCB, numa política de quadros desastrosa até o último fio de cabelo, deu-se uma chamada cisão e correntes do pensamento marxista surgiram numa debandada geral, enfraquecendo-o, já que o próprio Partido cambaleava pelas alianças de Prestes com Vargas e um comodismo elitista, sem que o respaldo da base fosse representativo ou tivesse a consulta como ponto de honra para qualquer ação. Em síntese, Prestes criou um centrismo capaz, em termos, de aniquilar qualquer sugestão dos membros ou das fileiras históricas do PCB. Não aceitava ideias e rechaçava, com veemência, qualquer coisa que não lhe agradasse. Puro prestismo, ainda

mais que havia ele recebido a “Ordem de Lênin” – uma honraria especial do Comitê Central da URSS.

Octavio Brandão, a partir dessa visão e do que sucedeu com Astrojildo Pereira, se afastou do poder decisório, ou melhor, foi afastado, relegado a um plano secundário que lhe deram, apenas para constar no quadro do PCB (algo como entregar carteirinhas a membros em reunião, colher assinaturas de presença, fiscalizar a portaria de entrada das reuniões etc.). Uma mágoa real, e em *Combates e batalhas* revela a verdadeira faceta dessa dura imposição. Sequer levaram em conta suas várias décadas de lutas e sacrifícios pelo PCB.

Não foi sem razão que, amargando o sofrimento do boicote e do ostracismo, até dentro do próprio PCB, fez-se ouvir sempre com a repetitiva revolta de um seu bilhete da prisão em 1931, à sua mulher Laura: “O PC é uma perene fonte de sofrimentos...”.

De 1964 até o seu falecimento, em 1980, redobraram-lhe as amarguras físicas e familiares, principalmente com a perda de sua filha Glória, em 1965, com apenas dezenove anos de idade e, ainda, para agravar-se, o rompimento de seu casamento com Marisa Coutinho, após longo tempo de convivência. Esta lhe fora companheira fiel de horas amargas, como ele mesmo sempre fez questão de assinalar.

O tempo, porém, inexorável; a história – esta que tudo cobre e descobre – se nos apresenta como uma forma de recuperação, num balanço que o próprio Octavio Brandão poderia bradar: “Enfim, o reconhecimento!”.

Em 1996, nas comemorações do centenário de nascimento de Octavio Brandão, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro lhe presta significativa honraria, com uma programação de homenagens à sua pessoa *in memoriam* e às suas filhas.

No mesmo ano, sai o livreto *As forças encadeadas II*, reunião de poemas inéditos, numa tiragem de sua própria filha Dionysa Brandão Rocha.

O livro *Octavio Brandão – centenário de um militante na memória do Rio de Janeiro*, organizado por Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros, prestou-lhe a devida homenagem, contando com expressivos colaboradores.

Em 1999, sai a terceira edição de *Canaís e lagoas*, obra profunda e importante para a compreensão do valor da nossa terra. Tal edição teve o patrocínio da Universidade Federal de Alagoas.

A monografia *Uma voz destoante no PCB – Octavio Brandão, militante e intelectual (1924-1927)*, de Roberto Mansilla Amaral, é lançada, prestando tributo ao velho revolucionário.

No ano de 2000 saiu uma coletânea de poemas com o título de *Laura e Octavio – poesias*, organizada pela filha Dionysa – uma primorosa edição, resgatando um pouco mais as figuras desses dois humanistas.

E, finalmente, a nossa pequena e modesta contribuição à memória de Octavio Brandão, com o lançamento, em 2005, da obra *Cartas de Octavio Brandão – Memória*, com prefácio do Prof. Dr. Fernando Henrique Cardoso. O livro é dividido em duas partes: a primeira, a reunião da correspondência que Octavio Brandão remeteu a amigos, parentes, intelectuais e figuras representativas; a segunda, a reunião de suas cartas enviadas às filhas que ficaram em Moscou quando do seu retorno do exílio prolongado, em 1946. Posteriormente, em 2008, lançamos, com prefácio do dr. Vitor Montenegro Wanderley (filho do grande industrial e benemérito pernambucano), o livro *Octavio Brandão – Dispersos e inéditos*, numa iniciativa digna de registro, louvável, do Grupo Tércio Wanderley.

Cabe-nos, entretanto, dizer que a figura de Octavio Brandão não foi esquecida. Em que pese o tempo, a adversidade, as mudanças, a queda de conceitos, posições e situações, é sempre palpitante buscar, na literatura de Octavio Brandão e no seu humanismo, uma forma de vê-lo como um símbolo de hombridades. O professor John W. F. Dulles, eminente escritor e brasilianista dos mais aferronhados, é que nos alerta para o revigoramento da memória de Octavio Brandão. E ninguém melhor que ele, que manteve com o revolucionário uma sincera e perene amizade, nos adverte para este revigoramento, até como pressuposto para a interpretação e conhecimento da nossa história contemporânea.

Octavio Brandão, passados 26 anos do seu falecimento, ainda é figura polêmica – cheio de brasilidade que a muitos, lamentavelmente, ainda falta. O “caboclo do nordeste”, como uma personagem brilhosa de uma literatura de cordel, ainda nos oferece o caminho da verdade na paz e na harmonia entre os homens.

Para que todos possam conhecer a sua luta tenaz pelo ouro negro no Brasil e, sem dúvida alguma, o título que lhe caberia de “pioneiro do petróleo no Brasil”, eis o seu depoimento de 1970:

Comecei a lutar pelo petróleo brasileiro em 1916-1917. Provei, em 1917, a existência de indícios de petróleo em Alagoas e preconizei o seu aproveitamento. Então, dominava a opinião geral: – Não há petróleo no Brasil. E quem confirmava o contrário era apontado como ‘louco’.

Monteiro Lobato e Oscar Cordeiro foram notáveis pioneiros, mas só iniciaram seus trabalhos muito depois, em 1931. O Centro de Estudos e Defesa do Petróleo nasceu em 1948. A Petrobras, em 1953.

Tendo em vista servir à pátria e ao povo, comecei a estudar ciências naturais no Recife, em 1912. Física e química. Biologia e botânica. Minerologia e geologia. Li geógrafos e naturalistas. Darwin e Haeckel. Humboldt e Martius. Hartt e Branner. Fiquei impressionado com *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Posteriormente, li os geógrafos Ratzel e Karl Ritter, Jean Brunhes e Eliseu Reclus.

Depois de uma lenta e necessária preparação teórica, fui à Boca da Levada, em Maceió, a 20 de abril de 1916, e iniciei as viagens e as pesquisas de campo em busca do petróleo e das outras riquezas naturais. Era, então, muito jovem. Ainda não tinha vinte anos de idade. Percorri 1500 quilômetros, dos quais seiscentos a pé!

Como primeiros resultados dessas viagens e pesquisas de campo, fiz três conferências em Maceió. Uma delas, a segunda, aliás, teve lugar a 12 de outubro de 1917, em homenagem ao imortal Cristóvão Colombo. Realizou-se na sede do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano. Compareceram muitos jovens e mulheres, intelectuais e simples homens do povo.

Esta conferência foi publicada no *Jornal do Comércio* de Maceió em outubro de 1917. Foi publicada em brochura em janeiro de 1918, sob o título: *A mineralogia e a geologia dos canais e das lagoas*.

Nela, descrevi a composição mineralógica dos terrenos percorridos. Mostrei sua formação geológica, isto é, o longo processo do surgimento e desenvolvimento históricos da terra alagoana. Apresentei publicamente as provas colhidas nas pesquisas de campo e investigações diretas. Que provas? Folhelhos petrolíferos. Muitas espécies de outros minerais encontrados. Materiais geológicos. Espécimes paleontológicos, isto é, plantas e peixes fossilizados, petrificados.

Sobre esta base, assinalei, então, a existência de catorze lugares de Alagoas com indícios de petróleo. Procurei demonstrar a importância dessas jazidas. Acentuei a necessidade da abertura de poços para se extrair esse combustível.

Na conferência de 12 de outubro de 1917, preconizei:

‘A exploração do petróleo nos lugares seguintes: na praia ao sul da foz do rio Maragogi; no sítio Camacho; em Japaratuba; em Pitingui; na Barreira do Boqueirão, ao norte de Porto de Pedras; na foz do rio Manguaba; na Barra de Camaragibe; nos folhelhos a dois quilômetros ao sul do Morro de Camaragibe; no Riacho Doce; na estação de Utinga; na Volta d’Água; no Broma; na Bacia da Pedra e no Porto Francês’ (páginas 35-6 da brochura citada).

A conferência de 1917 serviu de base para o livro *Canais e lagoas*. Foi escrito em Maceió em 1917 e publicado no Rio de Janeiro em 1919. Teve segunda edição em 1949. Estes dois trabalhos fizeram previsões científicas que foram confirmadas quarenta anos depois.

Na conferência de 1917, indiquei Riacho Doce, no município de Maceió, como zona petrolífera. Neste lugar, encontraram gás e indícios de petróleo. Na Ponta Verde, vizinha do Riacho Doce, também no município de Maceió, a Petrobrás fez uma perfuração e o petróleo jorrou, produzindo quinze barris em 24 horas! Igualmente, no município de Maceió, o Tabuleiro do Martins é vizinho das zonas mencionadas na conferência de 1917 e no livro *Canais e lagoas*. Nesse tabuleiro, os poços perfurados pela Petrobras já produziram cerca de 15 mil barris!

Em *Canais e lagoas*, assinalei São Miguel como zona petrolífera. Quarenta anos depois, em 1957, o petróleo jorrou exatamente na zona de São Miguel – em Jequiá. Aí, em 1960, encontrei depósitos com milhares de barris de petróleo. O poço de Jequiá nº. 2 produz trinta barris em oito horas e poderia produzir sessenta.

Portanto, a realidade confirmou plenamente as previsões científicas de 1917!

No Rio de Janeiro, em 1919, tomei como base os estudos teóricos e as riquezas de campo, realizados no Nordeste. E afirmei no jornal A Tribuna, a 3 de setembro de 1919: ‘O petróleo é a maior riqueza de Alagoas.’ ‘Uma camada subterrânea de folhelhos (petrolíferos) se dilata em grande extensão pelo subsolo de Alagoas, aflorando aqui e ali.’ Também, no Rio de Janeiro, fiz novos estudos. Sobre esta base, falei no Conselho Municipal do Rio de Janeiro. Na sessão de 14 de agosto de 1929, chamei a atenção de todos para a Bahia e o Amazonas, como zonas petrolíferas. Acentuei, então:

O petróleo vai do rio Atumã, no Amazonas, às fronteiras com o Uruguai. Dentro de dez anos, o Brasil poderia produzir 600 milhões de barris. São 35 campos petrolíferos e 25 mil quilômetros quadrados, só em Pernambuco. Alagoas, Sergipe e Bahia. E são, em todo o Brasil, 200 mil quilômetros quadrados de regiões petrolíferas.

Estas palavras foram ditas dez anos antes da descoberta do petróleo no Lobato, na Bahia. Foram pronunciadas da tribuna do Conselho Municipal do Rio de Janeiro e publicadas em seus *Anais*.

Deste modo, procurei atrair a atenção de todos para uma série de zonas petrolíferas – Alagoas em 1917, a Bahia e a Amazônia em 1929.

Nos anos posteriores, tanto no Brasil como na Europa e de volta do longo exílio, continuei a luta pelo petróleo brasileiro. Isto se vê no Prefácio da segunda edição de *Canaís e lagoas* em 1949 e na *Revista Brasiliense*, de São Paulo, n.º. 43, setembro de 1962.

Em consequência dessa luta pelo petróleo, unida à luta pelas reivindicações sociais do povo brasileiro, fui barbaramente perseguido. Fui obrigado a evadir-me de Alagoas, em 1919, a fim de escapar ao assassinato político. Sofri dezessete prisões. Tive de afrontar mais de quinze anos de exílio na Europa. De volta, supor-tei uma vida de

proscrito dentro da própria pátria, durante dez longos anos. E, durante 41 anos, fiquei exilado, sem poder voltar a Alagoas.

Tais são os fatos. Hoje, tantos anos depois, esses esforços não são reconhecidos. Domina a conspiração do silêncio...

Apesar de tudo, essa luta não foi em vão. Hoje, é uma grande alegria verificar os progressos do monopólio estatal do petróleo. Que a Petrobrás avance vitoriosamente! Que o Brasil conquiste a libertação nacional!

Eis, pois, o nosso tributo a Octavio Brandão, pelo que ele nos legou, particularmente, aqui, na nossa conquista do petróleo. Passados 26 anos do seu falecimento, cumpre-nos, como admiradores da sua brasilidade, do seu desprendimento, do seu amor maior pela nossa pátria, enaltecê-lo. Só assim estaremos cumprindo a missão de dar o verdadeiro crédito a quem pensou o Brasil em toda a sua vida. Este foi o verdadeiro objetivo do Octavio Brandão!

Amou Viçosa, seu berço! Amou Alagoas, com desprendimento! Amou o Brasil, com brasilidade! Amou a Humanidade, como poucos!

Finalizando, eis, aqui, a saudação que Octavio Brandão dirigiu à sua gente e à sua terra, por ocasião do seu retorno a Alagoas, em 1960:

“SAUDAÇÃO À TERRA NATAL”

Só hoje, depois de 41 anos de ausência involuntária, é que tenho a possibilidade de voltar ao convívio dos conterrâneos.

É uma alegria extraordinária rever a beleza incomparável da terra, sentir a grande nobreza do povo e beber novas energias no solo imenso da terra e do povo!

Envio a saudação mais calorosa à terra natal e aos conterrâneos. Estendo para eles a mão fraternal, em prol da união dos alagoanos, em nome dos altos interesses da Pátria, do seu progresso e grandeza.

Sempre amei Alagoas com o mais profundo amor. Sempre, por toda parte, procurei honrá-la, ser digno dela.

Orgulho-me de ter nascido em Alagoas. É uma terra de

raízes profundas na História do Brasil, berço de tradições épicas, imortais, patrióticas e progressistas.

Aí, no século XVI, os bravos índios Caetés bateram-se pela terra e a liberdade, contra os invasores e exploradores estrangeiros. Aí, no século XVII, os negros heroicos do Quilombo dos Palmares, em União de Viçosa, ofereceram uma resistência encarniçada aos escravistas. O Zumbi titânico tombou em 1695, preferindo a morte à escravidão! No mesmo século XVII, filhos do povo alagoano, ao lado dos outros nordestinos, derramaram o seu sangue generoso na guerra nacional-libertadora contra a invasão e ocupação holandesa. No século XIX, alagoanos participaram do movimento republicano. Pereceram heroicamente.

Alagoas, sempre ao lado de todo o Brasil, bateu-se pela Abolição e a República. Deu Deodoro, o proclamador, e Floriano, o consolidador. Deu grandes intelectuais progressistas – Tavares Bastos, naturalistas – Ladislau Neto, estudiosos – Alfredo Brandão, poetas que cantaram a dor dos negros escravos – Jorge de Lima, romancistas que descreveram a zona do agreste – Graciliano Ramos, operários e intelectuais avançados – desde 1917 até hoje.

Alagoas é parte integrante do Norte e Nordeste. Nunca esqueceu nem esquecerá que é parte integrante da Pátria defensora, defensora da unidade nacional, lutadora em prol dos ideais da grande Nação.

O Norte em geral e o Nordeste em particular deram ao Brasil homens notáveis. Deram Castro Alves e Gregório de Matos Guerra, Alencar e Gonçalves Dias, Tobias Barreto e Silvio Romero.

Os nortistas em geral e os nordestinos em particular são bravos, fortes e varonis. Têm o amor ao trabalho e a capacidade de resistência infinita à dor e à desgraça, aos infortúnios e vicissitudes, às secas e inundações.

Receberam uma natureza madrastra no agreste e no sertão. Defenderam a Pátria contra a invasão dos franceses e holandeses. Desbravaram a Amazônia. Contribuíram para a construção da usina elétrica de Paulo Afonso. Re-

presentam um papel enorme na construção de Brasília. No entanto, têm vivido abandonados, entregues às próprias forças, sujeitos a regimes sociais atrasados, vítimas do analfabetismo e obscurantismo.

Sempre protestaram. Foram vencidos por vezes. Mas não quebraram, nem vergaram. No fogo da adversidade, o ferro retemperou-se. Converteu-se em aço!

Hoje, são os herdeiros dessas glórias do passado vivo os verdadeiros patriotas e humanistas, democratas e nacionalistas. Sustentam a paz e o progresso, os direitos e as liberdades do povo. Lutam pelo desenvolvimento industrial do Brasil e o monopólio estatal do petróleo. Defendem as nossas riquezas naturais e sociais, morais e espirituais.

Na luta por esses nobres ideais, existe um lugar de honra para todos os patriotas brasileiros e alagoanos. Operários e camponeses. Estudantes e intelectuais. Artistas e escritores. Técnicos e cientistas. Teóricos e pensadores. Jovens e mulheres trabalhadoras.

Que, no presente, Alagoas, sempre ao lado de todo o Brasil, continue essa tradição épica e imortal, patriótica e progressista, desfralde a bandeira das grandes reivindicações sociais e nacionais, seja verdadeira defensora da paz e da liberdade, esteio do desenvolvimento técnico e cultural, lutadora da Pátria e da Humanidade, combatente pela justiça e o bem-estar para as imensas massas trabalhadoras!

Octavio Brandão, maio de 1960.

Finalizando, temos Octavio Brandão e sua investida na questão da preservação do nosso meio ambiente, quando, então, nem possuíamos os dispositivos que há hoje.

Ao sabor desse lado ambientalista de Octavio Brandão, assim ele nos apresenta o seu poema “Dos Canais à Lagoa do Sul”, que, segundo ele mesmo, foi feito “no mato da Lagoa Manguaba, na tarde soberba de 27 de janeiro de 1919, de pé, seguro ao mastro da canoa, a vela à ventania, o coração cheio de amor à terra e ao povo brasileiro”.

*Leio Virgílio em frente aos canais luminosos,
Fulgurantes de luz, de clarões, de beleza,
E creio achar no alvor destes canais tortuosos
Uma graça mais bela e maior singeleza.*

*Alva a água, azul o céu, verdejante o mangal.
Pescando camarões, os caboclos famintos
Entram-se por entre as voltas do canal,
Metendo-se através de escuros labirintos.*

*O canoeiro descanta as cantigas formosas,
As choupanas de palha, as canoas ao sol,
Barreiras de zarcão, colinas harmoniosas,
Velas alvas e azuis, canais em caracol...*

*Boca da Caixa: verde e gracioso lugar,
A sorrir em verdura, em frondoso oitizeiro.
Adiante, uma campina esbelta e singular,
A mangueira na encosta, a pindoba no oiteiro.*

*Ilha de Santa Rita, a comover as almas
Dos poetas juvenis – sonhadores Orfeus,
Com a floração sensual das cintilantes palmas
Dos verdes coqueirais, em pombas e apogeus.*

*Bica da Pedra: canta a fonte entre o palmar
Na beleza da luz, no esplendor da pletora,
A lavandeira entoa um canto lapidar
Em Massagueiras à luz fulgurante da aurora.*

*Ilha das Cabras: longa e cheia de coqueiros.
Afoga Frade, fundo e amplíssimo e lendário.
Canas bravas do Cumbe, enormes tabuleiros,
O canal fervilhante, ó sol-por tapidário.*

*Alvadia visão da Lagoa do Sul
Aparição da morta e mítica cidade
Na lagoa cristal, no firmamento azul
– Envolta em solidão, no sonho e na saudade.*

*Oleado multicolor, brilha em cheio a lagoa
Sob os beijos do esposo – o sol incandescente.
A vela à ventania, a indômita canoa,
Bailam sobre a água azul da lagoa fremente.*

*A gaivota mergulha e aflora sobre as vagas.
A brisa freme e agita as palmas rutilantes,
A ninfeia borbulha sem flor, nas algas magas,
A baronesa boia a flor das águas cambiantes.*

*A andorinha grasil, sob o sol e o mormaço,
Voa na direção do palmeiral distante.
O gavião, através da vastidão do espaço,
Paira por sobre o dorso azul da água cantante.*

*Ao longe, na profunda solidão da mata,
Na tarde de langor, desejo e nostalgia,
O sabiá, numa voz de sonho e serenata,
Canta o amor, a saudade, a dor-melancolia...*

*A natureza excelsa em formosa eclosão,
Os homens na miséria, apatia, orfandade.
O mangal em progresso, a vida estagnação,
O lavrador sem pão, sem terra e liberdade.*

*O pescador descanta a mágoa desmedida,
A tormenta no mar, a dor, o desengano,
Mas exalta a beleza e a grandeza da Vida,
As lutas na lagoa, os combates no oceano.*

*Ouvindo o pescador, no barco, junto à vela,
De pé, a contemplar o sol-por incendiário
Na lagoa, na tarde iluminada e bela,
O poeta é como um sol libertador, lendário.*

*Bardo da liberdade em frêmitos fecundos,
Cantor das multidões fraternais do Brasil,
Pescador a colher os tesouros profundos
Da vida intensa e bela, heroica e varonil*

Eis, pois, a nossa modesta contribuição à memória de uma das figuras mais ilustres de Alagoas, que, sempre, amou como ninguém o seu torrão natal.

Jayme de Altavila, meu pai

Jayme Lustosa de Altavila

Jayme de Altavila, nasceu em 16 de outubro de 1895, no bairro do Bom Parto às 20h20 de uma noite de quarta-feira, no casarão de seus avós maternos: Felici Belli Olivieri (Félix Bello de Oliveira), natural de Nápoles, onde nasceu no ano de 1846, vindo para o Brasil em 1862, oriundo da cidade italiana de Altavila Silentina, situada na região montanhosa da Campana, província de Salerno, Itália. Faleceu em Maceió, em 21 de abril de 1919. Fixando-se em Maceió, na década de 1870 contraiu matrimônio com Lucia Maria Pinto de Amorim, nascida em 1854 e falecida, em 1º de março de 1919. Apesar do comprovado amor à sua pátria, Felix Bello jamais a ela voltaria, permanecen-



Figura 1: O jovem Jayme de Altavila (1895-1970).

Fonte: Arquivo do autor.

do até o fim de sua vida no Brasil, costumando ressaltar em suas palavras a privilegiada sorte dos brasileiros, que viviam num país maravilhoso, sem vulcões e sem guerras.

Foi registrado por seu pai com a data de 17 de outubro.

Era filho de Balbino Figueiredo de Mello e Deolinda de Oliveira Mello, sendo seus avós paternos: José de Mello e Lima e Joaquina Maria da Conceição Mello.

Na casa em que nasceu, na rua General Hermes, 1511, está instalada ainda hoje uma escola de primeiro e segundo graus, pertencente à rede estadual de ensino, denominada Escola Cincinato Pinto.

Na pia batismal recebeu o nome de ANPHILOPHIO DE OLIVEIRA MELO, mas em 18 de janeiro de 1950, através de retificação do juiz da 3ª Vara da Capital (Diário Oficial do Estado de Alagoas, de 24 de janeiro de 1950), incorporou o seu pseudônimo Jayme de Altavila ao seu nome de batismo, passando a assinar-se Anfilófilo Jayme de Altavila Melo, em documentos oficiais, mas sempre foi conhecido por Jayme de Altavila, colocando em seu filho, o seu nome.

A casa onde nasceu foi sempre motivo de doces recordações. Ele, mais tarde, escreveu o poema:

O casarão do bom parto

*O casarão onde nasci, entre a lagoa e o oiteiro,
O casarão de salas amplas e de sólido telheiro,
O casarão onde chorei pela primeira vez,
Teve um destino singular: foi transformado,
Num moderno grupo escolar.*

*Aquele grande e sombrio corredor
Onde ensaiei os meus primeiros passos,
Hoje tem outro aspecto, outra cor
E o quarto, onde dormi na terra a vez primeira,
É o gabinete de um austero professor.*

*Quando passo, olho a alegre criançada,
E penso no que fui, na infância descuidada,
Nas histórias de minha avó:
– Era uma vez uma princesa de olhos de anil...
E nas aventuras de meu avô:*

*– Quando eu fugi da Itália para o Brasil...
Como tudo mudou na casa em que nasci!
Ali outrora desejei ser homem
Para cumprir o meu destino
Quem me dera hoje ser o que ali fui: menino.*

Nasceu Jayme de Altavila no século XIX. Naquele ano de 1895, Alagoas era agitada por lutas políticas sangrentas. Logo no primeiro dia do ano, o governador do Estado publicava no *Guttemberg*, jornal de grande circulação, o aumento do efetivo do Batalhão de Polícia, nomeando oficiais e praças.

O *Guttemberg* publicaria outras notas que seriam sensacionais para a pacatez da cidade humilde. O clube Fênix Alagoana, através do seu primeiro secretário, José Duque de Amorim, comunicava aos sócios que as mensalidades eram, daquela data em diante, de 5\$000. O professor Agnelo Marques Barbosa anunciava aos pais de famílias que o Externato 15 de Março estava à disposição de seus filhos. A Casa Zanotti também anunciava enxovais para noivas. A Nova Aurora, do sr. Fontan, era a alfaiataria da moda. A Estrada de Ferro de Alagoas exibia seus horários e preços das passagens dos trens. O capitão dos Portos era o capitão-tenente Francisco de Lemos Lessa. Havia uma sociedade dançante chamada de “Cisne Maceioense”. O coronel Antonio Pantaleão era o alferes do Batalhão de Polícia. Estava no exercício do cargo de governador, o vice-governador José Vieira de Araújo Peixoto, sendo secretário da Fazenda, o deputado Miguel Soares Palmeira. O barão de Traipu entrava em licença e descansava das lutas políticas e de uma enfermidade, em sua propriedade, no município de Penedo. A Câmara dos Deputados Estadual funcionava regularmente. O *Guttemberg*, na edição de 20 de julho, clamava pela criação de um corpo de bombeiros, mostrando a necessidade da existência, para Maceió, dos soldados do fogo.

Interessante é que, em 1895, havia em Maceió um Derby Clube, denominado de “Prado Alagoano”, de onde vem o nome Prado à rua que vai em demanda ao Trapiche da Barra. O batalhão do Exército, aqui sediado, era o 26º B. C.

Nascia Jayme de Altavila, quando a eletricidade estava chegando às Alagoas.

Do enlace matrimonial de Félix Belo com Lúcia Maria, avós maternos de Jayme de Altavila, nasceram Deolinda, no dia 28 de julho de 1876,

e Donina, quatro anos depois, em 6 de dezembro de 1880, casando-se a primeira em 3 de fevereiro de 1894, aos dezessete anos, com Balbino Figueiredo de Mello, então funcionário da *Great Western Brazil Railway* e natural de Murici, onde ocorrera seu nascimento, a 21 de dezembro de 1869. Essa união deu origem a uma prole de catorze filhos. Entretanto, apenas nove deles chegaram a alcançar a idade adulta: Anfilóbio, o primogênito, seguido de Flávio, Luiz, nascido em 4 de abril de 1898; João, nascido em 6 de dezembro de 1900, e que foi professor de Direito Internacional Privado, da Faculdade de Direito de Alagoas; Esmeralda, que residia na cidade de Salvador, onde faleceu; Manoel (Nezinho), nascido em 15 de abril de 1904 e que também residia em Salvador; Anthenor, nascido em 5 de outubro de 1908, formado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Alagoas e que trabalhava na prefeitura de Maceió, no setor jurídico; Jayme (Jaimizinho), nascido em 24 de outubro de 1911, que trabalhava na Administração do Porto de Maceió; e Deolinda (Didi), que foi esposa do ministro Antonio de Freitas Cavalcanti, ex-deputado estadual e federal e senador da República e, por fim, ministro do Tribunal de Contas da União. Quanto ao chefe do clã – Balbino Figueiredo de Mello, seu passamento deu-se na capital alagoana, na praça Arthur Ramos, então praça Rayol, nº 732, no dia 13 de setembro de 1934.

No Bom Parto, o menino Jayme foi crescendo, e estudando. O menino que seria um grande professor, um mestre de verdade, que transmitia, que eletrizava a sala de classe, tinha medo da mestra, da palmatória; porém, menino ainda, era o amoroso que despertava para o mundo da arte.

Para chegar até a escola, caminhava por entre sítios, onde ouvia e via os pássaros beliscando as frutas e cantando. E aquela caminhada ingênua, o carrancismo da professora, o horror pela tabuada e a menina, sua colega, talvez sua primeira bem amada, sublimaram “os bolos” doloridos da palmatória. Tudo aquilo virou poesia.

A palmatória

*A nossa escola era distante
E havia fruta no caminho
Sempre cheguei depois do hino
Você queria um passarinho...*

*“Já podeis da pátria filhos
Ver contente a mãe gentil
Já raiou a liberdade
No horizonte do Brasil.”
A professora era carrasca.
Eu lhe ensinei toda a lição
A tabuada foi sofrível
A escrita má, teve um borrão*

*Você furou a palmatória,
Pôs um piolho, pra quebrar.
– Quem foi? Quem foi? Levei um “bolo”
Porque não quis denunciar.*

*Quando chamaram ao recreio,
Você me deu um sapoti.
Mas uma bola na vidraça
Atrapalhou tudo, fugi.*

*Tudo acabou chegando às férias
Nem mais recreio nem mais bola
Mas me recordo de você
Se ouço o vozeio de uma escola.*

*E, então, o caso do piolho
Me vem depressa na memória.
Tenho saudade de você
E mesmo até da palmatória.*

Nascia o poeta pelas estradas do Bom Parto, Bebedouro e Mutange. Do outro lado do trilho de ferro, ficava a lagoa com suas canoas e barças. Em frente de sua casa, os bosques em demanda ao Alto do Jacutinga. E os pássaros buliçosos flautando sonoros trinados, inspirando temas poéticos e sinfônicos, que mais tarde o homem feito registraria num lindo poema a que deu nome de “Reino do som”.

Latino, bem latino, como o avô italiano, ele herdaria dele aquele espírito de aventuras. O romântico que havia em Jayme de Altavila era desse avô querido de quem ele tanto falava nos seus versos, na sua prosa, como se referindo a um personagem de romance de capa e espada.

Meu avô

*Foi de espora de prata no passado,
Dom Quixote honorário, o meu avô.
Para o direito e para o bem voltado,
Na sua ingenuidade pelejou.*

*Semeou de mãos cheias, o legado
Que o destino lhe fez. Sofreu, amou.
Foi como um bandeirante deslocado
Numa era em que a aventura se acabou.*

*Numa admiração piedosa, cismo
Que ele leu Monte Cristo e o copiou,
Como apagado herói do romantismo.*

*Contudo, embora altivo como sou,
Como pesa esta herança de altruísmo,
Este penacho que ele me deixou.*

Teria Jayme de Altavila sido um d. Quixote como pensava de seu avô? Na verdade, para o escritor Paulo de Castro Silveira, autor do livro biográfico *Jayme de Altavila*, edição de 1971, ele esteve sonhando, quando ajudou a fundar, ao lado do pioneiro Edson de Carvalho, a Companhia de Petróleo Nacional S/A, para perfurar o subsolo alagoano em busca do ouro negro; sonhando ele esteve quando ajudou a criar as Faculdades de Direito e Economia, em Maceió. Foram grandes sonhos, de que o sonhador talvez tenha sido o menos beneficiado. Sonhando ele ficou a vida toda, porque o seu sonho vinha de longe, quando redigira a ata de fundação da Academia Alagoana de Letras e apresentara a proposta do nome de batismo, quando reunia peças e mais peças para o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, numa paciência beneditina, para dotar o seu Estado de um acervo histórico, antropológico, folclórico, etnográfico, geográfico e bibliográfico, ao longo dos onze anos em que foi seu presidente.

Sim, em tudo ele lembrava o avô italiano, quando se zangava. Mas logo esquecia aquele barulho latino, emocional, de poeta que vivia dizendo que era um caeté de arco e flecha em punho, que não temia guerreiros

de outras nações, a dos Potiguaras, a dos Chocos e Acoanans. Então vestia uma tanga simbólica, colocava na cabeça o seu cocar e cantava mergulhado na saudade:

*Já fui em minha taba um guerreiro valente.
Meu arco era tão curvo quanto o céu.
Minha flecha ligeira como o vento,
Meu passo firme como um rochedo
Meu ouvido sutil como um eco na chã,
Meu olhos vivos como o raio de Tupã.*

Num evocativo artigo de reminiscências, que escreveu, denominado: “Encontro com a infância”, o poeta fala sobre o “Primeiro livro de leitura” neste poema:

*Num gesto inconsciente,
Mergulhei minha mão na arca dos velhos dias
E de lá retirei, como por sortilégio,
O meu primeiro livro de leitura,
(De Felisberto de Carvalho)
E a lembrança infantil do meu colégio.*

*Como num filme todo colorido,
Começaram passando as gravuras queridas:
– A pá, o pé, o bobo, o dado,
O bote, o rato, a nota e a fita...
Depois as frases sempre repetidas:
– Maria tira a caneta de Rosa,
A hera sobe pelo muro,
A açucena é olorosa...*

*Revejo-me a reler o texto ingênuo,
No banco, entre os da classe que se foram...
Recordo a reza do começo da aula
E aquela sabatina emocionante,
E aquele debandar, ao meio-dia,
Pelo bairro distante...*

*As folhas vão correndo, vão passando,
Marcadas pelo tempo e pelo manuseio,
Alguém deixou dentro daquele livro,
Em hora de recreio, uma oferta gentil,
Um cromo lindo e delicado,
Representando um jarro com violetas
E um coração de lado.*

*Foi alguém que durou precisamente
O tempo em que duram
As violetas do cromo.
Alguém que, nesse filme de saudade,
Passa sem ter legenda.
Porque, dentro da névoa da distância,
Continua a ser a menina da capa do livro,
Loura e vestida de azul,
Concretizando toda a poesia da infância.*

Maceió era um pequeno burgo querendo crescer. Era uma cidade linda, porque a natureza a favoreceu. Os lampiões a gás ainda iluminavam os bairros com as suas luzes pálidas, o centro da cidade já estava eletrificado a partir de 1897, sendo a primeira capital de Estado que adotou esse melhoramento. Era a Empresa Elétrica de Alagoas que mantinha contato com o Estado, por força do decreto nº 148, de 24 de setembro de 1897. Era o pioneirismo de um homem que viera de além mar, o comendador Teixeira Basto, que devia merecer as devidas homenagens dos alagoanos.

Nessa época, Jayme de Altavila era chamado pelo apelido familiar de Santinho. E Santinho olhava tudo. A locomoção urbana e suburbana estava afeta aos serviços de duas companhias: a “Trilhos Urbanos” e “Elevadora Jacutinguense”, esta última, fechada no referido ano.

A Companhia Alagoana de Trilhos Urbanos (CATU) foi fundada em 14 de junho de 1890, cujos bondes eram conduzidos por burros. Para usar um termo técnico: tração animal. Suas linhas eram as seguintes: Jaraguá, Maceió, Bebedouro, Poço e Levada.

Era assim Maceió, enfeitando o menino de sete anos. Maceió com 120 aparelhos de telefones montados em casas particulares a repartições públicas, e estações nas cidades de Alagoas (hoje Marechal Deodoro), Pilar e linhas nas usinas Brasileiro, Leão e Wanderley.

No entanto, seu pai, na qualidade de funcionário da “Estada de Ferro”, a *The Alagoas Railway Company Limited*, foi servir no município de Murici por dois anos, quando ali nasceram os dois irmãos do escritor: Esmeralda e João.

Ao retornar a Maceió dois anos depois, o senhor Balbino Figueiredo de Melo foi nomeado funcionário da recebedoria central, e iria morar no Aterro de Jaraguá, depois, avenida da Paz.

A casa do velho Balbino ficava no local onde funcionou a CODEAL e a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio. A casa foi demolida, tendo o coronel Paulo Jacinto Tenório construído ali o seu solar, quando de Quebrangulo para a capital.

Ali, em frente ao mar, Jayme de Altavila ficava sentado por baixo de seculares árvores e ouvia as conversas dos pescadores. As seculares gameleiras davam sombras imensas e abrigavam também jangadas, fritadeiras de peixe e embarcações de todos os portos. Lá adiante, ficavam os trapiches de Jaraguá e a enseada, mansa, abrigava os navios ingleses, suecos e de outras nações que dormitavam ao lado das barcas que vinham de Coruripe, de Porto de Pedras e de outras cidades.

Eis como se formava o homem Anphilophio de Melo, nacionalmente conhecido por Jayme de Altavila, pseudônimo que, mediante justificação judicial, se incorporaria civilmente a sua pessoa, que passou e se assinar – *Anfilófilo Jayme de Altavila Melo*.

Depois de residir alguns anos na avenida da Paz, o mestre das Alagoas iria morar no Poço, bairro que o envolvia em saudade. Por essa época foi estudar com o professor Francisco das Chagas de Oliveira, pai do conceituado cirurgião-dentista dr. Bento Chagas, homem culto que ensinou, nos grupos escolares e escolas isoladas, a várias gerações.

Jayme de Altavila sempre se referia com carinho ao nome desse mestre. E quando a sorte lhe era ingrata, e quando muitos que não tinham o seu valor subiam ao ápice da pirâmide, pelos degraus da burrice, da bajulação, traindo, mentindo, o poeta costumava dizer:

– Por que não ouvi o meu professor Chagas!

Referia-se ao conselho, que não tomou, assim se exprimindo no poema:

Conselho perdido

Meu velho professor Francisco Chagas

(Corpo feito de sombra e alma de cal)

Sempre na minha infância me dizia:

– Ande com gente boa, evite má companhia.

*Muito cedo esqueci o conselho sensato
Do velho professor do carrancismo
E arranjei um amigo indesejável
– O sentimentalismo.*

*E este me fez ficar ao lado dos humildes,
Dos preteridos e dos fracos.
E como nada tinham que me dar,
Ficamos todos no último lugar.*

*Meu velho professor Francisco Chagas,
Perdi o seu conselho e perdi minha sorte
Eu deveria ter buscado a companhia
Do mais audacioso e do mais forte.*

Jayme de Altavila iniciou sua vida jornalística, melhor diríamos, a sua iniciação no jornalismo literário, aos quinze anos de idade, nas colunas de um modesto jornal de bairro, o do Poço. O *Guarany* era o nome desse periódico, que orgulhosamente exibia, logo abaixo do título, a sua condição de “órgão literário e noticioso”, como afirma o historiador Moacir Medeiros de Sant’Ana em seu livro biográfico *Evocação*, publicado em 1996.

E acrescenta:

Mas a participação de Anfilófilo de Mello, que nesse tempo já se definira pela adoção do pseudônimo Jayme de Altavila, no primeiro número daquele órgão de publicação quinzenal, surgido no dia 20 de março de 1910, limitou-se a um brejeiro pensamento de sua lavra, divulgado sob a assinatura OLLEM, na verdade a inversão do sobrenome MELLO: “O primeiro amor é como o primeiro beijo quando colhe-se na face d’uma virgem; os outros jamais serão dóceis”.

Na crônica “Leandrina”, em que trata de modesta banda de pífanos do arrabalde do Poço de seu tempo, exclui informe pertinente a sua atuação naquele pequenino órgão de imprensa, o de haver sido Baltazar de Mendonça quem praticamente “pôs a pena de jornalista em suas mãos e corrigiu os seus primeiros artigos para o jornalzinho que durou anos e que tinha o título de – *O Guarany*”.

Em 1910 Altavila teve o seu nome interligado a dois outros periódicos alagoanos: *A República*, aparecido nos fins de abril, e *O Albor*, de 24 de setembro. Atuou em outros espécimes da imprensa maceioense, entre os quais, a *Gazeta do Povo* (surgida em 24 de setembro de 1912); *O Alagoas* (de 14 de abril de 1912); *Jornal de Alagoas* (de 31 de maio de 1908); *Renascença* (revista mensal de Letras, Ciência e Belas Artes, de agosto de 1914); *O Dia* (jornal literário, noticioso e político, de 9 de abril de 1915); *O Caduceu* (órgão dos alunos da Academia de Ciências Comerciais de Alagoas (de 1º de outubro de 1916); *O Bergantim* (semanário literário e noticioso de 6 de setembro de 1916) e *A Pyrausta* (revista literária e científica de 7 de fevereiro de 1917).

Nesse período já era de natureza poética uma boa parte da colaboração de Jayme de Altavila. Na década seguinte, a de 1920, prosseguindo na outra, as poesias do nosso conterrâneo passaram a ser divulgadas Brasil afora por declamadores de renome, como: Ângela Vargas, Didi Caillet, Edith Lorena, Elisa Coelho, Flávia Xexéo, Hebe Cunha, Lúcia Lobo, Lygia Menezes, Maria Alice Braga Netto, Maria do Rosário Corrêa Meira, Maria Sabina e Olga Ferraz. Nas apresentações em casas de espetáculos e instituições culturais do nosso país, no período de 1926 e 1934, a composição mais declamada foi o soneto “Você”, seguido do coco “O Bia-tá-tá”. Este último, musicado em 1930 por Hekel Tavares, a 30 de abril de 1934 foi gravado pela RCA Victor em disco lançado em junho seguinte, com a interpretação de Elisa Coelho e acompanhamento musical dos Irmãos Tapajós.

Você

*Você resume tudo o que sonhei na vida:
Glória, beleza, amor, domínio, perfeição.
Tudo que persegui numa doida corrida;
Tudo que me fugiu ao alcance da mão.*

*Quando vejo você, fico de alma florida,
Porque você é luz, é perfume, é ilusão.
Você é, para mim, a ideia mais querida,
A químera mais linda, a mais doce emoção.*

*Você tem uma voz de canário cativo.
Você tem um sorriso encantador e um quê
De vaidade, no olhar eloquente e expressivo.
E você, apesar de tudo isso, não vê,
Inda não compreende, ante o enlevo em que vivo,
Que o mundo para mim se resume em você.*

Com referência a este soneto vale a pena recordar suas palavras em um artigo publicado no *Jornal de Alagoas*, de 11 de setembro de 1955 em que diz:

Certa vez fui procurado por um caixeiro viajante de um elixir famoso, que me viera pedir para lhe autografar uns versos, alegando, num sorriso largo e cínico:
– Doutor, eu vim até aqui para ter o prazer de o conhecer, porque lhe sou muito grato... O senhor não imagina quantas conquistas eu tenho feito pelo interior do Brasil recitando o soneto “Você”. O senhor não sabe o que possui. É pena que o senhor não saiba aproveitar um material tão bom...

Jorge de Lima, em crônica publicada pelo jornal *O Diário* de 26 de novembro de 1930, assim se expressa sobre o coco “O Bia-ta-tá”:

Os jornais de Recife trazem a notícia de que o coco ‘O Bia-ta-tá’ composto por Jayme de Altavila para Eliza Coelho cantar, deu ao gosto do público e foi bisado como aqui na terra dele. Se vê por aí que um coquinho assim feliz chama a atenção mais sobre muito da sem graça. O coco que Jayme fez é a besteira mais feliz que eu já vi. O poeta o compôs em dois minutos e três segundos. Não teve nem tempo de pensar, nem de contar nos dedos e saiu uma delícia de flagrante, de ingenuidade tão gostosa, tão popularesca, tão da gente que as plateias bisam (aliás, isso de bisar assenta mais pra jazebande de clube dançante).

Na condição de autor de peças teatrais, Jayme de Altavila produziu: *A cabeça de Salomé*, peça em versos, inserida nas colunas do *Diário da Noite*, do Recife, a 16 de maio de 1915; *O herói do madrigal*, cena romântica em versos,

escrita em janeiro de 1922; e *Inversão de papéis*, com o subtítulo *Cena de uma noite de Carnaval*, peça em versos, publicada na *Ilustração Brasileira*, do Rio de Janeiro, no mês de janeiro de 1923.

Mas foi no ano de 1911 que ingressou nos quadros do Congresso Littero-Cívico-Alagoano, do qual era sócio desde o mês de novembro, possivelmente a primeira instituição literária a que pertenceu, ao lado de Antônio Portugal Ramalho, Bernandes Júnior, Cassiano de Albuquerque, Correia Júnior, Graça Leite, Higino Belo, Oscar Silva, Povina Cavalcanti e Rodrigues de Melo, entre outros.

Tempos depois, em 1915 cogitou-se criar em Alagoas uma Academia de Letras. Essa tentativa inicial de fundação da futura Academia de Letras aconteceu durante a reunião aberta por Jayme de Altavila, que explicou as finalidades da mesma, convidando o dr. Demócrito Gracindo para assumir a presidência da sessão. Nomeou-se em seguida uma comissão composta do aludido Jayme, Paulino Santiago, Bernardes Júnior, Pinheiro Goulart e Artur Acioly, com a finalidade de tratar da elaboração dos estatutos da nova sociedade literária. Isso somente viria ocorrer anos depois, a 1º de novembro de 1919, em sessão realizada no salão nobre do teatro Deodoro, tendo sido o nosso saudoso Jayme de Altavila, o redator da primeira ata da nova instituição cultural, a Academia Alagoana de Letras, e dela também seria seu presidente, nos períodos de 1936 a 1937 e de 1961 a 1964.

Em seu discurso inédito, o qual seria proferido no dia 2 de novembro de 1970, nas comemorações do centenário da Academia Alagoana de Letras, na qualidade de orador oficial, assim se referiu à criação da mesma:

A Academia surgiu, pois, com superioridade e com sabedoria, congregando os espíritos brilhantes da época, sem exclusões. Uma aura de bona fide se distendera sobre as cabeças dos intelectuais e, desaparecendo a desconfiança, projetou-se a operosidade e o confradismo. Os próprios elementos de relevo intelectual que não tiveram oportunidade de comparecer àquela reunião fizeram-se representar por outros confrades. Distendia-se por todos aqueles intelectuais, poetas, jornalistas, historiadores, prosadores e magistrados, um ar de desaforo e de bom humor, desfeitas que eram naquele instante, as barreiras até então intransponíveis. Conservo nos olhos do espírito as fisionomias dos companheiros ilustres, reunidos de-

pois do encontro definitivo, no átrio do Teatro Deodoro, quando foi então batida aquela fotografia que documentou o evento. Cinquenta anos decorreram daquela tarde cheia de sol e de esperança. No seu decorrer, muitos dos companheiros daquela hora marcante foram levados para a eternidade e os poucos que restam na fotografia memorosa, pensam sempre no futuro encontro com todos eles.

E acrescenta em outro trecho:

Desta maneira, foi constituída a Academia Alagoana de Letras, num ambiente de cordialidade que prosseguiu pelos anos e pelas décadas, em proveito das Alagoas e de nossa cultura literária. Tive, pois, a honra de propor o seu nome e de lavrar o assentamento do seu batismo histórico.

Para o escritor e acadêmico Paulo de Castro Silveira:

Jayme de Altavila foi sempre professor. No Liceu Alagoano, na Escola Normal, no Instituto de Educação, na Faculdade de Direito de Alagoas, na Faculdade de Ciências Econômicas. Professor, ele foi através de seus livros e artigos fazendo poesia, conversando, porque nasceu mestre, profissão que começaria a exercer menino ainda, no colégio do professor Higino Belo.

Na crônica “Deixando o Lyceu Alagoano”, motivada pela sua aposentadoria, a 22 de setembro de 1953, como professor dessa velha casa de ensino, onde inclusive lecionara História Universal, Jayme de Altavila registra os nomes de antigos colegas com os quais estudara e tivera convivência intelectual naquele Educandário: Amarílio Santos, Américo Maia Filho, Artur Acioly, Aurino Maciel, Delorizano Moraes, Edilberto Mota Trigueiros, Osman Loureiro de Farias, Romeu de Avelar (Luiz de Moraes), Silvério Lins Filho e Silvestre Péricles de Góes Monteiro. Nela também participa que fora Primeiro tenente porta-bandeira do batalhão do Liceu, na realidade Brigada instituída em 18 de junho de 1909, no período em que a direção do estabelecimento era exercida pelo dr. Alfredo de Araújo Rego, recordando:

Ainda marcho na minha memória, com aquela farda de casimira azul-marinho com os botões dourados, com os alamares vistosos e com aquelas polainas e luvas brancas.

Depois de ser aluno daquele educandário, Jayme dele foi vice-diretor, durante a direção do sacerdote Antonio Valente, passando a exercer, a partir de 1929, as funções de inspetor federal de ensino, e por fim, a de diretor.

Ainda na condição de aluno do mesmo Liceu, onde ingressara no ano de 1911, pertenceu à Escola Literária “Euclides da Cunha”, já existente em dezembro de 1912, a qual se reunia aos domingos, na sala da congregação do referido educandário.

Ao término daquela sua crônica escrita em decorrência de sua aposentadoria como lente do velho e tradicional Liceu Alagoano, cuja denominação fora mudada para Colégio Estadual de Alagoas, em 1945, contristado arrematou:

Estas considerações partem, porém, de um marinheiro que deixa o seu braço, depois de chegar de anos de viagens pelos sete mares da História Universal. Desço a escada de bordo, com o meu saco de lona repleto de recordações. Antes de me afastar do cais, contemplo melancolicamente o bojo, os mastros, as gáveas e as velas do meu barco. O nome do meu navio foi mudado pelos amadores insensatos. Rasparam do casco a sua designação centenária, inscrita em 5 de maio de 1849 por um presidente da província das Alagoas que se chamou – Antônio Nunes de Aguiar e traçaram no seu lugar, esta outra insignificante – Colégio Estadual de Alagoas. Porém, continua indelével, por baixo, a tinta heráldica do nome primitivo, o nome que foi a sua legenda de cultura, de dedicação e de glória: – Liceu Alagoano. É este nome que leio, no momento, em que me afasto do molhe, sem dizer adeus a ninguém, porquanto não valeria a pena contagiar a alma de um semelhante com a insatisfação de uma despedida.

A partir de 31 de março de 1919, dia de sua matrícula, e durante os três anos em que Jayme de Altavila estudou na Faculdade de Direito do Recife, *“residiu num sobrado da rua Larga do Rosário, onde fora o antigo Hotel*

Comercial”, conforme teve o ensejo de declarar em crônica denominada “Avaristo”, nome pelo qual era conhecido o Evaristo, humilde “*entregador do café do nosso Restaurante, de propriedade do atencioso e ladravaz Wu-Fang*”. Nesse período de sua permanência na capital pernambucana, atuou na redação do *Jornal do Recife*, e do mesmo foi também seu correspondente em Maceió, periódico que tinha o dr. Filemon de Albuquerque como redator-secretário.

Em uma manifestação de agradecimento, datada de Maceió, 21 de setembro de 1968, constante da pasta de recortes – “Museu de ideias”, Jayme de Altavila refere-se àqueles que de diferentes e marcantes atitudes contribuíram para a sua formação mental. Duas delas acham-se ligadas ao seu curso jurídico:

Abençoada seja sempre, dentro de mim, a memória daquele cavalo ‘Gaúcho’, que ganhei numa rifa e com o produto de sua venda me matriculei na Faculdade de Direito do Recife. Abençoada seja sempre, dentro de mim, a memória dos estudantes Lydio e Mário Jucá, que me agasalharam no seu modesto quarto da Pensão Pernambucana.

Lydio e Mário eram os irmãos alagoanos – Lydio Augusto e Mário Augusto Guerra Jucá, este último, em 1919 já quartanista de Direito, enquanto o outro era um simples calouro, que dividiam, com o seu contrerrâneo, o parco espaço de um quarto do referido antigo hotel Comercial, rebaixado então à categoria de simples pensionato, onde tudo “(...) *era inóspito e degradante, exceto a escada de ferro, em caracol, que dava acesso aos altos do prédio. Tal dependência não tinha sacada para frente. Era um aposento reles, com uma única janela deitada para um pátio interno*”.

Transferindo-se em 1922 para a Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, que funcionava no bairro do Catete, sob a direção do conde de Afonso Celso, a 21 de março matriculou-se no quarto ano do curso jurídico, vindo a colar grau no dia 7 de dezembro de 1923.

No artigo denominado “De plantão”, de 10 de dezembro de 1955, publicado no *Jornal de Alagoas*, sobre sua convivência com os colegas de curso, assim se pronuncia:

Quando me transferi para o quarto ano jurídico da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, observei, de início, que os cariocas e os mineiros de minha turma

perguntavam sempre qual a minha faculdade de origem, pois não toleravam os paraquedistas das escolas livres, especialmente de Niterói. Na proporção que foram sabendo da minha qualidade de ex-aluno de Recife, meu crédito foi se alargando perante aquela turma que teria de dar, futuramente, ministros do Supremo Tribunal Federal, diplomatas, professores, juízes e parlamentares. Dirigia a Faculdade o bondoso Conde de Afonso Celso, cuja assinatura na minha carta de bacharel é uma honra para mim, que privei de sua amizade e guardei seus sábios conselhos.

Em discurso como paraninfo dos bacharéis da Faculdade de Direito de Alagoas, em 8 de dezembro de 1947, Jayme de Altavila se referia a sua formatura desta forma:

Revejo-me saudosamente, há 24 anos, numa noite vitoriosa como a de hoje, no Rio de Janeiro, ao pé do monumento de Floriano depois da sessão de formatura, despedindo-me de um companheiro de casa e de jornada acadêmica. Recordo-me, então, do destino que estávamos a dar, naquele instante de separação, ao exemplar do Código Civil Brasileiro, de nossa propriedade, adquirindo de meia, para nossos estudos acadêmicos. O colega de turma, que enveredava eficientemente pela burocracia federal, depois de refletir no caso, propôs-me uma solução na altura de nossos destinos. Bem. Vendo-lhe a minha parte no Código.

Como não pretendo sofrer pelo direito dos outros, você pode ficar com o livro. Passe-me os dez mil reais da minha meação. E eu fiquei com o Código e com o direito de sofrer, que o colega renunciante me outorgara ao pé da estatua do Consolidador naquela noite quente de dezembro, em que a vida parecia mais cheia de promessas e em que o meu sonho judiciário era mais alto do que o ousado e belo monumento do Marechal de Ferro.

Um ano depois, ao paraninfar os bacharéis da mesma Faculdade, em 8 de dezembro de 1948, Jayme de Altavila pronunciava-se, desta forma, sobre a sua formatura:

Há vinte e cinco anos, numa noite sem o encanto desta, porém agradável ao meu coração, – coleí grau na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Hoje pela manhã, detive-me um momento diante da miniatura do meu quadro de formatura, onde homenageamos Rui Barbosa, Afonso Celso e Ramiz Galvão e onde colocamos a esfinge do nosso querido professor, Castro Rebelo. Pensei, então, nos meus colegas que hoje estão na alta magistratura do país, como o Ministro do Supremo Tribunal Federal Hanhnmann Guimarães, orador de nossa turma e espírito primoroso e culto. Pensei nos que estão nos postos elevados das administrações públicas; nos que se nortearam para a indústria e para o comércio e pensei também nos que, como eu, ficaram resignadamente na província, presos ao amavio da terra natal, contentes com o pão amassado entre páginas de autos e cadernetas de horários de aulas. Foi bom este instante retrospectivo que fiz ao passado, porque verifico que estou bem comigo mesmo; que as minhas mãos estão limpas no exercício do dever profissional; que posso levantar a cabeça em todos os recantos de minha terra e que minha consciência é um espelho onde posso refletir serenamente as minhas ações.

Em artigo motivado pela morte de Jayme de Altavila, seu velho companheiro de turma na Faculdade de Direito do Recife, Joaquim Inojosa, divulgou o soneto “O ponto da escrita” da autoria do mesmo, que oferecera ao professor Gervásio Fioravanti, catedrático de Direito Criminal, da mencionada escola de ensino superior, colocando-o dentro da prova escrita dessa disciplina, realizada no dia 2 de dezembro de 1921.

O ponto da escrita

(Ao dr. Gervásio Fioravanti)

Que é interpretação da lei penal?

Interrogou assim o mesmo amigo.

E a resposta que tenho é tão banal

Que eu fico atrapalhado e não prossigo.

*– Interpretar a lei, decerto, é um mal,
pois nisto está o seu maior perigo.
Ao seu sabor define a cada qual
E lhe é cada qual sempre inimigo.*

*– Meu caro mestre, após a prova escrita,
quero dizer-lhe que me não agrada
esta ilusão que a muita gente agita.*

*A lei de interpretar é a lei da racha,
Toda interpretação é infinita
Pois a lei no Brasil é uma borracha.*

Formado, regressou a Maceió, no “Itapunhy”, aportando no dia 18 de dezembro, quando foi recebido a bordo daquele vapor, por amigos e admiradores, que três dias após, lhe ofereceram um banquete, realizado às 20 horas, no Bela Vista Palácio-Hotel.

Renunciando o dr. José Moreira da Silva Lima ao cargo de prefeito da capital alagoana e tendo o Conselho Municipal de Maceió decretado a perda do mandato de seu substituto legal, na condição de presidente do referido Conselho eleito que fora, a 18 de janeiro de 1926, o dr. Anfilóbio de Melo (Jayme de Altavila) assumiu o exercício do cargo de prefeito de Maceió, a 1º de fevereiro de 1927, nele permanecendo até 7 de janeiro de 1928, totalizando onze meses e sete dias de administração.

Apesar da sua curta permanência na prefeitura, durante a sua gestão foi concluída a Planta Cadastral da Capital, cujo preparo fora determinado pela Lei nº 10, de 17 de abril de 1913, da administração do farmacêutico Firmino Vasconcelos, mas cuja execução se arrastou durante anos.

Durante sua administração ocorreu o estabelecimento do serviço telefônico automático da capital alagoana, auspicioso fato que se deu a 1º de abril de 1927, e acerca do qual Jayme de Altavila fez registro na Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Maceió, no dia 7 de janeiro de 1928: “Tive a satisfação de assistir a inauguração dos telefones automáticos de Maceió, por iniciativa da firma alagoana concessionária Almeida & Companhia”. Destacou ainda que: “nossa Capital fora a segunda no Brasil a introduzir tais vantagens, empregando material fornecido pela Companhia E. G. Sul Americana de Eletricidade”.

O prefeito Anfilóbio de Melo (Jayme de Altavila) entrara no exercício do cargo com uma desvantagem. Devido às modificações introduzidas no re-

gime tributário através da Lei nº 1.987, de 14 de junho de 1926, o orçamento de 1927, como teve ensejo de afirmar em sua mensagem de 7 de janeiro de 1928, foi um orçamento de experiência, já que havia sido “*retirado da receita o imposto de importação que rendia cerca de duzentos contos e não havia uma outra fonte de renda para substituí-lo*”. Deu execução, porém, ao calçamento de várias ruas, à construção de passeios públicos, esgotos, pontilhões, assentamento de meios-fios, desapropriações de prédios e terrenos para fins de alargamento de algumas vias públicas da capital, conforme registra a referida *Mensagem*. Contudo, entre todas as suas realizações administrativas, foi dado grande realce à construção de um coreto de cimento armado e reforma da Avenida da Paz, localizada no antigo Aterro de Jaraguá, na praia do mesmo nome, cuja inauguração aconteceu a 1º de janeiro de 1928, logo passando a ser chamado de *Coreto da Avenida*. A denominação de avenida da Paz foi dada através da Lei Municipal nº 9, de 8 de outubro de 1919, após as Festas da Paz ali realizadas, comemorativas do término do conflito armado ocorrido no continente europeu durante os anos de 1914 a 1918.

Logo depois da sua passagem pela prefeitura de Maceió, Altavila foi eleito deputado estadual à 19ª legislatura (1928/30), instalada a 21 de abril de 1928, tendo exercido o seu mandato durante apenas a primeira sessão dessa legislatura, encerrada a 21 de junho daquele ano, em virtude de sua nomeação, a 15 de fevereiro de 1929, para o cargo de adjunto do primeiro promotor público da comarca de Maceió.

Foi superintendente da Imprensa Oficial do Estado. Em um artigo denominado “Nobre orador” publicado no *Jornal de Alagoas*, de 4 de setembro de 1955, afirma que:

dos meus onze anos na direção da Imprensa Oficial do Estado, guardo interessantes recordações. Servi a diversos governadores, desde aquele romântico Clodoaldo da Fonseca, de quem possuo algumas cartas inéditas e sobre as quais escreverei um dia, até do jornalista Costa Rego. Conservo daqueles onze anos um maço de cartas e cartões de governadores e gente ilustre, com o sabor e o pitoresco do momento.

Foi autor da letra do Clube de Regatas Brasil (CRB), em parceria com Tavares de Figueiredo, que compôs a música em 1919, cuja partitura foi impressa na Litografia Trigueiros, de Maceió.

Em sua terra natal também integrou o Conselho Estadual de Cultura e Conselho de Desenvolvimento de Maceió, membro do Conselho Penitenciário do Estado, pertencendo ao quadro de sócios efetivos do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, do qual foi seu presidente por onze anos, (de 1959 a 1970), cabendo ao mesmo, presidir em 8 de dezembro de 1969 as comemorações do centenário da mais antiga instituição de cultura em atividade em Alagoas.

Além-fronteiras de seu Estado natal integrou os quadros de outras entidades de cultura, como a Academia Mineira de Letras; Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Rio Grande do Norte; Instituto Histórico e Etnográfico Paranaense; Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e *The National Geographic Society*, de Washington.

Seu nome igualmente se encontra ligado à criação da Escola de Agronomia, fundada em 2 de fevereiro de 1933, da qual foi diretor, tendo pronunciado a 10 de julho de 1934 aula inaugural do novo instituto de ensino superior, empreendimento que não chegou a medrar, morrendo praticamente no nascedouro.

Para Paulo Silveira: “Jayme de Altavila não foi um jurisconsulto exímio, é porque ficou na província que tanto amava, pois”:

*Que ficou na pobreza da gleba
Com o verde dos coqueiros nas pupilas,
Com a maresia intensa nas narinas,
Com os soluços das águas nos ouvidos,
Com as aspirações domadas e tranquilas...*

Como em seu poema “Glória e heroísmo”.

Recursos intelectuais ele os possuía como ninguém, e como ninguém poderia armar um parecer, que enfadaria o leigo pelo excesso de tecnicismo. Era, portanto, um homem raro, dotado de uma razão forte, no dizer do insigne Teixeira de Freitas. O bastante para se transformar num jurista, não de apelido, mas num jurista de verdade, capaz de opinar, de concluir, porque era o pesquisador que não amedronta com as madrugadas, quando queria encontrar a razão do que existiu hoje, que foi por causa do que existiu ontem.

O seu livro *Origem do Direito dos povos*, com sete edições publicadas, pela Editora Melhoramentos de São Paulo e Ícone Editora de São Paulo, e que ainda hoje é adotado em algumas Faculdades de Direito do Brasil, é algo

sério. É como salienta o seu editor, na primeira edição dessa obra: “Pela primeira vez se tenta no Brasil um trabalho de vasta envergadura”. Afirmar que Jayme de Altavila:

caminhou por milênios, desde as leis mosaicas à Declaração Universal dos Direitos do Homem. De fato, o escritor alagoano mostra que esse direito surgiu naqueles idos teocráticos porque o homem tinha deveres para com Deus ou os deuses. Era um código de obediência divina.

Assim, mestre Jayme mostra para a posterioridade como surgiu o Direito Público e Privado, como o sistema de Direito Penal, direito de punir que emergiu da vingança privada.

Jurista, Jayme de Altavila o foi, publicado mais tarde o livro *A testemunha na História e no Direito*, pela Editora Melhoramentos de São Paulo, em 1967.

Publicou ainda *A linha sinuosa do Direito*, conferência realizada na Faculdade de Direito da Bahia, em 19 de novembro de 1942, oportunidade em que fazia parte da banca examinadora do concurso à cadeira de Direito Civil daquela faculdade, em que saiu vitorioso o jurista Aliomar Baleeiro.

Em decorrência da sua condição de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Jayme de Altavila exerceu várias funções públicas ligadas à carreira em que foi formado, como: adjunto do procurador da República (6 de março de 1924); adjunto do primeiro promotor público da capital alagoana (31 de janeiro de 1924) e juiz federal no estado da Paraíba (20 de setembro de 1932).

Foi um dos fundadores, a 8 de julho de 1931, da Faculdade Livre de Direito de Alagoas, ocasião em que, na condição de secretário, lavrou a ata de instalação daquela faculdade, cuja reunião aconteceu no salão nobre do Lyceu Alagoano. Esta faculdade posteriormente passou a denominar-se Faculdade de Direito de Alagoas, célula mater da Universidade Federal de Alagoas, dela tendo sido inicialmente professor catedrático de Economia Política e Ciências das Finanças, depois catedrático de Direito Civil, nomeado em 11 de março de 1933, por ato do interventor federal de Alagoas, Afonso de Carvalho, após a estadualização da referida faculdade, cuja nomeação foi confirmada pela Lei nº 1.014, de 24 de dezembro de 1949, que federalizou aquele es-

tabelecimento de ensino superior, da qual foi também seu diretor por quase quinze anos (de 2 de março de 1948 até 25 de setembro de 1962), quando por decreto presidencial foi aposentado nesse cargo e no de catedrático de Direito Civil. Ainda foi professor de Direito Constitucional da mesma faculdade, em 9 de setembro de 1937.

A 16 de setembro de 1959 a congregação da mesma Faculdade conferiu-lhe o título de doutor em Direito e, finalmente, em 4 de outubro de 1962, o título de professor emérito.

Silenciosamente, Jayme de Altavila fez a sua Faculdade crescer. No ano de 1956, do “Jubileu de Prata”, atraiu para as Alagoas as grandes figuras do Brasil daquela época, inclusive o presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, que recebeu o título de doutor honoris causa pelo tradicional estabelecimento.

No quadro de formatura dos bacharéis de 1956, na qualidade de paraninfo apresentou a seguinte frase:

“Em vinte e cinco anos de existência, realizamos uma obra de caráter secular”.

Foi ainda paraninfo de várias turmas de bacharéis daquela Escola, destacando as seguintes palavras:

Aos bacharéis de 1947:

“Fique sempre ao lado do Direito e da Justiça, mesmo que o mundo inteiro esteja contra você”.

Aos bacharéis de 1948:

“O Direito não é propriedade de ninguém. É um bem divino e coletivo. O dever de defendê-lo incumbe a todos: com a palavra, com a ação e com a força”.

Aos bacharéis de 1952:

“Os códigos estão cheios de Direito, porém as consciências estão cheias de razões. Defenda o seu Direito, mas não viole a sua consciência”.

E, por fim, aos bacharéis de 1969:

“Não desacredite no Direito, pelo fato de a justiça humana, por vezes, se desacreditar”.

Eis o homem. O homem Anflófilo, que terminou sendo mesmo Jayme de Altavila. O homem cérebro, nervos, células, emoções. Uma vida de-

dicada ao estudo e ao amor ao seu povo. O homem que não temia a morte. Quando numa rede, às 23 horas do dia 26 de março de 1970 entregou sua alma a Deus, numa prece vinda misteriosamente com a brisa do ar, fazia o coqueiral da praia onde ficava sua casa, pronunciar um canto nativo, aquele canto que anos antes, ainda jovem, ele escreveu, e que é uma página de amor, humildade e patriotismo:

Canto nativo

*Quando eu morrer, Você rasgue um pedaço deste céu
E faça dele a minha mortalha.
Quando eu morrer, Você cave um torrão de terra virgem
E faça dele o meu travesseiro.
Quando eu morrer, Você arranque o Cruzeiro do Sul
E faça das estrelas os meus círios.
Quando eu morrer, Você asperja a água verde das Lagoas
Sobre os meus restos humanos.
Quando morrer, Você corte um ramo de pitangueira
E cruze, sobre ele, as minhas mãos.
Quando eu morrer, Você plante sobre a minha sepultura
Uma palmeira ouricuri.
Quando eu morrer, Você reze nos meus ouvidos
A Sinfonia do Guarani.
Quando eu morrer, Você encomende a minha alma nativa
A Rudá e a Tupã.
Quando eu morrer, Você diga aos que perguntarem por mim
Que eu morri como nasci:
Brasileiro.
Brasileiro.
Brasileiro.*

Eis o homem. Todo feito de pecado, de amor, de virtudes, de qualidades positivas e negativas.

Eis o homem despojado das honrarias. Uma partícula da humanidade.

Naquele 26 de março de 1970, ao se recolher, o poeta rabiscou uma balada encontrada por seu filho em cima da cômoda de seu quarto de dormir, com a qual devolveu sua alma ao Senhor:

Devolução

Senhor:

Esta alma que tremula dentro de mim e que resguardo com o temor de uma criança que transportasse uma urna de vidro pelo meio das ruas agitadas do mundo, – não é minha.

Não a fiz, nem lhe dei molde ou desígnio.

Fostes vós que a fizestes, através de vossas leis criadoras e inexplicáveis.

Sinto perto dela uma sensação de incerteza, ou um aviso de transladação.

Se a quereis de volta ao nada ou à essência vital, ei-la submissa ao seu autor.

Dede que me outorgastes a sua utilidade temporária, que a retenho com dignidade.

Ela está pintalgada por muitos pecados do mundo, menos pelo de não haver sempre reconhecido a grandeza e o poder do seu criador.

Se eu tivesse tido a autonomia de sua existência, – não teria moldado, preferido ser o átomo solto na amplidão do Universo.

Estou de pé, de cabeça baixa, – diante de Vós, temeroso de não poder devolvê-la com a sua limpidez primitiva.

Vós bem sabeis que os homens, que crucificaram vosso filho, são os mesmos.

Na luta pela sobrevivência entre eles, ela teve de compartilhar obrigatoriamente do mal de cada dia.

Mas não perdeu a fé no seu autor, confiante sempre em que de mãos divinas não pode sair obra que não obedeça a um desígnio Superior. Se é chegada a hora de sua devolução ela aqui está, aos Vossos pés, Senhor.

Ê lá ê, ê lá ê, boiada, ou... A vaquejada, as suas músicas, e a reinterpretação desses cantares!

José Maria Tenório Rocha

Resumo: Em três momentos distintos, discute-se a problemática dos tradicionais cânticos de vaquejada, verificando a sua influência em modernos cantares brasileiros. Tenta observar atentamente, os momentos e as formas onde tais “encontros” acontecem. Observam-se denominações apropriadas para tais obras musicais e o apreço dado a elas por estudiosos e pelo povo que determina a sua aceitação através da divulgação, pelo simples canto descomprometido. Os mass mídia também estão atentos a tais “recortes” e com isso influenciam elaborando um feedback sumamente aceito pelos aficionados.

Introdução

A partir de informações encontráveis no município alagoano de Quebrangulo, o estudo analisa as fórmulas dos cantares perviventes nas vaquejadas e pegas-de-boi do Nordeste do Brasil e também as formas derivadas delas.

Na primeira abordagem trata das formas dos romances velhos do gado. Os romances novos e os novíssimos romances do gado, estas últimas denominações foram criadas por Théo Brandão, que também as denomina toadas de vaquejada, destacando a obra da cantora goiana Ely Camargo, também influenciada pela música alagoana do gado.

A segunda e a terceira abordagens observam a influência dos cantares dos vaqueiros na construção direta da obra de Kara Véia, passando também a notificar a influência indireta de tais cantares na musicalidade do intérprete Raí, do grupo nordestino de “forró eletrônico” Saia rodada.

Conclui apontando o fenômeno das vaquejadas como responsável e operador desses três tipos distintos, ou três formas de cantares brasileiros, vindos de uma só e legítima fonte, porquanto o simples observar na maneira de cantar de Ely Camargo, Kara Véia e Raí permite perceber as ligações nessas raízes.

A vaquejada no sertão: o dito, o redito e o sugerido!

Para meu mestre Théo Brandão, das Alagoas, no céu dos vaqueiros

Introduzindo

Gostar de vaquejada sempre gostamos, afinal somos parentes próximos de Quintino Tenório, da fazenda Chorador, Quebrangulo (AL), célebre por suas vaquejadas. Quintino e Deúsa, sua filha, eram ases nas corridas de mourão, ou nas apartações de gado, ou ainda nas vaquejadas de apartação, que corresponde às *pegas-de-boi*, tal como descritas por José de Alencar em *O Sertanejo* e, *mutatis mutandis*, como as que se apresentam atualmente em Porto da Folha (SE).

Nessas vaquejadas, elementos essenciais são as músicas, algumas delas denominadas de *toadas de vaquejada*; não confundir com o chamado *aboio*, pois tal expressão musical não possui letras ou palavras, são simples gritos melodiosos, feitos com a finalidade de alertar ou tanger o gado, despertando-lhes o sentido das veredas a serem trilhadas.

As *toadas de vaquejada* receberam do mestre Théo Brandão a classificação de *Novíssimos romances do gado*;¹ vejamos por quê: o cancioneiro brasileiro é vastíssimo e muito importante do ponto de vista da tradicionalidade e também da criatividade dos cantares. Nesse cancioneiro, apresentam-se os romances do gado, ou do ciclo dos vaqueiros. São *gestas* como as narrativas medievais e épicas, não líricas, ou ainda alguns chegam a ser épico-líricos.

Esses romances descrevem as peripécias de barbatões famosos, isto é, cantam a vida, as desditas e a morte de bois bravos soltos, até que o vaqueiro consiga derrubar, colocar por terra e dar por terminada a sua invencibilidade.

Existem romances antigos, transmitidos pela tradição oral, coligidos por José de Alencar, Sílvio Romero e Pereira da Costa; estes registraram, além de outros, o “Boi Espaço” e o “Rabicho da Geralda”, “A Vaca do Burel”, “ABC do vaqueiro em tempo de seca”, “ABC do Boi Prata”, coletados por Sílvio

¹ BRANDÃO, Théo. *Novíssimos romances do gado*. Maceió: Comissão Alagoana de Folclore, 1976.

Romero; “Boi liso” (Pereira da Costa), “Boi moleque”, “Boi misterioso”, “Va-quejada”, “Novilho do Quixelô” (Gustavo Barroso), além de vários e vários outros, são os chamados *romances velhos brasileiros do gado*.

Depois do surgimento dos *romances velhos do gado* apareceram romances classificados como *romances novos brasileiros do gado*, em sextilhas septissilábicas, divulgadas principalmente pelos folhetos de cordel; alguns deles são: “O boi misterioso”, “O touro do umbuzeiro”, “História da vaca rabicha”, “Heroísmos de Valdevino na pega de um barbatão”, “O garrote Estrela D’Ave” (sic) e o “Vaqueiro Vituriano”.

Afora estes, de publicidade nos folhetos, existem aqueles recentíssimos, a que Théo Brandão denominou de *novíssimos romances do gado*, nas características: tamanho pequeno; inicialmente não são escritos, mas cantados; transmitidos de forma oral, depois publicados em folhas soltas e vendidos junto aos folhetos de cordel nas feiras é a maior parte do que se denomina *toada de vaquejada*.

A coleção de Toadas de Vaquejada registrada por Théo Brandão inclui: “Toada do violento” (Enoque e Etelvino, de Arapiraca); “Pegada da novilha” (Enoque e Etelvino); “Toada da Enganosa” (José Amauri e Luciano, filhos de Quintino Tenório); “A pega da novilha Enganosa e do novilho Canarinho na fazenda Chorador” (Efigênio T. Moura, natural de Pindoba e residente em Palmeira dos Índios); “Toada do Rudado” (José Amauri e Luciano); “Toada do Rudado II” (João Lira e Novelêncio; que João Lima informou ser de autoria de Abdorá Xavier e Márcio, de São Bento do Una, PE.)

Na verdade, só fomos valorizar as toadas de vaquejada a partir de 1974, quando conhecemos pessoalmente Ely Camargo, que em nossa casa, ouviu e gostou muito das músicas do valoroso violeiro alagoano João de Lima, que ficara feliz com a intérprete. Ely aparecera em Maceió fazendo o lançamento do disco que incluía a toada “No mês de novembro”. A partir daí, ficou sendo uma espécie de obsessão trabalhar, procurar entender o que era o tal texto, ou o tal *novíssimo romance do gado*, como quer Théo Brandão.

Mas o que é, afinal, romance no sentido tradicional?

Quando falamos em romance tradicional, a ideia primeira que se tem é que a palavra designa textos em prosa, geralmente extensos; no entanto, em literatura oral, o termo quer indicar uma narrativa em forma de poesia, ou uma estória de Trancoso, cantada, ou ainda uma estória cantada onde a presença do diálogo pode aparecer.

Romance, então, é uma composição poético-musical composta geralmente em quadras com versos de sete sílabas, e em seu conteúdo existe a

predominância de temática épica. Característica básica e fundamental é a presença de diálogo entre dois personagens.

Foram criados na Europa nos séculos X, XI, XII e refundidos e recriados nos séculos XV e XVI, como canções de gesta medievais, que cantavam as façanhas dos grandes heróis, como as gestas do ciclo Carlovíngio e as do ciclo da Távola Redonda.

Essas formas poéticas foram compostas para serem cantadas nos saraus das cortes e palácios nobres, portanto eram canções refinadas; o estilo das composições poéticas, mesmo em versões cantadas na atualidade, algumas já estropiadas, demonstra o esmero de quem inicialmente as compôs; foram depois transformadas pela boca do povo, sendo depois abandonadas, ficando integradas a folguedos folclóricos, rodas e brincadeiras infantis. Pensamos que todos conhecem a brincadeira da La Condessa (“Ou de casa, Ou de fora, onde mora a La Condessa... – Que queis com La Condessa que por ela perguntais?”). Este é um dos legítimos exemplares.

A VAQUEIJADA DO SERTÃO (sic)

AUTOR: JOÃO ALEXANDRE*VERSÃO DE ELY CAMARGO**

1- Quando é no mês de novembro
dando a primeira chuvada
reúne-se a vaqueirama
de frente a casa caiada
vão olhar o campo vasto
vê se a rama está feichada

Quando no mês de novembro
dando a primeira chuvada
reuniu-se a vaqueirama
em frente a casa caiada
pra ver se nos campos vastos
a rama já está fechada

2- o vaqueiro da fazenda
é quem se monta primeiro
no seu cavalo amarelo
calçado e muito ligeiro
vai ao campo pensando
na filha do fazendeiro

o vaqueiro da fazenda
é quem se monta primeiro
no seu cavalo amarelo
calçado e muito ligeiro
e vai ao campo pensando
na filha do fazendeiro

3- corre dentro da caatinga
ralando em cima da sela
se desvia dos espinhos

corre dentro da caatinga
ralando em cima da sela
se desviando do espinho

*unha de gato e favela
aboia em versos falando
na beleza da donzela*

4 - *quando se ajuntam os vaqueiros
de frente a casa caiada
um cabra da voz bonita
sai cantando uma toada
a filha do fazendeiro
fica logo apaixonada*

5 - *aboia em versos falando
em vaca mansa e bonita
tem no lugar do chocalho
um belo laço de fita
teu nome é Rosa do Prado
os mimos de Carmelita*

6 - *Carmelita quando vê
o seu amor verdadeiro
todo vestido de couro
começa no desespero
mamãe deixe eu ir embora
na garupa do vaqueiro*

7 - *o vaqueiro adoecendo
bota seus couros na cama
pelo mato o gado urra
como quem por ele chama
na porteira do curral
berra toda bezerrama*

8 - *diz ele quando eu morrer
coloque no meu caixão
o meu uniforme de couro
perneira chapéu gibão
pra eu correr com São Pedro
na festa de apartação*

*unha de gato e favela
aboia em versos falando
na beleza da donzela*

*reuniu-se a vaqueirama
em frente a casa caiada
um cabra da voz bonita
sai cantando uma toada
a filha do fazendeiro
fica logo apaixonada*

VERSOS RETIRADOS

*Carmelita quando vê
o seu amor verdadeiro
todo vestido de couro
começa com desespero
mamãe deixe eu ir embora
na garupa do vaqueiro*

*o vaqueiro adoecendo
bota seus couros na cama
pelo mato o gado berra
como quem por ele chama
na porteira do curral
berra toda bezerrama*

*diz ele quando eu morrer
coloque no meu caixão
meu uniforme de couro
perneira, chapéu, gibão,
pra eu brincar com São Pedro
nas festas de apartação*

9 - não esqueçam de botarem
as esporas e meu chapéu
o retrato do meu cavalo
que sempre chamei xexéu
pra mim correr com São Pedro
nas vaqueijadas do céu

não esqueçam de botar
as esporas e o chapéu
o retrato do cavalo
que sempre chamei Xexéu
pra eu correr com São Pedro
nas vaqueijadas do céu

10 - aboio me despedindo
de quase todos vaqueiros
dos grutilhões e chapadas
das serras e dos oiteiros
dos currais e das bebidas
e das filhas dos fazendeiros.

VERSOS RETIRADOS

Na prestante obra *Dicionário biobibliográfico de repentistas e poetas de bancada*, de autoria de Átila Augusto F. de Almeida e José Alves Sobrinho (João Pessoa: Editora Universitária; Campina Grande: Centro de Ciências e Tecnologia, 2 vols.), encontramos, no vol. I : 57, a atribuição de autoria de *João Alexandre*, que assina o poema *A vaqueijada do sertão* (sic).

João Alexandre Sobrinho, este seu nome completo, nasceu no município alagoano de Santana do Ipanema, na data de 27 de julho de 1920. Cantador e poeta popular, residiu em Juazeiro do Norte, no Ceará, a conhecidíssima terra do padre Cícero, onde concebeu, escreveu e publicou o seu primeiro folheto de cordel, de título *A morte de dois amantes na cidade de Orós*, 16 p., usando inclusive o acróstico JALEXANDRE.

Sua bibliografia, além do citado, inclui:

- *Frei Damião chorou que fez piedade*. 8 p. s.d.
- *Nascimento, vida e morte do padre Silvino Moreira Dias*. 5 p. s.d.
- *Pistoleiro do nordeste no sindicato do crime*. 8 p. s.d.
- *A vaqueijada do sertão*. (sic) folha solta, s.d.

A expressão do conteúdo sentido

Os valores mais prezados do homem do campo estão verdadeiramente contidos nesta canção, que se assemelha a *gestas* medievais, e expressam todas as aspirações daqueles fortes e abnegados seres que se entregaram às fainas dos trabalhos duros com o gado bovino.

Os afazeres normais do dia-a-dia, as canseiras, os trabalhos estafantes praticados desde antes de o sol nascer, até o sol se pôr; as incompreensões dos ricos e bravos proprietários de fazendas, as doenças e muitas vezes a impossibilidade de tratar, a não ser com as ervas que a terra generosamente oferece.

O vaqueiro pobre, possivelmente negro, ou enegrecido pelo sol escaldante, e suas aspirações amorosas pela filha do fazendeiro constituem, muitas vezes, o amor platônico, inatingível, outras vezes, a convivência, a correspondência e as paixões secretas da filha diletta do patrão.

Carmelita – um dos nomes de uma das filhas de pretense dono da fazenda – torna-se então símbolo das moças nordestinas casadoiras que, oprimidas pela família, não consegue realizar o seu intento; algumas delas quase endoidecidas, em um ato de sumo heroísmo, chega a rogar em prantos: “Mamãe deixa eu ir embora/ na garupa do vaqueiro...”.

A temática do amor platônico, irrealizável, sofrido, dificultoso, tem todas as características de romances medievais, também temas de canções de variadas tendências, que foram reproduzidas em *toadas de vaquejada*, em folhetos de cordel e nas histórias ainda contadas à tardinha nas calçadas de pessoas do interior, de pequenas cidades, sítios e fazendas. E o interessante disso tudo é que tal repertório ainda continua sendo motivo de reflexões e “*exemplos*”, como dito no título de obra famosa de Gonçalves Fernandes Trancoso.

Ely Camargo e a sua reinterpretação

Ely Camargo, a famosíssima intérprete de músicas folclóricas brasileiras, em sua recriação ou reinterpretação da toada de vaquejada “No mês de novembro”, procura utilizar o fato social rural, falando de outra forma, isto é, tenta realizar o que tantos linguistas fazem: ao pegarem o “material bruto”, tentam transformar em uma “linguagem culta”, (se é que isto é possível, sem o desgaste do material!), em benefício de um tipo de sociedade que não é própria de onde foi *criado*, ou onde foi encontrado e coletado o material a ser trabalhado ou “*beneficiado*”.

Em nível de transformação do “material bruto”, forçoso é estabelecermos comparação do *aproveitamento* do material trazido à baila pela coleção de discos Marcus Pereira, *Música popular do Norte*, vol. 1. De forma responsável e sensível, o coletador do material tenta conservar, de forma integral, o texto literário coletado, apenas fazendo um pequeno e simples

arranjo musical na melodia, harmonizando, tornando a música de mais fácil entendimento para estranhos que quase nunca tiveram o prazer de conviver com agricultores, habitantes de zonas rurais, ou habitantes de arrabaldes, em grandes e pequenas cidades, que ali se achegam juntos a seus semelhantes, aqueles de mesma procedência, como se fossem buscar ajuda ou aquilo que sempre falta em cidades grandes: a amizade, a compreensão, a solidariedade, o companheirismo.

Ely Camargo é cantora, compositora e instrumentista goiana, nasceu na cidade de Goiânia, capital do Estado, em 12 de fevereiro de 1930, filha do maestro e regente da Orquestra Sinfônica de Goiânia Joaquim Edison Camargo e viveu infância e adolescência em sua terra.

Formada em curso de Farmácia, foi durante muitos anos inspetora de Escola Normal. Em sua casa, tirava melodias brasileiras bem tradicionais, de instrumentos que adorava tocar. No ano de 1956 gravava seus dois primeiros discos, mas somente em 1960 iniciou a carreira artística, cantando e comandando programa na rádio Anhanguera, de Goiás; seu programa tinha como título denunciador *Canções da Minha Terra*, que serviu como mote para apresentações e títulos de seus discos.

Em 1962 foi contratada pela gravadora Chantecler. Seu primeiro disco gravado ganhou o qualificativo título de *melhor do ano*, além do prêmio *Revelação feminina*.

Na cidade de Olímpia (SP) onde anualmente existe um importante Festival de Folclore, compareceu em vários anos, demonstrando a cada apresentação a condição de excelente intérprete das ricas expressões do povo.

Ely vista por Guerra Peixe

O famoso maestro carioca César Guerra Peixe, comprometido com a música folclórica brasileira, de quem já ofereceu bons estudos, dentre os quais “Zabumba, orquestra Nordestina”, *Maracatus do Recife* e “Rezas de defuntos”, a propósito do lançamento do LP *Cantos da minha gente*, assim se expressou a respeito da obra da intérprete:

Ely jamais adulterou as peças musicais por meio de interpretações inadequadas. Vale ressaltar, a propósito, que Ely prefere conservar a prosódia, por vezes sacrificada do documento, a ter que, em nome da correção, modificar arbitrariamente o original. E isso é um mérito (...).

O maestro Jorge Kaszás (...) ao se utilizar da viola caipira e de um pequeno mas excelente coro misto, soube criar com suprema felicidade o ambiente que cada música requer.

A palavra do crítico José Ramos Tinhorão

Para a confecção do CD, os organizadores recorreram à palavra abalizada do crítico musical contundente Tinhorão que afirmou, entre outros:

No Brasil entre esses raros artistas dedicados à tarefa de levar o canto das grandes camadas à gente tão desinformada das cidades, está a cantora Ely Camargo. Desde o seu primeiro LP – muito significativamente intitulado *Canções de minha terra* – o que Ely Camargo tem feito, e agora confirma neste CD que todos teremos prazer de ouvir, é exatamente isto: *fazer cantar por sua voz, tão cheia de emoção e de sonoridade, a voz anônima do povo que – apesar de tudo – canta e traduz no seu canto a alma da própria terra.*

Discografia folclórica em LPs

- LP *Canções da minha terra*. Vol. I. Discos Chantecler, São Paulo CMG. Contracapa Alceu Maynard Araújo. 1962
- _____. Vol. II, idem, CMG 2211. Contracapa Brás Baccarin.
- _____. Vol. III, idem, CMG 2256. Contracapa Kalil Filho.
- _____. Vol. IV, idem, CMG 2276. Contracapa Rodolpho Valentini, da *Folha de S.Paulo*.
- LP *Folclore do Brasil*. Discos Chantecler CMG 2349, 1964. Temas recolhidos pelo folclorista Rossini Tavares de Lima, Contracapa concebida pelo referido professor.
- LP *Gralha azul, folclore do Paraná*. Chantecler CMG 2405, 1966. Contracapa do folclorista Rossini Tavares de Lima.
- LP *Danças folclóricas e folguedos populares*. Chantecler CMG 2474, 1968. Contracapa de Rossini Tavares de Lima.
- LP *Minha terra*. Discos Chantecler-Alvorada, 1978.
- LP *Outras Canções da minha terra*. Chantecler CMG 2453. Contracapa Denis Brean, da Gazeta Esportiva. s.d.

LP *Cantos da minha gente*. RCA Victor, São Paulo, CMG 10301.4, 1974. Contracapa Maestro Guerra Peixe. (Onde consigna a toada “No mês de novembro”).

LP *Canções do meu Brasil*. Chantecler 2-12-407-287, 1978.

LP *Cantigas do povo. Água da fonte*. Edições Paulinas Discos, São Paulo, EPD 0623, 1983.

CD *Cantigas do povo. Água da fonte*. Edições Paulinas COMEP.

CD 12235-I. Instituto Alberione, 1999.

CD homônimo, talvez o último dos discos gravados por Ely.

LP *Canções de guitarra*. s. ind.

Ely Camargo lançou álbuns na África do Sul, Alemanha, Portugal e Itália.

Nota: Os dados sobre a DISCOGRAFIA de Ely Camargo são de autoria do folclorista José Santana, in: *Anuário do 13º Festival de Folclore*. Olímpia, São Paulo, ago. 1977, s. p. num.

Cantor Kara Véia e suas raízes em Quebrangulo: quando a arte se transmuta em tragédia!



Figura 1: Disco de Kara Véia & Perreca. **Fonte:** Arquivo do autor.

No ano de 1973, o lar do sr. José Petrúcio de Lima, na cidade de Chã Preta (AL) estava em festas. É que nascia a criança que na pia batismal receberia o prenome Edvaldo; Edvaldo José de Lima seria seu nome completo. Os companheiros de infância logo arranjaram um apelido para a criança: devido ao menino ser portador de ares de adulto, colocaram a antonomásia de *Cara Véia*, às vezes esse apelido era grafado *Kara Véia*, como nos discos.

Contando quatro anos de idade, a infelicidade bate a sua porta: morre sua genitora. A tristeza é tão grande que, mesmo adulto, o rapaz não se refez, e isto é contado na música “Filho sem sorte”:

*Quando eu tinha quatro anos
Minha mãe adoeceu,
Papai fez todos os esforços
Comprou remédio e lhe deu.
Pra minha infelicidade,
Eu fiquei na orfandade;
Não teve jeito, morreu (...).*

Desde cedo o menino, em sua cidadezinha, começou a admirar aquilo que estava bem ao seu redor: o trabalho valoroso dos vaqueiros e suas ações nas vaquejadas e pegas-de-boi nas derrubadas dos novilhos; igualmente admirava os cânticos das sonoras *toadas de vaquejada*, de que depois seria um dos mais legítimos representantes, tomando a responsabilidade de ser um dos cantores e compositores a animar as vaquejadas, tão comuns em sua terra e em sua região.

Novas informações obtidas em Quebrangulo asseguram que Cara Véia nasceu em Barra Nova, localidade situada na propriedade rural Dois Braços, pertencente ao município de Quebrangulo. O pai de Cara Véia, sr. José Petrúcio de Lima, teria sido vaqueiro de Né Holanda; levava leite de Barra Nova para a fábrica de Alfredinho, filho de Expedito Medeiros Costa, que fora ex-prefeito de Quebrangulo. Depois de trabalhar longos anos no município, o pai foi residir em Chã Preta (AL), município bem próximo à presumível terra de origem.

Em entrevista ao Secretário de Cultura de Rosário do Catete (SE), constante no site <http://www.infonet.com.br>, datada de 13 de junho de 2003, diz Edvaldo: “São quinze anos de estrada, cantando sozinho, mais quatro anos de carreira com o restante do grupo”.

Logo, o compositor/cantor inicia sua vida artística em carreira solo no ano de 1988, e com o grupo formado por cerca de 22 pessoas, composto por músicos, dançarinos e o pessoal de apoio, em 1999, fazendo shows em vários estados do Nordeste, principalmente em Sergipe, Pernambuco, Alagoas e Bahia ou, como por diversas vezes e com enorme sucesso, em Aracaju e em Rosário do Catete, como aconteceu no ano de 2003; na capital sergipana seu show foi concorrido, reunindo cerca de 5 mil pessoas que o aplaudiam.

No mesmo ano, Kara Véia brilhou no Espace Maceió, com o seu *Melhor do forró romântico* através de canções como “Foi você”, “Filho sem sorte” e “Mulher ingrata e fingida”. No mesmo local de apresentações o “vaqueiro alagoano” já se apresentou ao lado de bandas como Raça Negra e Noda de Caju, sempre fazendo bonito, como no I Circuito Alagoano de Forró. Várias vezes o nosso cantor fez abertura de shows para artistas famosos como Alceu Valença, Elba Ramalho, Frank Aguiar, Gilberto Gil e Dominginhos.

A observação constante na labuta dos vaqueiros o conduziu às temáticas de suas composições: a vida de peões e boiadeiros e também temas de amor não correspondido ou, como classificam alguns, “forró, cancioneiro estilo vaquejada”, como aquele de título “Lamento de um vaqueiro”:

*Está vendo aquela menina
Encostada na esquina?
Você nunca imagina
Qual é a sua profissão.
Saiu da casa dos pais,
Agora não volta mais,
Se vende por dez reais
Pra pagar sua pensão.*

Logo que se torna cantor famoso, fica assediado por inúmeras fãs, que o desejam namorar, ou pelo menos ter uma aventura temporária. Uma dessas tietes fisga o coração e Kara Véia fica com Carleane, que passa a ser sua companheira e com quem tem um filho, nascido no ano 2002.

O ninho de amor do cantor e Carleane era um apartamento de número 303, do Bloco 8 B, no Conjunto Rui Palmeira, bairro da Serraria, Maceió. A mulher sempre falava que o companheiro tinha muito ciúme dela e sempre estava passando por dificuldades financeiras. No dia 27 de março de 2004, um sábado, estando em seu apartamento juntamente com o seu pai, disse ao genitor que fosse ao andar térreo, para verificar um presente que havia

comprado para ele; antes pedira papel e caneta. O pai entregou o que pedira, e ouviu do filho: – Desça, que eu vou tomar um banho.

O pai, ao descer, ficou muito satisfeito ao ver o carro zero quilômetros que recebera; em seguida, ouviu dois tiros, que suspeitou partiram do apartamento do filho. Sobeu. Ao chegar ao apartamento percebeu que tudo estava consumado: o filho estava morto. Dera um tiro na cabeça com um revólver taurus, calibre oito milímetros, que transfixou a cabeça. O segundo tiro foi resultante da queda da arma. Ao fazer as primeiras investigações, o delegado Waldor Coimbra ouviu dos vizinhos que ele não se encontrava só no apartamento. Carleane informou ao delegado que o cantor estava deprimido e passava dificuldades financeiras e que o marido dissera adeus ao pai.

O enterro, processado no domingo, dia 28 de março, foi realizado em sua terra natal – Chã Preta – situada a 102 quilômetros de Maceió, e teve a participação de centenas de pessoas. Ouviu-se muito choro e depoimentos emocionados, faixas e cartazes de fãs e amigos que se despediam, cantando e lembrando seu maior sucesso, a música “Foi você”:

Foi você quem me fez sonhar

Como eu sonhei (...).

Tu és a razão

Deste meu viver (...).

CD Kara Véia. *A cara metade das vaquejadas.*

CD Polydisc 482.278, Fx 6 – “Foi você”.

Mais de 50% da obra de Kara Véia é dedicada à problemática envolvendo a duríssima faina do vaqueiro nordestino, assim como: “Vaqueiro bom”; “Lamento de um vaqueiro”; “Vaqueiro violeiro”; “Peão de vaquejada”; “Melhor peão do mundo”; “Patrimônio do vaqueiro”; Paixão do boiadeiro; Canções do vaqueiro; Casamento do vaqueiro; Meu cavalo; Boi de carro; Valeu o boi; dentre outras.

São canções carregadas de muito sentimento, espelhando o sofrimento dos trabalhadores, provocado por um dia a dia estafante.

Se a temática parte dessa realidade, a entonação, a melodia e a rítmica empregadas partem das toadas de vaquejada, retrabalhadas com a contribuição de músicas, não apenas das canções de trabalho, mas também daquelas de que o compositor-cantor vivia cercado, mas também

junto a modismos subjacentes em todo o processo de aquisição musical e de consequente criação de músicas feitas para serem veiculadas em rádios, shows, televisão; nelas parecendo emergir todo um desejo que as mesmas possam figurar com relativa facilidade nas paradas de sucesso, trazendo assim o reconhecimento a larga dotação orçamentária em suas contas bancárias.

Heleno Rafael (e sua esposa) da “HR Produções”, proprietários de uma grande loja de discos na avenida Moreira Lima, 592, Centro, Maceió, desde o início da carreira de Kara Véia, foi seu empresário, enfrentando todas as dificuldades do início, e o seguiu até o fim da trajetória. Com a morte do cantor, Arrypiado (Edeildo de Lima), seu irmão, persegue a carreira abortada tão cedo, já tendo gravado dois CDs, contando ainda com os préstimos do mesmo empresário.

Na noite de quarta-feira, dia 25 de julho de 2007, no São João prolongado da prefeitura de Sergipe, na Atalaia, o cantor do conjunto musical de forró, vez por outra, gritava: “Estamos aí, Kara Véia!”. No DVD *Danielzinho da banda Forrozo quarto de milha – a máquina quente de fazer forró* (Dinho Produções SA.), DVD gravado no dia 25 de dezembro de 2004 na cidade de Capela, o tributo a Kara Véia é feito com a execução da música “Filho sem sorte”, criada por Kara Véia.

O compositor quebrangulense Mano Walter (José Walter Tenório Cavalcante), no CD *Mano Walter, o fenômeno das vaquejadas. Cavalo ciumento*. Disco A E 002000, HR Produções, Maceió, s.d., traz, na faixa 2, a toada de vaquejada de título “Homenagem a Kara Véia”(Mano Walter – R. Ferreira), que, entre outros versos, diz:

*Está cantando no céu
E recebeu o troféu
O perdão do grande pai.*

As músicas de Kara Véia já foram gravadas por Toca do Vale, Forró Ferro na boneca, Forró Sacode, Gaviões do Forró, Danielzinho da Banda Quarto de milha, Viola e muitos outros, que não conseguimos compulsar. Notícia auspiciosa surge no dia 1º de julho de 2005, através do site <http://asn.interjornal.com.br>:

Chã Preta. Na abertura dos festejos de inverno do Vale do Paraíba que acontece neste sábado, fãs do cantor Kara

Véia, coordenados por Victor Canuto Teixeira e Felipe Vasconcelos, fazem o lançamento do bloco “Foi Você”, com oito horas de shows em percurso musical pelas ruas da cidade, das 15 às 23 horas. Trio elétrico e Banda Bora-Bora, cantor Arrypiado e convidados animarão o evento. Camisas e abadás serão distribuídos.

Discografia

Infelizmente, os discos de Kara Véia, como os de diversos cantores brasileiros, não consignam datas, dificultando toda e qualquer tentativa de cronologia que se pretenda fazer; em se tratando de discos pirata, a situação piora ainda mais, pois até na xerox da capa nada se pode ler, tão ruim é a sua qualidade técnica.

Kara Véia gravou apenas três CDs e de forma um tanto doméstica, gravou um DVD, na cidade de Girau do Ponciano (AL), que por aí se espria em forma de DVD pirata de baixa qualidade. Aliás, a quantidade de discos do cantor que aparece de forma pirata, são os denominados “grandes sucessos”, isto é, dos três CDs gravados, fazem uma seleção ou coletânea de músicas, do terceiro CD, junto com o primeiro, mais o segundo, prensam uma quantia grande e ficam a vender, à vontade, como se fosse uma variedade de discos gravados diretamente pelo cantor.

Os CDs:

1 - *Cara véia & Carlos Cavalcante. Pé de umbuzeiro*. Gogó da Ema Discos, Maceió, CD 199.008.420. s.d. Participação especial de Perreca.

Conteúdo:

1 - Valeu o boi – Carlos Cavalcante. 2-Minha solidão – idem. 3-De braços abertos – Cara Véia. 4-Sonho colorido – idem. 5-Peão de vaquejada – idem. 6-Somos campeões – idem. 7-Pé de umbuzeiro – idem. 8-Liga para mim – idem. 9-Velhos passados – idem. 10-Mundo cão – idem. 11-Lourinha linda – idem. 12-Patrimônio do Vaqueiro – Carlos Cavalcante – Cara Véia. 13-Saudades do meu sertão – idem. 14-Melhor peão do mundo – Cara Véia.

2 - *Cara Véia & Perreca. Os Caras-metade das vaquejadas*. CD Estúdio Conchas, Maceió, 199.009.394. s.d. Todas as músicas são de autoria de Cara Véia.

Conteúdo:

1-Vaqueiro bom. 2-Foi você. 3-Parque Antonio Rouco. 4-Casamento de vaqueiro; 5-Estrelas da manhã. 6-Eu essa noite. 7-Canções de vaqueiro. 8-Fim de semana. 9-Cadê o beijo? 10-Meu cavalo. 11-Delirar de amor. 12-Te dei amor, te dei carinho. 13-Vaqueiro bom. 14-Sol de verão.

3-Kara Véia. *A cara metade das vaquejadas*. CD Polydisc 482.878, Gravação Somax, Recife, s.d. (2003 ?)

Conteúdo:

1-Filho sem sorte – Heleno Gino – Ivone Leão. 2-Vaqueiro violeiro – Carlos Vilela. 3-Eu e você – Kara Véia. 4-Boi de carro – João Caetano. 5-Lamento de um vaqueiro – Zélia Santti. 6- Foi você – Kara Véia. 7-Amor perdido – João Caetano. 8-Tiraram meu sossego – Kara Véia. 9-Destino traiçoeiro – idem. 10-Agora é minha vez – idem. 11-Sua ingratidão – João Caetano. 12-Princesa dos Montes – Kara Véia. 13- Mulher ingrata e fingida – Chico Alves. 14- Paixão de boiadeiro – Chris Soares.

Raí e sua forma inovadora de cantar

Figura 2: Disco de Saia Rodada. **Fonte:** Arquivo do autor

Quando começamos a escutar a voz mais que diferente e insinuante do cantor Raí, do grupo de Forró Eletrônico *Banda Saia Rodada*, voz cheia de swing, gingado, quase bebop, como os bons cantadores negros americanos, geralmente cantores de blues; entendemos que ali estava presente um cantor que nessa multidão de grupos que fazem um tipo de forró descaracterizado, alguns deles que já nem se anunciam como forrozeiros, como antes, mas como *bandas* (musicais), ou como bem aceitou e assumiu a *Banda Stylos*, que de uma só vez assumiu a condição que todos estavam fartos de saber, colocando no título de seu CD o termo LAMBADÃO STYLUS; quer dizer então o seu a seu dono!

O que há de diferente é que o cantor Raí possui acentuação firme, voz nasalada, que às vezes quer parecer “voz gutural”, isto é, grossa, pastosa, ou como diria com muita simplicidade: voz de negro velho, que ele mesmo tanto gosta de afirmar! Estamos nos referindo ao Raí do primeiro DVD, já que no segundo está redondamente descaracterizado e o último, *Saia Elétrica*, nem é bom falar, uma vez que a tendência é a tentativa de igualdade com os grupos de axé-music, e para isso sacrifica-se apenas tudo.

Nessa diferenciação anterior de que falávamos, tem lugar para o tremular de sons, isto é, no início o verso musical aparece bem normal, mas ao terminar a frase, surge uma espécie de tremular bem único.

A dicção é descuidada, ou propositadamente mal cuidada, assim como acontece quando se pronuncia o termo *você*, é como se dissesse *rocê*, mas isto surge quando o termo se situa no meio da frase, quase nunca no início. Assim, a expressão *Sergipe*, pode ser pronunciada *Rergipe*; estas variações, por não serem legítimas à língua, nem tampouco corriqueiras, às vezes aparecem de forma móvel, isto é, o termo surge de fato tal como é falado em todo o Nordeste. Em última análise, é dicção semelhante aos cantadores de toada de vaquejada de toda a região, especialmente os de sua terra, o Estado do Rio Grande do Norte. O artista que imita, como provamos acima, um dia, volta ao estado anterior, pois linguisticamente o que fazia era algo impróprio à língua nordestino-brasileira.

Diferentes de Raí e tomando por exemplo Danielzinho do Forró Quarto de milha e Kara Véia, o cara-metade das vaquejadas, iremos concluir, afirmando que suas produções musicais são semelhantes aos repentes cantados por violeiros, as emboladas entoadas por emboladores e coqueiros, isto é, cantadores de coco; alguns em forma de sextilhas encontráveis principalmente em folhetos de cordel.

A voz grave e bem toante seria a marca inconfundível desses cantadores, que tomaram emprestado às toadas de vaquejada um modelo que

é cantado de forma muito natural por Raí, por exemplo, e que deu tão certo, que inúmeros outros cantores desses forrós eletrônicos estão a repetir, e repetem ou copiam tão bem que, ao ouvi-los, não se sabe bem quem está cantando, ou até quem teria começado essa marca inovadora de cantar.

As marcas do SAIA RODADA nos AVIÕES DO FORRÓ

Saia Rodada

Os antecedentes da banda Saia Rodada estão entre 1987 e 1988 em Caraúbas, Rio Grande do Norte, em um conjunto de nome Roda de Samba Som Brasil, que era formado por um grupo de familiares e de amigos e que em 1990 mudou o nome para Grupo Show Stylus, depois Alphaset.

Em 2001 fez-se um concurso em uma rádio e foi escolhido o nome *Banda Saia Rodada*. Em 2001 gravou-se o primeiro CD. Em 2005 é gravado o primeiro DVD em Recife, trazendo a música “Coelhinho”, gravada por Raí e Natália. Nesse ano era lançado o quinto CD *Saia Rodada ao vivo*, que rendeu disco de ouro e platina duplo, dada a venda de mais de 100 mil DVDs e 300 mil CDs.

No final de 2005 surge o projeto “Saia elétrica” em que a “banda de forró” se apresenta em cima de um trio elétrico, tendo o primeiro show do projeto sido feito em Caruaru (PE). A banda é comercializada pela Luan Produções e Eventos, a mesma produtora da Banda Calypso. Em 2009 o Saia cantou no réveillon da avenida Paulista, São Paulo, para mais de dois milhões de pessoas. Já fez turnê pela Europa, cantando em Paris, Londres e Lisboa.

Aviões do Forró

A Banda Aviões do Forró foi formada em Fortaleza (CE) em 6 de agosto de 2002, por quatro empresários da A3 Entretenimento. Depois de várias mudanças de cantores a banda foi formada por Solange Almeida, da cidade de Alagoinhas, na Bahia, que canta desde os 21 anos de idade, e José Alexandre ou Alexandre Avião ou ainda Xandy Avião, da cidade de Apodi, Rio Grande do Norte, nos vocais, três backing vocals, nove músicos e oito dançarinos. O primeiro CD gravado vendeu 200 mil cópias e o terceiro bateu recorde vendendo 500 mil cópias, o quarto 700 mil cópias. O primeiro DVD foi gravado na vaquejada de Itapebussu, em 2006; o próximo foi gravado em setembro de 2009 em Aracaju, neste apareceram “Chupa que é de uva”, “Tome, tome”, “Agora chora”.

Realizou turnê em Portugal e outras cidades da Europa e nos Estados Unidos.

Para terminar

Pelo que foi exposto, percebe-se, sem muito esforço, a anterioridade da banda Saia Rodada, de 1987, enquanto os Aviões são de 2002.

As duas bandas, embora se autodenominem do gênero forró, sempre fizeram um forró estilizado com elementos de outros ritmos musicais. Quando o Saia Rodada usou o sket *Coelhinho*, possivelmente sabia que usava uma estrutura mais que popular, basta verificar tais esquetes nos pastoris profanos de Pernambuco, em que a apelação, a licenciosidade, as “descomposturas”, as coreografias são absolutamente semelhantes, não existindo nada de ultramoderno ou pós-moderno, como pensam alguns; têm, sim, traços da *Commedia dell'arte*, do velho medievo, tão praticado no Nordeste brasileiro. Ver, por exemplo, o caso dos Pastoris dos Estudantes (homens) de Alagoas, iniciados na década de trinta do século xx!

O “Aviões”, ao invés de skets apela para a palavra, o dito, o duplo sentido, o verso tosco, a busca do riso fácil pela palavra, o gesto nas apresentações: “Chupa que é de uva” é exemplar. Ao ouvirmos, no rádio, o som de um desses dois grupos, a tendência é identificarmos o som daquele que canta, do grupo ao qual estamos mais ligados, então, vez por outra, ouvindo o rádio do carro, dizemos: – Olha lá, o Saia Rodada lançou mais essa! – Não, não é o Saia Rodada, são os Aviões do Forró! – É mesmo...

É que, de fato, dada a anterioridade, o sucesso, a benquerença, o grupo dos Aviões está a cantar com a prosódia musical do Saia, leia-se Raí, pretendendo também conseguir mais um lugar ao sol no sucesso que tanto buscam. Como na piada, podemos dizer: Alexandre Avião é o Raí de ontem em edição talvez melhorada!

Concluindo

O mundo musical brasileiro é dos mais criativos, variados e admiráveis do mundo; quem assim o identifica são os compositores e cantores estrangeiros que por aqui passam.

Ao ver nas esquinas dos arrabaldes de diversas partes crianças tocando em latas de leite, soprando em canudos de carrapateira ou de mamoeiro, ou tocando em rotas panelas e fazendo música que permite a seus pares dançar e frevar, essa prática faz os compositores estrangeiros baixarem a cabeça e dizerem abismados: “Como pode? Sem nunca ter escutado sequer rudimentos de teoria musical, fazer música?”.

Os exemplos de Kara Véia e de Raí são sintomáticos, como sintomática era a prática do compositor Ciro Monteiro: fazer música tocando em

simples caixa de fósforos, ou de Cartola, fazendo, por exemplo, a excelente e imorredoura canção “As rosas não falam”. Ele autodidata, sem nunca ter ido a escolas de música; escola foi apenas o pessoal do morro, seus vizinhos de favela, que o ensinaram a tanger as cordas do violão e a fazer maravilhas espalhadas pelo Brasil afora!

As “músicas de vaquejada” são exemplos basilares de como os compositores, ao invés de buscarem a inspiração nos modelos estrangeiros, podem encontrar no solo do país a chamada “Alma do povo”, que traduz bem de seu sentimento e suas verdades.

Em meio a essa multidão da chamada “Oxente music”, estão compositores do tipo Kara Véia, Danielzinho, Vavá Machado, Mano Wálter e outros. Muitos outros têm a coragem de aceitar o ritmo da brasilidade e criar e recriar a partir dos cantares de trabalho, que verdadeiramente são a alma sonora do Brasil.

Ao invés de interpretarem músicas estrangeiras, merecem palmas aqueles que provam ser brasileiros, brasileiros. Brasileiros!

Referências:

- Festa de ritmo quente. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 15 fev. 2003. Cad. B:1.
- Kara Véia cometeu suicídio, diz a polícia. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 30 mar. 2004:1.
- Polícia confirma que cantor Kara Véia praticou suicídio. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 30 mar. 2004. Cad. B: 10.
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Saia_Rodada. Acesso em: 21 set. 2009.
- http://pt.wikipedia.org/wiki/avi%B5es_do_Forr%B3. Acesso em: 21 set. 2009.

Professor Estácio de Lima

Lamartine de Andrade Lima



Figura 1: O jovem Estácio de Lima (1897-1984), quando de sua ascensão à cátedra. **Fonte:** Arquivo Maria Theresa de Medeiros Pacheco. Salvador, Bahia.

Chamava-se Estácio Luiz Valente de Lima. Alagoano da geração de 1897. Exibia sempre simpático quase sorriso. Possuía tipo mediano, franzino de corpo. Tinha andar ágil, rápido. Era moreno pálido, bem apessoado, cabelos castanhos claros – depois embranquecidos –, lisos, cortados curtos e bem penteados. Seus olhos castanhos enxergavam através das lentes claras de óculos com meios arcos superiores de tartaruga e meios aros inferiores e hastes de ouro. Durante alguns anos, fez uso de uma piteira também de quelônio e com uma cinta ainda de ouro. Trazia no pulso um caro relógio, mais

uma vez, de ouro, com que fora presenteado. Costumava utilizar uma caneta Parker 51 de tampa dourada, com tinta azul real. Apresentava-se naturalmente com ares asseados, elegante na sua postura ereta, nos trajes claros completos e joviais, especialmente nas gravatas coloridas sem serem berrantes. Os sapatos marrons polidos. Pela sua erudição, fascinava os alunos das duas faculdades de Medicina e da federal de Direito – que o chamavam de mestre Estácio – e da academia de oficiais da polícia, nas quais era catedrático de Medicina Legal. Impressionava os seus pares no Conselho Penitenciário, nas academias de Medicina e de Letras, de que chegou a ser presidente ao mesmo tempo, na Bahia.

Muito jovem chegara à capital baiana, vindo de Maceió feito telegrafista dos Correios e vestibulando para o curso médico. Notabilizou-se entre os colegas da repartição e da faculdade pelo gosto das humanidades e das ciências. Na ocasião, morava em uma pensão na rua da Lama, na Barroquinha, na qual os companheiros, por brincadeira, enquanto ele estava fora, colocavam o seu pijama sobre a cama da solteirona proprietária, que fingia não gostar. Depois foi residir mais perto de sua escola médica, na república estudantina denominada “Não posso comer sem molho”, na qual a sua atuação tornou-se proverbial. Com a capacidade declamatória – recitando tantos poemas românticos e especialmente certo trecho do *Cyrano de Bergerac*, de Edmond Rostand, então recentemente falecido – fazia sucesso entre as jovens casadouras da Cidade Alta. Foi o tempo da Primeira Grande Guerra; mesmo assim, começou o aprendizado do tudesco com os frades franciscanos alemães. Nos fins de semana, com alguns amigos, ia a cavalo passear nas praias das fazendas Amaralina e Pituba, às vezes se estendiam a Piatã e Itapuã, ou saíam em saveiro pela Baía de Todos os Santos, a visitar a ilha de Itaparica ou a barra do Paraguaçu.

Ainda estudante, tomou relevo nas aulas do apurado professor e soberbo clínico que se tornou seu amigo, Antonio do Prado Valadares. Foi indicado interno do Hospital de Isolamento de Monte Serrate, sob a orientação do também seu professor e amigo Augusto Couto Maia, abastado neto do barão do Desterro e “*bon vivant*”, visitante anual parisiense, homem de bom gosto, apreciador das coisas de boa qualidade, querido pelas moças alegres, que, quarentão, se casou com uma senhora francesa. Através deles, aproximou-se do catedrático Gonçalo Moniz Sodré de Aragão, o segundo mais famoso de então (depois de Manuel Augusto Pirajá da Silva, o descobridor do esquistossomo mansônico), que, ainda no século XIX, trouxera o conceito de *imunologia*, através da noção de “imunidade mórbida”, para a sua escola,

era capaz de lecionar quaisquer das suas disciplinas, e, egoisticamente, comprava todos os livros de matérias acadêmicas, embora não médicas, que encontrava, como, por exemplo, os seis exemplares únicos de um volume sobre “motores a explosão” que chegaram à antiga Livraria Catilina, frequentada por Rui Barbosa. E ainda se ligou a Aristides Pereira Maltez, cirurgião extraordinário, que desenvolvera, aperfeiçoara e aplicara na sua cátedra da faculdade e nos hospitais as técnicas de operações ginecológicas e obstétricas



Figura 2: O sempre gentil professor Estácio saúda uma baiana. **Fonte:** Arquivo Maria Theresa de Medeiros Pacheco. Salvador, Bahia.

mais modernas do início do século XX, que aprendera nos Estados Unidos, e era professor de grego no então Gymnásio da Bahia. Aqueles docentes formavam uma plêiade na mais que centenária escola do Terreiro de Jesus. E foram amigos de toda a vida de Estácio de Lima. Eleito orador da turma, não pôde participar da cerimônia de formatura, devido ao luto recentíssimo pelo pai, antigo desembargador e genitor de muitos filhos, entre eles bacharel, clérigo e freira.

Chegou a clinicar na capital alagoana, onde manteve polêmica literária com o colega e poeta Jorge de Lima, no tempo do intelectual governador Pedro da Costa Rêgo. Todavia, na primeira oportunidade, foi aperfeiçoar-se através de estudos universitários em Berlim. Inicialmente, preparou-se como clínico e cardiologista, ajudado pela língua desenvolvida com a namorada alemã Ildetraut Banning. Devido à morte de Oscar Freire de Carvalho, discípulo e sucessor de Raimundo Nina Rodrigues, que havia levado a Escola Médico-Legal da Bahia até São Paulo, como antes Juliano Moreira e Júlio Afrânio Peixoto o fizeram para o Rio de Janeiro, abriu-se a vaga da cátedra de Medicina Legal na Faculdade de Medicina da Bahia. Couto Maia o avisou por telegrama e o orientou para mudar o rumo da sua especialidade. Passou

ele a frequentar o serviço de Patologia do Hospital de Caridade de Berlim. Depois, valendo-se dos seus estudos secundários bem realizados do idioma francês mais a leitura dos autores gauleses, dirigiu-se como estagiário aos serviços médico-legais de Estrasburgo, de Lyon e de Paris. Antes de regressar ao Brasil, deu um giro pela Europa, aonde voltaria mais tarde, em viagem de transatlântico, já acompanhado da esposa, devota de Nossa Senhora de Lourdes e de Santa Teresa de Lisieux, cujos santuários visitariam.



Figura 3: Estácio de Lima e os africanos: uma de suas paixões. **Fonte:** Arquivo Maria Theresa de Medeiros Pacheco. Salvador, Bahia.

Retornou à Bahia pronto para concorrer à cadeira. Através de ruidoso concurso, no qual enfrentou uma congregação cuja maioria protegia o seu opositor, que tinha grande força política, impôs-se Estácio de Lima candidato inegavelmente vitorioso por seu saber e sua técnica. Com a cátedra, recebeu a diretoria do Instituto Nina Rodrigues, que administraria por quatro décadas, o seu campo de ensino através de trabalhos práticos na especialidade. Logo nas duas primeiras turmas que ensinou, teve alunos brilhantes, como os contrerrâneos Arthur Ramos de Araújo Pereira, Nise Magalhães da Silveira, Lili Lages e José Maria de Melo, mais o pernambucano Valdemar de Oliveira e ainda sete colegas baianos que vieram a ser catedráticos na sua faculdade. Pouco mais tarde, os também coestaduanos Ib Gatto Falcão e José

Lages Filho, entre muitos outros. Mesmo antes dos trinta anos de idade, foi um formador de professores.



Figura 4: Estácio de Lima, amigos, o autor deste artigo (ao centro, de bigodes) e sua sucessora Maria Theresa (de colar). **Fonte:** Arquivo Maria Theresa de Medeiros Pacheco. Salvador, Bahia.

Habitua-se a participar da vida acadêmica lado a lado com os seus discípulos. Levava-os para entrevistar os cangaceiros apenados no Engenho da Conceição, para conhecerem a psicologia dos homens do sertão nordestino. Conduzia-os pelo interior dos candomblés nagôs, para conhecerem os tipos de crenças e tratamentos alternativos utilizados pelos afrodescendentes. Admirável orador que era, quando da primeira semana de conferências públicas promovida pelos acadêmicos no prédio do Terreiro de Jesus, foi convidado para falar sobre um tema de sua escolha. Resolveu tratar pioneiramente de algo inédito nos estudos científicos em nosso país. A inversão sexual feminina, fortemente condenada pela sociedade da época, recebeu dele compreensão humana e explicação científica, naquele ano de 1934. A sua conferência, embora sob grande ovação estudantil, produziu quase que uma convulsão de repulsa nos meios da elite social baiana. Ele continuou sereno. Agora, quase oitenta anos depois, em maio de 2012, a imprensa anuncia o primeiro casamento coletivo legal de pares femininos no país, entre detentas, exatamente na região mais conservadora do Brasil, o Nordeste, patrocinado oficialmente pelo estado de Pernambuco.

Durante a ditadura de Getúlio Vargas, injustamente acusado de mentor de uma célula comunista na Faculdade de Medicina da Bahia (na verdade, apenas dera abrigo, em uma casa de sua propriedade na Ilha de Itaparica, na Baía de Todos os Santos, ao então perseguido marxista e estudante de Direito carioca Carlos Frederico Werneck de Lacerda, que por lá usava outro nome e a referência de ser estudante do curso médico, até que foi denunciado por não saber atender uma urgência ali acontecida), foi levado a exilar-se na França. Cessada a perseguição, retornou à sua cadeira original e logo fundou a cátedra de Odontologia Legal na respectiva faculdade. Depois, convidado, recusou ser considerado professor pelo notável saber e exigiu concurso, que prestou com imenso brilhantismo, sendo aprovado para ocupar a cátedra de Medicina Legal na atual Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

Construiu, então, a casa em que moraria até os seus últimos dias, na Barra, em Salvador, com uma bela biblioteca. Frequentei-a; sempre o encontrei entre as coleções, na rede nordestina, lendo livros ou escrevendo, com sua letra bem talhada, em blocos simples de papel sem pauta, sobre uma prancheta de madeira; não gostava de usar a poltrona e a mesa de trabalho, próximos. Dali saíram muitas de suas numerosas páginas magistrais, de laudos, pareceres, estudos, conferências, ensaios, teses, novelas, poesias, prefácios, artigos e discursos. Nos fins de semana, entre seus tomos, ele recebia os amigos, colegas, discípulos e convidados, aconteciam informais e agradáveis tertúlias litero-científicas, enquanto se degustavam acarajés aos goles de bom uísque.

Com suas preleções e seus volumes preparou a querida discípula e conterrânea Maria Theresa de Medeiros Pacheco como sucessora, que o foi notavelmente. Certo dia, em 1973, convidou Maria Theresa e a mim para acompanhá-lo em sua segunda visita de estudos à África, que se daria depois do comparecimento ao Congresso da Academia Internacional de Medicina Legal, em Roma, e da visita a alguns dos principais serviços da especialidade na Europa. Assim, de Roma fomos a Turim, Genebra, Lyon, Paris e Haia, seis importantíssimas referências em estudos e pesquisas médico-forenses, ao seu lado sendo recebidos distintamente pelos diretores. Naquele congresso, apresentou-nos aos mais destacados mestres da disciplina na época, os melhores do mundo: Césaire Gerini, da Itália, Leon Derobert, da França, Gisbert Calabuig, da Espanha, Arsênio Nunes, de Portugal, Cedric Keith-Simpson, da Inglaterra e Milton Halpern, dos Estados Unidos, entre outros. E abriu-nos as portas das unidades acadêmicas e dos institutos médico-judiciários

mais relevantes e da Interpol, cujos laboratórios conhecemos e tratamos com seus profissionais. No Senegal, em Dacar, levou-nos ao Departamento de Antropologia do Instituto Fundamental da África Negra, ao Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina, à Clínica de Psiquiatria Transcultural do professor Henri Colomb, também seu amigo, que nos conduziu ao seu campo de pesquisas na aldeia de Thiaroy, perto de Saint Louis, a antiga capital daquele país, onde assistimos ao tratamento aplicado a pacientes dentro da tribo de sua própria etnia.

A simpatia de Estácio de Lima era extraordinária, comprovávamos a cada instante, desde a chegada a Roma, quando fomos convidados a jantar *en petit comité* com o professor Attila Calabrese. Em Turim, também jantar íntimo com a família materna do professor Pierluigi Bayma-Bologne, numa herdade ao pé dos Alpes, assistindo a mestre Estácio junto com a matriarca provarem e escolherem os vinhos produzidos pela casa. Ainda na capital do Piemonte, o professor Renzo Gilli, detentor da antiga cátedra de Césare Lombroso, por nímia gentileza para com o catedrático alagoano da Escola da Bahia, mostrou-nos a cabeça e alguns órgãos do criador da Antropologia Criminal, e a edição de trabalho de Nina Rodrigues com oferecimento manuscrito pelo autor ao chefe da Escola Italiana de Criminologia. Em Genebra, o professor Geisendorf, ao lado dele, levou-nos gentilmente, com seu assistente Willy Passini, e mostrou-nos toda a sua Clínica de Sexologia. Em Paris, o sisudo professor Derobert, viúvo e semirrecluso, grande tratadista de Medicina Legal, abriu os braços e dirigiu-se a ele com a expressão “*mon maitre!*”, e chamou-nos para brindar com champanhe em seu apartamento na praça do Pantheon. Na capital francesa, o professor Estácio levou-nos a ser recebidos na Clínica de Ginecologia do “Hôpital des Enfants Malades”, no serviço do professor Albert Neter, e visitar o setor de pesquisa da sexóloga Jacqueline Kahn-Nathan, que redundou em sermos convidados para almoçar na intimidade do apartamento e com a família daquele professor. Também na Cidade-Luz ele fez com que fôssemos introduzidos nos laboratórios da Interpol, onde conhecemos o histórico gabinete de Alphonse Bertillon. E ainda na antiga Lutécia, como cortesia ao catedrático Estácio de Lima, fomos autorizados a assistir à perícia laboratorial do professor Lebreton, para as dosagens de gases nas amostras de sangue do Senador Filinto Müller e do cantor Agostinho dos Santos, entre outros brasileiros que morreram em desastre aéreo então acontecido, que ocupou as manchetes de nosso país e do mundo. Em Lyon, conduziu-nos para sermos distintamente recebidos no célebre Laboratório de Criminalística do seu amigo, falecido

havia pouco tempo, Edmond Locard (o famoso perito das cartas apócrifas atribuídas ao presidente Arthur Bernardes), que nos foi mostrado completamente. Em Haia, o professor Zeldenhurst, conversando amistosamente em alemão com mestre Estácio, fez com que o seguissemos para mostrar casos sob investigação médico-legal nos laboratórios do Departamento de Polícia Científica. E, finalmente, logo que chegamos ao histórico hotel onde se haviam hospedado, na época heroica da aviação, os pilotos Antoine de Saint-Exupéry, que era escritor, e Jean Mermoz, em Dacar, ainda na calçada, um engraxate cumprimentou-o com um “*bon jour, monsieur le professeur!*”, e aproximando-nos da portaria, um atencioso africano, funcionário fardado, trouxe em bandeja prateada uma garrafa de água mineral gelada, dirigindo-se a “*monsieur le professeur*”; aí fiquei intrigado; mais tarde, quando mestre Estácio ofereceu, naquele mesmo local, um requintado jantar a uma jovem e bonita antropóloga belga que aniversariava, pude verificar, pelo tamanho das suas gorjetas, a razão daquela efusiva acolhida que ele recebera em nossa chegada ao mesmo estabelecimento em que já se havia hospedado na sua primeira viagem à África.

Estácio de Lima era um homem muito generoso. Quem não foi agraciado pessoalmente com tantas das suas gentilezas o notará facilmente pelos prefácios que escreveu para novéis escritores, pelas referências suas a pessoas em artigos de jornal, pelas dedicatórias de seus livros, pelas cartas de recomendações que entregou a jovens doutores, e pelo depoimento dos que com ele conviveram.

Quando, idoso, perdeu para o Céu a conterrânea devota e esposa dedicada Edla Dória de Lima, não demorou muito a segui-la. Do salão nobre da sua faculdade do Terreiro de Jesus, onde havia sido diplomado médico e o mais jovem professor catedrático da congregação, foi levado pelos discípulos sentidos e tristes para o Campo Santo, no qual repousou próximo aos seus antecessores Nina Rodrigues e Oscar Freire.

Agora, quase trinta anos depois, mestre Estácio de Lima estará definitivamente entre os seus encanecidos discípulos e ao lado dos estudantes das novas gerações, em urna de vinhático com uma placa de prata que refere todas as suas glórias acadêmicas, no Instituto Bahiano de História da Medicina e Ciências Afins, na sua bicentenária Faculdade de Medicina da Bahia, no Terreiro de Jesus.

Uma mulher alagoana e “retada”: Maria Theresa de Medeiros Pacheco (1928-2010)

Sabrina Guerra Guimarães
Lina Maria Brandão de Aras

Resumo: O presente artigo visa a fazer uma análise da trajetória da médica legista Maria Theresa de Medeiros Pacheco, alagoana que chegou à Bahia em 1948 para ingressar na Faculdade de Medicina da Bahia. Tornando-se a primeira diretora de um Instituto Médico Legal no mundo, assim como a primeira catedrática titular de Medicina Legal, ficou conhecida por sua competência e solidariedade na Bahia.



Figura 1: Professora doutora Maria Theresa de Medeiros Pacheco.
Fonte: Arquivo Maria Theresa de Medeiros Pacheco. Salvador, Bahia.

Lá se foram dois anos desde o dia em que definimos qual seria o nosso objeto de pesquisa para a elaboração de um projeto para concorrer ao mestrado no PPG-NEIM-UFBA¹. As pesquisas começaram com grande velocidade por se tratar de um tema inédito e de suma importância para a medicina e, também, para a história das mulheres, porém esta pesquisa começou de trás para frente de forma que não esperávamos. Após um mês coletando material e na tentativa de uma possível entrevista com nossa pesquisada, fomos surpreendidas com o seu falecimento; apesar de abaladas, acompanhamos o velório e a cerimônia de cremação. As manifestações eram intensas, sabíamos da importância e contribuição da pesquisada para a medicina na Bahia, mas não tínhamos a dimensão desse benquerer e veneração que as pessoas tinham por ela por termos começado os estudos em tão pouco tempo.

Portanto, é de trás para frente que iniciamos também este artigo para darmos ao leitor o mesmo sentido do que nós sentimos naquele 12 de maio de 2010: por volta das 17h, eu estava pesquisando sobre a Medicina Legal no site² da Faculdade de Medicina da Bahia, quando avistei uma notícia contendo a nota de falecimento e confesso: gelei ao ver que se tratava exatamente do falecimento da nossa personagem.

Liguei pra minha orientadora e juntas fomos ao velório às 20h30min, no salão nobre da Faculdade de Medicina da Bahia, e lá chegando lamentávamos por não ser esse o rumo que pretendíamos dar a nossa pesquisa, pois nosso desejo era poder construir uma trajetória de vida de uma mulher guerreira e viva. E pensávamos alto: “Ela será velada no salão nobre da Faculdade de Medicina da Bahia, o prédio restaurado que ela tanto lutou para ser reaberto”. Na entrada, havia a guarda de honra da polícia militar, todos devidamente fardados, o rol de entrada bem iluminado, tapetes vermelhos que nos levavam até a entrada do salão, com seus lustres belíssimos de vidro e mobiliário de madeira. Entramos e sentamos próximo aos seus amigos e familiares.

A partir dali vimos que nossa responsabilidade havia aumentado imensamente e que o nosso comprometimento devia ser integral, porém não conseguimos passar das 22h, no primeiro dia do velório porque estávamos emocionadas, a notícia havia nos chegado de surpresa e a exaustão tomou conta dos nossos corpos.

No segundo dia, 13 de maio de 2010, os principais jornais da cidade comentaram a lastimável perda: “Morre a médica idealizadora do Departamento

¹ Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia.

² http://www.fameb.ufba.br/index.php?option=com_content&view=article&id=300:nota-falecimento&catid=58:noticias-completas&Itemid=157. Acessado em 12 de maio de 2010 às 17h.

de Polícia Técnica”.³ A reportagem enfatizou a sua luta, durante sete meses, contra uma forma rara de câncer no pâncreas, e sua trajetória profissional.

A história de vida de Maria Theresa está ligada à Medicina Legal na Bahia. Formada pela Faculdade de Medicina da UFBA em 1953, apenas um ano depois foi convidada a participar do quadro de médicos do Instituto Médico Nina Rodrigues e, em 1972, foi promovida à diretora do instituto. Pioneira no mundo, passou quinze anos na direção do instituto. Ainda como diretora do Nina, idealizou o complexo do Departamento de Polícia Técnica do Estado da Bahia, inaugurado em 1979.⁴

O ex-diretor do Departamento de Polícia Técnica da Bahia, Raul Coelho Barreto Filho, que foi seu aluno e amigo, a definiu:

Um ícone da medicina legal, formou várias gerações de médicos legistas. Maria Theresa sempre manteve a vida como exemplo de retidão, honestidade e ética. Um espelho para todos os alunos e colegas. Era casada com a medicina, e seus filhos eram seus alunos.⁵

Lidos os jornais, era o momento de voltar ao Terreiro de Jesus, aonde cheguei por volta das oito horas. Naquela hora no salão nobre estavam ainda seus familiares e amigos e foi enchendo à medida que o horário da missa se aproximava. Se valesse aqui usar metáforas eu diria que choveram coroas de flores no altar instalado onde os párocos celebraram e ao redor da dra. Maria Theresa, vindas de diversas instituições e associações onde ela trabalhou. Às 10h, teve início a missa, celebrada pelo monsenhor Ademar Dantas dos Santos, padre Luis Simões e pelo monsenhor Gaspar Sadock da Natividade, este último discursou muito emocionado sobre a trajetória de vida da dra. Theresa, ressaltando que ela ocupou todos os espaços e campos baianos. Evidenciou que por ter sido uma mulher guerreira e lutadora, mesmo com as limitações que encontrava em seu caminho, jamais desistiu e por isso se transformou em uma das melhores mulheres da Bahia, católica praticante e frequentadora da igreja da Vitória, onde era

³ Jornal *A Tarde*, 13 de maio de 2010, n. 33.272, ano 98.

⁴ Idem.

⁵ Idem.

muito conhecida e querida por todos. “Uma dessas pessoas excepcionais pelos dons de sua inteligência, do seu coração e pela própria beleza, não a formosura e sim a total, interna e externa. Uma pessoa que fez muito bem aos necessitados. Uma pessoa admirável como mulher e como cristã.”⁶ A missa foi concluída e, após a comunhão, monsenhor Ademar fez a encomendação do corpo e o padre Luis finalizou os ritos católicos, deixando o espaço para a família e amigos se despedirem e discursarem; seu irmão e sobrinhos, muito emocionados, falaram dos momentos que passaram com ela e de todo o apoio que ela dava à família, conhecida como “dinda” exatamente por não ter tido filhos e amar os sobrinhos como se fossem seus filhos, a exemplo da relação maternal estabelecida com sua sobrinha Tereza Cristina de Araújo Pacheco.

Até as 14h, o corpo continuou sendo velado no salão nobre da Faculdade de Medicina e algumas pessoas ainda tiveram a oportunidade de se despedirem. O cortejo partiu em direção ao crematório Jardim da Saudade, situado no bairro de Brotas, às 15h30min, o discurso foi voltado mais para os amigos da turma de 1953 da Faculdade de Medicina da Bahia e diretores das instituições em que a dra. Maria Theresa tanto contribuiu. E com muita emoção foi encerrada a cerimônia.

O ex-governador da Bahia, Roberto Santos, expressou sua opinião sobre a dra. Maria Theresa: “Uma mulher de postura excepcional, com uma capacidade intelectual enorme e com o único propósito de servir”.⁷ E o empresário e escritor, Joaci Góes completou:

Maria Theresa Pacheco, além de uma das maiores autoridades em medicina forense, foi uma mulher excepcional, pela generosidade e vocação para servir. Com sua morte, a Bahia, terra dela por adoção, e o estado de Alagoas, onde ela nasceu, perderam uma filha excepcional e eu perdi uma grande mestra e amiga.⁸

A despedida da dra. Maria Theresa foi honrosa ao nível de todo o trabalho digno que prestou à sociedade baiana, muitos de seus amigos disseram que ela não era uma professora e sim uma educadora e que amava a profissão, portanto a divulgação de seu falecimento em Salvador foi tratada com enorme respeito, reconhecendo a sua importância para os baianos.

⁶ *Jornal Tribuna da Bahia*, 14 de maio de 2010.

⁷ *Idem*.

⁸ *Idem*.

De volta ao início: quem foi esta mulher?

Maria Theresa de Medeiros Pacheco nasceu em 2 de setembro de 1928, numa casa grande na Usina do Rio-Branco, na cidade de Atalaia no estado de Alagoas. Filha de José Pacheco Filho e de Carolina de Medeiros Pacheco. Segunda filha de cinco irmãos, desde cedo se mostrou uma criança determinada, gostava de brincar com os animais e chamava atenção porque era destemida. Seu pai logo percebeu que a sua personalidade era forte. E, em 1948, aos vinte anos informou a sua família que queria ser médica e decidiu prestar exames na Faculdade de Medicina da Bahia, o que deixou sua mãe preocupada, porém seu pai (para estranheza da época em que o patriarcado imperava e as questões morais eram bem demarcadas) lhe deu total apoio.



Figura 2: A jovem doutora Maria Theresa de Medeiros Pacheco. **Fonte:** Arquivo Maria Theresa de Medeiros Pacheco. Salvador, Bahia.

Nesta mesma época o nosso contexto histórico impulsionava as mulheres de forma gradativa a romperem com a regra de que eram destinadas ao espaço privado e que poderiam adentrar no mercado de trabalho e foi exatamente nesse sentido que Iole Macedo Vanin⁹ traçou a inserção das mulheres na Faculdade de Medicina da Bahia, onde o perfil das discentes se modificou, levando em consideração que, apesar da reforma do deputado e professor Carlos Leôncio de Carvalho¹⁰ em 1879, o que permitiu o acesso das mulheres nas universidades, foi somente no século XX que elas significativamente começaram a frequentar estas instituições. A autora chama a atenção que isso pode ter ocorrido devido a alguns fatores, como

⁹ VANIN, Iole Macedo. As damas de branco na biomedicina baiana (1879-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas. Salvador: EDUFBA, 2008. (Tese de Doutorado em História).

¹⁰ A Constituição que liberará o acesso feminino ao ensino superior começou a ser discutida em 1823, pelo deputado paulista José Bonifácio de Andrade e Silva, porém, somente em 19 de abril de 1879, foi outorgado o Decreto 7.247 de Carlos Leôncio de Carvalho, que permitia a inscrição destas nas universidades do Brasil.

o processo de modernização que trouxe a mudança de comportamento aos moldes europeus, o pós-guerra, quando muitas mulheres substituíram os homens em tarefas por eles realizadas, e a intensificação do movimento feminista que, na Bahia, começava a despontar na década de 20, mas foi nos anos 30 que ele ganhou força, atendendo a demanda da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Na década de 1930 a FBPF conseguiu ampliar-se e congregar doze associações de mulheres em vários Estados. Na Bahia, a Federação Baiana Pelo Progresso Feminino foi criada em 1931. Imediatamente o feminismo ganhou espaço nos jornais e em eventos culturais da capital. Senhoras importantes, moças de famílias de bem (para escândalo dos conservadores), a exemplo de Amélia Rodrigues, Lili Tosta, Edith Gama Abreu, dra. Prager Fróes, declaram-se publicamente como feministas em uma pesquisa realizada pelo jornal *A Tarde*. (COSTA. 1994 [a]). Um feminismo essencialmente sufragista, bem comportado, católico. Um feminismo “feminino”, como se costumava identificá-lo.¹¹

Nessa análise de Ana Alice Alcântara Costa, percebemos que o movimento feminista, na sua efervescência, contextualizado com a Revolução de 1930, não almejava romper com as estruturas patriarcais, mas defendia a família e a feminilidade, um feminismo representado por mulheres de classe média alta e de famílias tradicionais, que lutavam por direitos civis e políticos, pela emancipação e educação das mulheres. “Entretanto, apesar de fortemente ligado às oligarquias locais, o feminismo baiano nesse período não consegue ultrapassar os limites da militância feminista, da luta reivindicativa e participar mais ativamente do processo político em curso”.¹² Contudo, isso não implica dizer que o feminismo sufragista não teve contribuições válidas, pelo contrário, demonstra o processo de crescimento em todos os aspectos de uma árdua luta que acompanha as mulheres.

É nesse contexto que, sem dúvida, as mulheres conquistaram o seu espaço no campo da medicina, porém esta ainda era em sua maioria exercida

¹¹ COSTA, Ana Alice. *As donas no poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM /UFBA-ALBA, 1998, p. 96.

¹² COSTA, Ana Alice; Brandão, Jaciara Sena. *A Federação Bahiana pelo Progresso Feminino no Contexto da Revolução de 1930*. In: Motta, A.; Sardenberg, C. e Gomes, M. (Orgs.). *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Coleção Bahianas, n. 5. Salvador: NEIM/UFBA. 2000, p. 161.

pelos homens, devido ao discurso androcêntrico que demarcava as mulheres ao espaço doméstico, ou seja, reprodutoras e organizadoras do lar e os homens produtores no âmbito da esfera pública.

Os ‘antifeministas’, ao contrário do ‘feminista’, tentavam convencer que a mulher ao assumir funções tradicionais masculinas, a exemplo das profissões médicas e jurídicas, seria uma figura que traria ou desenvolveria características impróprias e incompatíveis com a função primeira da mulher: a maternidade; uma vez que estas mulheres tornar-se-iam frias, mundanas, imorais, além de irem de encontro ao estabelecido pela natureza.¹³

Nesta perspectiva, podemos evidenciar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para romper com o pensamento patriarcal vigente e consigo mesmas, de lutarem para a saída do espaço privado e ganhar o espaço público. Podemos afirmar que a intelectualidade feminina começou a ser mais visível quando as mulheres ingressaram na Faculdade de Medicina da Bahia no século XIX.

A Faculdade de Medicina da Bahia tem a tradição desde o último quartel do século XIX, de haver quebrado o preconceito que impedia a mulher de ser médica, e diplomado em 1887 a primeira médica do Brasil e a segunda da América Latina, a gaúcha dra. Rita Lobato Velho Lopes, e, desde então, ali, as estudantes de Medicina sempre foram muito bem recebidas e respeitadas e vieram a se tornar profissionais distintíssimas, como a Prof.^a Dr.^a Francisca Pragner Fróes e a Prof.^a Dr.^a Carmem Mesquita, cujo retrato encontra-se no Panteão dos Alunos daquela Escola Médica.¹⁴

A luta pela inserção no espaço público foi ainda mais evidenciada no século XX, em que até mesmo o ideal de casamento começava a ser adiado: das mulheres que obtiveram o diploma, nenhuma era casada; nas décadas de 1920 a 1940, elas se formavam na faixa etária de 24 anos no curso de

¹³ VANIN, Iole Macedo. As damas de branco na biomedicina baiana (1879-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas. Salvador: EDUFBA, 2008. (Tese de Doutorado em História), p. 122.

¹⁴ Lamartine de Andrade Lima, entrevistado em 26 de maio de 2011.

medicina; e Iole Macedo Vanin sugere a hipótese de que muitas delas não se casaram, pois estava no imaginário que o casamento e filhos poderiam impedir a formação profissional. Muitas delas romperam com o papel e o lugar a elas reservado por suas famílias e se aventuraram a sair de seus estados para prestarem concurso na Faculdade de Medicina da Bahia, como fez Maria Theresa de Medeiros Pacheco, que participou desse processo de curso.

A bordo de um *Ita do Norte*,¹⁵ Maria Theresa deixou sua cidade e se mudou para Salvador, aonde chegou em 1948 e foi aprovada no vestibular para a Faculdade de Medicina da Bahia e, como aspirante interna por concurso, começou a prestar serviços na Maternidade Climério de Oliveira, mais tarde se tornando assistente voluntária. “Era defensora das mães pobres baianas, ela sempre dava um jeito de resolver os problemas de todas as mulheres na maternidade.”¹⁶ Atuou, também, como interna na Maternidade Nita Costa, no Serviço da Ginecologia do professor Aristides Maltez no Hospital Santa Isabel e foi residente no Hospital Aristides Maltez no quinto ano médico. Concluiu o curso em 1953 e, em 1954, foi convidada pelo professor Estácio de Lima, “que foi quem orientou toda a formação científica e cultural da dra. Maria Theresa”,¹⁷ para atender no Instituto Médico Legal Nina Rodrigues,¹⁸ (com base no seu aprendizado obtido nos serviços de ginecologia e obstetrícia), atendendo às vítimas de atentados sexuais: crianças, adolescentes e mulheres na especialidade da Sexologia Forense.¹⁹

¹⁵ Pequenas embarcações: Itatinga, Itaqui, Itaimbé, Itaberá, Itapuca, Itagiba, Itapuihy, Itassucé, Itajubá e Itaquara e os grandes Itaipé, Itahité e Itapagé, entre outros, apelidados de Ita, que muitos nordestinos utilizavam para migrar de uma região a outra e ficaram tão conhecidos que inspiraram a canção “Peguei um Ita no Norte”, de Dorival Caymmi, e uma das embarcações é tema do livro O capitão de longo curso, de Jorge Amado.

¹⁶ Iracy Silva Costa, entrevistada em 16 de setembro de 2010.

¹⁷ Lamartine de Andrade Lima. Entrevista citada.

¹⁸ O Instituto Médico Legal Nina Rodrigues (IMLNR) é o mais antigo dos cinco institutos que compõem a estrutura do Departamento de Polícia Técnica. Criado em 1905 pelo prof. Oscar Freire, recebeu o nome Nina Rodrigues da Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia, em homenagem ao professor catedrático de medicina-legal, Raimundo Nina Rodrigues, falecido naquele mesmo ano. <http://www.dpt.ba.gov.br>. Acessado em 11 de junho de 2012 às 8h35min.

¹⁹ Ramo da Medicina Legal que estuda a atividade sexual humana relacionada às questões jurídicas, cíveis e criminais, ou seja, estuda os fenômenos relacionados com a reprodução humana, da concepção até o puerpério (período compreendido entre o parto e o retorno do útero ao seu estado normal que tem duração média de 45 dias) e por ser uma área extremamente ampla precisou ser dividida para atender as necessidades periciais como: Himeneologia forense – estuda toda questão médico-legal voltada para o casamento, desde o seu estabelecimento (momento do ato), suas finalidades (proteção à família, o dever de consumir as relações sexuais, procriação, proteção e educação da prole, fidelidade e outros). Impedimentos matrimoniais que podem anular casamentos como: parentesco consanguíneo, adultério, bigamia, crime e impotência masculina e feminina. Obstetrícia forense – estuda toda questão médico-legal voltada para a mulher no período gestacional, do parto até o puerpério. Como também a investigação da paternidade através do DNA. Erotologia forense – estuda os “distúrbios” do instinto sexual, crimes sexuais (campo de atuação da dra. Maria Theresa), a prostituição, o perigo e contágio.

É uma maneira de ver, que a entrada da dra. Maria Theresa no IMLNR tenha modificado a forma de tratamento às vítimas de violência sexual, porque as mulheres eram atendidas por homens, os médicos legistas da época atendiam às senhoras, às moças, e lembremos que na década de 1950 a sociedade ainda tinha e vivia com muitos tabus e a mulher era muito constrangida quando depois de sofrer um atentado sexual ser examinada por homem, embora médico, embora ético, embora fosse um tratamento extremamente delicado para com elas, mas não deixaria de ser uma figura masculina, e a Prof^a. Maria Theresa foi ali colocada no setor de sexologia forense pelo Prof. Estácio de Lima, justamente por isso, ele precisava de uma mulher especialista, competente, para atender aquelas vítimas femininas, realmente nesse sentido modificou uma presença feminina pela primeira vez fazendo perícia.²⁰

Em 1965, inscreveu-se no concurso de Docência Livre da Faculdade de Medicina da Bahia.²¹

Interessante será aqui registrar que a primeira mulher a concorrer à Docência Livre na Faculdade de Medicina da Bahia foi a prof^a. Lily Lages, alagoana, formada em Medicina na Bahia, havia decorrido trinta anos. Então, a segunda mulher a tentar o título, outra alagoana, autora dessas linhas. A tese versou sobre “Aspectos médico-legais da sexualidade feminina”.²²

Havia tomado gosto pela Medicina Legal,²³ (como ela mesma dizia),

²⁰ Lamartine de Andrade Lima, entrevista citada.

²¹ A Docência Livre exigia concursos semelhantes aos que se pretendiam catedráticos, por serem exigidas oito provas: de títulos, prova clínica de psiquiatria forense, de laboratório médico-legal, de sexologia forense, prova escrita de seis horas de duração, prova no cadáver-necrópsia completa, exame no vivo em clínica forense, prova oral ou didática com o ponto sorteado na hora, dentre os sessenta assuntos do programa. A prova escrita também constava de pontos sorteados na hora da prova, frente à comissão examinadora.

²² PACHECO, Maria Theresa de M. A Medicina Legal na Bahia. Início e evolução do ensino. *Gazeta Médica da Bahia*, 77:2, Salvador, julho – dezembro 2007, p. 155.

²³ O surgimento da Medicina enquanto ensino superior, neste país, está intimamente relacionado à transferência de d. João VI com a Corte para o Brasil, devido à invasão de Napoleão a Portugal no

e se tornou uma mulher médica legista de referência, fazendo “perícias nas diversas áreas da Medicina Legal, centenas de exames em casos de estupro, sedução, atentados ao pudor, autópsias pessoalmente feitas, no início, com que dificuldade!”. “Jamais as perícias mereceram críticas da polícia ou do judiciário, ao contrário, sempre acolhidas com respeito” (p. 155).

Em 1969, foi a Paris fazer um ano de Medicina Legal, o que hoje corresponde ao doutorado, dedicando-se ao estudo para a obtenção do título de assistente estrangeira com a tese: *Alterações dos grupos sanguíneos em sangue de cadáveres putrefeitos e congelados*. Título original em Francês: “*De l'évolution post-mortem des groupes sanguins: mémoire pour le titre d'Assistant Etranger*”.²⁴

Na Faculdade de Medicina da Bahia ela ministrava as aulas práticas, mas enfrentou com dificuldades as aulas teóricas, devido à reforma da Faculdade. Além das aulas serem ministradas em locais fora da universidade, Maria Theresa manifestou sua decepção com a falta de estrutura e organização da universidade quando assinou o termo de posse da disciplina de Medicina Legal e Deontologia Médica como catedrática, nos porões da secretaria da Faculdade de Medicina da Bahia, nas dependências do Hospital das Clínicas, na presença de uma secretária. Mesmo diante de toda a simplicidade da posse, foi a *primeira mulher professora Catedrática da Faculdade de Medicina da Bahia*, na cadeira de Medicina Legal e Deontologia Médica, defendendo a tese *Normas de conduta profissional médica*.²⁵

Em 1974, já na direção do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues (desde 1972), trabalhou e estudou para tornar essa instituição digna e com equipamentos modernos para prestar serviços à sociedade baiana. Em 1977 começou um movimento reivindicatório para disponibilização de um espa-

início do século XIX. Com sua chegada, logo percebeu a necessidade de se criarem escolas de cirurgia para suprir a falta dos profissionais diplomados que ficaram impossibilitados de virem de Coimbra para o Brasil; portanto, como a cidade da Bahia e o Rio de Janeiro eram as cidades mais prósperas do período colonial e com a influência do pernambucano José Corrêa Picanço, o Barão de Goyana, que intercedeu pela Bahia junto ao Príncipe Regente e foi atendido, fundando o ensino superior entre 1808 e 1809, através da Escola Médica que se chamou Escola de Chirurgia da Bahia, dirigida pelo próprio Barão de Goyana. Em 1815 passou por uma reforma passando a se chamar Academia Médico Cirúrgica da Bahia que foi instalada na Santa Casa de Misericórdia e, em 1832, passou a se chamar Faculdade de Medicina da Bahia. Para a história da Faculdade de Medicina da Bahia, cf. TEIXEIRA, Rodolfo. Memória histórica da Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus (1943-1995). Salvador: edufba, 2001.

²⁴ PACHECO, Maria Theresa de M. De l'évolution [sic] post-mortem des groupes sanguins: mémoire pour le titre d'Assistant Etranger. Paris: L'Unite [sic] d'enseignement et de recherche de medecine [sic] legale de Paris, 1969.

²⁵ PACHECO, Maria Theresa de M. Normas de conduta profissional médica. Tese de concurso para professor titular de Medicina Legal e Deontologia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Salvador: Escola Gráfica N. S. de Loreto, 1974.

ço que comportasse as novas tecnologias científicas, para atender de forma eficiente a população. O governador Roberto Santos e seu secretário de segurança, o coronel Luiz Artur de Carvalho, começaram a procurar uma área que pudesse ser dedicada à Medicina Legal, e com os grupos de técnicos em engenharia e arquitetura, Maria Theresa trabalhou incessantemente para que seu projeto saísse da planta e, em 1979, a nova edificação no bairro Vale dos Barris se concretizou.²⁶

Outra frente de batalha era o que ela chamava de “talvez quase toda a luta da sua vida”,²⁷ que era ver a restauração do prédio da Faculdade de Medicina, onde durante doze anos, em todas as sextas-feiras, ela presidia a comissão de restauração do complexo arquitetônico do Terreiro de Jesus. Ela possuía dois projetos: o primeiro era a fundação de um laboratório de Medicina Molecular; e o segundo, de escrever um Tratado da Medicina Legal, o que não foi possível, devido ao seu falecimento no dia 12 de maio de 2010.



Figura 3: Professora doutora Maria Theresa ao lado de seu querido mestre Estácio de Lima. **Fonte:** Arquivo Maria Theresa de Medeiros Pacheco. Salvador, Bahia.

²⁶ Para a história do Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues antigo, situado no Pelourinho, na sede da Faculdade de Medicina da Bahia, no Terreiro de Jesus, e também para a sua nova sede, cf. Lima, Estácio de. Velho e novo “Nina”. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1979.

²⁷ PACHECO, Maria Theresa de M. A Medicina Legal na Bahia. Início e evolução do ensino. *Gazeta Médica da Bahia*, 77:2, Salvador, julho – dezembro 2007, p. 157.

A nossa personagem não pode ser isolada de todo o processo que emana a nossa sociedade patriarcal e das manifestações feministas que contribuíram imensamente para o avanço das mulheres. Neste sentido, entendemos que a dra. Maria Theresa optou por não seguir o caminho que era considerado “natural”, destinado às mulheres.

dra. Maria Theresa, tinha absoluta consciência da formação cultural da mulher e pugnava, para que estas se quisessem e almejassem, saíssem daquele estado patriarcal, para progredirem e mudarem a sociedade [...]. Considerando que ela saiu daquela acomodação patriarcal antes de 1950, na década de 40, no pós-guerra imediato, as guerras serviram para mostrar que a mulher podia sim realizar as tarefas que até então os homens dominavam...²⁸

A atuação dessa mulher no referido Instituto Médico Legal, do seu contato com as mulheres violentadas, é unânime na fala de todos os depoentes, como é destacada sua solidariedade com as vítimas, conforme nos informou nesse caso específico o dr. Lamartine, que a dra. Maria Theresa ficou notoriamente comovida e convidou a paciente para a necrópsia de seu malfeitor:

[...] Houve o caso do bandido, assaltante, homicida e estuprador, jovem adulto e forte chamado de ‘Toinho’, que assaltou um casal de namorados adolescentes, desacordou o rapaz e violentou a moça, em seguida entulhando de areia, pedrinhas e folhas secas a sua genitália e ânus, causando-lhe, além das lesões localizadas, forte trauma psíquico, que só cessou meses depois, quando a vítima assistiu ao início da necrópsia do bandido que em um confronto armado fora abatido com dezenas de tiros pela Polícia Civil²⁹.

A incorporação da dra. Maria Theresa aos quadros funcionais do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues alterou a forma de tratamento das vítimas de violência sexual, levando em consideração que o professor Estácio de Lima a convidou para esta especialidade, justamente para dar um suporte a essas vítimas já tão marcadas pela dor psicológica e física. A importância aca-

²⁸ Lamartine de Andrade Lima, entrevista citada.

²⁹ Idem.

dêmica e social desse estudo contribui para trazer à tona questões pertinentes às discussões que envolvem as mulheres e a violência contra elas, como a medicina, o direito, as dinâmicas de gênero, raça e classe, a contribuição do movimento feminista para o empoderamento das mulheres como no caso da dra. Maria Theresa de Medeiros Pacheco, além de considerar fundamental a análise do discurso patriarcal que se utilizou de todos os argumentos para manter a medicina como um reduto masculino.

Acreditamos que, ao coletar mais depoimentos, daremos vozes a personagens que nos reportarão à trajetória da pesquisada, o seu nascimento, a sua infância, adolescência, a fase adulta quando decide ser estudante de medicina, a sua labuta para conseguir burlar o discurso androcêntrico e sobressair na carreira ganhando notoriamente o respeito de todos. Portanto, escrever sobre a trajetória da dra. Maria Theresa de Medeiros Pacheco é um compromisso também com a história das mulheres, onde não podemos perder de vista a importância e a necessidade de continuar fazendo uma discussão historiográfica em que as mulheres estejam inseridas.

[...] Para que serve a história das mulheres? E a resposta viria simples: para fazê-las existir, viver e ser. Esta é, afinal, uma das funções potenciais da história. Acreditamos que não interessa ao historiador fazer a história das mulheres em termos de erros ou de acertos sobre o seu passado, contar a saga de heroínas ou mártires, o que seria um terrível anacronismo. Sua função maior deve ser a de enfocá-las através da submissão, da negociação das tensões e das contradições que se estabeleceram, em diferentes épocas, entre elas e seu tempo; entre elas e a sociedade nas quais estavam inseridas. Trata-se de desvendar as intrincadas relações entre a mulher, a sociedade e o fato, mostrando como o ser social que ela é articula-se com o fato social que ela mesma fabrica e do qual faz parte integrante. Trata-se, igualmente, de um desafio no sentido de fazer a história total da mulher, na qual se contemplem as grandes evoluções, profundas e silenciosas, dos comportamentos, aquelas, dos sentimentos religiosos ou das mentalidades, as demográficas e as técnicas. Mas história da qual não estejam ausentes os pequenos gestos, as práticas miúdas e repetitivas do cotidiano, as furtivas formas

de consentimento e interiorização das pressões simbólicas ou concretas, exercidas contra as mulheres.³⁰

Michelle Perrot, em “Escrever a história das mulheres”, analisa o silêncio rompido dessa história, da invisibilidade ao seu nascimento, das representações das mulheres: os discursos e imagens. Ela nos dá uma compreensão da emergência não só dela, mas clama aos historiadores e pesquisadores que percebam a necessidade de inserir as mulheres na história e também as mudanças ocorridas.

A história das mulheres mudou em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança...³¹

Perguntei a minha orientadora, a Prof^a Dr^a. Lina Maria Brandão de Aras, como manter a neutralidade diante de tantos fatos que comprovam a pessoa humana da dra. Maria Theresa e ela me respondeu: “Não existe neutralidade para se falar de Maria Theresa, porque ela era uma apaixonada e para se falar dela tem que ter paixão, restando-nos o apego à metodologia para fugir das tentações do ofício do historiador”.

Referências:

COSTA, Ana Alice. *As donas no poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM /UFBA-ALBA, 1998.

COSTA, Ana Alice; BRANDÃO, Jaciara Sena. A Federação Bahiana pelo Progresso Feminino no Contexto da Revolução de 1930. In: MOTTA, A.; SARDENBERG, C. e GOMES, M. (Orgs.). *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Coleção Bahianas, n. 5. Salvador: NEIM/UFBA. 2000.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS,

³⁰ DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: Freitas, M. C. de. (Org.). *História da historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 235.

³¹ PERROT, Michelle. Escrever a história das mulheres. In: _____. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, pp. 15-6.

- M. C. de. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- LIMA, Estácio de. *Velho e novo "Nina"*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1979.
- PACHECO, Maria Theresa de M. A Medicina Legal na Bahia. Início e evolução do ensino. *Gazeta Médica da Bahia*, 77:2, Salvador, julho – dezembro 2007.
- _____. *Aspectos da delinquência sexual*. Bahia [Salvador]: Gráfica Ideal, 1965.
- _____. *De l'évolution [sic] post-mortem des groupes sanguins: mémoire pour le titre d'Assistant Etranger*. Paris: L'Unite [sic] d'enseignement et de recherche de medecine [sic] legale de Paris, 1969.
- _____. *Normas de conduta profissional médica*. Tese de concurso para professor titular de Medicina Legal e Deontologia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Salvador: Escola Gráfica N. S. de Loreto, 1974.
- PERROT, Michelle. Escrever a história das mulheres. In: _____. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- TEIXEIRA, Rodolfo. Memória histórica da Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus (1943-1995). Salvador: EDUFBA, 2001.
- VANIN, Iole Macedo. *As damas de branco na biomedicina baiana (1879-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas*. Salvador: EDUFBA, 2008. (Tese de Doutorado em História)

Fontes orais:

1. Tereza Cristina Pacheco: médica e sobrinha da dra. Maria Theresa de M. Pacheco.
3. Lamartine de Andrade Lima: médico legista.
4. Iracy Silva Costa: durante os anos de 1953 a 1963 foi administradora e coordenadora da Divisão de Enfermagem da Maternidade Climério de Oliveira.

Periódicos:

- Jornal *A Tarde*, 13 de maio de 2010, n. 33.272, ano 98.
- Jornal *Tribuna da Bahia*, 14 de maio de 2010.

Sites:

- http://www.dpt.ba.gov.br/index.php?site=1&modulo=eva_conteudo&co_cod=25.
- http://www.fameb.ufba.br/index.php?option=com_content&view=article&id=300:notafalecimento&catid=58:noticiascompletas&Itemid=157
- http://www.fameb.ufba.br/historia_med/hist_med_art28.htm
- http://www.medicina.ufba.br/historia_med/hist_med_art63.htm

Pensamento social de Alagoas: efemérides e esparsas reflexões

Luitgarde Cavalcanti Barros

Desenvolvo neste texto um de meus hábitos mais frequentes: divagar horas visitando fatos, personagens e leituras que fazem parte de minha trajetória, que não é somente constituída de fatos historicamente vividos. Com força estimulante em meu cotidiano, chegam-me lembranças de leituras presentes e pretéritas, conversas tidas e ouvidas, entrevistas e aprendizados recebidos de pessoas que povoam meu imaginário social nestes meus setenta anos de vida que me trouxeram a este emblemático, para Alagoas e os alagoanos, 2012.

A efeméride mais comentada, naturalmente, se prende à instância do político, coisa que se comenta no Brasil, até nos debates das torcidas de futebol. Homenageia-se o centenário da queda da oligarquia Malta, protesta-se contra o Quebra dos xangôs de Alagoas na esteira dos acontecimentos daquele ano. Com menor participação na mídia e nos debates intelectuais do Estado, comemora-se o centenário de nascimento do antropólogo alagoano Manuel Diégues Júnior, os 99 anos da fundação do portento que representou a fundação da Fábrica da Pedra, feito que projeta na história de Alagoas o maior empreendimento desenvolvimentista do sertão do Nordeste naquele início da segunda década do século XIX. Com a construção da primeira hidrelétrica da região, o cearense Delmiro Gouveia é entronizado no quadro da história heroica e trágica de Alagoas.

Associados a esta última efeméride, sem qualquer referência de mídia ou de espaços intelectuais alagoanos, tentamos – o vereador do município de Pedra de Delmiro, Edvaldo Francisco do Nascimento, a família Motta Lima e “esta que vos fala” divulgar os sessenta anos da publicação de uma das mais importantes obras para a história de Alagoas desse período. Trata-se do romance *Fábrica da Pedra*, do jornalista alagoano de Viçosa – Pedro Motta Lima.

De minhas memórias de adolescente em Maceió, destaco neste 2012 a passagem dos 55 anos da queda do governador Muniz Falcão (Sebastião Marinho Muniz Falcão), afastado do cargo por impeachment no célebre epi-

sódio do tiroteio da Assembleia Legislativa de Alagoas, numa “sexta-feira 13” de setembro de 1957, quando é fuzilado o sogro do governador, o político de Palmeira dos Índios – Humberto Mendes.

Estas cinco referências de Memória X História X Literatura X História Oral nortearão minhas reflexões, instrumentalizando argumentos, num convite à criação de uma espontânea rede de interlocução que amplie as interpretações sobre esses eventos lembrados como elementos significativos de nossa História.

A historiografia contemporânea elege como documento também a literatura e os depoimentos orais, tanto de quem viveu pessoalmente os fatos, como de quem transmite registros orais de narrativas ouvidas em depoimentos de trabalho de campo ou lidas em textos de memorialistas, testemunhos familiares ou de companheiros que ouviram de terceiros, experiências vividas em momentos marcantes. A construção desses “saberes históricos”, muitas vezes intergeracionais, Pierre Nora, Bergson, Jack Legoffe, Maurice Halbwachs e vários outros historiadores e filósofos conceituam como *Memória Social*.

Construída na vivência de seres humanos em suas condições materiais e ideologicamente vividas, a história tradicional ou oficial era o relato dos feitos dos considerados “grandes homens”, enquanto, a partir de meados do século XX, desenvolve-se uma metodologia de incorporação, ao constructo histórico, de pessoas comuns – segundo terminologia utilizada por Norman Denzin, Sartre, Heidegger e Faulkner. Em 1952, amadurecido pela luta ingênita em defesa das liberdades sociais e dignidade do ser humano, nos principais jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, além da criação de imprensa do Partido Comunista, Pedro Motta Lima escreve um romance histórico alicerçado nesta metodologia. Constrói a história daquela conjuntura como uma totalidade dialética, isto é, contraditória, tanto em relação aos homens, mulheres, crianças e velhos pertencentes à escala mais baixa da hierarquia social, quanto na descrição e análise das lutas no interior das camadas dominantes, pela hegemonia no Bloco no Poder – categoria elaborada pelo intelectual italiano Antonio Gramsci. O romance mostra diferentes concepções de riqueza e poder que dividem representantes do poder agrário e urbano, confrontando o conceito de *desenvolvimento nacional*, foco dos principais debates sobre desenvolvimento nacional da década de 1950. Os personagens do romance representam a ideologia de senhores do criatório e da agricultura tradicionais, em confronto com o industrialismo de Delmiro Gouveia que, implantando um projeto incorporador da economia sertaneja

à arrancada da modernização nacional, enfrenta os processos de dominação monopolística comercial impostos pela Inglaterra, à frente do imperialismo, isto é, da política de eternização do mundo colonial iniciado no século XVI pelas potências ocidentais.

Nascido em 1897, o jornalista dá o testemunho de fatos vividos e observados pelo adolescente de quinze anos, no episódio da Queda da oligarquia dos irmãos sertanejos Euclides e Joaquim Paulo Malta, que mantiveram o sertão em evidência durante vários anos. O romance, escrito numa filtragem reflexiva do amadurecido jornalista, é eivado de análises das estruturas econômica e política da sociedade alagoana do período. Para pensar aquela realidade, o já internacional pensador alagoano articula as conjunturas regionais, nacionais e internacionais, enfatizando o arrojo do empreendedor Delmiro Gouveia, buscando espaço no desenvolvimento internacional da nova fase do capitalismo, o monopólio do capital industrial. O romance evidencia a criatividade do conceito de modernização que já se debate no Nordeste das primeiras décadas do século XX, quando o cearense fala de projeções de aproveitamento do rio São Francisco e da cachoeira de Paulo Afonso para, além da utilização da força de suas quedas para geração de energia para a Fábrica da Pedra e iluminação da cidade construída em ritmo acelerado, fazer irrigação para desenvolver tecnologicamente a agricultura da região da seca, inclusive como estabelecimento de fábrica de adubo. Até a exploração do potencial turístico da região sanfranciscana é apresentada no romance, como parte do projeto modernizador concebido pelo industrial.

Com a preocupação de detalhamento, os fatos são narrados com a nomenclatura de pessoas reais, geralmente os governantes e chefes políticos com suas estratégias de competição pelo poder de dominação, ao mesmo tempo em que a literariedade do autor cria personagens de ficção, protótipos dos tipos de homens comuns que povoavam as Alagoas daqueles tempos, constituindo-se a obra num cenário vivo extremamente representativo da vida social alagoana dos idos de 1912.

Chama a atenção o método de historicizar não só o próprio movimento urbano da derrubada da facção no poder, mas principalmente a caracterização de figuras como o jornalista Luís Magalhães da Silveira – Luís Silveira, engendrando estratégias de açulamento de setores da população de Maceió, principalmente estudantes, caixeiros das lojas, catraieiros dos atracadores das lagoas Mundaú e Manguaba, além dos marítimos do porto de Jaraguá. Integrando-se à massa rebelada que investe contra os oligarcas e seus apoiadores, até os carroceiros atendem às convocações do jornalista

agitador, que fundara o *Jornal de Alagoas* como bandeira confederada contra a continuidade do rodízio dos irmãos Malta no governo da província.



Figura 1: Capa de *Fábrica da Pedra*, de Pedro Motta Lima. **Fonte:** Biblioteca Marcos Vasconcelos Filho.

Sua caracterização do movimento antioligarquia como de cunho popular se choca com as interpretações intelectuais que encontrei este ano em Alagoas, ao participar de mesas-redondas onde professores universitários afirmavam que a onda de vandalismo que levou multidões à invasão arrasadora dos xangôs de Alagoas era a manifestação da intolerância das “elites” que não podiam admitir manifestações da cultura dos oprimidos, como as religiões dos afrodescendentes. Para Motta Lima, testemunha dos fatos, a elite oligárquica se ancorava no controle dos pais de santo para garantir o apoio de setores das camadas mais pobres da população da capital, o que teria levado o povo rebelado ao massacre daqueles apoiadores do governo.

Outro grande mérito da obra em análise é a capacidade de registrar não só a derrubada propriamente dita, mas o clima de insegurança e instabilidade em que o Estado mergulha após a debacle da oligarquia, quando a sociedade se transforma num turbilhão provocado pelas lutas entre as famílias dominantes que ocupam o governo num rodízio alucinante. Os troncos

familiares envolvidos nas disputas pelo poder desfilam nas páginas do romance: Fonseca, Palmeira, barão de Traipu, Magalhães da Silveira, Freitas Melro, Gabino Besouro, Fernandes Lima e um nunca acabar de reivindicadores do “direito de governar a terra de seus ancestrais”. Pouco a pouco os personagens que varreram as ruas de Maceió saem da cena, agora ocupada por outros setores das elites, que disputavam o mando com os mesmos métodos despóticos dos governantes depostos. Durante muitos anos os grupos da velha oligarquia se constituíram na sombra que ameaçava com o retorno ao palácio dos Martírios, ou uma intervenção federal, como acontecera no Ceará de Franco Rabelo, que reabilitasse as oligarquias alagoanas.

Uma juventude letrada do Estado, que não compactuava com aqueles métodos de governo mantenedor das maiores desigualdades no campo e na cidade, independentemente da classe a que pertence, como um membro integrante do clã dos Brandão – Octavio Brandão – e o filho do farmacêutico de Viçosa – Pedro Motta Lima –, se engaja nas lutas sociais do anarcossindicalismo, emigrando para a capital federal onde, na década de 1920, participa da criação do Partido Comunista. Pela ação desses pensadores, Alagoas participou de todas as lutas de enfrentamento da Aliança Liberal na Revolução de 1930, do Estado Novo, das lutas nacionais e internacionais contra o nazifascismo; a deposição de Vargas, a eleição de Dutra, sendo vitimada, já na maturidade, pela repressão da Guerra Fria e do Golpe de 64.

De geração mais jovem, tendo nascido em 1905, a dra. Nise Magalhães da Silveira, com sete anos de idade naquele período de intensa agitação, falava horas, principalmente às quatro da tarde – hora do obrigatório chá nos anos 90 do século passado, sobre o envolvimento do tio Luís e do pai, professor Faustino Magalhães da Silveira, naqueles acontecimentos que abalaram a província. Descrevia o tio como uma personalidade irascível e dominadora, porém de grande coragem e determinação. Lembrava que seu temperamento era tão agressivo, que o professor Faustino, chegando de alguma viagem que o tivesse afastado da terra por mais tempo, dirigia-se a Luís, perguntando: “Com quem ainda posso falar, que tenha continuado a ser seu amigo?”. Muito polêmico, usava a imprensa para denunciar qualquer comportamento que considerasse incorreto, sendo altamente parcial. Daquele período falava com prazer dos saraus lítero-musicais, tão ao gosto da sociedade letrada de Maceió e Pilar, onde pontificava a família Ramos, todos os filhos músicos, sendo Nilo Ramos um criador de jornais no Pilar e em Maceió, contando com a participação do mano Arthur Ramos. O dr. Manuel Ramos, além de médico da cidade, tinha respeitável biblioteca, frequentada

inclusive pelos amigos de Maceió que para lá se dirigiam. Era um tempo de efervescência cultural, política e econômica, tendo esse médico aderido ao esforço de industrialização do Estado, montando em sua cidade uma fábrica de rendas, fato citado por um operário fugido da Fábrica da Pedra, no romance de Motta Lima.



Figura 2: Luitgarde (guiando a cadeira), Nise (na cadeira de rodas) e Juliana (menina de saia listrada, filha de Luitgarde), durante a festa da Farra do Boi, no Rio de Janeiro, no Aterro do Flamengo, em 24 de março de 1989. **Fonte:** Arquivo da autora.

A geração da dra. Nise, entusiasmada com os estudos médicos, tinha em seu pai, professor Faustino – lente do Colégio São João –, excelente orientador para os preparatórios à Faculdade de Medicina da Bahia. No final da década de 1910, três jovens alagoanos, sob orientação do professor, se preparam para ingressar na vida acadêmica da Bahia, afastando-se das disputas políticas de seu Estado. Solidificavam sua opção pelo saber, incentivados pelo mestre. Voltados para os estudos, afastados da política, constituem-se numa nova opção de intervir no social, promovendo o soerguimento das populações mais pobres pelas conquistas da educação e da ciência. Os estudantes Mário e Nise Magalhães da Silveira, sobrinho e filha do professor, e Arthur Ramos frequentavam as aulas na casa do mestre, em Bebedouro, imóvel que lá permanece com bela varanda, em frente à igreja de Santa Amélia. Dos três alunos, só Arthur Ramos acompanhava a grande pianista Lúcia Magalhães da Silveira que, nos saraus da Perseverança, fazia a introdução musical às conferências sobre petróleo, mangues, canais e lagoas, do estudante de Farmácia no Recife – Octávio Brandão, bem mais velho que os três, contemporâneo dos Motta Lima em Viçosa.

Como Octavio e Motta Lima, os três jovens também se destacaram nos caminhos escolhidos: Mário – médico sanitaria; Nise – médica psiquiatra e Ramos – médico e antropólogo. Cada um desses alagoanos marcou seu mundo vivendo e construindo intensamente a história de seu tempo, destacando-se nas lutas político-partidárias, nas letras e na construção de universidades e instituições que alavancassem o desenvolvimento da sociedade brasileira. Porém, seus caminhos, cada um em separado, conduziram-nos a destinos muito diferentes, no que concerne a seu lugar na história do país, e ao reconhecimento do povo brasileiro, principalmente em Alagoas.

Octavio Brandão – poeta, escritor, farmacêutico, homem de imprensa, sonhador de todas as utopias – foi envolvido e totalmente dominado pelos versos do hino de Alagoas: “– Tu, liberdade formosa,/ Gloriosa, Hosana entoas!”.

Aderindo, ainda adolescente em Viçosa, às ideias do anarquismo, sofreu tantas ameaças em Alagoas, a partir de sua campanha de divulgação da existência de petróleo no Estado e da defesa intransigente dos mangues, canais e lagoas de Maceió, que a família Brandão o enviou para o Rio de Janeiro. Para espanto da elite da qual fazia parte, o jovem libertário começou a pregar e desenvolver a luta pela reforma agrária, nos próprios engenhos de propriedade da família, participando sempre das lutas sociais dos operários das fábricas e da massa de trabalhadores do cais do porto, da rede ferroviária e demais categorias de trabalhadores surgidas com o início da incipiente industrialização do Nordeste, tanto em sua terra como no Recife, onde era estudante.

Em 1959 conheci-o, através de minha amiga, colega de científico – Vera Brandão, hospedado na casa de seu primo dr. Théo Brandão. Foi uma experiência impactante ouvi-lo declamar versos de sua eterna musa Laura Brandão. Participando de festa organizada por dr. Théo em sua homenagem, lembro de sua face de poeta repentista. Com voz bela e muito charme, Vera tocava violão e cantava em vários idiomas. Para aquela festa preparou belíssima apresentação de um dos ícones do cancioneiro russo, *Barqueiros do Volga*, em homenagem à ave de arribação que, desde a partida de sua terra levado pelos fados – para lutar pela liberdade em vários quadrantes do planeta, era a primeira vez, desde os inícios dos anos XX, que voltava à terra das Alagoas. Emocionados todos nós, ouvimos o canto de sua gratidão recitando versos de improviso, em torno do mote PRIMAVERA, representando ao mesmo tempo carinho e admiração pela PRIMA VERA e a exaltação da PRIMAVERA, estação das flores, signo e símbolo da juventude do Colégio Estadual Moreira e

Silva, que ela convidou para homenagear o primo vindo dos confins gelados da União Soviética, onde vivera após o banimento decretado pelo governo Vargas em 1931, até 1946, quando voltara ao Brasil, garantido pela Lei de Anistia. Foram dias e semanas de grandes descobertas para mim, que estive presente em suas conferências nas livrarias Ramalho e José de Alencar, as mais importantes daqueles tempos em Alagoas.

Octavio Brandão, eleito vereador no Rio de Janeiro (o mais votado do Partido Comunista), reencontra em 1947, como presidente da Câmara dos Vereadores, seu amigo de infância no Colégio de União dos Palmares, o grande poeta católico Jorge de Lima, autor de belíssimo poema – “Elegia” a Laura Brandão, morta nos confinsgelados dos Urais. A poetisa e militante comunista brasileira morrera na luta indômita do povo russo contra o nazismo, representado pelos invasores alemães sob o comando



Figura 3: Octavio Brandão sorridente, em idade já madura.

Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp.

do general Von Paulo. Esmagando a maior frente alemã na Segunda Guerra Mundial, o povo russo teve em sua heroica resistência a presença desses brasileiros, cantando Octavio os versos à liberdade, do hino que, ainda nos anos 1950, aprendi a cantar no Grupo Modelo (Grupo Escolar Experimental), juntamente com todos os hinos patrióticos de exaltação “À terra onde nascemos”.

Em 2001 fui levada em Moscou ao Pantheon dos heróis do povo russo, para ver o túmulo de Laura Brandão entre os personagens que escreveram, na História Mundial, a derrota do nazismo. Vendo hoje a reedição do nazismo pelo neoliberalismo globalizado, da submissão do mundo às ogivas nucleares controladas pelos donos de fábricas de armas, a serviço dos poderes colonialistas saqueadores do mundo, me pergunto quantas gerações

mais da humanidade serão sacrificadas até que se alcance, como escrevia Arthur Ramos, “A dignidade da espécie humana”.

Octavio Brandão, depois do golpe do governo Dutra contra a Constituição brasileira com a cassação do Partido Comunista, entra na clandestinidade e no isolamento das fileiras de luta do PCB. Velho, ignorado por antigos companheiros de partido, passa a viver com a filha Dyonisa Brandão Rocha, que lhe propicia paz, respeito e uma vida digna, desfrutada pelo antigo guerreiro que brande a arma da imprensa e da palavra em reuniões com a juventude, durante a ditadura, publicando artigos na imprensa alternativa, ele que na década de XX carregara o principal jornal das esquerdas, incentivando a criação do Bloco Operário Camponês – BOC, e lançara a candidatura do operário marmorista Minervino de Oliveira à presidência da República, competindo com Getúlio Vargas e Júlio Prestes.

Em setembro de 1996, comemorando seu centenário de nascimento um seminário e a publicação de livro promovidos na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, divulga-se outro grande feito de sua militância: a primeira tradução para a língua portuguesa do *Manifesto comunista*.

Seu contemporâneo e conterrâneo Pedro Motta Lima, apesar do primeiro exílio no Uruguai, vivido durante o Estado Novo, pôde desfrutar do direito de viver em terras brasileiras. Fez carreira de jornalista competente e respeitado pela classe, deixando importante obra, tendo recebido, por sua produção literária, prêmio da Academia Brasileira de Letras. Atuando nos mais importantes jornais do Rio e de São Paulo, foi concomitantemente importantíssimo organizador de jornais de esquerda e ativista incansável na Associação Brasileira de Imprensa, nas lutas pela liberdade de imprensa e pelos direitos sociais, procurando contribuir com ações mais diretas para a construção de uma sociedade mais humana – porque mais justa.

Em 1930 volta a Alagoas como candidato a deputado pela Aliança Liberal, ocasião em que percorreu todo seu Estado natal. Candidato mais votado entre as oposições ao governo (6 mil votos), foi impedido de ser empossado pela junta eleitoral, no sistema do voto de bico de pena.

Voltando à sua base de ação, o Rio de Janeiro e São Paulo, participou do esforço de guerra solicitando ao governo Vargas o retorno ao solo pátrio, para se unir à sociedade brasileira na luta contra o nazifascismo. Preso várias vezes, contou sempre com as maiores manifestações de apoio e respeito da classe jornalística. Cassado e caçado pelo Golpe de 64, neste mesmo ano se exilou na Tchecoslováquia onde, em 1966, morre no desastre de um avião, viajando de Praga para Moscou.

Sua vasta bibliografia merece ser resgatada e reeditada para o conhecimento das novas gerações, como instrumento de análise da sociedade alagoana e brasileira da primeira metade do século XX até o movimento de subserviência de 64, que expulsou de nosso convívio tantos pensadores que lutaram pela liberdade num mundo equânime, com lugar para todos os membros da espécie, que eles dignificaram.

Em sequência à história desses personagens que viram na luta partidária comunista uma forma de ação que mudasse as estruturas da sociedade nas duas primeiras décadas do século passado, e no desdobrar do tempo, lembro as trajetórias dos três quase adolescentes já citados – Arthur Ramos, Mário Magalhães da Silveira e Nise Magalhães da Silveira. Embarcando na grande aventura de, utopicamente, transformarem o mundo hostil e de estrutura enviesada, que perenizava toda uma organização social arbitrária e perversa que engolia grandes contingentes, a maioria da população brasileira, eles também partiram para outros mundos – as terras do saber acadêmico.

Segundo relatos da dra. Nise, em finais de 1920 o professor Faustino seguiu de navio com seus três orientandos que iriam enfrentar os exames para ingresso na Faculdade de Medicina da Bahia, preocupado principalmente com a filha, que só completaria dezesseis anos em fevereiro de 1921. Seu entusiasmo era muito grande, fazendo-o permanecer na capital até a saída dos resultados favoráveis aos três que, a partir daí, foram instalados em repúblicas, moradas dos estudantes de diferentes Estados que se dirigiam para os grandes centros acadêmicos existentes no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador. Única mulher da turma, a quase garota contava, por recomendação do pai, com o apoio do primo Mário e do amigo Ramos, embora desde aquele tempo já lutasse por mais liberdade e autonomia de ação. O carinho e a preocupação do mestre eram tantos, que até à formatura ele embarcava em Maceió para acompanhar os três nos estudos de período de exames. A cada etapa vencida com brilhantismo pelos três, eles ouviam do idealista orientador o comentário:

Vocês estão vendo quanto esforço para se fazerem médicos? Espero de vocês muito mais do que serem empregados e vendedores de laboratório farmacêutico, passando receita de remédio recomendado pelos propagandistas!!! Façam coisas novas, criem soluções médicas, combatam as doenças e suas causas, ajudem o povo a sair desse estado de miséria de tanta doença!

Formados em 1926, cada um deles se destacaria num campo do saber médico, tendo em comum em suas trajetórias a fidelidade aos princípios humanitários, a vontade de transformar a sociedade e a paixão pela pesquisa e o experimento; porém, mais do que tudo, o arroubo de criar o novo, estabelecendo bases para o futuro. Outro traço que demarcou suas caminhadas pela vida foi a desconfiança ou a perseguição explícita dos setores mais reacionários em relação a suas concepções de mundo.



Figura 4: Turma de **médicos de 1926**, vendo-se, entre outros, os alagoanos Abelardo Duarte, Mário e Nise da Silveira e Estácio de Lima (de beca), no pátio da Faculdade de Medicina da Bahia. **Fonte:** Arquivo Maria Theresa de Medeiros Pacheco, Salvador, Bahia.

Arthur Ramos se dedicou aos estudos psicanalíticos, sempre voltados para a resolução de problemas que afligiam mulheres, crianças e os vastos contingentes da população negra e seus descendentes, majoritariamente encontrados nas prisões e nos hospícios. Para ele, urgia encontrar explicações e soluções dos problemas que determinavam aquela realidade. Percorrendo os bairros pobres de Salvador e os arquivos médicos do Centro Nina Rodrigues, o jovem alagoano se fez conhecido e respeitado pelos professores e estudantes de medicina e direito da velha capital, tornando-se recomendado por mestres como Afrânio Peixoto. Membro da Academia Brasileira de Letras e

catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, além de diretor editorial de importantes livrarias editoras, como a editora Guanabara, Afrânio Peixoto aconselha-o a se mudar para a capital da República em 1933, quando o prefeito Pedro Ernesto, tendo corresponsável pela educação do Distrito Federal o baiano Anísio Teixeira, estava organizando a Universidade do Distrito Federal – UDF. Voraz consumidor de toda novidade científica publicada em inglês, espanhol, italiano, francês e alemão, o médico alagoano se aproxima velozmente das novas teorias médicas e antropológicas que galvanizam os debates científicos nos principais centros de conhecimento do mundo, distanciando-se cada vez mais dos problemas da terrinha. Seu pai, envelhecido, acompanha a decadência das velhas cidades como o Pilar, vitimadas pela política de substituição dos meios de transporte de cabotagem pelas estradas que passam fora da maioria das povoações acarretando a quebra da economia daquelas localidades.

Com apenas trinta anos, Ramos já se colocava no mundo intelectual do país. Sem jamais se afastar do consultório médico, vai-se ombreando à plêiade de intelectuais que lutam pela criação de universidades com o funcionamento de cursos nas áreas de humanidades: ciências sociais, história, filosofia e geografia, para formarem especialistas em pensar o Brasil de maneira totalmente contrária às concepções rotineiras de grandes fazendeiros, altos comerciantes e seus advogados acríticos, mantenedores de todas as mazelas que impediam o país de estabelecer uma sociedade desfrutando das conquistas da ciência e dos direitos de cidadania.

Voltando a Alagoas em 1934, o jovem intelectual, envolvido no movimento feminista de Alagoas, capitaneado por sua ex-monitória dra. Lili Lage, recebe as homenagens de seus conterrâneos, encontrando forte movimento literário em Maceió, onde se reuniam Graciliano Ramos, Aloísio Branco, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Valdemar Cavalcanti e os jovens Théó Brandão, Aurélio Buarque de Holanda, e o hoje homenageado pelo centenário de nascimento – Manuel Diégues Júnior.

À frente do laboratório de Ortofrenia e da primeira cadeira de Psicologia Social da UDF, faz-se rápida a ascensão de Arthur Ramos à cátedra de Antropologia Cultural e Etnologia da recém-criada Faculdade Nacional de Filosofia – Universidade do Brasil, em 1938. Projetado no mundo por extensa bibliografia sobre psicanálise e estudos sobre o negro brasileiro, notabiliza-se também pela luta contra o racismo e denúncia do nazismo e do fascismo como ideologias de extermínio. Combatendo todo processo de racismo como as chamadas teorias de superioridade racial, em 1942 é con-

vidado por universidades americanas, para fazer conferências, divulgando suas teorias.

Preso em 1935 pela publicação de *Manifesto antirracista*, e em 1942 pela criação da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, é amado pelos alunos e respeitado pelos colegas, pertencendo a várias associações científicas, e de luta dos negros pela igualdade de direitos. Em intensa atividade no período da guerra, junta-se aos estudantes na UNE, para exigir a entrada do Brasil na luta contra os países do Eixo, participando do esforço de guerra.

Em 1945 posiciona-se contra a permanência de tropas norte-americanas em bases brasileiras no pós guerra, publicando protesto na primeira página de um jornal do Partido Comunista. A partir desse posicionamento entra no índice de autores inimigos do Departamento de Estado, que proíbe sua entrada nos Estados Unidos em 1948, quando convidado a proferir conferência numa universidade americana. No ano seguinte, convidado a ocupar o cargo de primeiro diretor efetivo do Departamento de Ciências Sociais da Unesco, sofre perseguição do governo brasileiro que, através do reitor da UB, Pedro Calmon, lhe nega licença remunerada e de afastamento, forçando-o à decisão de ocupar o cargo com o risco de perda da cátedra.

Sua ação naquele órgão projeta-o mundialmente como intelectual, porém aguça as perseguições impostas pela Guerra Fria. Cardiopata, submetido a fortes pressões políticas, distante de sua gente, trabalha exaustivamente de agosto a outubro na Unesco. Prepara o programa de atividades daquele órgão nos próximos cinco anos, cria o *Boletim de Antropologia* da Unesco e falece abruptamente em 31 de outubro de 1949 aos 46 anos, deixando admirável currículo que registra, além de todas as ações médicas, atividades docentes e de associações profissionais e científicas, admirável bibliografia de trezentos e sessenta títulos publicados.

Em seu dossiê do DOPS, depositado no Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, lê-se como conclusão de sua ficha de subversivo: “O *Diário de Notícias* noticia a morte do Marginal Arthur Ramos, na Unesco, em Paris”.

Mário Magalhães da Silveira se tornou um dos mais importantes sanitaristas do Brasil, com importantes trabalhos de pesquisa em Manguinhos e admirável atuação à frente do Departamento Nacional de Endemias Rurais – DNRU. No primeiro governo Vargas foi assessor do ministro da Saúde, sendo responsável pelo planejamento das políticas de saúde. Durante a Segunda Guerra, quando os aliados estabeleceram um centro de comando na África, foi convidado a planejar e realizar o saneamento básico da cidade de

Casablanca, onde se localizaram os comandos aliados. Para esta missão no exterior, casou-se com Nise da Silveira, com quem vivia no Rio de Janeiro desde o falecimento de seu tio, professor Faustino. Muito discreto, foi zeloso companheiro e incentivador da cientista, poupando-a de qualquer incidente que pudesse interferir em suas pesquisas e realização de projetos, como a criação do Museu de Imagens do Inconsciente.

Sua atuação como diretor do DNRU se caracterizou por uma ordenada ação de combate às endemias rurais, tendo êxito na erradicação das doenças responsáveis pelos altos índices de morte, principalmente no Nordeste, como verminoses, peste bubônica, tuberculose, tracoma, maleita e doenças infantis.

A dra. Nise Magalhães da Silveira é referência mundial no tratamento das psicoses. Cruzando conhecimentos das áreas de psiquiatria, filosofia e dialética marxista, com profundo envolvimento com o estudo e a vivência do sofrimento dos portadores de distúrbios emocionais, a dra. se aprofundou nos estudos das teorias de Freud e Jung. A partir de estudos dos mitos, das teorias de Jung e de suas próprias experiências nos centros de tratamento psiquiátrico, faz reflexões, principalmente durante sua prisão como comunista na rua da Relação, onde testemunhou os horrores da tortura e seus efeitos sobre os companheiros de prisão, detendo-se na reflexão sobre os métodos de tratamento da chamada loucura nos hospícios onde trabalhou.

Declarava-se influenciada pela convivência em Santa Teresa com o casal Octavio e Laura Brandão, com quem partilhou o gosto pela arte, principalmente a poesia, lembrando a sensibilidade da poetisa que a despertava para a busca do belo, descoberto nas formas mais inesperadas da natureza e da vida social. Cultivou a amizade dos ativistas políticos, até tomando conta das crianças Vólia, Sattva e Dionysa, para que os pais fossem participar de atividades políticas, como os discursos nas portas de fábricas, nos sindicatos, ou nas passeatas. Quando do banimento do casal com as filhas em 1931, ela e mais três pessoas foram as únicas testemunhas na despedida da família.

Filha única de mãe pianista e pai professor, diminuía a solidão da ausência de crianças, brincando com animais de estimação. Desses amigos sua lembrança mais impactante, que a acompanhou pela vida, foi a experiência traumática e reveladora do momento em que avista sua amiguinha predileta, a Galinha Pedrês, amarrada na cozinha para ser transformada no almoço da família. Horrorizada, aproximou-se do animal que a fitou longamente, deixando escorrer uma lágrima dos olhos, comunicando o sofrimento da

não aceitação da morte. Com um grito agudo, a criança de cinco anos atraiu o pai em seu socorro, suplicando-lhe pela libertação da Galinha Pedrês. Estava definitivamente convencida da capacidade de comunicação entre os animais humanos e não humanos, se os primeiros tiverem abertura de espírito e sensibilidade, desnudando-se de barreiras de preconceito, para entrar na instância afetiva que une os seres vivos.

Pela vida afora a doutora testou essa experiência, criando a teoria do “afeto catalisador”, base de seu método terapêutico. Abominando as “certezas da ciência desprovida de sensibilidade e afeto pelo portador de distúrbios emocionais”, desenvolveu explicações sobre a importância do afeto que impede o progressivo afastamento do esquizofrênico em relação ao olhar de julgamento e condenação das pessoas que o evitam, afastamento que determina o aprofundar de sua solidão, até ser totalmente mergulhado no autismo. Para impedir essa fuga progressiva do mundo que cerca os usuários de métodos de tratamento psiquiátrico, a dra. Nise criou a categoria dos coterapeutas – gatos e cachorros soltos nas clínicas psiquiátricas. Acercando-se dos clientes que vagueiam ou se mantêm abismados em seu mundo mais íntimo, esses animais deles se aproximam, em busca de companhia e afeto. Dividindo os mesmos espaços, tornam-se parte do mundo dos clientes, transitando entre as pessoas, sem censura ou julgamento, até serem assimilados como amigos, fazendo desaparecer as barreiras que cercavam os internos num mundo de mutismo e dor.

Procurando alcançar seus clientes nas instâncias mais recônditas de seu inconsciente – no nível da pré-palavra, oferecia-lhes material nas oficinas de terapia ocupacional. Do contato com o material de pintura, escultura, desenho, tecelagem, xilogravura etc., extraía, na atividade desenvolvida, a expressão do grau de decomposição ou recomposição do equilíbrio emocional do cliente, através da análise dos traços, dos arquétipos que nasciam daquela “Emoção de lidar”.

Para a aplicação desse método, criou os ateliês do Setor de Terapia Ocupacional do hospital Pedro II no Engenho de Dentro e, na mesma instituição, o Museu de Imagens do Inconsciente, pertencentes ao Ministério da Saúde, para o tratamento de clientes internados.

Para o tratamento de clientes em alta de internamentos e para evitar reinternamentos por crises na vida familiar, em 1956 a doutora criou a Casa das Palmeiras, Clínica de Reabilitação Psiquiátrica, instituição privada e filantrópica, mantida pelas doações de colaboradores, sem vínculo de dependência com órgãos governamentais ou privados.

Autora de muitas obras e da criação também do Centro de Estudos CG Jung, durante décadas a dra. Nise atraiu estudiosos de todo o mundo, interessados no estudo de seu método. Vivendo 94 anos, pôde assistir à vitória de suas teorias, assistindo à desmoralização dos métodos violentos dos chamados tratamentos psiquiátricos com prisão de clientes em solitária, eletrochoques e lobotomia.

A reforma antimanicomial e as leis que proibiram descontos no imposto de renda, de doações de pessoas físicas a instituições beneficentes, juntamente com as leis do governo Lula sobre concessão de certificado de filantropia, estão destruindo os centros de pesquisa e aplicação do método niseano de tratamento psiquiátrico, embora sua obra continue indicação de excelência na história mundial da psiquiatria.

As efemérides do ano de 2012 também estimulam e aguçam a memória de meus tempos de Maceió, quando minha família, vindo do sertão – município de Santana do Ipanema – em 1947, me levou ao alumbramento de ver pela primeira vez o mar, até hoje espanto e medo jamais resolvidos nestes 65 anos perambulando por este mundo – “meio de Meu Deus, meio do Satanás”.

Morando na rua Dias Cabral e frequentando a igreja do Livramento, o mais importante passeio da família era ver as retretas da praça Deodoro, admirando o belíssimo conjunto arquitetônico constituído pelos belos palacetes, o deslumbrante (para mim) prédio do teatro Deodoro, o coreto onde se sentavam os músicos da banda, os jardins e as estátuas. As árvores podadas em forma de cadeiras ou animais eram verdadeiros deslumbramentos para a sertaneja acostumada com os retorcidos pés de pau da caatinga, enfeitada pelas copas verdes dos umbuzeiros e juazeiros. Há 65 anos iniciei-me numa vida de transumância entre o mundo sertanejo e os milagrosos acontecimentos da capital, convivendo com luz elétrica, bonde, água encanada, o corpo de bombeiros e a rádio Difusora de Alagoas construídos pelo governo de Silvestre Péricles de Góis Monteiro, o mesmo que, nas noites de grandes apresentações teatrais ou musicais, ficava na porta do teatro aguardando o último apito para a entrada do público quando, fazendo sinal de silêncio, encaminhava para a torrinha todos os “maloqueiros” que ficavam por ali esperando a chance de assistir ao “espetáculo”.

Naquele tempo a Queda da oligarquia Malta era apenas a história de uma guerra pouco clara para mim, a não ser certas análises apressadas que explicavam a perda de importância do sertão, a partir de então submetido ao “mando dos senhores de engenho e usineiros da zona da Mata”. Outros se

referiam ao acontecimento como uma necessidade de modernizar a capital governada por matutos do sertão. Imaginem meu espanto quando em 1959 conheci o “jovem e promissor” funcionário da Cooperativa dos Usineiros, o pesquisador Moacir Medeiros de Sant’Ana, namorando Íris, irmã de minha amiga – desde o Admissão ao Instituto de Educação em 1953, Victória Régia. Com ele aprendi coisas assombrosas como a informação de que aquele recanto que mais apreciava em Maceió, o conjunto da praça Deodoro, fazia parte do projeto de urbanização da capital, desenvolvido por Euclides Malta e seu irmão Joaquim Paulo. Mais impressionada fiquei, quando me contou que seu pai, o famoso pintor Zaluar, era casado com alguém muito próximo dos governantes depostos, com quem ele ainda era solidário. Aprendi com Moacir o valor da pesquisa histórica para se conhecer o mundo, as ações dos homens e as histórias sobre elas...

Outra reflexão sobre efemérides de 2012 me ocorre quando me lembro daquele ano 1957, porque meu raio de autonomia de deslocamento nos espaços de Maceió se ampliou para muito além de meus sonhos de liberdade de vagar pelas ruas sem o olhar controlador da família. O prédio do Instituto de Educação na Moreira Lima se tornara pequeno demais para o número crescente de moças que se candidatavam ao ingresso na maior instituição pública de ensino para mulheres. Da janela de casa na Dias Cabral minha mãe me acompanhava com o olhar até eu entrar no portão do Colégio. Há 55 anos, de repente me vi solta para experimentar outras formas de vida: Caminhava até à porta da loja dos Breda e ali tomava o ônibus que me levaria ao distante prédio do Colégio Estadual Moreira e Silva, hoje CEPA, no Farol, fim do mundo, já perto do quartel do Vigésimo BC, distância até então impensável, mesmo em meus sonhos de liberdade de voo pelo mundo... Passado o medo dos espaços conquistados, nossa turma iniciou o hábito de descermos a pé aquela distância toda, apanhando pitanga, jambo e brinco de viúva por onde passávamos, cantando as músicas de sucesso, parando na praça Sergipe para comprar bolacha na padaria da esquina. Descíamos a ladeira dos Martírios, e já estávamos na rua do Comércio na casa da Mércia, onde nos refrescávamos ouvindo música e nos arrumando para desfilar na frente do bar Central e do cinema São Luís, terminando o périplo no Relógio Oficial. Passávamos na frente do Banco do Nordeste, da livraria José de Alencar, da Singer e das Lojas Brasileiras Quatro e Quatrocentos. Às vezes íamos até à praça Pedro II, para ver o movimento na Assembleia Legislativa e os casamentos chiques na Catedral.

Um dia, fazendo greve de reivindicação de pagamento de meia passagem para estudante, no governo Muniz Falcão, tomamos a rádio Progresso e incentivamos os estudantes do Liceu Alagoano e as moças do Princesa Isabel a marcharmos até o palácio dos Martírios. A AESA, Associação dos Estudantes Secundaristas de Alagoas, fez barulhenta campanha e as reivindicações dos estudantes foram atendidas pelo governador, que nos recebeu rindo por ver as moças tão mobilizadas quanto os rapazes, naquele pleito.

Naquele dia 13 de setembro de 1957 o clima era pesadamente fúnebre. Dias antes tínhamos ido ao comício da UDN, que ameaçava de impeachment o governador. Muniz Falcão era um homem mulato, pernambucano de Araripina, muito ovacionado pela chamada “poeira de ouro”, expressão cunhada por Silvestre Péricles para se referir a seu eleitorado das pontas de rua de Maceió. Nas altas temperaturas de Alagoas, os deputados da UDN chegaram ao palanque do comício vestidos de capa, escondendo metralhadoras que os protegessem em sua disposição belicosa. Ainda hoje retine em meus ouvidos a ira de um orador que, empunhando a metralhadora, brandia a arma violentamente enquanto gritava: “O sangue vai correr no meio da perna, mas um Moleque de Araripina não governa a Terra dos Marechais!!!!!!”.

A partir daquele comício só se esperava o pior. Todas as conversas giravam em torno do cenário que se desenhava sombrio, com os deputados da situação e da oposição armados e cercados de cabras, jurando uns a votação do impeachment e outros o impedimento da votação. Governador da Bahia, o udenista Juraci Magalhães enviara a Maceió, como observador, o jornalista mais tarde famoso Márcio Moreira Alves, protagonista, como deputado federal, de manifesto contra o governo da ditadura, que em represália fechou o Congresso, através de Ato Institucional. Naquela sexta-feira 13 o jornalista saiu baleado na perna, alguns deputados foram baleados e o deputado Humberto Mendes, sogro do governador, foi assassinado.

Quando explodiu o tiroteio, o Vigésimo BC ocupou a cidade, o governador foi afastado enquanto o governo federal decretou intervenção no Estado, sendo nomeado o general Tubino como interventor.

Uma patrulha do exército chegou ao nosso Colégio num ônibus, para nos transportar em segurança para o centro da cidade, de onde nos encaminhávamos para nossas casas, não podendo ninguém circular pela cidade como curioso em busca de novidades. Embarcou conosco, como responsável pelas alunas, nosso professor de ciências, Odorico Maciel. Baixinho, empertigado no paletó e gravata, era Comodoro do Iate Clube, e se dizia que tinha ido lutar no levante de São Paulo em 1932, tendo sido baleado em

região vital, o que o mantinha solteirão. Côncio de sua responsabilidade de guardião das alunas do Instituto, chegando da ladeira, de onde se avistava o palácio, desceu solenemente do ônibus, usou a mão como proteção contra o sol, olhou de um lado e de outro, abaixou-se, levantou-se e, plantado bem no meio da ladeira dos Martírios, fez um gesto de comando para a moçada descer e acompanhá-lo. Os soldados que nos comboiavam ficaram perplexos com a explosão de gargalhadas que quase sacudiu o ônibus. Diante da cômica imagem do comandante, foi-se o medo tangido por um ataque de hilaridade que nos tornou capazes de voltar para casa, acalmando as famílias alarmadas com os riscos que poderíamos estar correndo na cidade sitiada.

Na Dias Cabral uma patrulha do exército fechava as entradas da rua em todos os cruzamentos com Santa Maria, Santos Pacheco e oitões do teatro Deodoro. Luzes apagadas, na rua escura os moradores eram meticulosamente vistoriados pelos soldados e por eles acompanhados, embaixo da mira dos mosquetões, até suas casas, recebendo ordens para fecharem portas e janelas, sendo-lhes proibida a circulação pelas calçadas.

O pronto-socorro e a Santa Casa de Misericórdia, na esquina de Dias Cabral com Santos Pacheco, recebiam as vítimas do tiroteio da Assembleia. Por trás das persianas ouvíamos a sirene das ambulâncias trazendo feridos e o barulho dos carros dos familiares procurando gente que não voltou para casa. A cidade enlutada acompanhou estarrecida o cortejo das exéquias de Humberto Mendes, preparando-se para os longos dias de espera do julgamento do processo de *impeachment* pelo Supremo Tribunal Federal, do governador eleito e deposto naquela sexta-feira 13.

Fallas provinciaes: sua relevância para a pesquisa em Alagoas

Luiz Nogueira Barros

As *Fallas Provinciaes*, Provinciais, na verdade Mensagens Governamentais, são documentos da história brasileira desde o Império, até o advento da República, chegando a 1930, digitalizadas e que estão neste resumo. Na verdade, considerava-se *Falla* o documento dos chefes políticos das Províncias, nomeados por Carta Imperial e dirigidas às Assembleias Provinciaes a partir de 1835, com as presenças dos governantes. Mais conveniente seria que as Mensagens Governamentais fossem entendidas como documentos já da República, dos governadores, portanto.

Alguns desses documentos também eram chamados de Relatórios, quando produzidos internamente, quando das passagens de administração do presidente para o vice-presidente e até mesmo, como no caso de Thomaz Espíndola que, como presidente da Câmara Municipal, de Maceió, assumiu a presidência da Província de Alagoas.

O período de maior número de transferências do poder de governar foi mais intenso de 1848 até o advento da República, no caso de Alagoas.

Alguns documentos são manuscritos, casos de Agostinho das Neves, maio de 1839, e Cansação de Sinimbu, maio de 1840.

Os documentos foram digitados, digitalizados, pela fundação americana de nome Andrew M. Mellon, em convênio com o governo brasileiro. São os que ali estão, em alguns casos faltando páginas

As *Fallas*, em microfilme, estão no Arquivo Público de Alagoas, mas servindo apenas para projeção e o que dificultaria publicação. Elas são do conhecimento do Ministério da Cultura do Brasil. Precisei baixar, via internet, exatas 8.974 páginas, em forma de imagens, para poder editar os quinze volumes que compõem os períodos históricos, com pouquíssima pesquisa, por falta de tais documentos.

Alguns relatórios apresentam página (ou páginas) com legibilidade prejudicada. Vale, entretanto, o fato de pelo menos 98% dos documentos permitirem pesquisas. Preparei um CD ROM, com programa autoexecutável, que reúne AS FALLAS, e que permite elas sejam lidas e copiadas, impressas.

A importância histórica dos documentos

1 – Um presidente da Câmara Municipal assumir como presidente da província: isso aconteceu com Thomaz Espíndola, tais as dificuldades políticas do seu tempo. Em verdade, é considerado um Relatório.

2 – Ou então, um documento que não passou pelo sistema da tipografia, comum aos demais documentos, e apenas datilografado, tal o de Macário das Chagas Rocha Lessa, abaixo, que, em 1912, substituiu Euclides Vieira Malta, então governador, que foi afastado do poder, após o episódio conhecido como O Quebra, destruição dos cultos afro-brasileiros pela Liga Republicana. Os objetos de veneração estão no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, recolhidos pelo professor Abelardo Duarte, emérito historiador e professor de medicina. Adiante, folha de rosto do documento, aqui exposto apenas como anotação.

O Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas foi fundado durante a presidência de José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, a 2 de dezembro de 1869. Anote-se: data de aniversário do imperador Pedro II. Isso poderá ser lido na *Falla* de 16 de março de 1870. E abaixo a ata de fundação do IHGAL.

Nas FALLAS o pesquisador interessado encontrará de tudo:

1. Iluminação pública.
2. Notícias sobre cemitérios.
3. Relatórios dos gastos públicos e viagens dos governantes.
4. A vida escolar com nomes de estabelecimentos e de alunos.
5. Situação e relação de escravos. Junta Comercial.
6. Guerra do Paraguai, dos Voluntários da Pátria: ajuda voluntária dos alagoanos
7. Limites territoriais, cartórios, algodão, força policial, guarda nacional, insalubridade, segurança pública, cultos religiosos, caixa beneficente, comissões pias, água potável, instituto de cegos e surdos, movimento do porto, alfândega, doações para a Guerra do Paraguai e tantos outros assuntos.

Obs: Alagoas não dispõe desse material ajustado para os dias de hoje, ou seja, quando as pesquisas foram bastante facilitadas pelas soluções rápidas da era cibernética. E mais: muitos documentos em papel não apresentaram condições apropriadas para manipulações proveitosas.

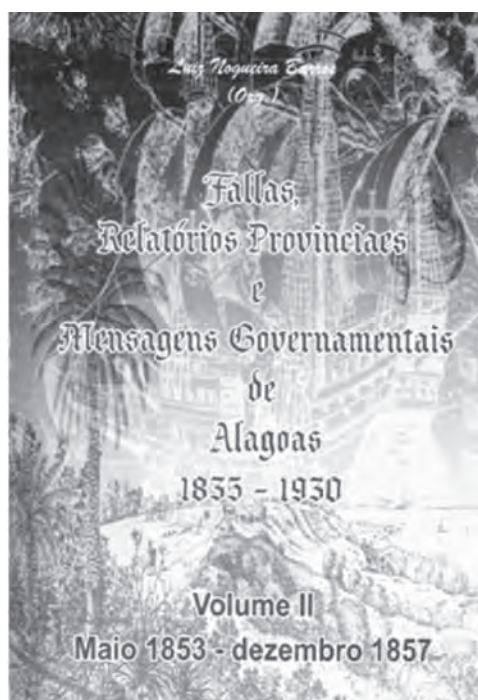
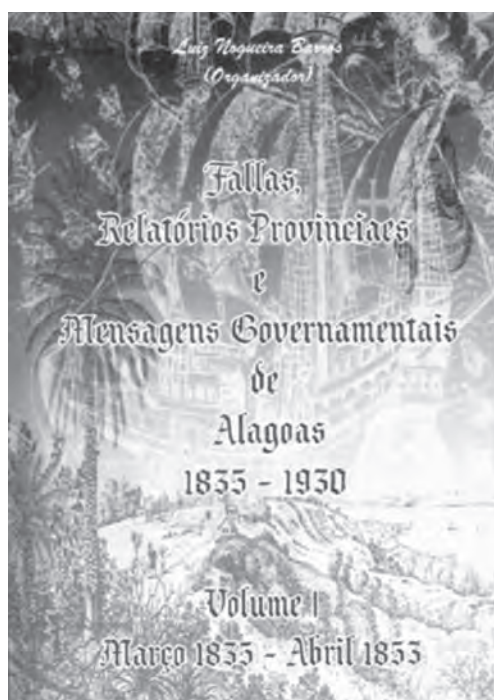
Em linhas gerais, aqui deixamos algumas sugestões para leituras. As *Fallas* são documentos de extrema importância e nelas estão todas as anotações sobre as atividades dos presidentes de província e dos governadores.

Nada lhes escapa.

Entre a Guerra do Paraguai e o advento da República, foi grande o movimento de substituições de presidentes da Província. Muitas vezes uma *Falla*, que seria um relatório e por vezes mensagem, está assinada por um vice-presidente, mas consta no nome do presidente nomeado.

Quando isso acontece, para o pesquisador, será sempre bom anotar também o nome do vice-presidente. Os exemplos são muitos e aqui ficaria cansativo citar um a um, infelizmente.

O professor Ib Gatto Falcão, quando presidente da Academia Alagoana de Letras, publicou o primeiro volume de uma coleção de quinze livros por mim organizados sobre as FALLAS. O dr. Francisco Alberto Sales, diretor da Fundação Casa do Penedo, publicou o segundo volume. Os treze volumes restantes aguardam uma nova oportunidade. Por enquanto, o CD ROM, também por mim organizado, tem servido a muitos pesquisadores.



Figuras 1 e 2: capas dos dois primeiros volumes das *Fallas* publicados e organizados pelo autor, correspondentes aos anos de 1835 a 1857, num plano de quinze. **Fonte:** Acervo do autor.

Os estudos históricos e os arquivos em Alagoas¹

Moacir Medeiros de Sant'Ana

Os estudos históricos e o Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano

Os estudos históricos em Alagoas não são, como aparentam à primeira vista, contemporâneos da fundação do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, hoje denominado Instituto Histórico de Alagoas.

É certo que o aparecimento dessa instituição, a 2 de dezembro de 1869, trouxe, aos referidos estudos, o incentivo e o desenvolvimento que lhes faltavam, atingindo o seu ponto culminante com a publicação, em dezembro de 1872, do primeiro número da sua revista.

Tendo como principal finalidade “coligir, trasladar, verificar, aclarar e publicar os documentos e tradições históricos, especialmente desta Província”, como preceituava o parágrafo 1, do artigo 1º dos antigos estatutos, nas suas sessões ordinárias eram sugeridos, pelos sócios, temas relacionados com a história alagoana, como assuntos de futuras palestras. Assim é que José Alexandre Passos, na sessão de 6 de setembro de 1872, apresentou o tema: “Quando principiou a povoar-se o território da província das Alagoas?”.

A respeito do mesmo, Olímpio Euzébio de Arroxelas Galvão teve o ensejo de se pronunciar, na reunião de 9 de novembro daquele ano, oportunidade em que leu “um documento acerca dos primeiros povoadores do rio S. Francisco e cidade de Penedo”, documento esse cujas características, infelizmente, a ata da mencionada sessão não esclarece.

Na presidência do dr. Roberto Calheiros de Melo, que dirigiu os destinos do Instituto, de 18 de novembro de 1872 até o dia do seu falecimento, ocorrido a 3 de maio de 1895, foi aquela praxe alterada, passando então o próprio presidente a propor aos sócios o estudo de determinado

¹ Republicação do título Os estudos históricos e os arquivos em Alagoas. Maceió: Imprensa Oficial (Publicações do Arquivo Público de Alagoas, 1), 1962.43 p., il. Aqui não se reproduziram nem a “Nota Explicativa” nem o apêndice do original. A Revista do Arquivo Público homenageia o ex-diretor da instituição, ao tempo em que comemora o meio século deste livro.

assunto de interesse para a história regional, pelo que a Manoel Claudino de Arroxelas Jaime foi atribuído o encargo de “historiar a construção das igrejas do Rosário e Martírios” (sessão de 11/julho/1874); a Filigônio Ave-lino Jucundiano de Araújo, dada a incumbência de “coleccionar espalhadas notícias acerca da edificação do mercado público, quartel militar e cadeia da capital” (idem, idem); a Adriano Augusto de Araújo Jorge, “a missão de narrar a fundação da enfermaria militar e fortins de São João e São Pedro” (sessão de 8/agosto/1874); a Francisco Pontes de Miranda, a de “historiar a abertura do canal da Ponta Grossa” (sessão de 22/maio/1875); a Francisco José Gomes Calaça, a “de historiar as diversas fases por que tem passado o prédio onde atualmente se acha o Liceu” (sessão de 11/março/1879) e, finalmente, a Tibúrcio Valeriano de Araújo, a de “apresentar mensalmente a resenha dos sucessos de cada dia” (sessão de 12/agosto/1879). Lamentavelmente, os citados sócios não se desincumbiram das missões que lhes foram confiadas.

Já hoje em dia não mais se utiliza, naquele Instituto, tal norma de trabalho. Os poucos estudos históricos publicados em sua revista são resultados de pesquisas espontâneas procedidas por seus sócios, independentes de programação oficial.

As primeiras publicações sobre a história de Alagoas

O primeiro trabalho sobre Alagoas, de natureza histórica – na verdade histórico-geográfica –, não é de autoria de alagoano. Intitulado “Opúsculo da descrição geográfica e topográfica, física, política e histórica, do que unicamente respeita à província das Alagoas no império do Brasil”, foi impresso no Rio de Janeiro, na Tipografia de Berthe e Haring, em 1844, debaixo do pseudônimo UM BRASILEIRO, que se presume pertencer a Antônio Joaquim de Moura, natural do Rio Grande do Norte, que governou Alagoas, com ligeira interrupção, de 15 de maio de 1835 a 23 de agosto de 1836.

Por outro lado, o “Esboço histórico, geográfico e administrativo da província das Alagoas”, escrito por José Alexandrino Dias de Moura e incluído em um relatório do dr. Manoel Pinto de Souza Dantas,² veio a lume alguns meses antes da Geografia de Tomaz do Bomfim Espíndola, a primeira obra histórico-geográfica, de alagoano, publicada na província, cuja edição

² Relatório com que o exmo. snr. dr. Manoel Pinto de Souza Dantas presidente da província das Alagoas entregou a administração da mesma província no dia 24 de abril de 1860, ao primeiro vice-presidente dr. Roberto Calheiros de Mello. Maceió: Tipografia Comercial de A. J. da Costa, 1860.

inicial data de 1860, concluindo-se, assim, que o Esboço em evidência foi o segundo trabalho no gênero escrito a respeito da nossa antiga província, e o primeiro nela impresso. O seu autor foi, durante muitos anos – a partir de 1849 –, Secretário do Governo provincial, não se tendo limitado apenas a essa publicação. Posteriormente, em 1869, deu à estampa os seus “Apontamentos sobre diversos assuntos geográfico-administrativos da província das Alagoas”, incluídos no relatório daquele ano os do dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, presidente da província, impressos em Maceió, na Tipografia Comercial de A. J. da Costa.

Natural de Mato Grosso, além de Secretário do Governo – nomeado por Carta Imperial de 22 de janeiro de 1849 –, Dias de Moura foi lente de inglês do antigo Liceu Alagoano, tendo ainda ocupado anteriormente o cargo de diretor da Instrução Pública.

Era bacharel em ciências jurídicas e sociais, pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde colou grau no ano de 1848, vindo a falecer nesta capital, no dia 11 de junho de 1875.

A família histórica alagoana

Antes de criado, em 1869, o Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, já existiam aqui cultores da história regional. E pelo menos três deles podem ser apontados como pioneiros alagoanos de tais estudos: SILVÉRIO Fernandes de Araújo JORGE (1817-1893), José Próspero Jeová da SILVA CAROATÁ (1825-1890) e TOMAZ do Bomfim ESPÍNDOLA (1830-1889). Destes, apenas o último publicou um livro de caráter histórico-geográfico – *Geografia, física, política, histórica e administrativa da província das Alagoas*,³ que teve uma segunda edição aumentada e sob novo título publicada – *Geografia alagoana ou descrição física, política e histórica da província das Alagoas*.⁴ Os dois outros não chegaram a enfeixar em volume os seus escritos históricos; Silva Carotá estampou em 1864, durante vários dias, no *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro, a “Memória descritiva e estatística do rio de São Francisco”, tendo também publicado, a “Crônica do Penedo”.⁵ Quanto a Silvério Jorge, que foi, por sinal, o primeiro presidente do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, publicou no *Mercantil*, de Maceió, uma série de artigos com o título “Apontamentos para a história das Alagoas”. Este pelo menos é o nome

³ Maceió, Tipografia do Jornal de Maceió, 1860.

⁴ Maceió, Tipografia do Liberal, 1871.

⁵ *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*, Maceió, v. 1-3, 1872-1873. Esse trabalho foi escrito em 16 de março de 1872 e lido em sessão do Instituto.

do escrito publicado naquele período, exemplar de 31 de outubro de 1864, citado por Tomaz do Bomfim Espíndola, sem indicação de autor, à página 213 da segunda edição da sua obra histórico-geográfica. Contudo, a atribuição da autoria da série “Apontamentos para a história das Alagoas” prende-se a uma referência feita por Dias Cabral na sua “Exqu岸 rápida acerca da fundação de alguns templos da vila da Santa Maria Magdalena da Lagoa do Sul...”,⁶ atinente a “apontamentos coordenados pelo sr. desembargador Silvério Jorge e publicado no nº 112 do *Mercantil* em 1864”.

O jornal *Mercantil*, aqui surgido no ano de 1863, redigido pelo padre Amâncio das Dores Chaves e pelo professor Felinto Elísio da Costa Cutrim, é de se presumir, constituiria, caso existisse a sua coleção, um grande repositório de informes para a nossa história. Nele foram publicadas, pela primeira vez, a escritura de doação de terras a Manuel Antonio Duro, datada de 25 de novembro de 1611 e a de confirmação de doação de terras à confraria de N. S. da Conceição (das Alagoas), de 7 de agosto de 1656, transcritas por Tomaz Espíndola na edição de 1871 da sua *Geografia*, e por Melo Moraes, respectivamente no *Brasil Histórico* de nº 25, de 26 de junho de 1864, e no exemplar nº 16, de 24 de abril de 1864, de *O médico do povo na Terra de Santa Cruz*.

Silvério Jorge, conforme ata da sessão do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, de 19 de julho de 1872, chegou a oferecer ao mesmo quinze números do *Mercantil*, que provavelmente inseriam trabalhos da sua lavra.

Infelizmente, apenas existe na hemeroteca do atual Instituto Histórico de Alagoas um único exemplar desse jornal, o nº 37, do ano II, de 28 de março de 1864, que não encerra, em suas colunas, nenhum escrito daquela natureza.

Afora Tomaz Espíndola, Silvério Jorge e Silva Carotá, fazem parte da família histórica alagoana, entre outros, Alexandre José de MELO MORAES (1816-1882), PEDRO PAULINO da Fonseca (1829-1902), João Francisco DIAS CABRAL (1834-1885), NICODEMOS de Souza Moreira JOBIM (1836-1913), OLÍMPIO Euzébio de Arroxelas GALVÃO (1842-1882), ADRIANO Augusto de Araújo JORGE (1842-1901), Manoel Baltazar Pereira DIÉGUES JÚNIOR (1852-1922), TEOTÔNIO RIBEIRO e Silva (1855-1929) e, mais recentemente, João CRAVEIRO COSTA (1871-1934), ALFREDO de Barros Loureiro BRANDÃO (1874-1944), Francisco Henrique MORENO BRANDÃO (1875-1938) e Manoel WENCESLAU DE ALMEIDA (1883-1936), para citarmos apenas os mortos.

⁶ Idem, idem, v. II, n. 11m dez. 1970, p. 3.

Cônego Teotônio Ribeiro: a destruição dos seus escritos

O cônego Teotônio Ribeiro, “conhecedor como poucos das minúcias históricas da região alagoana”,⁷ doutor em teologia pela Universidade Gregoriana de Roma, não chegou a reunir em volume as suas perquirições históricas, em grande parte publicadas, as mais das vezes sem assinatura, no órgão católico maceioense – *O Semeador*.

Além da história de várias paróquias do interior, deixou ainda, inédito, um dicionário de brasileirismos em uso em Alagoas.

O historiador traipuense – e não penedense como alguns supõem – faleceu na cidade de Penedo, a 19 de junho de 1929, em quase completo esquecimento.

José Gama, então diretor do periódico penedense *A Semana*, e d. Alice Santos, zeladora da Irmandade de Santo Antônio, foram os únicos a assistir aos seus últimos instantes. E o próprio cônego Ribeiro, como era conhecido, oito dias antes da sua morte, em seu leito de enfermo, queixou-se àquele jornalista “do desprezo em que se achava, esquecido por aqueles que se diziam seus amigos, distinguindo apenas uns seis, que ainda não o tinham abandonado e que continuavam a lhe prestar seus serviços dos quais tanto carecia”.⁸

Manuel Diégues Júnior, quando do preparo da sua obra *O banguê nas Alagoas*, teve o ensejo de examinar os escritos da lavra de Teotônio Ribeiro, então em poder do professor Leônidas Souza, o conhecido professor Lula. Tais manuscritos, excetuando-se o já mencionado dicionário de brasileirismos, cujo paradeiro se ignora, foram incinerados, após o falecimento daquele professor, por pessoas não esclarecidas.

Dias Cabral e Wenceslau de Almeida: a história através de documentos

Dentre os historiadores conterrâneos falecidos, dos que não reuniram em livro o produto das suas pesquisas, sobressaem os nomes de Dias Cabral e Wenceslau de Almeida, ambos profundos conhecedores das fontes da história alagoana e dotados de grande capacidade crítica e imaginação investigadora.

⁷ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *O banguê nas Alagoas*. Rio de Janeiro: Edição do Instituto do Açúcar e do Alcool, 1949, p. 12.

⁸ GAMA, José. Um grande sacerdote. *A semana*, Penedo, 3 jul. 1929.

Dias Cabral, que infelizmente iniciou bastante tarde os seus estudos históricos, não integrava a classe dos historiadores infensos aos documentos, apaixonados pela tradição oral, sempre repleta de fantasias, desses que produzem “mais histórias do Brasil do que história do Brasil”, para usar da expressão de Capistrano de Abreu. Para o grande maceioense, a “história não pode ter por fundamento a credence da lenda; requer exame e estudo, sem o que nunca passará da região fantasista ao domínio da ciência”.⁹ Por isso mesmo os seus escritos de natureza histórica, quase todos publicados na revista do atual Instituto Histórico de Alagoas, foram calcados em documentos, dos arquivos da Câmara Municipal de Maceió, da antiga Secretaria do Governo, da Tesouraria da Fazenda Provincial e do então Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, do qual foi seu secretário-perpétuo desde a sua fundação, em 1869, até o dia da sua morte, a 19 de julho de 1885.

Quanto a Wenceslau de Almeida, este dos nossos dias, foi, sem favor algum, o nosso pesquisador mais arguto.

Assassinado na sede de seu juizado de direito, em Viçosa, no dia 29 de março de 1936, além de trabalhos inseridos em jornais e revistas de seu tempo,¹⁰ deixou inédita uma monumental obra sobre a história administrativa, judiciária e territorial dos municípios alagoanos.

Apesar de praticamente ignoradas em Alagoas as suas brilhantes qualidades de historiador, paradoxalmente as mesmas chegaram a atravessar as fronteiras da província. Afonso de Escragnole Taunay, por exemplo, autor da *História geral das bandeiras paulistas*¹¹ não desconhecia a sua erudição histórica. É que Wenceslau de Almeida manteve, com ele, correspondência intensa, prestando-lhe valiosa ajuda quando do preparo daquele trabalho, fundamental para o estudo do bandeirismo. E o consagrado historiador catarinense não deixou de lhe fazer justiça, reconhecendo a importância da sua colaboração, inclusive no Prefácio do tomo 7º, da sua aludida obra, publicado em 1936. Pouco depois do trágico desaparecimento do grande alagoano.

⁹ Relatório dos trabalhos do ano de 1880. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*, Maceió, v. II, n. 16, jun. 1883, p. 211.

¹⁰ A 30 de junho de 1936 o cônego Luiz Barbosa pôs à disposição do nosso Instituto Histórico o arquivo particular de Wenceslau de Almeida, que lhe havia sido ofertado por familiares do mesmo. Infelizmente, àquela instituição não foram oferecidos os originais do trabalho até hoje inédito, em mais de um volume – *Os municípios do Estado de Alagoas*. E, só agora, vinte e seis anos depois [1962], vai ser entregue um desses volumes – já que do outro (ou dos outros) ignora-se o paradeiro – pela família do falecido historiógrafo Aminadab Valente, que o legou ao Instituto Histórico de Alagoas. Estampamos, no final deste ensaio, umas *Achegas a uma bibliografia de Wenceslau de Almeida* [esta *Revista* não as anexou adiante].

¹¹ São Paulo, Tipografia Ideal e Imprensa Oficial do Estado, 1924-1950, 11 v.

São do prólogo citado os tópicos que seguem, alusivos ao historiador capelense:

Homem sobremodo inteligente e culto, apaixonadamente estudava os fastos do seu Estado natal, cujo passado conhecia notavelmente.

Tomou a iniciativa de escrever-me propondo-se a me auxiliar ‘quando tivesse de me ocupar de Palmares’. E se gentilmente o prometeu, extraordinariamente o cumpriu.

Forneceu-me a mais longa documentação local, difícil de se obter, e com o mesmo fim realizou pesquisas especiais nos cartórios alagoanos. Graças às suas indicações pude por exemplo realizar a identificação do expugnar dos Palmares dentre os diversos Domingos Jorge Velho conhecidos nos fastos do bandeirismo, dissipando-se um enigma da história brasileira. Preciosamente conservo as suas longas cartas e transcrições de documentos inéditos, excelentes para o estudo da campanha palmareense.

O maior aperto de coração trouxeram-me as três linhas lacônicas do *Jornal do Comércio* noticiadoras do fim cruel do meu tão gentil quanto culto informante, desaparecido, além de tudo, do modo o mais injusto, segundo informação fidedigna ultimamente recebida de ilustre escritor nordestino.

Aí está, pois, a consagração do historiador que foi, além do mais, o único a estampar um estudo acerca das sesmarias alagoanas. Nesse seu escrito ressalta a necessidade da consulta das cartas de sesmarias, que se torna mais patente, mais sensível, quando se tem em vista uma história estritamente regional, como seja a da formação dos municípios, a da origem das cidades, vilas e povoados.

É uma tarefa que se impõe, a de reunir os escritos esparsos desse historiador completo, que se chamou Manoel Wenceslau de Almeida.

Pesquisas em cartórios alagoanos

Os cartórios alagoanos mais antigos são os de Porto Calvo, Penedo e Alagoas (atual Marechal Deodoro), localidades de onde se estendeu o povoamento do atual Estado de Alagoas.

No longínquo ano de 1749, na então vila de Porto Calvo, existia um tabelionato, exercido por Manoel de Freitas Lima; na de Alagoas, dois ocupados por Manoel Pires da Sylva e Antonio Maciel de Lima e, finalmente, na de Penedo, também dois tabelionatos, sendo que deles era tabelião Simão de Araújo, que acumulava as funções de escrivão da Câmara e da Almotaçaria.¹²

Nos princípios de 1816, segundo nos informa Ayres do Casal, em Porto Calvo, Alagoas e Atalaia existiam “dois tabeliões do público, judicial e notas: ao primeiro dos quais estão anexos os ofícios de escrivão da Câmara, sisas e almotaçarias (almotaçarias); ao segundo pertence o ofício de escrivão dos órfãos”.¹³

Raros foram os estudiosos do passado alagoano a realizarem investigações de vulto em nossos cartórios. E é bem provável que apenas Wenceslau de Almeida, Mario dos Wanderley, Aníbal Lima e Manuel Diégues Júnior tenham, aqui, empreendido semelhantes buscas.¹⁴

Das pesquisas de Wenceslau de Almeida, já nos ocupamos; quanto às de Manuel Diégues Júnior, vieram ao nosso conhecimento através de uma referência de Afonso Taunay, feita no tomo 8º de sua *História geral das bandeiras paulistas* (p. 196), em que menciona uma “pública forma de sesmaria de Domingos Jorge Velho”, achada por aquele estudioso alagoano, dentro de um velho processo do foro do atual município de Rio Largo. Das buscas efetuadas por Aníbal Lima e Mario Wanderley, tivemos notícia por intermédio deste, no quarto artigo de uma série de seis, publicada nos dias 23 e 30 de janeiro, 7 e 14 de fevereiro, 1 e 15 de março de 1924, no *Jornal de Alagoas*, com o título “Limites entre Alagoas e Pernambuco; um litígio secular”.¹⁵ É de se presumir, todavia, que as investigações destes dois tenham se restringido unicamente a documentos de interesse para o desfecho da questão de limites entre o nosso Estado e de Pernambuco, sendo que alguns dos documentos chegaram a ser citados por Mario dos Wanderley no seu mencionado trabalho, como a carta de sesmaria de vinte léguas de terras ao norte do Panema, de Nicolau Pacheco Aranha, datada de 1658, na região que compreende hoje os municípios de Água Belas Buíque; carta de sesmaria de trinta léguas de terras da família Bur-

¹² *Informação geral da capitania de Pernambuco: 1749*. Rio de Janeiro, Of. de Artes Gráficas da Biblioteca Nacional, 1908, p. 356-7.

¹³ CASAL, Pe. Manuel Ayres do. *Corografia brasílica*. São Paulo, Ed. Cultura, 1934, t. II, p. 136.

¹⁴ Algumas referências feitas por Thomaz Espíndola na 2ª edição da sua *Geografia alagoana* leva-nos a supor que este chegou a realizar buscas em velhos cartórios alagoanos. O mesmo se deu com Djalma Mendonça, que também efetuou algumas pesquisas em cartórios quando da elaboração da sua *Monografia do município de Mata Grande* (Maceió, Casa Ramalho Editora, 1955).

¹⁵ Depois da publicação deste trabalho, o *Jornal de Alagoas* estampou uma série de documentos, de baixo do título “Para a história de Alagoas; importantes documentos que muito interessam aos estudiosos da nossa história”, durante os dias 12, 16, 24 abr. e 28 maio 1924, peças essas que integravam um auto encontrado aqui, em Maceió, provavelmente também por Mário dos Wanderley.

gos, a qual não consigna a data; escritura de venda de terras a Manoel da Cruz Vilela, de 1712, entre outros. A propósito do litígio, vale adiantar que o então Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano chegou a oficialar, em 1918, uma correspondência ao dr. Gastão da Cunha, embaixador plenipotenciário do Brasil em Portugal, solicitando uma cópia do “decreto da criação da comarca das Alagoas, o que dizem foi levada a efeito em 1696 por d. Pedro II de Portugal, outros que por alvará régio de 9 de outubro de 1706, havendo ainda a opinião de se ter dado o fato em 1711”, bem como uma outra do decreto de 16 de setembro de 1817, que constitui a comarca das Alagoas em capitania independente. Na aludida correspondência, aquele Instituto acrescentou ainda que “esses documentos se devem achar na Torre do Tombo”.

Acerca do resultado das pesquisas efetuadas naquele arquivo português, guarda o Instituto Histórico de Alagoas cópia de uma comunicação de José Antônio de Freitas, dirigido ao dr. Gastão da Cunha, datada de Lisboa, 30 de julho de 1918, (doc. N. 608, maço X), na qual aquele provável funcionário da nossa embaixada informa haver efetuado, de sua ordem, minuciosas mas infrutíferas investigações na Torre do Tombo, com o auxílio do sr. Pedro d’Azevedo, conservador do arquivo e sócio da Academia de Ciências de Lisboa, bem assim no acervo do antigo Arquivo Ultramarino, aonde estendera as suas pesquisas.

Ligeiro apanhado da situação dos arquivos alagoanos

É de se lamentar o que ocorre com as principais fontes da história alagoana. Quase todos os nossos arquivos acham-se destruídos ou em vias de desaparecerem, vítimas não somente da incúria administrativa, como também da destruição proposital, criminosa, em períodos de agitação política.

A 2 de dezembro de 1869, o então presidente da província, dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, o idealizador do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, no seu discurso proferido no ato da instalação do mesmo, no Palácio do Governo, teve a oportunidade de fazer o primeiro pronunciamento oficial sobre o estado deplorável das nossas fontes documentais, ao asseverar que “dos arquivos da municipalidade e até dos cartórios tem se extraviado uma grande cópia de documentos antigos”, acrescentando, ainda, que “em Porto Calvo constou-me que o incêndio praticado pelos cabanos¹⁶ consumiu papéis de importância, incontestável”.

¹⁶ A sedição que se denominou *Cabanada*, uma consequência da abdicação de D. Pedro I, iniciada em 1832, na presidência de Manoel Lôbo de Miranda Henriques, terminou no ano de 1835, no início do período presidencial de Antônio Joaquim de Moura.

O presidente José Bento Júnior, com a sua grande preocupação pelas coisas do espírito, fugiu aos moldes das administrações dos seus antecessores.

No setor cultural não lhe cabem apenas os louros pela fundação do atual Instituto Histórico de Alagoas. Antes da criação desta entidade, pretendeu realizar um levantamento das nossas igrejas e capelas mais antigas; um tombamento do acervo de arquivos de Câmaras Municipais, indo mais além, solicitando às mesmas “quaisquer memórias de acontecimentos notáveis e de importância histórica”,¹⁷ concernentes aos respectivos municípios. Assim é que, a 6 de fevereiro de 1869, dirigiu José Bento Júnior um ofício-circular (ratificado por outro de 20 de setembro) às Câmaras das Alagoas (Marechal Deodoro), Porto Calvo e Penedo, os mais antigos pontos de onde se expandiu o povoamento das Alagoas.

Infelizmente, porém, a Câmara Municipal da Vila de Porto Calvo, “dentre as mais antigas a que me dirigi, foi a única que me satisfaz as exigências do ofício de 20 de setembro de 1869): 1) a relação de todos os livros existentes em seu arquivo, com declaração do objeto a que são consagrados, e do ano que começam a servir; 2) cópia das posturas aprovadas pela Assembleia; 3) a relação das igrejas e capelas do município, sem declaração das datas de fundações, porque não constam do arquivo”.¹⁸

As judiciosas providências tomadas por José Bento Júnior a respeito dos arquivos das Câmaras tiveram sua origem, ao que parece, em uma opinião de Silvério Jorge, seu antecessor, formulada no relatório com que passou o governo da província,¹⁹ quando declarou achar necessário, “antes de tudo ajudá-las (às Câmaras Municipais), na melhor confecção de suas posturas e fazer que *conservem em boa guarda seus arquivos*” (o grifo é nosso).

Na correspondência da Câmara de Porto Calvo, que capeou as informações pedidas pela presidência da província,²⁰ através da mencionada circular de 6 de fevereiro de 1869, vem consignado que a cópia do foral daquela Câmara deixava de ser remetida em virtude de encontrar-se desa-

¹⁷ Livro de registro da correspondência dirigida às Câmaras e diversas autoridades. 1866-1872, f. 106 e verso, pertencente ao Arquivo Público de Alagoas.

¹⁸ *Relatório lido perante a Assembleia Legislativa da província das Alagoas no ano de sua instalação em 16 de março de 1870, pelo presidente da mesma o Exm. sr. dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior*. Maceió, Tipografia Comercial de A. J. da Costa, 1870, p. 62.

¹⁹ *Relatório com que o Exm. sr. dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, presidente da província das Alagoas, entregou a administração da mesma província ao dr. Silvério Fernandes de Araújo Jorge, 1º vice-presidente*. Maceió, Tipografia Comercial de A. J. da Costa, 1868.

²⁰ O dr. José Bento Júnior ofereceu ao nosso Instituto Histórico uma cópia da aludida correspondência da Câmara de Porto Calvo, que se acha no seu arquivo, fichada sob nº 1.314, maço XVIII. No Relatório de José Bento Júnior, de 1870, vêm transcritas nos Anexos, as relações dos livros do arquivo da Câmara da vila de Porto Calvo e das igrejas e capelas do município.

parecido do arquivo, desde a Cabanada, o livro em que se achava o mesmo registrado.

Da “Relação dos livros existentes no arquivo da Câmara da vila de Porto Calvo...” extraímos os nomes de alguns dos seus códices mais importantes:

1 Livro de registro dos provimentos das audiências dos ouvidores. Teve princípio no ano de 1707.

1 dito de registro dos atos de demarcação de meia légua de terras do patrimônio da Câmara, e bem assim registro dos títulos expedidos pela Câmara por aforamentos e arrendamentos de partes dos terrenos que no município formam o seu patrimônio. – Teve começo em 1767. (Faz parte também da citada Relação, um outro livro para o mesmo mister, iniciado em 1861, e não em 1801 como registra Tomaz Espíndola à p. 204 de sua Geografia, edição de 1871).

1 dito de registro de provisões de oficiais de justiça, juízes e escrivães da vintena, e mais empregados da justiça, bem como de vigários encomendados e colados, professores públicos etc. – Teve princípio em 1796.

1 dito de lançamento das correições da Câmara. – Teve princípio no ano de 1805.

1 dito de lançamentos das contas tomadas aos procuradores da Câmara. – Teve começo no ano de 1805.

1 dito de registro das leis, decretos, alvarás, cartas régias, cartas de sesmaria e cartas patentes de oficiais de ordenanças. – Teve princípio no ano de 1808.

1 dito de registro dos oficiais e ordens recebidas pela Câmara, bem como das patentes de oficiais de milícia. – Teve princípio no ano de 1811.

Como se verifica, naquele ano de 1869 já não existia naquele arquivo, um só livro iniciado no século XVII, e apenas três do século XVIII. E esses mesmos terão chegado aos nossos dias?

O antigo arquivo da prefeitura de São Miguel dos Campos, a exemplo do que ocorreu com o de Porto Calvo, foi incinerado por um grupo armado, algum tempo após a deposição do governador Gabino Besouro, ocorrido no

dia 16 de julho de 1893; o rico arquivo municipal de Viçosa foi destruído completamente em 1906, nas vésperas de uma eleição governamental; em Atalaia, certo juiz, para desocupar um armário da municipalidade local, fez jogar na rua, como imprestáveis, os documentos ali depositados, a maioria deles, sem duvida alguma, de grande importância histórica. Idêntico destino teve o arquivo da prefeitura de Maragogi. O arquivo de documentos tricentenários da nossa antiga capital, a ex-cidade das Alagoas, atual Marechal Deodoro, somente não foi incinerado certa ocasião, por ordem de um chefe de Estado, porque o funcionário encarregado de tal missão resolveu, por conta própria, vender toda aquela papelada a peso, tendo sido a mesma, por uma questão de sorte, adquirida pelo benemérito Bonifácio Silveira e em 1944 comprada a este pelo nosso Instituto Histórico, se bem que bastante desfalcada. Em Penedo, durante a revolução de 1930, destruíram, a fogo, com os mais recentes, o que porventura restava dos documentos tricentenários do município, já que os holandeses incendiariam, quando da ocupação daquela localidade, em março de 1637, os documentos então existentes nos cartórios e no arquivo da municipalidade.

Até mesmo o arquivo da prefeitura de Maceió não escapou à regra geral, uma vez que não se acha intacto. Acerca do lamentável estado deste último arquivo nos põe a par Bráulio Fernandes Tavares no seu “Relatório sobre as ruas, travessas, becos, praças e estradas de Maceió...”²¹ ao chegar “à conclusão tristíssima de se achar desfalcado o Arquivo Municipal da capital, onde se achavam tantas preciosidades históricas, segundo informou-me pessoa competente”.

Quando das pesquisas efetuadas por Fernandes Tavares naquele arquivo, dos livros de atas da antiga Câmara Municipal apenas foram ali encontrados dois, concernentes ao período de 1846 a 1876 e um registro de leis municipais de 1897 a 1911.

Sabemos, felizmente, do paradeiro de um dos mais importantes códices, o “Livro de registro da aclamação da vila de Maceió e outros atos posteriores, de 1816 e 1828”, que se encontra em poder do Instituto Histórico de Alagoas.²²

Wenceslau de Almeida, no prólogo da sua referida obra sobre “Os municípios do Estado de Alagoas”, esclarece que, “entre os livros extraviados (do Arquivo Municipal) escaparam felizmente três respeitantes ao período

²¹ Maceió, Tipografia Comercial, 1911.

²² Oferecido ao Instituto Histórico de Alagoas pelo então Conselho Municipal, na gestão do intendente Firmino de Aguiar Vasconcelos, por lei nº 59, de 10 de abril de 1917, acha-se catalogado no arquivo daquela instituição, sob nº 70, maço III.

de 1817 a 1832, bem que em mau estado de conservação. Escapou igualmente o registro da correspondência enviada pela primeira Câmara de Maceió, provisão, diplomas, etc.”.

Presumimos – e fazemos votos para que assim seja – encontrarem-se os códices a que acabamos de nos referir, em poder do nosso Instituto Histórico, junto aos documentos ainda não catalogados.

O arquivo desse Instituto, se bem que não seja bastante opulento, guarda uma apreciável quantidade de documentos.

Como os demais arquivos alagoanos, é pobre no que se refere a códices dos séculos XVII e XVIII. Do primeiro século citado somente possui o “Livro de escrituras dos escrivães Barnabé do Couto e Manoel Rodrigues da Fonseca, de 1610 a 1664” e o “Segundo livro de vereações da câmara da vila de Santa Maria Magdalena da Lagoa do Sul, contendo o registro de ordens régias, patentes e diversas providências, de 1666 a 1681”, fichados sob ns. 302 e 301, respectivamente; do século XVIII, apenas documentos esparsos.

Dentre os seus códices ainda não catalogados registramos, aqui integram a chamada “Coleção Bonifácio Silveira”, adquirida por este, como já tivemos a oportunidade de adiantar, na antiga cidade das Alagoas: dois livros de registros de cartas patentes, de 1817-1825 e 1822-1829; um de registro de sesmarias, de 1819-1821; quatro de atas da Assembleia Legislativa Provincial, de 1835-1843 (estes, encadernados e fichados como impressos, sob ns. 27-9-7736 a 27-9-7739); dois de registro de cartas de colação e provisões dos vigários das freguesias da província das Alagoas, de 1833-1854 e 1854-1868; um de registro de portarias do governo da província, de 1824-1843 e, finalmente, um de atas de sessões da Câmara Municipal das Alagoas, de 1837-1841. É pena que os documentos pertencentes a essa coleção, anteriores ao século XIX, tenham sido, em sua totalidade, colados por Bonifácio Silveira em álbuns que denominou – “Autógrafos e firmas seculares”, os quais encerram uma enorme quantidade de autógrafos, quase sempre sem o texto do respectivo documento.

Grande número dos documentos obtidos por Bonifácio Silveira²³ foi por este transcrito na *Gazeta de Alagoas*, debaixo da assinatura B. SILVEIRA ou simplesmente com as iniciais B. S., em duas seções intituladas “Velharias” e “Patrimônio Histórico”. A primeira delas começou a ser publicada a 25 de julho de 1937, e continuou a sair nas páginas daquele jornal, comumente aos domingos, até 29 de abril de 1945. Já a outra, saía em dias alternados, tendo aparecido pela primeira vez a 23 de maio de 1938 e, pela última, a 18 de maio de 1945.

²³ Bonifácio Silveira faleceu em Marechal Deodoro no dia 10 de agosto de 1945.

Manuel Diégues Júnior foi o primeiro a aproveitar o riquíssimo manancial de informações históricas que constituem as duas seções a que acabamos de nos referir, quando do preparo da sua já citada obra *O banguê nas Alagoas*.

E os arquivos eclesiásticos, principalmente os mais antigos, que são os de Porto Calvo, Marechal Deodoro (ex-Alagoas) e Penedo, em que estado de conservação se encontram? Alguns deles, fora de dúvidas, estão desfalcados de documentos de valor, tal é o caso do arquivo de uma das mais vetustas igrejas da ex-cidade das Alagoas, “que certo vigário, ao que me informa pessoa de grande conceito, mandou queimar”.²⁴

O antigo arquivo paroquial de Camaragibe, segundo nos informa Aníbal Lima, foi “arrastado pela torrente de grande cheia que aqui houve anos atrás”.²⁵

Os documentos dos antigos cartórios alagoanos terão escapado à destruição causada pelo tempo e pelo homem?

É provável que muitos deles se encontrem devastados, não possuindo sequer uma guia destinada à procura dos documentos do seu acervo.

De um dos nossos cartórios conhecemos talvez a única publicação, no gênero, aqui estampada: “Indicador para uso da busca de livros, de autos ou de quaisquer processos pertencentes ao cartório de órfãos e do segundo tabelionato do termo do Passo de Camaragibe”.

Organizado por Saturnino Antônio Alvares de Souza, na época escrevão interino, foi impresso em 1882, na Tipografia do “Camaragibe”, na cidade do Passo.

Brochura de 64 páginas, hoje em dia raríssima, nela foram arrolados os inventários, autos civis, comerciais e criminais, bem como todos os livros então existentes naquele cartório.

O documento mais antigo ali consignado data de 1815, se bem que o 1º Tabelionato Passo tenha sido criado a 30 de janeiro de 1834.²⁶ É que o referido cartório passou a ser depositário de documentos outrora pertencentes ao termo de Porto de Pedras, criado naquele ano de 1815,²⁷ ao qual pertenceu juridicamente Passo de Camaragibe, até 28 de 1852, data em que foi criado o termo.

²⁴ COSTA, Craveiro. *Indicador geral do Estado de Alagoas*. Maceió, Tipografia Comercial, 1902, p. 267.

²⁵ LIMA, Aníbal. Desvendando o passado; a freguesia de Camaragibe. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 10 jun. 1926, sob as iniciais A. L.

²⁶ FONSECA, Pedro Paulino da. “Alagoas; notários públicos, provimentos”, notas inéditas, do arquivo do Instituto Histórico de Alagoas, doc. n° 1.328, maço XVIII.

²⁷ O 1º tabelionato de Porto de Pedras foi criado pelo Alvará de 15 de dezembro de 1815, conforme Pedro Paulino da Fonseca no trabalho acima consignado.

Deixamos para falar, por último, no acervo do antigo Arquivo Público Estadual, repartição extinta, composto em grande parte de documentos centenários pertencentes à Secretaria de Governo da ex-província, impressos em manuscrito, inadequadamente depositados nos porões do palácio do governo, atacados pelo mofo, cupim e traça.

Para que se possa ter uma ideia da importância dessa documentação, que data do período de 1819-1935, basta dizer que ali se acham mais de 3 mil volumes, entre os quais livros de juramento ou de promessa legal; processos de demarcação de terras; registros de cartas de concessão de sesmarias; correspondência ativa e passiva de presidentes da província, governadores do Estado e outras autoridades, trocada com os ministros de Estado, não só do Império como também da República, com autoridades civis, militares e eclesiásticas; autógrafos de leis e decretos, tanto provinciais como estaduais, etc. etc.

A antiga Secretaria do Governo, organizada no período governamental do tenente-coronel Sebastião Francisco de Melo e Póvoas, neto do marquês de Pombal, começou a funcionar no ano de 1819, na então vila de Maceió, – para onde transferira aquela autoridade a sede do governo da província, mesmo antes da mudança da capital, ocorrida em dezembro de 1839 – no mesmo prédio que serviu, na época, de palácio do governo, o sobrado do rico comerciante português Francisco José da Graça construído na rua do Comércio, esquina com a atual Senador Mendonça, demolido em 1912.

Este acervo já se acha incorporado à Seção de Documentação Histórica do ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS, órgão criado pela Lei nº 2.428, de 30 de dezembro de 1961.²⁸

Criação de um arquivo público em Alagoas: uma velha ideia

Vem de longa data a ideia da criação de um Arquivo Público em Alagoas.

Em 1929, o decreto nº 1.324, de 31 de agosto, determinava que, enquanto não fosse criado, remeteriam os livros findos do Registro Público à Secretaria do Interior. Entretanto, vamos encontrar no longínquo ano de 1839 a primeira referência acerca da criação de um Arquivo Público em Alagoas, no artigo 3º do Regulamento da Secretaria do Governo da então província, expedido a 11 de março daquele ano, pelo presidente Agostinho da Silva Neves, do qual consta que a aludida Secretaria teria “as salas precisas

²⁸ O Arquivo Público de Alagoas já possui Regimento Interno, estabelecido pelo Decreto nº 1.004, de 27 de janeiro do ano em curso [1962].

para o arquivo (que será o arquivo público, enquanto a Assembleia Legislativa Provincial não designar outro local para ele)".

Antônio Manoel de Campos Mello foi outro presidente que demonstrou conhecer perfeitamente a importância de um Arquivo Público, inclusive como órgão auxiliar da administração. Em 1846, em sua FALA à nossa Assembleia Legislativa Provincial,²⁹ ao discorrer sobre o arquivo da Secretaria do Governo, arremata:

Julgo pois indispensável que decreteis alguma quantia com que se possa preparar o mesmo arquivo com decência, e acomodações suficientes, e de modo a servir igualmente de *Arquivo Público* (o grifo é nosso) onde devam ser depositados todos os documentos e memórias que se possam coligir sobre a história e geografia da Província, etc., a fim de se obterem com facilidade todos os esclarecimentos, não somente históricos, como administrativos, de que se carecer.

Transcorreram 85 anos após esse pronunciamento, para que fosse criado o Arquivo Público Estadual, pelo interventor Luiz de França a Albuquerque, através do decreto nº 1.552, de 22 de setembro de 1931.

Infelizmente, foi essa uma repartição fadada a morrer no nascedouro. Não chegou a preencher as suas finalidades; sequer teve um regulamento aprovado.

No orçamento do estado de Alagoas para o exercício financeiro de 1936 (Lei nº 1.232, de 2/dezembro/1935), vem consignada, pela última vez, dotação orçamentária para esse órgão da administração estadual. E, em 2 de julho de 1936, pela Lei nº 1.270, foram extintos os cargos de arquivista e amanuense do Arquivo Público, os únicos ainda existentes.

Com a criação do ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS,³⁰ torna-se agora possível a recuperação e a preservação, não só do precioso documentário que se encontrava depositado nos porões do palácio do governo, mas também dos documentos dos antigos cartórios e das municipalidades alagoanas.

²⁹ *Falla com que abriu a primeira sessão ordinária da sexta legislatura da Assembleia Legislativa da Província das Alagoas o Exmo. Presidente da mesma província Antonio Manoel de Campos Mello, em 15 de março de 1846.* Maceió, Tipografia de Menezes & Cia., 1846, p. 20.

³⁰ O Arquivo Público de Alagoas acha-se instalado nos pavimentos superiores do prédio nº 433, da rua do Comércio [Maceió].



Figuras 1 a 4: em sentido horário, Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, fundador do atual Instituto Histórico de Alagoas; Dr. Manoel Balthazar Pereira Diégues Júnior (1852-1922); Dr. João Francisco Dias Cabral (1934-1885); Dr. Alexandre José de Melo Moraes (1816-1882). **Fonte:** Reprodução do livro **Os estudos históricos e os arquivos em Alagoas**, da autoria do próprio articulista.

Notas sobre a gestão documental no início da República em Alagoas (1892-1913)¹

Oswaldo Maciel

Introdução

Neste artigo, realizo um exercício preliminar e introdutório de análise de leis e decretos que regulamentaram a administração pública estadual de Alagoas no início do período republicano. Particularmente, centro minhas atenções na forma como, através da caracterização das pastas, das atribuições e competências dos servidores envolvidos, estava pensada a política de arquivos do poder executivo estadual neste momento. Para tanto, analiso inicialmente a Lei nº 24, de 18 de maio de 1892 e o Decreto nº 81, de 23 de junho de 1892,² que regulamenta a referida lei. Salvo melhor juízo, esta é a primeira lei estruturadora da administração pública estadual no período republicano. Em seguida, concentro-me nos decretos números 668, 669, e 670, ambos de 22 de agosto de 1913,³ e que promovem uma descontinuidade

¹ Entre o segundo semestre de 2008 e o final de 2010, com o trabalho desenvolvido nas turmas de Estágio Supervisionado em Arquivos I e II (Curso de História – UFAL) que teve o Arquivo Público de Alagoas como campo de estágio, uma das atividades desenvolvidas esteve relacionada a encontrar as bases legais (portarias, regulamentos, leis etc.) da evolução da administração pública e da gestão documental implantada no estado, como parte de um intuito inicial para se chegar à possibilidade de criação de um projeto que visasse à construção de um quadro de arranjos para o Arquivo Público de Alagoas (doravante APA). Este breve texto é parte dos resultados obtidos naquela experiência. Gostaria de agradecer ao diretor do APA, Marcos Vasconcelos Filho, o convite e a oportunidade de socializar o material. Agradeço ainda à equipe do APA à época de realização dos estágios, dirigida por Geraldo Silva Filho, em especial ao Gilderto Castelo Branco, pelo apoio na realização das atividades desenvolvidas. Por fim, de forma carinhosa, agradeço aos alunos que participaram daquelas turmas e que se dedicaram com desvelo em suas tarefas.

² Decreto nº 81, de 23 de junho de 1892 (que organiza as Secretarias do Estado). In: Estado De Alagoas. Coleção de Leis e Decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1892. Maceió: Litographia Trigueiros, 1908, (pp. 131/47); Estado De Alagoas. Lei nº 24, de 18 de maio de 1892. In: Coleção de Leis e Decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1892. Maceió: Litographia Trigueiros, 1908, (59/60).

³ Decreto nº 668, de 22 de agosto de 1913 (dá novo regulamento a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior). In: ESTADO DE ALAGOAS. *Collecção de leis e decretos do estado de alagoas promulgados em 1913*. Maceió: Typografia A Vapor da Casa Ramalho, 1919, pp. 291-314; Decreto nº 669, de 22 de agosto de 1913 (dá novo regulamento a Secretaria da Fazenda). In: ESTADO DE ALAGOAS. *Collecção de leis e decretos do estado de alagoas promulgados em 1913*. Maceió: Typografia A Vapor da Casa Ramalho, 1919, pp. 315-354; Decreto nº 670, de 22 de agosto de 1913 (dá novo regulamento à Secretaria dos Negócios de Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas). In: ESTADO DE ALAGOAS. *Collecção de leis e decretos do estado de alagoas promulgados em 1913*. Maceió: Typografia A Vapor da Casa Ramalho, 1919, pp. 355-382.

de em relação ao modo como o estado se organizava, espelhando o espírito da nova oligarquia que se apoderara do estado no ano anterior.

Mesmo levando em conta que aqui estamos apenas com a letra da lei – e não com a forma como se efetivavam estas prescrições legais –, julgo que os pontos levantados podem contribuir para um melhor entendimento acerca da vida arquivística de parte do acervo que está depositado no APA. Deste modo, sua socialização possivelmente contribuirá para que a comunidade envolvida com a área reflita sobre a importância do problema levantado, além de possibilitar melhor *leitura* do acervo por parte dos consulentes. Ao mesmo tempo, cabe salientar que são leis gerais para a administração pública estadual. Nelas, ocupo-me mais detidamente nas implicações desta (re) estruturação para o que se refira à gestão documental e aos órgãos incumbidos de tais tarefas. Eventualmente, os resultados das análises a que chegamos podem servir como subsídio inicial para a elaboração de um projeto que objetive construir um quadro de arranjo para o órgão, colaborando com sua catalogação, e consequentemente com a pesquisa histórica neste rico acervo.

Política de arquivos no início da República em Alagoas: a descentralização espelhada em dois arquivos

A lei nº 24, de 1892, que estabelece as novas bases para a organização administrativa do estado de Alagoas no período republicano parece estabelecer um novo momento para a gestão documental no estado. Este ato legal, que entra em vigor a partir de 1º de julho do ano corrente, preconiza que existirão dois arquivos localizados nas duas secretarias criadas, as respectivas Secretaria do Interior e Secretaria da Fazenda: “os livros e papéis existentes nos arquivos das diversas repartições do Estado, serão convenientemente emassados [sic] e remetidos às secretarias a que pertencem seus assuntos.” (lei nº 24, de 18 de maio de 1892, artigo 17). O mesmo se dá em relação ao artigo 92 do decreto 81, como será visto abaixo. Em outras palavras, não haveria um arquivo geral do governo estadual, que centralizasse o recolhimento de toda a documentação em caráter de terceira idade.⁴ Existiriam, isto sim, diversos arquivos menores contendo a documentação produzida nos diversos órgãos e repartições em que estivessem tramitando.

⁴ Durante o período provincial, anterior ao de que me ocupo aqui, havia em Alagoas, mesmo que incipiente, uma política de arquivos centralizada em um órgão que funcionava na Secretaria do Governo provincial. É o que se depreende da leitura de: Sant’ana, Moacir Medeiros de. Os estudos históricos e os arquivos em Alagoas. Maceió: Imprensa Oficial, 1962, pp. 25-36. Com a República, este formato se modifica.

E, em cada uma das duas secretarias, haveria um órgão (o *arquivo* daquela secretaria) onde seria acumulada toda a documental produzida em sua esfera. Talvez isto seja fruto de uma leitura descentralizadora das políticas republicanas, como já indicado por outros autores.⁵

Especificamente sobre a situação da arquivística mundial e brasileira àquele momento, cabe indicar que este tipo de formação de arquivos era comum, afinal a arquivologia estava esboçando os seus primeiros rudimentos e não havia consenso acerca dos fundamentos, conceitos e procedimentos na área. A teoria da idade intermediária dos documentos e o surgimento dos arquivos intermediários surgirão apenas em meados do século XX, muito em função do acréscimo vertiginoso de produção de documentos e da constatação de que a política de arquivos existentes vinha tornando-se antieconômica.⁶ Consequentemente, apenas no pós-Segunda Guerra Mundial, com o fenômeno da “explosão documental” ocorrido na sociedade contemporânea, gerou-se um conjunto de problemas que desafiou a arquivística e a administração/gestão dos acervos documentais, fazendo com que surgisse a teoria das três idades dos documentos. Esta teoria seria, segundo Heloísa Bellotto, a sistematização da passagem dos arquivos em idade corrente para a permanente, dizendo respeito não só aos documentos, mas à localização e formação dos arquivos que irão guardar tais documentos em suas respectivas idades.⁷ No início da República brasileira, tais questões e problemas não estavam colocados. Assim, esta pode ter sido uma solução encontrada por outros Estados para resolver os problemas da gestão documental de seus acervos.

Sobre os dois arquivos que passarão então a existir, encontramos uma pequena diferença entre eles. O arquivo da Secretaria do Interior possuiria um arquivista, com a categoria de chefe de seção (ou chefe de estação, pois o arquivo era uma das quatro estações desta secretaria) e um ajudante de arquivista, com a categoria de amanuense (decreto nº 81, de 23 de junho de 1892, artigo 5). Já o arquivo da Secretaria da Fazenda também teria um arquivista, porém este ficaria com a categoria de primeiro escriturário, possuindo ainda um ajudante de arquivista com a categoria de segundo escriturário (decreto nº 81, de 23 de junho de 1892, artigo 9). Aparentemente,

⁵ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: Ferreira, J.; Delgado, L. de A. N. (Orgs.). O Brasil republicano – o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 89-120.

⁶ PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. 3. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 115-7.

⁷ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, pp. 23-5.

esta diferença na qualificação dos funcionários dos dois arquivos indica que o órgão da primeira Secretaria exige um padrão de hierarquização maior em função de uma diversidade maior de documentos, enquanto no segundo arquivo existiria uma uniformidade tipológica maior em termos documentais, o que geraria menor complexidade na forma de arquivamento.

Sobre recolhimentos e *habeas data* – o arquivo como órgão de gestão

Entre as atribuições dos arquivistas (decreto nº 81, de 23 de junho de 1892, artigo 38) estão listadas as que seguem. Parágrafo 1: receber todos os “livros e papéis” que tenham de ser arquivados, “arrumá-los metodicamente e por ordem cronológica”; parágrafos 2 e 3: atender as “requisições” de documentos feitas pelos “Secretário de Estado, Diretor ou Inspetor do Tesouro e mais empregados da Secretaria” ou por sua ordem, “mediante recibo passado em livro para este fim destinado”. Nestes casos, fica subentendido que será *obrigatória* a “restituição” da documentação cedida (artigo 46, parágrafo 7).

Haveria pelo menos duas outras grandes atribuições. Parágrafo 3: repassar informações “que possam constar do Arquivo”; e parágrafo 5: fazer as matrículas dos funcionários do Estado, “tanto efetivos, como suplentes”, a partir de informações prestadas pelas Secretarias originais dos mesmos. Nestas matrículas, além do nome e data de assunção dos funcionários, devem constar eventuais suspensões, licenças, demissão, falecimento” e outros itens, constituindo-se no equivalente da *Ficha funcional do servidor* que, hoje, é peça importantíssima da administração pública, inclusive para efeito de aposentadoria e perseguição política!

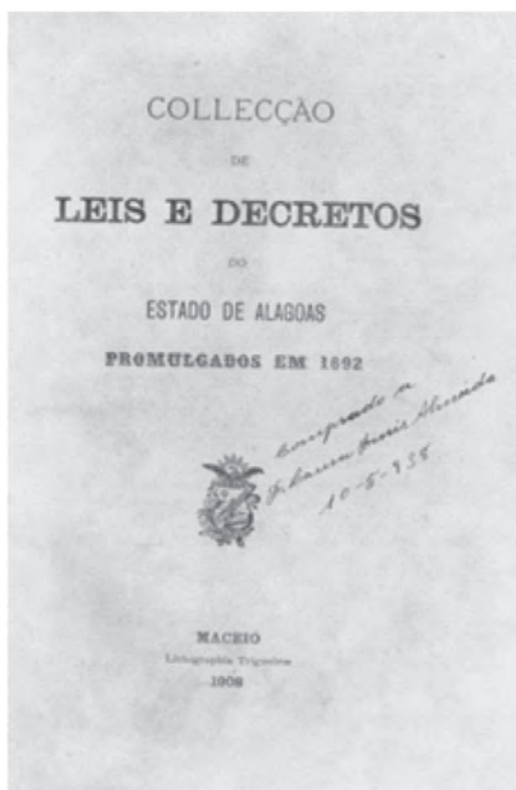


Figura 1: Collecção de leis e decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1892. **Fonte:** Arquivo Público de Alagoas.

No caso da Secretaria do Interior, ela fica responsável ainda pelas matrículas dos Conselhos Municipais e dos Intendentes, abrangendo portanto a esfera municipal em sua competência para este item. Nestas atribuições percebe-se claramente que o arquivo exerce a função de órgão auxiliar da administração pública do novo regime e apenas como tal é que terminou por gerar e preservar um acervo riquíssimo para o entendimento de aspectos importantes de nossa história, transformando-se com o tempo em patrimônio cultural e histórico.

A partir destas atribuições não fica clara a forma de organização e arquivamento do acervo. Existe apenas uma breve indicação de que os arquivistas devem “arrumá-los metodicamente e por ordem cronológica”. Arrumá-los metodicamente pode significar uma diversidade de tipos de classificação. Apenas uma comparação e análise a partir da documentação remanescente podem nos fazer entender melhor tal procedimento. De qualquer forma, há a indicação de que a ordem cronológica é item destacado neste modo de proceder.

Convém indicar outra característica da lei que se ressalta no que se refere à qualificação dos servidores que trabalharão como arquivista e ajudante. No primeiro dos casos, há um relativo silêncio, sugerindo-se que talvez seja um cargo mais político e, então, não haveria uma escolha relacionada com um perfil mais *técnico* para o cargo. Para o caso dos ajudantes de arquivista, no entanto, a situação sinaliza-se diferentemente, pois nas duas Secretarias este cargo possui status de emprego de “primeira investidura”. Neste sentido, sua nomeação “dependerá de concurso e exame de habilitação.” (decreto nº 81, de 23 de junho de 1892, artigo 51, parágrafo 1, alíneas a e b). Mesmo nos casos de contínuos terem acesso à condição de arquivista como possibilita a letra da lei (artigo 56), este terá que ter sido nomeado em concurso para efeitos de “prova pública” (artigo 55).⁸

Em certa medida, a leitura de um item do decreto aponta para a possibilidade de que práticas de cidadania estavam sendo instaladas no novo regime, talvez em função de todo o simbolismo de crítica aos desmandos do Império que a República era portadora. Assim, por exemplo, entre as diversas atribuições dos Secretários Estaduais está a de “mandar passar certidões dos documentos ostensivos existentes na Secretaria, quando nisso não houver inconveniente e sejam relativos às partes que as requerem.” (decreto nº 81, de 23 de junho de 1892, artigo 31, parágrafo 21). Ou seja, parece que existe aqui uma espécie de embrião do *habeas data* e da recém-criada Lei de Acesso à Informação (2012), na

⁸ Não possuo análise mais detida sobre o tópico para este período, porém Nogueira de Paula, em seu *Síntese da evolução do pensamento econômico no Brasil*, afirma que “Na atividade pública, raríssimos eram os cargos recrutados por concurso público”, apud NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo; Rio de Janeiro: EPU; FNME, 1974, p. 180.

medida em que, a partir de requerimento, cidadãos pudessem obter eventuais informações existentes sobre si na documentação sob guarda do poder público.

Com relação ao fluxo e gestão documental existente entre os diversos órgãos e repartições, estes convergiam diretamente das seções (ou estações, a depender do caso) em que estavam situadas as repartições e, destas, iriam para os arquivos de suas respectivas secretarias. Este item depreende-se do fato de que, entre as atribuições dos chefes de seções está a de “mandar para o arquivo, no fim de cada semestre, todos os papéis sobre negócios findos, competentemente relacionados, havendo do arquivista o devido recibo.” (decreto nº 81, de 23 de junho de 1892, artigo 34, parágrafo 8). Ou seja, havia recolhimento de documentação a cada semestre por parte dos dois arquivos existentes no Estado, de toda a documentação produzida que tivesse seus *negócios findos*. É preciso, neste ponto, entender o recolhimento não no sentido trabalhado atualmente pela arquivologia, como uma “operação planejada e criteriosa”⁹ porém como simples transferência da parte do acervo documental que, ao final de cada semestre, não estivesse com algum tipo de pendência administrativa mais direta a ser resolvida, deixando de ser corrente no sentido que entendemos hoje. É óbvio também que esta periodicidade semestral não implica em absoluto uma tabela de temporalidade, porém simplesmente um ritmo de frequência entendida como produtora e viável de ser efetivada pela administração pública estadual. Estamos no curioso terreno em que precisamos pensar a época objeto de nossas análises em seus próprios termos, a partir de suas próprias noções e práticas, evitando o anacronismo de julgar suas realizações e preceitos a partir de critérios que serão criados, consolidados em períodos posteriores.

Os ajudantes de arquivista, além de terem como principal atribuição “coadjuvar o Arquivista na arrumação dos papéis”, são os responsáveis mais diretos pelo expediente de publicação dos atos administrativos na imprensa (decreto nº 81, de 23 de junho de 1892, artigo 39), juntamente com os chefes de seções (decreto nº 81, de 23 de junho de 1892, artigo 34, parágrafo 10). Esta era uma atividade importante na medida em que, até a criação do Diário Oficial do Estado em 1912, a forma mais eficiente de publicização dos principais atos das autoridades públicas em Alagoas dava-se com a publicação na imprensa local.

Revelando ainda uma preocupação com a integridade deste acervo, a regulamentação indica que “os arquivistas e seus ajudantes serão responsáveis pelos extravios dos papéis dos respectivos arquivos.” (decreto nº 81, de 23 de junho de 1892, artigo 41). Efetivamente, julgo difícil que este item

⁹ Idem, p. 143.

– junto com alguns outros aqui analisados – tenham sido cumpridos à risca. Este é um dos problemas da análise histórica que se detém apenas na letra da lei e não na efetivação de seus preceitos. Para o que me proponho neste momento, não posso avançar muito além desta constatação.

Terminando este tópico, vejamos uma espécie de disposição transitória, no penúltimo artigo do decreto. Nela, indica-se que “os livros e papéis existentes nos arquivos das diversas repartições serão convenientemente emmassados [sic] e remetidos às Secretarias a que pertencerem seus assuntos” (decreto nº 81, de 23 de junho de 1892, artigo 92). Esta prática, apesar da prevenção contida no sentido de serem *convenientemente emmassados*, pode ter se configurado como um “recolhimento selvagem” dos documentos de acordo com o que nos fala Heloísa Bellotto. Este acontece quando “grandes massas aleatórias são literalmente ‘descarregadas’ nos arquivos permanentes, sem obediência a critérios técnicos.” Tais ações consistem “muito mais numa ‘limpeza’ dos locais administrativos para obtenção de espaço”.¹⁰ Assim, a despeito de servirem para reconfigurar de acordo com a nova maneira concebida a gestão dos arquivos primários de diversas repartições e órgãos, este item pode ter significado um prenúncio do que viria a acontecer tempos depois, quando na segunda metade dos anos 1930, o Arquivo Público de Alagoas deixa de existir formalmente e passará por longos anos de descaso.

Análise dos decretos de nº 668, 669 e 670 de 1913 no que se refere aos arquivos

A partir deste tópico, realizarei algumas considerações acerca da política de arquivos e gestão documental existente na estrutura administrativa estadual a partir de 1913, tomando como base a análise dos decretos números 668, 669 e 670, que criaram respectivamente a Secretaria do Interior; a Secretaria da Fazenda; e a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas.¹¹ Todos os decretos foram promulgados naquele ano e, com eles, o executivo estadual dividiu-se em três secretarias, diferentemente do

¹⁰ Idem, p. 143.

¹¹ Ver, conforme já citado, os Decretos nº 668, de 22 de agosto de 1913 (dá novo regulamento à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior). In: Estado De Alagoas. Collecção de leis e decretos do estado de alagoas promulgados em 1913. Maceió: Typografia A Vapor da Casa Ramalho, 1919, pp. 291-314; Decreto nº 669, de 22 de agosto de 1913 (dá novo regulamento a Secretaria da Fazenda). In: Estado De Alagoas. Collecção de leis e decretos do estado de alagoas promulgados em 1913. Maceió: Typografia A Vapor da Casa Ramalho, 1919, pp. 315-54; Decreto nº 670, de 22 de agosto de 1913 (dá novo regulamento à Secretaria dos Negócios de Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas). In: Estado De Alagoas. Collecção de leis e decretos do estado de Alagoas promulgados em 1913. Maceió: Typografia A Vapor da Casa Ramalho, 1919, pp. 355-82.

que ocorreu no início da República, em 1892, quando havia apenas duas Secretarias estruturando o poder executivo estadual. Estes atos legais refletem a nova hegemonia estadual da oligarquia liderada por Fernandes Lima, em substituição à oligarquia maltina, marcada pela traumática ruptura ocorrida em 1912 em Alagoas. Reflete ainda um novo rumo na vida burocrática brasileira. Antes de chegar ao ponto de nossa discussão, explorarei um pouco do sentido desta malha administrativa do poder público.

Inicialmente, é preciso considerar o grau de centralização do poder na quadra relativa a 1912/5. Aparentemente, há uma autonomia mais clara das Secretarias em relação ao início da República, que teve sua estruturação inicial regulada pela lei nº 24, de 18 de maio de 1892, como vimos. Nos decretos de 1913, diferentemente do que ocorria em 1892, as Secretarias podiam elaborar, além dos decretos e portarias, leis (artigo 6º, parágrafo 27, decreto nº 668) que possibilitavam uma margem maior de manobras. Todavia, ainda existe uma centralização e concentração muito forte do poder nas mãos do chefe do executivo. Por exemplo: mesmo sendo de competência do Secretário da Fazenda abrir concorrência para contratos de receita e despesas, estabelecendo condições e critérios para a efetivação de tais contratos, os mesmos só podiam ser aceitos e efetivados com o aval do governador (artigo 29, parágrafo 8, decreto 669). Esta tendência forte à centralização pode ser entrevista em outros espaços de decisão e de geração de atos legais e administrativos ou pela própria tramitação de documentos, como no caso das despesas de natureza permanente, que não excedendo as consignações orçamentárias podem ser determinadas pela Secretaria da Fazenda. As demais despesas só serão efetuadas com a autorização do governador, o *pague-se* do Secretário da Fazenda, e o *cumpra-se* do Diretor da Secretaria (artigo 10, decreto 669). No interior das secretarias, de acordo com a leitura dos decretos, esta centralização parece ser reproduzida através de vários aspectos, porém todo este trabalho não foi objeto central da análise aqui empreendida, cabendo um estudo mais aprofundado para corroborar tal hipótese.

Em certa medida, a estrutura administrativa do Estado não funcionava com organicidade, com uma articulação entre as secretarias, definição clara de suas competências e atribuições, bem como de políticas bem afinadas. A leitura dos decretos sugere não haver sintonia entre as três pastas (a saber, as Secretarias do Interior; da Fazenda; e da Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas) pelo menos entre 1913 e 1915. Em cada uma delas, por exemplo, havia um arquivo específico para o acervo/fundo produzido; os servidores podiam ser removidos e transferidos entre órgãos da

mesma secretaria, porém nunca é mencionada a possibilidade de transferência/remoção entre servidores de Secretarias distintas. As próprias carreiras do funcionalismo, com suas matrículas (o equivalente das fichas funcionais atuais), sob a guarda de arquivos específicos de cada secretaria, também reforçam este argumento, na medida em que indica que a carreira do servidor não obedecia a um padrão unificado. Outro aspecto: mesmo com a regulamentação e a definição de atribuições e competências entre as estações, seções e repartições públicas, ocorriam diversos “conflitos de jurisdição” entre as partes envolvidas na administração pública. Pegando exemplos mais explícitos sinalizados nestes decretos encontramos que, quando conflitos desta natureza ocorressem, os mesmos seriam arbitrados pelo Secretário de Estado (artigo 28, parágrafo 1, decreto 669). Assim, além de apontar para uma desarticulação entre as políticas efetivadas em cada uma das três pastas, denota-se que a figura do governador constituía-se, efetivamente, no principal vínculo entre as secretarias, sendo ela a grande orquestradora da administração e não advindo esta, necessariamente, da letra da lei.

A leitura dos decretos sugere, ainda, que a estrutura da administração pública estadual está fortemente concentrada na capital, tanto que é preciso que haja gratificações para a realização de tarefas e atividades em outros lugares fora de Maceió (artigo 6º, parágrafo 18, decreto nº 668; artigo 6º, parágrafo 18, decreto nº 670). Todavia, esta impressão é, em parte, corrigida, ao menos para o caso da Secretaria dos Negócios de Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas. Em seu artigo 96, indica-se que haverá “ajuda de custo” para todo o empregado da Secretaria que exerça atividade “fora da localidade de seu emprego”, e não apenas fora de capital (artigo 96, decreto 670).

Definindo arquivo em 1913

Cabe constatar, de imediato, que todas as secretarias são divididas em estações. Em todas elas os arquivos constituem uma das estações, igualando-se, em termos de organograma, às demais estações de natureza mais executiva. Veja-se o caso do decreto 670, que divide a Secretaria dos Negócios de Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas em cinco estações, sendo uma delas o arquivo (art. 3, decreto 670). Tal situação é semelhante às demais. Efetivamente, no entanto, cabe a pergunta: o que era o arquivo? Qual sua função? A definição de arquivo que sobressai destes decretos pode ser encontrada de maneira lapidar no decreto 669. De acordo com o artigo 25 e suas alíneas,

o arquivo é a “seção encarregada do depósito e guarda de todos os livros e documentos de exercícios findos” (artigo 25, decreto 669). Adiante é indicada também a função “preservação” como parte de suas atribuições, não se restringindo a servir de depósito e guarda apenas (artigo 25, alínea 1). Ainda de acordo com o decreto, ao arquivo compete: 1) A escrituração em livro de *Tombo* de todos os papéis, documentos e livros que se destinem à sua *guarda e preservação* (artigo 25, alínea 1); 2) O registro de toda e qualquer movimentação de documentação contida em seu acervo através de livros de protocolo de entrada e protocolo de saída (artigo 25, alínea 2); 3) a “Classificação, guarda e arrumação em ordem cronológica” da documentação (artigo 25, alínea 3); 4) a expedição de certidões (artigo 25, alínea 4); 5) a “segregação” de documentação “que contar mais de trinta anos” e, com a devida autorização legal, dar “consumo”/eliminar aos documentos que “por sua antiguidade tenham perdido a importância de documento.” (artigo 25, alínea 5).¹²

De acordo com o que se viu acima, parece claro que o arquivo é considerado como local de depósito de documentação finda, ou seja, da documentação que perdeu seu valor administrativo (como usualmente entendido) ou, ao menos, suas características de documentação corrente. Numa primeira e apressada leitura, de acordo com tal definição – que não difere substancialmente para as outras secretarias –, os arquivos existentes em cada uma das Secretarias de Estado do poder executivo de Alagoas, no período aqui abarcado, assemelham-se a arquivos permanentes, de terceira idade, em função de que se destinam à guarda de documentação finda. Sem embargo, em alguns momentos, percebe-se que tal documentação pode ser acessada pelas partes eventualmente interessadas, o que sugere não só que haja algum valor administrativo acionável neste acervo, como também a consciência deste valor por parte do poder público. No artigo 26 do decreto nº 669 expressa-se que não apenas os interessados, mas o próprio poder público pode requerer documentação que já está *depositada* no arquivo, para fins de *conferência* ou *tomadas de contas* “e misteres outros que interessem ao expediente e à boa regularidade do serviço”, atividades corriqueiras da esfera administrativa. Ou seja, se o próprio gestor acessa este acervo e requer papéis ali existentes para realizar suas atividades burocráticas de maneira mais regular e eficiente, esta documentação ainda não perdeu o seu valor administrativo, o que desabilita entender este arquivo como permanente, aproximando-o da noção de arquivos intermediários. Todavia, esta caracterização também não sa-

¹² Não se encontra dispositivo algum de eliminação de documentação para a legislação de 1892 já analisada acima.

tisfaz, na medida em que obscurece o fato de que, tendencialmente, o acervo ali recolhido é relativo a processos de natureza *finda*.

Nestes termos, como já assinalado, reforço que talvez não seja produtivo pensar nem os arquivos nem as políticas de arquivos existentes neste período a partir da comparação/associação aos padrões estabelecidos pela arquivologia moderna, mais precisamente através da teoria do ciclo vital dos documentos/teoria das três idades dos documentos/arquivos. A dialética que rege a “gestão documental”, o trâmite da documentação produzida, sua trajetória burocrática, o valor administrativo existente no documento, a guarda ou o descarte (“consumo”) do acervo acumulado no período enfocado não pode ser pensada a contento pelos padrões da modernidade arquivística estabelecidos a partir de meados do século XX, visto que tais padrões não serviam como parâmetros de gestão documental à época pelo simples fato de que ainda não haviam sido formulados, ou pelos menos estavam sendo murmurados timidamente, em alguns dos países mais avançados do capitalismo mundial. Saliento, ainda, que esta realidade é pensada levando-se em conta apenas uma análise dos atos legais que regulavam tal atividade. Na prática cotidiana estabelecida nestas repartições e órgãos públicos, é cabível imaginar uma algaravia e uma desordem que não se comportam na letra da lei. Neste sentido, provavelmente a gestão documental concreta/efetivada fosse ainda menos dada a ser pensada por tais princípios.

Todos os arquivos destas secretarias possuíam uma rotina de recolhimento e de entrega de documentação que era devidamente registrada nos livros de protocolo de entrada e saída. Nestes livros, que ficavam sob o poder dos arquivistas, existe um conjunto de informações que – se forem encontrados alguns exemplares perdidos nas atuais secretarias ou mesmo no APA – podem ajudar a entender a dinâmica viva da gestão documental existente à época, pois neles deviam ser inseridas as seguintes informações: número total de papéis/livros/cadernos; ano do exercício a que se refira a operação registrada; a natureza dos papéis; a estação e o lugar de onde foram provenientes (ou para quem seriam entregues), e o arquivista responsável pela notação (artigo 25, alínea 2, decreto nº 669).

O arquivista e a sua carreira profissional

Isto posto, passo a tratar dos profissionais que trabalhavam com este acervo. Quem trabalhava nestes arquivos? Qual sua habilitação? Quais atividades estavam sob sua incumbência? Alguma luz sobre estas questões será

dada, mais uma vez, a partir da análise da lei, o que não significa necessariamente que as coisas andassem lá deste modo. É preciso tomar, de qualquer modo, estes marcos regulatórios como padrão desejável, como normatização que pelo menos em parte era seguida.

Para responder a tais questões, veja-se o caso da Secretaria da Fazenda. Lá há um arquivista e “seu ajudante”. Ao primeiro, coadjuvado pelo segundo em diversas destas tarefas, compete – além das diversas outras tarefas já entrevistadas e habituais em tais repartições como a disciplina, a pontualidade, a hierarquia etc. – receber, arrumar e classificar “metodicamente e por ordem cronológica” a documentação produzida nos diversos órgãos da Secretaria (artigo 35, parágrafo 1, decreto 669). Perceba-se que há um método duplo de classificação, que (com o perdão da redundância) é *metódico* e *cronológico*, sendo o mais importante deles o segundo. Parece-me que, aqui, temos uma classificação (ou arranjo) que se dá por estações, setores e subórgãos das seções, eventualmente com subdivisões alfabéticas ou numéricas que são emassadas ou encadernadas regularmente e dispostas sempre em ordem cronológica de sua produção.

Na Secretaria dos Negócios de Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas ocorre uma leve mudança no quadro de servidores vinculados ao arquivo, pois além de um arquivista, tem-se um escriturário de arquivista e não um simples “ajudante” (artigo 2, decreto 670). Enquanto o primeiro cuidará do arquivo propriamente dito, o segundo exercerá suas funções na Seção Técnica de Obras Públicas (artigo 4, decreto 670). Pela importância da seção, este cargo parece estar mais bem situado na hierarquia do serviço público estadual do que o de simples *ajudante* de arquivos. O escriturário arquivista se dedica mais diretamente a uma espécie de subarquivo daquela secretaria, na medida em que está responsável diretamente pelo acervo da referida seção. Sob sua incumbência está “receber, arrumar e classificar metodicamente todos os livros e papéis que tiverem entrada no arquivo”, mantendo em “boa ordem” tais papéis “de modo que possam ser facilmente consultados” (artigo 16, parágrafos 1 e 2, decreto 670). Sugere-se, aqui, que este arquivo complementar funciona como um arquivo corrente especializado para a seção de natureza mais técnica e avaliada como “científica” do aparelho do estado. Este subarquivo, além da guarda do acervo estritamente documental (imagino que sejam, por exemplo, projetos arquitetônicos e de engenharia, plantas baixas, talvez maquetes, etc.), tem sob sua responsabilidade e guarda, ainda, “os instrumentos, ferramentas, aparelhos e mais utensílios pertencentes à Seção”, denotando funcionar também como uma

espécie de almoxarifado especializado do material e instrumentos técnicos de trabalho da seção (artigo 12, parágrafo 7, decreto 670).

O arquivista possui a categoria de chefe de seção (artigo 3, decreto 669) e suas principais atribuições são, como já visto, arrumar e classificar “metodicamente e por ordem cronológica” os livros e papéis recebidos no órgão (artigo 15, parágrafo 1, decreto nº 668; artigo 18, parágrafo 1, decreto 670). Em todas as três secretarias, o arquivista divide com o ajudante a responsabilidade pelo extravio de documentos do acervo (vejam-se: artigo 38, decreto 669; artigo 16º, decreto nº 668; artigo 20, decreto 670). Além das incumbências mais diretamente relacionadas à gestão documental (administração do arquivo, guarda do acervo, atendimento a consultas pelas partes interessadas etc.) o arquivista é responsável pela matrícula dos funcionários do Estado, denotando a proximidade de sua função com a esfera administrativa/gerencial em todas as três secretarias (veja-se o artigo 17º do decreto nº 668, e seus equivalentes nos outros dois decretos).

Ao contrário das nomeações de servidores menos graduados, que são realizadas por portarias, a nomeação de arquivistas, assim como as de Secretário de Estado, Chefes de Seções e outros funcionários mais graduados, dá-se por decreto do governador (artigo 23, decreto nº 668). Do mesmo modo, a escolha deve recair em pessoa já pertencente ao funcionalismo público (artigo 24, decreto nº 668; artigo 42, decreto 670), denotando ser um cargo não só de importância, como também destinado a funcionários de carreira. A nomeação do arquivista e de seu ajudante, junto com a dos oficiais, escrivães e amanuenses, será realizada por decreto e não por simples portaria, e obedecerá a critérios de acesso interno entre os servidores (artigos 46 e 47, decreto 669). Talvez seja por isto que os arquivistas são equiparados aos amanuenses para efeito de categoria e classe (artigo 29, parágrafo 3, decreto nº 668; artigo 33, parágrafo 3, decreto 670). Isto indica (como já assinalado acima) que muito dificilmente o empregado nomeado para o cargo de arquivista haja entrado sem concurso no serviço público, o que lhe dá, entre outros aspectos, um bom nível de educação formal e letramento, além de estabilidade razoável (veja-se artigo 34, decreto nº 668).

Apesar deste perfil, não havia uma formação ou atributo específico para ocupar o cargo de arquivista. Pelo contrário, a análise destes atos legais sugere, inclusive, que, no decurso de sua trajetória profissional no funcionalismo público estadual, o servidor de carreira, em dado momento, passa pela seção/estação do Arquivo, porém não fica parado lá, subindo hierarquicamente em sua trajetória. Em outras palavras, apesar de sua importância,

a função de arquivista é uma função transitória e eventual na carreira do funcionalismo público estadual à época. Como hipótese, pode-se colocar que é o arquivo (ou seja, o órgão responsável pela guarda do acervo do poder executivo estadual) que possui importância, e não necessariamente o cargo de arquivista. É basicamente isto que se pode depreender da análise dos decretos de 1913. No geral, apenas salientando, todos estes itens e reflexões acima valem para as três secretarias (Veja-se, por exemplo, os artigos 26, 27 e 29 do decreto 670).

A gestão documental

Com relação à gestão documental em seu sentido estrito, identifiquei os seguintes pontos. Há um acentuado interesse no levantamento de dados estatísticos dos assuntos e atividades administrativas em geral. Parece que esta tendência acentua-se em relação ao arquivo. Este perfil é reforçado pela exigência da elaboração de relatórios anuais por parte do gestor da secretaria, o que sugere uma preocupação – inclusive de natureza estatística – com as atividades burocráticas do órgão (artigo 4º, decreto nº 668; artigo 5º, parágrafo 3º, decreto nº 668; artigo 28, parágrafo 11, decreto 669 artigo 6º, parágrafo 3, decreto 670).

Aos chefes de seções (estações), oficiais e amanuenses incumbe “mandar” aos arquivos, “à proporção que forem tendo solução, todos os papéis sobre os negócios findos”. Nesta ocasião, os documentos a serem enviados devem estar “competentemente relacionados” e o arquivista deve passar recibo dos mesmos (artigo 13º, parágrafo 8, decreto nº 668).

Os documentos produzidos pelo governador e pelas Secretarias (minutas de ofícios, portarias, informações e pareceres de comissões etc.) “serão devidamente classificados e encadernados anualmente” (artigo 90º, decreto nº 668). Cada chefe de seção ou os escrivães, oficiais e amanuenses encarregados em seus respectivos órgãos devem enviar, ao fim de cada semestre, “todos os papéis relativos a negócios findos, competentemente relacionados, havendo do arquivista o devido recibo” (artigo 31, parágrafo 9, decreto 669; artigo 9, parágrafo 8, decreto 670). No capítulo relativo à Seção Técnica de Obras Públicas – uma especificidade desta secretaria em relação às outras duas, como já visto –, o ajudante do chefe, coadjuvado pelos demais empregados da seção, deve “recolher” ao arquivo, também com periodicidade semestral e “devidamente coordenadas e emassadas”, todas “as minutas da correspondência oficial e os demais papéis já definitivamente processados.”

(artigo 12, parágrafo 7, decreto 670). O que significa, efetivamente, “papéis já definitivamente processados”? Os que perderam valor administrativo e/ou primário? Os que não possuem mais as características dos que, atualmente, são considerados como “correntes”? Pensando sobre esta questão, encontra-se uma contradição na gestão documental e na forma como tal documentação pode vir a ter valor histórico. Se, de um lado, encontramos um extremo cuidado (pelo menos na letra da lei) em relação à documentação de valor administrativo/corrente/intermediário, por outro identifica-se, como apontado acima, que não se devem guardar os “papéis” mais antigos, de processos findos, excedidos os trinta anos. Apesar de ser contraditória a leitura que insinuo aqui – na medida em que, de fato, o estado e a política eram lócus privilegiado para reconhecer um evento histórico –, parece-me que há uma hipostasia da noção de documentação histórica, que certamente era muito comum e difundida à época, inclusive pela prática modelar existente no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), instituição que servia de exemplo à esfera administrativa local para este assunto. Ou seja: como a documentação que os órgãos governamentais produzem é de natureza corriqueira, cotidiana, não deve ter valor histórico intrínseco. Por outro lado, todavia, observando uma quantidade relativamente grande de documentação correspondente a este período no acervo atual do APA, em detrimento de períodos posteriores a 1930, percebe-se claramente que a determinação contida na 5ª alínea do artigo 25º citada acima no item 3.1 não foi cumprida, levando à preservação deste material, para sorte dos pesquisadores.¹³

Sobre o direito à informação e acesso aos documentos

Para finalizar esta seção, abordarei o problema relativo ao direito de acesso à documentação pública por parte dos cidadãos. Pelo que percebi, existe a prerrogativa de *habeas data* para “os documentos que na forma da lei lhes puderem ser entregues”, mandando-se “passar as certidões dos documentos ostensivos existentes na Secretaria, quando nisso não houver inconvenientes e sejam relativos às partes que a requereram.” (artigo 6º, parágrafos 21 e 22, decreto nº 668; veja-se, também, artigo 6º, parágrafo 19, decreto nº 670). Em tais situações, o Secretário é quem ordena a entrega da documentação de interesse das partes pelo arquivista “mediante recibo” (artigo 13º, parágrafo 9; artigo 15, parágrafo 4º, decreto nº 668 – veja-se,

¹³ Aqui, cabe considerar, mais uma vez, os limites do trabalho de análise da letra da lei, tendo em vista que este foi um preceito não cumprido em muitos órgãos e “estações”.

também, artigo 18, parágrafo 4, decreto 670). Daqui, depreende-se que os “documentos existentes no arquivo” são, se não em sua totalidade, pelo menos em sua maioria, os documentos relativos a processos findos, por serem estes os recolhidos ao órgão. Este acervo deve ser composto, então, de documentação que, em princípio, perdeu seu valor administrativo/primário, como já salientado acima. Todavia, na medida em que as partes interessadas podem requisitar a documentação existente neste acervo (desde que seja de seu interesse particular) esta caracterização de arquivo de terceira idade se vê diluída, como também já discutido acima. Na medida em que, com a autorização

do Secretário de Estado, tal documentação pode inclusive sair do arquivo (sempre mediante recibo), o conceito de fundo, a noção de organicidade e integralidade do acervo, dentre outros princípios da arquivística moderna, também naufragam enquanto parâmetro de análise da gestão documental efetivada nos arquivos das secretarias de estado de Alagoas em inícios da República. Seria um anacronismo transpor para este período histórico, um conjunto de regras e procedimentos que só serão formulados e elaborados ao longo do século XX, particularmente em sua segunda metade.

Ainda de acordo com os decretos, parece haver um sigilo maior no que se refere à documentação fazendária. De acordo com o decreto 669, os documentos anexos a processos e petições para subsidiar pareceres e decisões não serão devolvidos às partes interessadas quando se tornarem processos findos. Se for requerida, todavia, serão expedidas certidões para os casos de exclusivo interesse particular (artigos 15 e 16, decreto 669). Do mesmo modo, não serão emitidas certidões de documentação reservada (artigo 16, decreto 669). Se, de um lado, isto pode indicar uma margem maior de manobras de interesses nas decisões governamentais relativas à pasta (como, por exemplo, em licitações, tomadas de preços, empréstimos etc.),

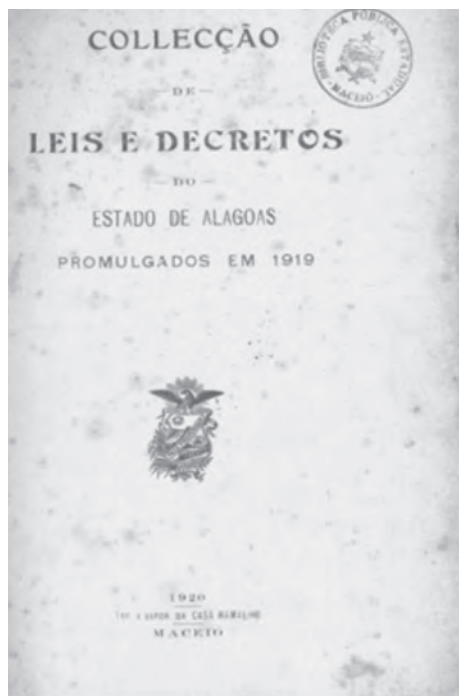


Figura 2: *Coleção de leis e decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1919. Fonte: Arquivo Público de Alagoas.*

por outro pode significar que, mesmo com estas limitações, havia uma política de acesso à informação por parte do Estado aos interessados, política de acesso que se concretizava de forma restritiva. Ou seja, não havia a absoluta ausência do direito à informação, como já salientado nos casos mais gerais indicados acima. Indique-se, por fim, que tal direito não era líquido e certo, mas sim filtrado pelo responsável maior pela pasta, o Secretário.

Considerações finais

Na letra da legislação que rapidamente analiso aqui, há uma série de outros pontos que poderiam ser levantados pelo menos em termos de conjecturas, como os relativos ao modo como se dá a produção de documentos nesta nova estrutura administrativa. Num caso como o do artigo 9, relativo a 1892 (“Os atos do poder executivo que versarem sobre a matéria governamental e os que se referirem às funções diretas ou essenciais da administração, serão assinados pelo governador e subscritos e expedidos pelo secretário de Estado a quem competir.”), não fica clara sua implicação em termos desta produção e do possível arranjo que deverá ser dado futuramente à documentação acumulada. Neste caso, parece-me que, de acordo com a redação deste item, todo ato emanado diretamente do governo era subscrito e expedido pela secretaria cujo assunto lhe competisse, o que indica que tal peça documental, na medida em que era expedida por uma das duas secretarias, compusesse ao final de seu trâmite o arquivo daquela secretaria. Assim, teríamos a situação esdrúxula de que o próprio mandatário do poder executivo não possuiria formalmente um lugar no quadro de arranjos na medida em que não produziria documentação sem o concurso das duas secretarias? Pela experiência que acumulei em pesquisas no acervo deste período existente no APA, esta leitura estaria incorreta, mas estamos longe de um melhor entendimento da lógica de produção documental.

Numa outra esfera de questões que não foram levantadas aqui, é preciso tentar compreender a lógica que preside a divisão de competências e atribuições por campos de atuação desta nova configuração administrativa do estado, pois aparentemente há a continuidade da existência de áreas estabilizadas da administração pública brasileira que vem do período imperial, porém o organograma geral não é totalmente claro. É preciso atentar, por outro lado, que esta legislação diz respeito apenas ao poder executivo. O problema dos demais poderes é apenas entrevisto aqui na medida em que sabemos, por exemplo, que existem duas Câmaras legislativas do Estado (de-

creto nº 81, de 23 de junho de 1892, artigo 31, parágrafo 5). Haveria uma articulação mais orgânica entre estes poderes, gerando alguma uniformidade na política de arquivos para os mesmos? De que forma isto se daria? Como ficaria, num outro plano complicador, as delimitações de competências entre as esferas federal, estadual e municipal, num momento de grandes disputas entre diversas tendências políticas para se pensar a República brasileira?

Em 1915, com o fim do governo de Clodoaldo da Fonseca e a assunção de João Batista Acioli Júnior (1915/18), sempre sob a rédea curta de Fernandes Lima, parece haver uma nova reestruturação da esfera administrativa estadual. Isto pode ser considerado colocando-se que, naquele ano, com o decreto nº 761, de 5 de fevereiro, suprime-se a Secretaria da Agricultura. Por sua vez, o decreto nº 774, de 9 de abril, suprime provisoriamente o lugar de Secretário dos Negócios da Fazenda, lugar que é restaurado pela lei nº 687, de 2 de julho de 1915. Mesmo em nível de hipótese para verificações futuras, estas constantes modificações podem significar que a estrutura administrativa do poder executivo estadual no período republicana não adquirira ainda sua formatação mais clara, para os novos padrões que eram gradativamente consolidados. Assim, percebe-se que estas mudanças refletem muito mais políticas de governo e bem menos políticas de estado.

Concluindo, indico que este breve exercício de análise de atos legais aqui realizado foi intentado com o objetivo principal de começar a mapear a história da estrutura administrativa pública do estado de Alagoas, particularmente do poder executivo, como forma de subsídio para a construção de um quadro de arranjos para o acervo permanente existente no APA.

Referências:

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- ESTADO DE ALAGOAS. Decreto nº 668, de 22 de agosto de 1913 (dá novo regulamento à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior). In: *Collecção de leis e decretos do estado de Alagoas promulgados em 1913*. Maceió: Typografia A Vapor da Casa Ramalho, 1919, pp. 291-314.
- ESTADO DE ALAGOAS. Decreto nº 669, de 22 de agosto de 1913 (dá novo regulamento à Secretaria da Fazenda). In: *Collecção de leis e decretos do estado de Alagoas promulgados em 1913*. Maceió: Typografia A Vapor da Casa Ramalho, 1919, pp. 315-54.

- ESTADO DE ALAGOAS. Decreto nº 670, de 22 de agosto de 1913 (dá novo regulamento à Secretaria dos Negócios de Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas). In: *Collecção de leis e decretos do estado de Alagoas promulgados em 1913*. Maceió: Typografia A Vapor da Casa Ramalho, 1919, pp. 355-82.
- ESTADO DE ALAGOAS. Decreto nº 81, de 23 de junho de 1892 (que organiza as Secretarias do Estado). In: *Coleção de leis e decretos do estado de Alagoas promulgados em 1892*. Maceió: Litographia Trigueiros, 1908, (pp. 131/47)
- ESTADO DE ALAGOAS. Lei nº 24, de 18 de maio de 1892. In: *Coleção de leis e decretos do estado de Alagoas promulgados em 1892*. Maceió: Litographia Trigueiros, 1908, (59/60)
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo; Rio de Janeiro: EPU; FNME, 1974.
- PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Orgs.). *O Brasil republicano – o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro, 2003, pp. 89-120.
- SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *Os estudos históricos e os arquivos em Alagoas*. Maceió: Imprensa Oficial, 1962.

De onde vem Graciliano¹

Pedro Motta Lima

Viçosa, a cidade alagoana das serras e das matas, foi o berço intelectual de Graciliano Ramos. Ali chegou menino ainda, nascido num município vizinho, Quebrangulo, mais agreste em todos os sentidos. Se continuasse no ambiente que descreve na primeira parte de suas Memórias, não estaríamos hoje festejando o sexagésimo aniversário de um grande escritor. Apenas o sertão conheceria mais um vaqueiro intrépido, ou talvez um bandido de imaginação, senão outro matuto pacato, sagaz e irônico, do tipo do velho Sebastião Ramos, sem dúvida mais inteligente e melhor do que o filho nos pinta.

Em Viçosa aquele rapaz xucro, depois de andar metido numa batina de coroinha, sem aprender a ajudar a missa, e de quem o pai dizia constantemente – “não dá para nada, é burro como uma peste!” – caiu num círculo de gente culta. Num desses círculos formados em algum recanto perdido da província, quase sempre lutando contra o atraso do meio. Como o daqueles sanjuaninos encabeçados pelo bispo Oro, onde se formou Sarmiento. Como o de Vila Rica, fermento da Inconfidência.

Não se pode pedir do grupo de viçosenses. Dando-nos Graciliano, já nos deu muito para merecer uma referência.

Aliás, a não ser por sua influência, Viçosa pouco diferiria de Quebrangulo. Do outro lado estava também o latifúndio. Mais algumas dezenas de engenhos de açúcar, menos campos de criação. O mesmo cangaço, as mesmas lutas de terra em que se inspiraria *S. Bernardo*. Surras, tronco, assassinatos, a castração do jovem pobre que “seduzisse” uma filha de fazendeiro, a impunidade deste no exercício do direito à pernada. Ali a criminalidade atingiu ao índice de um homem e meio abatidos diariamente a bala e a punhal, sendo a média de 45 mortos por mês.

Havia uma outra face da vida em Viçosa. Era a dos cavacos na Agência do Correio onde pontificava o agente, Mário Venâncio. Um erudito, crítico rigoroso, punha-se neurastênico diante do menor atentado ao “bom

¹ LIMA, Pedro Motta. De onde vem Graciliano. Imprensa Popular, Rio de Janeiro, ano v, n. 1.199, domingo, 2 nov. 1952, p. 2. Homenagem da Revista do Arquivo Público de Alagoas aos 120 anos de nascimento do escritor alagoano Graciliano Ramos (1892-1953) e aos 115 anos do jornalista também alagoano Pedro Motta Lima (1897-1966). Este artigo foi escrito poucos meses antes do falecimento do autor de Angústia.

gosto”. Cético, não foi capaz de conduzir seu protesto senão à espetacular mas negativa manifestação de renúncia e de fuga: o suicídio. A outra face eram ainda as discussões na farmácia do velho Motta, publicista nas horas vagas, vindo das campanhas da abolição e da república. Aí havia um humanismo ingênuo, se bem que otimista, criador. Era a figura de Jerônimo Barreto, meio epicurista, meio cínico. Aproveitava o ócio do tabelionato para ler muito. Familiarizado com os clássicos, amigo de Balzac e Dickens, fã de Eça, devoto de Anatole France. Falava por aqueles mundos em Ibsen e Wilde, tinha piadas de Bernard Shaw a contar, amava as complicações de Pirandello, de quem poderia ser outro personagem em busca do autor. Era sobretudo a Instrutora Viçosense e era o seu próprio fundador, Tibúrcio Nemézio. A ele a cidade devia a biblioteca e os cursos noturnos do grêmio, a Escola Silva Jardim, uma loja maçônica, a sociedade beneficente Amor e Caridade e o grande hospital por ela construído, uma ponte metálica de cem metros em parte custeada por donativos de particulares, a mão de obra ajudada pelo trabalho voluntário que Tibúrcio organizava em sábados e domingos festivos. Era de sua fundação também o jornal *22 de Abril*, anterior ao *Dilúculo* de Mário Venâncio. Os autores que Tibúrcio recomendava eram Zola, Gorki, Tolstói, Dostoiévski, Euclides da Cunha. Recitava Castro Alves, Hugo, Walt Whitman.

Estes foram os amigos mais velhos do adolescente Graciliano. Crescido, a barba cerrada já aos quinze anos, cabelo louro encaracolado, a testa curta marcada por sobrelanceiras espessas que se emendavam, piscando os olhos pestanudos, o matutino encontrava naquela roda um mundo que o seduzia.

Não tardou a ser o jovem mais culto do lugar. Organizou sua pequena biblioteca no sobrado da “república”, por cima da loja do pai, de que era um dos caixeiros. Lia jornais franceses na Instrutora, aprendeu italiano consigo mesmo. Em companhia de dois ou três amigos, toalha ao ombro, atravessava o Pátio a largas passadas, a caminho do banho ao ar livre. Sobre as lajes do Paraíba, onde os viçosenses praticavam o nudismo candidamente, ele passeava, dizendo de cor passagens da *Divina Comédia*, versos de Petrarca.

Detestava a oratória, dizia como até hoje não entender o “barulho insuportável” a que damos o nome de música. Não o preocupavam as artes plásticas. Antes de firmar-se no domínio da prosa, à custa de tenazes exercícios escrevendo e rasgando, sob uma saraivada de insultos à sua “incapacidade para qualquer coisa”, andou enamorado da poesia. As coleções d’*O Malho* encerram alexandrinos impecáveis, com hemistíquios e tudo, sob um pseu-



Figuras 1 e 2: Os amigos Graciliano Ramos e Pedro Motta Lima quando jovens. **Fontes:** Arquivo Público de Alagoas (Maceió) e Família Motta Lima (Rio de Janeiro).

dônimo parnasiano que não revelarei agora, porque isso não é lá presente que lhe mande daqui do Uruguai no dia de seus anos.

Quando lhe pediam a opinião sobre um livro, um autor, sua primeira reação era a mesma que iriam conhecer as rodas da livraria José Olímpio:

“– Sei lá! E eu me meto em funduras? Estou ficando mais burro que o Antônio Moreira. Passei esta noite em claro, tentando um soneto, e não consegui chegar ao terceiro verso. A rima não me vinha! Não nego ser filho do velho Sebastião...”

Nenhum de seus contemporâneos se surpreendeu com o sucesso de *Caetés*, lançado como estreia depois dos quarenta anos. Quinze anos antes ele já era um grande prosador, engavetado pelo severo espírito autocrítico.

Mas foi apenas o gosto literário daquele grupo que pôs sua marca na formação de Graciliano? Mais do que isso, foi o pensamento de alguns daqueles amigos mais velhos que lhe indicou um rumo. Colocou-se desde então contra a injustiça, contra o atraso, contra a prepotência. “A desgraça do Brasil é o arame farpado”, costumava dizer naquele tempo, como condenação ao latifúndio. Os que assim falavam participaram de um movimento popular de grande pretensão que, de 1911 a 1912, em memorável luta armada, pôs

abaixo um governo oligárquico. Aqueles primeiros amigos e até certo ponto mestres de Graciliano eram progressistas.

Depois ele mudou-se para Palmeira dos Índios, daí arribou e foi para o Rio, onde trabalhou na imprensa, como revisor. Voltou a Palmeira dos Índios, fez-se comerciante de fazendas como o velho Sebastião. Eleito prefeito, escandalizou por suas iniciativas úteis, por sua honestidade. Já mais tarde, como diretor de ensino, na capital do Estado, insurgiu-se contra o arbítrio de generais fascistas que perseguiam professores, em 1935, por delito de opinião. Foi preso, por isso. Rasparam-lhe a cabeça, meteram-no num porão de navio com malandros e degenerados, levando-o para o inferno da Ilha Grande. Aí conheceu de perto os comunistas. Tornou-se depois um deles. Receberia das mãos de Prestes, dez anos mais tarde, com Portinari, Niemeyer, Jorge Amado, o carnê do nosso glorioso Partido.

Voltado para o povo, escrevendo contra a polícia, o “soldado amarelo” e contra o latifúndio, durante o Estado Novo, intérprete do doloroso drama dos camponeses brasileiros, ainda nivelados na miséria à cachorrinha Baleia, o autor de *Vidas secas* está tendo estes dias a merecida consagração. Sua vida honrada é um exemplo. Sua obra, pela força da sugestão, ajuda a criar a consciência que moverá a luta dos sitiados pobres, que dará a terra aos Fabianos, aos trabalhadores de enxada, e abrirá a nosso país os horizontes ainda fechados para o escritor em sua adolescência.

O que ele próprio ganhou, em contato com a vanguarda da classe operária, nos dias heroicos de 1935, o que sua pessoa passou a representar como membro do Partido Comunista do Brasil, aí está reunido num grande nome da literatura nacional. O povo o estima e festeja, orgulhoso desse patrimônio intelectual e moral que é bem seu e muito seu.

Montevideu, outubro de 52.

Movimento estudantil x ditadura militar: uma opressão que não cala o grito por liberdade

Samara Joycy Timoteo Cerqueira _____

Resumo: Este trabalho tem como objetivo a análise dos documentos do ME produzidos em Alagoas durante o período da ditadura militar. Os dados aqui expostos foram articulados com a história do ME no período em questão para contextualizar a documentação. Assim, a finalidade é demonstrar como os estudantes de Alagoas se organizavam, reivindicavam e lutavam na época da ditadura militar, pois, mesmo em um cenário de grande opressão, eles, de alguma maneira, continuaram em marcha por um Brasil melhor.

Palavras-chave: movimento estudantil, ditadura militar, Alagoas.

Introdução

Durante anos, o Brasil foi governado por um sistema classificado como autoritário, rígido, violento e antidemocrático. Tal sistema passa a ser instaurado a partir de 1964, quando os militares tomam o poder e passam a conduzir o Brasil através da perseguição política, da censura, da supressão dos direitos constitucionais, da repressão e da falta de democracia. Até 1985, o país ficou condicionado ao regime militar e, segundo suas práticas, essa época ficou registrada de várias formas na história brasileira.

O período de 1964 a 1985 ganhou olhares de muitos historiadores e pesquisadores: os registros da época proporcionaram considerável conhecimento dos fatos ocorridos em tais anos. Esse período passou então a ser o foco de trabalhos e pesquisas científicas e acadêmicas, e várias obras foram realizadas segundo análises e interpretações que se renovam com o passar dos anos e dos fatos ligados à memória e à história do período em questão.

A temática referente ao movimento estudantil está presente em inúmeros trabalhos e publicações, o que demonstra abundante interesse por parte dos autores no assunto, fazendo assim surgirem novas análises referentes ao tema. Na década de 1980, mesmo recente ao fim da ditadura, veem-se títulos como: *Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao Golpe de 1964* (1986), de Sanfelice; *Movimento estudantil e a ditadura militar: 1964-1968* (1987), de Martins Filho; *Estudantes e política. Estudo de um movimento (RN 1960-1969)* (1989), de Silva. Nos anos seguintes os estudos continuaram a ser publicados: *Rebelião estudantil: 1968 – México, França e Brasil* (1996), de Martins Filho; e *Movimento estudantil brasileiro e a educação superior* (2007), de Zaidan Filho e Machado (Orgs.); entre outros.

O presente trabalho, assim como os demais citados acima, visa a ampliar os conhecimentos referentes à história do Movimento Estudantil, tendo como base os registros documentais produzidos no estado de Alagoas. Para tanto, foi necessária a análise dos documentos aqui expostos conforme o contexto histórico no qual os mesmos estão inseridos, sendo esses das décadas de 70 e 80. Essa documentação pode ser consultada no Arquivo Público de Alagoas (APA), ou através do portal www.memoriasreveladasarquivonacinal.com.gov.br.

No já citado APA, encontramos diversos documentos que podem ser examinados para a realização de pesquisas e elaboração dos mais variados trabalhos no que diz respeito, principalmente, às ciências humanas.

O trabalho arquivístico feito recentemente no dito arquivo através do projeto *Memórias Reveladas: As Lutas Políticas em Alagoas (1964-1985)*, que por sua vez se articulava com o projeto nacional *Memórias Reveladas: Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985)*, disponibilizou grande quantidade de documentos referentes à época da ditadura militar no Brasil, sendo este, pois, um dos principais objetivos dos respectivos projetos.

A documentação deste período presente no Arquivo Público de Alagoas (APA) está dividida por fundos, e, dentro dos mesmos, há uma subdivisão relacionada aos temas diversos existentes na época, ou seja, uma subdivisão por temáticas. Deste modo, os fundos existentes são: Fundo do DOPSE (Departamento de Ordem Política, Social e Econômica; Fundo “A Voz do Povo”; Coleção “Geraldo de Majella Marques”; e Coleção “Alberto Saldanha”. No entanto, o que nos interessa no presente trabalho é o fundo do DOPSE, mais precisamente o dossiê do Movimento Estudantil. Este contém tanto fichas pessoais e fotos, como diversos documentos.



Figura 1: Sede atual do Arquivo Público de Alagoas, que resguarda atualmente a coleção **Memórias reveladas** correspondente a seu Estado. **Fonte:** Marcos Vasconcelos Filho.

Na década de 1960 o Brasil é representado por vários movimentos sociais. É neste período, de inúmeras mobilizações nacionalistas e grande agitação política, que se enfatiza a atuação dos estudantes brasileiros, juntamente com a União Nacional dos Estudantes, principal instrumento de luta contrário à ditadura.

A partir de 1964, com o regime de ditadura militar, os estudantes passaram a representar uma das maiores forças referentes às mobilizações populares, ganhando maior destaque frente ao governo militar como forte oposição deste. Para reprimir todo e qualquer tipo de resistência no que diz respeito à nova forma de governo, os governantes militares usavam dos mais variados serviços de informação e inteligência, com os quais perseguiram, torturavam, censuravam, ameaçavam e suspendiam os direitos políticos dos cidadãos, dentre outras medidas que, por sua vez, foram sendo ampliadas e ganhando formas cada vez mais definidas com a criação dos Atos Institucionais. Essas medidas eram tomadas pelos governantes militares para reprimir os focos de resistência que poderiam ser uma possível ameaça à “seguridade nacional” ou à “ordem pública”.

É então através do movimento estudantil que os estudantes brasileiros passam a expressar suas reivindicações, realizando diversos eventos nos quais eram discutidos os pontos relacionados tanto à universidade brasileira, quanto à situação das classes populares e à realidade na qual o país se

encontrava, sendo a reforma universitária uma das principais reivindicações do ME nos anos 1960. O ME, pois, disseminava novas ideias e propostas para a solução dos problemas mais centrais da educação universitária.

Em Alagoas, no ano de 1968, um desses problemas era o dos “excedentes”, ou seja, maior quantidade de alunos aprovados nos vestibulares sem a possibilidade de os mesmos entrarem na universidade. Sobre esta questão, o autor Alberto Saldanha em seu livro *A mitologia estudantil: uma abordagem sobre o Movimento Estudantil Alagoano* declara que:

Em Maceió, a luta dos “excedentes” por mais vagas, reunirá vários seguimentos da sociedade local em ações conjuntas. Esta mobilização irá trazer como forma de resolver, naquele momento, o problema das vagas, a criação de uma Escola Estadual de Medicina, tendo em vista ser o curso de medicina o que mais apresentava excedentes.¹

Desse modo, o caso dos “excedentes” torna-se o centro de discussões e reivindicações do ME alagoano, com direito a acampamento na Faculdade de Medicina; a formação da Associação dos Excedentes; a criação da Comissão dos Pais dos Excedentes; e a mobilização do Governo do Estado, Lamenha Filho, o secretário de Educação, o arcebispo de Maceió dom Adelmo Machado e o comandante do 20º Batalhão de Caçadores.² Contudo, tal luta visava a obter a matrícula na universidade a qualquer custo, mesmo que para isto, os “excedentes” tivessem que estudar no turno da noite e com menor qualidade de aprendizagem; e não pôr em xeque a política educacional imposta pela ditadura militar.

Posteriormente ao movimento dos “excedentes”, houve a questão da morte de Edson Luis e a definição da nova diretoria do DCE. Houve ainda as atividades e discussões em torno das possíveis formas de comemorações do Dia do Estudante de 11 de agosto de 1968, em que optaram pela realização de uma “Assembleia Extensiva ao Povo” feita na Faculdade de Medicina e sob considerável esquema de vigilância da Polícia Federal; e dos rumos que a UNE deveria tomar no Congresso de Ibiúna.

Os documentos do dossiê do ME presentes no Arquivo Público de Alagoas e disponíveis no portal www.memoriasreveladasarquivonacinal.

¹ Saldanha de Oliveira, José Alberto. *A mitologia estudantil: uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano*. Maceió: sergasa, 1994, p. 55.

² Idem, p. 59.

com.gov.br, são de datas posteriores a tais acontecimentos, sendo estes das décadas de 70 e 80 respectivamente. Dos que estão datados, o mais antigo deles é de 1979 e o mais recente de 1983. Contudo, é possível observar que a história contada através dessa documentação é a continuidade da luta do ME durante o regime militar em Alagoas.

Ao todo são 22 documentos que vão desde panfletos e cartazes, a ofícios, informes e cartas, entre outros. A análise conjunta dessa documentação permite maior compreensão da situação na qual se encontrava a universidade e os estudantes do Estado de Alagoas em fins da década de 70 e início da década de 80.

Um informe de janeiro de 1979 mostra a ação corriqueira do SI/DOPSE de Alagoas; contém a informação de que, nos seus arquivos, se encontrava a ficha nominal de Enio Lins de Oliveira. Sendo este o atual presidente do DCE, chamou a atenção por estar colhendo assinaturas de pessoas “desentendidas” para incriminar a polícia de Alagoas pela morte de um menor que fora encontrado na Gruta da Caveira; além de distribuir o jornal *A Boca do Povo*, do qual era o editor, nos comícios da “Oposição”. Outro documento que também pode exemplificar a ação da polícia política no persistente combate ou perseguição ao ME é o de abril de 1979. Este tem como assunto a “RESTAURAÇÃO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES – UNE” (CARTA ABERTA). O conteúdo informa o achado de cartas jogadas em uma sala de aula na Escola de Ciências Médicas de Alagoas (ECMAL), nas quais a polícia militar do estado de Alagoas desconhece a distribuição desses comunicados em outras entidades de ensino superior da capital alagoana, como a Faculdade Federal de Alagoas (UFAL) e o Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC).

Esta “CARTA ABERTA”, mencionada pela polícia, é uma carta da UNE, cuja data é 4 de abril de 1979. Destinada aos *setores organizados da sociedade, aos parlamentares e ao povo em geral*, afirma que nos dias 29 e 30 de maio a UNE ressurgirá, estando os estudantes alagoanos ao lado dos demais colegas brasileiros para a realização do *Congresso de Reconstrução da UNE* em Salvador nos respectivos dias. Vale ressaltar que a UNE entra na clandestinidade a partir de 1964 com o enrijecimento do regime militar e, em outubro do mesmo ano, o Congresso decide pela extinção da entidade; e que, a partir de 1968 até a década de 70, a repressão assolava o Brasil.

Neste cenário de intensa repressão, onde ocorrem o colapso das organizações revolucionárias e o enfraquecimento do ME, os estudantes tentaram uma reorganização voltada para as entidades representativas como os Centros e Diretórios Acadêmicos. Sem as manifestações de rua, já que era

pouca a quantidade de estudantes que optavam por “bater de frente” com a polícia, os estudantes continuaram com as lutas pelas mudanças educacionais; dessa forma, os que não passaram para a militância clandestina e permaneceram no ME, faziam manifestações culturais dentro das próprias universidades e participavam de eventos planejados pelo Diretório Central dos Estudantes.

O que passa a ser essencial para os estudantes é a reconstrução dos DCEs, já que a luta armada não saía como o esperado e o caminhar para uma possível revolução estava sendo rediscutido. Desse modo, a revolução passara para segundo plano e a reorganização do ME e a reconstrução de entidades como a UNE e as UEEs, naquele momento, passaram a ser mais importantes.

Esta importância pode ser ratificada no último documento mencionado, de abril de 1979, em que se encontra o seguinte parágrafo:

A reconstrução da UNE este ano reveste-se de grande importância. Para nós, estudantes, significa a coordenação das nossas lutas, a unificação dos nossos anseios, a conquista no dia a dia daquilo que nos foi tirado à força. Uma entidade livre e independente voltada para nossos interesses e de toda a população (ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. DOPSE, MOVIMENTO ESTUDANTIL, 1979).

Já a reflexão da ação dos estudantes, relacionada às questões voltadas para o ensino em geral e a necessidade de reconstrução da UNE, pode ser proposta com a afirmação a seguir, também presente no mesmo documento:

O tempo não apagou sua memória. A UNE incorporou-se a história dos estudantes e do povo brasileiro e dela não pode estar separada. As lutas do dia a dia dos estudantes por mais salas de aula, mais professores, laboratórios, bibliotecas, por liberdade de crítica e por melhores condições de ensino em geral legitimam e transformam a UNE em necessidade urgente para unificação racional das reivindicações dos estudantes (ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. DOPSE, MOVIMENTO ESTUDANTIL, 1979).

Deste modo, os estudantes alagoanos passam a articular estratégias de se fazerem presentes no Congresso de Reconstrução da UNE. A Comissão

Estadual Pró-UNE, formada por entidades estudantis da Escola de Ciências Médicas, UFAL e Faculdade de Formação de Professores de Arapiraca, faz campanha para arrecadar o apoio político e econômico. A Comissão visita, então, a Assembleia Legislativa de Alagoas para buscar tais apoios nos parlamentares da ARENA e do MDB para o Congresso de Reconstrução da UNE na cidade de Salvador. A Comissão passa a visitar a Câmara de Vereadores de Maceió e também as principais cidades do Estado no intuito de conseguir o máximo apoio dos seus respectivos prefeitos e vereadores para a reconstrução da UNE. Pretende até lançar um jornal intitulado *Alagoas na UNE* para tirar as dúvidas da população e dos demais estudantes sobre as finalidades e propósitos da UNE e do seu papel na sociedade como um todo.

Não param por aí as pretensões da Comissão Pró-UNE. Esta quer também:

...levar a reconstrução da UNE para as salas de aula em todo o Estado discutindo com os estudantes sobre a organização do Congresso, o número dos delegados que serão escolhidos por cada faculdade e campanha financeira para a viagem até Salvador (ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. DOPSE, MOVIMENTO ESTUDANTIL, 1979).

A campanha conta ainda com o apoio do deputado Renan Calheiros. É o que mostra um anexo do *Jornal de Alagoas* em um documento da polícia militar do estado de Alagoas. Neste, consta a seguinte afirmação:

Como estudante que sou anuncio o meu propósito de entregar-me de corpo e alma ao processo de reconstrução da UNE. Em maio estarei em Salvador ao lado de meus companheiros. A UNE nada mais é do que isso: o fruto de nossa união, união entre estudantes e união dos estudantes com o povo. Por isso mesmo a UNE está chegando firme e forte (ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. DOPSE, MOVIMENTO ESTUDANTIL, 1979).

Para Renan Calheiros, tanto o povo quanto o país querem a UNE:

Nós queremos a UNE. O Brasil quer a UNE. Queremos a UNE para que possamos enfrentar a política nociva que fe-

chou as Residências Universitárias Masculina e Feminina de Alagoas; para lutar por melhores condições de transporte para o Campus e pelo reconhecimento dos cursos criados em 1974. Queremos a UNE para impedir a intenção de aviltar os salários dos profissionais universitários criando várias especializações numa mesma área profissional como se pretende fazer em Agronomia (ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. DOPSE, MOVIMENTO ESTUDANTIL, 1979).

Assim, ao passo que vão ganhando apoio político e angariando fundos para a viagem de Salvador, os estudantes alagoanos se organizam cada vez mais em torno dessa causa, sendo Aldo Rebelo, acadêmico de direito da UFAL à frente da Comissão Pró-UNE, apontado como possível presidente da UNE caso esta fosse reorganizada.

Todas essas informações estão anexadas a um documento da Polícia Militar do estado de Alagoas. Tendo como assunto: REORGANIZAÇÃO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES – UNE. CONGRESSO, trata de informar a superiores sobre os respectivos boletins, panfletos e notícias, fixadas na Escola de Ciências Médicas de Alagoas – ECMAL, pelos integrantes do DA 2 de Maio; sendo o material recolhido por um agente da polícia.

O que se observa com a análise de tal documento é a constante perseguição aos estudantes, já que no próprio documento é possível ver a precisão das informações sobre a organização dos estudantes quando se afirma que a tentativa da organização da União Nacional dos Estudantes se encontrava bem “estruturada e com adesão de praticamente todos os Diretórios Acadêmicos da Área”. Informam ainda sobre a eleição dos representantes alagoanos no dito Congresso de Reconstrução e sobre a existência de constantes reuniões dos universitários envolvidos na causa.

Sobre a mesma questão de perseguição há outro documento da DOPSE datado de 30 de maio de 1979, comunicando ao Secretário de Segurança Pública da época, o senhor José de Azevedo Amaral, a prisão de sete jovens por policiais da DP, sendo um dos presos menor de idade. Os jovens foram retidos por estarem pichando frases alusivas ao Congresso de Reconstrução da UNE. Mais um caso de perseguição e repressão aos estudantes que manifestavam posições que não agradavam ao governo ou que, segundo o mesmo, ameaçam a “ordem pública” ou a “seguridade nacional”. Lembrando, pois, que toda a população estava sujeita às mesmas atitudes repressivas e, geralmente, pelos mesmos motivos.

O poder de controle e repressão era tanto, que o SI/DOPSE de Alagoas ficou a par dos nomes de todos os estudantes que foram para o Congresso de Reconstrução da UNE. É o que mostra um documento com a relação nominal de pessoas que saíram de Maceió com destino a Salvador para participarem do dito congresso. Na relação estão os nomes de 140 pessoas, contendo ainda o nome dos pais e a data e local de nascimento de cada uma, com exceção das últimas quatro pessoas da lista.

As entidades estudantis começam a ser reativadas em 1979, e a primeira eleição através do voto direto da UNE elege o baiano Rui César Costa e Silva, como presidente. O fim da década de 70 foi agitado ao passo que o movimento operário retornara com força e o regime militar declinara cada vez mais.

Os estudantes inseridos na luta se unem cada vez mais para levar adiante seus projetos e reivindicações, contando sempre com o apoio uns dos outros em diversas causas e acontecimentos. É o caso da suspensão do estudante Claudionor Correia de Araújo, então diretor do DA Edson Simões Braga da Faculdade de Direito do CESMAC.

No dia 4 de junho de 1979 ocorre uma reunião extraordinária com os componentes do DA em questão, onde seu vice-presidente, Antonio Bezerra Torres, assina um manifesto conclamando os demais estudantes da Faculdade de Direito do CESMAC a se juntarem para apoiar o presidente e líder Claudionor Correia de Araújo, já que o mesmo fora cassado por um ato de “arbitrio e de força” do diretor Jair Galvão Freire. Segundo o manifesto:

Negar este apoio ao Claudionor significa nada mais nada menos que negar toda sua luta em prol de nós estudantes. Conclamamos, pois, a todos, dentro de nossa liberdade estudantil e dos princípios democráticos, tão em evidência no momento atual e em alto nível de seriedade a ficarmos solidários, não abandonando a quem sempre esteve empenhado nos nossos mais legítimos interesses... (ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. DOPSE, MOVIMENTO ESTUDANTIL, 1979).

Já o interventor do DA Edson Simões Braga da Faculdade de Direito do CESMAC, Cláudio Antonio Juca Santos, em documento produzido dois dias após o ocorrido e anexado ao manifesto, avisa que considera ilegal o movimento grevista da paralisação das aulas enquanto Claudionor Correia

Araújo estivesse suspenso, concedendo o direito de assistir às aulas aos estudantes que assim preferissem.

No jornal *Gazeta de Alagoas* de 7 de junho de 1979, também anexado aos já citados documentos, o diretor do CESMAC explica o motivo da punição de Claudionor. O diretor da Faculdade de Direito Jair Galvão alegou que puniu Claudionor Correia por indisciplina. Segundo Galvão, o aviso de não poder mais fazer propaganda eleitoral para as eleições do novo Diretório fora dado no dia 25 de maio, último dia para fazer propaganda segundo o prazo estabelecido pelas Instruções Normativas. Porém, ao pedir permissão para dar um aviso, sendo estipulado o tempo de cinco minutos por Galvão, o presidente desatendeu e desacatou o diretor da Faculdade; além de invadir uma sala de aula e impedir sua continuação e de promover um comício no Colégio Batista e mais manifestações em duas salas de aula.

Tendo em vista toda essa situação, percebemos que os entraves entre os estudantes e aqueles que, de alguma maneira, os impediam de algo e os puniam por algum ato, ocorriam com frequência em qualquer lugar do Brasil e em épocas diferenciadas.

Assim, o mesmo estudante – Claudionor Correia de Araújo – volta a ser citado em documento com data posterior a 1979, porém com acusações bem parecidas. Em 15 de setembro de 1980 o Diretor Geral da Fundação Educacional Jayme de Altavila – FEJAL – e Centro de Estudos Superiores de Maceió – CESMAC –, Teófanês Augusto de Araújo Barros, envia um ofício ao então Secretário de Segurança Pública, José de Azevedo Amaral, apontando as manifestações por parte de vários estudantes, onde cita o nome de Claudionor Correia, presidente do diretório da FAFIMA, de Luciano Albuquerque de Aguiar e de Everaldo Bezerra Patriota, por perturbarem as atividades normais da Instituição.

No mesmo mês, Claudionor Correia de Araújo sofre perseguição do delegado da DOPSE, Major José Ramalho, pretendendo este prendê-lo; além de sofrer coação ilegal em sua liberdade de locomoção; sob a acusação de “perturbação da ordem pública”, o que era comum na época. O documento, assinado pelo próprio Claudionor, pede uma *Ordem Preventiva de Habeas Corpus* alegando este ser inocente da acusação de perturbação da “ordem pública”; já que ele estava “participando pacificamente da greve decretada pela unanimidade dos estudantes presentes à assembleia levada a efeito na noite de 11 de setembro do corrente, nas dependências internas do Instituto de Psicologia de Maceió do CESMAC” (ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. DOPSE, MOVIMENTO ESTUDANTIL, 1980).

Assim, havia sempre um elo de perseguição, repressão ou resistência no que diz respeito à relação entre as entidades estudantis e os estudantes que participavam destas e o governo em vigor na época da ditadura militar.

Considerações finais

O período que antecede o golpe de 1964 ficou marcado pela efervescência cultural e política dos estudantes, pois o cenário estava voltado para as reformas de base propostas no governo Goulart e para as produções do Centro Popular de Cultura. A esperança de um Brasil melhor, traduzida em nossas artes com os festivais, o teatro, a poesia e a música, foi esmagada pelo golpe militar, juntamente com a democracia e a cidadania do povo brasileiro.

O ME passa a fazer parte da luta pela “devolução” do que foi tirado em tempos da ditadura militar. Representa, pois, juntamente com outros setores de esquerda, um dos pilares capazes de resistir ao período mais “torturante” da história do Brasil.

O resultado obtido com a análise da documentação do ME produzida no estado de Alagoas torna-se uma importante fonte ao passo que nos permite conhecer o modo como os estudantes alagoanos se comportavam frente ao governo militar e suas determinações; como os mesmos se organizavam, reivindicavam e lutavam pelo que acreditavam ser possível; além de permitir também uma visão geral de como a polícia agia no Estado.

Toda a documentação gerada pelo período militar é mais que útil para se registrar um passado desconhecido, para se debruçar sobre o mesmo e conhecê-lo melhor; o que possibilita os mais variados estudos que sejam capazes de preencher as lacunas existentes em nossa história. Desse modo, é possível considerar o presente trabalho como um dos estudos geradores de conhecimento da história política de Alagoas.

Referências:

- MORAIS, Adriano dos Santos. O Movimento Estudantil Brasileiro em tempos de ditadura: Um Contexto Latino-Americano. In: *Revista Discente de História*, Vol. II, nº 2, 2011.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

SALDANHA DE OLIVEIRA, José Alberto. *A mitologia estudantil: Uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano*. Maceió: SERGASA, 1994

SANTOS, Jordana de Souza. *A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar*. In: *Aurora*, ano III, nº 5, 2009.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. 2. ed. Campinas: Editora UNICAMP: 2008.

Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985). Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>
<http://www.an.gov.br/mr/Seguranca/Principal.asp>

Colaboradores deste número

Aline de Figueirôa Silva

Arquiteta, urbanista e mestre em Desenvolvimento Urbano/UFPE, doutoranda em Arquitetura e Urbanismo/USP, pesquisadora do Laboratório da Paisagem/UFPE, professora do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade do Vale do Ipojuca (FAVIP), ex-consultora da Unesco junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e autora de *Jardins do Recife: uma história do paisagismo no Brasil; 1872-1937* (2010). *E-mail:* alinefigueiroa@yahoo.com.br

Augusto Bernardes Castro

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pelo CESMAC. Participação no Alagoas Trend House'11, com projeto do espaço para Santa Lolla com a parceria da Lúmina, no projeto de escritório no Norcon Empresarial, além de outras ações em sua área. *E-mail:* gutobernades.arq@gmail.com

Carlos Alberto Moliterno

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pós-graduando em Engenharia de Segurança do Trabalho da Faculdade de Tecnologia de Alagoas (FAT). Servidor da Secretaria de Educação e do Esporte do Estado de Alagoas (SEE). *E-mail:* cmoliterno@yahoo.com.br

Celina Vargas do Amaral Peixoto

Graduada em Sociologia na PUC-RJ, pensou, criou e dirigiu o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), além de ter sido, posteriormente, diretora-executiva da Fundação Getúlio Vargas. Foi diretora-geral do Arquivo Nacional, quando então se fez responsável com sua equipe pela primeira fase de sua efetiva modernização e conquista de uma nova sede; diretora de desenvolvimento institucional da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e diretora técnica do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio de Janeiro (SEBRAE-RJ).

Claudemiro Avelino de Souza

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Alagoas e em História pelo CESMAC. Especialista em Direito Constitucional. Juiz de direito. Superinten-

dente do Fórum do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) em Penedo (AL). Professor da Academia de Polícia Civil de Alagoas. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL). Sócio fundador da Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados. Membro da Academia Maceioense de Letras. *E-mail*: claudemiroavelino@hotmail.com

Denis Antônio de Mendonça Bernardes (*in memoriam*)

Graduado em História pela UFPE e doutor em História Social/USP, professor do Departamento de Serviço Social e dos programas de Pós-Graduação em Serviço Social e Ciência da Informação/UFPE. Autor, entre outros, de *Um império entre repúblicas* (1983), *Recife, o caranguejo e o viaduto* (1996), *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822* (2006) e organizador de *José Antonio Gonsalves de Mello: da Inquisição ao Império* (2004), *Memórias de criação da Cidade Universitária e da Universidade do Recife* (2007) e *Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco* (2008).

Diógenes Tenório [de Albuquerque] Júnior

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Alagoas, pós-graduado em Direito Constitucional/CESMAC. Sócio efetivo do IHGAL e membro da Academia Alagoana de Letras, dentre outras instituições congêneres. Membro titular do Conselho Penitenciário do Estado de Alagoas. Autor de *Murici* (1992), *O clamor das pedras* (1997), *O poeta da saudade: Tito de Barros; vida e obra* (2002), *Mar sem porto* (2003), *O gatinho Luís e seus amiguinhos da floresta* (2003) e *Vovó do céu* (2009). *E-mail*: diogenestenorio@gmail.com

Douglas Apratto Tenório

Graduado em História, aperfeiçoado em Metodologia da Pesquisa e em Problemas Atuais da História pela Universidade Federal de Alagoas, especialista em Técnicas de Ensino pelo Centro de Estudos do Pessoal do Ministério do Exército, mestre e doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor de História da Universidade Federal de Alagoas, membro da Academia Alagoana de Letras e atual vice-reitor do Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC). Autor, entre outros, de *Capítulos da história contemporânea* (1967), *Capítulos da história do Brasil* (1976), *A tragédia do populismo* (1996), *A metamorfose das oligarquias* (1997), *Capitalismo e ferrovias no Brasil* (1997), *Penedo como paixão: Raimundo Marinho, a vida de um líder* (2005), *A presença holandesa: a história da guerra do açúcar vista por Alagoas* (2011). *E-mail*: douglasapratto2@hotmail.com

Edson [José de Gouveia] Bezerra

Graduado em Ciências Sociais pela UFPE. Professor da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) e da Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste (SEUNE). Mestre em Antropologia e doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é também idealizador do blog “Negros, canais, lagoas e outras imagens periféricas” (outrasimagensperifericas.blogspot.com.br). Compositor musical. Organizou, com Rachel Rocha, o segundo volume de *Maceió de outrora* (2001), de autoria de Félix Lima Júnior. E-mail: bezerra57@hotmail.com

Etevaldo Amorim

Graduado em Engenharia Agrônômica pela Universidade Federal de Alagoas, servidor público, ex-vereador em Pão de Açúcar, autor, entre outros, de *Terra do sol, espelho da lua* (2004) e *Freitas Machado: vida e obra* (2011). E-mail: etamorim@hotmail.com

[Maria de] Fátima de Mello Barreto Campello

Graduada em Arquitetura pela Universidade Federal de Pernambuco, mestre em Teoria e História da Arquitetura pela Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, e doutora em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas do Espaço Habitado (DEHA) da Universidade Federal de Alagoas. Autora de *Cartões-postais: a construção coletiva da imagem de Maceió – cartões-postais 1903/1934*. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos; Cepal, 2011.

Fernando A. [Antônio] Gomes de Andrade

Graduado em Medicina pela Fundação Governador Lamenha Filho (FUNGLAF) - Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), especialização em Cirurgia Plástica Reparadora pela Université de Paris VII, mestre e doutor em Cirurgia Plástica Reparadora pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e professor de Cirurgia Plástica Reparadora na Universidade Federal de Alagoas. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e sócio correspondente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Autor do livro *A saúde em Alagoas no Brasil Império: caminhos e descaminhos*, juntamente com Márcia Monteiro (2004), e organizador do álbum *Memória das Alagoas* (2009). E-mail: fernandogomes1911@hotmail.com

Francisco Alberto Sales

Médico formado pela Universidade Federal de Alagoas. Trabalhou em Brasília. Presidente da Fundação Casa do Penedo, que fundou em 1992. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e membro da Academia Alagoana de Letras. Autor de *Arruando para o Forte* (2003). E-mail: fundcasadoPENEDO@yahoo.com.br

Geraldo de Majella [Fidélis de Moura Marques]

Graduado em História pelo CESMAC, militante e autor de, entre outros, *Caderno da Militância: história vivida nos bastidores da política* (2006), *Execuções sumárias e grupos de extermínio em Alagoas: 1975-1998* (2006), *Rubens Colaço: paixão e vida: a trajetória de um líder sindical* (2010), *Mozart Damasceno: o bom burguês* (2011), organizou ainda *O PCB em Alagoas: documentos; 1982-1990* (2011). E-mail: majellamarques@uol.com.br

[Paulo] Gracindo Júnior

Nome artístico de Epaminondas Xavier Gracindo, filho do reconhecido ator Paulo Gracindo (1911-1995), estreou profissionalmente em 1962 e atuou em direção, teatro, minisséries e telenovelas. Publicou, com Mauro Alencar, *Um século de Paulo Gracindo* (2012). E-mail: gracindojr@gracindojunior.com.br

Ieda Lebensztayn

Graduada em Letras, mestre em Teoria Literária e Literatura Comparada, doutora em Literatura Brasileira (FFLCH-USP) e pós-doutoranda no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), bolsista da FAPESP. Membro da Comissão Editorial do periódico *Teresa* da USP. Autora de *Graciliano Ramos e a Novidade: o astrônomo do inferno e os meninos impossíveis* (2010). E-mail: biolito@gmail.com

J. [José] R. [Roberto] Guedes de Oliveira

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Itu (FADITU), pós-graduado em Economia do Trabalho e Sindicalismo pelo Instituto de Economia da UNICAMP. Membro da Academia Indaiatubana de Letras. Organizou, dentre outros, *Rodrigues de Abreu: in memoriam* (1997), *Cartas de Octavio Brandão* (2005), *Octavio Brandão: dispersos e inéditos* (2008), *Walt Whitman: um poeta brilhante* (2009), *Astrojildo Pereira: in memoriam* (2010) e *Capivari: 180 anos* (2012). E-mail: guedes.idt@terra.com.br

Jayme Lustosa de Altavila

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Alagoas e em Biblioteconomia, especialista em Classificação e Catalogação no Instituto Nacional do Livro, do Ministério da Educação e Cultura, ex-diretor técnico da Biblioteca Pública de Alagoas, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, membro da Academia Alagoana de Letras e de outras instituições congêneres, é autor, entre outros, de *Bibliografia de autores alagoanos*: levantamento das obras de autores alagoanos existentes na Biblioteca Pública Estadual até 1984 (1985), *Bibliografia de autores alagoanos* e *Jayme de Altavila: vida e obra* (2001). E-mail: ihgal@hotmail.com

José Maria Tenório Rocha

Graduado em História pela Universidade Federal de Alagoas. Especialista em documentos brasileiros pelo Museu Imperial, de Petrópolis. Mestre em Antropologia das Sociedades complexas, pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Comunicação e Artes pela Universidade de São Paulo. Professor aposentado do Departamento de História da Universidade Federal de Alagoas. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e da Academia Alagoana de Letras, entre outras instituições congêneres, é autor de inúmeros artigos e de livros como *Santos, beatos e fanáticos em Alagoas* (1978), *Cordeiro manso*, grande poeta menor (1975), *O mundo maravilhoso da literatura de cordel* (1976), *Folclore brasileiro: Alagoas* (1977), *Folgedos e danças de Alagoas: sistematização e classificação* (1984), *Théo Brandão: mestre do folclore brasileiro* (1988), *Estevão Pinto: um dos pioneiros da antropologia no Brasil* (1994) e *Quebrangulo, Quebrangulo, sempre serás!* (1996). E-mail: rocha_cavalcante@ig.com.br

Lamartine de Andrade Lima

Graduado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, professor honorário da mesma instituição, ex-assistente do Professor Estácio de Lima, presidente emérito do Instituto Bahiano de História da Medicina e Ciências Afins, ex-presidente da Academia de Letras e Artes de Salvador, ex-secretário-geral do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Autor de *Roteiro de Nina Rodrigues* (1980). E-mail: lamartine.lima@terra.com.br

Lina Maria Brandão de Aras

Graduada em História pela Universidade Federal da Bahia, mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco, doutora em História pela

USP e pós-doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora dos Programas de Pós-Graduação em História e em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Organizou, com Cecília Maria Bacellar Sardenberg e Iole Macedo Vanin, *Fazendo gênero na historiografia baiana* (2001). E-mail: laras@ufba.br

Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros

Graduada em Fisioterapia na Escola de Reabilitação do Rio de Janeiro e em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre e doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pós-graduada em Antropologia pela UNICAMP e em Ciência da Literatura pela UFRJ. Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (graduação e pós-graduação) e pesquisadora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Autora, entre outros, de *A Terra da Mãe de Deus*: um estudo do movimento religioso do Juazeiro do Norte (1988), *Arthur Ramos e as dinâmicas sociais de seu tempo* (2000), *A derradeira gesta – Lampião e Nazarenos guerreando no Sertão* (2000), *Nelson Werneck Sodré: um perfil intelectual* (2011); e organizou *Octavio Brandão: centenário de um militante na memória do Rio de Janeiro* (1996), com Icléia Hiesen e Marco Aurélio Sant’Ana, *Vozes do porto: memória e história oral* (2005), e com Ruth Serrão e Antônio Guerreiro de Faria, *Guerra-Peixe: um músico brasileiro* (2007). E-mail: luitgarde@globo.com

Luiz Nogueira Barros

Graduado em Medicina pela Universidade Federal de Alagoas, secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, membro da Academia Alagoana de Letras, autor, entre outros, de *O que se passa com o rei?* (1983), *A solidão dos espaços políticos* (1988), *Do Sertão ao Litoral* (2001), *Retrospectivas políticas alagoanas* (2004), *Vinte poesias e uma crônica* (2005) e organizador de dois dos quinze tomos previstos com as *fallas provinciales* das Alagoas (2006; 2008). E-mail: nogueirabarros@uol.com.br

Moacir Medeiros de Sant’Ana

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Alagoas, primeiro diretor do Arquivo Público de Alagoas, professor de Introdução ao Estudo de História, História de Alagoas e História da Cultura Alagoana da Universidade Federal de Alagoas, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de

Alagoas, membro da Academia Alagoana de Letras, autor de, entre outros, *Os estudos históricos e os arquivos em Alagoas* (1962), *Pequena história da Biblioteca Pública Estadual* (1965), *Contribuição à história do açúcar em Alagoas* (1970), *História do modernismo em Alagoas: 1922-1932* (1980), *História da imprensa em Alagoas: 1831-1981* (1987), *A queima de documentos da escravidão* (1988), *Graciliano Ramos: vida e obra* (1992), *Jorge de Lima: entre o real e o imaginário* (1994), *Alagoas na Guerra de Canudos* (1998), *O Palácio do Governo de Alagoas: a história de uma praça* (2002), *Pilarenses ilustres: precedido de um estudo histórico sobre o Pilar* (2010).

Osvaldo [Batista Acioly] Maciel

Professor adjunto dos cursos de história da Universidade Federal de Alagoas e da Universidade Estadual de Alagoas (campus Arapiraca). Licenciado em História e especialista em Filosofia Social pela Universidade Federal de Alagoas, mestre e doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Autor de *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: os gráficos de Maceió; 1895-1905* (2009) e *A perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió; 1879-1917* (2011). Organizou *Operários em movimento: documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas; 1870-1960* (2007) e *Pesquisando (n)a província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista* (2011). E-mail: os.maciel@yahoo.com.br

Pedro Motta Lima (*in memoriam*)

(Viçosa, Alagoas, 1897 – Tchecoslováquia, 1966): jornalista e romancista. Completou os estudos na cidade natal e se transferiu para o Rio de Janeiro, onde se tornou jornalista. Participou do movimento tenentista desde 1922, apoiando-o em artigos no jornal *O Imparcial*, do qual foi secretário-geral. Combateu o integralismo e o governo Vargas, esteve preso várias vezes, foi diretor e redator de diversos jornais vinculados ao Partido Comunista: *A Esquerda* (1927), *A Manhã* (1935), *Tribuna Popular* (1945-7) e *Imprensa Popular* (1948-58). Publicou, entre outras obras: *Badalo inocente* (poesia, 1923); *O coronel Louzada* (Rio de Janeiro: Ed. Universal, 1926); *Bruhaha* (Rio de Janeiro: Ed. Paulo Pongetti & Cia, 1929); junto com José Barboza Melo, *El nazismo en el Brasil: Proceso del Estado Corporativo* (Buenos Aires: Editorial Claridad, 1938); *Fábrica da Pedra* (Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1962); *Let's protect our lives: There is 80 tons of TNT for everyone of us* (Prague, Peace and Socialisme Publishers, 1964).

Rosane Piccolo Loretto

Graduada em Arquitetura e Urbanismo e mestre em Desenvolvimento Urbano/UFPE, doutoranda em Arquitetura e Urbanismo/USP, pesquisadora do CECI/UFPE. Ex-professora assistente da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Católica de Pernambuco. Ex-consultora da Unesco junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Autora de *Paraíso & martírios*: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife (2008) e organizadora, com Virgínia Pontual, de *Cidade, território e urbanismo*: um campo conceitual em construção (2009). *E-mail*: rosanepiccolo@yahoo.com.br

Sabrina Guerra Guimarães

Graduada em História pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPG-NEIM – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). *E-mail*: brinaguerra@hotmail.com

Samara Joycy Timoteo Cerqueira

Graduanda em História pela Universidade Federal de Alagoas e pesquisadora de projetos de tombamento das igrejas em Maceió pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), integrou o projeto nacional *Memórias reveladas* em nível de Alagoas através do Arquivo Público do Estado como pesquisadora bolsista financiada pela Associação Cultural do Arquivo Nacional e o Grupo de Estudos História Social e Política da Universidade Federal de Alagoas, tendo como linha de pesquisa “História política da Alagoas republicana”. *E-mail*: sam_cerqueira@hotmail.com

Impresso por:

**IMPRESA OFICIAL
GRACILIANO
RAMOS**



Estado de Alagoas

Gabinete Civil



ISSN 0571-1258



9 770571 125006